

HISTÓRIA DO CAPITALISMO

Das Origens até a Primeira Guerra Mundial

Oswaldo Coggiola



3

Ariadna Universitaria

HISTÓRIA DO CAPITALISMO
Das Origens até a Primeira Guerra Mundial

Volumen 3

HISTÓRIA DO CAPITALISMO
Das Origens até a Primeira Guerra Mundial

Volumen 3

Oswaldo Coggiola

Ariadna Ediciones

www.ariadnaediciones.cl

Primera edición, marzo 2017

Santiago de Chile

Laguna la invernada 0246, Estación Central

Santiago, Chile

ISBN: 978-956-8416-50-8

Obra en *Open Access*, sujeta a las condiciones de uso de la licencia creative commons [by](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)



Índice

- 36 *A FRUSTRAÇÃO DO ESTADO LATINO-AMERICANO*, 1087
- 37 *OS EUA: EXPANSÃO TERRITORIAL, GUERRA CIVIL E CAPITALISMO*, 1131
- 38 *A INTERNACIONAL OPERÁRIA E A COMUNA DE 1871*, 1158
- 39 *A DERROTA DA COMUNA E SUAS CONSEQUÊNCIAS*, 1183
- 40 *A “GRANDE DEPRESSÃO” E AS CRISES CAPITALISTAS*, 1218
- 41 *O IMPERIALISMO CAPITALISTA*, 1252
- 42 *IMPERIALISMO, TEORIAS E IDEOLOGIAS*, 1282
- 43 *O NOVO MOVIMENTO OPERÁRIO E A INTERNACIONAL SOCIALISTA*, 1317
- 44 *A GESTAÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO MUNDIAL*, 1357
- 45 *CAPITALISMO PERIFÉRICO: A RÚSSIA*, 1383
- 46 *GUERRA E REVOLUÇÃO SOCIAL*, 1423
- 47 *O NOVO IMPERIALISMO: OS EUA*, 1456
- 48 *GRANDE GUERRA, “SOCIAL-PATRIOTISMO” E INTERNACIONALISMO*, 1503
- 49 *A QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO*, 1547
- 50 *O LIMITE HISTÓRICO DO CAPITAL*, 1569

BIBLIOGRAFÍA, 1605

36. A FRUSTRAÇÃO DO ESTADO LATINO-AMERICANO

É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação, em que todas as partes sejam unidas entre si e em conjunto por um mesmo elo. A origem é uma, assim como a língua, os costumes e a religião. Não deveriam, pois, obedecer a um só governo, que confederasse os diversos Estados? Sim. Mas não é possível, porque o afastamento dos países, a diversidade das situações, a dessemelhança dos caracteres, fazem a América dividir-se (Simón Bolívar, **Mensagem de Angostura**, 1819)

Se, nos EUA, a revolução independentista abriu um processo de expansão territorial e unificação nacional, na futura América Latina ocorreu, gradativa e paulatinamente, o contrário. A figura de Simón Bolívar y Ponte (1783-1839) resumiu em suas aspirações e contradições o conteúdo das revoluções da independência hispano-americana. Conhecido como *El Libertador*, Bolívar foi o primeiro líder a defender explicitamente uma unidade política latino-americana. Filho de comerciantes que residiam na Venezuela, Bolívar teve uma vida cercada de luxos e conforto. Ainda jovem, foi enviado à Europa para estudar, tomou contato com os ideais libertários da Revolução Francesa e, em 1807, voltou à Venezuela, disposto a organizar batalhões militares para promover a independência da colônia.

América Latina em 1830

Após combates de dois anos, favorecidos pela fraqueza do exército espanhol, cuja maioria fora enviada para lutar contra a invasão napoleônica na Espanha, Bolívar tornou independente a Venezuela. Formou novos exércitos e aliou-se a militares que já promoviam movimentos de libertação em outras comarcas. Mas os interesses das elites econômicas *criollas* de cada comarca falaram mais alto, e a fragmentação da América se tornou inevitável. Cada oligarquia não quis perder o controle da área onde se desenvolvia sua riqueza para um processo de unificação. Os interesses localistas das oligarquias agrárias e comerciais acabaram prevalecendo. O exemplo mais claro ocorreu na antiga Grã-Colômbia, libertada e governada

pelo general venezuelano. Os oligarcas da região não aceitaram a decisão de Bolívar de manter a região unificada num único país, promovendo praticamente uma guerra para tirá-lo do poder. Após a vitória militar contra Espanha, exilaram o militar e concluíram por dividir o território em três novos países: Venezuela, Colômbia e Equador.

Bolívar morreu em 1830, acometido pela tuberculose (a hipótese do envenenamento também foi levantada). No final da sua vida, reconheceu que a elite latino-americana se identificou com sua luta apenas para se libertar da tutela política espanhola, mas não para formar um novo país independente e unificado. Desiludido, prognosticou que a história do continente seria marcada por ditadores, mortes e submissão econômica: "A América cairá infalivelmente nas mãos de um bando desenfreado de tiranos mesquinhos de todas as raças e cores, que não merecem consideração". Sua *Carta de Jamaica*, datada em Kingston, setembro 6 de 1815, resumiu sua ideologia política, inclusive nos seus aspectos claramente opostos à democracia, devido à suposta imaturidade do povo da América espanhola.¹

Da leitura do texto se depreende que Bolívar possuía uma visão histórica e política ampla e abrangente do destino das Américas, não acreditava na sua futura unidade e, sobretudo, que o próprio Bolívar carecia de qualquer estratégia política para realizá-la. A frustração bolivariana começou na sua própria "casa". A atual Colômbia, que começou a vida republicana em 1831, com o nome de *Nova Granada*, foi o produto de um longo e paciente trabalho desenvolvido por um

¹ Simon Bolívar. *L'Unité Impossible*. Textes choisis et présentés par Charles Minguet et Annie Morvan. Paris, François Maspéro, 1983. Na "Carta de Jamaica", lia-se, notadamente: "*Las provincias americanas se hallan lidiando por emanciparse; al fin obtendrán el suceso; algunas se constituirán de un modo regular en repúblicas federales y centrales; se fundarán monarquías casi inevitablemente en las grandes secciones, y algunas serán tan infelices que devorarán sus elementos, ya en la actual, ya en las futuras revoluciones; que una gran monarquía no será fácil consolidar; una gran república imposible. Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería por consiguiente tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse; mas no es posible porque climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América. ¡Qué bello sería que el Istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de Corinto para los griegos!*".

amigo dos ingleses e norte-americanos: Francisco de Paula Santander, cujo papel na história foi retratado por Gabriel García Márquez em sua novela *O general em seu labirinto*. Santander aglutinou o mais retrógrado da nobreza *mantuana*,² para opor-se a Bolívar. Em 1824, enquanto o *Libertador* organizava as batalhas finais contra Espanha em Junín e Ayacucho, Santander manobrava no Senado para retirar de Bolívar as faculdades extraordinárias do chefe militar em campanha.

Quando Bolívar convocou o Congresso Anfictiônico do Panamá, Santander começou suas manobras de desestabilização na Colômbia. Partidários de Santander provavelmente forjaram uma conjura para assassinar o *Libertador*. Bolívar, que sabia da deslealdade de seu vice-presidente, escreveu ao general Soublette: "Já não podendo mais suportar a pérfida ingratidão de Santander, hoje lhe escrevi para que não me escrevesse mais, porque não quero lhe responder nem dar-lhe o título de amigo". Santander, depois morte do Libertador, escreveria: "Com que sentido morreu ao final don Simón? O tempo nos dirá se sua morte foi ou não útil para a paz e a liberdade. Tenho comigo que foi não apenas útil como necessária".³

As peripécias do "Congresso Anfictiônico" de Panamá evidenciaram as dificuldades e contradições insuperáveis do projeto bolivariano. Depois da vitória de Ayacucho, Bolívar enviou convites aos governos americanos para reunir seus deputados em um magno congresso, para o qual oferecia como sede a cidade de Panamá "colocada como está no centro do globo, vendo por um lado a Ásia, e pelo outro a África e a Europa". Quatro temas propunha Bolívar para o Congresso: estabelecer uma política externa comum, constituir um grande exército para a defesa comum e criar uma confederação de nações americanas. Os convites enviados por Bolívar e pelo governo grã-colombiano, excluíram o Paraguai - país isolado na sua tentativa de desenvolvimento autônomo -, o Haiti, uma "república negra" que era considerada um potencial mau exemplo para os negros dos outros países americanos, e as

² As mulheres das castas aristocráticas eram as únicas, nas atuais Venezuela e Colômbia, que podiam usar mantos longos: daí o nome de "mantuanas".

³ Francisco de Paula Santander. *Cartas y Mensajes de Santander*. Bogotá, Academia Colombiana de Historia, 1955, Tomo VIII, p. 116.

Províncias Unidas do Sul (a Argentina) devido a força que nestas últimas possuía o “partido da independência”.

O Brasil, apesar de ser um império - não uma república - foi também convidado, embora finalmente não assistisse; também não assistiu o Chile, então no limiar de uma guerra civil. Os governos desses dois países designaram finalmente delegados, mas quando isto aconteceu já fazia tempo que o Congresso cessara de funcionar. Bolívia, governada pelo marechal Sucre, enviou representantes tão logo se constituiu como nação, mas estes não chegaram em tempo hábil. Assistiram em definitiva ao Congresso só os representantes colombianos, peruanos, mexicanos e centro-americanos. Também convidou Bolívar representantes dos Estados Unidos, da Inglaterra e dos Países Baixos, que tinham colônias na América: já entrara em crise a relação entre Inglaterra e as demais potências europeias, que dez anos antes integravam a “Santa Aliança”. A convocação bolivariana era, simultaneamente, unificadora, conciliadora com as potências internacionais em expansão e antirrevolucionária (contra o perigo ou mesmo a perspectiva de uma revolução democrática ou popular).

Era propósito de Inglaterra fechar os caminhos para uma eventual reestruturação do domínio hispânico na América; meses antes do Congresso, em finais de 1824, a Inglaterra dera o golpe de graça às aspirações espanholas - respaldadas pelas demais potências absolutistas - ao reconhecer a independência do México e da Colômbia. Solucionado esse problema, iniciava-se a disputa entre Inglaterra e o outro incipiente aspirante a tutor das nações hispano-americanas: os Estados Unidos. Este país havia proclamado, em 1823, a "Doutrina Monroe", que rejeitava a intervenção de qualquer estado europeu na América; esta política, porém, encontrava reticências em muitos setores dos EUA, pois significava comprometer militarmente o jovem país nos problemas das jovens repúblicas do Sul: o presidente John Adams encontrou no Senado uma forte oposição ao seu projeto de enviar deputados a Panamá.

Finalmente Adams conseguiu a autorização, mas os dois enviados dos EUA nunca chegaram; um deles morreu em Cartagena, vítima de uma febre tropical, o outro chegou quando o Congresso finalizava. Inglaterra, por sua vez, enviou um delegado, o ministro Dawkinson, com instruções de sondar o ambiente no relativo à situação dos Estados Unidos, insinuando eventualmente que Inglaterra estava disposta a

apoiar uma ação comum dos novos Estados americanos para libertar Cuba e Puerto Rico do domínio espanhol, sabendo também que os Estados Unidos não acompanharia essa ação.

A 22 de junho de 1826 inaugurou-se o Congresso, em Panamá: os oito deputados e três secretários se reuniram em um dos salões do Convento de Panamá, situado frente ao Pacífico. Além do clima, difícil de suportar, a localização geográfica era desfavorável: Pedro Gual, delegado colombiano, demorara dois meses e meio para chegar desde Bogotá (a inauguração do Congresso tinha sido inicialmente fixada para outubro de 1825). O delegado inglês Dawkinson tinha ido para ganhar "amigos" para o seu país entre as nações hispano-americanas, e para deslocar os Estados Unidos de uma possível área de influência e expansão. Agiu com muito tato, disse a cada um o que esperava ouvir e, embora não pudesse impor seus pontos de vista a respeito da legislação marítima - um tema fundamental para a Grã Bretanha - pelo menos conseguiu que nada de concreto saísse do Congresso. Quando a 15 de julho firmou-se o tratado final, o colombiano Pedro Gual passou a Dawkinson a redação preliminar, ainda secreta, para que a comentasse. Dawkinson ficou satisfeito porque, em virtude especialmente das cláusulas referidas à Espanha, Estados Unidos não poderia assiná-lo, pois tencionava manter boas relações com a península ibérica.

Os resultados finais do tratado foram muito fracos. Os assuntos econômicos foram contornados, não se falou da paz com a Espanha, nem da libertação de Cuba e Porto Rico; tampouco se sancionou a arbitragem obrigatória para as disputas internacionais. Só conseguiu-se dar caráter multilateral aos acordos bilaterais firmados quatro anos antes, mas sem avançar para uma real unidade latino-americana. No máximo anunciou-se o propósito de "cooperar para a completa abolição do tráfico de escravos da África". Apenas assinado o tratado, os deputados se despediram; coincidiram em tornar a reunir-se em Tacubaya, México, mas poucos dos presentes se deslocaram até aí; Dawkinson, que achava cumprida a sua missão, retornou para Londres. Vidaurre, o peruano, não conseguiu chegar de volta ao seu país devido à guerra peruano-colombiana (o governador colombiano Carrillo não o deixou passar). Depois de Panamá, os delegados de Colômbia, Centro América e México celebraram finalmente uma única reunião, em outubro de 1828, à qual se somou, tardiamente, o delegado norte-americano, chegando à conclusão de que, tendo sido aprovados

os acordos de Panamá só pelo governo da Colômbia, não fazia sentido continuar a reunir-se.

A primeira tentativa de união latino-americana concluiu desse modo sem nenhum resultado e sem nenhuma glória. Pouco depois escrevia Bolívar ao general Páez: "O Congresso de Panamá, que deveria ser uma instituição admirável, se tivesse mais eficácia, se assemelha àquele louco grego que pretendia dirigir desde um rochedo os barcos que navegavam. Seu poder será uma sombra, e seus decretos serão meros conselhos". A nova elite política hispano-americana fracassara na tarefa de deitar as bases de uma grande nação. Com a direção ditatorial de Andrés de Santa Cruz, a Confederação Peruano-Boliviana foi a tentativa mais séria para concretizar a criação de um grande Estado americano: o caudilho alto-peruano pôde organizar uma federação das duas nações, que desintegrou-se com o enfrentamento armado ulterior contra o Chile.

A divisão da Grã-Colômbia antecipou o fracasso de outras tentativas unificadoras e a crise final dos projetos bolivarianos. Quando Bolívar chegou a Bogotá em 1826, depois de uma fria recepção, inteirou-se de que na Venezuela o general Páez se rebelara: Bolívar viajou imediatamente, chegando a um acordo com o caudilho, e entrando triunfante, mais uma vez, a última, em Caracas. Mas também havia explodido no Peru uma revolta localista, apoiada pelas tropas colombianas estacionadas na região. Suprimiu-se o regime presidencial vitalício, e foi escolhido para a presidência um inimigo de Bolívar, o general La Mar. A deterioração da figura política do *Libertador* parecia inevitável, e em 1829 intentou-se assassiná-lo. O general Sucre foi deposto na Bolívia, e uma guerra fronteiriça entre Colômbia e o Peru culminou com a separação definitiva de ambos os países. Na própria Colômbia, em finais de 1829, estalou uma revolta, no Sul, com seu centro em Popayán, e pouco depois Páez proclamou na Venezuela a secessão do país.

Meses mais tarde explodiu em Quito, Equador, um movimento semelhante. A Grã-Colômbia dissolveu-se de vez, Bolívar renunciou definitivamente a seus cargos: pouco tempo depois morreria em Santa Marta. Andrés Santa Cruz, filho de um oficial realista e de uma indígena, destacado chefe do exército de Bolívar, tentara dar continuidade ao projeto unificador como encarregado do governo do Peru, depois que o *Libertador* abandonara Lima. Posteriormente assumiu também o governo da Bolívia, tentando resolver os conflitos criados

depois da renúncia de Sucre como presidente vitalício.⁴ Conseguiu modernizar rapidamente o jovem Estado boliviano, para torná-lo apto para a unificação com Peru, organizando uma confederação entre os dois países. Mas as disputas regionais e as brigas internas frustraram a tentativa, obrigando Santa Cruz a retirar-se: foram os últimos atos militares de uma longa corrente de acontecimentos vinculados à ideia de manter a unidade hispano-americana, que nunca foi realizada na prática: sobre seus escombros floresceram as diversas nacionalidades latino-americanas, em número finalmente superior a vinte.

Consumada a dissolução da Grã-Colômbia, a Nova Granada se encontrou com uma economia submersa no atraso: a agricultura apresentava as mesmas formas vigentes desde o processo colonial; a indústria, a manufatura e o setor artesanal não conseguiam recuperar-se dos golpes recebidos com as reformas borbônicas; o comércio interno era incipiente pela ausência de vias de comunicação que integrassem o enorme país; o comércio internacional era praticamente inexistente. A tarefa que se apresentou à classe no poder era criar as condições para impulsionar o desenvolvimento econômico. O protecionismo estatal, que se praticou entre 1831 e 1845, permitiu o desenvolvimento de “algumas fábricas de louça, porcelana, papel, vidro e cristal, tecidos de algodão e inclusive substâncias químicas, como chumbo e ácido sulfúrico”.⁵ Adicionalmente, a exploração do ouro da Antioquia, na qual se introduziram novas formas de organização do trabalho e técnicas de exploração, se mantinha como o principal produto de exportação. Com uma base econômica tão incipiente, o Estado gastava quase 50% do orçamento no pagamento da dívida externa e na manutenção do seu exército. Em 1835 havia 690 escolas primárias e uma matrícula de 20.123 alunos, que equivaliam a 4% das crianças em idade escolar. Oito anos

⁴ Nas palavras de Ernesto J. Fitte, a segregação do Alto Peru “cometida na indiferença dos dirigentes argentinos, rompeu o harmônico esquema geopolítico do antigo vice-reinado. Nascia um país mediterrâneo [Bolívia], isolado, escravizado a um só tipo de produção. As Províncias Unidas perdiam o complemento mineiro da sua economia. Nada disso foi compreendido nesse momento” (Ernesto J. Fitte. Después de Ayacucho: la segregación de las provincias del Alto Perú. *Todo es Historia* n° 96, Buenos Aires, maio 1975).

⁵ Hans-Joachim König. *En el Camino Hacia la Nación*. Bogotá, Banco de la República, 1988, p. 428.

depois, em 1843, a porcentagem de escolaridade havia aumentado apenas para 4,5%.

A Nova Granada proclamou-se uma nação de cidadãos, mas tinham direito ao voto apenas os homens, maiores de idade, que sabiam ler e escrever, e que dispunham de uma propriedade, isto é, menos de 10% da população masculina: a “democracia” era uma ficção. O Estado era manejado por políticos conservadores que mantinham uma férrea aliança com a Igreja católica e os militares. Neste ambiente de asfixia, não obstante, foi-se desenvolvendo um nacionalismo modernizador impulsionado por comerciantes, empregados públicos, artesãos, advogados e proprietários rurais de regiões postergadas. Estes novos grupos políticos se propunham consumir os objetivos da revolução de 1810, que haviam sido postergados, segundo seus ideólogos, até 1849, porque os próceres da independência haviam se deixado guiar mais pela ambição de poder do que pela liberdade e seus efeitos positivos. Então começaria “realmente a revolução que haverá de nos dar a liberdade, emancipando-nos do fanatismo, das instituições, hábitos e preocupações coloniais”.⁶

Instituiu-se o tratamento obrigatório, entre as pessoas, de “cidadão”, mas os índios não foram levados em conta em seus direitos políticos e civis, as mulheres tampouco, e os artesãos, que haviam dado um grande apoio aos reformistas, advogando por uma política protecionista, logo viram traídas as suas expectativas por uma política livre-cambista que favoreceu os interesses dos grandes comerciantes e proprietários de terra. Os artesãos se tornaram conservadores e os índios foram lançados ao “livre mercado” da força de trabalho por uma reforma liberal que lhes despojou de suas terras comunais e dos *ejidos*. O nacionalismo anticolonial e modernizador se transformou em um projeto de elites que deixou inconclusa a tarefa de formar a nação *granadina* ou colombiana.

Era isso a continuidade ou a negação do projeto independentista original? Karl Marx pintou, em um verbete enciclopédico, um retrato totalmente desfavorável de Bolívar. O texto só veio a conhecimento da América Latina em 1935, quando foi publicado e comentado por Aníbal Ponce na revista *Dialéctica*, de Buenos Aires. Para Marx, os projetos continentais de Bolívar não passavam de “fraseologia vazia”, o Código

⁶ *Idem*, p. 450.

Bolivariano não teria sido mais que uma imitação do código civil napoleônico (o próprio Bolívar, como chefe militar, teria merecido o apelido de “Napoleão das retiradas”), a aspiração última de Bolívar fora, na verdade, a de unir toda América “em uma república federal da qual ele seria o ditador”. Ponce sublinhou que as afirmações de Marx estavam confirmadas pelos biógrafos defensores de Bolívar, só deixando entrever algum distanciamento crítico referindo-se “à situação excepcional que dava ao biógrafo [Marx] sua qualidade de alheio ao ambiente americano”.⁷

O retrato de Bolívar redigido por Marx apresenta um Bolívar sem contradições, apenas animado pela ambição de poder, e destacado do contraditório panorama da crise mundial que provocou a independência ibero-americana. Abunda em descrições desfavoráveis ao líder da independência, descrito como “personagem medíocre e grotesco”, covarde, incapaz de qualquer iniciativa de maior alento, péssimo estrategista, atribuindo a condução das guerras de independência aos militares estrangeiros a seu serviço. O tom do artigo é de pouco respeito por Bolívar, tratado quase como personagem de opereta: “*Como a maioria de seus compatriotas* [Bolívar] era incapaz de todo esforço de longo prazo e sua ditadura degenerou rapidamente em uma anarquia militar na qual os assuntos mais importantes ficavam nas mãos de favoritos que arruinavam as finanças públicas e logo recorriam a meios odiosos para reorganizá-las”. O uso da expressão “maioria” em vez de “todos” parece cláusula de estilo.

Marx admitiu, numa carta a Engels, que havia saído um pouco do tom enciclopédico, mas que seria ultrapassar os limites querer apresentar como equivalente a Napoleão Bonaparte “o mais covarde, brutal e miserável dos canalhas”, Simón Bolívar. José Aricó situou a “unilateralidade” de Marx no contexto da questionada noção teórica (de Engels, tomada, por sua vez, de Hegel) de “povos sem história”, segundo ele implicitamente usada por Marx para os povos sul-americanos

⁷ Aníbal Ponce. *Comentarios marginales*. In Karl Marx. *Simón Bolívar*. Buenos Aires, Rafael Cedeño, 1987, p. 43. O artigo original de Marx foi publicado no tomo III de *The New American Cyclopedia*, tendo sido escrito em janeiro de 1858. Foi reproduzido na edição alemã de MEW (*Marx-Engels Werke*), tomo XIV, pp. 217-231.

(sem nenhuma evidência nesse sentido).⁸ Aricó buscou compreender por que Marx escreveu pouco sobre o continente americano, e que razões o levaram a construir uma interpretação preconceituosa e nada positiva sobre as sociedades latino-americanas. Aricó chegou a ser criticado por divulgar textos de Marx e Engels sobre a América Latina que, na opinião de muitos, deveriam ter permanecido onde antes se encontravam, isto é, no esquecimento.

Nos textos de Marx e Engels sobre a guerra entre os Estados Unidos e o México, os autores assumiram posição favorável aos EUA, entendendo a invasão norte-americana sobre o território mexicano como uma vitória do progresso sobre o atraso, que colaborava para o avanço do capitalismo contra as estruturas arcaicas da antiga colônia espanhola. A tese que Aricó sustentou, em seu *Marx e a América Latina*, é que não caberia aceitar que Marx escreveu pouco - por falta de conhecimento ou de interesse - sobre a América Latina devido a uma visão eurocêntrica, igual a de tantos outros seus contemporâneos: era preciso ir mais longe. O conhecimento de Marx sobre a América Latina foi maior do que imaginamos:⁹ a pergunta que permanece é a de por que Marx não usou, no exame da realidade latino-americana, uma série de observações extraídas da análise de outras sociedades semelhantes, que eram da mesma forma "atrasadas" em relação ao capitalismo europeu, apesar de ter conhecimento adequado para fazê-lo, e de dispor de meios para complementar suas informações.

Aricó partiu da premissa de que Marx teve dificuldades de abandonar por completo sua herança hegeliana. Para Hegel, a América não tinha um lugar autônomo na história universal do espírito humano, constituindo-se em espaço dos "povos sem história". Hegel e sua filosofia da história - supostamente superados por Marx - emergiam "como um substrato cultural vivo", como um componente inseparável dos preconceitos originados na formação ideológica e cultural do pensamento marxiano. O segundo ponto da análise de Aricó foi o de mostrar que foi o exacerbado anti-bonapartismo de Marx o que provocou a rejeição de Bolívar, depois que Marx estabeleceu uma identificação das repúblicas latino-americanas com o

⁸ Cf. Roman Rosdolsky. *Friedrich Engels y el Problema de los "Pueblos sin Historia"*. México, Pasado y Presente, 1980.

⁹ Karl Marx & Friedrich Engels. *Materiales para la Historia de América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1974.

projeto bonapartista. Isto teria conduzido Marx a menosprezar a dinâmica histórica própria das sociedades nacionais latino-americanas: a América Latina era uma inexplicável multiplicação de Estados débeis, manejados por restritas oligarquias carentes de espírito nacional, ou por caudilhos, geralmente militares, incapazes de impedir a fragmentação territorial e de assegurar a presença de um poder nacional, a não ser através de ferozes ditaduras, quase sempre efêmeras.

A América Latina era, ainda, composta por países frágeis, sujeitos à dominação econômica externa. As formações nacionais se apresentavam como meras construções estatais impostas sobre um vazio institucional e sobre a ausência de uma vontade popular, incapazes de se constituírem completamente devido à falta de consistência do tecido social. A independência política não havia trazido um movimento de renovação social. A presença de uma classe dirigente cada vez mais inclinada a identificar a nação com o Estado e a incapacidade manifesta das classes populares de serem portadoras de um projeto de regeneração social, teriam sido outros elementos que compuseram a interpretação marxiana sobre a América Latina. Dessa maneira, o continente foi quase que excluído de seu pensamento, constituindo uma realidade que se apresentava diante de seus olhos como a potenciação, sem contrapartida, do bonapartismo e da reação europeia.

Aricó se perguntou, ainda, se as opiniões de Marx a respeito de Bolívar se deviam a uma falta de conhecimento sobre o venezuelano. Concluiu que Marx, no Museu Britânico, poderia ter tido acesso ao material que necessitasse para esclarecer dúvidas, e que sua posição sobre Bolívar tem explicações bem mais complexas: a crítica severa que fez a Bolívar passava por seu repúdio às posições autoritárias defendidas por Bolívar, como a de que o Estado deve organizar a sociedade, de cima para baixo. Marx não podia aceitar as posições de Bolívar e daí sua aversão à figura do líder da independência. Fora, segundo Aricó, incapaz de visualizar no processo histórico latino-americano a presença de uma luta de classes que fosse expressão do movimento real das forças sociais e que, portanto, firmasse sua sistematização lógico-histórica. Sua visão privilegiava o caráter arbitrário, absurdo e irracional do processo latino-americano - não teria sido capaz de compreender as outras dimensões presentes - o que o

obrigou a recolocar a noção de "povos sem história" para se referir aos sul-americanos.¹⁰

O Bolívar que Marx construiu se constituía no herdeiro arbitrário e despótico da tradição político-estatal que ele havia sempre combatido desde uma dupla perspectiva teórica e política. Portanto, concluiu Aricó, era natural que tal interpretação - países onde o peso da constituição por cima da sociedade civil era tão notável - inaugurasse uma zona de

¹⁰ Tal noção não aparece no artigo de Marx (que nunca a usou em qualquer texto), que conclui assim: "Uma tentativa de assassiná-lo, em seu próprio quarto, em Bogotá, da qual só se safou porque pulou por uma janela, em plena noite, e permaneceu escondido debaixo de uma ponte, permitiu-lhe exercer durante algum tempo uma espécie de terror militar. Bolívar, porém, evitou pôr a mão sobre Santander, apesar de que este participara da conjura, enquanto mandou matar o general Padilla, cuja culpabilidade não havia sido demonstrada em absoluto, mas pelo fato de ser homem de cor, não podia oferecer resistência alguma. Em 1829, a encarniçada luta entre as facções dilacerava a república e Bolívar, em um novo apelo à cidadania, exortou-a a expressar sem receios seus desejos a respeito de possíveis modificações na constituição. Como resposta a este manifesto, uma Assembleia de notáveis, reunida em Caracas, reprovou publicamente suas ambições, pôs a descoberto as deficiências de seu governo, proclamou a separação da Venezuela em relação à Colômbia, e colocou à frente da primeira o general Páez. O Senado da Colômbia apoiou Bolívar, porém novas insurreições estouraram em diversos lugares. Após demitir-se pela quinta vez, em janeiro de 1830, Bolívar aceitou de novo a presidência e abandonou Bogotá para guerrear contra Páez em nome do congresso colombiano. Em fins de março de 1830 avançou à frente de 8.000 homens, tomou Caracuta, que havia se sublevado, e se dirigiu até a província de Maracaibo, onde Páez o esperava com 12.000 homens fortemente posicionados. Assim que Bolívar soube que Páez projetava combater seriamente, fraquejou. Por um momento, inclusive, pensou em submeter-se a Páez e pronunciar-se contra o Congresso. Porém decresceu a ascendência de seus partidários e Bolívar se viu obrigado a apresentar sua demissão, já que se lhe deu a entender que desta vez teria que manter sua palavra e que, com a condição de que se retirasse para o estrangeiro, ser-lhe-ia concedida uma pensão anual. Em 27 de abril de 1830, por conseguinte, apresentou sua renúncia ao Congresso. Com a esperança, porém, de recuperar o poder graças à influência de seus adeptos, e devido ao fato de que já se iniciara um movimento de reação contra Joaquim Mosquera, o novo presidente da Colômbia, Bolívar foi postergando sua partida de Bogotá e arrumou um jeito de prolongar sua estada em San Pedro até fins de 1830, momento em que faleceu repentinamente". A análise marxiana é totalmente centrada na figura de Bolívar.

sombras na reflexão marxiana. Para Marx, havia uma "incapacidade congênita" do estado bolivariano de ordenar o mundo da sociedade civil. O caráter essencialmente estatal de suas formações nacionais, o prematuro isolamento ou destruição de processos matizados por uma forte mobilização de massas, foram elementos que compuseram sua interpretação e fizeram com que ele olhasse para a América Latina como um continente singular. Ao apresentar as explicações dos motivos que levaram Marx a construir interpretações tão negativas e preconceituosas sobre a América Latina, Aricó insistiu, no entanto, em que o pensamento marxiano não era composto apenas desses elementos.¹¹

A questão do bonapartismo (ou do monarquismo) sul-americano, porém, embora vinculada aos desenvolvimentos europeus coetâneos, possuía sua especificidade: "No caso da América Latina, as tendências ao bonapartismo não foram produto de um Termidor que buscasse encerrar uma experiência revolucionária burguesa histórica, consolidando o advento de um novo regime social. Trata-se de um Termidor sem revolução burguesa, a expressão da regressão do processo revolucionário aberto com a revolução na Espanha (1808) e nas suas colônias (1809-1811), regressão alentada pelas metrópoles de Europa e da América do Norte. Grã-Bretanha, a potência que com maior audácia interveio diante dos movimentos pela independência, desenvolveu uma estratégia baseada em que a emancipação da América espanhola poderia ser um risco grave se se produzisse uma afirmação do sistema republicano...

"Essa política combinou-se com a neutralidade dos EUA, orientada para a coexistência com Espanha e com a Santa Aliança. O ângulo de Marx nos seus escritos sobre América Latina é a defesa dos processos de independência nacional, no sentido em que as questões nacionais não resolvidas e a opressão nacional significam bloqueios ao desenvolvimento das forças produtivas e da democracia, o livre desenvolvimento da luta de classes... A reivindicação (hodierna) de Bolívar serve para confundir acerca da natureza da guerra de independência no Norte da América do Sul, um processo de confisco do levantamento das massas realizado por grandes proprietários e

¹¹ Cf. Maria Lygia Prado. Marx e a América Latina. In: Osvaldo Coggiola (org.). *Marx & Engels na História*. São Paulo, Humanitas, 1996.

comerciantes, e o fracasso reiterado do nacionalismo para dar à luz uma nação independente".¹²

De fato, historicamente, só na escala de uma grande nação latino-americana, América Latina poderia ter se firmado como uma sociedade política e economicamente independente. O que o impediu foi, em primeiro lugar, a ausência de um esboço de desenvolvimento econômico comum (mercado interno continental pré-existente, que existia sim nas colônias inglesas do norte do território americano controlado por Inglaterra). Segundo Milcíades Peña, "ninguém pode dizer seriamente que a América colonial fosse uma grande nação latino-americana, pois seria o mesmo que dizer que a Índia e a América do Norte eram uma nação só, pois ambas pertenciam à Coroa britânica. As colônias americanas da Espanha tinham em comum o fato de pertencerem à mesma monarquia, e possuírem uma língua e uma religião comuns. Mas não existia unidade econômica - base substancial da nação, sem a qual a língua e outros elementos subjetivos são impotentes - e nem sequer unidade administrativa. A 'unidade existente no Império hispano-americano' era, do ponto de vista da unidade nacional, praticamente nula. A Espanha não conseguiu fundar um governo só, nas suas colônias americanas, nem fazer delas um só vice-reinado, pois a enorme extensão e variedade do território impediu-a de fazê-lo".¹³

O autor polemizava, na ocasião, com Jorge Abelardo Ramos, que sustentara que a história e a economia sugeriam a unificação do "continente latino-americano" (sic), depois das independências, assim como que sua indústria artesanal "tendia a criar um estado histórica e economicamente nacional".¹⁴ Peña combateu essa ideia descabida, no entanto, não explicou a base e o contexto históricos em que os *libertadores* formularam a ideia de uma "unidade americana" (o termo América Latina não existia então, só vindo a aparecer em finais do século XIX, popularizando-se nas primeiras décadas do

¹² Christian Rath. Marx sobre Bolívar. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

¹³ Milcíades Peña. *El Paraíso Terrateniente*. Federales y unitarios forjan la civilización del cuero. Buenos Aires, Fichas, 1972, p. 7.

¹⁴ Jorge Abelardo Ramos. *América Latina: un País*. Su historia, su economía, su revolución. Buenos Aires, Ediciones Octubre, 1949, pp. 49 e 68. Do mesmo autor, com uma explicitação e desenvolvimento mais amplos desse ponto de vista, ver: *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1968.

século XX graças aos jornalistas e cientistas políticos franceses).¹⁵

Diz José Carlos Chiaramonte que “no início dos movimentos da independência na América Latina, predominava no plano político o sentimento de espanhol americano, não o correspondente a alguma das futuras nações. Esse sentimento americano entrou rapidamente em declínio, pela impossibilidade de se construir um organismo político das dimensões do continente ou da América do Sul. Paralelamente, começaram a circular projetos de unidades políticas menores, que derivariam nas futuras nações latino-americanas”.¹⁶ Sua conclusão remete à tardia configuração das nacionalidades na América Latina, as quais seriam *resultado*, e não *fundamento*, dos movimentos independentistas. E, de fato, foi depois da independência que autores como o peruano José Manuel Dávalos, o chileno Manuel de Sales, ou o colombiano Francisco José de Caldas, defenderam uma vaga “nacionalidade americana” baseada na vastidão do território e de suas riquezas naturais, e condenaram o saque e a exploração dos povos originários por parte dos colonizadores; contrapondo-se às teses da “inferioridade americana” diante do Velho Mundo, expostas precedentemente por cientistas europeus como Buffon ou De Pauw, contrapondo-lhes a grandeza do hemisfério ocidental para a humanidade.

Qual foi, então, o fundamento dos movimentos da independência? A fragmentação da América espanhola não se limitou à não-constituição de uma ou duas grandes nações do México até a Argentina. As unidades nacionais projetadas durante a luta pela independência - a Federação Centro-americana, a Grã Colômbia de Bolívar, a Confederação Peruano-Boliviana, as Províncias Unidas da Argentina e do Uruguai - também se dividiram. A tendência para a

¹⁵ Cf. André Sigfried. *Amérique Latine*. Paris, 1932. O autor foi o fundador da *Fondation Nationale des Sciences Politiques*. Dentre os jornalistas que popularizaram no mundo a noção de “América Latina”, cabe citar principalmente Tibor Mende (*Amérique Latine entre en Scène*).

¹⁶ José Carlos Chiaramonte. Em torno de la identidad nacional: elogio de la diversidad. *Encrucijadas* n° 15, Buenos Aires, UBA, janeiro 2002; do mesmo autor: *El Mito de los Orígenes en la Historiografía Latinoamericana*. Buenos Aires, Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, sd; assim como: Francisco José Lyra Silva. Natureza e identidade nacional na América nos séculos XVIII e XIX. *Múltipla* n° 9, Brasília, UPIS, dezembro 2000.

constituição de grandes unidades nacionais foi vencida durante e após a luta pela independência. A ausência de base econômica não era tudo, pois se existisse o projeto histórico, e a liderança disposta a executá-lo, esta poderia, em tese, impô-lo ditatorialmente (como o Norte dos EUA impôs a unidade e a luta pela independência das treze colônias inglesas aos *tories* e ao Sul).

A liderança político-militar da independência latino-americana sofria das limitações históricas da classe que lhe deu origem, a aristocracia crioula, ainda que estivesse um passo à frente daquela: manifestou-se incapaz de passar a apoiar-se em outras classes sociais, as mesmas classes que em diversos momentos da guerra pela independência tenderam a dar-lhe um conteúdo social, a "república negra" de Haiti, o México de 1810, o Paraguai ou o Uruguai de José Gervasio de Artigas. Em 1810 o Uruguai não existia: foi a solidariedade com a *Revolución de la Junta de Mayo*, quando ela se abriu para as províncias do vice-reinado, em finais de 1810, transformando-se na "Junta Grande", que iniciou sua libertação da Espanha. Artigas foi a Buenos Aires, e voltou apoiado pelas tropas da Junta, sitiando Montevideú. Havia três jurisdições distintas no atual território do Uruguai: a *gobernación* de Montevideú e seus arredores; a da maior parte do Río Negro -desde Rocha até a Colônia - que se encontrava na jurisdição de Buenos Aires, e uma terceira do Rio Negro até Yapeyú.

No processo revolucionário entre 1811 e 1813, Artigas reuniu essas três partes e fundou a Província Oriental, que nasceu junto com outras províncias fundadas entre maio de 1810 e a Assembleia Constituinte de 1813. Os *Treinta y Tres Orientales* de Lavalleja, depois, vieram libertar à Província Oriental: Lavalleja era chefe dos exércitos argentinos do Rio da Prata. Os "uruguayos" eram os rio-platenses ocidentais ou "argentinos orientais", como afirmava o próprio Lavalleja. Em 1828, com o Tratado de Paz entre Argentina e Brasil, sob a mediação diplomática inglesa, nasceu o Estado de Montevideú, sobre cuja base criou-se a independência do Uruguai.

A tendência para a fragmentação política se impôs através de diversos processos semelhantes. Disse José Aricó: "Não fracassaram os planos de Bolívar simplesmente porque não contaram com uma poderosa classe social que os assumisse, mas porque, não existindo tal classe, as forças sociais que se aglutinavam em torno do projeto bolivariano, e que deveriam ter preenchido essa ausência, careciam de suficiente

vontade revolucionária para fazer avançar o processo até onde se tornasse impossível um provável retorno à situação anterior. Tornou-se irrealizável pela própria debilidade das forças que deveriam encarná-lo, e pelo profundo temor que sentiam ante a violência destrutiva das massas populares. A lembrança traumatizante das rebeliões da época colonial, a reação conservadora e realista provocada na elite crioula pela ameaçadora presença de massas dispostas a serem agitadas por qualquer demagogo, e lançadas contra os centros da ordem, da cultura e das finanças, corroíam o jacobinismo que caracterizou os mais radicais representantes do movimento revolucionário. A perspectiva de fazer depender do aprofundamento da mobilização popular o triunfo da nova ordem, era temida não só pelos indivíduos de mentalidade conservadora, mas também por muitos de formação liberal, como Bolívar, que viam que a massa popular tinha mais capacidade destrutiva que construtiva".¹⁷

A "falta de vontade revolucionária" (que, analisada isoladamente, remeteria a uma espécie de carência cultural) remete à ausência de uma classe revolucionária, capaz não só de opor revolucionariamente seus interesses ao antigo regime, mas também de modelar uma nova sociedade, de acordo com esses interesses. As burguesias francesa e inglesa realizaram as suas revoluções não diretamente, mas através das ditaduras revolucionárias de Oliver Cromwell e dos jacobinos. Mas Cromwell e Robespierre exprimiram a vontade da burguesia de mobilizar revolucionariamente a nação para varrer com o Antigo Regime em todos os planos (não certamente para beneficiar as massas populares): "As Revoluções Francesa e Americana ocorreram em um mundo anterior à Revolução Industrial; um mundo em que o capital continuava a ser basicamente comercial ou agrário. Por este motivo apenas, as elites de cada setor eram capazes de mobilizar produtores diretos na cidade ou no campo, isto é, as massas populares compostas principalmente de artesão ou agricultores. Ainda não havia, enquanto fato social geral, aquele abismo social entre manufatureiros e trabalhadores mais tarde aberto pelas indústrias. Uma única categoria podia abarcar tudo, classes altas e subordinadas, o patriotismo. Militantes nas lutas dos futuros Estados Unidos e da França se denominavam

¹⁷ José Aricó. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

‘patriotas’, um termo inspirado pelas imagens e lendas das repúblicas da Antiguidade clássica: Atenas, Esparta, Roma”.¹⁸

Nesse sentido houve, na América Latina, ausência de uma burguesia revolucionária, interessada em por fim às formas pré-capitalistas de exploração do trabalho e ao latifúndio, criando um amplo mercado interno: portanto, a revolução democrática realizou-se de maneira incompleta e inacabada. Os líderes revolucionários traduziram, no seu drama e contradições, a impotência da burguesia *criolla*. Francisco de Miranda disse, diante da revolta negro-escrava do Haiti e das rebeliões camponesas: "Melhor seria que as colônias ficassem mais um século sob a opressão bárbara e vergonhosa da Espanha".¹⁹ E Miranda, lembremos, foi o precursor da independência. Bolívar, mais ousado que seu mentor inicial, herdou dele o medo à “revolução das cores” (preta, mulata e mestiça): "O medo que da emancipação dos escravos nascesse um Haiti continental paralisou a maioria da oposição *criolla*".²⁰

Prevaleceram, então, os interesses localistas da aristocracia *criolla*, voltados para a monocultura agrário-mineira primária, dirigida para o mercado mundial, e sem interesse na constituição de fortes unidades nacionais baseadas no mercado interno (como era o caso da burguesia nortista nos EUA). Mas a fragmentação política foi um fator de crise das novas nações. Era do interesse dos novos senhores do mercado mundial, como já ocorrera no passado, obter dinheiro líquido, e não simplesmente produtos. Ora, a fragmentação do antigo império colonial isolara regiões inteiras de suas fontes de metal precioso (esse foi, por exemplo, o caso do Rio da Prata, privado de quase todo metal circulante durante quase quinze anos, logo depois da independência das “Províncias Unidas do Sul”). Também nas zonas de produção, o ritmo de exportação era mais rápido do que o ciclo produtivo, o que só podia levar ao mesmo resultado: assim ocorreu no Chile depois da independência do país. O novo Estado, produtor de prata e de ouro, não conseguia conservar o volume de dinheiro líquido (ainda que modesto) de que necessitava para seu comércio interno. A crise

¹⁸ Perry Anderson. Internationalism: a breviary. *New Left Review* n° 14, Londres, março-abril 2002.

¹⁹ Carta a Turnbull, 12 de janeiro de 1798.

²⁰ Manfred Kossok. El contenido burgués de las revoluciones de independencia en América Latina. *Historia y Sociedad* n° 4, México, 1974.

econômica e financeira acirrou as disputas internas, o que facilitou a intervenção, não já da exaurida Espanha, mas da dinâmica Inglaterra, na conformação e no mapa político definitivo da América Latina.

No entanto, e contra a lenda nacionalista que atribui à Inglaterra, exclusivamente, a responsabilidade pela divisão (ou "balcanização") da América Latina (lenda que tende a inocentar à aristocracia *criolla* e as lideranças da luta pela independência por esse resultado) é bem provável que a intervenção inglesa buscasse às vezes evitar uma maior divisão dos novos países. Segundo Leon Pomer, pouco depois da queda de Rosas na Argentina [em 1852] chegou ao país Sir Charles Hotham, primeiro enviado britânico na nova etapa política que se abria no país; este comprovou de imediato a necessidade de evitar a desagregação do território argentino em insignificantes republiquetas. Tratar e discutir em separado - alegava ele a seus superiores - com os governantes que surgiriam em cada uma delas, era oneroso, pesado o fatigante. Fazia-se necessário - argumentava - apoiar a unidade do país em torno de um pólo que merecesse confiança. Em consequência, a política britânica primeiro apoiou o general Urquiza. Os propósitos separatistas de caudilhos regionais foram desaprovados, assim como toda ingerência excessiva do Império do Brasil nos assuntos argentinos.²¹

A razão disso é simples e resumida por Tulio Halperin Donghi: "A aspiração da Grã-Bretanha não era obter um domínio político direto, que implicaria em despesas administrativas e a comprometeria nas violentas lutas das facções locais. Ao contrário: propõe-se deixar em mãos dos americanos, juntamente com a produção e boa parte do comércio local, as honras e os ônus de governar aquelas vastas extensões de terras. Tudo isso não quer dizer falta de pontos de vista bem claros e firmes, nem timidez na imposição da sua vontade".²² No entanto, a "energia" inglesa foi mais necessária quando tratou-se de se opor à constituição de unidades nacionais potencialmente fortes. Foi o caso da acima citada separação do Uruguai da Argentina, devida à influência inglesa, em ocasião da Guerra Cisplatina (1828) entre Argentina

²¹ Leon Pomer. *As Independências da América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

²² Tulio Halperin Donghi. *Historia Contemporânea de América Latina*. Madri, Alianza, 1976.

o Brasil. Segundo o mesmo autor: "A atitude britânica diante do conflito entre Argentina e Brasil foi diversa; Inglaterra impôs uma outra solução, apoiando a constituição de um Estado-tampão, que retirava ao governo de Buenos Aires o controle político do sistema fluvial mais importante da América do Sul".

E assim nasceu o Uruguai "independente"; não por acaso duas vezes (em 1838 e 1846) a frota inglesa bloqueou Buenos Aires para impor, "sem timidez", seus pontos de vista (no que, nas duas ocasiões, fracassou, devido à resistência do governo de Juan Manuel de Rosas, que recebeu, pelo feito, o sabre usado na guerra da independência por José de San Martín, doado pelo próprio, já no seu exílio francês). A intervenção inglesa, invadindo Georgetown na Nicarágua (em 1848) foi também decisiva para impedir a formação de uma unidade nacional mais ampla na América Central. Em qualquer um dos casos mencionados, e à diferença do que acontecera no processo da independência dos EUA, vemos na Hispano-América independente uma potência europeia intervindo abertamente e conseguindo em boa medida determinar a conformação dos futuros espaços nacionais. A Inglaterra compreendeu bem e cedo que as mudanças introduzidas pelas revoluções da independência eram irreversíveis (só a Espanha e a França, em meados do século XIX, tentaram recompor parcialmente seus impérios coloniais americanos) e se dispôs a impor seus interesses econômicos na América adaptando-os à nova situação.

A posição dos EUA diante da fragmentação latino-americana foi uma questão mais complexa. Os "Pais Fundadores" (dos EUA) consideraram a América do Sul como uma região que, assim como os Estados Unidos, buscava sua libertação das nações totalitárias da Europa. Jefferson, Madison, Monroe e John Quincy Adams, todos eles consideraram os sul-americanos como irmãos na luta contra a tirania. Cada um destes presidentes foi um diplomata experiente: Jefferson foi Secretário de Estado de Washington; Madison foi Secretário de Estado de Jefferson, Monroe foi Secretário de Estado de Jefferson e John Quincy Adams foi Secretário de Estado de Monroe. De modo que quando cada um deles chegou à presidência, havia conhecido muito bem as lutas de poder das relações internacionais, e os Estados Unidos desfrutaram de uma continuidade de prática política que foi rara desde então.

Por isso, quando Monroe foi Secretário de Estado em 1811, enviou Joel Barlow como ministro para a França. As

instruções de Monroe a Barlow incluíam o seguinte: “Uma revolução nas províncias espanholas, ao Sul dos Estados Unidos, está avançando rapidamente. As províncias de Venezuela declararam sua independência e anunciaram o ocorrido a nosso governo. Dizem que o mesmo caminho será seguido em breve por Buenos Aires (sic) e outras zonas. As províncias da Venezuela propuseram ao presidente o reconhecimento de sua independência e a aceitação de um ministro; e ainda que dito reconhecimento formal não tenha sido ainda efetuado, a resposta foi muito amigável e conciliadora. O Sr. não deve hesitar em atender esta questão, devido tanto aos justos reclamos de nossos irmãos do Sul, com os quais os Estados Unidos não podem ser indiferentes, quanto ao que concerne os melhores interesses de nosso país”.

Quando Monroe assumiu a presidência, um de seus primeiros atos foi autorizar uma missão à América do Sul a fim de avaliar a situação daqueles lugares que haviam se proclamado independentes. Com o retorno dos comissionados, Monroe iniciou as operações destinadas ao reconhecimento diplomático. Em um memorandum de 1819 ao Secretário de Estado John Quincy Adams, propondo o envio de um agente à América do Sul, Monroe escreveu: “Posto que as colônias (espanholas) são nossas vizinhas, e necessariamente devemos sustentar intercâmbios com elas, especialmente se se tornam independentes, como presumimos, em um futuro próximo, é de suma importância que nossas relações sejam de natureza amigável”.

Em 1822 Monroe enviou uma mensagem ao Congresso solicitando o reconhecimento diplomático dos países da América Latina: “O movimento revolucionário nas províncias espanholas deste hemisfério atraiu a atenção e a simpatia de nossos cidadãos desde seus inícios”. Somente um membro do Congresso votou contra a proposta. Logo depois, em 1823, o ministro inglês de Relações Externas, George Canning, subitamente propôs que a Grã Bretanha e os Estados Unidos se unissem para opor-se aos esforços da “Santa Aliança” – França, Espanha e Rússia – para restabelecer as colônias espanholas na América da Sul.

Canning considerava conveniente bloquear seus rivais europeus; mas perdeu seu interesse na medida em que mudou a situação internacional. No entanto, Monroe decidiu continuar sem o apoio britânico, e declarar às autoritárias nações europeias que os povos independentes da América do Sul

estavam fora de seu domínio. Em outubro de 1823 Monroe enviou um rascunho de sua mensagem ao Congresso para Thomas Jefferson em Monticello e para James Madison em Montpelier, pedindo-lhes sua opinião. Ambos responderam de imediato. Disse Jefferson: "O tema das cartas que nos enviou é o mais transcendente que já contemplei desde a independência. Aquele nos tornou uma nação. Este ajusta nossa bússola e assinala o caminho que devemos recorrer no oceano do tempo que se abre diante de nós, e não poderíamos embarcar em condições mais auspiciosas". Também Madison concordou com a oposição às maquinções dos europeus, pelas "declarações que fizemos a nossos vizinhos, nossa simpatia por suas liberdades e independência, os profundos interesses que temos em manter as mais amigáveis relações com eles".

Em 2 de dezembro de 1823, Monroe enviou ao Congresso uma mensagem, que continha o que veio a ser chamado de "Doutrina Monroe": "Os continentes americanos, pela livre e independente condição que assumiram e mantiveram, não deverão ser considerados como suscetíveis de futura colonização por qualquer das potências europeias. A sinceridade e relações amistosas que existem entre os Estados Unidos e aquelas potências, nos obrigam a declarar que considerariamos perigoso para nossa paz e segurança qualquer tentativa por parte delas que tenha como objeto estender seu sistema a uma porção deste hemisfério, seja qual for. Não intervimos nem interviremos nas colônias ou dependências de qualquer potência europeia: mas quando se trata de governos que tenham declarado e mantido sua independência, e que depois de muita consideração, e de acordo com justos princípios, tenham sido reconhecidos como independentes pelo governo dos Estados Unidos, qualquer intervenção de uma potência europeia, com o objeto de oprimi-los ou de dirigir de alguma maneira seus destinos, não poderá ser vista por nós senão como a manifestação de uma disposição hostil em relação aos Estados Unidos".

Observando que os Estados Unidos já haviam estabelecido, ou se encontravam no processo de estabelecer, relações diplomáticas com a Colômbia, Argentina, Chile e México, Monroe advertiu bruscamente os europeus de que a liberdade da América do Sul devia florescer: "Nunca tomamos parte nas guerras das potências europeias por questões relacionadas com elas mesmas, nem tem a ver com nossa política fazê-lo. Somente quando nossos direitos são

avassalados ou seriamente ameaçados devolvemos as injúrias ou nos preparamos para nossa defesa. Com os movimentos deste hemisfério nos encontramos necessariamente conectados de modo imediato, e por razões que deveriam ser óbvias para todo observador atento e imparcial. O sistema político das potências aliadas é neste sentido essencialmente diferente daquele das Américas. Esta diferença deriva daquela que existe em seus respectivos governos; e em defesa nossa, que se conseguiu mediante a perda de tanto sangue e bens, e amadurecido pela sabedoria de seus cidadãos mais iluminados, e sob o qual temos gozado de uma felicidade sem igual, toda a nação está empenhada. Por isso devemos, pela sinceridade e relações amistosas existentes entre os Estados Unidos e aqueles poderes, declarar que consideraremos qualquer tentativa de sua parte para estender seu sistema a qualquer porção deste hemisfério como perigoso para nossa paz e segurança”.

Na América Central, o processo de fragmentação nacional atingiu seus níveis mais profundos, e o intervencionismo inglês sua feição mais descarada. Nos últimos episódios da guerra de independência na região, produziu-se uma quase fusão entre a *elite criolla* e a administração colonial: "Espanha se desembarçou da Capitania Geral de Guatemala em um dos ciclos econômicos mais críticos da região. O trânsito da Colônia à República se fez pacífica e surpreendentemente, através de uma virtual declaração formal que deixou intacta, inclusive, na pessoa física do último capitão geral e primeiro chefe do Estado independente, a estrutura administrativa da Colônia".²³ Nessa região americana, o processo que conduziu em direção da constituição de uma miríade de pequenas "repúblicas", transformadas em ditaduras que viraram símbolos mundiais do mais brutal autoritarismo militar (chamadas, com ironia, de "repúblicas bananeiras") não teve nada de um "ciclo histórico natural" ou "fatal" (se é que isso existe) e menos ainda se correspondeu com um suposto "caráter nacional" de seus habitantes, já designados, em meados do século XIX, como "irresponsáveis latinos relutantes em pagar suas dívidas aos seus credores ingleses", pelo intendente britânico para América Central, Macdonald, ao seu

²³ Edelberto Torres Rivas. *Historia General de Centroamérica*. Madri, Comisión Estatal para el Quinto Centenario-FLACSO-Comunidades Europeas, 1993.

superior, o chanceler Lorde Palmerston, personagem central da diplomacia secreta na Europa (e no mundo) do século XIX.²⁴

Nos últimos anos da dominação espanhola na América Central, a região chamada de Reino de Guatemala incluía as províncias de Honduras, Guatemala, Chiapas, El Salvador, Nicarágua y Costa Rica. Na cidade de Guatemala, capital do Reino, foi declarada a independência em setembro de 1821, e poucos meses depois, esses territórios foram incorporados ao México. Com a exceção de Chiapas e Soconusco, logo o resto das províncias se separou para formar a Federação de América Central.²⁵ Em junho de 1823 foi declarada a emancipação do México, e em novembro de 1824 foi promulgada a Constituição das Províncias Unidas da América Central, com Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador como seus estados integrantes. Moldada no exemplo da “carta magna” dos Estados Unidos e sob a influência da Constituição de Cádiz de 1812, ela foi resultado da conciliação de interesses divergentes, e a definição ambígua de alguns pontos fundamentais levaram a problemas insolúveis na sua aplicação.

A República Federal teve curta vida: apenas um ano depois de eleito o primeiro presidente em abril de 1825, Manuel José de Arce, a guerra civil explodiu, para acabar só em 1829 com a vitória do grupo liberal encabeçado pelo general Francisco Morazán. Os liberais vitoriosos reprimiram os conservadores, expulsando o arcebispo de Guatemala, desapropriando os bens das ordens religiosas e empurrando os monges ao exílio. Morazán decidiu centralizar os recursos dos estados, como rendas de aduana e o monopólio do tabaco, para enfrentar os problemas financeiros herdados da República Federal. As contradições entre o poder central e as regiões acabaram desatando uma nova guerra civil em grande escala em 1837, agora iniciada sob a forma de uma insurreição indígena na Guatemala, dirigida (e manipulada) por interesses conservadores liderados por Rafael Carrera, e favorecida pelas brigas internas nas fileiras liberais. O conflito pôs fim à

²⁴ Cf. o retrato de: Karl Marx. *Historia de la Vida de Lord Palmerston*. Buenos Aires, Rescate, 1985 (publicado inicialmente no *New York Daily Tribune* de 1853).

²⁵ Existem evidências de que houve fraude na contagem dos votos no referendo convocado em Chiapas para decidir se a província permaneceria conectada ao México ou se uniria ao novo estado de América Central.

Federação, com a renúncia de Morazán em 1839 e a derrota definitiva dos liberais na batalha de Guatemala em 1840.²⁶

A instabilidade política dominante na região e a luta tenaz dos conservadores para impedir o sucesso das reformas criaram um quadro que ofereceu aos ingleses uma oportunidade para impor seus interesses, entre os quais estava já a perspectiva de construir uma passagem interoceânica para unir o Atlântico e o Pacífico. A presença britânica na América Central tinha crescido nas últimas décadas do período colonial com o comércio ilegal e o contrabando, principalmente na Costa Rica, controlado a partir de Belize e as colônias no Caribe.²⁷ A partir da independência, o interesse britânico respondia mais a questões estratégicas do que a um interesse econômico direto no istmo. Além da rota interoceânica, pesava a busca pelo controle dos circuitos comerciais no resto da América Latina. Havia apenas entre 16 e 20 residentes britânicos na América Central nesse período, exercendo o comércio de exportação e importação. As sucessivas colonizações europeias determinaram a existência de um tipo étnico peculiar na região, que evoluiria para um problema nacional.

A modalidade dominante exercida pelos ingleses usou a norma do *indirect rule*, em aliança com os indígenas, que desta forma se transformaram em instrumento político-militar para consolidar a presença colonial de Inglaterra, dominados mas também dominadores do restante dos grupos étnicos vizinhos (*sumu, rama, matagalpa* e *créoles*), constituídos em uma ameaça para as propriedades e interesses da coroa espanhola. Miskitos estenderam sua presença militar beligerante nas costas atlânticas da América Central, derrotando os intentos das autoridades peninsulares para sua *reducción*. O modelo colonizador que deu vida à presença inglesa no istmo centro-americano foi mais elaborado e “estratégico”, sobrevivendo depois com mais força, como o demonstram os casos de Belize e

²⁶ Para algumas análises das causas do fracasso da Federação, consultar: Rodrigo Facio. *Trayectoria y Crisis de la Federación Centroamericana*, San José, Imprenta Nacional, 1949; Thomas Karnes. *The Failure of Union, Central América, 1824-1960*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1961; Mario Rodríguez. *Chatfield Cónsul Británico en Centroamérica*. Tegucigalpa, Banco Central de Honduras, 1970.

²⁷ Ciro F.S. Cardoso e Héctor Pérez Brignoli. *Centro América y la Economía Occidental (1520-1930)*. San José, Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1983.

da costa atlântica de Nicarágua, assim como de outras regiões do Caribe insular. Na época independente, o cônsul general inglês Chatfield, que inicialmente apostava na vitória dos unionistas, a partir de 1838 se tornaria o grande inimigo da União Centro-americana.

A organização de uma república forte poderia questionar as possessões territoriais e as pretensões inglesas na área. A missão que o *Foreign Office* britânico encarregou ao cônsul foi a de estender a influência inglesa sobre toda América Central. Chatfield substituíra Macdonald, que chegara a sequestrar o comandante nicaraguense Quijano durante um percurso pelo golfo de Mosquito, ambicionado pela coroa britânica. O novo cônsul soube que centro-americanos partidários da reunificação regional tinham entrado em contato com agentes dos Estados Unidos buscando ajuda para enfrentar a coroa britânica: inclusive haviam oferecido uma faixa de terra para a construção de uma futura passagem interoceânica, já sugerida por cientistas no início do século, que uniria os dois grandes mares do mundo. Chatfield inquietou-se: via a urgência de contrabalançar o “Pacto de Chinandega” que os três estados centrais, Nicarágua, Honduras e El Salvador, haviam assinado para enfrentar a política inglesa na América Central.

A ingerência inglesa havia reavivado o movimento unificador: baseada no Pacto de Chinandega, de 1842, formou-se a Confederação da América Central, presidida pelo nicaraguense Frutos Chamorro. Entre outras coisas buscava a adesão de todos os estados e o reconhecimento da aliança pelas principais potências europeias. Em geral, a Confederação fracassou em seus objetivos: os estados enviaram delegados, mas não se comprometeram com um programa de ação em comum; as potências europeias se abstiveram de tomar qualquer medida, talvez porque sua política externa não diferisse demais da britânica. Por isso a vida da Confederação foi efêmera: durou apenas pouco mais de um ano, entre 1844 e 1845.

O cônsul Chatfield teve muito a ver com o fracasso: manobrando habilmente atacou os estados confederados em seu elo mais fraco: Honduras. Ameaçando com desenterrar velhas reclamações financeiras obrigou os hondurenhos a retirar-se do pacto. Depois fez uma série de cargos contra Nicarágua, para calar seus protestos pela captura do Golfo de Mosquito e, como os cargos fossem rejeitados, ordenou o

bloqueio de seus portos pela frota britânica. Sem meios para resistirem, os nicaraguenses cederam às pressões, desertando da Confederação. Em resposta, os confederados enviaram uma missão à Inglaterra, solicitando a destituição e castigo de Chatfield. Lorde Aberdeen, ministro de Assuntos Externos britânico, ouviu os delegados, mas se negou a aplicar sanções a um funcionário que simplesmente cumpria estritamente suas ordens.

Outra estratégia utilizada por Chatfield para destruir a tentativa unionista chamou-se Confederação Guatemalteca: consistia em uma associação de estados centro-americanos cujo núcleo seria a Guatemala, a partir da qual Inglaterra, através de seus representantes, se propunha manejar os outros estados. Entretanto, tomou estado público a negativa da Grã-Bretanha de castigar Chatfield, e uma vez mais os setores unionistas aproveitaram a conjuntura para impulsionar a unidade, aceitando que o cônsul geral não agia por conta própria, mas de acordo com um plano perfeitamente aceito pelo Império Britânico. Assim, em Sonsonate, El Salvador, em 1846, e em Nacaome, Honduras, em 1847, os unionistas suplicaram aos estados que esquecessem suas antigas diferenças, e se aliassem contra o inimigo comum. Os governos centro-americanos, pressionados, enviaram delegados a essas convenções, mas em nenhum momento demonstraram um autêntico entusiasmo em apoiar o movimento, que marchou inevitavelmente para o fracasso. As convenções, no entanto, inquietaram Chatfield, quem tratou de apressar a constituição da Confederação Guatemalteca, conseguindo que Guatemala declarasse sua independência - a 21 de março de 1847 - e firmasse um tratado de comércio com a Grã Bretanha.

Depois conseguiu que Costa Rica aceitasse um ato de *Advenimiento* a esse tratado, mas os outros estados se mostraram reticentes. O cônsul decidiu tomar algumas medidas para convencê-los: a 19 de janeiro de 1848, uma força combinada de britânicos e *mosquitos* - ou *miskitos*, habitantes da zona homônima - ocupou San Juan de Nicarágua, batizando-a de Greytown. A ideia não foi aceita pela maioria dos estados centro-americanos, e inclusive Lorde Palmerston vetou a incorporação de Costa Rica à Confederação Guatemalteca, preferindo reconhecê-la como um estado autônomo, insistindo na necessidade de buscar a independência de cada nação em particular.

O cônsul britânico enterrou a ideia da Confederação Guatemalteca e preparou-se para enfrentar o perigo nascente que vinha do norte: os Estados Unidos. Estes, desde pouco depois de sua independência da Inglaterra, consideraram a possibilidade de estender seus domínios ao México, à América Central e às Antilhas. Essa “abertura” interessava especialmente aos estados do Sul. Na verdade, muitos políticos do país a viam como uma forma de transformar o mar do Caribe numa espécie de "mar particular (ou interior)", de acordo com o "Destino Manifesto", que entendia que algumas nações, por características raciais, históricas ou geográficas, estavam destinadas a uma preponderância particular, que desbordava necessariamente seus limites originais. O sábio Humboldt, em 1804, fez notar a urgência de abrir uma estrada fluvial interoceânica através do Panamá - então província colombiana - ou de Nicarágua.

Em 1826, os norte-americanos tentaram, sem sucesso, o segundo projeto, mas não perderam as esperanças. Vinte anos depois, os financeiros norte-americanos White e Vanderbilt buscaram contatos com o governo nicaraguense para fazer uma nova tentativa, contatos que coincidiram com o rejuvenescimento de algumas velhas inquietudes unionistas, destinadas a se contrapor efetivamente à ação do Chatfield. O grande auge do comércio internacional no período tinha renovado a carreira pelo canal interoceânico. Os “novos unionistas” centro-americanos pensavam que obter a proteção dos EUA, em troca de uma simples faixa de terra, era uma perspectiva aceitável. Entre 1848 e 1849 foram assinados quatro tratados entre o país do Norte e Nicarágua, Honduras, Colômbia e um grupo de “liberais unionistas” de Guatemala. As condições eram sempre as mesmas: reconhecer direitos aos Estados Unidos sobre uma faixa de terreno para a construção do canal, em troca de apoio contra a ingerência inglesa.

Em 1849, Inglaterra ocupou parte de Honduras, forçando então os EUA à assinatura do Tratado Clayton-Bulwer, totalmente contrário à “Doutrina Monroe”, na medida em que reconhecia direitos territoriais ingleses sobre a América Central. Os unionistas enviaram tropas à Guatemala, que foram derrotadas pelo “homem forte” do país, Rafael Carrera, sustentado pelos ingleses. Trinidad Cabaña, eleito presidente de Honduras em 1852, tentou convencer seus vizinhos a se manter fiéis ao tratado “unionista” de 1849: foi derrocado pelas forças conjuntas de El Salvador, Guatemala e Nicarágua. O Tratado

EUA-Inglaterra estabeleceu o compromisso de ambas as potências de respeitar a liberdade de navegação, renunciando a qualquer aspiração de domínio absoluto sobre a futura via interoceânica, a colonizar qualquer zona da América Central e a apoiar conjuntamente a companhia que assumisse a construção. O próprio chanceler Palmerston instou os banqueiros ingleses a apoiar a companhia do *yankee* Cornelius Vanderbilt, mas um incidente na costa do Mosquito entre um navio da companhia norte-americana (o *Prometheus*, no qual viajava o próprio Vanderbilt) e um navio de guerra britânico pôs fim ao idílio, desatando uma crise política na Inglaterra que precipitou a renúncia de *Old Palm* (Palmerston) e deu cabo também do vice-reinado de Chatfield na América Central. Com os unionistas derrotados (e fuzilados) ou domesticados, os conservadores, com Carrera na cabeça, ficaram no poder nos diversos países.

O conflito interno nos EUA, entre os *yankees* do Norte e o Sul escravocrata, veio jogar nova lenha na fogueira centro-americana: os sulistas encorajaram a aventura de uma caricatura colonial do velho pirata inglês Francis Drake: William Walker (1824-1858). Este pirata norte-americano (que havia estudado jurisprudência e medicina, e chegou a ser jornalista) invadiu Nicarágua e se autoproclamou presidente do país, em 1855. Depois, o *filibustero* submeteu a guatemaltecos, salvadorenhos e costa-ricenses. No entanto, estes últimos reagiram, e em 1856 destroçaram as tropas do invasor: disposto a submetê-lo, o presidente de Costa Rica, Juan José Mora, formou o Exército Nacional de Libertação. Encorajado por seus triunfos anteriores, Walker o enfrentou, mas depois de algumas vitórias parciais foi derrotado, preso e finalmente enforcado em San José de Costa Rica, em setembro de 1858.

A era da pirataria já tinha concluído muito tempo atrás, os ingleses (que a encabeçaram) o sabiam, os escravocratas do Sul dos EUA ainda não. Ao amparo da euforia consecutiva à derrota do pirata estrangeiro, houve um entendimento entre os chefes conservadores Mora, de Costa Rica, e Tomás Martínez, da Nicarágua, com os liberais unionistas Máximo Jérez y Gerardo Barrios; tudo contribuía a que se esperasse o nascimento de uma nova era de cooperação nacional na América Central. Em 1862, Barrios, que dois anos antes havia sido eleito presidente de El Salvador, propôs reunir uma convenção para formar um governo geral dos três estados centrais: Nicarágua, Costa Rica e El Salvador. As negociações

progrediram até que Tomás Martínez sugeriu incorporar a Guatemala, e nomear presidente provisório a Rafael Carrera.

Barrios rejeitou a iniciativa e Carrera fez o mesmo, e em pouco tempo atacou El Salvador e derrubou Barrios, quem se exilou em Costa Rica. Prosseguindo sua campanha, Carrera derrocou as autoridades unionistas de Honduras, estendendo seu poder aos cinco estados de América Central. Barrios foi posto diante de um pelotão de fuzilamento a 29 de agosto de 1865. Rafael Carrera já havia morrido, no seu lugar governava o general Vicente Serna, quem continuou aplicando o mesmo regime político que seu predecessor, uma ditadura de ferro das famílias tradicionais, a burocracia e a Igreja. Com o fim de Gerardo Barrios e de Rafael Carrera chegou ao seu fim o período de formação da América Central, uma época violenta caracterizada pelo predomínio dos interesses regionais, que somados à agressiva intervenção de agentes ingleses e norte-americanos, contribuiu para dividir geográfica e politicamente toda a região.

Espanha, que conservara seus domínios coloniais em Cuba e Porto Rico, foi testemunha impotente da disputa, em região vizinha, pelas suas ex colônias. Na antiga metrópole verificava-se a outra face da resolução reacionária dos conflitos nacionais e de classe nos novos estados da América hispano-portuguesa: em meados do século XIX, situou-se o fracasso da revolução democrática na metrópole peninsular, o que veio a alimentar a lenda da suposta “inferioridade histórica” dos povos latinos (incluídos os latino-americanos) no quadro histórico da ascensão e consolidação mundial do capitalismo e do liberalismo.²⁸

No quase meio século que se estendeu entre o início da guerra de independência norte-americana e a derrota do exército colonial espanhol em Ayacucho (1776-1824), Espanha perdeu um império continental, sem assimilar por isso os requisitos necessários para conseguir o progresso econômico e político.²⁹ A combinação de interesses históricos regressivos e

²⁸ Ana Lúcia Gomes Muniz. Marx y Engels y la revolución española de 1854-1856. *En Defensa del Marxismo* n° 11, Buenos Aires, abril 1996.

²⁹ Sobre o século XIX espanhol, ver: C.W. Anderson. *The Political Economy of Modern Spain*. Londres, University of Wisconsin Press, 1970; Raymond Carr. *Spain 1808-1939*. Londres, Oxford University Press, 1966; Josep Fontana. *La Revolución Liberal*. Política y hacienda 1833-1845. Madri, Instituto de Estudios Fiscales, 1977; Juan J. Linz. A

progressivos, além de imprimir sua marca às revoluções que se sucederam permanentemente na Espanha do século XIX, neutralizaram as classes industriais enquanto motoras da revolução burguesa, e criaram uma situação na qual os interesses combinados das classes possuidoras acabaram por estancar o desenvolvimento e perpetuar o atraso econômico. Extemporaneamente, a burguesia espanhola tentou promover sua revolução, entretanto, seu fracasso se uniu à frustração da revolução democrática no seu principal domínio colonial, dominado na era independente pela aristocracia *criolla* que a própria colonização espanhola criara.

Quase simultaneamente à Guerra de Secessão norte-americana, que definiria o rumo histórico dos EUA, a Guerra do Paraguai, ou Guerra da Tríplice Aliança, definiu a configuração histórica os principais Estados da América do Sul, e quebrou, ao mesmo tempo, a única tentativa de desenvolvimento não baseado na produção primária para exportação no continente, tendo, por isso, consagrado o caráter periférico e dependente do capitalismo sul-americano. A guerra começou com a declaração de guerra pelo Paraguai em primeiro lugar ao Brasil e depois à Argentina, seguida por uma invasão aos territórios desses dois países, e acabou por se tornar uma guerra travada entre Brasil, Argentina e Uruguai para a destruição do Paraguai. Foi sem dúvida a mais prolongada e a mais violenta guerra inter - estados já ocorrida em qualquer parte do mundo entre 1815 e 1914. Durou mais de cinco anos (de outubro/novembro de 1864 a março de 1870) e abateu mais de 300 mil vidas.³⁰

A longa guerra civil entre *blancos* e *colorados*, no Uruguai (a rebelião do general Venâncio Flores [do Partido Colorado] contra o governo *blanco* do presidente Bernardo Berro, em abril de 1863) detonou a sequência de eventos que culminou com a invasão do Brasil e da Argentina pelo Paraguai

century of politics and interests in Spain, in: H. Berger (ed.). *Organising Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981; F. Maravall. *Economía y Política Industrial en España*. Madrid, Ediciones Pirámide, 1987; Nicolás Sanchez Albornoz. *The Economic Modernization of Spain 1830-1930*. Nova York, New York University Press, 1987; Guillermo Tortella. *El Desarrollo de la España Contemporánea*. Historia económica de los siglos XIX y XX. Madri, Alianza Universidad, 1994.

³⁰ Cf. Maria Eduarda de Castro Magalhães Marques. *A Guerra do Paraguai: 130 Anos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Em 1828, após a mediação britânica, tinha sido criada a República do Uruguai, estabelecida como um estado intermédio entre a Argentina e o Brasil. E, em 1851-52, o governo argentino de Juan Manuel de Rosas, adversário do Uruguai, havia sido derrotado por uma aliança liderada por Entre Rios e seu caudilho, o general Justo José de Urquiza, que reunia o Uruguai, o Brasil e as províncias argentinas que se opunham a Rosas.

Após uma década, durante a qual Buenos Aires tinha ficado independente, as províncias do Rio da Prata haviam finalmente sido unificadas, em 1861. Na decisiva batalha de Pavón, o general Bartolomé Mitre – o governador de Buenos Aires, que, em 1862, se tornou o primeiro presidente eleito da Argentina – tinha recebido apoio do general Flores e dos colorados (liberais) uruguaios. Em abril de 1863, por sua vez, Mitre apoiou Flores em sua tentativa de derrubar o governo *blanco* (conservador) em Montevideú. A principal preocupação de Mitre era garantir que o Uruguai não voltasse, mais uma vez, a concentrar um possível foco de oposição residual federalista nas províncias, ameaçando uma Argentina unificada sob a hegemonia de Buenos Aires.

Durante a década de 1850, o Brasil havia aumentado enormemente os seus interesses econômicos e financeiros bem como sua influência política no Uruguai. No final dessa década, mais de 20 mil brasileiros, na maioria gaúchos, juntamente com seus escravos, ali se haviam estabelecido. Os brasileiros constituíam mais de 10% da população uruguiaia. Eles possuíam 30% da terra, incluindo algumas das melhores propriedades, e transportavam livremente o seu gado para as charqueadas no Rio Grande do Sul. Mas a administração de Berro, eleita em 1860, tinha começado a adotar uma linha mais dura, tentando restringir o assentamento de brasileiros (e o direito de possuir escravos) e procurando taxar o comércio feito através da fronteira.

O Rio Grande do Sul, que havia só 15 anos tinha desistido da luta para se tornar independente julgou que o governo imperial do Rio de Janeiro fosse proteger os seus interesses no Uruguai. Os governos brasileiros foram se tornando cada vez mais sensíveis a essas pressões: o Brasil, a exemplo da Argentina, apoiou a rebelião colorada no Uruguai, em abril de 1863. Foi nessas circunstâncias que o governo branco voltou-se para o Paraguai como seu único possível aliado contra os colorados, apoiados tanto pela Argentina como

pelo Brasil. Em 1863-1864, Argentina e Brasil, pela primeira vez na era independente, estavam do mesmo lado numa crise. O Paraguai, uma província de fronteira do Vice-Reinado do Rio da Prata, havia conseguido separar-se tanto da Espanha como de Buenos Aires, em 1811-1813. O país era geograficamente isolado (era o único Estado latino-americano cercado só por terra), e uma nação que falava predominantemente uma língua local, a língua guarani. O “Estado guarani” era dono de quase 90% do território nacional, controlando 80% do comércio interno e externo. Sob a ditadura de José Gaspar Rodríguez de Francia (1813-1840) e sob o seu sucessor, Carlos Antonio López, o Paraguai tinha se isolado política e economicamente de seus vizinhos.

Seu papel fora pouco significativo nas guerras civis do Rio da Prata durante a primeira metade do século XIX. As Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina) e o Brasil, por sua vez, tinham pendências envolvendo domínio territorial contra o Paraguai. A Argentina reconhecera a independência do Paraguai em 1852. Havia pontos de atrito com os dois países sobre a liberdade de navegação no sistema hidroviário Paraguai-Paraná. O Brasil pediu ao Paraguai que desse à província de Mato Grosso acesso ao rio Paraná e, portanto, ao Atlântico, via rio Paraguai. A Argentina deveria dar ao Paraguai acesso ao Atlântico através do Paraná. Durante a década de 1850, o governo de Carlos Antonio López passou a implementar, com crescente empenho, uma política de modernização econômica e militar, passando então a fazer uso efetivo de tecnologia e técnicos britânicos.

Francisco Solano López assumiu o poder no Paraguai, em outubro de 1862, depois da morte do pai. Inicialmente hesitante em estabelecer uma aliança formal com os blancos – seus aliados naturais – contra os colorados, no Uruguai, agora que estes últimos contavam com o apoio tanto do Brasil como da Argentina, López começou, numa espiral ascendente, a advertir a Argentina e o Brasil contra o que ele considerava uma ameaça crescente ao equilíbrio de poderes existente no Rio da Prata, que garantia a segurança, a integridade territorial e a independência do Paraguai. Ele também vislumbrou uma oportunidade de firmar sua presença na região, de desempenhar um papel que estivesse à altura do poder econômico e militar do Paraguai. No início de 1864, López começou a se mobilizar em vista uma possível guerra.

Depois que toda diplomacia havia fracassado nas tentativas de resolver as diferenças com o governo uruguaio, a administração de Zacarias, no Rio de Janeiro, acabou por expedir, em agosto de 1864, um ultimato ao Uruguai, com ameaças de retaliação em resposta a pretensas ofensas sofridas por súditos brasileiros, bem como uma intervenção direta em favor dos rebeldes colorados. López enviou um ultimato ao Brasil, em 30 de agosto, contra qualquer intervenção no Uruguai. Quando o aviso foi ignorado e as tropas brasileiras invadiram o Uruguai, em 16 de outubro, López tomou a decisão de declarar guerra ao Brasil, capturando o navio Marquês de Olinda, que rumava para o Mato Grosso através do rio Paraguai e, em dezembro de 1864, invadiu a província brasileira. A Argentina recusou permissão para que o exército paraguaio atravessasse o território das Missões e invadisse o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

López declarou guerra também à Argentina e, em abril de 1865, invadiu a província argentina de Corrientes. López agia em defesa de interesses nacionais ameaçados, e até em defesa da sobrevivência do seu país. Mas superestimou o poder econômico e militar do Paraguai, e subestimou o potencial do poder militar brasileiro. Enganou-se ao imaginar que a Argentina ficaria neutra numa guerra entre Paraguai e Brasil. Mitre não acreditou que os interesses argentinos, inclusive a independência do Uruguai, estivessem ameaçados por uma breve intervenção cirúrgica do Brasil no Uruguai, em defesa de seus interesses. López também exagerou na avaliação das contradições internas da Argentina e na possibilidade de que Entre Rios (ainda sob a liderança de Urquiza) e Corrientes impedissem a Argentina de entrar na guerra contra o Paraguai, ou que ficassem do lado paraguaio e contra Buenos Aires.

No Brasil e na Argentina, a guerra não contava com o apoio popular. Na verdade, a guerra provou ser impopular nos dois países, sobretudo na Argentina. Mas a necessidade de se defender contra a “agressão” paraguaia ofereceu aos dois países uma oportunidade de fazer um “acerto de contas” e destruir um poder emergente preocupante dentro de sua região. Mitre agarrou essa oportunidade de remover um regime que ele encarava como um foco de resistência federalista para Buenos Aires. D. Pedro aproveitou a chance de afirmar a hegemonia brasileira na região e, sobretudo, de estabelecer uma hegemonia sobre o Paraguai, em lugar de uma potencial hegemonia argentina.

Os empréstimos britânicos para a Argentina e para o Brasil, antes e durante a guerra, assim como a venda de armas britânicas, sem dúvida foram uma contribuição muito importante para a vitória dos aliados sobre o Paraguai. Em maio de 1865, o Brasil, a Argentina e o Uruguai assinaram o tratado de Aliança contra o Paraguai. Os objetivos eram: acabar com a ditadura de López; garantir a livre navegação nos rios Paraguai e Paraná; e, secretamente, conquistar definitivamente para o Brasil o território situado no Noroeste do Paraguai, e, para a Argentina, o território que ela reclamava para si no Leste e Oeste do Paraguai. Invocou-se a luta pela civilização contra a barbárie, apesar do Brasil ser (junto a colônia espanhola de Cuba) o único Estado em todo o hemisfério ocidental a ainda abrigar a escravidão.

A guerra contra o Paraguai foi o acontecimento central da história brasileira da segunda metade do século XIX. Dos 140 mil soldados brasileiros convocados para o confronto, 50 mil morreram nos combates ou devido a ferimentos e doenças. O financiamento do enorme esforço militar comprometeu por mais de uma década as frágeis finanças brasileiras. A guerra tensionou política, social e economicamente o Brasil, desvelando o profundo anacronismo do Estado imperial escravista, despreparado e inadaptado para um esforço militar nacional. As consequências políticas do conflito foram profundas. Durante a guerra, a luta abolicionista, principal questão política e social nacional, imobilizou-se sob a retórica da união diante do inimigo externo. Liberais e conservadores apoiaram uma intervenção rejeitada pelas classes oprimidas, sem que qualquer força política nacional se opusesse a ela.

A “Guerra do Paraguai” foi uma luta desigual. O Brasil (sua população era de quase 10 milhões de pessoas, com entre 1,5 e 2 milhões de escravos), a Argentina (com uma população de 1,5 milhão) e o Uruguai (população de 250 mil a 300 mil) uniram forças contra o Paraguai (população de 300 mil a 400 mil). No início da guerra, o Paraguai tinha superioridade militar, o exército regular paraguaio tinha entre 28 mil e 57 mil homens, mais os reservistas (entre 20 mil e 28 mil); virtualmente, toda a população masculina adulta estava pronta para combate. O exército argentino contava de 25 mil a 30 mil homens (dos quais somente 10 ou 15 mil estavam disponíveis no caso de uma guerra externa); o exército do Uruguai era de cinco mil homens, e o do Brasil, de 17 mil a 20 mil (também

contava com os corpos policiais das províncias e uma ampla reserva de 200 mil homens, na forma da Guarda Nacional).

No decorrer da guerra, o Paraguai mobilizou de 70 mil a 80 mil homens. Podia mobilizar entre 30 e 40 mil a qualquer momento, mas após a derrota de Tuyuti, em maio de 1866, raramente enviou para o campo de batalha mais de 20 mil homens. Depois que as forças paraguaias foram expulsas do seu território, a Argentina reduziu o seu envolvimento com o esforço de guerra aliado, de maneira que, por volta do final da guerra, havia somente um contingente de cerca de quatro mil homens no solo paraguaio. O Brasil foi assumindo responsabilidades cada vez maiores; em agosto de 1867, havia de 40 mil a 45 mil soldados da Aliança no campo de batalha (3/4 brasileiros) –, expandiu seu exército regular para 60 mil ou 70 mil homens durante o primeiro ano das hostilidades, lançando mão de recrutamento forçado, do uso de escravos (que recebiam alforria em troca do serviço na guerra) e de unidades militares formadas por voluntários (os Voluntários da Pátria). Ao longo da guerra, estima-se que o Brasil tenha mobilizado entre 130 mil e 150 mil homens; a proporção de tropas recrutadas da Guarda Nacional caiu de cerca de 75%, em 1866, para menos de 45%, em 1869.

Ao contrário do Paraguai, que tinha que confiar em seu próprio arsenal e estaleiros, os aliados tinham acesso a armas e navios de guerra fabricados e comprados no exterior, na Europa, bem como a empréstimos levantados na City de Londres para ajudar no pagamento. Os aliados possuíam uma superioridade naval absoluta. No início da guerra, o Brasil já dispunha da maior e mais poderosa marinha da região (33 embarcações a vapor e doze a vela); e, em dezembro de 1865, o primeiro de uma série de encouraçados entrou em cena. A primeira fase da guerra teve início com a ofensiva paraguaia contra o Mato Grosso, em dezembro de 1864, e Corrientes, em abril de 1865. Em maio de 1865, o exército paraguaio finalmente atravessou as Missões e invadiu o Rio Grande do Sul.

No começo muito bem-sucedida, a invasão acabou sendo contida pelas forças aliadas. Os paraguaios nunca chegaram a alcançar o Uruguai. O comandante paraguaio, Estigarribia, rendeu-se em Uruguiana, em 14 de setembro. Seu exército recuou, atravessando o rio Paraná, e preparou-se para defender a fronteira sul do país. No final do primeiro ano de guerra, as únicas tropas paraguaias que permaneciam em solo aliado eram umas poucas unidades localizadas em Mato

Grosso. Em 11 de junho, em Riachuelo, no rio Paraná, na única batalha naval importante da guerra, a Marinha Imperial destruiu a esquadra paraguaia e instituiu um bloqueio do Paraguai, mantido até o final da guerra.

A segunda fase começou quando os aliados finalmente invadiram o Paraguai, em abril de 1866, e estabeleceram seu quartel-general em Tuyuti, acima da confluência dos rios Paraná e Paraguai. Em maio rechaçaram uma violenta investida paraguaia e ganharam a primeira grande batalha terrestre da guerra. Contudo, passaram-se mais de três meses até que os exércitos aliados comesçassem a avançar, subindo o rio Paraguai. Em Curupaytí, em setembro, dez dias depois de um encontro pessoal entre Mitre e López, no qual López ofereceu vantagens que incluíam concessões territoriais para que a guerra pudesse chegar ao fim, contanto que ele próprio fosse poupado e que o Paraguai não fosse desmembrado e ocupado, proposta rejeitada, os aliados sofreram a sua pior derrota na guerra.

Eles não renovaram seus esforços de avanço até julho de 1867, quando foi iniciado um movimento para cercar a fortaleza fluvial de Humaitá, que bloqueou o acesso ao rio Paraguai e a Assunção. Mesmo assim, foi preciso mais de um ano (agosto de 1868) até que Humaitá fosse finalmente ocupada, e mais uns cinco meses (janeiro de 1869) até que, após uma derrota decisiva e a destruição do exército paraguaio em Lomas Valentinas, as tropas aliadas (a maior parte brasileiras) invadiram Assunção e colocaram ponto final na guerra. López constituiu um novo exército a Leste de Assunção e liderou uma campanha de guerrilhas, limitada mas bem sucedida, contra as forças aliadas. Finalmente foi derrotado e teve suas tropas massacradas, em 16 de agosto de 1869, na última grande batalha, em Campo Grande ou Acosta Nhu. O próprio López escapou novamente. López foi finalmente encurralado e morto em Cerro Corá, na região Nordeste do Paraguai, em 1º de março de 1870.

No início da guerra, Mitre tinha declarado que os aliados estariam dentro de Assunção em um período de três meses. Na verdade, foram necessários quase quatro anos para que os aliados chegassem à capital paraguaia, e a guerra ainda se arrastou por mais um ano. Brasil enfrentou enormes problemas logísticos, para organizar seus contingentes e transportá-los os por milhares de quilômetros (por terra, mar e vias fluviais), e para abastecer suas tropas. Os comandantes

aliados demonstraram um elevado grau de falta de aptidão. As tropas paraguaias - o povo paraguaio - permaneceram fiéis a López e lutaram com uma tenacidade extraordinária, inclusive no final, quando a sobrevivência nacional estava em jogo. O confronto, por isso, foi sangrento, e dizimou a população paraguaia.

A guerra foi, para o Paraguai, um desastre absoluto. No final, ele sobreviveu como um Estado independente (no período imediatamente pós-guerra ficou sob a tutela do Brasil). Seu desmembramento total foi evitado por causa da rivalidade entre os vencedores. Seu território foi reduzido em cerca de 40%. A perda populacional foi de entre 15% a 20% da população de pré-guerra, entre 50 mil e 80 mil mortes, tanto nos campos de batalha quanto por doenças (sarampo, varíola, febre amarela e cólera). A economia do Paraguai ficou em ruínas, suas bases de produção e de infraestrutura foram destruídas. Uma indenização vultosa foi imposta pelos vencedores, embora acabasse sendo revista (muito tardiamente no caso do Brasil). O que sobrou do exército paraguaio foram tropas desprovidas de armamentos; as fortificações fluviais ficaram permanentemente inutilizadas. Tropas brasileiras (e algumas argentinas) mantiveram posição no Paraguai por quase uma década.

A Argentina sofreu perdas estimadas de 18 mil homens em batalhas, cinco mil em “distúrbios internos” (resistência popular) provocados pela guerra, e 12 mil na epidemia de cólera. O território que conseguiu conquistar ficou aquém das ambições da oligarquia dirigente - a diplomacia brasileira manteve a Argentina fora do Norte do Chaco. Mas ela conseguiu conquistar as Missões e o Chaco Central, até o rio Pilcomayo. O Paraguai era erradicado da política do Rio da Prata. A guerra contribuiu para a definitiva formação (reacionária e oligárquica) do Estado nacional. Entre-Rios e Corrientes mantiveram a união. As rebeliões das *montoneras*, em diversas províncias, foram finalmente derrotadas. Buenos Aires foi imposta como capital da República Argentina.

No caso do Brasil, a quem coube o principal esforço de guerra, os custos, mas também os benefícios da vitória, foram maiores. As perdas humanas totalizaram-se situaram entre 25 ou 50 mil soldados em combates, acrescidas das mortes por doenças. Brasil conquistou do Paraguai todo o território que reivindicava, entre o rio Apa e o rio Branco. O Paraguai ficou firmemente sob a influência e o controle brasileiros. O custo da guerra deixou um buraco nas finanças públicas do país. A

guerra, porém, estimulou a indústria brasileira, as fábricas de produtos têxteis (para uniformes do exército) e o arsenal do Rio de Janeiro, e modernizou a infraestrutura do país. O recrutamento, o treinamento, o fornecimento de vestuário, de armamentos e o transporte para o exército desenvolveram a organização do Estado brasileiro.

A guerra também aguçou as tensões sociais do Brasil, pela imposição de taxas e sistemas de medidas em todo o território nacional (a revolta dos quebra-queijos, no Nordeste, vinculou-se desse modo com a guerra). Em maio de 1867 D. Pedro anunciou que, após guerra, seriam tomadas medidas no sentido de emancipar os escravos brasileiros. A Lei do Ventre Livre (1871) foi a legislação mais importante prévia à abolição final da escravatura, em 1888. A guerra também estimulou a discussão sobre a reforma política no Brasil; no último ano da guerra nasceu o Partido Republicano. Finalmente, a guerra produziu um exército moderno e profissional interessado em desempenhar um papel político. A ligação entre a guerra e o golpe militar de 1889, que estabeleceu a república no Brasil, foi direta: para o Império Brasileiro, baseado sobre a escravidão, a vitória na “Guerra do Paraguai” foi uma vitória de Pirro.³¹

³¹ Sobre a Guerra do Paraguai, existe vasta bibliografia: Dionísio Cerqueira. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980; George Thompson. *Guerra del Paraguay*. Assunção, RP Ediciones, 1992 [1ª Edição 1869]; Max von Versen. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo, Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976; León Pomer. *Guerra do Paraguai*. A grande tragédia rioplatense. São Paulo, Global Editora, 1981; Leon Pomer. *Guerra do Paraguai: Nossa Guerra contra Esse Soldado*. São Paulo, Global Editora, 2001; Júlio José Chivenatto. *Genocídio Americano*. A verdadeira história da guerra do Paraguai. São Paulo, Brasiliense, 1979; Paulo Miceli. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo, Contexto, 1988; Acyr Vaz Guimarães. *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras*. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000; Alfredo da Mota Menezes. *Guerra do Paraguai*. Como construímos o conflito. São Paulo/ Cuiabá, Contexto/ Editora da UFMT, 1998; Ricardo Salles. *Guerra do Paraguai*. Escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990; Francisco F. Monteoliva Doratioto. *Maldita Guerra*. Nova história da guerra do Paraguai. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.



A “Guerra do Pacífico” definiu as fronteiras nacionais que vigorariam na América do Sul no século XX. A também chamada “Guerra do Salitre” confrontou, entre 1879 e 1884, o Chile às forças conjuntas da Bolívia e do Peru. Na Bolívia, a ainda sobrevivente produção indígena comunitária foi sendo desagregada na segunda metade do século XIX, ao compasso da penetração dos monopólios anglo-chilenos, com a conivência das classes dominantes locais, oligarquias que estavam seduzidas pelas possibilidades de sua inserção no mercado mundial. A partir de 1840 empresas inglesas e “chilenas” - de capital inglês e francês - se interessaram pela colonização e exploração da costa pacífica boliviana com o objetivo de explorar cobre e os depósitos do guano (salitre). As terras litorâneas ainda eram de propriedade indígena; para estimular a desapropriação, os capitalistas ingleses forneceram ao governo boliviano sucessivos empréstimos que foram pagos em lotes de terra na região.

A desapropriação das terras começou em 1857 com a promulgação da uma lei em que as propriedades indígenas foram transformadas em “propriedades do Estado cedidas aos índios”. A partir de 1860, os exportadores de guano de Lima e Santiago viram seus lucros diminuir: a comercialização desses produtos na Europa ficara sob o controle de uma série de firmas comerciais ultramarinas com sede em Londres. Para aumentar os lucros, os exportadores buscaram a ampliação das terras exploradas. A possibilidade de escassez de empréstimos e a invasão de empresas estrangeiras de guano na Bolívia elevaram a pressão sobre seu governo, que promulgou em 1874 a *Ley de Exvinculación*. Essa lei abolia a existência jurídica das comunidades indígenas livres e declarava que as terras seriam de posse dos membros das comunidades sob a forma de usufruto. Os governos chileno e boliviano se enfrentaram a respeito de uma parte do deserto de Atacama, rica em recursos minerais. O território em disputa era explorado por empresas “chilenas” de capital britânico.

A Inglaterra descobrira que o excremento acumulado por certas aves marinhas, nas ilhas da costa peruana, era um excelente fertilizante. Diariamente, os barcos ingleses saíam do Peru carregados de esterco. A companhia *Gibbs and Sons* era a encarregada do traslado. Depois de quarenta anos de extração do material, as ilhas peruanas estavam destruídas. Quando o esterco acabou, os ingleses encontraram outro fertilizante eficaz: o salitre. Durante séculos, os grãos de nitrato

depositaram-se pelo grande deserto ao sul do Peru. Os barcos ingleses passaram a transportar toneladas de salitre até Europa. As famílias tradicionais da aristocracia peruana gastavam na Europa e esbanjavam no Peru o dinheiro fácil da venda do salitre. A exploração do salitre se estendeu rapidamente pela província de Antofagasta, que pertencia, até então, à Bolívia.

Em 1878, o presidente boliviano Hilarión Daza decretou um aumento de taxas sobre as companhias chilenas que exploravam o litoral pacífico boliviano, aumento retroativo ao ano de 1874, sob os protestos do governo chileno. O presidente da Bolívia estabeleceu um imposto de 10 centavos para cada cem gramas que saísse de Antofagasta. Os governantes (e empresários) chilenos se indignaram, e a Inglaterra se indignou ainda mais. Quando a empresa *Antofagasta Nitrate & Railway Company* se recusou a pagar a sobretaxa, o governo boliviano ameaçou confiscar todas suas propriedades. O Chile respondeu enviando um navio de guerra ao local, em dezembro de 1878. Bolívia declarou então o sequestro dos bens da empresa, anunciando seu leilão para fevereiro de 1879: soldados bolivianos invadiram as empresas localizadas em seus territórios e se apropriaram de seus equipamentos.

No dia do leilão, 200 soldados chilenos desembarcaram e ocuparam a cidade portuária boliviana de Antofagasta, sem resistência. O aumento de taxas sobre a exploração mineral se transformara em disputa comercial, crise diplomática e, por fim, em guerra. O presidente chileno Aníbal Pinto ordenou que suas tropas ocupassem militarmente o porto de Antofagasta. Peru e Bolívia se uniram. Mas o Chile avançou rapidamente pela costa até chegar a Lima. Muitos cadáveres de combatentes ficaram apodrecendo nas arenas de batalha. Bolívia, depois de uma série de golpes militares e governos transitórios, estava claramente despreparada, além de carecer de uma marinha de guerra; o Peru se via diante de um colapso econômico que deixara sua marinha e exército também despreparados. A maioria dos navios de guerra peruanos estava obsoleta e avariada.

A superioridade marítima chilena virou rapidamente superioridade terrestre: Chile ocupou os territórios em disputa com Bolívia e invadiu o Peru, ocupando as províncias de Tacna (que só seria recuperada em 1929 pelo Peru) e Arica (que virou chilena). O vencedor da guerra, o Chile, anexou ricas áreas em recursos naturais de ambos os países derrotados. O Peru perdeu a província de Tarapacá e Bolívia teve de ceder a

província de Antofagasta, ficando sem saída soberana para o mar. O capital inglês dividiu-se, inicialmente, no financiamento dos beligerantes. O principal parceiro econômico da Grã-Bretanha na região era, no entanto, o Chile, que recebeu maior volume de capital, venceu a guerra e entregou a exploração de guano e nitrato às companhias inglesas.

Em 1884, Bolívia assinou uma trégua que deu total controle da costa pacífica ao Chile, com suas valiosas reservas de cobre e nitratos. Chile ganhou a guerra, mas perdeu o salitre. Todo o negócio ficou na mão dos capitais ingleses. Peru perdeu o morro de Arica e Tacna. Bolívia perdeu muito mais. Chile ficou com sua província de Antofagasta, única saída para o oceano Pacífico. O Tratado de 1904 marcou a fogo o desenvolvimento político do país: "Pelo presente Tratado ficam reconhecidos como de domínio absoluto e perpétuo do Chile, os territórios ocupados por este em virtude do artigo 2º do pacto de Trégua de abril de 1884...". Esse é o teor do artigo II do Tratado de Paz e Amizade firmado entre Chile e Bolívia a 20 de outubro de 1904, que significou o isolamento definitivo da república boliviana da saída própria para o oceano. Os confrontos bélicos sul-americanos da segunda metade do século XIX, assim, consolidaram os interesses comerciais e financeiros ingleses na região.

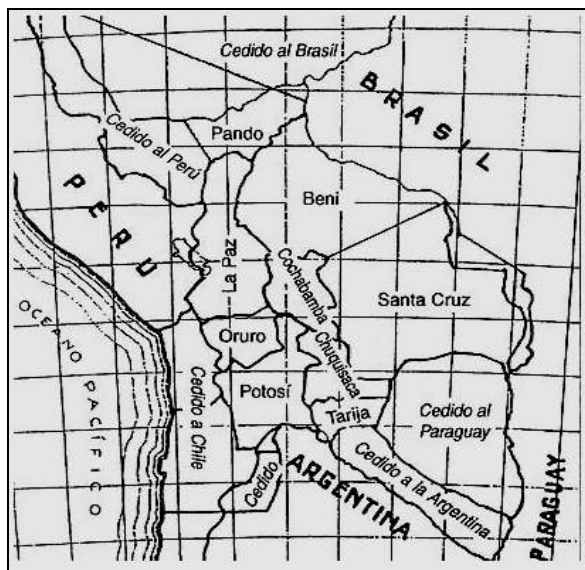


Limites atuais e limites precedentes à Guerra do Pacífico entre Bolívia, Chile e Peru

Na sua parte amazônica, Bolívia igualmente foi constrangida a ceder território quando o Brasil resolveu reconhecer a independência do Acre, proclamada república em 1902 pelo gaúcho Plácido de Castro (1873-1908). Ele foi o líder da revolta feita para apoiar os seringueiros brasileiros, originados do Ceará, que lá estavam desde 1877/9, e que se rebelaram contra o *Bolivian Syndicate of New York*, que recebera os direitos da exploração da borracha na região (concessão feita, em 1901, pelo governo de La Paz aos norte-americanos para que os EUA assegurassem proteção à Bolívia).

Pelo Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, Bolívia, em troca da cessão de um território de mais de 142.800 km² para o Brasil, recebeu uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas, e a promessa (que ficou só nisso) de ter um acesso ao oceano Atlântico pela construção da futura estrada de ferro Madeira-Mamoré. A “Estrada do Diabo” ou “Estrada do Inferno”, pelo número impressionante de mortes que sua obra provocou, foi construída entre 1907 e 1912, ligando Porto Velho e Guajará-Mirim, com 366 km de extensão, e nunca alcançou os resultados de integração do mercado nacional pretendidos.

Perdas territoriais bolivianas nos conflitos do século XIX



Na segunda metade do século XIX o capitalismo se desenvolveu em alguns polos da América Latina, menos por

um desenvolvimento e diferenciação interna das forças produtivas locais, do que por impulso externa, através da importação de capitais das metrópoles para as áreas periféricas. Inglaterra tomou a dianteira continental, para ser, no século XX, progressivamente substituída pelos EUA como principal investidor externo na América Latina. O processo de absorção de capitais externos pela América Latina teve, desde o início, características parasitárias em benefício das metrópoles. Depois da frustração da tarefa da construção de um grande Estado nacional, os países latino-americanos foram se transformando crescentemente em semicolônias.

37. OS EUA: EXPANSÃO TERRITORIAL, GUERRA CIVIL E CAPITALISMO

Nossos antepassados fundaram, neste continente, uma nova nação cuja base é a proposição de que todos os homens são criados iguais. Agora estamos envolvidos numa guerra civil a fim de provar se esta nação, ou qualquer outra assim fundada, pode ser duradoura. Normalmente, as nações fundadas com base nessa proposição foram, no passado, destruídas, quer devido a conflitos externos, quer a conflitos internos. Não podemos deixar que o mesmo aconteça à nossa. Em vez disso, em honra dos homens corajosos que aqui lutaram e, sobretudo, dos que aqui pereceram, temos de nos dedicar à tarefa que deixaram incompleta quando faleceram. Essa tarefa é garantir a perpetuação nesta terra de um governo do povo, pelo povo, para o povo (Abraham Lincoln, Discurso em Gettysburg, Pensilvânia, 1863)

Nos EUA, após a independência e até a década de 1850, as diferenças entre o Norte, cada vez mais industrializado, e o Sul agropecuário aumentaram gradativamente. No final da década de 1850, os Estados Unidos já haviam se expandido até seus atuais limites territoriais. Posteriormente, adquiriu o Alasca, da Rússia, Havaí e outros territórios ultramarinos. Os Estados Unidos já estavam em fase de rápida industrialização. O rápido crescimento econômico do país esteve concentrado primariamente nos Estados do Norte. Esse crescimento causou

o rápido crescimento populacional das cidades da região, gerando grandes avanços na área de transportes e comunicações.

A guerra de ocupação de terras empreendida pelos Estados Unidos contra o México se estendeu de 1845 a 1848. Desde as primeiras décadas do século XIX, os EUA se transformaram num fator de cerceamento territorial e econômico do México. Os primeiros passos foram dados em 1819 quando o banqueiro Moses Austin foi autorizado pelo governo do México para se estabelecer no país, com 300 famílias. Em 1821, os colonos americanos passaram a colonizar o território do Texas com autorização do governo mexicano, que lhes exigiu a lealdade política e a adoção da religião católica por parte dos pioneiros. Em 1835, os colonos norte-americanos domiciliados no rico território texano ultrapassavam a cifra de 60 mil. Muitos norte-americanos sulistas, atraídos pela desorganização mexicana e pelas facilidades de ocupação, instalaram no Texas uma produção algodoeira baseada no trabalho escravo. Vários atritos ocorreram, pois a escravidão já havia sido abolida no México em 1829 e os imigrantes norte-americanos insistiam na utilização do braço escravo. Em 1836, os norte-americanos rebelaram-se contra o governo mexicano e criaram a República Independente do Texas. A fruta estava madura e, alentados por Washington, proclamaram a independência como pretexto para que os voluntários norte-americanos intervissem.

Em 1836, desencadeou-se a guerra do Texas. Os colonos do Sul dos Estados Unidos, estabelecidos na região e, embora bem acolhidos pelas autoridades mexicanas, não aceitaram submeter-se a elas. O general Santa Anna tentou submetê-los e, após ter vencido a resistência norte-americana no forte de El Álamo, foi derrotado pelos “gringos” em San Jacinto. A independência do Texas era uma realidade, mas não foi reconhecida pelo México, ao arrepio do parecer do presidente Alamán, que era favorável à formação de um Estado independente, sob a proteção da Grã-Bretanha, capaz de obstaculizar o avanço do expansionismo estadunidense. A guerra era uma consequência da política interna dos Estados Unidos; só não ocorreu antes porque os estados do Norte não desejavam fortalecer o bloco dos estados escravistas do Sul anexando um novo Estado à União. O avanço para o Ocidente, mesmo antes da descoberta das minas de ouro na Califórnia, tornava possível a manutenção do equilíbrio, compensando a

anexação do Texas com a de outros territórios estranhos às instituições do Sul dos Estados Unidos. Em 1846, o Congresso dos EUA aprovou a anexação texana; ao mesmo tempo tropas norte-americanas atacaram o México, atravessando o Rio Grande, ocupando Veracruz e posteriormente a Cidade do México.

A guerra durou dois anos (1846-1848). A resistência mexicana foi responsável por essa longa duração. Logo após a conquista da Cidade do México pelas tropas norte-americanas, os habitantes da região da Califórnia fundaram a República da Bandeira do Urso. A agressão, qualificada por José Martí como guerra humilhante, terminou com o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, em virtude do qual o México foi despojado dos territórios que hoje compreendem os estados do Texas, Califórnia (os mais extensos dos atuais EUA), Arizona, Novo México, Utah, Nevada e partes de Colorado e Wyoming. Mais de dois milhões de quilômetros quadrados, 40% do território mexicano, equivalentes à superfície conjunta da Inglaterra, França, Itália, Espanha, Portugal, Holanda, Dinamarca e Suécia. As perdas econômicas do México foram inestimáveis se observarmos que somente a Califórnia produziu muito mais ouro do que o produzido pelos Estados Unidos nas seis décadas anteriores.

O Tratado de Guadalupe-Hidalgo estabelecia o Rio Grande como linha fronteira entre o México e o Texas. A guerra contra o México fora finalmente vencida – e muito facilmente – pelos Estados Unidos. O exército mexicano não havia sido organizado para enfrentar conflitos internacionais; e, além disso, as dilacerações provocadas por décadas de lutas internas no México estavam longe de ter sido eliminadas. A derrota, apesar do heroísmo dos defensores da capital mexicana, alcançou seu ponto culminante e humilhante com a queda da Cidade do México. Em troca de uma indenização de 15 milhões de dólares, a mesma quantia paga à França em troca da Louisiana, o México perdeu todos os territórios em disputa. Logo depois da assinatura do Tratado, o ouro da Califórnia, provocou a corrida humana que povoou, no decorrer de poucos anos, esse extenso território situado à beira do Pacífico. Toda a região teve um rápido desenvolvimento e acabou anexada aos Estados Unidos em 1850.

Em 1853, foi completada a anexação de territórios do México com a incorporação de Gadsden. A “Compra Gadsden” incorporou aos Estados Unidos territórios com uma área total

de aproximadamente 77.770 km², situados no Sul dos Estados do Arizona e Novo México. Incluía territórios a Norte do Rio Gila e a Oeste do Rio Grande. Os Estados Unidos pagaram ao México 10 milhões de dólares em troca da nova cessão territorial. Havia ainda a questão remanescente dos limites com a Inglaterra sobre a fronteira do Oregon (estado situado ao Nordeste dos EUA). A solução encontrada foi pacífica, por meio do Tratado de Oregon: o governo do presidente Polk temia uma aproximação entre a Inglaterra e o México contra os EUA.

O território dos EUA crescia, não só em direção ao Sul, mas em todas as direções, criando as bases de um caso único: “Economicamente, os EUA foram um país colonial durante os primeiros três séculos da sua existência, mas no fim do século XIX e começos do século XX, efetuaram uma transição quase direta de colônia para país imperialista (devido à) maneira em que o regime de propriedade da terra (a assim chamada ‘fronteira’) afetou o desenvolvimento do capitalismo, no que propriamente deve ser chamado o período colonial da história americana”.³² Em dezembro de 1845, o editor do *New York Morning News* afirmou que era o “Destino Manifesto” dos EUA “se espalhar e tomar posse de todo o continente”. Mas, nesse momento, esse destino estava ainda longe de se realizar: Oregon era ainda um território britânico na prática, destacamento mais remoto da *Hudson’s Bay Company*; e dois terços do atual território dos EUA, as montanhas do Oeste, ainda eram território dos americanos nativos, com a presença de alguns poucos missionários e de algumas centenas de “homens da montanha”.

Depois da descoberta do ouro na Califórnia começou uma grande migração para o Oeste: em 12 anos 300 mil pessoas se deslocaram para Califórnia, Oregon e para a cidade mórmon de Utah; antes da “corrida do ouro” apenas 200 mil pessoas tinham se deslocado para o Oeste, na maioria pertencentes às classes médias. Os ricos não precisavam viajar para o Oeste, e os membros das classes pobres não podiam fazê-lo (era necessário dinheiro para equipar-se com farinha, bacon, café açúcar, uma charrete e animais de tração, além de pagar guias índios).³³ A corrida para o Oeste acabou por configurar o

³² Daniel Gaido. The American path of bourgeois development. *The Journal of Peasant Studies* Vol. 29, nº 2. Londres, janeiro de 2002.

³³ Frank McLynn. *Wagons West*. The epic story of America’s overland trials. Nova York, Jonathan Cape, 2002.

território nacional dos EUA. A mineração atraiu milhares de pessoas, incentivadas pela possibilidade de fácil enriquecimento. Mesmo com o esgotamento dos filões auríferos, áreas desconhecidas foram desbravadas, abrindo caminho para a posterior ocupação através da agropecuária. A construção de ferrovias precedeu o povoamento e forçou a tomada de terras indígenas, com o extermínio de inúmeras tribos. As estradas de ferro uniram o Leste com o Pacífico e asseguraram o escoamento dos produtos no mercado interno, que agora assumia dimensões continentais.

A lendária "Conquista do Oeste" - contra a natureza e contra os índios, cujos direitos foram mil vezes estabelecidos e 1001 vezes violentados ("Fizeram-nos muitas promessas, mais do que posso me lembrar, mas eles nunca as cumpriram, menos uma: prometeram tomar a nossa terra e a tomaram", sintetizou Nuvem Vermelha, cacique dos *sioux*)⁻³⁴ foi favorecida por uma série de circunstâncias: 1) Completar a ocupação territorial, antecipando-se ao mesmo tempo a ocupações de outros países (a Inglaterra, por exemplo, reivindicou o Oregon até meados do século XIX); 2) Assentar o enorme contingente imigratório, cuja permanência, sem emprego e sem posses, nas cidades do leste, avivava o fantasma da revolta social, já visto em outras ocasiões; 3) Procurar, através da criação de uma vasta camada de pequenos proprietários, um mercado consumidor para as indústrias em rápido desenvolvimento.

Todos os governos norte-americanos favoreceram esse processo expansionista e industrialista. As tribos indígenas do Sul, mais desenvolvidas economicamente, ofereceram uma resistência maior à ocupação dos pioneiros brancos. Derrotadas, a única opção das tribos indígenas foi a ocupação de terras inférteis em direção ao Pacífico, até o seu extermínio quase total. Foi o general Armstrong Custer, o "grande matador de índios", que afirmou "o único índio bom é o índio morto". O massacre dos povos indígenas nos EUA foi o mais sistemático e violento da América. Calcula-se que, no início do século XVI, os grupos indígenas que habitavam a área que hoje é ocupada pelos EUA somassem mais de 12 milhões de pessoas. Com o avanço da colonização "branca", essa massa populacional foi diminuindo até ser quase extinta.

³⁴ Cf. Helen H. Jackson. *Op. Cit.* Trata-se de um extraordinário relato do extermínio dos índios da América do Norte, redigido pela esposa de um capitão do exército da União.

O jovem Friedrich Engels se expressou acerca da anexação da Califórnia pelos EUA: “Os Estados Unidos e o México são duas repúblicas: nas duas o povo é soberano. Como acontece a eclosão de uma guerra, a propósito do Texas, entre estas duas repúblicas que, conforme a teoria moral, deveriam ser "fraternas" e "federadas"? Como acontece que a "Vontade Soberana" do povo americano, apoiada na bravura dos voluntários americanos, tenha expandido a uma centena de milhas ao sul a fronteira traçada pela natureza em função de "necessidades geográficas, comerciais e estratégicas"? Bakunin culpará os americanos de uma "guerra de conquista" que, se traz um sério golpe à sua teoria fundada na "justiça e na humanidade", foi contudo feita unicamente no interesse da civilização? Ou será um mal que a bela Califórnia seja arrebatada aos preguiçosos mexicanos, que não sabem o que fazer dela? Que os enérgicos *yankees* aumentem a moeda em circulação explorando prontamente as minas de ouro que aí se encontram, que em poucos anos eles concentrem, no melhor litoral do Oceano Pacífico, uma densa população e um comércio desenvolvido, que criem grandes cidades, estabeleçam linhas de barcos a vapor, uma estrada de ferro de Nova York a São Francisco, que pela primeira vez abram verdadeiramente o Oceano Pacífico à civilização, dando assim, pela terceira vez na História, uma nova orientação ao comércio mundial? A "independência" de alguns californianos e texanos espanhóis deverá sofrer com isto, a "justiça" e outros princípios morais serão prejudicados aqui e acolá, mas o que representa isto comparado a estes acontecimentos de alcance mundial?”.³⁵

Em 1848 Engels tinha escrito, acerca da guerra mexicano-americana: “Presenciamos também, com a devida satisfação, a derrota do México pelos Estados Unidos. Também isto representa um avanço, pois quando um país embrulhado nos seus próprios negócios, perpetuamente desgarrado por guerras civis e sem saída para seu desenvolvimento, um país cuja perspectiva melhor teria sido sua submissão industrial à Inglaterra, quando este país se vê arrastado forçadamente para o progresso histórico, não temos mais possibilidade que considerar isso como um passo adiante. Em interesse de seu próprio desenvolvimento, convinha que México caísse sob a

³⁵ *Neue Rheinische Zeitung*, março de 1849 (o artigo fora escrito em 15 e 16 de fevereiro do mesmo ano).

tutela dos EUA. Quem ganharia com isto? A resposta é sempre a mesma, a burguesia e só a burguesia".³⁶



Barcos abandonados no porto de San Francisco, em 1850, durante a "corrida ao ouro"

Doze anos mais tarde, quando da tríplice intervenção da Inglaterra, Espanha e França no México, Marx se opôs sem dúvidas à invasão: "A intervenção no México, preparada por Inglaterra, Espanha e França, é, no meu entendimento, uma das empresas mais monstruosas que registram os anais da história internacional. É uma maquinação no mais puro estilo palmerstoniano".³⁷ Este último juízo (de 1861) não é contraditório com os anteriores, como fez notar Miklós Molnár: "Em nenhum momento, os artigos escritos [por Marx e Engels] contra a intervenção anglo-franco-espanhola postulam a defesa da revolução nacional mexicana. Marx e Engels deixavam México onde o tinham posto: sob a tutela dos EUA, embora isso só desse proveito aos armadores, industriais e outros capitalistas norte-americanos".

Esses posicionamentos dos fundadores do marxismo suscitaram amplas controvérsias entre marxistas e socialistas latino-americanos, alguns chegando a fazer de Marx e Engels

³⁶ Friedrich Engels. Los movimientos revolucionarios de 1847. *Manifiesto Comunista*. Apéndice. Madri, Cenit, 1932.

³⁷ Apud Miklós Molnár. *Marx, Engels et la Politique Internationale*. Paris, Gallimard, 1975, p. 310.

defensores inconscientes do colonialismo (pelo menos em certos casos). Jorge Abelardo Ramos, por exemplo, afirmou: “Os grandes mestres do socialismo não puderam emancipar-se, sob certos aspectos, das ideias dominantes de seu tempo. Só assim pode conceber-se que Engels aplaudisse a pilhagem das minas de ouro da Califórnia pertencentes ao México. Engels tinha só 27 anos quando escrevia esse apressado réquiem ao desenvolvimento burguês. Seu erro era inevitável, pois a burguesia não era esperada ainda por seu carrasco, o proletariado, mas por suas vítimas, os povos do mundo colonial, e ainda contava com um longo período de ininterrupta expansão. Os desafortunados juízos de Marx sobre Bolívar estavam sem dúvida influídos pela tradição antiespanhola prevalecente na Inglaterra, onde vivia Marx, e pelo comum desprezo europeu pelo Novo Mundo, cujas origens remontam às filosofias da Ilustração e às observações olímpicas de Hegel na sua *Filosofia da História Universal*”.³⁸

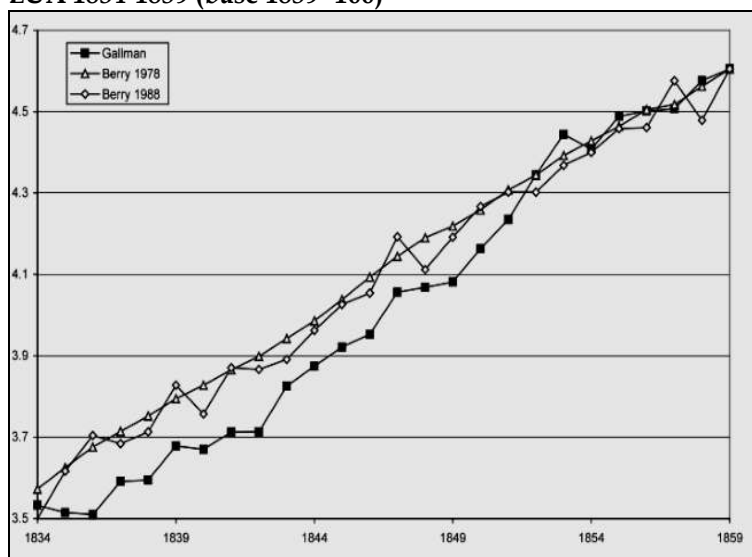
Já o mexicano Gastón Garcia Cantú preferiu apoiar-se no último escrito citado de Marx, para realizar uma interpretação favorável a este: “A trama da intervenção contra o México serviu a Marx para demonstrar que em toda nação, por marginal que fosse respeito a todo o processo capitalista de Europa, havia duas forças opostas: uma nacional e outra subordinada aos intervencionistas; uma partidária do progresso econômico e social, ainda nas linhas da democracia burguesa, e outra inspirada nas ambições estrangeiras. O partido liberal representava um passo adiante; o partido da intervenção, o mesmo espírito reacionário da Santa Aliança e os escravistas norte-americanos (...) Para México, Marx exhibe a confabulação internacional para repartir seu território como butim de guerra; sua análise mais geral, no caso de nosso país [e da] Irlanda, permite advertir que a política internacional defendida [por Marx] era que o proletariado de todos os países apoiasse as nações ameaçadas ou invadidas quando estas, como México, procurassem levar adiante uma política progressiva e popular. [Ao contrário] contraditório e esquemático originou-se em Engels o problema nacional. Neste como em outros casos, é impossível calcular o que a ciência histórica deve a Marx”.³⁹

³⁸ Jorge Abelardo Ramos. *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1968, p. 494.

³⁹ Gastón Garcia Cantú. *El Socialismo en México. Siglo XIX*. México, ERA, 1974, p. 187.

Miklós Molnár argumentou que seria artificial opor Marx e Engels nesse ponto e, além disso, citar Engels como testemunha de acusação contra si próprio: a “política progressiva e popular” do governo mexicano, suposta razão do posicionamento de Marx de 1861, é uma invenção retroativa do historiador mexicano (Marx jamais se referiu a ela). A base da posição de Marx era sua análise da política europeia, e do papel que a invasão do México pelas potências do Velho Mundo jogava na política externa de Inglaterra: aquela não podia ser comparada à ação dos EUA no Nordeste mexicano (pouco depois, Marx denunciou o apoio envergonhado da Inglaterra ao Sul escravocrata, contra os *ianques*, na guerra de secessão norte-americana, pouco depois de Inglaterra ter abolido e proibido o tráfico negreiro). A expansão para o Sul, por outro lado, acirrou os conflitos internos dos EUA, que progredia economicamente com taxas de crescimento dobradas em relação ao período precedente.

Três estimativas da taxa de crescimento do PIB dos EUA 1834-1859 (base 1859=100)



Em 1850, um conjunto de Atos, reunidos num compromisso, foram aprovados pelo congresso norte-americano, numa tentativa de solucionar os atritos entre o Norte e o Sul. Os compromissos permitiram a continuação da escravidão, mas proibiram-na no Distrito de Columbia. O

compromisso também admitia a entrada da Califórnia na União como um estado livre (onde a escravidão seria proibida), mas permitiria a escravidão em territórios recentemente adquiridos ou criados, bem como o direito de decisão entre a permissão ou a proibição da escravidão. Em 1854, o Ato de Kansas-Nebraska foi aprovado pelo Congresso, novamente, numa tentativa do governo americano de tentar solucionar os atritos entre o Norte e o Sul. O Ato criou os territórios de Kansas e de Nebraska, e permitia a escravidão nestes dois territórios. O Ato também especificava que, caso um território fosse elevado à categoria de Estado, a sua população teria o direito de votar a favor ou contra a continuação da escravidão. Políticos nortistas se opuseram a esse Ato, alegando que, uma vez que a escravidão estivesse fincada num território, estaria ali para ficar.

Em 1856, a população de Kansas votou contra a escravidão, mas grupos pró-escravidão recusaram-se a aceitar a decisão, e, logo, revoltas surgiram no estado. Em 1858, Kansas e Nebraska foram admitidos na União com base em constituições estaduais que proibiam a escravidão. A escravidão era um obstáculo à formação de um proletariado estável e as terras disponíveis representavam outro obstáculo, na medida em que terras disponíveis encareciam o trabalho operário. Os imigrantes ofereciam a mão de obra que era necessária e escassa aos capitalistas do Norte, mesmo com a disponibilidade de terras no Oeste. Mas, enquanto as fileiras da pequena burguesia agrária aumentassem através da pilhagem de terras indígenas no Oeste, não poderiam fornecer os exércitos de trabalhadores livres necessários para a consolidação do capitalismo industrial.

Desde 1860 os EUA tinham uma classe operária cada vez mais numerosa, com salários elevados em relação à média salarial europeia (devido à escassez de mão de obra industrial), e quase toda composta de homens brancos. Esses trabalhadores se opunham à concorrência de trabalhadores negros livres tanto quanto à de escravos e índios. Quase 55% das exportações do país eram ainda compostas por algodão não industrializado. A expansão e as disputas por terras novas no Oeste avançavam. Uma série de acordos entre o Norte e o Sul adiou o conflito iminente entre os dois regimes sociais coexistentes nos EUA. Desde a independência norte-americana coube aos grandes proprietários rurais sulistas e à burguesia nortista, através do Partido Democrata, o controle da vida política nacional. A maior população dos estados do Norte fez com que esta passasse a dominar a Câmara de Representantes. O equilíbrio

político era mantido pelo igual número de estados pró-escravidão e pró-abolição no Senado. Em 1854, foi criado no Norte o Partido Republicano, que continha em seu programa a intenção de lutar a favor do abolicionismo e de manter a União contra as tentativas secessionistas.

As eleições presidenciais de 1860, extremamente tensas, encontraram o Partido Democrata dividido em torno de dois candidatos, John Breckinridge e Stephen Douglas, um a favor da escravidão e outro contrário. O Partido Republicano uniu-se em torno da candidatura de Abraham Lincoln. Pelo seu posicionamento favorável ao fim da escravidão, no Sul ele foi apelidado de "republicano negro". Lincoln, em sua campanha eleitoral, afirmou que os Estados Unidos não podiam viver eternamente, "metade livre, metade escrava", desencadeando sentimentos havia muito reprimidos pelos sulistas e nortistas. Lincoln acabou vencendo as eleições em todos os estados livres com exceção de Nova Jersey. Porém, apenas 39% da população do país havia votado em Lincoln, tendo vencido por ter os votos necessários do colégio eleitoral. Quase nenhum dos seus votos no colégio era procedente do Sul. Lincoln, ademais, considerava que manter a União era mais importante do que a questão da escravidão. Depois de eleito chegou a pronunciar-se sobre a questão nos seguintes termos: "se pudesse salvar a União sem libertar nenhum escravo, eu o faria. Se pudesse salvar a União libertando os escravos, eu o faria".

Lincoln não foi sequer apresentado para a votação presidencial em nove Estados da região Sul. A eleição de Lincoln, em um momento de grande divisão das diferentes frações das classes dominantes, deflagrou a guerra: os republicanos, liderados por Abraham Lincoln, se opunham à expansão da escravidão em territórios sob a jurisdição dos Estados Unidos. Lincoln vencera a eleição, mas antes de sua posse em 4 de março de 1861, sete estados escravistas com economias baseadas na produção de algodão formaram a Confederação. O presidente democrata, James Buchanan, e os republicanos rejeitaram a secessão do Sul como ilegal. Em seu discurso de posse, Lincoln declarou que sua administração não iria iniciar uma guerra civil. Os oito estados escravistas restantes continuaram a rejeitar os pedidos de secessão. Até 1860, a escravidão progredia sistematicamente nos EUA: em milhões de indivíduos, o número de escravos era de 0,7 (1790), 0,9 (1800), 1,2 (1810), 1,5 (1820), 2 (1830), 2,5 (1840), 3,2 (1850), 4 (1860). Uma sextuplicação do número de escravos em apenas

setenta anos, uma progressão em muito superior ao crescimento demográfico geral: a população escrava perfazia em 1860 um terço da população total dos Estados do Sul.



Fotografia de escravo norte-americano chicoteado, usada na propaganda dos abolicionistas contra os escravagistas

A posição contraditória de Lincoln expressava as contradições dos capitalistas norte-americanos: “O meu objetivo supremo nesta luta é salvar a União e não salvar ou destruir a escravidão. Se pudesse salvar a União sem libertar qualquer escravo, eu o faria. Se pudesse salvá-la libertando todos os escravos, também o faria. E se pudesse salvá-la libertando alguns escravos e deixando outros, eu também o faria”, escreveu em 1862. O capitalismo do Norte estava ligado à escravidão por inúmeros laços: comerciais, familiares e financeiros. A população negra livre do Norte constituía um subproduto da escravidão, formava uma casta de párias no interior da classe operária. Sua existência permitia não aumentar os salários dos trabalhadores brancos. Os trabalhadores negros eram utilizados para quebrar as greves e rebaixar os direitos dos trabalhadores brancos. A abolição da escravidão representava não apenas uma ameaça para os laços que existiam entre os setores do capital nortista e a aristocracia

escravocrata, mas também poderia acabar com a divisão que separava operários brancos de negros no norte e fortalecer a luta de classes.

Isso explica porque não havia unidade entre os nortistas capitalistas sobre o fim da escravidão. A proclamação da emancipação dos negros de 1863 (em plena guerra civil) só se aplicou aos escravos que viviam atrás das linhas inimigas. No Norte industrializado houve conflitos raciais em que operários e pequenos comerciantes brancos organizaram grupos para linchar negros, os primeiros os recusaram em seus sindicatos. A questão do protecionismo alfandegário foi outro fator para a eclosão da guerra civil. Os Estados do Norte, em processo de industrialização, reivindicavam altas tarifas de importação como mecanismo de manutenção de seu desenvolvimento industrial, pois não conseguiam competir com os preços dos produtos ingleses. O Sul, por outro lado, dependia economicamente do Norte, exportando para lá parte de sua produção algodoeira e importando manufatura. Para sua sobrevivência defendia a liberdade de comércio, preferindo importar as manufaturas inglesas, de melhor qualidade e mais baratas do que as produzidas pelo Norte.

A guerra foi travada entre 1861 e 1865 depois de vários estados escravistas do sul declararem sua secessão e formarem os Estados Confederados da América (conhecidos como "Confederação" ou "Sul"), encabeçados por Jefferson Davis, defensor do "direito dos Estados". Os estados que compunham a Confederação eram o Alabama, Arkansas, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Flórida, Geórgia, Louisiana, Mississippi, Tennessee, Texas e Virgínia. Os Estados de Kentucky, Delaware, Maryland e Missouri declararam-se neutros. As hostilidades começaram com o ataque da artilharia confederada, no dia 12 de abril de 1861, ao Forte Sumter, uma guarnição federal. Inicialmente as vitórias pertenceram aos sulistas. A correlação de forças foi mudando à medida que se desenrolavam as batalhas.

O Norte contava com o apoio de 25 Estados, uma população de cerca de 22 milhões de habitantes, uma economia industrial diversificada e uma marinha de guerra. O Sul obteve o apoio de 11 Estados, uma população de 9,5 milhões de habitantes, dos quais 4 milhões eram escravos, e uma economia de base agrária, o que o fez dependente de recursos exteriores para o desenvolvimento da guerra. Uma conferência de paz em 1861 não alcançou qualquer resultado, e ambos os lados



prepararam-se para a guerra.

Os confederados assumiram que os países europeus eram tão dependentes do comércio de algodão que iriam acabar por intervir no conflito; no entanto, nenhum país interveio ou reconheceu a existência dos novos Estados Confederados da América.

A guerra civil teve como característica a luta total contra o inimigo em todos os campos: militar, econômico e psicológico. Os efeitos econômicos e sociais foram devastadores: 360.000 mortos no norte e 258.000 no sul. Porém a guerra civil permitiu a consolidação da hegemonia dos capitalistas com a unificação do mercado nacional e fez muitas fortunas. John D. Rockefeller, que vendia alimentos aos exércitos do Norte, passou ainda durante o conflito a investir em petróleo. A guerra civil americana foi, assim, uma das primeiras “guerras industriais”. Estradas de ferro, o telégrafo, navios a vapor e armas produzidas em massa foram utilizados extensivamente. Houve a mobilização de fábricas, minas, estaleiros, bancos, transportes e alimentos civis. O conflito foi a guerra mais mortal na história dos Estados Unidos, e a mais mortífera de todo o mundo no século XIX, resultando na morte de cerca de 750 mil soldados e um número indeterminado de vítimas civis. John Huddleston estimou o número de mortos em 10% de todos os homens do Norte com idade entre os 20 e 45 anos e 30% de todos os homens brancos do sul com idades entre 18 e 40 anos. Como parte do esforço para manter coesas as forças que apoiavam a União, Lincoln baixou decreto (mais tarde incorporado à constituição como a 13ª emenda) libertando os escravos. A 14ª emenda estendeu os direitos civis a todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos ou naturalizadas. Essa norma incluía os negros, antes considerados como “coisas” (objetos). A 15ª emenda, que implantou o sufrágio universal, veio mais tarde, com o presidente Ulysses Grant. A vantagem militar do Norte se apoiou em vantagens econômicas, militares e demográficas preexistentes:

Comparação das forças da União e da Confederação		
	União	Confederação
População total	22.100.000 (71%)	9.100.000 (29%)
População livre	21.700.000	5.600.000
Escravos em estados de fronteira em 1860	400.000	N/A
Escravos sulistas em 1860	N/A	3.500.000
Soldados	2.100.000 (67%)	1.064.000 (33%)
Ferrovias	31.064 km (71%)	14.223.km (29%)
Manufatura	90%	10%
Produção de armas	97%	3%
Produção de algodão em 1860	Negligível	4.500.000
Produção de algodão em 1864	Negligível	300.000
Exportações no pré-guerra	30%	70%

A União dispunha de uma grande vantagem desde o início da guerra, que era o controle da Marinha americana. No início da guerra, alguns navios da União atracados ou fundeados em portos confederados foram capturados, mas a grande maioria permaneceu sob controle da União. A capacidade industrial da União, além disso, permitiu que esta construísse rápida e eficientemente vários navios de guerra. Na Confederação, o alistamento forçado foi instituído em abril de 1862, forçando todas as pessoas brancas do sexo masculino entre 18 a 35 anos de idade e em boas condições de saúde a servirem no exército por três anos. Em fevereiro de 1864, tais limites haviam sido estendidos de 17 para 50 anos. Já a União instituiu o alistamento forçado em março de 1863, para pessoas, sem distinção de raça, do sexo masculino, entre 20 a 45 anos de idade. Mulheres, em momento algum, foram autorizadas a lutar em ambos os lados, embora algumas tivessem se disfarçado como homens e lutado por suas federações.

A guerra foi chamada por muitos soldados como "a guerra entre homens ricos, travada através de lutas entre homens pobres". Porque o recrutamento forçado possuía suas exceções. Em ambos os lados, homens que, pelas regras do recrutamento forçado, teriam de servir no exército, poderiam contratar um substituto - geralmente, um homem pobre e sem trabalho - para lutar em seu lugar. Na União, pessoas podiam pagar ao governo 300 dólares (uma grande soma de dinheiro, à época) para não ser forçado a alistar-se. Na cidade de Nova York, em julho de 1863, alguns meses após o alistamento militar forçado ter sido instituído, houve uma grande revolta popular.

Os revoltados estavam armados, e exigiam o fim do alistamento forçado. Esta revolta foi suprimida com o uso de força policial e militar. Apesar dos problemas, o recrutamento forçado em ambos os lados foi bem sucedido. O número de soldados no exército da União cresceu espantosamente desde o início da guerra. O exército da União tinha apenas pouco mais de 13 mil homens em atividade quando a guerra se iniciou em abril de 1861.

No final da guerra, o exército da União tinha cerca de 1,12 milhão de soldados. O exército da Confederação atingiu seu máximo em 1863, quando o número de soldados chegou a quase 500 mil. A partir de 1863, esse número passou a diminuir gradativamente. No final da guerra, o exército da Confederação tinha menos de 200 mil soldados. Altas taxas de deserção foram a principal causa desta diminuição - especialmente nos meses finais da guerra, quando a Confederação não tinha mais nenhuma hipótese de vitória. O salário de um soldado branco da União era de 13 dólares mensais, mais um incentivo anual de 42 dólares, para a compra de roupas. O salário mensal de soldados da Confederação, até 1864, era de 11 dólares mensais. A Proclamação de Emancipação de Lincoln aprovou o uso de afro-americanos no exército da União - todos os homens do Norte, que tinham entre 20 a 45 anos de idade, incluindo afro-americanos, foram obrigados a lutar pela União. Cerca de 180 mil afro-americanos lutaram pela União, e cerca de dois terços deles eram escravos sulistas que fugiram para o Norte, em busca de liberdade. Mais 25 mil afro-americanos atuaram na marinha de guerra da União, aberta aos afro-americanos anos antes da guerra da secessão.



Soldados negros e brancos unidos no Exército da União

Na decisiva batalha de Gettysburg, 72 mil soldados confederados enfrentaram 90 mil soldados *yankees*, que venceram o confronto com 23 mil baixas, contra 28 mil baixas dos sulistas. Após quatro anos de sangrentos combates que destruíram grande parte da infraestrutura do sul do país, a Confederação entrou em colapso: em 6 de abril de 1865, o general Lee, comandante das tropas sulistas, pediu os termos de rendição. A escravidão foi abolida em todo o país; um processo de reconstrução começou, a unidade nacional retornou e a garantia de direitos civis aos escravos libertos, supostamente, também começou. A guerra civil marcou a vitória definitiva do capitalismo industrial e da burguesia dos EUA. Na base dessa guerra esteve o conflito entre dois modos de produção distintos para estabelecer a hegemonia de classe e o controle do conjunto do mercado nacional unificado. Ao destruir a escravidão, a guerra eliminou o principal obstáculo à formação do proletariado livre. Ela colocou o Estado plenamente ao serviço do capitalismo nascente. Mas manteve os escravos negros excluídos de direitos civis, submetidos a uma segregação institucionalizada, e subjugados nas regiões do Sul. O fim da guerra não uniu brancos e escravos no mercado de trabalho livre. Surgiu uma classe operária heterogênea, refratária aos trabalhadores negros, e dividida por questões nacionais e raciais.

E continuou existindo socialmente intacta uma casta operária branca e “aristocrática”, reacionária e conservadora no interior da própria classe operária. Isto se deveu em grande medida ao fato de que a “Reconstrução do Sul”, um período de ocupação e intervenção militar nos antigos estados sulistas derrotados, não assegurou, como se previa inicialmente, aos negros o direito de voto, nem o de frequentarem as escolas, ou os mesmos empregos que os brancos. Os trabalhadores brancos temiam, influenciados pela burguesia em seu propósito de dividir os trabalhadores, que os quatro milhões de negros ex-escravos invadissem o Norte em busca de trabalho como mão de obra barata, o que rebaixaria os salários. As divisões de raça da classe operária fizeram surgir uma força reacionária no interior dos próprios operários.

No Sul, a sociedade racista Ku-Klux-Klan nasceu em 1867, com conivência dos mandantes locais. Os negros que se uniram para destruir a escravidão tanto no Sul como no Norte, foram relegados ao estatuto de casta oprimida no interior da classe operária, sem empregos qualificados e excluídos de

praticamente todas as organizações operárias. O resultado final foi que mais de quatro milhões de escravos, quase todos analfabetos, foram libertados mas deixados sem casas, sem terras, sem profissão e sem nenhum preparo para assumir responsabilidades independentes dos seus antigos proprietários. Os abolicionistas ganharam a guerra mas perderam a paz. Os negros "livres" continuaram subjugados, mesmo após a aprovação da 13ª emenda que abolia a escravidão, e não se "integraram" como trabalhadores assalariados e livres: tornaram-se sua maioria arrendatários e peões endividados dos aristocratas do sul.

O debate sobre a situação dos negros após a guerra começou antes mesmo do seu fim. Lincoln propôs que cada estado regulamentasse a questão negra como julgasse conveniente. Os abolicionistas foram contra essa proposta mas seu projeto - o *Bill Wade Davis* - que impunha ao Sul penalidades mais severas foi vetado. Os estados do Sul foram divididos em cinco distritos militares e foi proclamada a lei marcial. Os negros ganharam o direito de votar e os antigos rebeldes brancos foram privados dos seus direitos cívicos. Cada Estado deveria convocar uma assembleia constituinte eleita mediante sufrágio universal. Os Estados seriam admitidos na União individualmente e quando sua constituição fosse aceita pelo congresso nacional.

A ofensiva paramentar dos defensores dos negros teve início em 1865, quando foram adotadas duas leis "negras". Uma delas criava o Departamento dos Libertos, destinado a ajudar os negros após a guerra. A segunda lei dava aos negros direitos civis completos. Abriu-se um breve período de avanço dos direitos dos negros. Os nortistas instalaram nos Estados e nas principais cidades e condados do Sul governos comandados por republicanos, protegidos pelas tropas nortistas. A população do Sul se ressentia da presença dos republicanos e das tropas.

Finda a guerra, em abril de 1865, o presidente Abraham Lincoln foi assassinado, no Teatro Ford, em Washington, pouco depois da rendição final das tropas sulistas e de sua reeleição como presidente: "O morto não foi o Lincoln vencedor [da guerra], mas o Lincoln que poderia encampar outra luta, a da emancipação real dos humildes, de todos os humildes. Todo o país vira e vivera as etapas de sua trajetória ascendente: de lenhador para presidente; de moderado partidário de suprimir a escravidão mediante o voto, para inflexível legislador; de

diplomata à procura de soluções para não ir à guerra para finalmente levá-la adiante até as últimas consequências. Todos aqueles que tinham pressa em organizar a União em seu próprio interesse – entrar no Sul para saqueá-lo, explorando os negros recém-libertados – mesmo pensando que no longo prazo poderiam derrotá-lo, preferiram-no morto. E tinham pressa”.⁴⁰ Um ator, John Wilkes Booth, foi seu instrumento; uma representação teatral, seu teatro. A França burguesa ergueu-se sobre o cadáver decapitado de seu desbravador, Maximilien Robespierre; os EUA da burguesia vitoriosa o fizeram sobre o cadáver de quem a trouxe ao mundo.

A escravidão foi definitivamente abolida nos EUA pelo Congresso, ao adotar em 1865 a 13^o emenda à Constituição, depois do fim da guerra civil e da morte de Lincoln. Havia interesses econômicos poderosos em jogo na questão da emancipação dos escravos. A “liberdade” dos negros caminhou para o precipício. O presidente Andrew Johnson vetou as duas “leis negras”. A proposta de 1866 de uma 14^a emenda à Constituição que garantia direitos políticos aos negros foi atacada por Johnson e dez estados sulistas, que não a ratificaram. Foram colocados em vigor os “códigos negros”, séries de leis que reduziam os negros ao estado de virtuais escravos livres. Apesar da presença de tropas federais nos Estados do sul e da adoção de leis antissegregacionistas em vários Estados, o núcleo duro dos sulistas segregacionistas jamais cedeu terreno.

Nesse contexto surgiu a *Ku Klux Klan*, organização racista secreta formada por antigos soldados confederados, cujo nome derivava do som que se produzia ao engatilhar um rifle. Rapidamente ela se instalou no Tennessee, na Louisiana, nas duas Carolinas, na Georgia e na Flórida, aterrorizando os eleitores negros e expulsando seus opositores do país. Sus crimes e assassinatos costumavam ser precedidos por uma advertência simbólica enviada ao homem marcado para morrer ou fugir. Enfrentar a ameaça significava infalivelmente a morte. A KKK atingiu um alto grau de organização. Em 1869, o movimento subitamente declinou, embora ressurgindo posteriormente, sendo revigorado por saudosistas da escravidão e da segegação racial ao longo de todo o século XX.

⁴⁰ Isaac Hernández Moreno. *Abraham Lincoln*. Barcelona, Folio, 2004, p. 139.

Em 1870 a Corte Suprema dos EUA decidiu que a 14ª emenda não dava o direito de votar, mas somente que eles não poderiam ser discriminados nas urnas, posição que encorajou os bandos segregacionistas do Sul, armados para perseguir e assassinar os negros com a conivência das autoridades locais. A ofensiva se tornou violenta e cada vez mais segregacionista. Foram adotados vários procedimentos ilegais para dificultar e mesmo impedir o voto dos negros. Eles eram intimidados nas ruas, forçados a trabalhar sob ameaça, presos por qualquer argumento, sendo completamente privados de direitos, inclusive o de votar e ser votado.

A guerra civil drenou os recursos financeiros do Norte e arruinou completamente a economia do Sul. O custo total da guerra foi de 11,5 bilhões de dólares. Grande destruição ocorreu no Sul por causa da guerra. Inúmeras fábricas, estabelecimentos comerciais e residências foram destruídos, e campos foram queimados, pelos soldados do Norte. O monopólio mundial do algodão sulista foi destruído. Ainda assim, a guerra civil possibilitou aos EUA se industrializarem mais rapidamente. *First Transcontinental Railroad* foi o nome popular da linha ferroviária dos EUA (a *Pacific Railroad*) completada em 1869 entre Council Bluffs, Iowa/Omaha, Nebraska (via Ogden, no Utah, e Sacramento, na Califórnia) e Alameda, Califórnia. Essa ligação conectou as costas do Atlântico e Pacífico por via ferroviária pela primeira vez na história. Aberta ao tráfego em 10 de maio de 1869, a rota estabeleceu uma rede de transportes transcontinental mecanizada que revolucionou a população e a economia do Oeste. Autorizada pelo Ato Ferroviário do Pacífico de 1862 e sustentada pelo governo, ela foi a culminação de um movimento de longas décadas, completada quatro anos após a morte de Abraham Lincoln, seu incentivador final. A construção da ferrovia requereu enormes feitos da engenharia e do trabalho na passagem de planícies e altas montanhas pela *Union Pacific Railroad* e a *Central Pacific Railroad*. A ferrovia foi considerada o maior feito tecnológico estadunidense do século XIX. Em fins do século XIX a quantidade de quilômetros de linhas férreas nos Estados Unidos era maior que a soma de todos os países europeus.

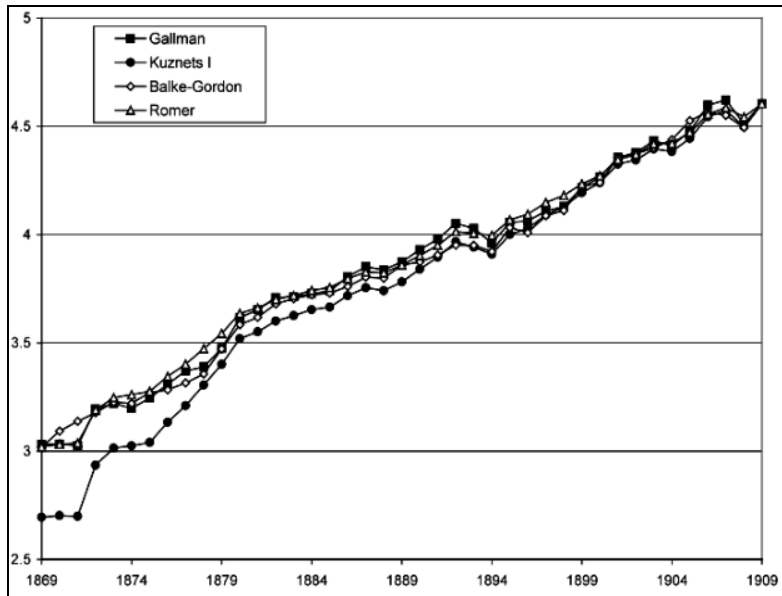
A partir da segunda metade do século XIX a pecuária chegou a ocupar um quarto do território americano, em terras que se estendem do Texas ao Canadá. A barganha de 1877 entre os capitalistas do Norte e a aristocracia do Sul deixou os antigos escravos vivendo e trabalhando sob um sistema de

castas tão brutal quanto a própria escravidão. Esse acordo permitiu que o Norte continuasse recebendo algodão para sua industrialização em troca do Sul manter os negros submetidos. O antigo partido republicano que defendia as posições a favor dos negros perdeu terreno para o partido democrata que tinha como principal bandeira terminar com o período da reconstrução do Sul. Na eleição do candidato republicano Rutherford B. Hayes, um conflito impediu sua plena eleição, que só foi resolvida por uma comissão eleitoral do Congresso. Ele teve que obter apoio dos democratas com a promessa de retirar do Sul as últimas tropas federais. Foi o golpe de misericórdia, encorajando os democratas sulistas em sua tarefa de destruir o que eles chamavam de "republicanismo negro". Houve aperfeiçoamentos nos vários procedimentos eleitorais para anular o voto dos negros.

A expansão para o Oeste terminou de modelar o mercado e o espaço nacional geográfico dos EUA. Ao contrário da época de ocupação colonial, quando os colonos produziam para sua subsistência, os pioneiros do Oeste foram obrigados a se especializarem para atender à demanda crescente das áreas mais desenvolvidas. Embora a mão de obra fosse escassa, a produtividade aumentou graças à mecanização da produção agrícola e aos progressos técnicos. Alguns colonos, entretanto, ao hipotecarem suas terras para a compra de máquinas e insumos (matéria-prima, adubo, energia, etc.), acabaram arruinados, perdendo suas propriedades para grandes grupos financeiros.

Foi no período pós-guerra civil que se consolidaram os grandes grupos financeiros. Estes aumentaram seu patrimônio explorando a agricultura com a cobrança de juros exorbitantes e canalizando esses ganhos para investimentos nas indústrias concentradas no Nordeste dos Estados Unidos. Além de submetida aos banqueiros, a agricultura também estava sujeita a outros tipos de exploração: 1) As indústrias cobravam altos preços pelas máquinas agrícolas; 2) Os comerciantes, por possuírem armazéns, compravam a produção a baixos preços ou cobravam pela estocagem dos produtos; 3) As companhias ferroviárias cobravam elevados preços pelos fretes, diminuindo o lucro dos fazendeiros.

Quatro estimativas da taxa de crescimento do PIB dos EUA 1869-1909 (base 1859=100)



Com a crise econômica de 1870 houve uma divisão entre os brancos até então unidos nas políticas de segregação. Em 1873 milhares de pobres brancos perderam suas terras em hipotecas e apelaram aos governos, aos bancos, às firmas, exigindo proteção. Os Estados confederados em conjunto (com exceção da Flórida e do Texas) sofreram em conjunto um decréscimo populacional de cerca de 300 mil habitantes na década de 1870, 450 mil habitantes na década de 1880 e 550 mil habitantes na década de 1890. Muitos dos confederados que abandonaram o Sul americano emigraram para outros países, buscando fugir da recessão econômica e da perseguição e discriminação contra a população confederada. Essa fuga foi o maior êxodo populacional da história dos Estados Unidos. Houve uma ruptura de classe entre os brancos pobres e os ricos.

Abriu-se um terreno para uma aliança dos trabalhadores acima das divisões raciais. Essa situação permitiu o surgimento de uma aliança de pequenos proprietários negros e brancos empobrecidos pela crise e que formam o movimento em defesa da reforma agrária. Um dos líderes desse movimento, Tom Watson, lançou o Partido Populista às eleições de 1892 com uma campanha em favor do voto para os

negros. Porém, os brancos do partido democrata agiram com violência e 15 candidatos populistas negros foram assassinados no estado da Geórgia durante as eleições. Durante esse período e até 1895 a proposta de reforma agrária obteve algum sucesso. Mas a luta era completamente desigual e a burguesia branca aplicou leis para retirar completamente os direitos civis dos negros e assegurar uma coalizão que impedisse a união dos trabalhadores independentemente das raças. Nos tribunais de justiça, as políticas de segregação não foram melhores, constituindo-se em verdadeiras máquinas para subjugar os negros e os brancos pobres.

O financiamento da guerra consumiu quase todos os recursos de ambos os lados. Ao longo da guerra, a União gastou cerca de 2,16 bilhões de dólares. Cerca de 20% deste total foram arrecadados através de impostos já existentes. Papéis governamentais - comprados a um preço fixo, que seriam, após a guerra, reembolsados juntamente com os juros - arrecadaram 40%. 30% foram tomados emprestados de instituições financeiras. Os 10% restantes foram impressos como papel moeda, o que causou grande inflação, na ordem de 40% ao ano. O crescimento dos salários dos trabalhadores não acompanhava o crescimento da inflação, resultando em greves e revoltas por melhores salários. Muitas destas revoltas foram iniciadas por sindicatos dominados por brancos, que se opunham à contratação de afro-americanos não filiados aos sindicatos por parte das fábricas.

A guerra civil trouxe prosperidade econômica para a burguesia capitalista do Norte. As necessidades de guerra - armas, roupas, alimentos - estimularam a agricultura e a indústria manufatureira. A indústria de mineração cresceu drasticamente - a produção de carvão e ferro, especialmente - bem como a produção de aço. O crescimento da produção agropecuária da União - primariamente lã, algodão, milho, trigo e carne - fez com que exportações para países europeus dobrassem - à época, a produção de alimentos na Europa estava em queda, devido a sucessivas colheitas mal sucedidas - assim compensando a drástica queda nas exportações destes produtos por parte da Confederação, que estava sob bloqueio por terra e mar durante a guerra. Alguns atos econômicos do governo da União ajudaram no crescimento econômico, estabelecendo um banco central, uma moeda padrão e o Departamento Governamental de Agricultura, em 1861. Os atos governamentais de 1862 foram os responsáveis pela aprovação

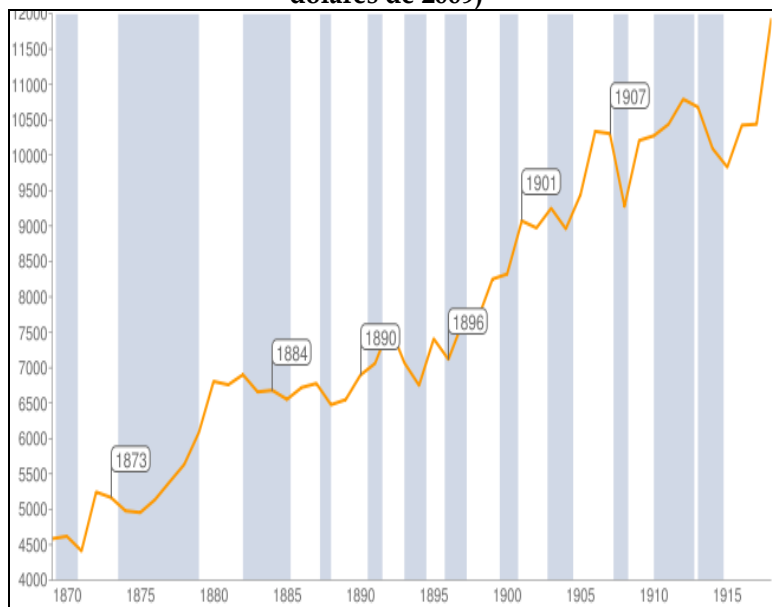
da construção da primeira ferrovia transcontinental americana, pelo fornecimento de lotes de terras no oeste americano a preços nulos ou muito baixos, e pelo estabelecimento de instituições de ensino superior. Em 1863, o primeiro imposto de renda nacional foi instituído.

Quinze anos depois da guerra civil americana, Marx e Engels escreviam: “Foi justamente a imigração europeia que possibilitou à América do Norte a produção agrícola em proporções gigantescas, cuja concorrência está abalando os alicerces da propriedade rural europeia - a grande como a pequena. Ao mesmo tempo, deu aos Estados Unidos a oportunidade de explorar seus imensos recursos industriais, com tal energia e em tais proporções que, dentro em breve, arruinarão o monopólio industrial da Europa ocidental, especialmente o da Inglaterra. Essas duas circunstâncias repercutem de maneira revolucionária na própria América do Norte. Pouco a pouco, a pequena e a média propriedade rural, a base do regime político em sua totalidade, sucumbe diante da competição das fazendas gigantescas; ao mesmo tempo formam-se, pela primeira vez nas regiões industriais, um numeroso proletariado e uma concentração fabulosa de capitais”.

A forte economia da União não somente foi um dos motivos primários da sua vitória sobre a Confederação, mas também o principal motivo do grande crescimento econômico dos EUA, que fez do país a maior potência industrial mundial já na década de 1890. Em 1900, os EUA possuíam 223,5 mil milhas de estradas de ferro, das 491 mil milhas existentes no mundo todo (*toda* a Europa tinha 176,2 mil milhas de vias férreas). Na mesma época, *toda* a América do Sul não chegava às 26,5 mil milhas, *toda* a África às 12,5 mil milhas. Em 1912 conclui-se o processo de formação da União, com a incorporação do Arizona como Estado. Além disso, mais de 25 milhões de novos imigrantes instalaram-se nos Estados Unidos, entre 1870 e 1916, causando grande crescimento populacional - de 40 milhões de habitantes em 1870 para mais de 100 milhões em 1916. Os principais motivos foram a rápida industrialização do Norte, a substituição de mão de obra escrava por mão de obra imigrante no Sul, e a concessão de lotes de terra no Oeste americano com baixo ou nenhum custo, incentivando assim o povoamento da enorme região. O desempenho econômico dos EUA pós-guerra civil manteve seu caráter sustentado. Depois de digladiar-se na guerra mais mortífera do século XIX, que

custou a vida de 5% de sua população, os EUA se situaram à cabeça do mundo capitalista.

Crescimento do PIB per capita nos EUA (1869-1918) (em dólares de 2009)



Durante a fase de capitalismo competitivo, caracterizada pela abolição da escravidão e a emergência de organização capitalista de produção, os trabalhadores assalariados foram dominando o mercado de trabalho em todo o território norte-americano, sobrepujando os tradicionais artesãos. A proletarização se consolidou em meados dos anos 1840, com vários sistemas de organização dos trabalhadores coexistindo. A escassa oferta inicial de trabalhadores assalariados obrigou os patrões a dependerem de uma diversidade de grupos heterogêneos para compor a força de trabalho: fazendeiros brancos, mulheres, crianças e artesãos. O processo de trabalho se mantinha diversificado nas fábricas, em vários casos continuando como no período anterior, com os artesãos ainda controlando a organização do trabalho.

A inclusão dos negros como força de trabalho assalariada, e a crescente utilização de mulheres, crianças e imigrantes em sistemas de trabalho sem regulamentação igual para todas as fábricas, marcaram o período de competição intercapitalista, que conheceu, nos anos 1870, uma crise de



Samuel Gompers

grande alcance: “A intensa competição contribuiu para a queda das margens de lucro durante a fase de relativa estagnação, mas a resistência generalizada dos trabalhadores, o crescimento do sindicalismo, e o controle tradicional dos ofícios sobre o processo de trabalho inibiram tentativas dos patrões de aumentar a produtividade ou cortar salários reais”.⁴¹ O crescimento da competição intercapitalista levou aos primeiros grandes abalos do mercado, especialmente após a depressão internacional de 1873. Em 1866, foi organizada a *National Labor Union*, e em 1867, a *Grange*, que se tornou um importante instrumento de defesa dos direitos e interesses dos fazendeiros. Em 1877, ocorreram diversos distúrbios e conflitos de trabalhadores ferroviários em várias cidades dos Estados Unidos, controlados por tropas federais. Em setembro de 1882 foi assinada a “Lei de Exclusão dos Chineses”, após pressões de trabalhadores brancos que temiam a competição por empregos de imigrantes dessa origem.

Em 1886, durante uma manifestação pacífica a favor do regime de 8 horas de trabalho, uma bomba estourou junto ao local onde policiais estavam posicionados, matando um e ferindo outros 7 que morreram mais tarde. A polícia imediatamente abriu fogo contra os manifestantes, ferindo dezenas e matando onze. Os oito organizadores da manifestação, militantes anarquistas, foram presos e incriminados pelo acontecimento, mesmo na ausência de evidências que os conectassem com o lançamento da bomba. Uma grande campanha foi organizada para salvar os “mártires de Chicago”. Finalmente, quatro deles foram executados, um cometeu suicídio antes do enforcamento, e os três remanescentes receberam sentenças de prisão que foram revogadas em 1893, quando o governador concluiu que todos

⁴¹ David Brody. The new labor history. In: Eileen Boris e Nelson Lichtenstein (orgs.). *Major Problems in the History of American Workers*. Lexington, D. C. Heath and Company, 1991.

os oito acusados eram inocentes. O episódio dos *Haymarket's Martyrs* deu origem ao 1º de Maio como *Dia Internacional dos Trabalhadores*. No mesmo ano foi criada a AFL (*American Federation of Labor*), com Samuel Gompers na sua direção, cuja trajetória o transformaria no exemplo internacional de sindicalista conservador e conciliador.⁴²

A fase monopolista do capitalismo norte-americano foi atingida nas décadas finais do século XIX, a partir da emergência de enorme concentração de capital. No estágio anterior, os patrões haviam começado a procurar mecanismos que inibissem a competição, através de associações, políticas tarifárias e redução do poder dos artesãos. Este período teve sua fase exploratória nos anos 1870, sua consolidação nos anos 1880-90. Era necessária a reorganização do local de trabalho para resolver os problemas de produtividade.

Para isso foi criado o *drive system*, uma reorganização baseada na mecanização, na maior supervisão direta dos trabalhadores, e numa menor utilização dos trabalhadores especializados. As novas políticas tinham como objetivo minar a oposição dos trabalhadores ao *drive system*. Se caracterizavam pela criação de departamentos de pessoal centralizados, cooperação com ou cooptação de sindicatos, e manipulação de diferenças étnicas e raciais entre os trabalhadores.⁴³ Foi a atitude racista da AFL a que empurrou os negros a romper com o movimento operário. Explicitamente ou não, as uniões de ofícios atuavam de modo discriminatório, e a AFL aprovava tal atitude. Desde 1890 havia-se negado a condenar as práticas racistas de seus sindicatos e, além disso, tratava de organizar os negros separadamente, em fracos sindicatos por cidade, dependentes da mesma federação e sem conexão com os sindicatos locais. Assim, os negros não podiam sentir solidariedade ante semelhantes sindicatos, e sua oposição era

⁴² Bernard Mandel. *Samuel Gompers: a Biography*. Yellow Springs, Antioch Press, 1963. Gompers, nascido no Reino Unido, emigrou para os EUA em 1863. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Fábricas de Cigarros (*Cigarmakers' Union*) e fundador da Federação Americana do Trabalho (*American Federation of Labor - AFL*) em 1886, na cidade de Columbo, no estado de Ohio, a qual presidiu até sua morte.

⁴³ Luiz B. Pericás. Sobre o movimento operário nos EUA (1870-1914). *Entre Passado & Futuro* n° 3, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.

tanto maior quanto maior fosse a sua consciência de classe.⁴⁴ A reorganização do trabalho nos anos 1890 chegou a tal ponto que, por exemplo, uma máquina escavadora, controlada por um homem e um assistente, fazia o mesmo serviço feito antes por 44 trabalhadores com pás. A luta de classes típica da sociedade capitalista passou a ganhar um lugar central no cenário social da nova potência mundial.

38. A INTERNACIONAL OPERÁRIA E A COMUNA DE 1871

A revolução vai ao fundo das coisas. Atualmente, o seu caminho passa ainda pelo purgatório. Faz a sua obra metodicamente. Até 2 de dezembro de 1851, só havia executado metade do seu trabalho preparatório; ocupa-se, agora, da outra metade. Começou por aperfeiçoar o poder parlamentar, para que fosse possível derrubá-lo. Atingido esse objetivo, passa a aperfeiçoar o poder executivo, reduzindo-o à expressão mais simples, fazendo dele o único culpado para poder concentrar contra ele todas as suas forças de destruição. E, quando tiver concluído a segunda metade da sua obra preparatória, a Europa se erguerá para gritar-lhe com entusiasmo: "Bem cavado, velha toupeira!" (Karl Marx, **18 Brumário de Luís Bonaparte**)

A Comuna era essencialmente um governo da classe operária, o resultado da luta da classe dos produtores contra a classe dos apropriadores, a forma política enfim encontrada que permitia realizar a emancipação econômica do trabalho (Karl Marx, **A Guerra Civil na França**)

A Comuna foi uma negação audaciosa e bem clara do Estado e a exaltação da ação espontânea e comum das massas, dos grupos de associações populares, porque as massas têm, eminentemente, o instinto socialista (Mikhail Bakunin, **A Comuna e o Estado**)

⁴⁴ Cf. Daniel Guérin. *La Descolonización del Negro Americano*. Madri, Tecnos, 1968.

A guerra civil americana precedeu e foi o prólogo de uma nova fase de ascensão das lutas de classe no Velho Mundo. Em maio de 1869, quatro anos após o encerramento da guerra de secessão, Marx enviou, em nome da AIT, uma mensagem à União Operária Nacional dos Estados Unidos conclamando seus filiados a impedir um conflito armado dos EUA *versus* Inglaterra. A beligerância seria estimulada pela Rússia: “Não foi a sabedoria das classes dominantes, mas a resistência heroica das classes operárias de Inglaterra à sua loucura criminoso, que salvou o Ocidente da Europa de mergulhar de cabeça numa cruzada infame pela perpetuação e propagação da escravatura do outro lado do Atlântico. Chegou agora a vossa vez de impedir uma guerra cujo resultado mais claro seria fazer recuar, por um período indefinido, o movimento ascendente da classe operária de ambos os lados do Atlântico. Quase não precisamos vos dizer que existem potências europeias ansiosamente determinadas a arrastar os Estados Unidos para uma guerra com a Inglaterra... Em mensagem de congratulações ao Sr. Lincoln pela sua reeleição como presidente,⁴⁵ expressamos nossa convicção de que a guerra civil americana se mostraria de tão grande importância para o avanço da classe operária como a guerra da independência americana se mostrou para o avanço da classe média. E, em matéria de fato, a conclusão vitoriosa da guerra contra a escravatura abriu uma nova época nos anais da classe operária. Nos próprios Estados Unidos, ganhou vida desde essa data um movimento operário independente, mal visto pelos vossos velhos partidos e pelos seus políticos profissionais. Para frutificar, ele requer anos de paz”.

Seis anos depois do fim da guerra civil americana, a classe operária europeia protagonizou, de fato, uma batalha inédita, de projeções internacionais e seculares, como símbolo,

⁴⁵ Em cujo texto se lia: “Senhor, felicitamos o povo americano pela sua reeleição por uma larga maioria. Se a palavra de ordem reservada da sua primeira eleição foi resistência ao Poder dos Escravistas [*Slave Power*], o grito de guerra triunfante da sua reeleição é ‘Morte à Escravatura’. Desde o começo da titânica contenda americana, os operários da Europa sentiram instintivamente que a bandeira das estrelas carregava o destino da sua classe. A luta por territórios que desencadeou a dura epopeia não foi para decidir se o solo virgem de regiões imensas seria desposado pelo trabalho do emigrante ou substituído pelo passo do capataz de escravos?”.

como exemplo e como fornecedora de novas bases históricas à teoria e ao programa revolucionário. “As concepções teóricas dos comunistas não fazem senão expressar em termos gerais as condições reais de uma luta de classes, de um movimento histórico que se desenvolve sob os nossos olhos”, dizia o *Manifesto Comunista*. O progresso dessas concepções, portanto, se encontrava unido ao progresso do movimento que expressava. No *Manifesto*, Marx colocou em forma geral, algébrica, “a constituição do proletariado como classe dominante”, a fórmula de poder que expressava a etapa da revolução que a sociedade deveria sofrer para a sua transformação socialista. O conteúdo aritmético dessa fórmula foi despejado por um movimento de luta prático do proletariado.

Quando, em 1871, surgiu a Comuna de Paris, Marx a caracterizou como a “forma afinal descoberta” da ditadura do proletariado. A ação dos *communards* bem como a análise e a crítica de que foi objeto incorporaram-se como prolongamento e concretização dos objetivos expostos em *O Capital* e no *Manifesto Comunista*. A Comuna de Paris foi, simultaneamente, produto de uma *crise internacional* (a luta pela hegemonia europeia, que culminou na guerra franco-prussiana), de uma *crise nacional* (a deterioração política do Segundo Império e a crise do regime bonapartista) e, decisivamente, do desenvolvimento político e ideológico do proletariado europeu nas décadas precedentes, que resultou na organização da Internacional Operária, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). O evento francês de 1871 teve repercussões de longo prazo para toda a política de Europa, e além dela: a Comuna de Paris teve repercussões até em regiões longínquas, como Portugal, Brasil, Argentina e México.

Na França, a partir do final dos anos 1850, nas bases sociais e políticas de apoio de Napoleão III começam a surgir dissensos e questionamentos à sua política; estes desacordos facilitaram o renascimento de oposições, tanto republicanas como socialistas, que o Imperador procurava esvaziar com algumas medidas de cunho liberalizante. No decorrer dos anos 1860, as dificuldades do império francês cresceram no terreno econômico. Para baixar os preços dos alimentos (favorecendo à burguesia industrial, através da queda ou congelamento dos salários) Napoleão abaixou as tarifas de importação, desgostando a burguesia agrária e os camponeses. Na política externa e militar da França aconteceram reveses graves (Itália e,

sobretudo, o México, onde fracassou uma tentativa de colonização imperial); o Império deixara de ser o regime da paz. E houve uma primeira grande onda de greves operárias em 1864, ano de outras medidas liberalizantes (entre as quais, o reconhecimento do direito de coalizão, inclusive sindical; o direito de reunião seria reconhecido apenas em 1868).

Crescia a oposição liberal e republicana; crescia também, mas em outro compasso, menos impetuoso, mais cauteloso, a organização do movimento operário. Em 1867, houve nova grande onda de greves, que se repetiu em 1869-70. Nas eleições de 1869 (24 de maio), as oposições antibonapartistas conseguiram obter mais de 40% dos votos: uma autêntica vitória, celebrada com manifestações em Paris. Novas medidas liberalizantes foram adotadas por Napoleão III (em 6 de setembro, foram aumentados os poderes das duas Assembleias), que também negociava a formação de um novo governo, dirigido pelo ex-oposicionista moderado Émile Ollivier; este assumiu a função de primeiro ministro em 2 de janeiro de 1870. Em 10 de janeiro, Victor Noir, jornalista do *La Marseillaise*, o periódico dos republicanos mais radicais, foi assassinado pelo príncipe Pierre Bonaparte, primo do Imperador; uma multidão de duzentas mil pessoas compareceu a seu enterro, numa imponente manifestação política.

Crescia também, nos meios populares, a influência de Blanqui, a voz sobrevivente da revolução de 1848. Blanqui reapareceu em Paris em 1870: a 12 de janeiro tentou uma insurreição armada (novamente fracassada) durante o funeral de Victor Noir. Procurando retomar a iniciativa política, Napoleão III decidiu antecipar-se à crise política. Em 21 de março de 1870, anunciou uma profunda reforma constitucional; concedida em 20 de abril, esta transformava o regime político numa espécie de monarquia parlamentar. O novo curso liberalizante do regime não o impediu, entretanto, de recorrer novamente à repressão: em 30 de abril, sob o pretexto de controlar supostos "complôs", o governo mandou prender e processar todos os membros da Internacional Operária (AIT) na França. Em 8 de maio, as reformas foram submetidas a um plebiscito e maciçamente aprovadas (sim: 7.350.000; não: 1.538.000), embora Paris, oposicionista, tivesse votado contra. As oposições ficaram, no momento, desnordeadas.

A política internacional era o outro fator de crise do regime bonapartista. Desde 1864 vinham se deteriorando as relações entre os governos da Prússia e da França, em

decorrência da política de unidade alemã desenvolvida por Bismarck e das mal sucedidas tentativas de Napoleão III de obter dele algumas vantagens territoriais (a chamada “política das gorjetas”). Finalmente, por ocasião da sucessão ao trono da Espanha, como vimos, Bismarck montou uma armadilha política, na qual Napoleão apressou-se em cair: apesar dos alertas, o governo francês declarou, sob o pretexto do conflito dinástico espanhol, a guerra à Prússia em 19 de julho de 1870. Apoiada pela imprensa, cujo lema era "a Berlim!", a decisão recebeu um amplo apoio da opinião pública, e provocou cenas entusiásticas de chauvinismo popular, inclusive em setores do movimento operário. Durante o transcorrer da guerra franco-prussiana, as províncias francesas elegeram para a Assembleia Nacional Francesa uma maioria de deputados monarquistas. Contrariamente às expectativas, porém, a guerra culminaria, simultânea e paralelamente, com a criação formal da nação alemã e a explosão da Comuna de Paris. Como foi possível essa mudança súbita, social e política?



Setembro de 1870: barricadas em Paris

A tradição política, continuadora das revoluções de 1789 e da primeira metade do século XIX (1820, 1830, 1848), já existia: “As reuniões dos clubes políticos do norte de Paris, os mais revolucionários, começavam e se encerravam aos gritos de ‘Viva a Comuna!’, e as expressões ‘República Universal’ e ‘República dos Trabalhadores’ eram empregadas indistintamente. Esses encontros criaram e desenvolveram a

ideia de uma comuna social: o desejo de substituir um governo de traidores e incompetentes pela cooperação direta de todas as energias e inteligências. O termo 'Comuna' exprimia a preocupação da escala da ação, o desejo de autonomia local, a autossuficiência de unidades sociais pequenas e humanas o bastante para que cada um se sentisse diretamente ligado aos detalhes da vida cotidiana. A noção de 'República Universal' representava o horizonte internacionalista. Juntas, as duas palavras de ordem desenhavam os contornos de um imaginário poderosamente não nacional".⁴⁶

A crise internacional, a guerra franco-prussiana, por sua vez, foi curta, e concluiu com um desastre para as tropas francesas, definitivamente derrotadas na batalha de Sedan, em inícios de setembro. As cifras provisórias do desastre militar francês eram: três mil soldados mortos, 14 mil feridos, mais de oitenta mil prisioneiros, entre os quais 39 generais e o próprio Imperador. Em *Le Désastre*, Émile Zola resumiu o fim da batalha de Sedan: "Como uma torrente turva fluía a multidão para os fossos de Sedan, fazendo pensar nos montões de lama e pedras que a corrente arrasta do alto das montanhas e leva à profundidade dos vales... Acaso era possível censurar algo a esses infelizes que tinham permanecido imóveis, esperando durante doze horas consecutivas, sob os projéteis de um inimigo invisível e frente ao qual se sabiam impotentes? Agora, as baterias inimigas os dizimavam de frente, dos flancos e pela retaguarda; o fogo cruzado era cada vez mais denso à medida que o exército fugia em procura da cidade. *O extermínio, que tinha lugar no fundo do sujo fosso para o qual ia sendo precipitada essa massa humana, era total*".

A derrota de Sedan implicava, cedo ou tarde, na perda do exército refugiado em Metz e o sítio de Paris. A ocupação de parte do território francês pelas tropas prussianas era vista como uma humilhação sem precedentes. A derrota na batalha de Sedan levou à prisão Luís Bonaparte e marcou ainda o fim de seu governo. A notícia do desastre de Sedan levantou a população de Paris; no dia 3 de setembro explodiu uma insurreição popular indignada, que continuou a 4 de setembro, quando o povo invadiu a câmara de representantes, exigindo a queda do regime; sob a pressão popular, o Império foi derrubado, a II República proclamada, a Assembleia Legislativa

⁴⁶ Kristin Ross. O internacionalismo no tempo da Comuna. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, maio 2015.

dissolvida, sendo formado um *Governo de Defesa Nacional*. Léon Gambetta (1838-1882), líder da revolta que proclamou a República, foi nomeado ministro do interior e chefe do governo provisório. Com a proximidade das tropas alemãs, teve que deixar Paris de balão e se refugiar apressadamente em Tours, no Oeste da França, onde estabeleceu um governo provisório.

As tropas prussianas mobilizavam-se para atacar Paris, enquanto o novo governo tentava negociar com Bismarck que, irredutível, só aceitava o fim da guerra depois da entrega da Alsácia e de Metz, onde ainda permaneciam as tropas francesas de Bazaine, cercadas pelo exército prussiano. A guerra ainda estava condenada a perdurar por mais longos e sangrentos quatro meses. Sem tentar tomar Metz, as tropas prussianas empreenderam um cerco de cinco meses à capital francesa, impondo bloqueio de alimentos, fome e constantes bombardeios. Durante o cerco, Bismarck ainda a propor a execução da população civil parisiense. Em Tours, Gambetta mobilizou mais de 600 mil homens, organizando 36 missões militares com a finalidade de libertar Paris do sítio prussiano e restabelecer a soberania francesa em seu próprio território; porém, uma a uma, as incursões fracassaram.

Em dezembro de 1870, o exército de Loire foi disperso em Loigny e, em janeiro de 1871, sofreu nova derrota em Le Mans. Outros dois exércitos franceses, um do Norte e outro do Leste, foram rechaçados respectivamente em Saint-Quentin e na Suíça. No meio das derrotas catastróficas houve a rendição apresentada pelo marechal Bazaine, no comando de 173 mil soldados, em Metz, no dia 27 de outubro de 1870. A rendição militar de Bazaine foi considerada por Gambetta um ato de traição à República, levando-o a abandonar o governo provisório. Seguiu-se um período infernal de bombardeios à Paris e, durante 15 dias, casas e fortes situados à margem esquerda do rio Sena foram impiedosamente castigadas pelos pesados projéteis da artilharia prussiana.

A capitulação de Paris aconteceu a 28 de janeiro de 1871, antecedendo o pacto do armistício. Os erros militares franceses encadeiram-se numa sucessão de derrotas, que levaram à derrubada do governo de Ollivier e seu ministério, sacrificados como bodes expiatórios. A maioria monarquista da assembleia era francamente favorável à capitulação ante a Prússia. Apesar da evidente disposição do povo parisiense em resistir, a Assembleia acabou assinando a paz com os alemães. As negociações de paz foram encampadas pela Assembleia

Nacional Francesa, reunida no dia 12 de fevereiro de 1871 em Bordeaux. No dia 13, Grévy foi nomeado presidente da III República e Adolphe Thiers (1797-1877), político e historiador, ascendeu ao cargo de chefe do poder executivo. Liderando o governo provisório, Thiers se opôs a dar continuidade à guerra e passou a negociar a paz nos termos prussianos. As negociações de paz foram iniciadas em Versalhes no dia 21 de fevereiro e, no dia 26, os preliminares da paz já haviam sido assinados. No dia 1º de março, as tropas prussianas adentraram simbolicamente à Paris, que já não mais oferecia resistência, deixando a cidade no dia seguinte.

O que era a classe operária francesa, em 1870? Ela estava concentrada nas grandes fábricas e em algumas regiões, mas a pequena indústria e o artesanato eram numérica e socialmente predominantes; França continuava a ser um país predominantemente rural. Grandes impérios industriais, no entanto, já existiam: Schneider ocupava 10 mil operários na indústria metalúrgica no Creusot; Wendel ocupava cerca de 10 mil em suas fábricas siderúrgicas da Lorena. As minas de Anzin ocupavam mais de 10 mil mineiros. A concentração era forte nas grandes empresas metalúrgicas, siderúrgicas, têxteis e químicas. Os canteiros navais de Paris tinham mais de 70 mil operários, grande parte vinda da província, num fluxo migratório de proporções enormes, resultado do processo de concentração da terra dos anos precedentes. Em 1866 havia, oficialmente, 4.715.084 pessoas empregadas nas fábricas e na indústria, mas só 1,5 milhão de operários trabalhavam em empresas com mais de dez pessoas.

A concentração industrial fora rápida e brutal durante o regime bonapartista, mas limitada a alguns ramos industriais e em algumas regiões geográficas (Paris, Norte, Lorena, Sena-inferior e Lyon). Dos 37 milhões de habitantes da França, mais de 25 milhões eram ainda rurais. As pequenas empresas eram maioria na indústria. Paris tinha uma população de dois milhões de habitantes: a nova divisão administrativa, de 1859, os agrupava em 20 bairros (*arrondissements*) com 442 mil operários na cidade em 1866 e 550 mil em 1872. Seu número crescia, e também sua concentração: o número de patrões diminuiu de 65 mil em 1847 para 39 mil em 1872; a relação patrão/operário passou de 1:5 em 1847 para 1:14 em 1872: havia inclusive algumas empresas com mais de 5 mil empregados. Cail, na metalurgia, empregava mais de dois mil operários. Gouin (construção de locomotivas), mais de 1.500, assim como

Gevelot. A maior parte das empresas da metalurgia, contudo, ocupava de 10 a 50 operários. Nas profissões tradicionais de Paris (têxtil, calçados, artesanato) predominava a pequena indústria artesanal: havia na cidade três grandes casas de produção de calçados.

A guerra, incubadora e aceleradora social, gerou a revolução; os prazos e ritmos políticos e sociais precipitaram-se violentamente. Depois da derrota francesa na guerra, Blanqui criou um jornal, *La Patrie en Danger*, para apoiar a resistência de Gambetta contra os prussianos. Participou do motim de 31 de outubro de 1870, ocupando a Prefeitura de Paris durante algumas horas: detido, por isso, na véspera da Comuna de março de 1871, e condenado à deportação pelo governo de Adolphe Thiers, foi internado em Clairvaux em razão de sua idade (66 anos). Blanqui viveu o episódio da Comuna na prisão (os *communards* tentaram trocar a sua liberdade pela de vários prisioneiros dos revolucionários, sem sucesso: o governo de Thiers foi inflexível em manter Blanqui preso).

A 4 de setembro, no mesmo dia da proclamação da II República, a seção parisiense da AIT realizou uma reunião com a Câmara Federal das Sociedades Operárias, que não decidiu pela derrubada imediata do governo republicano, mas definiu a luta por uma série de reivindicações, entre elas a abolição imediata da polícia imperial, a supressão da chefatura governamental de polícia em Paris, a organização da polícia municipal, a revogação de todas as leis contra a imprensa e contra os direitos de reunião e de associação, o armamento imediato dos trabalhadores e o alistamento em massa para fazer frente à ofensiva da Prússia. Para garantir a luta e vigiar o governo, propunham a formação do “Comitê Central Republicano de Defesa Nacional das Vinte Regiões de Paris”, que passaria a existir lado a lado com o governo. As resoluções operárias de setembro anteciparam os desenvolvimentos iminentes.

A 28 de janeiro de 1871 o chanceler prussiano Bismarck e Jules Favre, representante do “Governo de Defesa Nacional” da França, assinaram uma “Convenção sobre o Armistício e a Capitulação de Paris”: Favre aceitou as humilhantes exigências apresentadas pelos prussianos: o pagamento no prazo de duas semanas de uma indenização de 200 milhões de francos, a rendição de uma grande parte dos fortes de Paris, a entrega da artilharia de campanha e das munições do exército de Paris. Adolphe Thiers, chefe de governo, “esse gnomo monstruoso

que seduziu a burguesia francesa durante cerca de meio século porque é a expressão intelectual mais acabada da sua própria corrupção de classe”, na definição de Karl Marx, diante do fato de Paris estar pesadamente armada, e cumprindo o acordo celebrado com a Prússia vencedora, ordenou que os soldados franceses confiscassem toda a munição que havia na cidade capital. Pelo tratado entre França e Alemanha, subscrito em Versalhes em 26 de fevereiro de 1871 por Thiers e Favre, pela França, e pelo chanceler Bismarck, pela Alemanha, França cedia à Alemanha a Alsácia e a Lorena Oriental e pagaria uma indenização de *cinco mil milhões de francos*. O esforço e o excedente nacional francês ficariam comprometidos por mais de uma década.

Em Paris, antes do fim do cerco prussiano, tentou-se realizar uma nova organização política da Guarda Nacional. A Guarda, na prática, era o povo armado de Paris (300 a 350 mil homens em armas desde que o alistamento geral fora convocado em 1870, após as derrotas francesas). Ela nomeava seus oficiais em cada batalhão, mas o comando geral era nomeado pelo governo. A 15 de fevereiro de 1871 se reuniram em uma grande sala parisiense os delegados dos batalhões de 18 bairros parisienses. Uma comissão de 20 membros foi designada e encarregada de elaborar um projeto de estatuto: uma declaração de princípio reconheceu como único governo a "Comuna Revolucionária da Cidade".⁴⁷

O comitê de delegados dos bairros elaborou uma "Declaração de Princípios", na noite de 22 a 23 de fevereiro de 1871: "Todo membro do comitê de vigilância declara pertencer ao partido socialista revolucionário. Em consequência, busca com todos os meios suprimir os privilégios da burguesia, seu fim como casta dirigente e o poder dos trabalhadores. Em uma palavra, a igualdade social. Não mais patrões, não mais proletários, não mais classes (...) O produto integral do trabalho deve pertencer aos trabalhadores (...) Impedir-se-á, em caso de necessidade com a força, a convocação de qualquer Constituinte ou outro tipo de Assembleia Nacional, antes que a base do atual quadro social seja mudada por meio de uma liquidação revolucionária política e social. Na espera desta revolução definitiva não reconhece como governo da cidade

⁴⁷ Cf. Alain Dalotel. *Aux Origines de la Commune*. Le mouvement des réunions publiques a Paris 1868-1870. Paris, François Maspero, 1980.

mais que a Comuna revolucionária formada por delegados dos grupos revolucionários desta mesma cidade. Reconhece como governo do país apenas o governo formado por delegados da Comuna revolucionária do país e dos principais centros operários. Empenha-se no combate por esta ideia e a divulgará, formando, onde não existem, grupos socialistas revolucionários. Articulará estes grupos entre si e com a Delegação Central. Porá todos os meios de que dispõe ao serviço da propaganda pela Associação Internacional dos Trabalhadores”.

E concluída: "Não haverá mais opressores e oprimidos, fim da distinção de classes entre os cidadãos, fim das barreiras entre os povos. A família é a primeira forma de associação e todas as famílias unir-se-ão em uma maior, a pátria – nesta personalidade coletiva superior, a humanidade". Em sequência, a 3 de março, uma assembleia dos delegados de 200 batalhões da Guarda Nacional fundou a *Federação Republicana da Guarda Nacional*, votando seus estatutos e nomeando uma Comissão Executiva. Seu Comitê Central foi constituído com um programa: "A República, sendo o único governo de direito e de justiça, não pode estar subordinada ao sufrágio universal... A Guarda Nacional tem o direito absoluto de nomear todos os seus chefes e de revogá-los assim que perderem a confiança de quem os elegeu; entretanto, [apenas] depois de uma investigação preliminar destinada a salvar os direitos sagrados da justiça”.

Paralelamente, um manifesto foi afixado nas ruas da capital: "Somos a barreira inexoravelmente erguida contra qualquer tentativa de derrubada da República. Não queremos mais as alienações, as monarquias, os exploradores nem os opressores de todo tipo que, chegando a considerar seus semelhantes como de sua propriedade, fazem-nos servir à satisfação suas paixões mais criminosas. Pela República Francesa e, depois, pela República Universal. Chega de opressão, de escravidão ou de ditadura de qualquer tipo; pela nação soberana, com cidadãos livres, governando-se conforme sua vontade. Então, o lema sublime: *Liberdade, Igualdade, Fraternidade, não será mais uma vã palavra*".⁴⁸ No ventre da grave crise nacional, nascia a revolução social.

Paris estava fortemente armada: cerca de 500 mil fuzis e 417 peças de artilharia de diversos calibres, 146 metralhadoras,

⁴⁸ N. Priollaud. 1871: *la Commune de Paris*. Textes réunis. Paris, Levi & Messinger, 1983.

271 canhões. Como desarmá-la? Como livrar-se da Federação e de seu Comitê Central? Como controlar a Guarda Nacional? O governo já fizera algumas tentativas localizadas de tirar os canhões das mãos da Guarda Nacional, sem outro resultado que provocar a irritação da população que considerava os canhões como seus: haviam sido fundidos graças às subscrições populares.

No dia 17 de março, o governo afixou um apelo à população parisiense, alertando-a contra certos "homens mal intencionados" que "roubaram canhões do Estado", "constituíram-se em senhores de uma parte da cidade", exerciam sua ditadura através de um "comitê oculto", tendo a pretensão de "formar um governo em oposição ao governo legal instituído pelo sufrágio universal"; o manifesto encerrava-se chamando os "bons cidadãos" a "separar-se dos maus". Durante a noite de 17 para 18 de março, o governo afixou outro apelo, de conteúdo similar, dirigido especificamente à Guarda Nacional; ao mesmo tempo, empreendeu uma operação de grande envergadura, com quinze mil soldados, com a missão específica de retomar os canhões guardados nos bairros de Montmartre e de Belleville (o "bastião vermelho" de Paris) e na ocupação dos bairros de Saint-Antoine e da Bastilha.

A população parisiense lançou um grito de alarme, tomou conta das ruas, cercou a tropa; pressionada, esta confraternizou com o povo e recusou-se a atirar nele. O governo decidira apropriar-se de uma vez por todas dos canhões que defendiam Paris, provocando a revolta popular que encarou e dividiu às tropas que deviam executar a tarefa; dois generais foram imediatamente fuzilados. Thiers recolheu-se, com todo seu gabinete administrativo, para o Palácio de Versalhes, deixando um vácuo de poder. À meia-noite do mesmo dia, o Comitê Central da Guarda Nacional reuniu-se no *Hôtel de Ville* (sede da prefeitura de Paris). Com a recusa da população parisiense de entregar os canhões de Montmartre e com a grande mobilização que ela suscitou, um governo revolucionário foi formado pelos representantes de bairro da Guarda Nacional. Sua primeira proclamação foi em favor da "abolição do sistema da escravidão do salário de uma vez por todas". O Comitê Central da federação dos bairros ocupou o lugar de autoridade abandonado, e se instalou no prédio da prefeitura. Na insurreição de março, as categorias de trabalhadores parisienses mais atuantes foram as da metalurgia e a construção, e os jornalistas.



Os canhões de Montmartre protegidos por comunheiros

Com a jornada de 18 de março de 1871, a revolução democrática iniciada em setembro de 1870 retomou e aprofundou seu curso, abrindo uma nova fase, claramente social. O Comitê Central começou por abolir o estado de sítio na cidade, suprimir os tribunais militares, decretar anistia geral dos delitos políticos e a imediata libertação dos presos, restabelecer a liberdade de imprensa, nomear responsáveis pelos ministérios e pelos serviços administrativos e militares essenciais. Na sua proclamação de dia 18, lia-se: “Os proletários da capital, em meio aos desfalecimentos e traições das classes governantes, compreenderam que para eles tinha chegado a hora de salvar a situação tomando em mãos a direção dos negócios públicos [...] compreenderam que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder”. No dia 19 de março, fixaram-se para o dia 22 as eleições para a Comuna.

O Comitê Central da Guarda Nacional era formado por “blanquistas”, por membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, por “proudhonianos” e por indivíduos não filiados politicamente; a maioria era composta por trabalhadores braçais, escritores e artistas: “O caráter de classe do movimento de Paris, que antes ficara relegado a segundo

plano pela luta contra os invasores estrangeiros, ocorreu do dia 18 de março em diante com traços enérgicos e claros. Como os membros da Comuna eram todos, quase sem exceção, operários ou representantes reconhecidos dos operários, suas decisões distinguiam-se por um marcado caráter proletário. Estas decisões decretavam reformas que a burguesia republicana apenas tinha renunciado a implantar por covardia, e constituíam uma base indispensável para a livre ação da classe operária (como, por exemplo, a implantação do princípio de que, no que diz respeito ao Estado, a religião é um assunto puramente privado) ou iam diretamente ao encontro do interesse da classe operária e, em parte, abriam profundas fendas na velha ordem social".⁴⁹

A *Comuna de Paris* fora proclamada, como no momento álgido da Revolução Francesa do final do século XVIII: ela foi o ponto alto e também de virada do movimento organizado do proletariado na Europa, e foi um teste decisivo para a Associação Internacional dos Trabalhadores, que teve papel de destaque desde os primeiros momentos. A denominação de "Comuna" tinha raízes na Revolução Francesa; já houvera uma Comuna de Paris entre 1789 e 1795, sob o controle político dos jacobinos, que se recusara a obedecer as ordens do governo central depois de 1792, e fora a base da ditadura revolucionária do partido de Robespierre.

A Comuna foi heterogênea: aderiram a ela os patriotas (nacionalistas) na esperança de que a Comuna retomasse a guerra contra os alemães e a levasse a bom termo. Apoiaram-na igualmente os pequenos comerciantes ameaçados de ruína se o pagamento das letras e das rendas não fosse suspenso (o que o governo recusara a Comuna concedeu). Também os republicanos simpatizaram de início com a Comuna, temendo que a reacionária Assembleia Nacional restabelecesse a monarquia. Contudo o papel fundamental no movimento foi desempenhado pelos operários.

A Comuna de 1871, todavia, nasceu sitiada pelas tropas prussianas, o que tornou urgente e necessário distribuir comida, dinheiro e armas entre os *communards*. O Comitê Central da Guarda Nacional lançou um apelo geral, em 25 de março: "Nossa missão terminou. Vamos ceder o lugar no *Hôtel*

⁴⁹ Friedrich Engels. A guerra civil na França, introdução de 1891. In Osvaldo Coggiola (org.) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo, Xamã, 2003.

de Ville a nossos novos eleitos, nossos mandatários regulares". No 11^{ème} *arrondissement* de Paris foi formado um comitê central republicano, que apresentou um programa mais definido: direito de viver, liberdade individual, liberdade de consciência, liberdade de reunião e associação, liberdade de palavra, de imprensa e de todos os modos de expressão do pensamento, liberdade de sufrágio: "O Estado é o povo se governando a si próprio, composto de mandatários revogáveis, eleitos pelo sufrágio universal direto e organizado. O trabalho coletivo deverá ser organizado, o objetivo da vida é o desenvolvimento indefinido de nosso ser físico, intelectual e moral; a propriedade não deve ser mais que o direito de cada um participar, em razão da cooperação individual, no fruto coletivo do trabalho de todos, que é a forma da riqueza social".

Em 29 de março, a primeira medida da Comuna foi suprimir o alistamento militar obrigatório e diferenciado: "Todos os cidadãos válidos fazem parte da Guarda Nacional"; extinguiu assim o exército profissional permanente, substituindo-o pelo povo armado. Em 2 de abril, aboliu o orçamento dos cultos e decretou a separação entre a Igreja e o Estado, "considerando que a liberdade de consciência é a primeira das liberdades; e que o clero tem sido o cúmplice dos crimes da monarquia contra a liberdade". Suprimiu o juramento político-profissional que os funcionários públicos deviam prestar e, "considerando que sua bandeira é a da República Universal", reconheceu os direitos políticos dos estrangeiros, que foram numerosos (o húngaro Frankel, os poloneses Dombrowski e Wroblewski, o italiano Cipriani, etc.), presentes e atuantes na Paris revolucionária; alguns foram até eleitos para a própria Comuna.

A Comuna não descuidou do terreno do simbólico: derrubou a Coluna de Vendôme (cujo bronze provinha de canhões tomados ao inimigo por Napoleão I) por ser "um símbolo de chauvinismo e de ódio contra os povos"; também, substituiu a bandeira tricolor pela bandeira vermelha, queimou a guilhotina e decidiu pela demolição da Capela Expiatória erguida à memória do rei Luís XVI (deposto e executado pela Revolução Francesa).

No terreno social, a Comuna começou (através de um decreto de 2 de abril) por fixar em seis mil francos anuais o teto do ordenado dos funcionários e membros do governo, igualando-o com o salário operário; também proibiu a acumulação de cargos; um decreto de 20 de abril proibiu o



A Comuna anuncia o fim do exército permanente e o armamento de todos os cidadãos

trabalho noturno nas padarias, outro, de 27 de abril, proibiu, tanto nas empresas particulares como na administração pública, as multas e deduções sobre o salário dos trabalhadores.

A Comuna também se preocupou em anular o decreto do Parlamento que havia, no início de março, extinguido as moratórias relativas aos aluguéis e aos contratos comerciais; considerando "justo que a propriedade assumisse sua parcela dos sacrifícios"; o decreto de 30 de março suprimiu, de maneira total e geral, os aluguéis para o período de outubro de 1870 a abril de 1871; outro decreto, de 17 de abril, concedeu a moratória até o 15 de julho dos contratos comerciais vencidos, e um prazo de três anos para seu pagamento.

Um decreto de 7 de maio obrigou a Caixa de Penhores à restituição gratuita de certos objetos (roupas, móveis, livros, etc.) e dos instrumentos de trabalho penhorados (entre 12 e 25 de maio foram restituídos 41.928 itens, no valor total de 323.407,80 francos). Cabe, finalmente, destacar que, em 16 de abril, foi promulgado um decreto que obrigou à reabertura e funcionamento das oficinas e fábricas abandonadas pelos seus donos; estudou-se a forma de viabilizar sua entrega aos trabalhadores organizados em cooperativas: “uma indenização foi prevista para os donos; mesmo assim, tratou-se de uma espécie de ataque à propriedade individual, cabendo admitir que a Comuna deu, então, um passo na via do comunismo”.⁵⁰

As eleições para a Comuna foram finalmente realizadas a 26 de março, obedecendo à democracia direta em todos os níveis da administração pública: um governo e representantes revogáveis a qualquer momento, constituindo um governo que fosse *ao mesmo tempo legislativo e executivo*, com o mínimo de burocracia. A polícia foi substituída pela Guarda Nacional. A educação foi secularizada, a previdência social universal foi instituída, uma comissão de inquérito sobre o governo anterior foi formada. 86 representantes de bairro foram eleitos para a Comuna, dos quais só 25 eram de fato trabalhadores manuais. A Comuna, porém, era um organismo proletário: nas eleições, a abstenção nos bairros burgueses foi superior a 60%. Seus membros eleitos formavam um único coletivo sem presidente e eram revogáveis a qualquer momento. Dividiam-se em nove comissões; de cada uma saía um delegado. No dia a dia, os batalhões da Guarda Nacional e uma multiplicidade de organismos e coletivos que surgiam (inclusive uma União de Mulheres criada em 8 de abril, que teve um papel fundamental na defesa da Comuna e no início da construção de um ensino laico e universal) levavam à prática as determinações da Comuna.

⁵⁰ Georges Bourgin. *La Commune 1870-1871*. Paris, Les Éditions Nationales, 1939.

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

N° 59 LIBERTÉ — ÉGALITÉ — FRATERNITÉ N° 59

COMMUNE DE PARIS

LA COMMUNE DE PARIS,

Considérant que le premier des principes de la République française est la liberté;

Considérant que la liberté de conscience est la première des libertés;

Considérant que le budget des cultes est contraire au principe, puisqu'il impose les citoyens contre leur propre foi;

Considérant, en fait, que le clergé a été le complice des crimes de la monarchie contre la liberté,

DÉCRÈTE :

ART. 1^{er}. L'Église est séparée de l'État.

ART. 2. Le budget des cultes est supprimé.

ART. 3. Les biens dits de mainmorte, appartenant aux congrégations religieuses, meubles et immeubles, sont déclarés propriétés nationales.

ART. 4. Une enquête sera faite immédiatement sur ces biens, pour en constater la nature et les mettre à la disposition de la Nation.

LA COMMUNE DE PARIS.

Paris, le 3 avril 1871.

2 IMPRIMERIE NATIONALE. — Avril 1871.

A Comuna expropria as propriedades da Igreja, a 3 de abril de 1871

A Comuna era uma forma estatal "expansiva" (o Estado se abria para toda a sociedade), que permitia a liberação das energias e da criatividade da sociedade. Além das mencionadas, entre as medidas adotadas pela Comuna, contidas na "Proclamação da Comuna ao Povo Trabalhador de Paris", se encontravam: a organização de conselhos operários nas fábricas abandonadas pelos patrões; a redução da jornada

de trabalho para dez horas; a eleição da direção das fábricas pelos trabalhadores; a reforma do ensino. Karl Marx a caracterizou como um *regime político proletário*, apontando como seus traços essenciais: a elegibilidade e revogabilidade permanente de todos os representantes políticos, seu salário não superior ao salário de um operário qualificado (ou seja, a supressão da burocracia estatal ou civil), a supressão dos corpos repressivos e militares permanentes e sua substituição pelo armamento geral da população (ou seja, a supressão da burocracia militar). Foram abolidas todas as antigas autoridades: juízes, tribunais, câmara municipal, polícia, estabelecendo a gestão popular de todos os meios de vida coletiva, bem como foi declarado gratuito tudo o necessário à sobrevivência, assim como os serviços públicos. Foram expropriados os solos em geral: a habitação seria um direito de todos, residências secundárias não utilizadas foram ocupadas, meios de transporte declarados gratuitos. As ruas passaram a ser propriedades dos pedestres, os veículos só poderiam ser usados nas regiões periféricas da cidade. O tempo de trabalho diminuiu, o sistema de multas que era aplicado aos operários foi abolido, estabeleceu-se a aposentadoria aos 55 anos de idade.

A 16 de abril, um decreto conclamou: “A Comuna de Paris: considerando que uma quantidade de fábricas foi abandonada por seus patrões para escapar às obrigações cívicas e sem levar em conta os interesses dos trabalhadores; considerando que, devido a este covarde abandono, numerosos trabalhos essenciais à vida comunal estão interrompidos e a existência dos trabalhadores comprometida; Decreta: As câmaras sindicais operárias estão convocadas a constituir uma comissão que tem por objetivo: 1) Fazer uma estatística das fábricas abandonadas e um inventário exato do estado em que se encontram e os instrumentos de trabalho existentes; 2) Apresentar um relatório sobre a rápida ativação destas fábricas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores nelas empregados; 3) Elaborar um projeto de formação das sociedades cooperativas operárias; 4) Constituir um júri para fundamentar em estatuto, quando do retorno dos patrões, as condições de cessão definitiva destas fábricas para as sociedades operárias e a cota de indenização que se deve pagar aos patrões”.

“O decreto tinha por objetivo buscar nas organizações operárias algumas fábricas onde pudessem iniciar o movimento

(de socialização)”.⁵¹ Desde o dia 24 de abril, o delegado na Comissão do Trabalho e de Trocas, Léo Frankel, convocou uma reunião dos representantes sindicais. No dia 25, foi convocado o sindicato que iria ficar à frente do movimento, o dos metalúrgicos. Outros sindicatos atenderam à convocação (no dia 4 de maio, pouco antes do fim da Comuna, foi constituída uma comissão executiva permanente dos sindicatos). Apesar do escasso tempo de duração da experiência, a operação teve resultados importantes: uma dezena de fábricas foi confiscada, especialmente nas áreas que interessavam à defesa militar, com recuperação de armas, fabricação de cartuchos e balas de canhão. Cinco empresas haviam feito o recenseamento das fábricas antes do confisco. A Comuna tinha igualmente a sua disposição os estabelecimentos pertencentes ao Estado (a Casa da Moeda, a Imprensa Nacional, serviços de manutenção das vias públicas, manufaturas de tabacos, algumas empresas de fabricação de armas) e tinha confiado sua gestão a seus trabalhadores.

Os sindicatos estavam se reorganizando: “O que brecou os sindicatos foi sua desorganização consecutiva à repressão do fim do Império e ao cerco de Paris. Restavam apenas três sindicatos fortes: metalúrgicos, alfaiates, sapateiros. O sindicato dos metalúrgicos, um dos mais influentes e numerosos, com cinco ou seis mil filiados, controlava 20 fábricas de recuperação e de fabricação de armas, uma por bairro, a mais importante era a das oficinas Louvre. Às vésperas da derrota, os metalúrgicos tentaram tomar uma das maiores fábricas metalúrgicas da capital, a fábrica Barriquand, que tinha conhecido durante o Império greves violentas. Em torno de um sólido núcleo de fábricas, algumas com mais de 100 trabalhadores, os metalúrgicos pensavam conquistar o controle da produção. Os alfaiates obtiveram da Comuna a preferência sobre as empresas privadas e, em maio, tinham o monopólio da vestimenta da Guarda Nacional para suas fábricas. Os sapateiros não tiveram a mesma oportunidade: Godilot detinha o monopólio da fabricação de calçados para a Comuna, o que impediu o confisco de sua empresa, mas gerou protestos violentos na categoria. As outras categorias eram menos ativas e menores, exceto a siderurgia, os gráficos, os serralheiros. A Comuna foi

⁵¹ Jacques Rougerie. *Dix-Huit Cent Soixante et Onze*. Jalons pour une histoire de la Commune de Paris. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

um momento de Intensa retomada sindical, com o apoio da Comissão do Trabalho e Trocas. Organizaram-se, sempre como fim de confiscar e gerir a produção: papeleiros, cozinheiros, garçons de café e porteiros de edifícios”.⁵² A revolução popular gerou um impressionante movimento de organização operária para gerir a produção, que foi abortado pelo massacre da Comuna.

Nas fábricas expropriadas foi implantada a gestão operária. Eis os artigos principais do regulamento interno dos operários da fábrica de armas do Louvre (onde houve uma disputa pela gestão com um diretor autoritário nomeado pela Comuna): “Art. 1. A fábrica fica sob a direção de um delegado da Comuna. O delegado para a direção será eleito pelos operários reunidos e revogável toda vez que não cumprir seu dever; Art. 2. O diretor da empresa e os chefes de setor serão igualmente eleitos pelos operários reunidos; serão responsáveis de seus atos e também revogáveis [...] Art. 6. Um conselho será reunido obrigatoriamente todo dia, às 5 h, com meia hora de tolerância, para deliberar sobre as ações do dia seguinte e sobre as relações e propostas feitas, seja pelo delegado na direção, seja pelo diretor da empresa, o chefe de setor ou os operários delegados. Art. 7. O conselho compõe-se do delegado na direção, do chefe de empresa, dos chefes de setor e de um operário por cada setor, eleito como delegado. Art. 8. Os delegados são renováveis a cada 15 dias; a renovação será feita pela metade, a cada oito dias, e por função. Art. 9. Os delegados deverão prestar contas aos operários; serão seus representantes diante do conselho da direção, e deverão levar suas observações e reivindicações. (...) Art. 13. A contratação de operários seguirá o seguinte: por proposta do chefe da empresa, o conselho decidirá se há vagas para empregar os operários e determinará os nomes. Os candidatos às vagas poderão ser apresentados por todos os operários. O conselho será o único a fazer a avaliação. Art. 14. A demissão de um operário só poderá ocorrer por decisão do conselho, com um relatório do chefe da empresa. Art. 15. A duração da jornada é fixada em dez horas”.

Na Comuna havia delegados radicais, moderados e conservadores; a maioria não seguia qualquer linha partidária; os “líderes” consumiam tempo precioso em infundáveis discussões, quando o mais urgente seria agir contra a mobilização dos soldados de Thiers em Versalhes: a respeito da

52

Jacques Rougerie. *Paris Libre 1871*. Paris, Seuil, 1971.

defesa da Comuna só se produziu “legislação insignificante, sem plano militar, sem programa, deixando-se arrastar em discussões em que nada se decide e a partir das quais nada se faz”,⁵³ segundo um dos combatentes da Comuna, depois historiador da mesma.

Em diversos e variados planos, porém, a Comuna de Paris introduziu reformas sociais e políticas radicais: 1. O trabalho noturno foi extinto; 2. Oficinas que estavam fechadas foram reabertas para que cooperativas fossem instaladas; 3. Residências vazias foram desapropriadas e reocupadas; 4. Em cada residência oficial foi instalado um comitê para organizar a ocupação de moradias; 5. Todos os descontos nos salários foram abolidos; 6. A jornada de trabalho foi reduzida, e chegou-se a propor a jornada de oito horas; 7. Os sindicatos foram legalizados; 8. Instituiu-se a igualdade entre os sexos; 9. Projetou-se a gestão operária das fábricas (sem, no entanto, implantá-la por completo); 10. O monopólio da lei pelos advogados, o juramento judicial e os honorários foram abolidos; 11. Testamentos, adoções e a contratação de advogados se tornaram gratuitos; 12. O casamento se tornou gratuito e simplificado; 13. A pena de morte foi abolida; 14. O cargo de juiz se tornou eletivo; 15. O calendário revolucionário de 1793 foi novamente adotado; 16. O Estado e a Igreja foram separados; a Igreja deixou de ser subvencionada pelo Estado; os espólios sem herdeiros passaram a ser confiscados pelo Estado; 17. A educação se tornou gratuita, secular, e compulsória. Escolas noturnas foram criadas e todas as escolas passaram a ser de sexo misto; 18. Imagens santas foram derretidas e sociedades de discussão foram criadas nas igrejas; 19. A Igreja de Brea, erguida em memória dos homens envolvidos na repressão da Revolução de 1848 foi demolida. O confessionário de Luís XVI e a coluna Vendôme também; 20. A bandeira vermelha foi adotada como símbolo da “unidade federal da humanidade”.

⁵³ Prosper-Olivier Lissagary. *Histoire de la Commune de 1871*. Paris, François Maspero, 1983.



Barricada dos *communards*: a Comuna de 1871 foi a primeira revolução fotografada da história

Analisando essas medidas e seu conteúdo, Marx concluiu que se estava produzindo a transição em direção de um novo tipo de Estado, caracterizado pela sua tendência à extinção, ou seja, que "a classe operária não podia limitar-se a tomar tal qual a máquina do Estado e fazê-la funcionar em proveito próprio", devia *destruir* essa máquina através da implantação da "forma política enfim encontrada da ditadura do proletariado": "A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas um corpo ativo, executivo e legislativo ao mesmo tempo". Lênin resumiu, em *O Estado e a Revolução*, as conclusões de Marx e Engels: "A Comuna parece apenas substituir a máquina do Estado que destruiu por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e revogabilidade de todos os funcionários sem exceção. Porém, na verdade, isto apenas representa a gigantesca substituição de certas instituições por outras de um tipo absolutamente diferente. Trata-se justamente de um caso de transformação de quantidade em qualidade: realizada da maneira mais completa e conseqüente que se possa imaginar, a democracia burguesa converteu-se em democracia proletária; o Estado (força especial de repressão de uma classe determinada) transformou-se em algo que *já não era mais um Estado propriamente dito*".

As iniciativas dos membros da Internacional Operária marcaram os passos da revolução, mas na eleição interna da Comuna eles ficaram em minoria. Os membros das seções parisienses da Internacional que fizeram parte da Comuna, eram Assi, Avrial, Beslay, Chalain, Clémence, Lefrançais,

Malon, Pindy, Theisz, Vaillant, Amouroux e Géresme. A estes se somariam outros eleitos no decorrer da Comuna, como Serrailleur, eleito a 16 de abril. A política da “maioria” na Comuna coube aos adeptos de Blanqui: o “partido blanquista” era uma realidade, organizado em “seções”, segundo a tradição jacobino-radical da I República: “Os membros da Comuna dividiram-se em uma maioria, os blanquistas, que predominaram no Comitê Central da Guarda Nacional, e uma minoria, os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, que compunham a escola socialista preponderantemente formada por adeptos dos proudhonistas”.⁵⁴ Edouard Vaillant, responsável educacional da Comuna, era membro do “partido blanquista” (no entanto, segundo Engels, “conhecia o socialismo científico alemão”).

Os blanquistas, que não faziam parte da AIT, foram desde o início maioria no Comitê Central da Guarda Nacional, e haviam buscado desde o início derrubar o governo burguês de Trochu e, depois, de Thiers. Por duas vezes antes de 18 de março de 1871, em outubro de 1870 e janeiro de 1871, haviam organizado insurreições que tinham como objetivo a instauração da Comuna, porém foram malsucedidas. Os blanquistas cultivavam uma teoria ultra conspirativa e “vanguardista” da revolução, julgavam o proletariado incapaz de desenvolver, sob o domínio do capital, a consciência de classe necessária, e por isso julgavam que a revolução seria conduzida no início pela ditadura de um pequeno grupo de revolucionários dedicados, nos moldes dos jacobinos da Revolução Francesa de final do século XVIII.

Porque foram os blanquistas, ainda assim, a corrente “hegemônica” na Comuna, sendo esta uma clara negação de suas práticas conspirativistas? Porque, mantendo uma organização clandestina e coesa de militantes disciplinados e dedicados, os blanquistas puderam, antes da Comuna, fazer um amplo trabalho de divulgação revolucionária no proletariado, mesmo sob as repressivas condições do regime de Napoleão III, e forjaram um conjunto de lutadores que se conheciam mutuamente e eram reconhecidos pelos demais operários por sua honestidade e abnegação. Esse conjunto de militantes pôde, quando a situação revolucionária se estabeleceu, tomar decisões rápidas e decisivas, bastante afinadas com o estado de ânimo do conjunto da classe. A ligação concreta e viva com a vida da

54

Friedrich Engels. *Op. Cit.*

classe acabou suprindo as debilidades de sua ideologia. O mesmo se pode dizer dos seguidores das ideias de Proudhon, que eram maioria entre os membros da AIT, e que cultivavam as ideias econômicas mutualistas de seu mestre, uma espécie de socialismo de pequenos produtores, mas que acabaram impulsionando na prática as medidas na Comuna que apontavam para uma economia coletivista gerida por associações proletárias.

O outro setor da AIT, aquele mais próximo das posições de Marx e Engels, foi o que mais claramente percebeu as características únicas da Comuna, bem como suas debilidades, e registrou tudo isso através de Marx, em sua mensagem ao Conselho Geral da AIT, *A Guerra Civil na França*, escrita no calor da revolução, e publicada em junho de 1871. *Der Bürgerkrieg in Frankreich* foi escrita por Karl Marx com o objetivo de disseminar entre os trabalhadores de todos os países um entendimento claro do caráter e do significado mundial da luta da Comuna: o livro teve grande circulação. A Comuna de 1871 assinalou o nascimento de um novo tipo de revolução: o proletariado, para exercer o poder político e dissolver a sociedade de classes, não poderia se limitar a se apropriar a máquina do Estado existente, devia, ao contrário, destruí-la. O Estado-Comuna seria um Estado em vias de autodissolução. Pela primeira vez, a partir da experiência da Comuna de Paris, foi elaborada uma teoria do Estado na passagem para uma sociedade sem classes.

Foi a Comuna uma revolta “artesanal” e dos lojistas, “plebeia”, ou seja, a última revolta de camadas sociais fadadas a desaparecer por influência do desenvolvimento capitalista, ou o último degrau do ciclo revolucionário que conheceu seu esplendor nos séculos XVII e XVIII? Georges Rudé ponderou que já “em fins da década de 1820, o ouvrier substituíra o sans-culotte de orientação pequeno-burguesa como o principal protagonista do protesto social, e os assalariados, mesmo os que trabalhavam como *compagnons* em pequenas oficinas, já não estavam tão presos aos cordões do avental de seus mestres-artesãos”. Aos revolucionários de 1848 (e, com mais razão, aos de 1871) “no vocabulário francês da época (embora talvez não no nosso) é razoável chamá-los de *prolétaires* ...apesar do crescimento lento das fábricas em Paris, eles agora se consideravam proletários, e não mais *ouvriers*, e muito menos *sans-culottes*. O capitalista, como antítese do *prolétaire*, era o

inimigo”:⁵⁵ “Contra a opinião contemporânea de seus inimigos conservadores, a Comuna de Paris de 1871 não foi só uma sublevação das massas descontentes de pequeno-burgueses e proletários, condicionada pelas circunstâncias críticas da capital francesa. Do mesmo modo que os movimentos paralelos de Lyon, Saint-Étienne e Marselha, a Comuna teve um caráter marcadamente revolucionário e aspirava a uma total transformação da organização social e política da França”.⁵⁶ A experiência revolucionária foi, porém, de breve duração.

39. A DERROTA DA COMUNA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Tínhamos por trás de nós a heroica Comuna de Paris, de cuja queda havíamos tirado a dedução de que aos revolucionários compete prever os acontecimentos e preparar-se para eles (Leon Trotsky, A Comuna de Paris e a Rússia dos Sovietes)

Os teóricos que reconstituem a história deste movimento, colocando-se do ponto de vista omnisciente de Deus que caracterizava o romance clássico, mostram sem dificuldade que a Comuna estaria objetivamente condenada, que não teria superação possível. Mas para os que viveram o acontecimento, a superação estava ali (Guy Debord, 14 Teses sobre a Comuna de Paris)

Quand ils auront tari leurs chiques / Comment agir, ô coeur volé ? / Ce seront des hoquets bachiques / Quand ils auront tari leurs chiques / J'aurai des sursauts stomachiques / Moi, si mon coeur est ravalé / Quand ils auront tari leurs chiques / Comment agir, ô coeur volé ? (Arthur Rimbaud, Le Coeur Volé, maio de 1871, em Paris)

⁵⁵ George Rudé. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

⁵⁶ Hans Mommsen. “Commune” de Paris. In: C. D. Kernig. *Marxismo y Democracia. História 2*. Madri, Rioduero, 1975, p. 75. Sobre a dinâmica nacional da Comuna: Jeanne Gaillard. *Communes de Province, Commune de Paris, 1870-1871*. Paris, Flammarion, 1971.

Porque a Comuna foi derrotada? O primeiro erro da Comuna, "decisivo" segundo Marx, aconteceu no seu dia inicial, 18 de março de 1871, quando o governo de Thiers evacuou Paris. O Comitê Central parisiense deveria, sem demora, ter ordenado à Guarda Nacional marchar sobre Versalhes, inteiramente indefesa. Também deixou o exército regular abandonar Paris depois deste fracassar em Montmartre; suas tropas haviam confraternizado com a população parisiense, mas foram posteriormente retomadas pela oficialidade e utilizadas contra Paris. Por que a Comuna não perseguiu Thiers, seu governo e suas tropas desmoralizadas? Pierre Luquet opinou que foi principalmente pela crença ilusória na possibilidade de chegar a um acordo com o governo francês "legal": "O decreto de morte da Comuna foi pronunciado no próprio dia de sua vitória, pelo Comitê Central".⁵⁷

O Comitê Central da Guarda Nacional, contrariamente a sua declaração antimilitarista de 29 de março, não abdicou de sua vontade de dirigir militarmente o movimento, concorrendo de fato com a Comuna. A desunião entre o Comitê Central e o Conselho Executivo da Comuna se tornou afinal pública, enfraquecendo a revolução. A Comuna, ainda assim, garantiu o funcionamento da máquina administrativa parisiense, abandonada por muitos funcionários públicos, sobretudo pelas chefias. Os correios, os trens, a gráfica nacional, a receita, as escolas etc. continuaram a funcionar. E conseguiu manter a Guarda Nacional com os soldos em dia e equipada. Também proibiu a acumulação de cargos remunerados.



Barricada com cidadãos da Guarda Nacional

⁵⁷ P. Luquet, A. Dunois et al. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

A Comuna recuou em apossar-se do Banco Central da França, limitando-se a tomar emprestado do mesmo, enquanto o governo de Thiers continuou usando-o tranquilamente. “Naqueles cofres há 4,6 milhões de francos” - lamentava Lissagaray - “mas as chaves estão em Versalhes; e, dada a tendência do movimento para conciliar-se com os prefeitos, ninguém se atreve a arrombar os ferrolhos e fechaduras”. O arrombamento (medida que caracterizaria os *communards* como ladrões perante a “opinião pública”) poderia também ser visto como uma apropriação indébita dos depósitos dos camponeses.

Para Engels, “os proudhonistas foram, em primeira linha, os responsáveis pelos decretos econômicos da Comuna, tanto pelos seus aspectos gloriosos quanto inglórios, tais como os blanquistas, por suas ações e omissões políticas. E, em ambos os casos, quis a ironia da história - tal como, de costume, quando doutrinadores assumem o timão do navio - que uns e outros fizessem o contrário daquilo que prescrevia sua doutrina de escola”: os blanquistas, “educados na Escola da Conspiração, mantidos coesos pela disciplina férrea que a esta corresponde, partiam da concepção de que um número relativamente pequeno de homens decididos e bem organizados seria capaz de, em certo momento favorável, não apenas assumir o timão do Estado, como também de, mediante a dinamização de grande e implacável energia, mantê-lo o tempo necessário, até que conseguissem arrastar a massa do povo para a revolução, agrupada em torno do pequeno grupo dirigente. Para tanto, seria indispensável a mais severa e ditatorial centralização de todo o poder nas mãos do novo governo revolucionário”.

E, “o que fez a Comuna cuja maioria era composta precisamente por esses blanquistas? Em todas as suas proclamações, dirigidas aos franceses da província, conclamou estes à formação de uma Federação Livre de Todas as Comunas Francesas com Paris, à formação de uma organização nacional que, pela primeira vez, devia ser criada verdadeiramente pela própria nação. Precisamente o poder opressor do governo centralista existente - as forças armadas, a polícia política, a burocracia, criadas por Napoleão em 1798, e que, desde então, foram assumidas por todos os novos governos como instrumentos a serem utilizados contra seus adversários -

precisamente esse poder havia de sucumbir, por todos os lados, tal como em Paris já havia sucumbido”.⁵⁸

Também se criticou à Comuna por ter descuidado do apoio às lutas operárias da província e, particularmente, das Comunas que surgiram em algumas grandes cidades do interior ("para levantar a França, foi alocado no máximo cem mil francos", queixou-se Lissagaray); a Comuna não conseguiu compreender o papel eminentemente impulsionador e centralizador que poderiam desempenhar suas diretivas: ela poderia tentar promover uma coalizão dos diversos movimentos municipais contra o governo de Versalhes; nem mesmo percebeu o que representaria a busca de atividades e movimentos de solidariedade: a possibilidade de abertura de novos focos de luta; a possibilidade de esclarecer e desfazer as mentiras de Versalhes, sobretudo junto ao campesinato (a grande maioria da população da França). Também foi apontado o descuido da Comuna para com o movimento operário internacional: havia uma comissão encarregada de manter as relações com o exterior, mas esta esqueceu quase totalmente o resto do mundo.

Prosper-Olivier Lissagaray apontou que, por toda a Europa, a classe operária bebia avidamente as novas de Paris, combatia com a grande cidade, multiplicava os comícios, as passeatas, os apelos. Seus jornais lutavam corajosamente contra as calúnias da imprensa burguesa. O dever da comissão para o exterior era de alimentar estes auxiliares. Alguns jornais estrangeiros endividaram-se até a falência para defender a mesma Comuna de Paris que deixava seus defensores perecerem por falta de apoio econômico. Desde o primeiro instante, as velhas classes possuidoras, ao contrário, reagrupadas em Versalhes (com Thiers e a Assembleia Nacional), organizaram-se para esmagar a Comuna, obtendo inclusive da Prússia a libertação de centenas de milhares de soldados presos na guerra. A Comuna, tendo proclamado a separação da Igreja do Estado, não podia senão excluir a instituição religiosa do ensino público que, por sua vez, devia ser organizado.

58

Friedrich Engels. *Op. Cit.*



A derrubada da coluna de Vendôme pelos *communards*

Mas a Comuna não ficou só nesse plano: deu-se por tarefa inicial erradicar da escola, em todos os níveis, tanto a influência clerical-religiosa, que incitava os homens, desde a sua infância, a submeter-se ao seu destino, quanto à influência da moral burguesa. O ensino religioso nas escolas tinha sido reforçado depois do fracasso da Revolução de 1848: "Não se pode salvar a propriedade senão através da religião, que ensina a carregar docilmente a cruz", diziam os governantes franceses Montalambert, Falloux e Thiers. Charles Fourier havia criticado duramente a falsidade do ensino que inculcava nas crianças o "amor ao próximo", enquanto a indústria e o comércio os lançavam à concorrência desenfreada, assim como a moral que defendia a "virtude", enquanto a sociedade ensinava-lhes a ignorá-la.

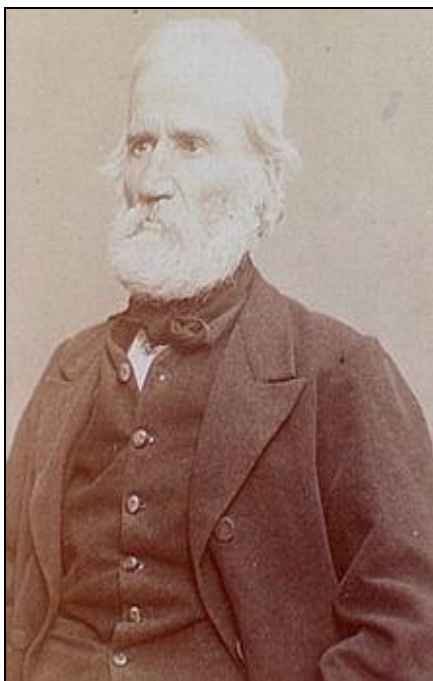
Tendo levantado a bandeira da República do Trabalho, a Comuna tentou levar adiante uma verdadeira revolução cultural, que eliminasse: 1) a divisão entre trabalho manual e intelectual; 2) a opressão das mulheres pelos homens; 3) a opressão das crianças pelos adultos. A Comuna esforçou-se em providenciar aos professores "uma remuneração condizente

com suas importantes funções" e, pela primeira vez, proclamou a isonomia salarial e de trabalho entre docentes, independente de seu sexo. Além de suprimir o ensino da religião, a Comuna ainda procurou criar o "ensino gratuito, laico e obrigatório"; uma Comissão foi instituída para transformar o ensino privado confessional em ensino laico, bem como para organizar e desenvolver o ensino profissional. A Comuna conseguiu abrir duas escolas profissionais: uma para moços e outra para moças.

A Delegação do Ensino da Comuna proclamou, a 17 de maio de 1871, sob a assinatura de Edouard Vaillant: "Considerando importante que a Revolução Comunal afirme seu caráter essencialmente socialista por uma reforma do ensino, assegurando a todos a verdadeira base da igualdade social, a instrução integral a que cada um tem direito e facilitando-lhe a aprendizagem e o exercício da profissão para a qual o dirigem seus gostos e aptidões. Considerando, por outro lado, que enquanto se espera que um plano completo de ensino integral possa ser formulado e executado, é preciso decretar as reformas imediatas que garantam, num futuro próximo, essa transformação radical do ensino. A Delegação do Ensino convida as municipalidades distritais a enviar, no mais breve prazo possível, para o doravante Ministério da Instrução Pública, as indicações e as informações sobre os locais e estabelecimentos melhor apropriados à pronta instituição de escolas profissionais, onde os alunos, ao mesmo tempo em que farão a aprendizagem de uma profissão, completarão sua instrução científica e literária".

Por causa de sua prematura derrota, a Comuna de Paris não teve o tempo histórico de dar sua medida nos mais diversos campos, incluído o escolar. A Circular Vaillant indicava, contudo, que ela pretendia realizar uma reforma socialista da escola. A instrução integral, tendendo a fazer homens completos, a desenvolver harmoniosamente todas as faculdades, a ligar a cultura intelectual à cultura física e ao ensino técnico, era uma das reivindicações da Associação Internacional dos Trabalhadores, votada no seu Congresso de Genebra de 1866, e na resolução do Congresso da AIT de Lausanne, 1867. A 9 de maio de 1871, a seção parisiense da Internacional havia pedido à Comuna para perseverar na via do progresso do espírito humano, decretando a instrução laica, primária e profissional, obrigatória e gratuita em todos os graus. No "Jornal Oficial" de 13 de abril, um manifesto do cidadão Rama, referendado por Benoît Malon, desenvolvia,

sobre o ensino primário, opiniões inspiradas principalmente num espírito laico e irreligioso. Por pouco que tenham podido fazer, nem por isso os *communards* deixaram de entrar no caminho de uma reorganização completa do ensino.



Louis-Auguste Blanqui, nos tempos da Comuna

A Comuna realizou assim, na sua breve existência, uma obra notável de democratização e laicização do ensino para pô-lo a serviço da “República do Trabalho”. Marx comentou que “dessa maneira, não somente a instrução tornou-se acessível a todos, mas também a própria ciência foi libertada dos grilhões que lhe tinham sido impostos pelos preconceitos de classe e a força governamental”:⁵⁹ “A Delegação da Educação tinha por

⁵⁹ Marx e Engels defendiam uma “educação comunista” que, superando as contradições da sociedade de classe, deveria ser “intelectual, física e politécnica”: esta última deveria ser ao mesmo tempo ser teórica (‘transmitir os princípios gerais de todos os processos de produção’) e prática (‘iniciação ao uso prático e ao manejos instrumentos básicos de todos os ramos do trabalho’). Essa dupla formação era julgada indispensável para que os trabalhadores dominassem as bases científicas da tecnologia, o que lhes permitiria

obrigação uma das mais belas páginas da Comuna. Após tantos anos de estudo e experiência, essa questão devia surgir inteiramente elaborada de um cérebro realmente revolucionário. A Delegação nada deixou como testemunho para o futuro. No entanto, o delegado era um homem dos mais instruídos. Contentou-se em eliminar os crucifixos das salas de aula e em fazer um apelo a todos os que haviam estudado as questões da educação. Uma comissão foi encarregada de organizar o ensino primário e a formação profissional; todo seu trabalho foi anunciar, em 6 de maio, a inauguração de uma escola. Outra comissão, para a educação das mulheres, foi nomeada no dia da entrada dos versalheses. O papel administrativo dessa delegação restringiu-se a decretos pouco viáveis e a algumas nomeações. Dois homens dedicados e talentosos, Elisée Reclus e Benjamin Gastineau, foram encarregados de reorganizar a Biblioteca Nacional. Proibiram o empréstimo de livros, pondo fim ao escândalo de privilegiados que constituíam bibliotecas à custa das coleções públicas. A Federação dos Artistas, cujo presidente era Courbet - nomeado membro da Comuna em 16 de abril - e que contava entre seus integrantes com o escultor Dalou, ocupou-se da reabertura e da fiscalização dos museus”.

Enfim, “nada se saberia dessa revolução em matéria de educação sem as circulares das municipalidades. Várias haviam reaberto as escolas abandonadas pelas congregações e pelos professores primários da cidade, ou tinham expulsado os padres que lá restavam. A do XX Distrito vestiu e alimentou as crianças, lançando assim as primeiras bases das Caixas Escolares, tão prósperas a partir de então. A delegação do IV Distrito dizia: ‘Ensinar a criança a amar e a respeitar seu semelhante, inspirar-lhe o amor à justiça, ensinar-lhe que deve se instruir tendo em vista o interesse de todos: eis os princípios morais em que doravante repousará a educação comunal’. ‘Os professores das escolas primárias e das creches’, prescrevia a delegação do XVII Distrito, ‘empregarão exclusivamente o método experimental e científico, que parte sempre da

organizar e controlar a produção uma vez conquistado o poder político (sob o reino da burguesia, eles possuíam apenas “a sombra do ensino profissional”).

exposição dos fatos físicos, morais e intelectuais'. Ainda se estava longe de um programa completo".⁶⁰

Considerou-se instituir uma Escola Nacional de Serviço Público (uma ideia da qual, ironicamente, surgiria a ENA, *École Nationale d'Administration*, centro de formação por excelência da burocracia estatal francesa, que a Comuna pretendia destruir). Em apenas dois meses, era impossível levar plenamente à prática todos os planos. Mas ficou claro que a Comuna pretendia programar um sistema de ensino integral, a todos os níveis, que unisse trabalho manual e intelectual, através de um ensino simultaneamente científico e profissionalizante. A Comuna, por outro lado, combateu a opressão das mulheres baseada na ignorância. Um artigo de 9 de abril de 1871 do jornal revolucionário *Père Duchêne* advertia: "Se vocês soubessem, cidadãos, o quanto a Revolução depende das mulheres. Nesse caso, estariam atentos para a educação das meninas. E não as deixariam, como se fez até agora, na ignorância!".⁶¹ A derrota da Comuna impôs um retrocesso social e cultural extraordinário. Mas a semente deixada pela Comuna - a escola pública, laica, gratuita e obrigatória; a libertação feminina - floresceu novamente nas lutas sociais, antes que o século XIX concluísse.

A destruição do caráter de classe do ensino e da escola, da elitização da universidade, foram postas pela Comuna através do único meio possível: a destruição do Estado opressor e o fim do caráter classista da sociedade toda. Mas a Comuna de Paris não podia ser mais do que uma primeira tentativa. Iniciada ao término de uma guerra, espremida entre dois exércitos prontos a dar as mãos para esmagá-la, ela não se atreveu a enveredar plenamente pelo caminho da revolução econômica. Não iniciou um processo de expropriação do capital ou de organização do trabalho. Não soube ao menos avaliar os recursos da cidade. Também não conseguiu romper com a tradição de um governo representativo. No dia 29 de março, a Comuna se havia organizado em dez comissões, tendo como base de referência os ministérios até então existentes (menos o ministério dos cultos, que foi suprimido): Militar, Finanças,

⁶⁰ Prosper-Olivier Lissagaray. *Op. Cit.*, p. 170. Lissagaray, nesse seu livro publicado em 1876, visava a combater "as mentiras e calúnias burguesas" que se seguiram à supressão da Comuna.

⁶¹ In: Raoul Dubois. *À l'Assaut du Ciel*. La Commune racontée. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1991, p. 164.

Justiça, Segurança, Trabalho, Subsistência, Indústria e Trocas, Serviços Públicos, Ensino – coroadas por uma Comissão Executiva.

Os *communards* não organizaram, como vimos, o ataque a Versalhes logo depois de 18 de março. No meio tempo, o governo de Versalhes não ficou inativo. Trouxe para a região parisiense tropas oriundas do interior. O armistício autorizava a França a manter apenas quarenta mil soldados na região parisiense; o governo Thiers negociou com os alemães a autorização para concentrar mais tropas, com o fim de “restabelecer a ordem”. Bismarck foi muito compreensivo: o acordo de 28 de março autorizou oitenta mil homens. Após outras negociações, Versalhes obteve a autorização de concentrar 170 mil homens, dos quais cerca de cem mil eram prisioneiros franceses libertados pelos alemães para esse fim específico.

Enquanto isso, a Comuna preparou desastrosamente sua defesa militar: “Muitos batalhões estavam sem chefes desde 18 de março; os guardas nacionais, sem quadros; os generais improvisados, que assumiam a responsabilidade de liderar quarenta mil homens, não tinham qualquer conhecimento militar, nem jamais haviam conduzido um batalhão ao combate. Não tomaram as providências mais elementares, não reuniram nem artilharia, nem carregamento de munição, nem ambulâncias, esqueceram-se de fazer uma ordem do dia, deixaram os homens sem víveres por várias horas numa bruma que lhes penetrava os ossos. Cada federado seguiu o chefe que quis. Muitos não tinham cartuchos, pois acreditavam, como diziam os jornais, que se tratava de um simples passeio militar”.⁶²

No dia 30 de março, o governo de Versalhes começou a investir contra Paris, apoderando-se inicialmente do município fronteiriço de La Courbevoie. Em 2 de abril, ocorreu o primeiro confronto entre as tropas de Paris e as de Versalhes, ainda furiosas pela derrota da França na guerra franco-prussiana e pelo acordo punitivo de janeiro de 1871. O confronto concluiu com o revés dos parisienses; os prisioneiros *communards* foram fuzilados pelos versalheses. A notícia agitou Paris. Cedendo à pressão popular, a Comuna decidiu enviar tropas contra Versalhes. Mal organizada, com ilusões de que os soldados de Versalhes não ousariam atirar contra a Guarda Nacional, a

⁶²

Prosper-Olivier Lissagaray. *Op.Cit.*, p. 143

iniciativa resultou em uma séria derrota. Em 5 de abril, a Comuna tomou a decisão de executar três reféns por cada federado executado por Versalhes (o decreto só seria aplicado, no entanto, nos últimos dias da Comuna). A luta militar entrou numa fase de guerra de bombardeios à distância, com escaramuças de vez em quando. Versalhes afirmou várias vezes que não aceitava qualquer pacificação ou conciliação, apenas a rendição pura e simples de Paris.

O fim dramático da Comuna se precipitou: em 19 de abril a Comuna votou, quase por unanimidade, uma *Declaração ao Povo Francês*, que apresentava seu programa e sua proposta de Constituição Comunalista que, segundo Marx, teria "começado a regeneração da França". Em 21 de abril, houve uma reestruturação das Comissões, que passaram a ser encabeçadas por um delegado, os nove delegados constituindo a Comissão Executiva. Como isto não bastasse para fortalecer e agilizar a ação da Comuna, foi criado um Comitê de Salvação Pública, de cinco membros, "responsável apenas diante da Comuna" (proposta que encontrou a oposição de uma importante minoria, entre os quais os membros da AIT). O novo comitê, que pretendia reproduzir o método e, sobretudo, o fantasma do *Comité de Salut Public* da "Grande Revolução" do século XVIII, não teve o efeito mágico esperado por seus proponentes. A decisão de instalar barricadas era pouco mais que uma ameaça, pois elas já haviam sido tornadas inúteis depois que o Barão Haussmann reformara Paris nos anos 1860, dotando-a de largas avenidas para permitir a passagem das tropas.

A partir de 26 de abril, os federados começaram a perder posições militares: Les Moulineaux naquele dia; as fortificações de Moulin-Saquet em 4 de maio; perda de Clamart no dia seguinte; revés de Vanves, em 6 de maio; perda das fortificações de Issy no dia 8, dia em que Thiers lançou um ultimato aos parisienses. Em 9 de maio, o Comitê de Salvação Pública sofreu uma renovação, na esperança de melhorar sua ação efetiva. No dia 10, o governo de Thiers assinou o tratado de paz definitivo entre França e Alemanha em Frankfurt am Main. No dia 20 de maio, finalmente, os versalheses entraram em Paris: um traidor lhes abriu uma porta; 130 mil homens começaram a penetrar na cidade. O alerta foi dado; iniciativas de resistência foram tomadas.

No dia 22 de maio, o Comitê de Salvação Pública lançou um apelo geral às armas. Os bairros populares

encheram-se de barricadas. Praticava-se a guerra de ruas; para dificultar o avanço do adversário, incendiaram os edifícios na hora de abandoná-los. As tropas dos versalheses foram obrigados a conquistar a cidade quarteirão por quarteirão, casa por casa. Em 24 de maio, a Comuna abandonou o *Hôtel-de-Ville*, sede do governo parisiense, para instalar-se na Prefeitura da 11ª região administrativa. No dia 25 de maio, aconteceu sua última reunião. No dia seguinte, resistia apenas um bolsão no bairro Saint-Antoine e arredores. A última barricada, na rua Oberkampf, foi tomada pelos versalheses às 13 horas do dia 28 de maio.

Um total de 877 homens das forças militares de Thiers morreram durante os enfrentamentos. Quatro mil *communards*, em troca, morreram na batalha; e mais 20 mil foram executados sumariamente nos dias que se seguiram; 10 mil conseguiram fugir para o exílio; mais de 40 mil foram presos, destes, 91 condenados à morte, quatro mil à deportação e cinco mil a penas diversas. Um total, entre presos, exilados e mortos, de cerca de 100 mil pessoas, mais de 5% da população da cidade. Desde uma plataforma de observação elevada nos arredores da cidade, o jovem (e nobre) tenente prussiano Paul Ludwig Hans Anton Von Beneckendorff und Von *Hindenburg*, comandante de uma unidade militar alemã em situação de prontidão para auxiliar eventualmente às tropas francesas (que ele combatera até poucos dias antes na guerra franco-prussiana), contemplou impressionado o sangrento desfecho da maior batalha de classe da era moderna. Quarenta e cinco anos depois, membro do Estado Maior alemão, ele seria condecorado como herói de guerra alemão na Primeira Guerra Mundial. E pouco mais de sessenta anos depois, como presidente da República de Weimar e já bem ancião, mas provavelmente com as imagens da Comuna de 1871 ainda na memória, ele nomeou para chefiar o governo do país um líder político chamado Adolf Hitler,

Entre os 38.578 presos da Comuna julgados em janeiro de 1872, 36.909 eram homens, 1.054 mulheres, e 615 crianças com menos de 16 anos. Só 1.090 foram liberados depois dos interrogatórios. Os presos e exilados, por sua vez, só vieram a ser anistiados em julho de 1880. Um dos chefes militares da Comuna, um oficial francês que nada tinha de “internacionalista” ou de “comunista”, mas que entendeu ser seu dever combater junto à Comuna “francesa” contra as orquestrações dos “prussianos” e dos “traidores”, disse aos que o julgavam pelo seu “crime”: “Vocês estão vendo, legisladores

imbecis, que é preciso abrir a sociedade para a horda que a sitia: sem isso, essa horda far-se-á uma sociedade fora da vossa. Se as nações não abrem suas portas à classe operária, a classe operária se precipitará em direção da Internacional". E acrescentava: "Não tenho nenhum preconceito em favor dos *communards*: ainda assim, em que pesem todas as vergonhas da Comuna, reivindico ter combatido junto a esses vencidos do que junto aos vencedores... Se devesse recomeçar, talvez não servisse à Comuna, mas com certeza não iria servir a Versalhes". O oficial, chamado Cluseret, foi fuzilado. Junto com Roussel, outro oficial condecorado do exército francês, ele tinha sido responsável pela defesa militar da Comuna.

A política derrotista do governo de Thiers culminou no término oficial da guerra franco-prussiana, com a assinatura do Tratado de Frankfurt, que confirmou as negociações prévias de Versalhes, totalmente favoráveis à Alemanha. No documento, estabeleceu-se a entrega dos territórios da Alsácia (separada geograficamente da Prússia pelo Reno), e parte da Lorena (incluindo Metz) ao domínio do Império Alemão, ou seja, a cessão três departamentos povoados com um milhão e meio de pessoas. No prazo de um ano, os alsacianos poderiam optar entre a nacionalidade francesa ou alemã. 50 mil deles instalaram-se na mãe pátria, a França, ao passo que vários milhares emigraram para a Argélia, que tinha sido previamente declarada "perpetuamente francesa". O restante adotou a recentemente criada cidadania alemã.

Lênin, quase meio século depois, nas suas conclusões acerca da derrota da Comuna, assinalou que "para que uma revolução social possa ser vitoriosa, duas condições ao menos são necessárias: as forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Mas, em 1871, estas duas condições faziam falta. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França era sobretudo um país de pequeno-burgueses (artesãos, camponeses, comerciantes, etc.). O que fez falta à Comuna foi o tempo e a possibilidade de se orientar e de abordar a realização de seu programa". Depois de mais um meio século, Guy Debord afirmou que "a Comuna de Paris foi vencida menos pela força das armas que pela força do hábito. O exemplo prático mais escandaloso foi a recusa em recorrer ao canhão para tomar o Banco de França, quando o dinheiro fazia tanta falta. Enquanto durou o poder da Comuna, a banca permaneceu como um enclave em Paris, defendida por algumas espingardas e pelo mito da propriedade e do roubo. Os

restantes hábitos ideológicos foram desastrosos sob todos os pontos de vista (a ressurreição do jacobinismo, a estratégia derrotista das barricadas em memória de 1848, etc)".⁶³ O passado continuava subjugando o cérebro dos vivos.

A derrota da Comuna iniciou um período de declínio conjuntural do movimento operário europeu e suas organizações. A AIT já era teatro de disputas internas desde antes de 1870, opondo fundamentalmente Bakunin e Marx. As divergências redobraram de intensidade após a derrota da Comuna, com manobras de bastidores envolvendo todas as partes. A AIT, que protagonizara episódios grandiosos em 1870 e 1871, não sobreviveu à derrota dos proletários de Paris. A influência da Internacional na Comuna foi mais potencial que real, e por isso tanto mais temida. Karl Marx deu uma entrevista a respeito, reproduzida *in extenso* a seguir.

ENTREVISTA COM KARL MARX, PUBLICADA NO JORNAL THE WORLD, DOS EUA, A 18 DE JULHO DE 1871

(A conversa entre Marx e o jornalista R. Landor, segundo relatos da época, teve como testemunha Friedrich Engels)

Pediram-me para descobrir algo sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores, e eu tentei. No momento, a tarefa é difícil. Londres é, sem dúvida, a sede da Associação; os ingleses estão assustados e sentem o cheiro da Internacional em tudo, assim como o rei James sentia cheiro de pólvora após a famosa conspiração. A cautela da Associação aumentou com a suspeita do público, e os seus líderes são pessoas que sabem guardar um segredo quando necessário. Visitei dois dirigentes, conversei com um deles livremente, e aqui está o resultado dessa conversa. Convenci-me de que a Associação é uma autêntica agremiação de trabalhadores, mas esses trabalhadores são liderados por teóricos políticos e sociais de outra classe. Um dos homens que encontrei, um líder do Conselho, estava sentado em sua bancada de trabalho durante a nossa entrevista e parava de falar comigo de vez em quando para receber uma reclamação, feita de maneira pouco cortês, de um dos muitos patrões que o empregavam. Vi aquele mesmo homem fazer discursos eloquentes e totalmente inspirados pelo ódio às

⁶³ Guy Debord. 14 thèses sur la Commune de Paris. *Internationale Situationiste* n° 7, Paris, abril de 1962.

classes dos que se denominavam seus governantes. Compreendi os discursos depois de entrar em contato com a vida pessoal do orador. Ele devia perceber que era inteligente o bastante para organizar um governo trabalhista e, mesmo assim, ali estava ele, obrigado a dedicar a vida à tarefa revoltante que é uma profissão mecânica. Era orgulhoso e sensível e, ainda assim, tinha que retribuir um resmungo com uma inclinação da cabeça ou com um sorriso, uma ordem, que, em uma escala de civilidade, encontrava-se no mesmo nível de um chamado que o caçador dirige ao próprio cão. Esse homem ajudou-me a entrar em contato com um dos lados da natureza da Internacional, a revolta do trabalho contra o capital, do trabalhador que produz contra o intermediário que usufrui. Nesta minha entrevista com o doutor Karl Marx, vi os punhos que atacariam quando necessário e também a mente que planeja.

O doutor Karl Marx é um alemão doutorado em filosofia com um amplo conhecimento derivado tanto da observação do mundo quanto dos livros. Devo concluir que ele nunca foi um trabalhador no sentido comum da palavra. Seu ambiente e aparência são os de um próspero homem de classe média. A sala de visitas, para a qual fui conduzido na noite da minha entrevista, poderia ser parte da casa confortável de um corretor de valores bem-sucedido que estivesse começando a enriquecer. Era o apartamento de um homem de bom gosto e de posses, mas sem nenhuma característica particular do seu dono. Um fino álbum com paisagens do Reno sobre a mesa, entretanto, era uma pista para a sua nacionalidade. Olhei com cautela dentro de um vaso sobre uma mesinha de canto, procurando por uma bomba. Esperava sentir cheiro de gasolina, mas o cheiro era de rosas. Voltei em silêncio para o meu lugar e, melancólico, esperei pelo pior.

Ele entrou, cumprimentou-me com cordialidade, e nós nos sentamos frente a frente. Sim, estou *tête-à-tête* com a encarnação da revolução, com o verdadeiro fundador e líder da Associação Internacional, com o autor do discurso no qual dizia que, se o capital lutava contra o trabalho, deveria estar preparado para ter sua própria casa queimada - em resumo, com o apologista da Comuna de Paris. Lembrem-se do busto de Sócrates, o homem que preferiu morrer a dizer que acreditava nos deuses de sua época - o homem de perfil fino, cuja fronte terminava em um pequeno traço arrebitado, parecendo-se com um gancho dividido ao meio, que formava o nariz? Fixem-se

nesse busto, mudem a cor da barba para o preto com alguns tufos grisalhos; coloquem essa cabeça sobre um tipo corpulento de estatura mediana e terão a imagem do doutor à minha frente. Coloque uma mantilha sobre a parte superior do rosto e poderá estar na companhia de um membro nato de um conselho paroquial. Descubra o traço essencial, as imensas sobranceiras, e saberá imediatamente que o senhor está lidando com a mais formidável de todas as forças compostas – um sonhador que pensa e um pensador que sonha.

Outro senhor acompanhava o doutor Marx, acho que também era um alemão, embora não pudesse afirmar com certeza devido a sua familiaridade com a nossa língua. Será que era uma testemunha a favor do doutor? Acho que sim. O “Conselho”, ao ouvir falar da entrevista, talvez o visitasse e pedisse explicações sobre a entrevista, pois a Revolução está acima de todas as atitudes suspeitas de seus agentes. Aquele outro senhor talvez fosse a testemunha de defesa.

Fui direto ao assunto. O mundo, disse eu, parecia não entender a Internacional, odiando-a, mas incapaz de dizer com clareza do que sentia ódio. Alguns declararam ter visto nela uma cabeça de Jano com o sorriso honesto e franco de um trabalhador em um de seus rostos e, no outro, uma carranca assassina e conspiradora. Ele poderia esclarecer o mistério em que estava imersa a teoria? O professor riu, acho que divertiu-se um pouco ao pensar que sentíamos tanto medo dele. “Não há mistério nenhum para solucionar, caro senhor”, começou ele, em uma forma muito educada do dialeto de Hans Breitmann, “exceto, talvez, o mistério da ignorância humana naqueles que não sabem que nossa Associação é pública e tem os relatórios completos de seus procedimentos publicados para todos aqueles que estiverem interessados em lê-los. O senhor pode comprar o nosso estatuto por uma ninharia e, se gastar o mesmo em panfletos, saberá quase tanto sobre nós quanto nós mesmos sabemos”.

R. Landor: Quase – é, talvez sim, mas o mais importante não seria justamente aquilo que permanecerá reservado, escondido? Para ser bastante franco e colocar o caso como ele se apresenta a um observador de fora, essa manifestação geral de desprezo pelos senhores deve significar mais do que o menosprezo ignorante da multidão. E acho apropriado perguntar, mesmo depois do que o senhor me disse, o que é a Associação Internacional dos Trabalhadores?

K. Marx: O senhor só precisa olhar para os indivíduos que fazem parte dela – os trabalhadores.

R. Landor: É verdade, mas o soldado não precisa ser nenhum expoente da política que o coloca em ação. Conheço alguns dos membros da Associação e acredito que eles não sejam do tipo conspiratório. Além disso, um segredo compartilhado por milhões de homens não é um segredo. Mas e se eles fossem só instrumentos nas mãos de um grupo corajoso e, espero que o senhor me perdoe por acrescentar, pouco escrupuloso?

K. Marx: Não há nada que prove isso.

R. Landor: A última revolta de Paris?

K. Marx: Primeiro, exijo provas de que houve uma conspiração – de que algum acontecimento não tenha sido efeito legítimo das circunstâncias do momento, ou, caso a conspiração seja admitida, exijo provas da participação da Associação Internacional.

R. Landor: A presença na Comuna de tantos membros da Associação.

K. Marx: Sendo assim, ela também foi uma conspiração dos maçons, já que a participação individual deles não foi pequena. Não ficaria nem um pouco surpreso se o papa os culpasse por toda a revolta. Mas tente outra explicação. A revolta de Paris foi feita pelos trabalhadores parisienses. Os trabalhadores mais capazes devem ter sido os líderes e administradores, mas, por acaso, os trabalhadores mais capazes também são membros da Associação Internacional. No entanto a Associação não pode de jeito nenhum ser responsabilizada pela ação desses membros.

R. Landor: A opinião pública pensa o contrário. As pessoas falam em instruções secretas de Londres e até em doações em dinheiro. Pode-se afirmar que a alegada transparência das atas da Associação exclui todas as comunicações secretas?

K. Marx: Que associação formada até então levou adiante seu trabalho sem atividades públicas e particulares? Mas falar em instruções secretas de Londres, bem como de decretos relativos à fé e à moral de algum centro de conspiração e dominação papal, só serve para a formação de um conceito errôneo da natureza da Internacional. Isso implicaria uma forma centralizada de governo da Internacional, quando a forma real é intencionalmente aquela que deixa a ação a cargo

da independência e da energia locais. Na verdade, a Internacional não é propriamente um governo para as classes trabalhadoras. Ela é um elo de união, não uma força controladora.

R. Landor: E que propósitos tem essa união?

K. Marx: A emancipação econômica da classe trabalhadora pela conquista do poder político. O uso desse poder político para fins sociais. Assim, é necessário que nossas metas sejam abrangentes para que incluam todas as formas de atividades exercidas pela classe trabalhadora. Restringi-las seria adaptá-las às necessidades de apenas um grupo – apenas uma nação de trabalhadores. Mas como pedir que todos os homens se unam para atingir os objetivos de uns poucos? Se assim o fizesse, a Associação perderia seu título de Internacional. A Associação não determina a forma dos movimentos políticos; só exige uma garantia no que diz respeito aos objetivos desses movimentos. Ela é uma rede de sociedades afiliadas, espalhadas por todo o mundo trabalhista. Em cada parte do mundo, surge um aspecto particular do problema, e os trabalhadores locais tratam desse aspecto à maneira deles. As associações de trabalhadores não podem ser idênticas em Newcastle e em Barcelona, em Londres e em Berlim. Na Inglaterra, por exemplo, a maneira de demonstrar poder político é óbvia para a classe trabalhadora. A rebelião seria uma loucura enquanto a agitação pacífica seria uma solução rápida e certa para o problema. Na França, uma centena de leis de repressão e um antagonismo moral entre as classes parece precisar de uma solução violenta para a luta social. A escolha dessa solução é um assunto das classes trabalhadoras daquele país. A Internacional não pretende aconselhar ou tomar decisões a respeito do assunto. Mas, para cada movimento, ela concede auxílio e solidariedade dentro dos limites designados por suas próprias leis.

R. Landor: E qual é a natureza desse auxílio?

K. Marx: Para dar-lhe um exemplo, uma das formas mais comuns de movimento pela emancipação são as greves. Antes, quando havia uma greve em um país, ela era derrotada pela importação de trabalhadores estrangeiros. A Internacional quase conseguiu fazer com que isso parasse. Ela recebe informações antecipadas da greve, difunde essas informações entre seus membros que, imediatamente, decidem não tomar parte naquele movimento. Assim os patrões sozinhos têm que ajustar contas com os seus homens. Em muitos casos, esses

homens não necessitam de nenhum outro auxílio. As suas próprias contribuições para as sociedades a que estão diretamente afiliados fornecem os fundos necessários, mas se a pressão sobre eles tornar-se muito grande e a Associação aprovar a greve, as necessidades serão supridas pelos fundos comuns. Com esses métodos, outro dia, uma greve dos trabalhadores da indústria de charutos de Barcelona foi vitoriosa. Mas a sociedade não tem interesse em greves, embora as apoie sob certas condições. Ela não ganha nada com essas greves do ponto de vista pecuniário, mas pode perder com facilidade. Vamos resumir tudo em poucas palavras. As classes trabalhadoras permanecem pobres em meio ao aumento da riqueza e do luxo. As privações materiais que sofrem diminuem tanto o ânimo quanto a estatura física desses trabalhadores. Eles não podem depender de mais ninguém. Assim, resolver seu próprio problema tomou-se para eles uma necessidade imperativa. Eles têm que rever as relações que têm com os capitalistas e os proprietários de terras, e isso quer dizer que eles precisam transformar a sociedade. Esse é o objetivo geral de qualquer organização de trabalhadores conhecida; ligas trabalhistas e rurais, sociedades comerciais e recreativas, produção e venda cooperativa não são nada mais do que meios de atingir tal objetivo. Estabelecer uma solidariedade perfeita entre essas organizações é o trabalho da Associação Internacional. Sua influência começa a ser sentida em toda parte. Dois jornais difundem seus pontos de vista na Espanha, três na Alemanha, três na Áustria e na Holanda, seis na Bélgica e seis na Suíça. Agora que expliquei-lhe o que é a Internacional, talvez o senhor esteja preparado para formar a sua própria opinião a respeito das nossas supostas conspirações.

R. Landor: Eu não entendi muito bem o senhor.

K. Marx: O senhor não entende que a velha sociedade, em busca de força para enfrentar a Internacional e com as armas do debate e da associação características desta, é obrigada a recorrer à fraude de uma acusação de conspiração?

R. Landor: Mas a polícia francesa declarou estar em condições de provar a cumplicidade da Associação nos últimos acontecimentos, para não falar naqueles que os precederam.

K. Marx: Vamos dizer-lhe uma coisa sobre aqueles atentados, se o senhor nos permitir, porque ela servirá para melhor atestar a gravidade de todas as acusações de conspiração levantadas contra a Internacional. O senhor lembra-se da penúltima “conspiração”. Havia sido anunciado

um plebiscito. Muitos eleitores estavam hesitantes. Eles já não tinham mais um forte senso do valor do governo imperial, passando a não mais acreditar naqueles perigos ameaçadores da sociedade dos quais tal governo os tinha salvado. Era necessário um novo bicho papão. A polícia encarregou-se de encontrar um. Como todas as associações de trabalhadores odiavam a polícia, eles naturalmente queriam desferrar-se da Internacional. Então tiveram uma ideia. E se eles escolhessem a Internacional como bicho-papão e assim desacreditassem a associação e agradassem a causa imperial? Daquela ideia surgiu a ridícula “conspiração” contra a vida do imperador – como se nós quiséssemos matar o pobre velho. Eles prenderam os líderes da Internacional. Fabricaram provas. Prepararam o caso para levar ao tribunal e, nesse meio tempo, fizeram o plebiscito. Mas era óbvio que a comédia encenada não passava de uma farsa grosseira. Os europeus inteligentes, que assistiram ao espetáculo, não foram enganados nem por um minuto; só os eleitores camponeses franceses foram feitos de tolos. Os seus jornais ingleses noticiaram o início do infeliz incidente; esqueceram de noticiar o fim. Os juízes franceses, admitindo a existência da conspiração por cortesia oficial, foram obrigados a declarar que nada provava a cumplicidade da Internacional. Acredite-me, a segunda conspiração é igual à primeira. Os burocratas do governo francês estão em ação mais uma vez. Foram chamados a prestar contas pelo maior movimento civil que o mundo já viu. Uma centena de sinais dos tempos deveria apontar para a explicação certa – a conscientização crescente dos trabalhadores, o aumento do luxo e da incompetência dos seus governantes, o processo histórico, que acontece no momento, de transferência de poder de uma classe para o povo, a aparente conveniência da hora, do lugar e das circunstâncias para o grande movimento de emancipação. Mas para ver isso o burocrata precisa ser um filósofo, e ele é apenas um *mouchard* (delator). Devido à sua natureza, portanto, ele foi obrigado a recorrer à explicação de um *mouchard* uma “conspiração”. A sua velha pasta de documentos forjados fornecerá as provas, e, desta vez, a Europa, com seus medos, acreditará na estória.

R. Landor: Será difícil para a Europa evitar essa impressão, vendo todos os jornais franceses espalharem a notícia.

K. Marx: Todos os jornais franceses! Veja, aqui está um deles (pegando um exemplar do *La Situation*) e julgue o senhor mesmo o valor das evidências. (Lê) “O doutor Karl Marx, da

Internacional, foi preso na Bélgica, tentando abrir caminho para a França. A polícia de Londres já vem observando a associação a que ele está ligado e, no momento, está tomando providências para acabar com ela". Duas frases e duas mentiras. O senhor pode comprovar as evidências com os seus próprios olhos. Como vê, ao invés de estar preso na Bélgica, estou em casa na Inglaterra. O senhor também deve saber que a polícia da Inglaterra não tem poderes para interferir na Associação Internacional, assim como a Associação não pode interferir na polícia. Ainda assim, o pior nisso tudo é que a notícia continuará a se espalhar através da imprensa do continente sem um desmentido, e não mudaria mesmo que, de onde estou, eu avisasse a todos os jornais da Europa.

R. Landor: O senhor tentou contradizer muitas dessas falsas notícias?

K. Marx: Tentei até me cansar. Para mostrar-lhe o quanto eles são descuidados com o que tramam, posso mencionar que vi, em um desses jornais, Félix Pyat ser considerado um membro da Internacional.

R. Landor: E ele não é?

K. Marx: A Associação não teria espaço para um homem tão louco. Certa vez, ele foi atrevido a ponto de publicar uma declaração ousada em nosso nome, mas ela foi desmentida imediatamente, embora, como era de se esperar, a imprensa, é claro, tenha ignorado o desmentido.

R. Landor: E Mazzini, ele é membro da associação?

K. Marx: (Rindo) Não. Não teríamos feito muitos progressos se não tivéssemos ido além de suas ideias.

R. Landor: Fico surpreso. Pensei que ele fosse representante das ideias mais avançadas.

K. Marx: Ele não representa nada além das velhas ideias de uma república de classe média. Não buscamos uma associação com a classe média. Ele está tão atrasado em relação ao movimento moderno quanto os mestres alemães que, no entanto, ainda são considerados os apóstolos do democratismo, culto do futuro na Europa. Eles já o foram no passado – antes de 1848, talvez, quando a classe média alemã, no sentido inglês da expressão, ainda estava longe de atingir o desenvolvimento apropriado. Mas agora eles passaram em massa para o lado da reação, e o proletariado não os reconhece mais.

R. Landor: Algumas pessoas dizem ter visto sinais de um elemento positivista na sua organização.

K. Marx: Não é verdade. Há positivistas entre nós, e há outros que não pertencem à organização, mas também trabalham. Mas isso não se deve à filosofia deles que não tem nenhuma relação com os governos populares, como nós os entendemos, e que busca apenas uma nova hierarquia para substituir a antiga.

R. Landor: Parece que os líderes do novo movimento internacional tiveram que criar não apenas uma associação, mas também uma filosofia.

K. Marx: Exato. Seria bastante improvável, por exemplo, que nós esperássemos ganhar essa guerra contra o capital se baseássemos nossas táticas, digamos, na economia política de Mill. Ele traçou um tipo de relação entre o trabalho e o capital. Esperamos poder demonstrar que é possível estabelecer outra relação.

R. Landor: E no que diz respeito à religião?

K. Marx: Nesse assunto, eu não posso falar em nome da Associação. Eu pessoalmente sou ateu. É, sem dúvida, chocante ouvir uma confissão dessas na Inglaterra, mas é um consolo saber que ela não precisa ser sussurrada na Alemanha ou na França.

R. Landor: E mesmo assim o senhor estabeleceu seu quartel general neste país?

K. Marx: Por razões óbvias; aqui, o direito a associação é algo estabelecido. Na verdade, ele existe na Alemanha, mas é cerceado por inúmeras dificuldades; na França, ele não existe há muitos anos.

R. Landor: E nos Estados Unidos?

K. Marx: Os mais importantes centros das nossas atividades atualmente estão entre as velhas sociedades da Europa. Muitas circunstâncias têm, até hoje, evitado que o problema trabalhista assuma grande importância nos Estados Unidos. Mas elas estão desaparecendo com rapidez, e o problema está vindo à tona com o crescimento, como na Europa, de uma classe trabalhadora diferente do resto da comunidade e divorciada do capital.

R. Landor: Parece que, neste país, a solução tão esperada, seja ela qual for, será obtida sem que se recorra à revolução. O sistema inglês de agitação através dos comícios e da imprensa, até que as minorias se transformem em majorias, é um bom sinal.

K. Marx: Não sou tão otimista quanto o senhor nesse ponto. A classe média inglesa tem se mostrado inclinada a

aceitar o veredito da maioria desde que conquistou o monopólio do poder de voto. Mas preste atenção, assim que ela perder uma votação em um assunto que considerar vital, nós veremos aqui uma nova guerra de proprietários de escravos.

Relato aqui da melhor maneira possível os assuntos que foram abordados durante a minha conversa com esse homem extraordinário. Deixo para os leitores tirarem suas próprias conclusões. Seja lá o que for dito a favor ou contra a probabilidade de sua cumplicidade com o movimento da Comuna, podemos ter certeza de que, no centro da Associação Internacional, o mundo civilizado tem um novo poder com o qual terá, em breve, que ajustar contas, para o bem ou para o mal.

No parágrafo final de *A Guerra Civil na França*, Marx enfatizou: “A mente burguesa tingida de polícia imagina naturalmente, para si mesma, a Associação Internacional dos Trabalhadores agindo à maneira de uma conspiração secreta, com o seu corpo central ordenando, de tempos a tempos, explosões em diferentes países. A nossa Associação não é, de fato, senão o elo internacional entre os operários mais avançados nos vários países do mundo civilizado. Onde quer que seja, sob que forma e sob que condições for que a luta de classe ganhe qualquer consistência, só é natural que membros da nossa Associação estejam na primeira linha. O solo a partir do qual ela cresce é a própria sociedade moderna. Ela não pode ser esmagada pela maior das carnificinas. Para a esmagarem, os governos teriam de esmagar o despotismo do capital sobre o trabalho - a condição da própria existência parasitária que é a deles. A Paris operária com a sua Comuna será sempre celebrada como o arauto glorioso de uma nova sociedade. Os seus mártires estão guardados como relíquia no grande coração da classe operária. E aos seus exterminadores, já a história os amarrou àquele pelourinho eterno de onde todas as orações dos seus padres não os conseguirão redimir”.⁶⁴

⁶⁴ Karl Marx. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Boitempo, 2011. A análise da dinâmica da revolução *communard* constitui a força da interpretação de Marx. *A Guerra Civil na França* foi elaborada como um informe para a AIT, o opúsculo resultante foi o texto de Marx de maior impacto político em vida deste (superior, nessa época, ao próprio *Manifesto Comunista*). O trabalho não é muito extenso, mas a edição completa do texto, acompanhada pelo material de pesquisa usado por Marx, assim como pelos dois primeiros ensaios de redação (só o terceiro foi publicado em vida de Marx) mostram o *souci* extremo de Marx para a composição da obra final: Karl Marx. *La Guerre Civile en France*. Édition accompagnée des travaux préliminaires de Karl Marx.



***Communards* mortos, publicamente expostos**

A forma da derrota da Comuna teve importância para sua projeção ulterior. No relato do Dr. José Falcão, em Portugal, consecutivo ao massacre parisiense, se afirmava: “A luta em Paris durou oito dias, encarniçada, sanguinolenta, terrível, nos fortes, nas muralhas, nas barricadas, nas praças, nas ruas, nas casas, nas adegas, nos subterrâneos. As tropas de Versalhes tiveram de tomar Paris bairro por bairro, largo por largo, casa por casa, palmo a palmo”.⁶⁵ Isto é típico da defesa de uma revolução, não de uma combinação política momentaneamente vitoriosa através de um golpe de mão.

Paris, Éditions Sociales, 1953. O conceito poderia ser estendido às análises de Engels (que chegou a elaborar um plano de defesa militar da Comuna) a respeito da guerra franco-prussiana, que precedeu à Comuna de Paris: Friedrich Engels. *Note Sulla Guerra Franco-Prussiana del 1870/71*. Milão, Pantarei, 1996.

⁶⁵ *Apud* Alexandre Cabral. *Notas Oitocentistas*. Lousã, Platano Editora, 1973.

A Comuna teve, no entanto, para o desenvolvimento posterior do movimento proletário francês e europeu, efeitos contraditórios. Os blanquistas, a grande maioria presos ou exilados, acabaram aderindo à AIT nos seus derradeiros anos de existência, mas não superaram suas ideias, embora elas tivessem sido contrariadas pela experiência da Comuna, e desapareceram enquanto corrente do movimento operário nas décadas seguintes. Entre os anarquistas, a Comuna teve a consequência de enfraquecer as primitivas concepções proudhonistas e reforçar as tendências bakuninistas. A França pós-Comuna foi o berço das correntes que se tornaram predominantes no anarquismo europeu nas décadas seguintes: o anarco-sindicalismo e o terrorismo individual, em cujo corpo de ideias as lições da revolução parisiense tinham pouco espaço.

Blanqui, por sua vez, nem anarquista nem marxista, mas sempre “blanquista”, escreveu depois da Comuna centenas de artigos e, em seu livro *L'Eternité par les Astres* (de 1872, escrito logo depois da Comuna) defendeu a teoria do “eterno retorno”, e também que os átomos de que estamos compostos se reproduzem uma infinidade de vezes em infinitos lugares, de modo tal que todos teríamos uma infinidade de sócias...⁶⁶ Até o final de sua vida, pouco mais de uma década depois, seria um agitador revolucionário e socialista. Em 1871, quando caíram os últimos *communards* atingidos pelas balas da reação francesa, encerrou-se um capítulo da história do movimento operário e socialista internacional. Uma cortina de violência desceu sobre o cenário político europeu. Liberais e conservadores, republicanos e monarquistas se uniram numa nova santa aliança contra o proletariado revolucionário e sua representante, a Internacional.

Eleito deputado em Bordeaux em abril de 1879, Blanqui teve sua eleição invalidada, por se encontrar ainda detido; não pode assumir a cadeira, mas foi indultado e liberado em junho. Em 1880, lançou o jornal *Ni Dieu ni Maître*, que dirigiu até sua morte, vítima de derrame cerebral, depois de pronunciar um discurso em Paris, a 1º de janeiro de 1881. Foi enterrado no cemitério de Père Lachaise, em um túmulo criado pelo artista plástico Jules Dalou, ouro combatente da Comuna. Seu principal livro, *Crítica Social*, de 1885, na verdade uma vasta

⁶⁶ Jorge Luis Borges foi assíduo leitor de Blanqui, em quem reconheceu uma fonte de inspiração (ficcional).

coletânea de artigos, foi de publicação póstuma. Morto Blanqui, acabou o “blanquismo”?

Como epíteto político pejorativo, ele sobreviveu em muito à pessoa que o inspirou. O blanquismo influenciou fortemente os populistas russos (*narodniki*). Nos primórdios do socialismo russo, e ainda muito depois, não faltaram os que quiseram contrapor o “espontaneísmo democrático” do jovem Trotsky (ou de Rosa Luxemburgo) ao “blanquismo ditatorial” de Lênin, com sua teoria do partido centralizado e profissional, embora o próprio Lênin afirmasse que os blanquistas acreditavam que “a humanidade se libertaria da escravatura assalariada não por meio da luta de classe do proletariado, mas graças à conspiração de uma pequena minoria de intelectuais”. Ainda depois da vitória soviética de 1917, os bolcheviques continuaram sendo acusados de “blanquismo”, tanto pelos seus adversários à direita (socialdemocratas) como à esquerda (os “comunistas conselhistas”).

Em *Il Popolo d'Italia*, o jornal fascista fundado e editado por Benito Mussolini em 1915, o epígrafe era uma sentença de Blanqui: “*Chi ha del ferro ha del pane*” (“Quem tem ferro [armas] tem pão”). Walter Benjamin considerou Blanqui, nas suas “Teses sobre a História”, como o personagem mais intimamente ligado ao seu século (a seu tempo) do século XIX. Blanqui foi finalmente “recuperado” pela iconografia oficial. Revolucionário *francês*, talvez o maior de todos, Blanqui não superou, doutrinal ou politicamente, as condições históricas, econômicas e políticas de seu meio. Sua política prática e sua teoria (no seu caso, praticamente uma coisa só) não resistiram à passagem do tempo (embora no curto prazo a corrente blanquista subsistisse até final do século XX, conseguindo eleger vários deputados durante o período da III República). Mas marcaram decisivamente *seu tempo*.⁶⁷

Depois da derrota da Comuna, o pensamento contrarrevolucionário e elitista elaborou os argumentos para uma formidável literatura reacionária “científica” que conheceu

⁶⁷ As salas da Clinique Blanqui, em Lorient (na Bretanha), foram compradas pelo Centro Hospitalar Charcot, em 1992. Uma parte dessas salas foi transformada em centros de consulta e hospitais ambulatoriais. O anexo do centro hospitalar, que abriu suas portas em outubro de 2001, conservou o nome da clínica, “Centro Blanqui”. É um dos poucos personagens históricos que deixaram o seu nome a uma estrutura sanitária, sem ter sido médico.

seu apogeu no final do século XIX. Coube ao sociólogo e psicólogo francês Gustave Le Bon, no seu ensaio *La Psychologie des Foules* (de 1895), demonizar as massas insurretas. Para ele, contemporâneo e testemunha da Comuna de 1871, os imensos ajuntamentos humanos que se decidiam a marchar e a protestar nada mais eram que o irracionalismo posto em ação. Mesmo quando se mobilizavam por uma causa patriótica ou altruísta nada traziam de bom, a não ser a depredação e a desordem, quando não a subversão social. A Igreja, fazendo *pendant*, proclamou a infalibilidade do Papa exatamente em 1871. Os fiéis foram conclamados (e ameaçados) a nunca mais desobedecer.

A Comuna de 1871, suas realizações e sua derrota, assim como as divergentes e contraditórias conclusões tiradas a respeito, foram a base de desenvolvimento das correntes revolucionárias e reformistas no movimento operário francês e europeu até 1914. Na França, a organização operária progrediu lentamente durante a III República, marcada pela experiência recente da Comuna: “A III República tirava sua legitimidade de sua aptidão para limitar as divisões; depois, deveu-a simplesmente à sua capacidade de se manter em pé. Os republicanos e os monarquistas dos anos 1870 estavam igualmente interessados em reduzir ao mínimo toda referência a projetos sociais e históricos; os republicanos, em especial, queriam se demarcar dos fracassos passados e, mais recentemente, da experiência e objetivos do republicanismo social extremo manifestado e fracassado na Comuna de Paris”.⁶⁸

O fantasma da Comuna continuou a pairar por décadas. O republicanismo e o laicismo educacional baseado na educação cívica (defendida por Jules Ferry e Gambetta), estavam marcados pela ideia de que os cidadãos faziam parte de um corpo (a Nação) “único e indivisível”, representado na Assembleia Nacional eleita por sufrágio universal (masculino), erguida sobre os escombros da Paris revolucionária. No prefácio à *A Guerra Civil na França*, reeditado em 1895, Engels escreveu: “O sufrágio universal é o índice que permite medir a maturidade da classe operária. *No Estado atual, não pode, nem poderá jamais, ir além disso, mas é o suficiente.* No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar para os

⁶⁸ Tony Judt. *Op. Cit.*, p. 282.

trabalhadores o ponto de ebulição, eles saberão -tanto quanto os capitalistas- o que lhes resta a fazer”.

A “capital laica do mundo” (contraposta a Roma, capital do mundo cristão) ficou dominada em seu ponto mais alto, a colina de Montmartre, por uma igreja monumental, a *Sacré Coeur*, construída em desagravo aos “excessos anticlericais” (ateus, na verdade) da Comuna de 1871. A ousadia da Comuna em atacar a burocracia estatal foi respondida com um crescimento monstruoso da mesma: França contava com dois funcionários estatais para cada cem habitantes em 1870; em 1900, esse número tinha crescido para quatro (mais do que uma duplicação, havida conta do forte crescimento demográfico).⁶⁹ É claro que as divisões e enfrentamentos de classe continuaram malgrado a repressão e a ideologia oficial. Eles tomaram sua forma mais aguda na greve dos mineiros de Carmaux, imortalizada no romance *Germinal* de Émile Zola, que projetou nacionalmente a figura de seu representante parlamentar, o republicano social Jean Jaurès, que levaria para o socialismo francês (e europeu), do qual se tornou principal representante, toda a carga de um republicanismo desgarrado em sua luta antimonárquica pelas experiências jacobina e *communard*.

No terreno europeu do movimento operário, o fator decisivo da dissolução da Internacional Operária (AIT) foram suas complicações políticas internas (que refletiam seu isolamento externo). Segundo Miklós Molnár, Engels padeceu de um otimismo que não havia previsto as consequências da predisposição dos operários em favor do anarquismo, em especial na Espanha e na Itália. O Conselho Geral da AIT estava composto por ingleses e emigrados residentes em Londres. Depois da Comuna, não possuía laços vivos com as seções nacionais. A correspondência não substituíu o confronto permanente e pessoal de opiniões e informações. Os correspondentes do Conselho Geral na Alemanha eram Liebknecht, Bebel, Kugelmann e Bracke, os “expertos” alemães no Conselho Geral eram Marx e Engels.

⁶⁹ Guy Thuillier. *Bureaucratie et Bureaucrates em France au XIX^e Siècle*. Ginebra, Droz, 1980. Em 1930, a “jiboia” tinha crescido até perfazer sete funcionários estatais para cada cem habitantes, crianças incluídas. Cf. Alfred Sauvy. *La Burocracia*. Buenos Aires, Eudeba, 1976, p. 28.

Na verdade, a Internacional andava no vazio: “Nascida do movimento real, não lhe restava, em 1872, um ano depois da derrota da Comuna, nenhuma base sólida no continente europeu. O programa adotado na Conferência de Londres privou o Conselho Geral do apoio dos federalistas e dos coletivistas, bases do futuro anarquismo, sem lhe trazer o sustento ativo dos socialdemocratas. Estes aprovaram o programa do Conselho, mas não se interessavam pela Internacional; os primeiros, ao contrário, ficaram fiéis à Associação Internacional, mas reprovavam seu programa político. Durante oito anos (1864-1872), os interesses internacionais da classe operária triunfaram sobre a diversidade de tendências reunidas ao redor da bandeira da Internacional. Mas, mudadas as condições históricas e políticas, os elementos que garantiam a coesão se debilitaram. A diversidade venceu à unidade. A distância entre as tendências era demasiadamente grande para permitir que o Conselho Geral pudesse seguir uma política conforme as aspirações e o grau de desenvolvimento de cada uma delas. O Conselho teve que escolher entre elas, aceitando assim o perigo de provocar seu próprio fim”.⁷⁰

Paralelamente à derrota da Comuna, um fato decisivo alterou o equilíbrio geopolítico europeu. A proclamação formal da nação alemã deu-se com a derrota da França na guerra franco-prussiana: as peculiaridades da unificação alemã marcariam decisivamente o destino da Europa até o século XX e, em decorrência, a configuração do movimento operário no continente. No desenvolvimento político da classe operária consecutivo à derrota da Comuna de Paris, e dada a situação existente na França e também na Inglaterra (onde se verificava a ausência de independência política do movimento proletário depois da derrota do cartismo em 1848), só Alemanha poderia servir de base e de centro para o movimento operário internacional: Marx foi o primeiro a admitir essa situação. A política do Conselho Geral da AIT se modelou, a partir de 1871, tendo como base o partido socialdemocrata alemão: foi uma transformação radical, de acordo com o modo de organização e o programa da socialdemocracia alemã, reputada para ser o centro de atração europeia e a força motriz da Internacional renovada. Quando fundada a Internacional Socialista, a II

⁷⁰ Miklós Molnár. *El Declive de la I Internacional*. Madri, Edicusa, 1974.

Internacional, em 1889, a socialdemocracia alemã foi considerada uma sorte de “partido-guia”.

Em 1872, reuniu-se em Haia o último congresso da I Internacional em solo europeu. Por proposta de Karl Marx, o Conselho Geral da AIT foi transferido para os Estados Unidos. Ele queria com isto protegê-lo dos ataques da reação, e também da ação desagregadora dos anarquistas, que ameaçavam tomar por assalto a direção da organização. Os anarquistas, considerando-se os verdadeiros seguidores dos fundadores da Internacional, reagiram imediatamente, celebrando em Zurique uma reunião, e se deslocando imediatamente a Saint Imier, na Suíça, onde aconteceu, por iniciativa dos italianos, um congresso que decidiu a continuidade europeia da AIT, que seria depois conhecida como a “Internacional antiautoritária”. Havia quatro delegados espanhóis, seis italianos e dois franceses, dois pela Federação Jurassiana e um pelos Estados Unidos. Um total de quinze delegados decidiu por unanimidade não reconhecer o congresso de Haia, e deliberou resoluções sobre o “pacto de amizade, solidariedade e defesa mútua entre as federações livres”, “a natureza da ação política do proletariado”, a “organização da resistência do trabalho”.

Os anarquistas fixaram sua condição “antipolítica e antiautoritária” afirmando: “1º, Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado; 2º, Que toda organização de um poder político pretensamente provisório e revolucionário, para trazer essa destruição, não pode ser mais que um engano, e seria tão perigoso para o proletariado como todos os governos que existem hoje; 3º, Que, rejeitando todo compromisso para chegar à realização da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária”. Os marxistas chamaram os bakuninistas de “divisionistas”. Estes finalmente celebraram seu Congresso em Genebra, em 1873, organizado pela Seção de Propaganda Socialista e Revolucionária de Genebra, com a presença de 26 delegados. Os estatutos da AIT foram modificados de acordo com os princípios defendidos pelos bakuninistas.

A Internacional “de Haia” (ou “marxista”) ainda viveu debilmente por mais alguns anos:⁷¹ “Estava ainda

⁷¹ A Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) sobreviveu somente na sua dissidência anarquista, que se considerou



Mikhail Bakunin, precursor do anarquismo (e pan-eslavista)

profundamente enraizada na mentalidade dos operários a forma de pensar utopista própria da infância do movimento proletário que, segundo Marx, tinha sido superada pela Internacional, assim como a ciência tinha superado as antigas concepções dos astrólogos e dos alquimistas. A era do socialismo utópico não estava ainda tão ultrapassada quando os autores das resoluções de Londres tentaram transformar a Associação em uma organização política militante adaptada às necessidades do proletariado moderno. Muitos eram ainda os que tinham conhecido os habitantes do *New Harmony* de Owen, e entre os membros da Internacional ainda se encontravam velhos icarianos da colônia texana de Considerant... A Internacional continuava profundamente marcada pelo utopismo. Só era viável como organização ampla composta por elementos heterogêneos... Se tivesse continuado a ser o que era em 1864 (data de sua fundação) teria podido sobreviver algum tempo, embora de forma mais ou menos anacrônica. Ao sair de sua velha esfera condenou-se à distorção produzida pela força centrífuga de suas diversas tendências liberadas daquele contexto, assim como seria denunciado o compromisso de seu pacto fundamental”.⁷²

Em Filadélfia (EUA), em julho de 1876, se acordou “suspender por tempo indeterminado a Associação Internacional dos Trabalhadores”. Engels escreveu a Sorge, com motivo da demissão deste do cargo de secretário da organização, se diz: “Com sua demissão, a velha Internacional fica definitivamente ferida de morte e chega ao seu fim. Isso é bom. Pertencia ao período do Segundo Império”. Na Inglaterra,

como herdeira daquela que foi fundada em Londres, em 1864. A sua existência, no entanto, foi tornando-se principalmente simbólica.

⁷² Miklós Molnar. *Op. Cit.*, pp. 255-258.

berço inicial da Internacional, as *trade unions* evoluíram para a forma definitiva dos sindicatos, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. As jornadas de trabalho tinham diminuído, o poder de compra do salário tinha crescido, mas ainda a situação nos bairros operários continuava muito precária. As *trade unions* inglesas foram reconhecidas como sindicatos da classe operária justamente em 1871, o ano da Comuna de Paris.

No plano dos direitos *políticos* dos trabalhadores, as conquistas foram mais lentas: foi só com a reforma eleitoral de Benjamin Disraeli (1867) e depois com a reforma parlamentar de William Gladstone (1884), que a maioria dos operários ingleses obteve o direito de sufrágio. Na França, o sufrágio universal foi instaurado depois da derrota da Comuna, na Terceira República: a vigência da chamada “democracia representativa” exigiu, como condição, o esmagamento físico da classe operária. Essa vigência alteraria por um longo período o terreno em que foi livrada a luta política da classe operária e seus partidos. Com o parlamento “representativo” posto no primeiro plano do palco político europeu, a cisão entre reformistas e revolucionários no interior do movimento operário tornou-se inevitável, e passou a dominar os debates políticos dos socialistas.

Os exilados da Comuna na Nova Caledônia constituíram uma “comunidade” que, notadamente, ficou do lado das autoridades francesas quando se produziu um levantamento anticolonial da população *kanak* local.⁷³ Os condenados da Comuna foram finalmente anistiados; no início do século XX, um grupo cultural de anarquistas franceses realizou um modesto filme (mudo) sobre a Comuna, no qual alguns sobreviventes de 1871 tiveram participação, em sua comvente cena final. Oficialmente o último *communard* vivo reconhecido, Adrien Lejeune, morreu em 1942 na União Soviética; foi enterrado no Kremlin (durante a guerra) e descansa atualmente no cemitério do Père Lachaise de Paris, em face do “Muro dos Federados” (local de fuzilamento de combatentes da Comuna pelas tropas de Thiers).

Na França, a 30 de janeiro de 1875 foi proclamada a nova Constituição, sobre bases republicanas, ou seja, não monarquistas; nas eleições de 1876 saíram vitoriosos os

⁷³ Umberto Calamita. Il tempo delle ciliegie. *La Contraddizione* n° 135, Roma, abril-junho 2011.

republicanos, vencendo finalmente os monarquistas em eleições. Em 1879 foi reeleito o republicano Jules Grévy para presidente da República; os republicanos, entre os quais muitos maçons, uniram-se no combate ao clero; não só pretendiam tirar das congregações o ensino, mas também fazer da escola nova e laica uma escola gratuita e obrigatória como base do regime político. O período de 1880-82 ficou conhecido como a "República Oportunista", marcada pela influência de políticos ligados aos grandes negócios, como Jules Ferry, que obrigaram a grandes despesas no equipamento das forças armadas (abrindo uma via de negócios de dimensões inéditas e insuspeitas, baseada na dívida pública, nas comandas do Estado e na especulação com títulos públicos) e a uma *política colonial*.

Em 1888 explodiu o “escândalo do Canal de Panamá”: um bilhão de francos foram perdidos quando o governo escondeu subornos para manter o silêncio sobre os problemas financeiros da Companhia do Canal do Panamá, no que foi considerado o maior escândalo mundial de corrupção estatal do século XIX, implicando personalidades e altos funcionários do governo e da imprensa francesa. O *affaire* estava diretamente ligado à Companhia Universal do Canal Interoceânico de Panamá, fundada em 1879 por iniciativa do engenheiro e homem de negócios Ferdinand de Lesseps, com vista à abertura para navegação do istmo do Panamá.

No final de 1888, a Companhia faliu, arruinando numerosos pequenos acionistas e provocando múltiplas bancarrotas. Em 1892, soube-se que para encobrir sua verdadeira situação financeira e os seus abusos, a Companhia tinha recorrido à corrupção e luvas “repassadas” a funcionários do Estado. Antigos presidentes do Conselho de Ministros da França, Freycinet, Rouvier, Floquet e outras personalidades foram implicadas no escândalo. O “negócio” do Panamá foi abafado pela justiça francesa, que se limitou a condenar personagens de segundo plano, além de Lesseps que, contudo, não chegou a ser preso, tendo sua sentença à prisão anulada. E o Canal acabou funcionando, embora favorecendo menos os interesses franceses do que os de outra potência.

O segundo ministério de Jules Ferry (1883-85) aboliu os cargos inamovíveis (vitalícios) dos senadores, instituiu a eleição por sufrágio universal dos conselheiros municipais, a liberdade de imprensa, o direito de reunião, o direito à greve (pela lei Waldeck-Rousseau) e votou a lei do divórcio. O nome de Jules

Ferry ficou associado à escola universal, laica, gratuita e obrigatória, uma reivindicação que tinha sido lançada, de modo pioneiro, pela Comuna de 1871, e que era agora realizada pela República que emergira de seu massacre. A III República estabeleceu o serviço militar obrigatório, esforçando-se por direcionar para a expansão colonial os sentimentos populares de guerra de vingança contra a Alemanha.



14 de julho, festa nacional francesa, na rua Saint-Denis de Paris
(Claude Monet, 1878)

O renascente nacionalismo-revanchismo francês, exacerbado pelas derrotas externas, levou à crise boulangista (1886-1889),⁷⁴ e ao caso Dreyfus (1894-99),⁷⁵ onde se revelou que

⁷⁴ Do general Georges Boulanger, que se lançou na política em 1866 (obtendo enormes sucessos eleitorais) com propostas revanchistas (contra a Alemanha), antiparlamentares, populistas (apoiou diversas greves) e veladamente antirrepublicanas: radicais e republicanos o acusaram de preparar um golpe e uma ditadura. Recebeu apoio de homens de esquerda, de blanquistas, de nacionalistas direitistas, como Maurice Barrès, e de monarquistas (os Orléans e os Bonaparte, que até o financiaram). Pela sua mistura de propostas nacionalistas, populistas

um século de “revolução democrática” não tinha extirpado o cancro antissemita, que continuava firmemente ancorado nos mais altos círculos militares, intelectuais e políticos do país (e da Europa), o mesmo cancro que os revolucionários de 1789 tinham acreditado jogar para sempre, junto com a Inquisição católica e os instrumentos de tortura, na lata de lixo da história. O I Congresso Antissemita Internacional se reuniu na Alemanha, em 1882.

Não se tratava, porém, da volta das velhas formas de preconceito racial medieval, mas de formas modernas de reação contra essa modernidade. Em plena “república democrática”, e burguesa, o passado voltava, modernizado, anunciando uma onda racista “científica” (antecipada pelas pseudoteorias de “superioridade racial” do Conde de Gobineau, um charlatão pseudo-antropólogo que proclamou à época a superioridade da raça ariano-germânica e a inferioridade de negros e judeus) e, sobretudo, política que, no século sucessivo, faria corar de vergonha os mais fanáticos discípulos de Torquemada.

A política externa da III República levou à conclusão de uma aliança com a Rússia (1894), de uma *entente cordiale* com a velha inimiga Inglaterra (1904) e para uma expansão colonial reclamada pelas elites burguesas. A França participou da

e socialistas, Zeev Sternhell considerou-o como um precursor do fascismo, interpretação muito polêmica (Zeev Sternhell. *La Droite Révolutionnaire*, 1885-1914. Les origines françaises du fascisme. Paris, Gallimard, 1997). O *boulangisme* expressou as bases frágeis da III República. Boulanger, acusado de complô contra a segurança do Estado em 1889, fugiu para Bélgica, e se suicidou em 1891 junto ao túmulo de sua amante recentemente morta.

⁷⁵ Escândalo político que abalou e dividiu a França durante a década final do século XIX. Centrava-se na condenação por alta traição de Alfred Dreyfus em 1894. Dreyfus era um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica. O acusado sofreu um processo fraudulento conduzido a portas fechadas. Dreyfus era, em verdade, inocente: a condenação baseava-se em documentos falsos. Quando os oficiais franceses se aperceberam, tentaram ocultar o erro judicial. A farsa foi acobertada por uma onda de nacionalismo e xenofobia que invadiu Europa no final do século XIX. Dreyfus permaneceu em prisão, na “Ilha do Diabo” (Cayenne) por cinco anos. Para McNall Burns, “o efeito do caso Dreyfus foi desmantelar por completo o movimento monarquista na França” (*História da Civilização Ocidental*. São Paulo, Globo, 1995). Émile Zola, com seu artigo “J’accuse” publicado no *Aurore*, foi figura central na defesa de Dreyfus, sendo também condenado à prisão (e depois reabilitado).

Conferência de Berlim (1884) sobre a partilha da África; em 1914 dominava Marrocos, Tunísia, Madagascar e grandes áreas da África ocidental e equatorial. A derrota da Comuna foi a derrota da potencial regeneração da França, e o início de um século de miséria, morte e humilhações para os povos coloniais dominados pela nação outrora porta-voz da liberdade.

40. A “GRANDE DEPRESSÃO” E AS CRISES CAPITALISTAS

A enorme capacidade de expansão aos saltos do sistema fabril e sua dependência do mercado mundial produzem necessariamente produção febril e conseqüente saturação dos mercados, cuja concentração provoca estagnação. A vida da indústria se transforma numa seqüência de períodos de vitalidade média, prosperidade, sobreprodução, crise e estagnação (Karl Marx, **O Capital**)

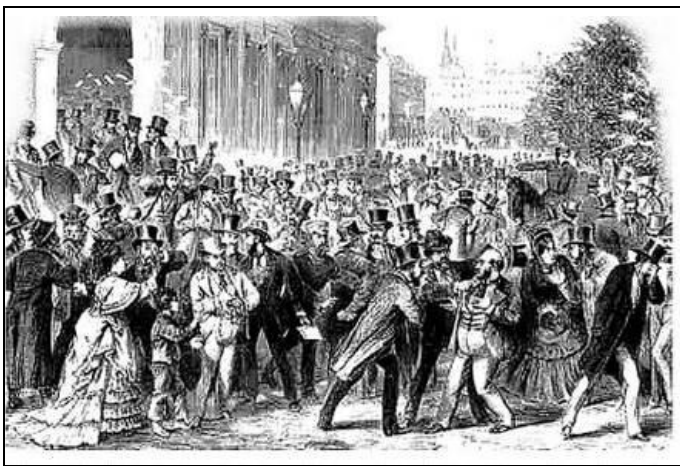
O crime é comum. A lógica é rara (Arthur Conan Doyle, escritor vitoriano, **As Faias Acobredas**)

O capitalismo vive de crises e booms, assim como os seres humanos vivem de inspiração e expiração. As crises e booms são inerentes ao capitalismo desde o seu nascimento e o acompanharão até o seu tûmulo (Leon Trotsky, **A Curva do Desenvolvimento Capitalista**)

A Comuna de Paris e sua derrota precederam em pouco tempo à primeira grande crise *mundial* do capitalismo. Após vinte e dois anos de prosperidade (com algumas interrupções) entre 1850 e 1873, o capitalismo conheceu uma depressão de grandes proporções, que durou (com surtos econômicos “prósperos” intermediários) até, aproximadamente, 1895. As décadas de 1860 e 1870 tinham sido um período de rápido crescimento econômico internacional, que deflagrou uma onda poderosa de otimismo liberal. A depressão econômica

diferenciou-se, pela primeira vez, dos ciclos e crises econômicas “breves” (são reconhecidas como tais as de 1846, 1857, 1866, 1873, 1882, 1890, 1900, 1907 e 1913).

No *post-scriptum* à segunda edição de *O Capital*, Marx antecipara: “O movimento contraditório da sociedade capitalista se manifesta de forma mais notável nas modificações do ciclo periódico a que está sujeita a indústria moderna, cujo ponto culminante será a crise geral. A crise se aproxima novamente, embora ainda em fase preliminar; pela universalidade de seu teatro e pela intensidade de sua ação, conseguirá meter a dialética até mesmo na cabeça dos teimosos carreiristas do novo e santo império prusso-germânico”. Assim também o fez Engels: “A ausência de crises a partir de 1868 baseia-se na extensão do mercado mundial, que redistribuiu o capital supérfluo inglês e europeu em investimentos e circulação no mundo todo em diversos ramos de inversão. Por isso uma crise por super-especulação nas estradas de ferro, bancos, ou em investimentos especiais na América ou nos negócios da Índia seria impossível, enquanto crises pequenas, como a da Argentina, de três anos a esta parte viraram possíveis. Mas isto tudo demonstra que se prepara uma crise gigantesca”.⁷⁶



O pânico da “sexta feira negra” de 9 de maio de 1873, nos arredores da Bolsa de Valores de Viena

⁷⁶ Apud Franco Andreucci. *Socialdemocrazia e Imperialismo. I marxisti tedeschi e la politica mondiale 1884-1914*. Roma, Riuniti, 1988, p. 105.

Entre 1870 e 1914 vigorou no mundo capitalista o padrão-ouro, que indexava o preço da moeda nacional ao metal, podendo-se converter a moeda em ouro ou vice-versa: "Em termos teóricos, o padrão-ouro criava um mecanismo automático de eliminação dos eventuais desequilíbrios no comércio internacional e, não menos importante, promovia os investimentos externos, uma vez que a estabilidade das taxas de câmbio dava aos investidores a segurança de que os valores dos seus investimentos externos seriam preservados".⁷⁷ Isto foi decisivo em uma era dominada pela exportação de capitais. A expansão mundial da produção capitalista foi ampliando o escopo e a profundidade das crises comerciais e financeiras. A crise econômica iniciada em 1873, com o craque da Bolsa de Viena, atingiu dimensões mundiais ao atingir a economia inglesa, centro indiscutido do capitalismo mundial.

O craque austríaco da Bolsa foi seguido de falências bancárias na Áustria e depois na Alemanha; a indústria pesada alemã acabava de conhecer, devido ao esforço econômico provocado pela guerra franco-prussiana, com a construção de estradas de ferro e de navios, uma forte ascensão. Os altos dividendos da indústria alemã incrementaram a especulação, que se alastrou para as ferrovias e os imóveis, beneficiada pela grande oferta de crédito. Porém, os custos aumentaram e a rentabilidade começou a cair: o ciclo econômico se emperrou com a elevação dos custos e com a baixa da rentabilidade; a produção de ferro fundido caiu em 21% em 1874, seu preço teve uma queda de 37%. Houve falências de bancos de financiamento austríacos, alemães e norte-americanos. Nos Estados Unidos, a depressão econômica esteve ligada à especulação ferroviária, da qual participavam capitais europeus. O desemprego acarretou, na Alemanha, a volta de muitos novos operários industriais ao campo.

A intensidade da crise foi proporcional ao eufórico crescimento precedente. A grande prosperidade do terceiro quartel do século XIX foi o prólogo ilusório para a grande depressão econômica do quarto, uma "depressão de preços, de juros e de lucros", na expressão de Alfred Marshall, fundador da economia acadêmica nos EUA: "O que se tornou conhecido como Grande Depressão, iniciada em 1873, com o colapso da

⁷⁷ Barry Eichengreen. *A Globalização do Capital*. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo, Editora 34, 2000.

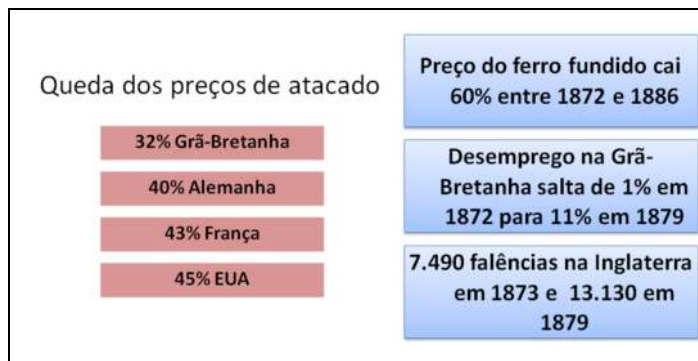
Bolsa de Valores de Viena em maio, contagiada rapidamente para Alemanha e os EUA, e finalmente para a Bolsa de Londres, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, e continuada até meados da década de 1890, passou a ser encarada como um divisor de águas entre dois estágios do capitalismo: aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e o posterior, mais embaraçado, hesitante e mostrando já as marcas de senilidade e decadência”.⁷⁸

Se a crise não teve, de saída, um caráter agudo na Grã-Bretanha, a prosperidade industrial não demorou a se interromper nesse país, iniciando-se aí também um longo período de depressão. O número de falências aumentou progressivamente na Inglaterra: de 7.490 em 1873, para 13.130 em 1879. Em 1878 muitos estabelecimentos bancários decretaram a suspensão de pagamentos; as quebras bancárias, em vez de preceder à crise industrial, se produziram no próprio decorrer da depressão. Os preços caíram, as exportações inglesas se reduziram em 25% entre 1872 e 1879, o desemprego cresceu de modo inédito no país.

A simultaneidade na aparição de dificuldades, de um lado como de outro da Mancha e do Atlântico, ilustrava a integração das economias industriais em matéria comercial, e mais ainda em matéria de movimentos de capitais. Com consequências políticas: durante a “Grande Depressão”, uma onda conservadora substituiu na Europa os ares liberais até então dominantes, manifesta pela adoção de políticas protecionistas e pela volta de partidos conservadores antiliberais ao poder, excetuando-se a Inglaterra e a Holanda. Áustria (1874-1875), Rússia (1877), Espanha (1877 e 1891), Itália (1887), França (1892), adotaram tarifas de importação altas. O mesmo fez a Prússia de Bismarck (1878) e os Estados Unidos com o presidente MacKinley. Foi a chamada “contrarrevolução protecionista”. Japão se fechou comercialmente, Alemanha desenvolveu uma poderosa indústria química com bases protecionistas. Foi uma *mudança de época*. A enorme quantidade de quebras e falências empresariais levou a uma inédita concentração de capitais que levou Lênin a afirmar que “em 1876 concluiu na Europa Ocidental o desenvolvimento

⁷⁸ Maurice Dobb. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974, p. 300.

capitalista em sua fase pré-monopolista”.⁷⁹ A “grande depressão” provocou também mudanças nas tendências principais das relações internacionais.



A crise originou-se nos países que experimentavam um intenso desenvolvimento industrial devido, em parte, às indenizações pagas pela França em virtude da sua derrota na guerra franco-prussiana. A prosperidade cobrava seu preço. Vejamos uma cronologia de seus principais acontecimentos.⁸⁰

1873 – *Craque da bolsa de valores de Viena (Áustria): queda súbita na cotação da bolsa □ redução dos investimentos produtivos na Áustria e na Alemanha;*

- **1882** – *Craque da bolsa de Lyon (França): redução da participação pública nos investimentos paralisa as obras nos setores de construção;*

- **1884** – *“Pânico das estardas de ferro”, nos Estados Unidos. Redução do ritmo de crescimento das sociedades de construção civil □ Queda nas ações ligadas aos valores ferroviários;*

- **1889** – *Nova crise na bolsa de Lyon: Especulação com o cobre □ Quebra da empresa responsável pela construção de Canal no Panamá, em Paris;*

- **1890** – *O banco inglês Baring Brothers suspende seus pagamentos – A crise atinge os Estados Unidos, a Argentina, o Brasil e a Austrália: redução do comércio internacional;*

- **1893** – *Queda da rentabilidade das sociedades de construção de estradas de ferro, nos Estados Unidos.*

⁷⁹ V. I. Lênin. *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas, Navegando Publicações, 2011.

⁸⁰ B. Marcel e J.Taïeb. *Crises d’Hier, Crise d’Aujourd’hui*. Paris, Nathan, 1996, p. 191.

O liberalismo econômico sofria um golpe rude. A taxa de rendimento (taxa de lucro) do capital, depois de perdas (falências e déficits) e impostos, caiu de 5% para 1% anual real entre 1820 e 1913, com a maior queda sendo registrada durante o período conhecido como “Grande Depressão”, e foi acompanhada de uma desaceleração do ritmo de crescimento.⁸¹ Na base do fenômeno, uma lógica aparente: os custos se elevavam (pela alta dos salários, ou por aumento dos preços dos trilhos para as estradas de ferro americanas), os mercados de venda se reduziam (diminuição do poder de compra rural e daquele dos trabalhadores de outros setores, redução dos investimentos públicos, dificuldades nos mercados estrangeiros), os preços de venda baixavam (concorrência nos preços, guerra de tarifas nas estradas de ferro norte-americanas); a rentabilidade declinava ou caía brutalmente, a realização do valor produzido por cada empresa se tornava mais difícil, a concorrência ficava acirrada, a situação das empresas se tornava cada vez mais precária. Tudo podia desencadear a crise: um rumor na bolsa, um mercado perdido, uma empresa ou um banco que interrompia os pagamentos, bastavam para deflagrar uma engrenagem incontrollável.

Como explicar a queda geral da lucratividade? Na análise de Marx, a acumulação capitalista e a queda tendencial da taxa de lucro eram processos complementares, que se supunham mutuamente: “Queda da taxa de lucro e aceleração da acumulação são expressões diversas de um mesmo processo, ambos indicando o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação acelera a queda da taxa de lucro, ao causar a concentração do trabalho em grande escala e, em consequência, uma composição superior do capital. Por outro lado, a diminuição da taxa de lucro acelera a concentração de capital, sua centralização via expropriação dos pequenos capitalistas, dos produtores diretos sobreviventes que conservem alguma coisa a ser expropriada. A acumulação como massa se acelera, enquanto a taxa de acumulação diminui junto à taxa de lucro”.

A consequente desvalorização do capital, tendência *orgânica* da acumulação capitalista, provoca o reajuste periódico da economia capitalista através de *crises*: “A depreciação periódica do capital existente, um dos meios especiais do modo de produção capitalista para deter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação de valor-capital pela formação de novo

⁸¹

Thomas Piketty. *Le Capital au XXI^e Siècle*. Paris, Seuil, 2012.

capital, desordena as condições nas quais se cumpre o processo de circulação e reprodução do capital, e é acompanhada de bruscas detenções e crises do processo de produção”.⁸² No último quartel do século XIX, pela primeira vez, essa tendência adquiriu um caráter *mundial*.



Crise e pânico: assalto à *Fourth National Bank* de Nova York pelos seus depositantes, a 4 de outubro de 1873

A baixa dos preços já era conhecida, acompanhando a compressão e a redução da produção. Mas essa baixa constituiu uma tendência no decorrer desses pouco mais de vinte anos; assim, de 1873 a 1896, a baixa dos preços de atacado foi de 32% na Grã-Bretanha, de 40% na Alemanha, de 43 % na França e de 45 % nos Estados Unidos. Esse movimento envolveu mais alguns produtos, como o ferro fundido, que caiu em 60% entre 1872 e 1886. Houve também crescimento do desemprego: na Grã-Bretanha, a taxa de desemprego se elevou brutalmente, de 1 % em 1872 para mais de 11 % em 1879 (medida considerando só o universo de operários sindicalizados atingidos, o

82

Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

desemprego real era bem maior). Nos salários reais, houve uma tendência à baixa nos setores atingidos pela crise.

A organização dos trabalhadores, o surgimento dos primeiros sindicatos nacionais ingleses, resultara em aumento real de salários entre 1860 e 1874. Por isso, os empresários preferiam investir em tecnologia, para aumentar a produção com menos trabalhadores. De um lado, produção e lucros se mantiveram; de outro lado, porém, declinou a massa global de salários pagos, determinando a recessão do mercado consumidor. Os capitais disponíveis não poderiam ser investidos na Grã-Bretanha, pois a produção aumentaria e os preços cairiam ainda mais. Tinham de ser aplicados fora do país, ou do continente, através de empréstimos com juros elevados, na construção de ferrovias ou no financiamento de obras públicas. A crise evidenciou uma grave sobreprodução de mercadorias e de capitais nas economias capitalistas centrais, em relação ao mercado nacional e mundial da época. A ampliação, intensiva e extensiva, desse mercado, colocou-se como um imperativo: ela não seria atingida, no entanto, de modo pacífico e harmonioso, mas a través da concorrência econômica, de contradições e crises políticas e, finalmente, de enfrentamentos bélicos.

Ao mesmo tempo, entrou-se, de modo acelerado e passando pela crise, em uma nova era tecnológica, determinada, não pelas invenções e métodos da primeira Revolução Industrial, mas por novos ramos industriais. Surgiram novas fontes de energia (eletricidade e petróleo, turbinas, motor a explosão), uma nova maquinaria baseada em novos materiais (ferro, ligas, metais não ferrosos), indústrias baseadas em novas ciências, como a química orgânica. E também se entrou numa era de mercado de consumo doméstico, iniciada nos EUA, e desenvolvida pela crescente renda acumulada das massas trabalhadoras, potenciada pelo substancial aumento demográfico. De 1870 a 1910, a população de Europa cresceu de 290 para 435 milhões, a dos EUA de 38,5 para 92 milhões. Surgiu, nesse contexto, o período da produção de massa, incluindo alguns bens de consumo duráveis.

A “depressão do comércio” foi, certamente, universal, mas foi uma queda de seu crescimento, não um retrocesso absoluto. A produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar. Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço, que agora passava

a ser o indicador mais adequado da industrialização, multiplicou-se por vinte (de 500 mil para 11 milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante, embora com taxas menos vertiginosas que antes. Foi exatamente nessas décadas que as economias industriais americana e alemã avançaram a passos agigantados, e que a Revolução Industrial se estendeu a novos países, como a Suécia e a Rússia. Muitos dos países ultramarinos recentemente integrados à economia mundial conheceram um surto de desenvolvimento: “O que estava em questão não era a produção, mas a sua lucratividade”.⁸³ A queda da lucratividade nos centros históricos do capital provocou um acelerado deslocamento espacial do capital à procura de setores novos em que essa taxa pudesse ser reconstituída, fora de suas fronteiras nacionais originais. As taxas de crescimento econômico dos países mais recentemente industrializados igualaram ou superaram às dos países de industrialização precedente, como se pode ver na tabela que segue:

O liberalismo econômico sofreu um grande abalo na sua credibilidade nos centros históricos da produção capitalista. A teoria do *laissez-faire* vicejou enquanto perduraram as condições históricas favoráveis à adoção de uma política e uma economia liberais. Na Grã-Bretanha essas condições se fizeram presentes até que a depressão dos anos 1873-1895 a atingiu, depois de ter atingido todos os demais países integrantes da economia capitalista mundial. Em virtude do abalo, o economista liberal John Hobson aplicou a teoria de Sismondi à questão posta pela crise: a demanda de bens de consumo caía em função da distribuição desigual da renda e da acumulação crescente de capital. Parte do lucro acumulado não podia ser reinvestida, resultando improdutiva e fazendo cair a taxa de acumulação do capital. Para fazer frente à superprodução derivada do consumo insuficiente, fazia-se necessária a conquista de mercados externos, o que explicava a expansão imperialista que se produziu durante a depressão. Hobson era favorável à intervenção estatal, através da adoção de medidas que estimulassem o consumo.

A insistência geral no subconsumo levou a que se considerasse a existência de duas teorias da crise: “A primeira delas atribui ênfase à limitação da procura efetiva (rigidez da

⁸³ Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

massa salarial resultante da exploração econômica dos assalariados). A segunda encontra a maior causa da crise na existência de uma propensão à superprodução, propensão que reflete a luta entre produtores que se opõem à tendência de baixa da taxa de lucro, procurando ganhar nas quantidades vendidas o que perdem por unidade: de onde decorreria a hipertrofia do aparelho de produção e também a superabundância de mercadorias”.⁸⁴

Marx já tinha se debruçado sobre esse problema. Para ele era “mera tautologia dizer que as crises decorrem da carência de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece outra espécie de consumo além do solvente, excetuando-se os casos do indigente e do gatuno. Tornarem-se as mercadorias invendáveis significa apenas que não encontraram compradores capazes de pagar, isto é, consumidores. Mas, se para dar a essa tautologia uma aparente justificação mais profunda, diz-se que a classe trabalhadora recebe parte demasiadamente pequena do próprio produto e que o mal seria remediado logo que recebesse parte maior com o aumento de salários - bastará então observar que as crises são sempre preparadas justamente em um período em que os salários geralmente sobem e a classe trabalhadora tem de maneira efetiva uma participação maior na fração do produto anual destinado ao consumo. Esse período, do ponto de vista destes cavalheiros do mero bom-senso teria, ao contrário, de afastar as crises. A produção capitalista, portanto, independentemente da boa ou má vontade dos homens, implica condições que permitem a relativa prosperidade da classe trabalhadora apenas momentaneamente, e como sinal prenunciador de uma crise”.⁸⁵

O subconsumo “popular”, por outro lado, é característico de toda sociedade de classes, não específico da sociedade capitalista. A explicação da crise como motivada exclusiva ou primariamente por um excesso (relativo) de oferta, ou como insuficiência (relativa) de demanda (duas caras da mesma moeda), só poderia ser reivindicada por aqueles que privilegiam a análise baseada oferta e na demanda, mas não pelos que demonstram que a oferta e a procura não explicam

⁸⁴ Jean Bouvier. As crises econômicas. In: Jacques Le Goff ; Pierre Nora, P. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988, p. 24.

⁸⁵ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, Vol. II.

nada em si mesmas, e que elas têm que ser explicadas pela acumulação de capital. A consequência da crise finissecular foi o incremento inédito da exportação de capital, o redimensionamento do mapa industrial e econômico do mundo, a conseqüente redistribuição do poder político e militar, e a redefinição do sistema monetário internacional, no quadro do surgimento do capital financeiro como figura dominante do capital. A expansão da base territorial do capitalismo e a nova exploração dos mercados externos foram a transitória solução encontrada para a crise.

A economia mundial testemunhou a marcha acelerada para uma etapa de tensões sem precedentes: “A vantagem comparativa na construção de indústrias novas (aço, química, energia e máquinas elétricas) passou da Inglaterra para o Estados Unidos e Alemanha, que puderam desfrutar de uma economia externa, já utilizada pela Inglaterra no século XIX: uma enorme ampliação do mercado interno. Os elementos decisivos foram a unificação alemã e o grande crescimento de sua população, e a emigração em massa para os EUA... A Inglaterra não conseguiu, em 1890-1914, responder ao desafio da segunda revolução industrial: sua indústria continua ligada aos produtos velhos, não aos novos... No mesmo período, o sistema financeiro se desenvolveu de modo semelhante ao industrial e comercial. A Inglaterra perdeu importância em relação ao período 1870-90, em que Londres dominava absolutamente os mercados financeiros: devido à sua derrota (militar) Paris havia desaparecido e Berlim ainda não era candidata a centro financeiro internacional. Nova York, capital financeira dos países devedores, era ainda pouco desenvolvida nesse sentido. Contrariamente, nos vinte anos seguintes, grandes instituições se desenvolveram nos principais países europeus e no Estados Unidos. O sistema-ouro se estendeu às nações ‘civilizadas’... Nesses anos, assistimos à transformação de um sistema monetário internacional baseado na certeza da paz, em outro que exprime a espera da explosão de uma guerra de dimensões mundiais”.⁸⁶

O debate econômico sobre as crises refletiu a expectativa quanto a esse conflito, e muitas das posições expostas a respeito refletiram o radicalismo das opções colocadas pela própria história. Os marxistas da geração

⁸⁶ Marcello De Cecco. *Economia e Finanza Internazionale del 1890 al 1914*. Bari, Laterza, 1971, pp. 41, 63, 145 e 172.

posterior a Marx, “influenciados pela aceleração do ritmo histórico a partir da virada do século, estavam voltados para duas direções: em primeiro lugar, para as evidentes transformações do modo de produção capitalista, que haviam gerado a monopolização e o imperialismo, e exigiam contínua análise e explicação econômica. Além disso, o trabalho de Marx começava, pela primeira vez, a ser objeto de crítica profissional”.⁸⁷ A “grande depressão” finissecular levou a questão da crise ao centro do debate econômico na Europa. Mas o debate sobre as crises já tinha se aberto caminho nas décadas precedentes.

Em capítulo precedente, referimo-nos à crise de 1847 e à sua influência sobre as revoluções de 1848. A primeira crise posterior a 1848 aconteceu em 1857 e esteve ligada ao incremento da quantidade de ouro em circulação no mercado mundial, elevada em cerca de um terço entre 1848 e 1856 devido à descoberta e exploração de jazidas desse mineral na Califórnia (EUA) e na Austrália. As taxas de juros sofreram forte queda, condicionando o movimento internacional de capitais e mercadorias, e provocando falências empresariais. A crise teve início nos EUA, que havia recebido grande quantidade de população imigrante e grande quantidade de capitais, utilizados na especulação com terras e com ferrovias. O primeiro sintoma da crise apareceu com a falência, em julho de 1857, do banco *The Ohio Life Insurance and Trust Company*, empenhado na especulação ferroviária, causando pânico financeiro nas bolsas americanas, que se espalhou pelas bolsas de valores da Europa, afetando as indústrias têxteis e siderúrgicas e causando desemprego. Em 1859 seus efeitos se reduziram, o desemprego parou de crescer e os preços começaram a se elevar novamente. Essa crise foi acompanhada com grande interesse por Marx e Engels. Quando foi superada, “a revolução europeia, tão próxima no grande ano de esperança e desapontamento [1848], desapareceu de vista. Marx e Engels tinham depositado esperanças no seu reaparecimento nos anos imediatamente subsequentes. Eles olharam seriamente para uma nova explosão geral em sequência à (e em consequência da) grande depressão global econômica de 1857. Quando isso

⁸⁷ Perry Anderson. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 24.

não aconteceu, eles não a esperaram mais em um futuro previsível”.⁸⁸

O que não impediu Marx de teorizar as crises, de modo mais desenvolvido, em *O Capital*, de 1867, graças aos novos materiais disponíveis: “A primeira análise sistemática do ciclo econômico vincula-se ao nome de Marx. Ricardo e a escola clássica não tinham enfrentado, além de observações marginais, o problema das flutuações da acumulação capitalista: consideravam-no um fenômeno secundário, irregular e acidental, e devido a fatores externos ao processo capitalista”.⁸⁹ Persistia ainda à época uma ligação entre a alta dos preços do trigo e as dificuldades na venda de tecidos, visível na crise de 1861. Depois dessa data, esse vínculo não mais existiu, e a chamada “crise têxtil” (pois essa indústria ainda aparecia como símbolo do novo modo de produção) passou a ter autonomia em relação à conjuntura agrícola. A partir de 1870 os mecanismos de ligação entre preços agrícolas e crises industriais desapareceram definitivamente. As penúrias alimentares foram substituídas pelas sobre produções relativas. Tiveram início definitivo então as “crises modernas”, ordenadas por um ritmo cíclico interno próprio, determinado econômica e não mais naturalmente.

Ficou claro que o caráter *capitalista* da produção engendrava as crises modernas, cuja raiz se situava na própria produção capitalista: “O desenvolvimento da força produtiva do trabalho produz, na baixa da taxa de lucro, uma lei que se opõe a esse desenvolvimento e provoca necessariamente crises... O elemento decisivo, para a expansão ou redução da produção, não é a relação entre a produção e as necessidades sociais, mas a apropriação de trabalho não pago e a relação entre ele e o trabalho materializado ou, para empregar a linguagem capitalista, o lucro e a relação entre esse lucro e o capital empregado, por fim certo montante da taxa de lucro. A produção encontra limites, enquanto do outro ponto de vista ela pareceria insuficiente. Detém-se não no ponto que fixa a satisfação das necessidades, e sim a produção e realização do lucro”.⁹⁰

⁸⁸ Eric J. Hobsbawm. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 174.

⁸⁹ Paolo Guerrieri. Flutuazioni. In: M. Carmagnani e A. Vercelli. (eds.). *Economia e Storia*. Firenze, La Nuova Italia, 1978, p. 222.

⁹⁰ Karl Marx. *Op. Cit.*

As crises já são *potenciais* na circulação simples de mercadorias (M-D-M, ou mercadoria-dinheiro-mercadoria), ou seja, na produção mercantil simples. A fonte das crises é, portanto e em última instância, o caráter não planejado da produção mercantil. No entanto, a análise da circulação simples apenas mostrava que as crises eram *possíveis* (pela separação dos atos de comprar e vender, que podem gerar sua interrupção). Na crise capitalista, diversamente, uma parte das forças produtivas é destruída e, de forma violenta, recompõe-se na unidade perdida entre a produção material (processo de trabalho, produção de valores de uso) e o seu caráter capitalista (processo de valorização, produção de valor). A definição mais geral da crise capitalista é que ela consiste na recomposição violenta da unidade entre processo de trabalho e processo de valorização, entre as esferas da produção e da circulação da mais-valia, separadas contraditoriamente e reunificadas pela própria lei de movimento econômico do capital.

A determinação do caráter *orgânico* da *crise* na dinâmica econômica capitalista foi realizada por Marx em *O Capital*. Num primeiro momento - que compreende os esquemas gerais da reprodução do capital - ele fez numerosas hipóteses simplificadoras da realidade: a oferta e a demanda coincidem, as mercadorias se trocam pelos seus equivalentes em valor, anula-se a concorrência, a luta de classes, etc. Marx atendeu de modo exclusivo o "processo direto de produção", para observar o comportamento das categorias de valor e mais-valia em toda sua pureza. Fez abstração das contingências que determinam sua distribuição; deixou de lado os eventos da esfera da circulação que operam sobre essas categorias globais e as dividem em fenômenos ou formas concretas como salário, lucro industrial, lucro comercial, juros bancários e renda da terra.

Os esquemas de *reprodução simples* de Marx estavam instalados na abstração teórica de que as mercadorias produzidas pelos distintos setores econômicos se trocavam segundo seus valores respectivos, se mantendo em cada sector uma composição orgânica do capital constante, com a acumulação progredindo por meio de uma simples adição de capital produtivo sobre uma base técnica invariável. No volume I de *O Capital* Marx tratou da análise do processo de produção. Na medida em que o capitalismo é um sistema de produção generalizada de mercadorias, o capitalista obteria a mais-valia que ele extraiu do trabalhador somente se ele conseguisse vender as mercadorias que corporificam esse valor. A

realização do valor criado na produção - sua transformação em dinheiro - depende da circulação de mercadorias. Aqui é necessário também considerar as mediações no tratamento do valor e a mais-valia, em especial a transformação dos valores em preços de produção, a relação destes com os preços de mercado, pela interação das distintas frações do capital na esfera da circulação.

O volume II de *O Capital* trata do processo de circulação, examinando suas implicações em dois modos. Marx considera os diferentes circuitos de capital, as sucessivas transformações de, por exemplo, capital-dinheiro em força de trabalho e meios de produção que são usados para produzir mercadorias, e então em uma soma de dinheiro maior caso essas mercadorias sejam vendidas pelo seu valor. Marx considera o modo no qual os circuitos de capitais individuais se entrelaçam para dar lugar a reprodução da economia toda. É somente no volume III de *O Capital* que a análise da concorrência entre capitais se torna relevante.

Nele, Marx tratou da produção capitalista como um todo, em que a realização do valor gerado na produção depende da circulação (venda) de mercadorias: “No primeiro livro se investigaram os fenômenos apresentados pelo processo de produção capitalista, considerado para si como processo de produção direta, e nele se prescindiu ainda de todas as influências secundárias de circunstâncias que lhe são alheias. Mas este processo direto de produção não esgota a trajetória vital do capital. No mundo real, o processo de circulação o complementa, e este constituiu o objeto das investigações do livro segundo. Ali se revelou, ao examinar o processo de circulação como mediação do processo de reprodução social (capitalista), que o processo capitalista de produção, considerado em seu conjunto, é uma unidade dos processos de produção e circulação”.

“Por isso, não pode ser nosso objetivo formular reflexões gerais sobre esta unidade. Trata-se sim de descobrir e descrever as formas concretas que surgem do processo de movimento do capital considerado em seu conjunto. Em seu movimento real (enquanto unidade de essência e aparência), os capitais se enfrentam em formas concretas (lucro industrial, taxa de juros, lucro comercial, renda territorial) tais que para elas a figura do capital no processo direto de produção, assim como sua figura no processo de circulação, somente aparecem como fases particulares. As configurações do capital se

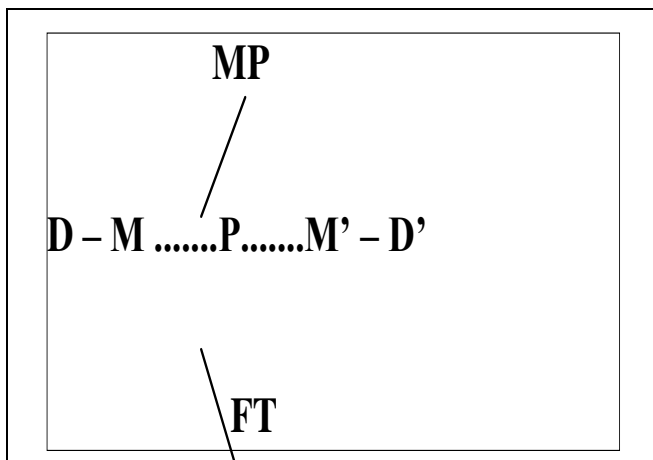
aproximam, portanto, paulatinamente à forma com que se manifestam na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diversos capitais entre si, na concorrência e na consciência habitual dos próprios agentes da produção”.⁹¹

Devia-se, portanto, partir das hipóteses mais simples, e evidenciar nelas a *possibilidade* da crise, para só depois passar à sua realidade: “Nada do que existe potencialmente passa ao ato senão através de algo que já existe em ato” (Aristóteles). O estudo da *reprodução simples* (isto é, sem acumulação de capital) possui relevância metodológica para a análise das crises: “A crítica marxiana ao teorema da economia política clássica, de que na circulação simples de mercadorias não poderia haver um desequilíbrio geral entre compras e vendas, tem como suposto a concepção específica da circulação enquanto *metamorfose* da mercadoria por Marx e, ao mesmo tempo, revela o que significa essa concepção... A metamorfose é ‘a possibilidade de um *general glut* [entupimento geral]’ justamente por ser ‘tanto a separação da compra e venda quanto a sua unidade’”.⁹²

Quando Marx analisou a reprodução simples no volume primeiro de *O Capital* (capítulos XXI e XXII) ainda não apresentou o processo de circulação do capital, sendo-lhe desnecessário desenvolver a análise da reprodução do capital de um ponto de vista social e investigar o pressuposto da acumulação. Apenas na reprodução simples é possível solucionar previamente os pressupostos teóricos do estudo da acumulação pois, naquela, a “renda líquida” (como a chamava Adam Smith) aparecia nitidamente diferenciada da parte somente reproduzida do capital inicial. Seguindo Marx: “As dificuldades principais aparecem não no exame da acumulação, mas no da reprodução simples. Por isso tanto Adam Smith, como anteriormente Quesnay (no *Tableau Économique*), partem da reprodução simples, quando se trata do movimento do produto anual da sociedade e de sua reprodução mediada pela circulação”. A forma absoluta em que se apresenta a possibilidade formal ou abstrata das crises capitalistas é a fórmula geral do capital desenvolvida:

⁹¹ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, seção I, capítulo I.

⁹² Jorge Grespan. *O Negativo do Capital*. São Paulo, Expressão Popular, 2012, p. 72.



Onde D representa o dinheiro, M a mercadoria [fatores da produção: FT (força de trabalho) e MP (meios de produção)], e P o momento da produção. A *possibilidade geral* das crises é a metamorfose formal do capital, baseada na dissociação no tempo e no espaço da compra e da venda. Mas isto não é nunca a *causa* da crise. Não é outra coisa que a *forma mais geral* da crise e, portanto, a crise na sua *expressão mais geral*. Não se pode dizer, porém, que a *forma abstrata da crise* (abstraida de todas as mediações concretas ou fenômenos que ocorrem no processo de produção e circulação da mais-valia no seu conjunto) fosse a causa dela: “Quando perguntamos por sua causa, tratamos precisamente de saber por que *sua forma abstrata*, a forma de sua possibilidade, se transforma de possibilidade em *realidade*”.⁹³

Vejam os efeitos a concorrência entre capitais diversos. Como já vimos, o capital se divide em partes constante e variável. Quando tratou da rotação do *capital variável*,⁹⁴ Marx propôs a comparação de dois modelos teóricos de inversão de capital produtivo, distintos em virtude do número de rotações realizadas pelo capital adiantado em um

⁹³ Karl Marx. *Teorías sobre a Mais-valia*. São Paulo, Difel, 1985, cap. XVII, Ap. 11.

⁹⁴ A vinculação entre os ciclos e o tempo de rotação do capital *fixo* foi uma tentativa abandonada por Marx “pelo fato de o período de vida dos diversos capitais não ser coincidente e porque estes não se renovam ao mesmo tempo, mas em correspondência com o seu ponto de partida individual, enquanto o ciclo é um movimento que afeta ao mesmo tempo a sociedade no seu conjunto” (Paul Mattick. *Crisis y Teorías de las Crisis*. Barcelona. Península, 1977.).

ano. Com a mesma taxa de mais-valia e igual valor desembolsado a cada determinado número de semanas, um capital "A" que gira dez vezes mais que um capital "B", pode movimentar a mesma massa de trabalho, auferindo uma taxa anual de mais-valia dez vezes maior. Imagine-se que "A" adianta 500 libras esterlinas a um prazo de cinco semanas quando o seu capital reflui acrescido de 500 libras esterlinas de mais-valia; o capital "B" que gira só uma vez ao ano e não dez vezes como "A", precisa reinvestir 500 libras sempre novas após cinco semanas e que não tenham refluído do emprego produtivo da força de trabalho. Só depois de 50 semanas (um ano) refluirão 5.000 libras esterlinas que são o adiantamento do capital "B" (500 x 10, sendo 10 o número de rotações de "A").

Note-se que, enquanto "A" obtêm em um ano as mesmas 5.000 libras repostas, necessita adiantar inicialmente para todo ano apenas 500 libras (estamos sempre abstraindo o capital constante e considerando as taxas de mais-valia em "A" e "B" idênticas, iguais a 100%). Para o capital "A", a taxa anual de mais-valia (m'/ano) é igual ao quociente obtido através da divisão da massa anual de mais-valia ($M/\text{ano}=5.000$) pelo capital variável adiantado ($v=500$), ou seja, igual a 1.000% (mil por cento). Para "B" temos (considerando-se $m'/\text{ano}=100\%$): $m'/\text{ano} = m'/v = 5.000/5.000 = 100\%$. A diferença provém dos diferentes números de rotações dos capitais "A" e "B" em um ano; logo, a taxa de mais-valia é maior de acordo com o número de rotações do capital variável em um ano.

O exposto permite compreender a *possibilidade da crise* proveniente da irracionalidade do modo de produção capitalista quando a rotação do capital variável é considerada socialmente (não se considera aqui a parte constante do capital por não agregar valor novo ao capital, sendo irrelevante para o cálculo da mais-valia e da taxa de mais-valia; além disso, a parcela fixa do capital constante - que perdura por diversos processos produtivos - não é renovada em prazos menores, como o é a força de trabalho).

Observe-se agora, do ponto de vista da sociedade, os capitais "A" e "B" (cabe recordar que é imprescindível para a continuidade da acumulação capitalista a reprodução do capital variável em prazos não muito dilatados): depois de cinco semanas, os trabalhadores sob o capital "A" não só repõem em mercadorias o valor da sua força de trabalho (isto é, podem comprar um valor em mercadorias necessárias igual ao valor do seu salário) como também uma mais-valia de 100% desse valor.

O mesmo ocorre ao final das outras nove rotações do capital "A" em um ano. Por outro lado, "B" também paga os salários dos seus trabalhadores depois de cinco semanas, e eles lançarão seus salários no mercado para a compra de seus meios de subsistência; contudo, sem nada pôr no lugar além de dinheiro, ou seja, retiram do produto social o que ainda não deram na forma concreta de mercadorias que possam ser consumidas produtivamente, seja por outros trabalhadores, seja por processos produtivos das unidades empresariais capitalistas (no caso de "A", os trabalhadores comprarão mercadorias por eles já repostas no mercado - do ponto de vista da divisão social do trabalho, pouco importa se produzem bens de capital que eles mesmos não consomem, ou bens de consumo).

Os trabalhadores postos sob o capital "B" repuseram em cinco semanas o valor da sua força de trabalho, mas como as mercadorias só estarão prontas e vendáveis após 50 semanas, a sua forma valor ainda não foi realizada: recebem dinheiro que só terá equivalente em mercadorias, do ponto de vista da reprodução do capital social, depois de 50 semanas (abstraindo-se o tempo de circulação): "Seu valor certamente está repostado por novo valor, portanto renovado, mas sua forma de valor (aqui a forma de valor absoluta, sua forma-dinheiro) não está renovada". Os trabalhadores sob o capital "B" podem, de acordo com o maior tempo de rotação deste capital, retirar do produto social mais do que a sociedade pode fornecer como reserva para isto.

Disse a respeito Marx: "A coisa se reduz simplesmente ao fato de que a sociedade precisaria calcular de antemão quanto trabalho, meios de produção e meios de subsistência ela poderia, sem qualquer quebra, aplicar em ramos de atividades que, como a construção de ferrovias, não fornecem por um tempo mais longo, um ano ou até mais, meios de produção nem meios de subsistência, nem efeito útil, mas retiram trabalho, meios de produção e meios de subsistência do produto total anual. Na sociedade capitalista, ao contrário, onde a racionalidade social só se faz valer *post festum*, podem e têm de ocorrer constantemente grandes perturbações. Por um lado, a pressão sobre o mercado de dinheiro enquanto, inversamente, a folga no mercado de dinheiro provoca, por sua vez, o surgimento em massa de tais empreendimentos, portanto, exatamente as circunstâncias que mais tarde provocam a pressão sobre o mercado de dinheiro. O mercado de dinheiro é pressionado porque o adiantamento de capital monetário em

grande escala aqui se torna constantemente necessário por longos períodos. O capital monetário necessário para a operação dos negócios é repostado por empréstimos tomados no mercado de dinheiro. Por outro lado, há pressão sobre o capital produtivo disponível da sociedade. Partes do capital produtivo são retirados constantemente do mercado, apenas um equivalente monetário é aí lançado, subindo, portanto, a demanda solvente sem fornecer por si mesma nenhum elemento de oferta. Sobem os preços, portanto, tanto dos meios de subsistência quanto dos materiais de produção".⁹⁵

Essa alta geral dos preços afeta todos os trabalhadores, reduzindo os salários relativamente, de maneira que as perturbações oriundas das contradições imanentes da produção capitalista têm seus efeitos visíveis na deterioração do valor da força de trabalho - trata-se aqui da contradição entre a lógica de acumulação do capital individual e a acumulação do capital em seu conjunto. A reprodução do capital individual pode ser entendida exclusivamente em termos de valor e, por isso, as crises só aparecem virtualmente no processo de circulação devidas a fatores exógenos (como a demora na realização da mais-valia). É preciso demonstrá-lo equilibrando os intercâmbios entre os diversos capitais individuais e entre os dois departamentos da produção social, a saber: o departamento I (que produz meios de produção) e o departamento II (que produz meios de subsistência). Marx assumiu como pressuposto a ausência de perturbações (crises) na circulação, abstraindo o desgaste dos meios de trabalho (elementos constitutivos do capital fixo) e elaborou o seguinte esquema:

$$\text{I: } 4.000 \text{ c} + 1.000 \text{ v} + 1.000 \text{ m} = 6.000$$

(valor dos meios de produção)

$$\text{II: } 2.000 \text{ c} + 500 \text{ v} + 500 \text{ m} = 3.000$$

(valor dos bens de consumo)

Sendo c o capital constante investido em meios de produção; v , o capital variável adiantado na contratação da força de trabalho; m , a mais-valia (a taxa de mais-valia, constante, é $m' = 100\%$ nos dois departamentos). No

⁹⁵ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, seção I, assim como as citações seguintes.

departamento II, o valor agregado 1.000 II (v+m), ou seja, 500v + 500m, deve ser repostado por meios de consumo para manter vivos os operários IIv e os capitalistas II_m (na reprodução simples, a mais-valia é consumida improdutivamente pela classe capitalista). Resultado: salários IIv e mais-valia II_m são trocados pelo produto do próprio departamento II e se “evaporam”. O departamento I, porém, precisa realizar 1.000v + 1.000m ou 2.000 I(v+m) em meios de consumo do departamento II. Este possui bens de consumo corporificando um capital constante de 2.000 II_c, que são cedidos para realizar os 2.000 I(v+m). Em contrapartida, II recebe elementos de capital constante (meios de produção) de I nos quais se materializavam 2.000 I(v+m) antes da troca.

Os 4.000 II_c apenas repõem o capital constante de I e se liquidam em trocas mútuas entre os capitais individuais do departamento I. Eis então a equação do equilíbrio do sistema na reprodução simples: $I(v+m) = IIc$, o que “não é a expressão, do ponto de vista econômico, de um estado de equilíbrio, mas sim de uma crise”, porque implicaria uma paralisação da acumulação, se fossem simplesmente transcendidos os limites da reprodução simples. Os resultados atingidos: 1) Marx equaciona (estabelece igualdades) no intercâmbio social; 2) A reprodução simples é o pressuposto da acumulação; 3) Na acumulação, ela é um momento particular de crise. No esquema de reprodução simples, onde a escala da produção e a relação de valor entre as componentes constante e variável do capital nos dois setores não muda, toda a mais-valia obtida se consome improdutivamente.

Capital	Capital constante	Capital variável	Taxa de mais-valia	Mais valia	Valor do produto	Taxa de lucro
I)	4.000C _c	1000C _v	100%	1000	6000	20%
II)	2.000C _c	1.000C _v	100%	1000	4000	33%

Para que se mantenha a situação de equilíbrio entre os dois setores (I e II), a soma do valor e da mais-valia do setor I (produção de bens de consumo produtivo) deve ser igual ao valor do capital constante empregado pelo setor II (produção de bens de consumo final ou individual).

Tudo muda quando passamos para a *reprodução ampliada*, onde os capitalistas destinam parte da mais-valia obtida para ser capitalizada. O problema se traslada para o setor II, onde as seções produtoras de bens de consumo devem realizar ou vender a mais-valia contida em seus respectivos produtos, ou seja, transformá-la em dinheiro, antes de poder ampliar cada um deles a escala de sua produção. Na acumulação de capital, ou reprodução ampliada, a renda líquida não é consumida improdutivamente como na reprodução simples, mas investida em conjunto com o resto do capital reproduzido. A reprodução ampliada pressupõe $I(v+m) > IIc$, variando as formas em que se divide “m” em “v” e “c” e a taxa de acumulação. Apesar disso, IIc poderia ser igual ou maior que $I(v+m)$ momentaneamente (crise de superprodução em II): “Isso seria uma superprodução em II, e apenas poderia ser compensada por uma crise, em consequência da qual se transferisse capital de II para I”.

Desse modo, em seus esquemas de reprodução Marx estabeleceu as relações entre os setores (ou departamentos) básicos da produção capitalista, o de bens de consumo e de bens de produção, bem como seu ponto de equilíbrio, localizando aí o *mecanismo gerador da sobreprodução*. Para Marx, “a realidade da acumulação capitalista *exclui a igualdade* entre IIc e $I(V+m)$.”⁹⁶ Entretanto, na acumulação capitalista pode ocorrer que, em virtude da marcha dos processos de acumulação efetuados no decurso de períodos de produção anteriores, IIc seja igual ou mesmo superior a $I(V+m)$. Assim, haverá em II sobreprodução que só poderia ser liquidada por um grande craque, em virtude do qual se transferisse capital de II para I. Visto de outro ângulo, esta propensão à sobreprodução refletiria a luta entre os produtores que, opondo-se à tendência decrescente da taxa de lucros, procurariam ganhar nas quantidades vendidas o que perderiam por unidade, de onde decorreria a hipertrofia do aparelho de produção e a superabundância de mercadorias”.

Devemos aqui acrescentar um novo elemento. A competição entre capitais - sejam capitalistas individuais,

⁹⁶ Condição de equilíbrio entre os dois setores no esquema de reprodução simples, num sistema fechado, sem variações. IIc é o capital constante do setor de bens de consumo; IV é o capital variável do setor de bens de produção e IM é a mais-valia no setor de bens de produção.

companhias ou mesmo nações - cada um tentando abocanhar a maior porção da mais-valia, leva à formação de uma taxa geral de lucro e, portanto, a uma modificação na teoria do valor-trabalho. As taxas de lucro variam de um setor para outro, resultando em uma *taxa média de lucro*, resultado da equalização das diversas taxas: "Os capitalistas, como irmãos hostis, dividem entre si o saque do trabalho de outras pessoas, recebendo assim, em média, a mesma quantidade de trabalho não pago... Aqui temos uma prova matematicamente precisa de porque os capitalistas formam uma verdadeira sociedade maçônica diante de toda a classe trabalhadora, enquanto que há pouco amor entre eles na concorrência entre si".

Uma consequência da *equalização da taxa de lucro* é que a lei do valor, que rege toda sociedade mercantil, deve ser modificada, ou melhor, concretizada, no caso da sociedade capitalista: "É evidente que a emergência da taxa geral de lucro necessita da transformação de valores em preços de custo que são diferentes desses valores". Marx chamou esses valores convertidos que refletem a taxa geral de lucro de *preços de produção*. Sua formação é uma consequência inevitável do fato de que "o capital existe e só pode existir como muitos capitais": "O que a concorrência, primeiro e em uma única esfera [de produção] consegue é um único valor de mercado e um único preço de mercado derivados dos vários valores individuais de mercadoria. E é a competição de capitais em diferentes esferas que primeiro faz surgir o preço de produção, equalizando as taxas de lucro nas diferentes esferas".

A conversão de valores em preços de produção é parte do processo da formação dos próprios valores: "É evidente que a emergência da taxa geral de lucro necessita da transformação de valores em preços de custo que são diferentes desses valores". Pois é a concorrência em indústrias particulares que leva as mercadorias a serem vendidas pelo tempo de trabalho socialmente necessário. A transformação de valores em preços de produção *completa* a teoria do valor. Marx assinalou que os desvios dos preços de produção em relação aos valores "sempre se resolvem com uma mercadoria recebendo muito pouco da mais-valia enquanto outra recebe muito, e desse modo os desvios dos valores que estão corporificados nos preços de produção compensam um ao outro... A soma dos preços de produção de todas as mercadorias produzidas na sociedade é igual à soma dos seus valores".

Nas instâncias da concorrência intercapitalista e do movimento de capitais de um setor da produção para outro, segundo as diversas taxas de lucro individuais ou setoriais, os valores se transformam em *preços de produção* a instancias de uma *taxa de lucro média*, que determina distintas *massas de lucro* segundo a magnitude do capital comprometido.

Capital	Constante	Variável	Mais- valia	Preço de custo	Valor	Taxa de lucro	Preço de produção	Desvio do preço respeito do valor
I	4.000	1.000	1.000	5.000	6.000	25%	6.250	+250
II	2.000	1.000	1.000	3.000	4.000	25%	3.750	-250

A reprodução ampliada do capital, contudo, se realiza segundo as exigências da lei do valor. No caso exposto, na sociedade havia mais-valia demais produzida no setor I e, portanto, demasiados bens de consumo finais, não porque a demanda solvente fosse insuficiente, mas porque a massa de lucro nesse setor excedia as magnitudes do capital comprometido.

O preço de produção das mercadorias produzidas pelo setor II deverá descer até por baixo de seu valor individual em 250 unidades monetárias, e em 250 por cima de seu valor nas indústrias do setor I. Tudo para que a parte da mais-valia produzida em excesso pela indústria do setor II possa transferir-se para o setor I que, desse modo, acumulará mais capital e crescerá desigualmente respeito ao setor II. A diferença de mais-valia capitalizada por cada setor traduz as diversas magnitudes de capital investidas em um e no outro, em virtude da taxa de lucro média comum aos dois, o que se opera por meio do mercado, às costas dos agentes da produção capitalista. O movimento do capital produtivo determina os preços de produção que permitem distribuir os benefícios entre os capitalistas segundo o montante do capital investido por cada um deles, resultado que depende de três fatores: 1) a massa de mais-valia produzida pelo capital global; 2) a taxa geral ou média de lucro, isto é, a relação entre essa massa total de mais-valia e o capital global; 3) a concorrência entre os capitais particulares pela procura do máximo benefício.

A *taxa de lucro média* fixa os *preços de produção* e a composição orgânica média, ou seja, o *tempo de trabalho socialmente necessário*, conceito que, desse modo, aparece em sua

determinação plena. O grau de desenvolvimento específico da força social produtiva do trabalho é diferente em cada esfera particular da produção, sendo maior ou menor na mesma proporção em que seja maior ou menor a quantidade de meios de produção ou “trabalho morto” (máquinas, matérias primas) posta em movimento por determinada quantidade de trabalho vivo. Os capitais de composição orgânica média são aqueles cuja massa de mais-valia produzida coincide com a realizada segundo a *quota de lucro média*, com preços de produção que não diferem de seus valores (no caso exposto em baixo, o capital “b”):

Capital a)	$90c_c + 10c_v + 10p_v =$	(preço de produção = 120)
Capital b)	$80c_c + 20c_v + 20p_v =$	(preço de produção = 120)
Capital c)	$70c_c + 30c_v + 30p_v =$	(preço de produção = 120)

A *taxa geral (média) de lucro* é a força impulsora da produção capitalista, e constitui a lei reguladora da sociedade capitalista. Pela mesma razão, para Marx, a lei fundamental da concorrência capitalista não é a lei da oferta e a demanda entre mercadorias (os preços de mercado) mas a lei que rege a concorrência entre capitalistas (a taxa de lucro média e os preços de produção), que regula a distribuição da mais-valia entre eles, de acordo com a massa de capital com que cada um participa no comum negócio de explorar trabalho assalariado.

Numa situação com tendência para o aumento da taxa de lucro, a inversão em capital fixo e circulante aumenta, e o desemprego cai diante da conseqüente maior oferta de emprego. Não há crise, mas expansão. O capital está, além disso, em condições econômicas de conceder melhorias transitórias aos trabalhadores. No ponto mais alto da fase expansiva, e imediatamente depois da crise, quando a economia capitalista entra na fase de crescimento lento, parte do capital adicional começa a ser expulso da produção porque a taxa média de lucro não compensa seu investimento, o desemprego aumenta na mesma proporção em que a inversão cai. É o momento, por outro lado, em que os capitalistas costumam iniciar nova e mais pesada ofensiva sobre as condições de vida e de trabalho dos assalariados. As crises, que aparecem como *possibilidade* (teórica) na reprodução simples, aparecem como

necessidade na reprodução ampliada, ou seja, como componente orgânica da *acumulação de capital*.⁹⁷

Em resumo, e recapitulando: a estrutura lógica das crises foi definida por Marx em *O Capital*, desde sua forma mais simples (nas formas mercadoria e dinheiro, na circulação simples) até as crises “desenvolvidas” na reprodução ampliada. A potenciação das crises na circulação simples explica-se pelo fato que a compra e venda de mercadorias perfaz uma unidade interna, pois se um vende, outro compra, o que é óbvio. Entretanto, a circulação de mercadorias rompe paulatina e historicamente as amarras da troca natural, da preponderância da produção voltada para o valor de uso, e abrange espaços econômicos maiores, suscitando tempos de realização das mercadorias díspares e imprevisíveis para cada unidade produtora.

Tal fato implica que a unidade interna da *compra e venda* só se faz valer em antíteses, porque se elimina a identidade imediata entre compra e venda, que existe no ato puro da troca natural, direta, sem a mediação da forma do valor de troca. *Ipso facto* a própria contradição imanente da produção capitalista se expressa no aparente paradoxo de que um trabalho concreto, específico, privado, precise ser representado como trabalho abstrato, geral e social, ou seja, a crescente dissociação do valor da materialidade sensível do produto orienta a produção exclusivamente em termos monetários e qualquer impossibilidade circunstancial de realização das mercadorias

⁹⁷ No *Manifesto Comunista* Marx já concebia as crises como manifestação concentrada do caráter contraditório e da temporalidade do modo de produção capitalista: “A sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca, o regime burguês de propriedade, a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a produção contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que ao se repetir periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. Cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos fabricados como também uma grande parte das próprias forças produtivas já criadas. Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade - a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea”. A sobreprodução estava já indicada como motivo fundamental da crise.

resolve-se por meio de uma crise que destrói as forças produtivas.

A reprodução do capital individual pode ser entendida exclusivamente em termos de valor e por essa razão as crises só aparecem potencializadas no processo de circulação em virtude de fatores apenas indiretamente vinculados à produção. Quando se considera a reprodução do capital social, na qual se explicita a diversificada divisão social do trabalho, a reprodução deve ser vista não só a partir do ciclo do capital monetário ($D - D'$), mas também no ciclo do capital-mercadoria ($M' - M'$), onde M' já aparece prenhe de mais-valia e pressupõe a valorização do capital: “O movimento, repleto de contradições, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivéns do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante - a crise geral”. A visão que não ultrapassa a mera constatação dos “vaivéns do ciclo periódico” industrial, identifica-se com a “ideologia do burguês prático”. A visão que abarca o movimento real, pleno de contradições, cujas manifestações fenomênicas são as crises, é a abordagem totalizadora, na qual as crises aparecem ligadas organicamente a uma estrutura, compreendida em seu movimento de produção e reprodução, e em sua lógica interna, o que permite ver as crises em toda a sua potencialidade de ingerência em toda a vida social.

A distinção entre crise *potencial* e crise *real* foi feita por Marx. A crise “real” é *mundial* pela sua própria natureza. Em sua forma mais desenvolvida, “as crises do mercado mundial devem ser concebidas como a condensação real e o violento nivelamento de todas as contradições da economia burguesa. Os aspectos distintos que se condensam nestas crises deverão, portanto, manifestar-se e desenvolver-se em todas as esferas da economia burguesa e, quanto mais nos aprofundemos nela, mais teremos que investigar, por um lado, novos aspectos desta contradição e, por outro, manifestar as suas formas mais abstratas como formas que reaparecem e estão contidas em outras mais concretas”.

As diversas modalidades da crise respondem, no entanto, a um *padrão comum*: “Onde o processo de reprodução se estanca e o processo de trabalho se restringe ou, em parte, se detém, destrói-se um capital efetivo. O maquinário que não se emprega não é capital. O trabalho que não se explora equivale a uma produção perdida. As matérias primas que ficam inúteis

não são capital. Os valores de uso (assim como o maquinário recém-construído) que não são empregados ou que ficam por terminar, as mercadorias que apodrecem nos armazéns: tudo isso é destruição de capital. Tudo isso se traduz em um estancamento do processo de reprodução e no fato de que os meios de produção não entram em jogo com este caráter. Tanto seu valor de uso como seu valor de troca se perdem. Em segundo lugar, existe destruição de capital nas crises, pela depreciação de massas de valor, que as impede de voltar a se renovar mais tarde, na mesma escala, em seu processo de reprodução como capital. É a queda ruínosa dos preços das mercadorias. Não se destrói valores de uso. O que perdem alguns, ganham outros. Mas, consideradas como massa de valor que atuam como capitais, vêm-se impossibilitadas de se renovar nas mesmas mãos como capital. Os antigos capitalistas se arruinam”.⁹⁸

Marx colocava a questão *geral concreta* das crises da seguinte forma: “A produção em massa só pode ter por comprador imediato, além de outro capitalista industrial, o comerciante por atacado. Até certo ponto, pode dar-se o processo de reprodução na mesma escala ou em escala ampliada, embora as mercadorias dele oriundas não entrem realmente no consumo individual ou produtivo. O consumo das mercadorias não está incluído no ciclo do capital do qual sai. Do ponto de vista do produtor capitalista, tudo segue o seu curso normal desde que se venda o produto. Não se interrompe o ciclo do valor-capital que ele representa. Se esse processo é ampliado, o que implica em consumo ampliado nos meios de produção, pode acompanhar essa reprodução do capital maior consumo (de natureza individual), e conseqüentemente procura, da parte dos trabalhadores, uma vez que o consumo produtivo instaura e possibilita o processo”.

“Assim, pode aumentar a produção da mais-valia e com ela o consumo individual do capitalista, encontrar-se em pleno progresso todo o processo de reprodução, e, a pesar disso, grande parte das mercadorias ter entrado na esfera da circulação apenas na aparência, continuando na realidade armazenada nas mãos dos revendedores sem ser vendida, retida portanto no mercado. Uma remessa de mercadoria sucede a outra, para se verificar no fim que a remessa anterior apenas aparentemente foi absorvida pelo consumo. Os capitais-

⁹⁸

Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-Valia*, ed. cit.

mercadorias disputam entre si um lugar no mercado. Os retardatários, para vender, vendem abaixo do preço. As remessas anteriores de mercadorias não foram ainda liquidadas, mas já venceram os prazos de pagá-las. Quem detém as mercadorias invendáveis tem de declara-se insolvente ou vendê-las a qualquer preço, para pagá-las. Essa venda nada tem a ver com a verdadeira situação da procura, está relacionada apenas com a procura de meios de pagamento, com a necessidade absoluta de converter mercadoria em dinheiro. Estala então a crise. Torna-se visível não na queda imediata da procura de mercadorias de consumo, da procura relacionada com o consumo individual, e sim na diminuição da troca entre os capitais, do processo de reprodução do capital”.

A origem do episódio de crise no capitalismo se encontra na dificuldade de valorização do capital.⁹⁹ O subconsumo - e as crises ocasionadas por ele - é decorrente desta particularidade do sistema, não a sua causa. A irrupção de um episódio de crise se manifesta da interrupção ou desaceleração do circuito D-M...P...M'-D'. Ambas, interrupção e desaceleração são derivadas da dificuldade do capital cumprir níveis satisfatórios de rentabilidade, o que impede que se alcance de maneira fluida e contínua sua valorização. Por sua vez, é a sólida e persistente e valorização do capital que dá sentido à acumulação ampliada.

No *modo de produção capitalista* as crises são inerentes ao próprio funcionamento do sistema, pois é no processo de acumulação de capital que se incita contradição crucial que as suscitam. No processo da crescente substituição da *força de trabalho* por *meios de produção* - ou, em outras palavras, o aumento da importância relativa de *c* em detrimento de *v* no capital global - a única fonte criadora de valor, o trabalho vivo, é preterida em razão do maquinário, o que leva a compressão da *taxa de lucro*. Este fenômeno se apresenta em forma de tendência. As crises, inevitáveis e incontornáveis, constituem o *limite à expansão da acumulação*, o ponto onde esta expansão não

⁹⁹ “À medida que a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a acumulação de capital é a sua finalidade) sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua” (Karl Marx. *O Capital*. Livro II).

se dá mais de forma lucrativa, ou tão lucrativa quanto antes. É a *contradição entre a expansão da produção e a criação de valor*, que se *expressa* na impossibilidade do mercado assimilar a produção excedente.

A periodicidade das crises é determinada pelo movimento de rotação do capital, cada vez mais intenso conforme as necessidades do ritmo da acumulação: “A crise desnuda a discrepância entre a produção material e a produção de valor: sua proximidade se anuncia com uma debilidade na taxa de acumulação, uma superprodução de mercadorias e um aumento de desemprego. Assim, o caminho para sair da depressão consiste em fechar a brecha entre expansão e rentabilidade, por meio de novos investimentos, e a “normalização” dos mercados de bens e mercadorias. A crise não começa simplesmente. Começa em indústrias específicas, por mais que tenha sido causada pela situação global. Como a crise, também a ascensão começa em indústrias específicas e afeta cumulativamente o total da economia. Como a acumulação de capital é a reprodução ampliada dos meios de produção, a ascensão e a queda, mesmo que gerais, são observáveis primeiro e antes de tudo na manufatura de bens de produção”.¹⁰⁰

Por isso, as crises periódicas foram consideradas por Marx como a regra, não como a exceção, dentro da dinâmica do capitalismo; não um acidente, mas seu elemento determinante. É a partir da definição mais geral da produção capitalista como produção de *valor*, que Marx determinou o caráter *orgânico* das crises *capitalistas*: “De um lado, desenvolvimento irrestrito da produtividade e aumento da riqueza que, ao mesmo tempo, consiste em mercadorias e tem de se converter em dinheiro; do outro, a base econômica restringe a massa de produtores aos meios de subsistência. Por isso, as crises, em vez de acidentes, como pensava Ricardo, são *erupções essenciais*, em grande escala e em períodos determinados, das contradições imanentes”.¹⁰¹ Isto devido a que “periodicamente, a produção de meios de trabalho e de subsistência é tal que não se pode fazê-los funcionar como meios de exploração dos operários sob certa taxa de lucro. Produzem-se mercadorias demais para que se possa realizar e converter em novo capital, nas condições de repartição e consumo dadas pela produção capitalista, o valor e

¹⁰⁰ Paul Mattick. *Op. Cit.*

¹⁰¹ Karl Marx. *Op. Cit.*

a mais-valia que elas contém. Não é que se tenha produzido riquezas em demasia. Mas, *periodicamente*, se produz riqueza em demasia sob sua forma capitalista, oposta uma à outra”.¹⁰² Com sua teoria das crises, Marx completou, e foi o primeiro a consegui-lo, o desvendamento das leis de funcionamento e *caducidade* do modo de produção capitalista.

Vejam os “lado prático” (ou político) da questão. Em que medida podem ciclos e crises serem expressos quantitativamente (matematicamente) e em que medida se pode estabelecer correlações entre crise econômica e crise política (incluindo a crise revolucionária)? Para Marx, a primeira tarefa era possível. Em uma carta sua a Engels, de maio de 1875, escreveu: “O problema é o seguinte: você conhece as tabelas que representam preços, taxas de desconto etc., sob a forma de curvas que flutuam para cima e para baixo. Tentei repetidamente computar esses *up and downs* - com o objetivo de fazer uma análise dos ciclos econômicos - como curvas irregulares e, assim, calcular matematicamente as principais leis das crises econômicas. Acredito que a tarefa ainda pode ser realizada com base em material estatístico criticamente selecionado”.

Quanto à segunda tarefa, ela seria bem mais difícil. Nas palavras de Engels: “Na história contemporânea corrente, seremos forçados com muita frequência a considerar este fator, o mais decisivo, como um fator constante, a considerar como dada para todo o período e como invariável a situação econômica na qual nos encontramos no início do período em questão, ou a não considerar mais que aquelas trocas operadas nesta situação, que por derivar de acontecimentos patentes sejam também patentes e claros. Por essa razão, o método materialista tenderá, com muita frequência, a se limitar a reduzir os conflitos políticos às lutas de interesses das classes sociais e frações de classes existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico, e a manifestar que os partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada destas mesmas classes e frações de classes. Falta dizer que *esta subestimação inevitável das mudanças que operam ao mesmo tempo na situação econômica - verdadeira base de todos os acontecimentos que se investigam- tem que ser necessariamente uma fonte de erros*”.¹⁰³

¹⁰² Karl Marx. *O Capital*. Livro III, seção I.

¹⁰³ Karl Marx; Friedrich Engels. *Obras Escogidas*. Moscou, Lenguas Extranjeras, s.d.p., vol. I, p. 114.

Só bem mais tarde foi reconhecido que Marx foi pioneiro da análise das crises modernas *do modo de produção capitalista*, que, como tais, não foram objeto de análise de seus predecessores smith-ricardianos: “Pelo que se refere à escola ricardiana e a seus herdeiros, pode-se dizer que as crises não ocuparam lugar algum dentre de seu sistema: as depressões deviam ser atribuídas à interferência do exterior que impediam o livre jogo das forças econômicas ou o processo da acumulação de capital, melhor que aos efeitos de um mal crônico interno da sociedade capitalista. Os sucessores desta escola estavam suficientemente obcecados com esta ideia para buscar outra explicação fundada em causas naturais (como as flutuações das colheitas) ou no “véu monetário”. Para Marx, entretanto, era evidente que as crises estavam associadas às características essenciais da economia capitalista em si mesma”.¹⁰⁴

Não poderia existir, por outro lado, a exposição de uma “teoria das crises” separada da teoria geral da acumulação capitalista. No plano original de Marx, a exposição das crises estava diretamente vinculada com o mercado mundial, *locus* específico da acumulação *de capital*, pois sua mútua relação, nas palavras de Marx, “saltava aos olhos”. Marx e Engels, por outro lado, foram extremamente cuidadosos e prudentes no estudo das mediações entre crise econômica e crise política, estabelecendo, de um lado, a existência de uma relação entre ambas e, de outro, o caráter não automático dessa relação e, até certo ponto, a impossibilidade de conhecê-la imediatamente em toda sua magnitude e detalhamento, *embora essa relação necessariamente existisse*.

Do ponto de vista do capital, as crises são períodos em que o sistema capitalista é reorganizado e reformulado para restaurar a taxa de lucro num nível no qual ocorrerão novos investimentos. A expansão do sistema capitalista conviveu com crises econômicas que ocorreram com certa regularidade no século XIX, vistas como “naturais” pelos economistas liberais. Elas seguiam um padrão ou “ciclo”: uma fase de alta de preços, salários, taxas de juros e lucros, era seguida da falência de uma ou de várias empresas e bancos incapazes de saldar seus compromissos. A falência afetava a confiança do público e dos acionistas de outras empresas e bancos, reduzindo o consumo e o investimento.

¹⁰⁴ Maurice Dobb. *Economía Política y Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1961, p. 59.

As indústrias diminuía o ritmo da produção, caía o emprego e o poder de compra da população, acarretando novas baixas de preços, lucros e mais falências. Quando os estoques de produtos esgotavam-se, a produção retomava lentamente o crescimento, com um menor número de empresas e maior concentração do capital, restabelecendo o “equilíbrio” do sistema. As empresas mais débeis e menos eficientes e aquelas com um maquinário ultrapassado eram levadas à falência. Os capitais mais fortes e mais eficientes sobreviviam e emergiam da “recessão econômica” *relativamente* mais fortes (relativamente aos outros capitais), capazes de comprar terras e instrumentos de produção a melhores preços, e de forçar modificações no processo de trabalho que aumentavam a taxa de mais-valia.

Trotsky tentou uma periodização geral do capitalismo seguindo esse critério, situando nele a “grande depressão”: “A curva do progresso econômico põe em evidência dois tipos de movimento: um, fundamental, que expressa a elevação geral; outro, secundário, que corresponde às flutuações periódicas constantes, relativas aos dezesseis ciclos de um período de 138 anos. Nesse tempo, o capitalismo viveu aspirando e expirando de maneira diferente, de acordo com as épocas. Desde o ponto de vista do movimento de base, quer dizer, desde o ponto de vista do progresso e decadência do capitalismo, a época de 138 pode dividir-se em cinco períodos: de 1783 a 1815, o capitalismo se desenvolve lentamente, a curva sobe penosamente; depois da revolução de 1848, que amplia os limites do mercado europeu, assistimos a uma volta muito brusca. Entre 1851 e 1873, a curva sobe de repente. Em 1873, as forças produtivas desenvolvidas chocam-se com os limites do mercado. Produz-se um pânico financeiro. Em seguida, começa um período de depressão que se prolonga até 1894. As flutuações cíclicas têm lugar durante esse tempo; porém a curva básica cai aproximadamente no mesmo nível. A partir de 1894, começa uma época nova de prosperidade capitalista, e até a guerra, a curva vai subindo com vertiginosa rapidez. No fim, o fracasso da economia capitalista no curso do quinto período tem efeito a partir de 1914”.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Leon Trotsky. La curva del desarrollo capitalista. In: *Una Escuela de Estrategia Revolucionaria*. Buenos Aires, Ediciones del Siglo, 1973.

As teorias da crise baseadas no subconsumo ou na desproporcionalidade entre os diversos setores da economia ignoravam que a base e o objetivo da produção capitalista é a produção de valor e mais-valia (acumulação ou reprodução ampliada do capital). A teoria do subconsumo é baseada numa tautologia. A desproporcionalidade, por outro lado, é consubstancial a todo sistema econômico (inclusive a um sistema imaginariamente socialista), pois não existe possibilidade de transmissão instantânea das informações da “demanda efetiva” e, mesmo que existisse, não existiria a possibilidade da realocação instantânea dos fatores de produção. No regime de produção capitalista, isto se agrava qualitativamente, porque os investimentos são realizados por cada capitalista individual, de acordo com seus interesses particulares e imediatos, apostando no ramo de produção que mais lhe assegure um retorno positivo, ou seja, uma mais elevada taxa de lucro. Investem sem que, para tanto, uma demanda efetiva seja assegurada para as mercadorias produzidas.

Se a venda das mercadorias pelo seu valor não se verifica, ou apenas se verifica só em parte, os capitalistas não podem recomeçar imediatamente o processo de reprodução em escala ampliada. A reprodução do capital é momentaneamente interrompida, possibilitando a *erupção* da crise. Para que a produção ampliada se efetue sem interrupção, é preciso que sejam constantemente reproduzidas certas condições de equilíbrio; é preciso que a oferta e a demanda recíproca de mercadorias sejam iguais entre os dois setores básicos da produção capitalista (produção de bens de consumo e produção de bens de produção).

Essa condição de equilíbrio, contudo, jamais se verifica na prática, exatamente por esbarrar na contradição apontada: o caráter da produção é social, porém as decisões de investir são tomadas individualmente, sem que haja coordenação ou planejamento entre a produção e a demanda efetiva. Isto agrava um problema que, marginalmente, existiu nos sistemas de produção do passado, deslocando-o da margem para o centro da atividade econômica, isto é, para a produção e reprodução da vida social (que é a única vida que existe).

Em *A Questão dos Mercados*, redigido contra os “subconsumistas” russos, Lênin sintetizou duas teorias da crise: “A primeira a explica como a contradição entre a produção e o consumo da classe operária, a segunda como a contradição

entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. A primeira vê a raiz do fenômeno fora da produção (por exemplo, Sismondi, quem censurava aos clássicos se ocupar só da produção, ignorando o consumo); a segunda, vê as raízes do fenômeno nas próprias condições produtivas. Em outras palavras: a primeira explica a crise pelo subconsumo (*Unterkonsumation*), e segunda, pela análise da produção. As duas explicam a crise por uma contradição da própria estrutura da economia, mas diferem ao individualizar essa contradição. Mas a segunda nega a existência de uma contradição entre produção e consumo, do subconsumo? Naturalmente não. Reconhece plenamente que ele existe, mas o põe num plano subordinado, que diz respeito só a um setor da totalidade da produção capitalista. E explica que o subconsumo não pode explicar as crises, que são provocadas por outra, mais profunda e fundamental, contradição do sistema econômico contemporâneo, entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação”.

O desenvolvimento dos mercados, segundo explica Lênin nesse parágrafo, é até certo ponto separado do desenvolvimento da demanda da população trabalhadora, já que se baseia mais no consumo de meios de produção do que de meios de subsistência, portanto, a maior parte da demanda é *intersetorial*. Em cada novo ciclo aberto depois de uma crise esgotar suas possibilidades, as contradições postas em movimento são maiores; o ciclo do capital, através das crises periódicas, se decompõe e recompõe por etapas. A teoria marxista é, em seu núcleo, uma *teoria da crise*, enquanto as teorias econômicas burguesas são em geral, e no máximo, *teorias conjunturais ou do ciclo*, nas quais as crises aparecem como acidentes aleatórios e momentâneos, devidos ao afastamento de uma condição ideal e/ou natural de equilíbrio econômico. Desse modo, a teoria marxista completou a reversão completa do eixo da investigação econômica, abrindo simultaneamente um novo campo para a pesquisa histórica e para o pensamento político.

41. O IMPERIALISMO CAPITALISTA

O povo que mais coloniza é o primeiro. Se não o for hoje, se-lo-á amanhã (Paul Leroy-Beaulieu. **De la Colonisation chez les Peuples Modernes**, 1874)

O crescimento das grandes companhias é meramente a sobrevivência do mais apto (John Davison Rockefeller, capitalista norte-americano)

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (V. I. Lênin, **O Imperialismo, Fase Superior do capitalismo**)

A grande depressão de finais do século XIX e suas consequências deram origem a um novo “sistema” econômico e político internacional, o imperialismo capitalista. O imperialismo colonialista não era fenômeno novo. A primeira expansão colonial europeia se produzira no alvorecer da época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, configurando o antigo sistema colonial da era mercantilista, com um sistema específico de relações internacionais adequadas à expansão colonizadora europeia. A vitória do capitalismo industrial, primeiro na Inglaterra, questionou esse sistema, em nome do livre-câmbio, sem chegar a destruí-lo, mas substituindo-o por outro, adequado e específico à colonização capitalista, que não pode ser visto como uma simples continuidade da chamada europeização e “ocidentalização” do mundo iniciada no século XVI. A primeira metade do século XIX foi caracterizada pelo capitalismo liberal e pelo *laissez-faire* (liberdade de comércio internacional). A Inglaterra, pioneira no processo de industrialização, defendia a liberdade de vender seus produtos em qualquer país, sem barreiras alfandegárias, bem como o (seu) livre acesso às fontes de matérias primas.

A partir de meados do século XIX, o desenvolvimento tecnológico levou ao surgimento de novos métodos de obtenção do aço, além de novas fontes de energia, como o gás e a eletricidade - que substituíram gradativamente o vapor - e do aperfeiçoamento dos meios de transporte. Desenvolveram-se as indústrias siderúrgicas, a metalurgia, a indústria petrolífera, o setor ferroviário e de comunicação. O aumento da mecanização e da divisão do trabalho nas fábricas permitiu a produção em massa, que reduzia os custos por unidade e incentivava o consumo. Os países industrializados alargavam o mercado interno e conquistavam novos mercados externos. A riqueza acumulava-se nas mãos da burguesia industrial, comercial e financeira desses países. Os trabalhadores continuavam submetidos a baixos salários.

Os avanços técnico-científicos exigiam aplicação de capitais em larga escala, produzindo fortes modificações na organização e na administração das empresas. As pequenas e médias firmas de tipo individual e familiar cederam lugar aos grandes complexos industriais. Multiplicaram-se as empresas de capital aberto, as "sociedades anônimas" de capital dividido entre milhares de acionistas, o que permitia associações e fusões entre empresas. Nos bancos, o processo era semelhante: um pequeno número deles foi substituindo o antes grande número de pequenas casas bancárias. Paralelamente a isso, ocorria também uma aproximação das indústrias com os bancos, pela necessidade de créditos para investimentos e pela transformação das empresas em sociedades anônimas, cujas ações eram negociadas pelos bancos. O capital industrial, associado ao capital bancário, transformou-se em *capital financeiro*, controlado por poucas grandes organizações.

Internacionalmente, a "era vitoriana", começada em meados do século XIX, testemunhou a unificação econômica e logística do mundo, através de um sistema interconectado de transportes. Ela foi acompanhada por um movimento de colonização, que se viu acentuado no último quartel do século: a ideia de resgatar para a "luz da civilização" os povos "atrasados" tinha, como pano de fundo, ambições econômicas. Entre 1840 e 1914, 35 milhões de europeus deixaram o Velho Continente e se espalharam pelo mundo todo. Por volta de 1875, os continentes não europeus eram bem mais conhecidos do que três décadas antes, devido à interligação proporcionada pelas novas vias de comunicação, que permitiam maior velocidade e regularidade de deslocação de pessoas e

mercadorias. As estradas de ferro, a navegação a vapor e o telégrafo possibilitaram esse processo. Na periferia capitalista o comboio tornou-se o complemento ideal da marinha mercante. Estabeleceu a ligação entre as áreas produtoras de produtos primários (por exemplo, carne do Uruguai e lã da Austrália) com os portos marítimos, nos quais as poderosas marinhas europeias embarcavam esses produtos em troca de manufaturas industriais. O aumento das ferrovias e o desenvolvimento da navegação constituíram os instrumentos na formação do comércio marítimo internacional.

O telégrafo revolucionou as comunicações, permitindo um fluxo de informações contínuo e eficiente entre as metrópoles e as colônias, auxiliando na vigia e na administração dos postos comerciais. Esta apertada rede de comunicações introduziu relações diretas entre o mundo europeu e zonas remotas, tornando a interdependência da economia mundial um marco histórico. Assistiu-se à criação de um novo mundo econômico, constituído por um único complexo de interligações. Esta unidade econômica teve como consequência a rivalidade entre os Estados europeus. As movimentações isoladas de cada nação afetavam, direta ou indiretamente, outros países, e nasciam conflitos de interesses entre as grandes potências. O sistema mundial do capitalismo baseou-se na rivalidade entre países. A concorrência econômica acentuada foi o antecedente para o novo imperialismo. As vantagens do imperialismo capitalista derivavam-se das próprias contradições do capitalismo metropolitano. É impossível retirar da explicação da divisão imperialista do mundo sua dimensão econômica.

Fazendo uso da rede de transportes e de comunicações, os países europeus transformaram zonas atrasadas e marginalizadas em extensões da sua "civilização", expulsando os nativos do controle da sua própria terra. A "divisão do globo" tinha sua motivação, em primeiro lugar, na procura de novos mercados. Com a depressão econômica gerou-se a crença generalizada de que a superprodução poderia ser resolvida com um aumento das exportações. Sendo a necessidade de mercados comum aos vários Estados desenvolvidos, verificou-se a "corrida" aos territórios ultramarinos. Com a obtenção das possessões coloniais, as potências metropolitanas garantiam o monopólio comercial para a economia nacional correspondente, impedindo a intromissão estrangeira (protecionismo colonial), no marco de uma economia internacional baseada na

concorrência econômica e comercial de várias potências (Inglaterra, Alemanha, França, EUA, Japão, Rússia, na primeira linha). No último quartel do século XIX, tornou-se comum a ideia de que cada país devia transformar-se em uma potência mundial, vinculada com o prestígio da nação, o equilíbrio político europeu, e a influência que a nação podia e devia exercer no mundo.

Desde 1870, quando Itália e Alemanha concluíram sua unificação nacional, a concorrência internacional e as relações entre os países se tornaram mais complexas. Surgiram grandes blocos de poder. A supremacia europeia, em termos militares, sobre os países não industrializados, não significou que o planeta se tivesse tornado mero objeto dos desenhos colonialistas europeus, sem nenhuma capacidade de defesa ou iniciativa própria daqueles. A África e a Ásia resistiram, às vezes veementemente, à conquista europeia. Embora as resistências raramente conseguissem seu alvo, a expulsão dos europeus, elas tiveram repercussões importantes no exercício da dominação colonial que, muitas vezes, aceitou compromissos com os interesses de setores sociais privilegiados dos países colonizados. E as resistências contra a conquista europeia fundaram uma tradição de oposição contra o colonialismo que se desdobrou nas lutas de descolonização do século XX.

O crescimento do consumo de massas nos países metropolitanos originou a explosão do mercado de produtos alimentares ultramarinos. Para satisfazer a procura, os Estados capitalistas especializaram regiões remotas (controladas por colonos brancos) para a produção de produtos alimentares a baixo custo. O setor dos tradicionais produtos tropicais (café, chá, açúcar, cacau, frutos tropicais), de que o Ocidente se tornara dependente, sofreu um forte impulso. Criaram-se áreas especializadas na produção de matérias-primas destinadas à máquina industrial europeia (por exemplo, a Nova Zelândia - produtora quase exclusiva de lã). Finalmente, em consequência desses fatores ("especialização" e novos mercados), a civilização industrial avançada tornou-se dependente de produtos exóticos. O novo desenvolvimento tecnológico baseava-se também, em grande parte, em matérias primas provenientes de regiões remotas. Face à grande procura, os empresários europeus, em paralelo às plantações agrícolas, abriram uma rede imensa de minas nas colônias, em busca desses insumos. As explorações agrícolas e minerais coloniais podem ser

consideradas como os símbolos práticos do imperialismo capitalista: o “poder branco” explorava a riqueza e a mão de obra locais, atingindo lucros sensacionais, exploração perpetuada pelos negociantes da metrópole, que tinham nas colônias os mensageiros e peões da lógica imperial: os colonos brancos. O capitalismo mundial passou a consistir num complexo jogo de rivalidades econômicas entre "economias nacionais politizadas", que transpunham essa rivalidade para as terras anexadas.

A “era liberal” tinha sido a do monopólio industrial inglês, dentro do qual os lucros eram garantidos na competição entre pequenas e médias empresas. A crise eliminou as empresas mais fracas. As mais fortes dominaram o mercado e tiveram de racionalizar a produção: o capitalismo entrou em nova fase, a fase monopolista (não concorrencial). A era “pós-liberal” caracterizou-se por uma competição internacional entre economias industriais nacionais rivais - a inglesa, a alemã, a norte-americana, a francesa, principalmente; uma competição acirrada pelas dificuldades que as firmas dentro de cada um destes países enfrentavam para fazer lucros adequados. A competição levou à concentração econômica e ao controle do mercado por poucas empresas, e à sua expansão internacional. A totalidade do mercado mundial concretizou as leis de movimento do capital, na sua máxima escala e em sua forma última. O mercado mundial de capitais foi uma realidade desde finais do século XIX. A inovação consistia na modalidade de seu funcionamento: a maior incidência dos investimentos diretos externos, por parte de um capital mais móvel, que determinava sua estruturação, caracterizada por um completo processo de centralização internacional estratégica, articulada e desarticulada em uma concatenação de unidades operativas descentralizadas em todo o planeta. *O modo de existência do capital se tornou definitivamente adequado ao seu conceito.*

Condição e produto desse processo foi a concentração do capital industrial (em cartéis ou *konzern*), com papel dominante da banca de negócios, as *big five banks* da Inglaterra (Barclays, Lloyds, Midland, National, Provincial), o *Deutsche Bank* e o *Dresdner Bank* na Alemanha, a BFCI na França, a *Société Générale* na Bélgica, a *Kreditanstalt* na Áustria; e as exportações de capital: 3,7 bilhões de libras pela Inglaterra (47% no Império, 41% nas Américas, 6% na Europa); 23 bilhões de marcos pela Alemanha (53% na Europa); 120 bilhões de francos-ouro pela França (12% na Rússia; 3,3% na Turquia; 4,7% na Europa

central; 8% nas colônias). Como consequência da exportação de capital, os países "independentes" da periferia tornaram-se semicolônias do "centro", com limitações nas suas taxas de alfândega e propriedade estrangeira da indústria, das obras públicas e das comunicações. O crescimento econômico do capital era agora também luta econômica entre empresas monopólicas e nações imperialistas. O otimismo acerca de um futuro de progresso infinito dava lugar à incerteza.

Tudo isso fortalecia e era fortalecido pelas crescentes rivalidades políticas, as duas formas de competição fundindo-se na luta por territórios e na caça de "esferas de influência", que foi chamada de *imperialismo*. O uso do termo tornou-se corrente no último quartel do século XIX, para descrever tanto o processo quanto a conclusão da partilha do "mundo colonial" pelas potências europeias. Baseava-se numa analogia formal com os impérios precedentes da história da Europa. O imperialismo capitalista, porém, possuía outra significação histórica. Lênin sintetizou esse significado: "O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital".¹⁰⁶

O processo deixou abertas, nas últimas décadas do século XIX, as primeiras contradições financeiras e bancárias internacionais, marcando também o início do declínio do domínio inglês sobre a economia mundial. A nova estrutura da organização econômica resultante da crise foi denominada de "capitalismo monopolista", devido à presença dominante das grandes empresas. A crise abriu espaço para a crescente monopolização das economias nacionais, e permitiu a intensificação da sua expansão mundial, acirrando a tensão entre as grandes potências capitalistas. Os limites do liberalismo econômico apareceram: num ambiente deflacionário, a concorrência capitalista na Europa tendeu a se acirrar. Além de uma tendência para o protecionismo econômico (com a exceção, importante, da Grã Bretanha) desenvolveu-se o surto de conquista colonial, em direção da Ásia e da África. A rivalidade levou às potências a dividir o globo entre reservas formais ou informais para seus próprios negócios, mercados e exportações de capital, processo também

¹⁰⁶ V. I. Lênin. *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas, Navegando Publicações, 2011.

devido à não disponibilidade de matérias primas estratégicas na maioria dos próprios países desenvolvidos. As novas indústrias demandavam petróleo, borracha, metais não ferrosos. A nova “economia de consumo” demandava quantidades crescentes não apenas de matérias primas produzidas nos países desenvolvidos, mas também daquelas que não podia produzir.

O período compreendido entre o final do século XIX e 1914, conhecido como a *belle époque*, assinalou mudanças significativas na organização e relações internas da economia capitalista. No plano tecnológico, houve a chamada “segunda Revolução Industrial”, baseada no motor a explosão, na telefonia, no rádio e na química. Na esfera econômica, houve o aparecimento das grandes empresas múltiplas, em substituição daquelas que operavam num só ramo da economia. No cenário internacional, a novidade foi a emergência da Alemanha como uma grande potência (anteriormente, a Inglaterra reinava praticamente sozinha) e, em seguida, os Estados Unidos surgiram como a maior potência industrial. Também o Japão começava a despontar com um poderio econômico e militar ponderável. Por fim, foi o período de uma mudança drástica na forma de organização do trabalho, com a introdução de “métodos científicos de gerência”, do *taylorismo* e, depois, do fordismo (linha de montagem usada inicialmente nos estabelecimentos Ford, de Detroit). Junto ao surgimento da empresa múltipla de negócios, houve enorme crescimento da população, aumento contínuo da renda per capita média (nos EUA e na Europa) e integração dos mercados nacionais e internacionais pela ferrovia.

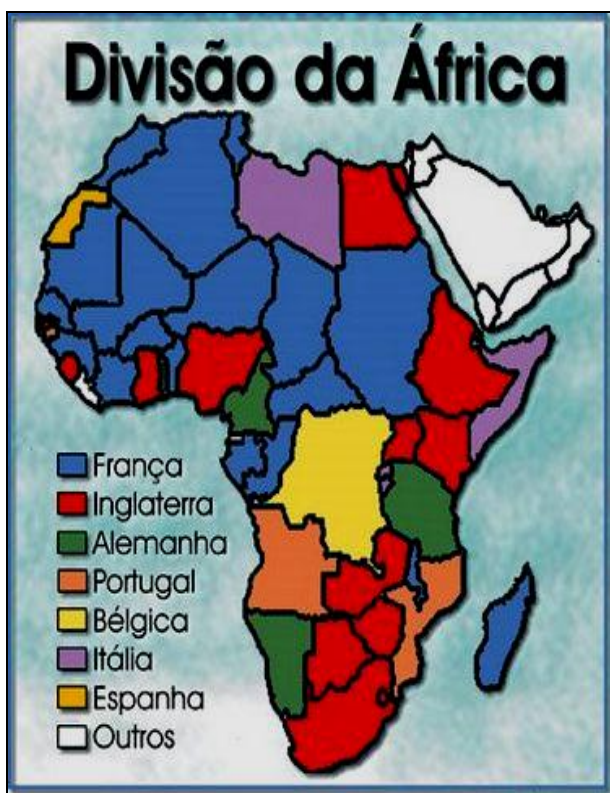
Esse ambiente econômico não permitia pequenas escalas de produção, a concorrência era feroz e levava à centralização e concentração de capitais, os derrotados eram engolidos. Na indústria automobilística não foi diferente. A empresa clássica, de propriedade individual ou familiar, cedeu lugar à empresa multidivisional, que internalizou uma série de atividades antes regidas pelo mercado, substituindo a “mão invisível” deste pela mão visível do *staff* que comandava as grandes empresas múltiplas. A concorrência clássica foi substituída pela concorrência oligopolista, baseada na constante diferenciação de produtos. Os oligopólios conquistaram amplas fatias do mercado e a gestão antes “instintiva” passou a ser planejada estrategicamente. Países antes afastados do convívio das nações que se consideravam civilizadas foram obrigados a

vincular suas economias a interesses externos. Na América, os Estados Unidos passaram a dominar economicamente todo o continente. Se fosse preciso e possível, estabelecia protetorados de fato, como na América Central (Haiti, Nicarágua). A Europa retalhou o continente africano. Controlou direta ou indiretamente vastas porções da Ásia. O Japão conquistou territórios à Rússia e à China.

A “partilha colonial” do século XIX vinculou-se à *exportação de capital*. O “novo imperialismo de investimento” era, de fato, *novo*, mas também continuidade de um processo precedente. Na primeira onda colonizadora, à época da “revolução comercial” mercantilista, os colonizadores europeus concentraram-se sobre o continente americano. Já o imperialismo do século XIX concentrou-se na Ásia e na África. O novo imperialismo não mais buscava enriquecer principalmente o Estado e seus exércitos pela acumulação de ouro e prata, e beneficiava diretamente a alta burguesia metropolitana, a partir do monopólio dos novos mercados, para onde era destinado o excedente de capital metropolitano. Outros tipos de matérias primas eram priorizados na exploração colonial: ferro, cobre, petróleo e manganês, que eram os produtos requisitados pela a nova indústria. A África, em primeiro lugar, perdeu qualquer independência política, e foi quase totalmente colonizada.

Os países europeus se lançaram à “aventura africana”. A França, em 1830, invadiu e colonizou a Argélia. O estabelecimento de um protectorado na Tunísia data de 1881. No meio-tempo, os franceses expandiram-se para o interior e para Sul, formando, em 1880, a colónia do Sudão Francês (actual Mali) e, nos anos que se seguiram, ocuparam grande parte do Norte de África e da África ocidental e central. Em 1867, o rei Leopoldo II da Bélgica deu novo impulso ao colonialismo ao reunir em Bruxelas um congresso de presidentes de sociedades geográficas, para “difundir a civilização ocidental”. Dali resultaram a Associação Internacional Africana e o Grupo de Estudos do Alto Congo, que iniciaram a exploração e a conquista do Congo. Leopoldo era um dos principais contribuintes das entidades, financiadas por capitais particulares. Em 1912, os franceses obrigaram o sultão de Marrocos a assinar o Tratado de Fez, tornando-o outro protectorado. As colónias e posses francesas compreendiam Argélia, Tunísia, a África Ocidental Francesa, a África Equatorial Francesa, a Costa dos Somalis e Madagascar.

Entre final do século XVIII e meados do século XIX, os ingleses, com enorme poder naval e econômico, assumiram a liderança da colonização africana: a Inglaterra dominou o Egito, o Sudão Anglo-Egípcio, a África Oriental Inglesa, a Rhodésia (Zimbábue), a União Sul Africana (o Cabo), a Nigéria, a Costa do Ouro e a Serra Leoa. A Alemanha tomou Camarões, o Sudoeste africano e África Oriental Alemã. A Itália conquistou Eritreia, a Somália e o litoral da Líbia. Porções reduzidas couberam aos antigos colonizadores: a Espanha ficou com o Marrocos Espanhol, Rio de Ouro e a Guiné Espanhola; Portugal, com Moçambique, Angola e a Guiné Portuguesa.



A Ásia, em pouco tempo, transformou-se em zona abastecedora de produtos primários para a Europa, e teve a maior parte de sua indústria artesanal destruída. A Índia, depois de séculos de dominação, já havia se transformado num protetorado inglês. A China foi pouco a pouco "domesticada" ao comércio com os europeus, não sem dificuldades.

Conseguiu, diferentemente da Índia, sempre manter-se como unidade política independente. No século XIX, no entanto, o poder central imperial praticamente já não detinha autoridade sobre seu território; o comércio entre Europa e China foi tornando-se cada vez mais desigual. A Inglaterra obteve grandes concessões territoriais, enclaves com direito de "extraterritorialidade": as concessões (Hong Kong, Kowloon, Birmânia, Nepal) situavam-se, assim como os próprios ingleses residentes na China, fora do alcance das leis chinesas.

A depressão capitalista mundial, por outro lado, foi a base para crises políticas internacionais, que marcaram suas consequências históricas: "Na velha estrada do capital, o cartaz da livre-concorrência, que queria evidenciar as forças autorreguladoras do sistema, indicava uma via morta, enquanto outro cartaz indicava que os tempos corriam em direção ao 'monopólio' e para um novo sistema de privilégios. O termo 'neocapitalismo' assinalou, num primeiro momento, um complexo de fenômenos que os conservadores chamavam e ainda chamam 'pontos obscuros do industrialismo ou capitalismo': o surgimento das crises de sobreprodução, sobretudo a fundamental, desse período, que se estende depois de 1870, e a de 1907, ou melhor, a evidência da existência de um ciclo econômico; a concentração da produção industrial e o surgimento de coalizões monopólicas domésticas e internacionais; a nova onda de protecionismo; o acirramento do colonialismo; a ampliação do mercado financeiro internacional e da exportação de capitais; a perigosa expansão do crédito mobiliário e a posição dominante assumida pelos bancos mistos em diversos setores industriais, berço de graves crises financeiras para alguns países; a ampliação e endurecimento das associações operárias, o reforço dos partidos socialistas".¹⁰⁷

A conquista colonial foi também encarada como um antídoto à revolução social: o motivo essencial do imperialismo capitalista encontrava-se no aguçamento das contradições sociais, ou seja, da luta de classes, nas metrópoles capitalistas. O imperialista (ele não teria considerado o qualificativo como um insulto) inglês Cecil Rhodes afirmou: "*A ideia que mais me acode ao espírito é a solução do problema social, a saber: nós, os colonizadores, devemos, para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, conquistar novas terras a*

¹⁰⁷ Giulio Pietranera. *Il Capitalismo Monopolistico Finanziario*. Naples, La Città del Sole, 1998.

fim de aí instalarmos o excedente da nossa população, e aí encontrarmos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O Império, como sempre tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, é necessário que vos torneis imperialistas". O imperialismo inglês premiou Rhodes permitindo-lhe batizar com seu sobrenome uma inteira colônia, a Rhodésia. A enorme migração europeia em direção da periferia colonial desmontou os exércitos multitudinários de potenciais revoltados das metrópoles. No período 1881-1910 o fluxo migratório a partir de Europa para o restante do mundo chegou até 8,49 milhões de pessoas por década, como consequência da crise e de sua seqüela de desemprego industrial, declínio dos preços agrários e ruína dos camponeses.¹⁰⁸

A questão do *monopólio* já fora objeto da análise marxiana, nas observações de Marx sobre a empresa comercial e os empresários das sociedades anônimas, e sobre o novo papel das bolsas de valores e dos bancos. Engels também tratou dessas tendências no *Anti-Dühring*, e no resumo dessa obra, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, onde as sociedades anônimas foram caracterizadas como o ponto mais alto da organização capitalista da produção, e como antessala de um novo modo de produção. Em *O Capital*, a concentração e centralização do capital como resultado inevitável da luta competitiva foram relacionados com as mudanças estruturais já visíveis no capitalismo, que estavam preparando o caminho para o capitalismo monopolista.

O Capital também analisava os superbenefícios obtidos pelo capital monopolista da exploração das nações atrasadas, baseada nos diversos e desiguais níveis de desenvolvimento das forças produtivas: "Conforme a produção capitalista se desenvolve em um país, a intensidade e a produtividade do trabalho dentro dele vai remontando-se sobre o nível internacional. Por conseguinte, as diversas mercadorias da mesma classe produzidas em países distintos durante o mesmo tempo de trabalho têm valores internacionais distintos

¹⁰⁸ Em grande parte, pela "concorrência dos produtos de subsistência ultramarinos", como foi apontado por Karl Kautsky em 1898, em texto pioneiro em que analisou as consequências da crônica crise de sobreprodução do setor agrário, em consequência da penetração das relações capitalistas de produção no campo e da expansão mundial do capital (*A Questão Agrária*. São Paulo, Nova Cultural, 1986).

expressos em preços distintos, quer dizer, em somas de dinheiro que variam segundo os valores internacionais...

"De acordo com isto, o valor relativo do dinheiro será menor nos países em que impere um regime progressivo de produção capitalista do que naqueles em que impere um regime capitalista de produção mais atrasado. Daqui se segue igualmente que o salário nominal, o equivalente de força de trabalho expresso em dinheiro, tem que ser também maior nos primeiros países que nos segundos: o que não quer dizer, de modo algum, que este critério seja também aplicável ao salário real. Mas ainda prescindindo destas diferenças relativas que em relação ao valor relativo do dinheiro nos diferentes países, encontramos com frequência que o salário diário ou semanal é maior nos primeiros países do que nos segundos, enquanto que o preço relativo do trabalho, isto é, o preço do trabalho em relação tanto com a mais-valia como com o valor do produto, é maior nos segundos países do que nos primeiros".¹⁰⁹

Marx chegou à conclusão de que se produzia um movimento de capitais desde os países mais adiantados para os mais atrasados, em busca de taxas de lucro superiores. Criava-se uma *taxa de lucro média internacional*, em relação à qual as taxas de lucro dos países ricos estavam abaixo da média e a dos pobres, acima, o que constituía a base do superbenefício derivado da exportação de capital, elevando sua taxa de lucro geral. O capital monopolista expressava as leis básicas de movimento de capital em condições históricas concretas: "Essa mudança é devida ao desenvolvimento, ampliação e extensão das tendências mais profundas e essenciais do capitalismo e da produção mercantil em geral. As trocas comerciais crescem, a produção aumenta. Estas tendências marcantes foram observadas ao longo dos séculos no mundo todo. Ora, em certo nível do desenvolvimento das trocas, em certo grau de desenvolvimento da grande produção, atingido mais ou menos na virada para o século XX, o movimento comercial determinou uma internacionalização das relações econômicas e do capital; a grande produção adquiriu proporções tais que os monopólios substituíram a livre concorrência".¹¹⁰

Considerar o imperialismo como um fenômeno econômico vinculado à fase monopolista do capital não significa afirmar que não fosse, também, um fenômeno político

¹⁰⁹ Kal Marx. *O Capital*. Livro III, Vol.1.

¹¹⁰ V. I. Lênin. *Op. Cit.*

internacional, vinculado: 1) ao entrelaçamento inédito entre o capital e o Estado; 2) à desigual força dos Estados a escala mundial, que chega ao seu extremo as relações entre as metrópoles e as colônias. Mas isto se traduz sempre em resultados econômicos. A caracterização do imperialismo como etapa histórica, portanto, não tem um caráter conjuntural, mas marca um ponto de inflexão histórico em que, de acordo com as suas próprias leis e tendências de desenvolvimento, a livre-concorrência se transformou em seu contrario, o monopólio. A monopolização do ramo bancário possibilitou e acelerou esse processo, mediante uma política de depósitos e créditos que permitiu eliminar os competidores dos monopólios em formação. Surgiu assim a que seria, doravante, a forma predominante do capital: o *capital financeiro*, resultado da fusão do capital bancário com o capital industrial: “A união pessoal dos bancos e as indústrias completa-se com a união pessoal destes com o governo”,¹¹¹ trazendo mudanças decisivas à estrutura do Estado e à vida política e social.

A exportação de capitais substituiu relativamente a exportação de mercadorias, típica do século XIX, como saída necessária para a sobreprodução de capitais, resultante da monopolização e sobre acumulação de capital nos principais ramos industriais, nos países avançados. Ao investir nos países chamados periféricos, o capital obtinha taxas de lucro superiores, elevando a taxa de lucro geral devido à menor composição orgânica do capital nesses países, devida, por sua vez, ao menor custo das matérias primas e da mão de obra, e a outras vantagens. Os países centrais passam a descarregar sua crise nos países atrasados, transformando-os crescentemente em colônias econômicas, inclusive quando a independência política destes foi preservada. A partilha econômica e política do mundo se completou, incluindo as últimas zonas não ocupadas.

Começou então a luta pela sua redistribuição entre as associações monopolistas e seus Estados, na procura de novos mercados e fontes de matérias primas. A síntese dessas características (exploração das ações atrasadas, tendência para as guerras mundiais e para a militarização do Estado, aliança dos monopólios com o Estado, tendência geral à dominação e à subordinação da liberdade) levou Lênin a definir a nova etapa histórica como a era da “reação em toda a linha, e da

111

Idem.

exacerbação da opressão nacional”. O enorme desenvolvimento das forças produtivas, a concentração da produção, a acumulação sem precedentes do capital, passaram a tornar a produção cada vez mais social nos ramos econômicos decisivos. Isto entrava cada vez mais em contradição com o modo de apropriação, ou seja, com a propriedade privada nas mãos de um número cada vez menor de capitalistas, o que marcava o sintoma da transição para um novo regime social de produção.

Pela concentração de capital, o capitalismo experimentou um notável aumento de sua capacidade de produção, resultante das novas tecnologias desenvolvidas a partir de novas fontes de energia como o petróleo e a eletricidade: “A produção mundial, longe de estagnar, continuou a aumentar acentuadamente entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou (de 11 para 23 milhões de toneladas); a produção de aço multiplicou-se por vinte (de 500 mil para onze milhões de toneladas). O crescimento do comércio internacional continuou a ser impressionante, embora a taxas reconhecidamente menos vertiginosas que antes”.¹¹² Entre 1848 e 1875, as exportações de mercadorias europeias tinham mais que quadruplicado, ao passo que entre 1875 e 1914, elas “só” duplicaram. A expansão mundial do capital tinha também um efeito deletério sobre a troca comercial entre os países capitalistas e as regiões periféricas como fator de estabilidade da Europa, ela foi substituída pela exportação de capital.

A grande expansão econômica do século XIX viu surgirem, ao lado da Grã-Bretanha, novos parceiros capitalistas que se preparavam para a partilha do mundo. Estados Unidos e Alemanha foram os mais significativos. Mas também a França e, em menor medida, a Rússia e o Japão tentaram fazer o mesmo. Nessa concorrência pelo mercado mundial se preparavam as grandes linhas dos conflitos militares interimperialistas do século XX. O “novo capitalismo” se baseava em sociedades por ações, forma mais plástica do capital; essa forma permitiu que a circulação de capitais atingisse níveis até então desconhecidos, com a exportação de capitais para financiar obras e o débito público da periferia capitalista do “mundo desenvolvido”. Para Engels “a Bolsa modifica a distribuição no sentido da centralização, acelera

¹¹² Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 58.

enormemente a concentração de capitais e, nesse sentido, é tão revolucionária quanto a máquina a vapor". Ele sublinhou a necessidade de "identificar na conquista colonial o interesse da especulação na Bolsa"; a nova expansão do capital tinha relação com a expansão dos interesses financeiros: em 1843, quando era o único país exportador de capital, a Inglaterra possuía títulos da dívida pública dos países da América Latina por valor de 120 milhões de libras esterlinas (vinte vezes mais que o montante dos investimentos britânicos nas maiores 24 companhias mineiras além-mar). Em 1880, o montante desses mesmos títulos, da América Latina, dos EUA e do Oriente, de posse da Inglaterra, já ascendia a 820 milhões de libras esterlinas.

Era essa a base do *imperialismo capitalista*: "O imperialismo capitalista foi o resultado do processo de concentração-centralização dos capitais nos países de capitalismo mais avançado, onde o monopólio tendeu a substituir à livre concorrência, assim como a exportação de capitais a exportação de mercadorias, inclusive em direção ao mundo atrasado, mudança que deu lugar ao imperialismo como fase superior do desenvolvimento do capitalismo. Nos países avançados o capital ultrapassou o marco dos Estados Nacionais, substituiu a concorrência pelo monopólio, criando todas as premissas objetivas para a realização do socialismo".¹¹³ O termo "imperialismo" não tinha, inicialmente, qualquer sentido pejorativo. E a relação entre protecionismo econômico e conquista colonial demorou algum tempo para ser estabelecida. Na década de 1890, Friedrich Engels, no prólogo aos volumes II e III de *O Capital*, procurou situá-los no contexto do desenvolvimento histórico geral do capitalismo: "A colonização é hoje uma efetiva filial da Bolsa, no interesse da qual as potencias europeias partilharam a África, entregue diretamente como botim às suas companhias".

Não era uma colonização semelhante à do antigo sistema colonial. O seu ritmo de expansão (560 mil km² por ano) também não tinha precedentes. O capital vinculou a conquista colonial com o novo papel da Bolsa. A expansão do mercado mundial, na segunda metade do século XIX, deu vazão ao capital supérfluo inglês, em investimentos e circulação em diversos ramos de inversão. A base desse processo era a maturidade atingida pelo capitalismo metropolitano: o

113

V. I. Lênin. *Op. Cit.*

capitalismo se afirmou como modo de produção dominante, destruindo as formas pré-capitalistas sobreviventes em diversos países europeus, de modo desigual. Penetrou países com escasso desenvolvimento industrial, mas que conservaram sua soberania nacional (Rússia, ou a maior parte da América Latina), mas também territórios - na Ásia e na África, principalmente - que se transformaram em colônias. Finalmente, penetrou territórios vazios, ou esvaziados (através de genocídios) nas Américas e na Oceania.

O “neocolonialismo” não era mais, como o colonialismo mercantilista do passado, uma alavanca da acumulação originária de capital, mas instrumento de um capitalismo desenvolvido até o estágio do monopólio nas metrópoles: “A teoria do imperialismo trata da forma fenomênica especial que adota o processo (capitalista) em uma etapa particular do desenvolvimento do modo de produção capitalista”:¹¹⁴

A mudança histórica propiciada por essa “etapa particular” se contrapunha à perspectiva inicialmente traçada por Marx (“O país mais desenvolvido industrialmente - escrevera Marx no prefácio da primeira edição de *O Capital* - não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido”): “Somente uma minoria de países realizou completamente a evolução sistemática e lógica desde a mão de obra, através da manufatura doméstica até a fábrica, que Marx submeteu à uma análise detalhada. O capital comercial, industrial e financeiro invadiu, desde o exterior, os países atrasados, destruindo em parte as formas primitivas da economia nativa e, em parte, sujeitando-os ao sistema industrial e banqueiro do Oeste. Sob a imensa pressão do imperialismo, as colônias e semicolônias se viram obrigadas a abrir mão das etapas intermediárias, apoiando-se ao mesmo tempo artificialmente em um nível ou em outro. O desenvolvimento da Índia não duplicou o desenvolvimento da Inglaterra; *não foi para ela mais que um complemento*”.¹¹⁵

¹¹⁴ Tom Kemp. *Teorie dell'Imperialismo*. De Marx a oggi. Turim, Einaudi, 1969, p. 29.

¹¹⁵ Leon Trotsky. *Naturaleza y Dinámica del Capitalismo y la Economía de Transición*. Buenos Aires, Ceip, 1999.

PERCENTUAL DE TERRITÓRIO PERTENCENTE ÀS POTÊNCIAS EUROPEIAS E AOS EUA

	1876	1900	Diferença
África	10,8%	90,4%	79,6%
Polinésia	56,8%	98,9%	42,1%
Ásia	51,5%	56,6%	5,1%
Austrália	100%	100%	--
América	27,5%	27,2%	0,3%

Jules Ferry, em *Le Tonkin et la Mère Patrie*, de 1890, escreveu: “Um movimento irresistível se apoderou das grandes potências europeias por conquistar novos territórios. Foi como uma imensa carreira de obstáculos na rota para o desconhecido. Esta *course au clocher* [corrida até o campanário] tem apenas cinco anos e se movimenta por inércia de um ano para outro”. Em 1884, Charles Faure tinha usado a mesma expressão comentando a Conferência de Berlim: “O movimento tomou o caráter de uma verdadeira *course au clocher*. Parece que o vencedor será aquele que primeiro chegue e hasteie a bandeira de seu país em qualquer lugar da costa da África que ainda não esteja sob a dominação de uma nação europeia”.



Cecil Rhodes, agente oficial da colonização inglesa, em representação da época

A África foi o grande teatro da nova expansão colonial (na América, as possessões coloniais até diminuíram), o que levou alguns autores a opinarem que: “O imperialismo tendeu particularmente a transformar-se em colonialismo nas áreas onde a organização política nativa não podia, por razões locais, exercer sua autoridade com eficácia”.¹¹⁶ Ideia questionável, pois a expansão colonial na África se apoiou no fato de que nesse continente o antigo sistema colonial e o “novo imperialismo” não conheceram solução de continuidade. Na virada para o século XX, mais da metade da superfície terrestre, e mais de um terço da população do planeta, se encontrava nas colônias:

POSSESSÕES COLONIAIS DAS GRANDES POTÊNCIAS
(Em milhões de quilômetros quadrados e de habitantes)

	Colônias				Metrópoles		Total	
	1876		1914		1914		1914	
	Km2	Hab.	Km2	Hab.	Km2	Hab.	Km2	Hab.
Inglaterra	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	6,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	36,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	,6	11,1	95,1
Alemanha	--	--	2,9	12,3	0,5	4,9	3,4	77,2
Estados Unidos	--	--	0,3	0,4	9,4	7,0	9,7	106,7
Japão	--	--	0,3	19,2	0,4	3,0	0,7	72,2
Total para as seis grandes potências	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	37,2	81,5	960,6
Colônias de outras potências (Bélgica, Holanda, etc.)							9,9	45,3
Outros países							14,5	361,2
Total na Terra							133,9	1.657,0

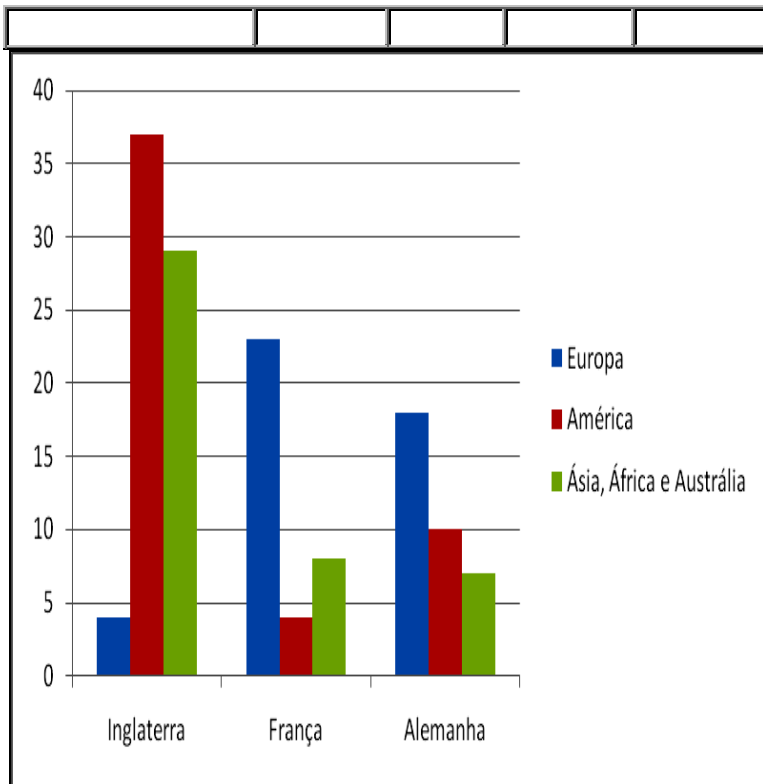
¹¹⁶ Neil Smith. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988, p. 104.

A corrida das potências europeias por colônias era uma busca por supremacia mundial, mas era apresentada como uma busca por sobrevivência. Em 1800, os europeus ocupavam ou controlavam 35% da superfície terrestre do mundo; em 1878, esse percentual tinha aumentado para 67%, e em 1914, para 84%: “Entre 1876 e 1915, cerca de um quarto da superfície continental do globo foi distribuído ou redistribuído, como colônia, entre meia dúzia de Estados. A Grã-Bretanha aumentou seus territórios em cerca de dez milhões de quilômetros quadrados, a França em cerca de nove, a Alemanha conquistou mais de dois milhões e meio, a Bélgica e a Itália pouco menos que essa extensão cada uma. Os EUA conquistaram cerca de 250 mil, principalmente da Espanha, o Japão algo em torno da mesma quantidade à custa da China, da Rússia e da Coreia. As antigas colônias africanas de Portugal se ampliaram em cerca de 750 mil quilômetros quadrados; a Espanha, mesmo sendo uma perdedora líquida (para os EUA), ainda conseguiu tomar alguns territórios pedregosos no Marrocos e no Saara ocidental. O crescimento da Rússia imperial é mais difícil de avaliar, pois todo ele se deu em territórios adjacentes e constituiu o prosseguimento de alguns séculos de expansão territorial do Estado czarista; ademais, a Rússia perdeu algum território para o Japão. Dentre os principais impérios coloniais, apenas o holandês não conseguiu, ou não quis, adquirir novos territórios, salvo por meio da extensão de seu controle efetivo às ilhas indonésias, que há muito "possuía" formalmente. Dentre os menores, a Suécia liquidou a única colônia que lhe restava, uma ilha das Índias Ocidentais, vendendo-a à França, e a Dinamarca estava prestes a fazer o mesmo, conservando apenas a Islândia e a Groenlândia como territórios dependentes”.¹¹⁷

DISTRIBUIÇÃO DOS CAPITAIS INVESTIDOS NO ESTRANGEIRO (1910: em bilhões de marcos)

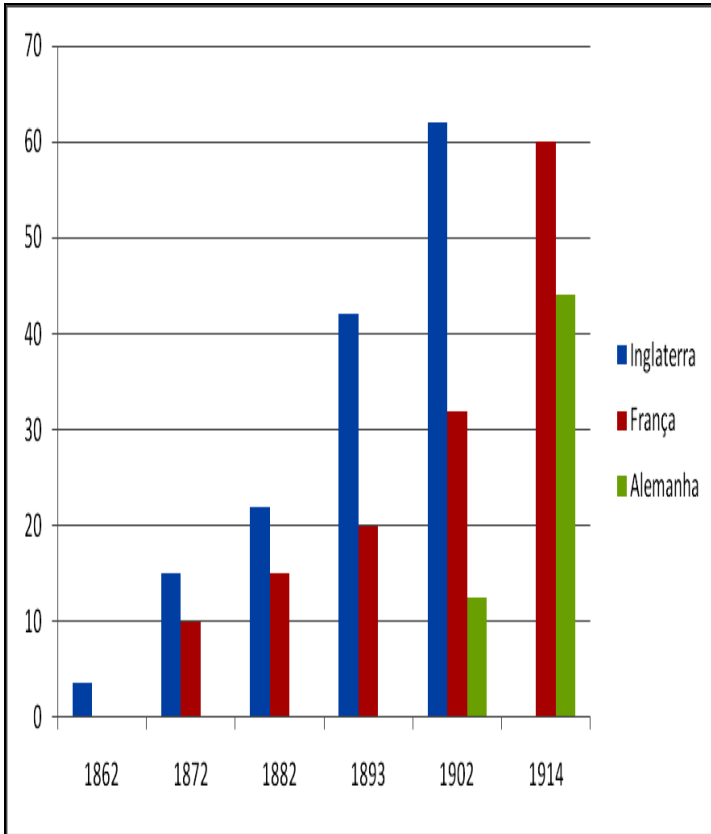
	Inglaterra	França	Alemanha	Total
Europa	4	23	18	55
América	37	4	10	51
Ásia, África e Austrália	29	8	7	44
Total	70	35	35	140

¹¹⁷ Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

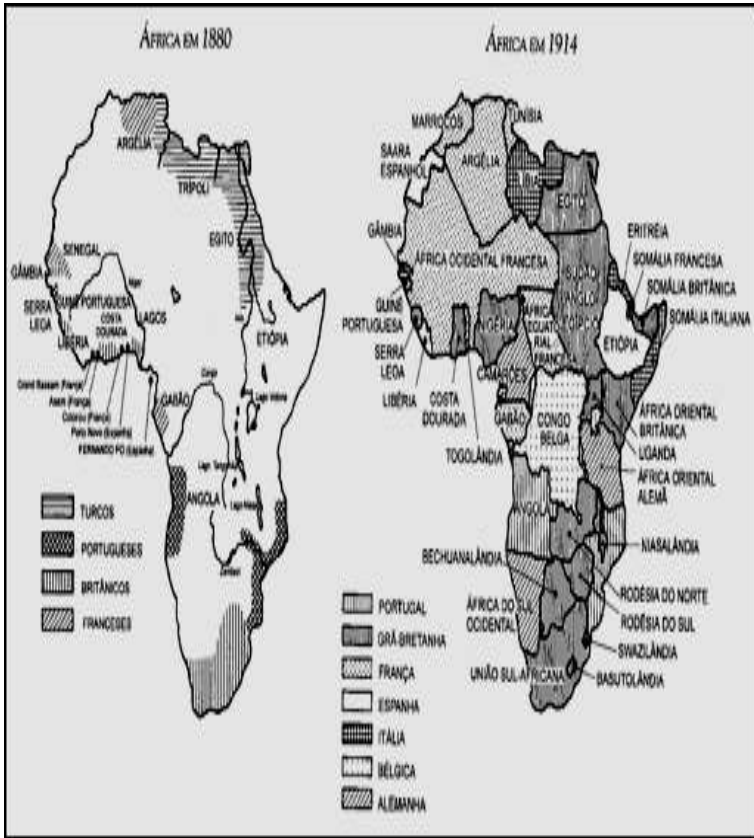


CAPITAL INVESTIDO NO ESTRANGEIRO (Em bilhões de francos)

Anos	Inglaterra	França	Alemanha
1862	3,6	--	--
1872	15	10	--
1882	22	15	?
1893	42	20	?
1902	62	27-37	12,5
1914	75-100	60	44



A moderna colonização da África começou com o próprio século XIX. A partir de 1880, a competição entre as metrópoles pelo domínio dos territórios africanos intensifica-se. A corrida para a África foi “regulamentada” na Conferência de Berlim (1884-1885), proposta por Bismarck e Jules Ferry, que legalizou a posse do Congo por Leopoldo II. A Conferência instituiu normas para a ocupação; as potências coloniais negociaram a divisão da África, e acordaram não invadirem áreas ocupadas por outras potências. Os únicos países africanos que não foram transformados em colônias foram a Etiópia (que apenas foi brevemente invadida pela Itália, durante a Segunda Guerra Mundial) e a Libéria, que tinha sido recentemente formada por escravos libertos dos Estados Unidos da América. No início da Primeira Guerra Mundial, 90% das terras africanas já estavam sob domínio da Europa. A partilha foi feita de maneira arbitrária, não respeitando as características étnicas e culturais de cada povo.



Ao cabo do processo, 56% da superfície do planeta (75 milhões de km², para um total de 134 milhões) estava colonizado por potências cuja superfície (16,5 milhões de km²) mal ultrapassava 12% do total das terras emergidas, isto em que pese às potências colonizadoras incluírem dois países de dimensões continentais (os EUA e a Rússia). Nos territórios diretamente colonizados habitava mais de 34% da população da Terra, não incluindo a população das chamadas semicolônias (China, Argentina, ou Brasil, por exemplo). Sobre a base do enorme desenvolvimento do comércio mundial, o movimento foi desigual e contraditório: nos países avançados a indústria avançou, sobretudo a pesada; os países se urbanizaram, a renda nacional progrediu, assim como a percentagem dos trabalhadores industriais na população total.

Nos países ditos “periféricos” houve também “modernização” capitalista, mas em ritmo mais lento,

aumentando a sua distancia econômica em relação aos países adiantados, havendo, em alguns casos, estagnação, e até regressão. O capitalismo industrial se expandiu em extensão e profundidade. A produção mundial de carvão já era de 1215 milhões de toneladas em 1913 (contra 240 milhões em 1870), 82% dos quais extraídos pelos EUA, Inglaterra e Alemanha. A produção de petróleo, central a partir da invenção do motor a explosão, passou de 700 mil toneladas em 1871 para 20 milhões em 1900, e para 52 milhões em 1913.

A indústria metropolitana modificou a sua fisionomia, deslocando para a periferia os setores menos intensivos em capital: Europa só produzia 42% dos têxteis que consumia, importando o restante das colônias e semicolônias. A indústria química progrediu com a invenção do plástico, da nitroglicerina e das indústrias sintéticas: seus centros eram os EUA e a Alemanha. A metalúrgica era a indústria principal: 500 mil toneladas de aço foram produzidas em 1875, 74 milhões em 1913; 13 toneladas foi a produção de alumínio em 1885, 65 mil em 1913. A agricultura se transformou em função do progresso industrial, de modo desigual, pois o rendimento era muito maior nos países em que se industrializou e se praticou a especialização das terras. As comunicações terrestres experimentaram também uma explosão, com 209 mil quilômetros de estradas de ferro em 1870, e mais de um milhão em 1913. As carreiras experimentaram crescimento semelhante, especialmente nos EUA, com a produção industrial do automóvel. A estrada ressuscitou com o automóvel: 2 milhões em 1913 (63% nos EUA). A navegação marítima explode com o barco em metal e o encurtamento das distâncias através dos canais (Suez, Corinto, Panamá, Kiel). Começou a navegação aérea: Blériot atravessou o Canal da Mancha em 1909; Roland Garros, o Mediterrâneo em 1913. Surgiu também a aviação militar.

Dentro da Europa, o velho monopólio industrial da Inglaterra enfraqueceu no último quartel do século XIX, pois outros países metropolitanos, por meio de políticas alfandegárias protecionistas, tinham-se transformado em Estados capitalistas independentes, que concorriam vantajosamente com Inglaterra nos ramos de produção mais importantes: o carvão, principal fonte de energia, tinha um rendimento anual de 900 kg/trabalhador na França, 1100 na Inglaterra, 1200 na Alemanha e... 3800 nos EUA. As exportações da periferia semicapitalista acompanharam a tendência: em

1860, metade do total das exportações da Ásia, África e América Latina se dirigiu a um só país, a Grã-Bretanha. Por volta de 1900, a participação britânica nas exportações desses continentes caíra para um quarto do total, e as exportações periféricas para outros países da Europa ocidental já superavam as destinadas à Grã-Bretanha (totalizando 31%, contra 25% britânicos). Os países industriais importavam crescentemente matérias primas dos países atrasados: só conseguiam fazer face ao seu próprio consumo via importação da Europa oriental, Ásia, África, América e Oceania.

Com a formação de uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido e o crescente monopólio mundial de uns poucos países ricos, nos quais a acumulação do capital alcançara proporções gigantescas, constituiu-se um enorme "excedente de capital" nos países avançados. O capitalismo gerou uma "poupança excedente", as oportunidades de investimento ficaram mais raras nos países capitalistas metropolitanos, surgindo três alternativas para superar a depressão dos negócios: 1) Aumentar os salários reais para ampliar o mercado interno, fazendo cair ainda mais a taxa de lucro; 2) Manter os salários iguais e canalizar toda a acumulação para o progresso técnico, aumentando a parte constante do capital; 3) Investir no exterior, onde a taxa de lucro do capital era maior.

A terceira alternativa era a "melhor" para os capitais excedentes: investir em espaços econômicos vazios, mão de obra e matérias primas baratas e em abundância, apresentava vantagens. A tendência do movimento do capital foi definida pela diferença da taxa de lucro de região para região, de país para país. Até que, finalmente, a partilha econômica e política do mundo se completou, incluindo as últimas zonas não ocupadas. Começou então a luta pela sua redistribuição entre as associações monopolistas e seus Estados, na procura de novos mercados e fontes de matérias primas. Para que isso acontecesse, foi necessária uma fusão inédita entre o capital monopolista, o interesse privado, e o Estado, suposto representante do interesse público, subordinando o segundo ao primeiro, e transformando *qualitativamente* a função do Estado.

A "estatização da vida social", com o Estado absorvendo novas funções disciplinadoras da sociedade, foi estudada por Nikolai Bukhárin em *O Imperialismo e a Economia Mundial* (em que usou a imagem do "novo Leviatã" para referir-se ao Estado imperialista). O fortalecimento do Estado

era ditado pela nova fase *mundial* do desenvolvimento do capital: "As etapas de repartição pacíficas são sucedidas pelo impasse em que nada resta para distribuir. Os monopólios e seus Estados procedem então a uma repartição pela força. As *guerras mundiais* interimperialistas se transformam em um componente orgânico do imperialismo".¹¹⁸ O recurso às guerras, regionais ou internacionais, era ditado pela magnitude dos interesses econômicos em jogo. Em 1915, calculava-se em 40 bilhões de dólares (200 bilhões de francos), os capitais exportados pela Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Holanda. Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo dizia-se: "A construção das estradas de ferro brasileiras realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se as operações financeiras relacionadas com a construção, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária". O novo *capital financeiro* estendia assim as suas redes em todos os países do mundo, desempenhando um papel importante os bancos, bem como suas filiais coloniais.¹¹⁹

Os investimentos externos intra-europeus perderam terreno diante dos investimentos nas regiões periféricas ou no mundo colonial: por volta de 1850, Europa e os EUA ainda recebiam cerca de metade das exportações de capital inglês, mas, entre 1860 e 1890, os investimentos externos britânicos para Europa caíram sensivelmente (de 25% para 8% do total); os investimentos diretos para os EUA passaram a declinar até sofrerem uma brusca queda (passaram de 19% para 5,5% dos investimentos externos britânicos, quando Inglaterra era ainda a principal investidora do mundo). Em 1885, os quatro maiores investidores mundiais - Grã-Bretanha, França, Alemanha e Estados Unidos - haviam colocado no exterior £ 2.681 milhões. Em 1914, essa cifra já era de £ 7.659 milhões. No total, o estoque de investimentos externos da Europa passou de US\$ 0,7 bilhões (1825), para US\$ 4,3 bilhões (1855), US\$ 13 bilhões (1885) e US\$ 46,2 bilhões (1915). O maior crescimento (33 bilhões para um total de 46 bilhões, ou pouco mais de 70% do total) se produziu durante as três décadas compreendidas entre 1885 e 1915.

¹¹⁸ V. I. Lênin. *Op. Cit.*

¹¹⁹ A Inglaterra tinha em 1904 um total de 50 bancos coloniais com 2279 filiais (em 1910 eram 72 bancos com 5449 filiais); a França tinha 20 com 136 filiais; a Holanda possuía 16 com 68; enquanto a Alemanha tinha 13, com 70 filiais.

Investimentos externos das grandes potências 1870 -1914 (em milhões de dólares)¹²⁰

1914	País/Ano	1870	1900
20.000	Grã-Bretanha	4.900	12.000
9.050	França	2.500	5.800
5.800	Alemanha	s/d	4.800
3.500	EUA	100	500
7.100	Outros	500	1.100
45.450	Total	8.000	24.200

No decorrer de 45 anos, os investimentos externos de capital quase sextuplicaram. Inglaterra manteve a dianteira até a Primeira Guerra Mundial, mas seus investimentos, assim como os da França, quadruplicaram no período, enquanto os da Alemanha multiplicaram-se por 50, os dos EUA por 35 (os dos “outros países”, principalmente europeus, por 14). O declínio econômico relativo do Império Britânico foi compensado pela manutenção de sua sua posição política. Devido à sua primazia política internacional, o capitalismo britânico pôde, durante longo tempo, ter uma balança comercial deficitária; suas exportações de produtos industriais manufaturados eram cronicamente inferiores às suas importações de matérias-primas.

¹²⁰ Sidney Pollard. Capital exports 1870-1914. *The Economic History Review* XXXVII (4), Nova York, 1985.

Esse déficit comercial era mais que compensado pelos ingressos ditos "invisíveis" provenientes dos lucros dos capitais britânicos investidos no estrangeiro. Alemanha, por sua vez, considerava impróprio que o seu poder industrial não encontrasse reflexo nas possessões territoriais, muito inferiores em relação às inglesas. O imperialismo detinha maior importância na velha Inglaterra: sua hegemonia tinha como base à capacidade de dominar os mercados internacionais e as fontes de matérias primas, através da sua marinha mercante. Preservar o acesso privilegiado ao espaço não europeu foi a bandeira da política econômica britânica.

Conscientes disso, os governantes da Inglaterra vitoriana empreenderam uma campanha de conquistas, conseguindo governar 25% da superfície do globo terrestre (incluindo Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Índia, Birmânia, África do Sul, etc.). A chave para o sucesso britânico estava, em primeiro lugar, na exploração das possessões anteriores, sobretudo da Índia, sua colônia mais importante e o pilar de toda sua estratégia global. A política imperial inglesa tinha em grande consideração a proteção das rotas para o subcontinente indiano. Para além do controle absoluto do Oceano Índico (verdadeiro "lago" inglês), os britânicos controlavam a antiga "Rota do Cabo" (África do Sul; e parcelas da costa oriental africana), bem como as rotas interoceânicas mais diretas (Egito - canal do Suez; Mar Vermelho; Omã - Golfo Pérsico). A aquisição de novos territórios africanos pode ser vista como uma medida defensiva dos interesses orientais ingleses, que agora sofriam o ataque de outras potências.

A especificidade da Grã-Bretanha também se pode medir pela sua capacidade de continuar a manter sua posição privilegiada de parceiro econômico único de certas regiões independentes (Uruguai, Argentina, Brasil, Portugal). A Inglaterra tornou-se o principal importador de produtos primários, constituindo o "mercado mundial" de grande parte dos produtos alimentares produzidos em outros lugares. Em troca, os ingleses exportavam seus produtos industrializados. Aqui reside à base da ligação Grã-Bretanha - mundo subdesenvolvido: o abandono da agricultura por parte dos ingleses originou a total dependência dos países "atrasados" em relação à Inglaterra. Por fim, o terceiro alicerce inglês foi a sua tradicional capacidade de investimento. Os britânicos investiram fortemente no seu império (como a expansão das ferrovias) garantindo um relativo desenvolvimento econômico-

industrial das colônias e, como consequência, grandes lucros para os capitalistas ingleses.

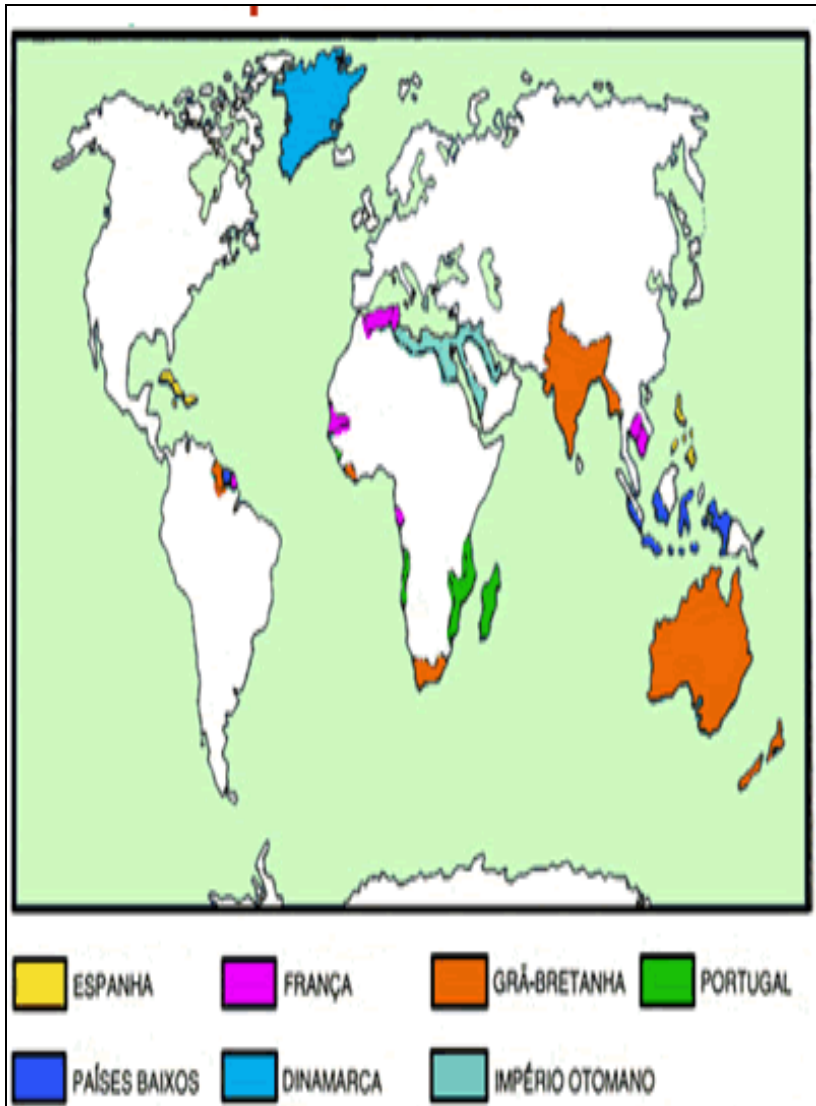
Por todas essas razões a Inglaterra mantinha-se fiel ao liberalismo econômico (em contraste com a Europa continental protecionista) e, acima de tudo, continuava no centro da economia mundial. Apesar da perda da hegemonia industrial, os ingleses conseguiram manter a liderança mundial, pois constituíam a única nação capaz de retirar o máximo partido das suas possessões coloniais: o capitalismo industrial da Alemanha e dos EUA não pôde superar, nesse plano, o capitalismo financeiro britânico. Em contraste, para os países europeus menos desenvolvidos (França, Itália), as colônias transformaram-se progressivamente em pesos mortos, pois com a falta de investimento de capitais (escassos nas metrópoles) a produção e o comércio colonial desses países não cresceu em comparação com o crescimento do comércio total; era o fracasso do colonialismo protecionista diante do colonialismo “liberal” (embora protecionista e exclusivista nas suas colônias) inglês.

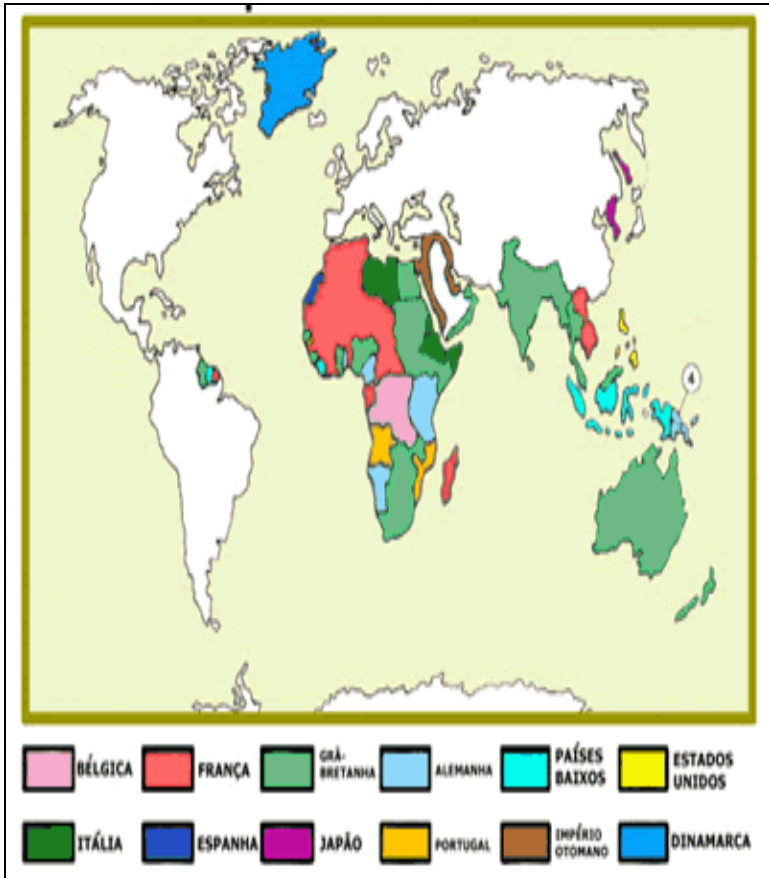
O mundo não europeu (com exceção do Japão) encontrava-se indefeso face ao ímpeto europeu, grande parte do mundo foi conquistada pela força. Importa também assinalar a queda dos antigos impérios pré-industriais de Portugal e Espanha, incapazes de resistir à máquina industrial moderna dos seus vizinhos europeus. Na Ásia, apesar da sobrevivência independente dos seus impérios (China, Japão, Turquia, Sião), os europeus consolidaram grandes áreas de influência (Índia, Birmânia, Tibete, Pérsia - Inglaterra; Indochina - França; Indonésia - Holanda). Mesmo os países tradicionalmente mais fechados, como China e Japão, abriram a suas economias à influência e aos capitais estrangeiros. Perante a investida europeia, apenas a América se manteve “intacta” na sua independência política (com a exceção do Canadá); além do nacionalismo proveniente das guerras de independência estar ainda vivo nas Américas, os EUA surgiram como potência industrial e iniciaram um processo de expansão da sua esfera de influência no continente.

Os europeus compreenderam, pela observação ou pela força, que o "Novo Mundo" era inacessível em termos coloniais, devido à influência dos EUA, que já se expressava na ideologia do primeiro pan-americanismo, herdeiro da “Doutrina Monroe” proclamada em 1823. Mas era muito acessível em termos comerciais e financeiros: Brasil e Argentina, principais países da América do Sul, se transformaram por esse motivo

em semicolônias do capital britânico. O imperialismo capitalista completou a unificação econômica do mundo, iniciada no século XVI, sob a égide do capital financeiro.

Colônias das potências (comparativo entre 1870 e 1914)





42. IMPERIALISMO, TEORIAS E IDEOLOGIAS

Tomai o fardo do Homem Branco / Enviai vossos melhores filhos / Ide, condenai seus filhos ao exílio / Para servirem aos seus cativos / Para esperar, com arreios / Com agitadores e selváticos / Seus cativos, servos obstinados / Metade demônios, metade crianças (Rudyard Kipling, **O Fardo do Homem Branco**, 1899)

Temos o objetivo de precisar o significado de uma palavra que está na boca de todos, usada para designar o mais importante movimento existente na

política do mundo ocidental contemporâneo (John A. Hobson, **O Imperialismo**, 1902)

O objetivo do socialismo não é somente a eliminação do particularismo estatal e de todo isolamento das nações, mas também a sua fusão. Mas para atingir esse objetivo devemos exigir a libertação das nações oprimidas. Assim como a humanidade só pode chegar até a abolição das classes através do período de transição da ditadura da classe oprimida, só se pode chegar até a inevitável fusão das nações através do período de transição da completa libertação, isto é, a liberdade de secessão de todas as nações oprimidas (V. I. Lênin, **Sobre a Autodeterminação Nacional**, 1919)

No terreno da economia contemporânea, internacional pelas suas relações e impessoal pelos seus métodos, o princípio da raça parece surgido de um cemitério medieval (...) Para elevar a nação por cima da história, dá-se-lhe o apoio da raça (Leon Trotsky, **O Que é o Nacional Socialismo?**, 1933)

The separation of the races is not a disease of colored people. It is a disease of white people. I do not intend to be quiet about it (Albert Einstein, 1946)

A teoria do imperialismo capitalista se originou e inseriu no quadro de um amplo debate com a participação de autores marxistas e não marxistas (Lênin, Bukhárin, Kaustsky, Hobson, Hilferding, Rosa Luxemburgo, Trotsky, entre outros) e da discussão no interior do movimento socialista internacional, tendo como eixos interpretativos o papel decisivo do monopólio, o surgimento do capital financeiro como produto da fusão do capital bancário e industrial, o predomínio da exportação do capital sobre a exportação de mercadorias, a divisão do mercado mundial entre os monopólios capitalistas competidores, a conclusão da divisão territorial do mundo. O debate afunilou na busca de uma interpretação global, que vinculasse, em um todo coerente e estrutural, depressão econômica, expansão colonial, exportação de capital, disputas

geopolíticas, nacionalismo xenófobo, racismo, nacionalismo anti-imperialista e, finalmente, guerra mundial.

John A. Hobson, economista liberal “heterodoxo”, dizia em livro seminal publicado em 1902: “Nação atrás de nação entra na máquina econômica e adota métodos avançados industriais e, com isso, se torna mais e mais difícil para seus produtores e mercadores venderem com lucro seus produtos. Aumenta a tentação de que pressionem seus governos para lhes conseguir a dominação de algum Estado subdesenvolvido distante. Em toda parte, há excesso de produção, excesso de capital à procura de investimento lucrativo. Todos os homens de negócios reconhecem que a produtividade em seus países excede a capacidade de absorção do consumidor nacional, assim como há capital sobrando que precisa encontrar investimento remunerativo além-fronteiras. São essas condições econômicas que geram o imperialismo”.¹²¹ As bases econômicas do imperialismo residiam, para ele, no “excesso de capital em busca de investimento” e nos “recorrentes estrangulamentos do mercado”.

O imperialismo europeu transformara Europa em uma área dominada por “um pequeno grupo de aristocratas ricos, que tiram suas rendas e dividendos do Extremo Oriente, junto com um grupo um pouco mais numeroso de funcionários e comerciantes, e um grupo maior ainda de criados, trabalhadores de transportes e operários das indústrias manufatureiras. Desaparecem então os mais importantes ramos industriais, e os alimentos e semielaborados chegam como tributo da Ásia e África”. Ele considerava que a perspectiva de uma federação europeia “não apenas não faria avançar a obra da civilização mundial, como apresentaria o gravíssimo risco de um parasitismo ocidental, sob o controle de uma nova aristocracia financeira”. Hobson também se referiu ao novo imperialismo japonês. Em inícios do século XX já era clara a percepção do fato de que o crescimento da potência imperialista do Japão ia incidir profundamente no curso da história, com suas próprias características específicas e muito além das convencionais considerações militaristas ou ideológicas: “Este novo capítulo da história mundial muito depende da capacidade japonesa de manter sua própria independência financeira”. Superada uma primeira fase de dependência, “a grande potência industrial do Extremo Oriente pode

121

John A. Hobson. *Op. Cit.*

rapidamente lançar-se sobre o mercado mundial como o maior e mais válido competidor na grande indústria mecânica, conquistando primeiro o mercado asiático e pacífico e logo invadindo os mercados ocidentais - empurrando assim estas nações a um protecionismo mais rígido, como corolário de uma proteção diminuída”.

O monopólio, o processo de fusão de empresas, contribuíra para colocar o poder na mão de poucos empresários industriais e uma enorme quantidade de riquezas, criando uma *poupança automática*. O investimento dessa poupança em outras indústrias contribuiu para concentrá-la sob controle das primeiras empresas fusionadas. Paralelamente, o desenvolvimento da sociedade industrial elevava a demanda da população, com novas necessidades sociais. O problema surgia quando o aumento do consumo nacional era proporcionalmente menor que o aumento do índice de poupança, resultando numa capacidade de produção superior ao consumo. A solução seria a redução contínua dos preços até que as empresas menores quebrassem, privilegiando as empresas de melhor instalação, provocando mais acumulação de capital, aumento do nível de riqueza e, conseqüentemente, maior poupança. Isso induziria os capitalistas a buscarem outros investimentos, para dar destino à poupança gerada, já que o mercado não podia absorver tal excesso, restando ao capitalista exportar mercadorias para onde não houvesse concorrência, ou investir capital em áreas mais lucrativas. Para Hobson, desde David Ricardo e John Stuart Mill, a economia centrava suas atenções na produção e acumulação de riquezas, negligenciando o consumo e a utilização das riquezas já acumuladas. Hobson rechaçava a essência econômica do imperialismo; via como a sua força motora o patriotismo, a aventura, o espírito militar, a ambição política; mas não concebia o imperialismo como um negócio rentável para nenhuma nação, a não ser para os grupos financeiros, especuladores de bolsas de valores e investidores, que chamou de "parasitas econômicos do imperialismo", por colocarem no exterior o excedente ocioso de capital que não podiam investir mais lucrativamente em seu país, obtendo com isso inúmeras vantagens.

Hobson propunha uma reforma social, com elevação dos salários e aumento dos impostos e gastos públicos. Ele considerava o "fenômeno imperialista" como um desajuste temporal e uma doença curável do capitalismo da época,

associando a expansão colonial e o desenvolvimento capitalista das metrópoles ao excesso de poupança e ao subconsumo, em conjunto com os aspectos políticos, ideológicos e morais da época. Para Hobson, as anexações novas da Grã-Bretanha tinham sido de alto custo e só capazes de proporcionar mercados “pobres e inseguros”. Também classificava como imperialismo a submissão das colônias ao poder absoluto das metrópoles. Funcionários, mercadores e industriais exerciam seu poder econômico sobre “as raças inferiores”, consideradas como incapazes de autogoverno. A única vantagem real do imperialismo, segundo Hobson, era o escoamento da sobrepopulação industrial da Inglaterra; o movimento migratório para as colônias poupava a grande potência de “uma revolução social”. Nesse ponto, não havia diferenças entre o liberal Hobson e o imperialista Rhodes.

Hobson explicou as “contradições do imperialismo” a partir das “recorrentes crises do capitalismo, quando a superprodução se manifesta nas principais indústrias”. Hobson não escondeu que o novo imperialismo capitalista, apesar de ser um “mau negócio para a nação”, era um bom negócio para certas classes, cujos “bem organizados interesses de negócios são capazes de sufocar o débil e difuso interesse da comunidade” e de “usar os recursos nacionais para seus lucros privados”. Por outro lado, assinalava que “os termos *credor* e *devedor*, aplicados aos países, mascaram a principal característica deste imperialismo. Já que, se as dívidas são ‘públicas’, o crédito é quase sempre privado”. Dentro da classe capitalista tendia a predominar a figura do *rentier* desvinculado da produção;¹²² o capital financeiro passava a comportar-se como um prestamista e, finalmente, como um agiota internacional, criando um sistema internacional de dívidas cada vez maior. Por trás dessas classes estava o grande “capital cosmopolita”, em primeiro lugar a indústria pesada, direta e indiretamente interessada nos gastos *de armamento*: “O imperialismo agressivo, que custa caro ao contribuinte, é fonte de grandes lucros para o investidor que não encontra no interior um emprego lucrativo para o seu capital”. O desenvolvimento *armamentista* tinha, para ele, razões *econômicas*

¹²² Cf. Nikolai Bukhárin. *Economia Política del Rentista*. Barcelona, Laia, 1974. Nesse texto, Bukhárin se ocupou pioneiramente da “revolução marginalista” na teoria econômica como expressão “teórica” do parasitismo financeiro do capital monopolista.

e consequências *políticas*. Levava a que “malvados demagogos políticos controlem a imprensa, as escolas e se necessário as igrejas, para impor o capitalismo às massas”. Para Hobson, “a essência do imperialismo consiste no desenvolvimento dos mercados para o investimento e não para o comércio”, e não em “missões de civilização” (o estilo ideológico europeu) ou “manifestações de destino” (o estilo norte-americano).

Os autores marxistas privilegiaram as relações econômicas e suas consequências políticas na sua análise. A definição mais breve possível do imperialismo era, segundo Lênin, “a fase monopolista do capitalismo”.¹²³ A relação entre a Bolsa (as companhias capitalistas), a partilha colonial, e o desenvolvimento do capital bancário, foi o eixo da interpretação feita por Lênin, que associou as noções de capital monopolista, capital financeiro e imperialismo: “Os bancos se transformam e, de modestos intermediários, viram poderosos monopólios, que dispõem da quase totalidade do capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos pequenos proprietários, assim como da maior parte dos meios de produção, e das fontes de matérias primas de um dado país, ou de vários países”. Lênin se opôs a ideia de Kautsky, para quem o imperialismo consistia, basicamente, na colonização dos países agrários pelos países industriais, um processo inexorável do “progresso”: o imperialismo era o produto da monopolização e contradições do capitalismo nas metrópoles.

Bukhárin, em obra prefaciada por Lênin, resumiu as características do imperialismo capitalista, tirando conclusões históricas e políticas: “O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial deu um salto gigantesco nas últimas décadas. No processo de luta pela concorrência, a grande produção saiu vitoriosa em todas as partes, agrupando os magnatas do capital em uma férrea organização que estendeu sua ação à totalidade da vida econômica. Uma oligarquia financeira instalou-se no poder e dirige a produção, que se encontra reunida em um só feixe por meio dos bancos.

¹²³ A concepção mais claramente antitética à de Lenin foi posta posteriormente por Joseph A. Schumpeter, para quem o imperialismo não era componente orgânica do capitalismo, mas fruto de ressábios pré-capitalistas: situados em diversas esferas (política, cultural, econômica) esses ressábios se contraporiam à lógica do capital, mas seriam capazes de se impor politicamente, gerando a política imperialista (Joseph A. Schumpeter. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961).

Este processo de organização partiu de baixo para se consolidar no marco dos Estados modernos, que se converteram nos intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro. Cada uma das economias nacionais desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformou-se em uma espécie de truste nacional de Estado...

As contradições da fase precedente não se anulavam, ao contrário, atingiam seu paroxismo, pois: “O processo de organização das partes economicamente avançadas da economia mundial é acompanhado de um agravamento extremo da concorrência mútua. A superprodução de mercadorias, inerente ao desenvolvimento das grandes empresas, a política de exportação dos cartéis e a redução dos mercados por causa da política colonial e aduaneira das potências capitalistas; a desproporção crescente entre a indústria, de desenvolvimento formidável, e a agricultura, atrasada; enfim, a imensa proporção da exportação de capital e a submissão econômica de países inteiros por consórcios de bancos nacionais, levam o antagonismo entre os interesses dos grupos nacionais do capital até o paroxismo. Estes grupos confiam, como último recurso, na força e potência da organização do Estado e em primeiro lutar da sua frota e de seus exércitos... Uma unidade econômica e nacional, autossuficiente, aumentando sem fim sua força até governar o mundo em um império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro”.¹²⁴

Lênin caracterizou o imperialismo pela hegemonia do *capital financeiro* (fruto da fusão do capital bancário e do capital industrial, como analisou também pioneiramente Rudolf Hilferding);¹²⁵ pela nova função dos bancos e pela exportação de capitais. Isso gerava a necessidade de uma nova partilha do mundo entre os grupos capitalistas, tendo à testa seus respectivos Estados Nacionais: “O imperialismo, como fase superior do capitalismo na América do Norte e na Europa, e depois na Ásia, formou-se plenamente no período 1898-1914. As guerras hispano-americana (1898), anglo-bôer (1899-1902) e russo-japonesa (1904-1905), e a crise econômica de Europa em

¹²⁴ Nikolai Bukhárin. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.

¹²⁵ Rudolf Hilferding. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

1900, são os principais marcos históricos dessa nova época de historia mundial".¹²⁶

O que se fechava era o ciclo histórico do capitalismo de livre concorrência e definitiva passagem para uma nova época marcada por cinco traços fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que cria os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

O imperialismo era por isso uma *era de guerras e revoluções*. Na medida em que amadureciam as contradições do processo de acumulação nacional nos países capitalistas avançados, os aparelhos, principalmente bélicos, do Estado passaram a ser usados para garantir a exportação de capital, ou seja, para garantir a "receptividade" do capital internacional nas regiões "menos desenvolvidas" e se contrapor aos adversários metropolitanos. O grau de "receptividade" das regiões subdesenvolvidas à exploração externa estava diretamente relacionado ao tamanho do interesse do capital internacional - e, portanto, das classes dominantes dos países de capitalismo adiantado - pelas regiões cobiçadas.

Esses interesses provinham das necessidades de exportações de capital acrescidas da necessidade de insumos e matérias-primas a preços mais baixos: "A exportação de capital influi sobre o desenvolvimento do capitalismo nos países onde o capital é aplicado, acelerando-o extraordinariamente. Se por esta razão, tal exportação pode ocasionar, até certo ponto, uma determinada estagnação do desenvolvimento dos países exportadores, isto só pode ser produzido à custa da ampliação e do aprofundamento do desenvolvimento do capitalismo no mundo todo".¹²⁷

¹²⁶ V. I. Lênin, *El imperialismo y la escisión del socialismo* (1916). *Obras Completas*, vol. 30, Moscú, 1963. p. 180.

¹²⁷ V. I. Lênin. *Op. Cit.*

Bukhárin caracterizou o imperialismo como “a reprodução ampliada da concorrência capitalista” e concluiu que “não é pelo fato de constituir a época do capitalismo financeiro um fenômeno historicamente limitado que se pode, entretanto, concluir que ela tenha surgido como um *deus ex machina*. Na realidade, ela é a sequência histórica da época do capital industrial, da mesma forma que esta última representa a continuidade da fase comercial capitalista. Esta é a razão pela qual as contradições fundamentais do capitalismo - que, com seu desenvolvimento, se reproduzem em ritmo crescente - encontram, em nossa época, expressão particularmente violenta”.¹²⁸

Para Rosa Luxemburgo, o imperialismo era uma necessidade inelutável do capital, de qualquer capital e não necessariamente do capital monopolista ou financeiro; era a forma concreta que adotava o capital para poder continuar sua expansão, iniciada nos seus próprios países de origem, e levada, por sua própria dinâmica, ao plano internacional, no qual se criavam as bases de seu próprio desmoronamento: “Deste modo o capital prepara duplamente sua derrubada: por um lado, ao estender-se à custa das formas de produção não capitalistas, aproxima-se o momento em que toda a humanidade se comporá efetivamente de operários e capitalistas, situação em que a expansão ulterior e, portanto, a acumulação, se farão impossíveis. Por outro lado, na medida em que avança, exaspera os antagonismos de classe e a anarquia econômica e política internacional a tal ponto que provocará uma rebelião do proletariado mundial contra seu domínio muito antes que a evolução econômica tenha chegado até suas últimas consequências: a dominação absoluta e exclusiva do capitalismo no mundo”.¹²⁹

Rosa Luxemburgo defendia que a acumulação de capital, na medida em que saturava os mercados capitalistas, exigia a conquista periódica e constante de espaços de expansão não capitalistas: na medida em que estes se esgotassem, a acumulação capitalista tornar-se-ia impossível, uma análise que foi objeto de críticas de todo tipo: “Se os partidários da teoria de Rosa Luxemburgo querem reforçar essa teoria mediante a alusão à crescente importância dos mercados coloniais; se eles

¹²⁸ Nikolai Bukhárin. *Op. Cit.*

¹²⁹ Rosa Luxemburgo. *La Acumulación del Capital*. Havana, Ciencias Sociales, 1968, p. 430.

se remetem ao fato de que a participação colonial no valor global das exportações da Inglaterra representava em 1904 pouco mais de um terço, enquanto que em 1913 esta participação se aproximava de 40%, então a argumentação que sustentam a favor daquela concepção carece de valor, e, mais do que isto, com ela conseguem o contrário do que pretendem obter. Pois estes territórios coloniais têm realmente cada vez mais importância como áreas de colocação, mas só na medida em que se industrializam; ou seja, na medida em que abandonam o seu caráter não capitalista”.¹³⁰

Rosa chegava à conclusão de uma tendência incontornável para a uniformização *econômica* do mundo capitalista. Ficavam assim obviadas na sua análise as diferenças nacionais no interior do sistema capitalista mundial, que exprimem seu *desenvolvimento desigual e combinado*; países inteiros foram forçados a se integrar ao capitalismo de maneira dependente e associada, outros se impuseram como dominantes e expropriadores de nações.

O imperialismo capitalista foi a mais completa ilustração dessa tendência: “O capitalismo surgiu com muito mais força na Europa e nos Estados Unidos do que na Ásia e na África. Estes foram fenômenos interdependentes, lados opostos de um mesmo processo. O baixo desenvolvimento capitalista nas colônias foi um produto e uma condição do superdesenvolvimento das áreas metropolitanas, que se realizou a expensas das primeiras. A participação de várias nações no desenvolvimento capitalista não foi menos irregular. Holanda e Inglaterra tomaram a dianteira no estabelecimento de formas e forças capitalistas no século XVI e XVII, enquanto a América do Norte estava ainda em grande medida em posse dos indígenas. Entretanto, na fase final do capitalismo, no século XX, os Estados Unidos superaram amplamente a Inglaterra e a Holanda. Na medida em que o capitalismo ia envolvendo em sua órbita um país atrás do outro, aumentavam as diferenças mútuas. Esta crescente interdependência não significa que sigam idênticas pautas ou possuam as mesmas características. Quanto mais se estreitam suas relações econômicas surgem profundas diferenças que os separam. Seu desenvolvimento nacional não se realiza, sob muitos aspectos, através de linhas paralelas, mas através de ângulos algumas

¹³⁰ Henryk Grossman. *Las Leyes de la Acumulación y el Derrumbe del Sistema Capitalista*. México, Siglo XXI, 1977.

vezes divergentes como ângulos retos. Adquirem traços desiguais, mas complementares”.¹³¹

A teoria do “super-imperialismo” de Karl Kautsky, por sua vez, supunha a possibilidade de um grau máximo de monopolização econômica que levaria à eliminação das contradições internas do capitalismo, ou seja, à eliminação da concorrência entre capitais (empresas) e nações; isso era equivalente a conceber um processo de concentração e centralização (estatal) do capital *sem contradições*, isolando uma tendência *real* daquelas que a contrabalançavam: “O processo de internacionalização dos interesses capitalistas obriga imperiosamente à formação de um truste capitalista estatal mundial. Qualquer que seja, entretanto, seu vigor, este processo se vê contrariado por uma tendência *mais forte* à nacionalização de capital e ao fechamento de fronteiras”.¹³²

Os anos que precederam à Primeira Guerra Mundial ilustraram essa tendência contraditória: eles se destacaram pela concorrência desenfreada por mercados espalhados pelo mundo inteiro. O neocolonialismo surgiu nesse momento com o intuito de submeter regiões menos desenvolvidas aos interesses econômicos dos países mais desenvolvidos da Europa, mas também de “fechar” essas regiões à penetração econômica das potências concorrentes.

A questão do imperialismo demorou em ser vista do ângulo de suas vítimas mais diretas, os povos coloniais. Os números da colonização não expressam cabalmente sua realidade humana espantosa, em especial na África. A história colonial de Leopoldo II, rei da Bélgica (1835-1909), no Congo, expõe um dos genocídios mais sangrentos da era contemporânea. Na Europa, Leopoldo disfarçava sua “obra” colonial exploradora de uma aureola de altruísmo, defesa do livre comércio e luta contra o comércio de escravos, mas, na África, expropriava os povos locais de todas suas terras e recursos, com seu exército privado, que submetia à população a trabalhos forçados. A crueldade repressiva incluía assassinatos, violações, mutilações e decapitações. Dez milhões de congolezes, estimadamente, perderam a vida entre 1885 (ano do reconhecimento internacional do “Livre Estado do Congo”) até 1908 (alguns autores elevam a cifra até 20 milhões). Leopoldo II

¹³¹ George Novack. *El Desarrollo Desigual y Combinado en la Historia Mundial*. La Paz, El Viejo Topo, sd, p. 35.

¹³² Nikolai Bukhárin. *Op. Cit.*, p. 106.

morreu em 1909; durante seu reinado a população do Congo se reduziu em dois terços (de trinta para nove milhões de habitantes nativos).

A devastação da população do mundo colonial e semicolonial combinou a violência direta e a indireta (a dizimação populacional como resultado da depreciação espetacular das condições de vida ou da marginalização social), o que levou Mike Davis a se perguntar pela razão pela qual, no século em que a fome desapareceu para sempre da Europa ocidental, ela "aumentou de forma tão devastadora em grande parte do mundo colonial? Do mesmo modo, como pesarmos as presunçosas afirmações sobre os benefícios vitais do transporte a vapor e dos modernos mercados de grãos, quando tantos milhões, sobretudo na Índia britânica, morreram ao lado dos trilhos das ferrovias ou nos degraus dos depósitos de grãos? E como explicarmos, no caso da China, o drástico declínio na capacidade do Estado de proporcionar assistência social popular, em especial no socorro à fome, que pareceu seguir a passo travado a forçada "abertura" do império para a modernidade pela Grã-Bretanha e as outras potências... Não estamos tratando de "terras de fome" paradas nas águas estagnadas da história mundial, mas do destino da humanidade tropical no exato momento (1870-1914) em que sua mão de obra e seus produtos eram dinamicamente recrutados para uma economia mundial centralizada em Londres. Milhões morreram, não fora do "sistema mundial moderno", mas exatamente no processo de violenta incorporação nas estruturas econômicas e políticas desse sistema. Morreram na idade de ouro do capitalismo liberal; na verdade, muitos foram assassinados, como veremos, pela aplicação teológica dos princípios sagrados de Smith, Bentham e Mill".¹³³

A fúria da conquista colonial teve em considerações de "superioridade civilizacional" seu principal alicerce

¹³³ Segundo Davis, "o único historiador do século XX que parece ter claramente compreendido que as grandes fomes vitorianas (pelo menos, no caso indiano) eram capítulos integrais na história da modernidade capitalista foi Karl Polanyi, em seu livro de 1944, *The Great Transformation*. "A verdadeira origem das fomes nos últimos cinquenta anos", escreveu, "foi a livre comercialização de grãos, combinada com a falta de rendimentos locais"". A observação não é verdadeira, pois ignora numerosos estudos e denúncias sobre a barbárie colonial produzidos antes dessa data.

ideológico,¹³⁴ e produziu vítimas em número maior aos holocaustos europeus do século XX: “Cada seca global foi o sinal verde para uma corrida imperialista pela terra. Se a seca sul-africana de 1877, por exemplo, foi a oportunidade de Carnarvon para atacar a independência zulu, a fome etíope de 1889-91 foi o aval de Crispi para construir um novo Império Romano no Chifre da África. Também a Alemanha guilhermina explorou as inundações e a seca que devastaram Shandong no final da década de 1890 para expandir agressivamente sua esfera de influência no norte da China, enquanto os Estados Unidos, ao mesmo tempo, usaram a fome e a doença causadas pela seca como armas para esmagar a República das Filipinas de Aguinaldo. Mas as populações agrícolas de Ásia, África e América do Sul não entraram tranquilamente na nova Ordem Imperial. As fomes são guerras pelo direito de existência. Embora a resistência à fome na década de 1870 (à parte o sul da África) fosse esmagadoramente local e turbulenta, com poucos casos de organização insurrecional mais ambiciosa, sem a menor dúvida teve muito a ver com as recentes lembranças do terror de estado da repressão do Motim Indiano e da Revolução de Taiping. A década de 1890 foi uma história inteiramente diferente, e os historiadores modernos têm estabelecido com muita clareza a contribuição da seca/fome na Rebelião dos Boxers, no movimento coreano de Tonghak, na sublevação do Extremismo Indiano e na Guerra de Canudos brasileira, além de inúmeras revoltas no leste e no sul da África. Os movimentos milenaristas que varreram o futuro "Terceiro Mundo" em fins do século XIX extraíram grande parte de sua ferocidade escatológica da agudeza dessas crises de subsistência e ambientais”.¹³⁵

Na “era do imperialismo”, no entanto, não houve convergência entre a resistência dos povos coloniais e a luta do proletariado metropolitano. A maioria da classe operária das metrópoles achava que poderia tirar vantagens da conquista colonial (e, de fato, tirava-as, pelo menos suas camadas mais bem posicionadas, a chamada “aristocracia operária”). A maior parte da população dos países imperialistas acreditava que a

¹³⁴ Alguns socialistas metropolitanos admitiam a expansão colonial em nome da “obra civilizadora” de seus países, e se definiam, como o alemão Eduard David, “social-imperialistas”.

¹³⁵ Mike Davis. *Holocaustos Coloniais*. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Record, 2002.

dominação colonial era justa e até benéfica à humanidade, em nome de uma “ideologia do progresso” etnocêntrica, baseada na ideia de que existiam povos – os europeus – superiores a outros; o racismo rasteiro e o darwinismo social pseudocientífico interpretavam a teoria da evolução a sua maneira, afirmando a hegemonia de alguns pela seleção natural biológica aplicada à sociedade. De modo geral, com a consolidação social da forma capital na era dos monopólios, a visão *mecanicista* do mundo típica dos séculos XVII e XVIII foi sendo substituída pelo biologismo, que tendeu a substituir a mecânica estática, através de formas de pensamento como a teoria organicista do Estado (Spencer) e as diversas teorias raciais, assim como o darwinismo social.

O darwinismo social justificava a subjugação de determinados povos por outros, tal como na natureza se passava com os seres vivos. A derrota chinesa na guerra de 1894-95 contra o Japão, a humilhação da Espanha pelos Estados Unidos no conflito hispano-americano de 1898, e o recuo francês frente à Grã-Bretanha no incidente de Fashoda, no Alto Nilo (1898-99), foram todos interpretados como provas de que a sobrevivência do mais capaz ditava a sorte das nações tal como nas espécies animais. As lutas das grandes potências já não focavam apenas questões europeias, mas também mercados e territórios que se estendiam por todo o mundo. Os Estados alimentavam um sentimento nacionalista que afetava não só a mentalidade coletiva dos povos subjugados a uma dominação estrangeira, mas também os Estados com uma população homogênea. Nestes últimos, essa ideologia traduzia-se pela vontade de afirmar o poder do Estado e de aumentar seu prestígio e influência no mundo.

Os “darwinistas sociais” eram a variante mais resoluta daqueles que, com Herbert Spencer, transpunham para a sociedade as supostas leis da evolução biológica. Presumiam que a sociedade estava condenada à luta eterna: “Com o renascimento do estatismo, a ênfase da fórmula sincrética social-darwinista se deslocou da santificação da competição desregrada da economia e da política do *laissez-faire* para a justificação das lutas disciplinadas do imperialismo social, tanto a nível interno como externo. No final do século XIX, a luta organizada pela sobrevivência entre as nações eclipsou os conflitos desordenados no interior da sociedade. Essa transposição da disputa permanente da esfera nacional para a internacional coincidiu com uma grande transformação na

concepção de mundo das classes dominantes e governantes: de um tradicionalismo confiante e flexível para um conservadorismo, para não dizer reação, pessimista e rígido”.

Desse modo, “as antigas elites estavam preparadas para empregar a supremacia ressurgente da política exterior e imperial para reforçar suas posições internas. Apoiadas pela casta guerreira poderiam, até, se declarar especialmente qualificadas para dirigir a guerra de todos contra todos na arena mundial, onde a vitória militar constituiria a suprema prova de aptidão. A segunda metade do século XIX foi rica em lições para as poucas grandes potências determinadas a lutar pela supremacia, mais do que pela mera sobrevivência. A conquista das Alemanhas pela Prússia, a ascendência do Piemonte na Itália e o triunfo do norte na guerra civil americana haviam validado recentemente a lei dos fortes. Por sua vez, a derrota da França em 1870, a rendição da Espanha em 1898 e os malogros da Inglaterra na guerra dos bôers mostraram as consequências da fragilidade e decadência nacionais. Os conflitos sociais, outrora glorificados como fonte e sinal de vigor, agora eram acusados de roubar a força externa da nação”.¹³⁶

¹³⁶ Arno Mayer. *Op. Cit.* Não faltou ao darwinismo social uma expressão filosófica sofisticada, como constatou o autor: “O darwinismo social justificou mais do que provocou o realinhamento europeu quanto a perspectivas e políticas. Proporcionou um apoio pseudocientífico para as antigas classes dominantes e governantes que vinham se reafirmando. O darwinismo social se adequava à sua mentalidade elitista, onde a ideia de desigualdade estava profundamente enraizada. Em sua concepção, homens eram desiguais por natureza, e o mesmo ocorria quanto à estrutura da sociedade, para sempre destinada a ser dirigida pela minoria dos mais aptos a governá-la. O darwinismo social e o elitismo brotaram de um único e mesmo solo. Ambos desafiavam e criticavam o Iluminismo do século XIX, e mais particularmente as pressões pela democratização social e política. O termo *elite*, carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX, e recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades ainda dominadas pelo elemento feudal. Mas, por toda a Europa, as teorias da elite espelhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes, ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural. Nietzsche foi o menestrel-mor dessa batalha. Não obstante as contradições e elipses propositadamente provocadoras de seus textos, seu pensamento era coerente e consistentemente antiliberal, antidemocrático e anti-socialista. Nietzsche era um social

Por trás dessas manifestações ideológicas havia um processo econômico de consequências sociais e políticas que marcavam uma virada de época. A era da ilusão liberal do livre entrelaçamento econômico dos indivíduos foi substituída pela era das relações entre monopólios. O imperialismo caracterizou-se pela *produção multinacional*. A mistificação capitalista da livre concorrência entre indivíduos independentes cedeu lugar à produção em larga escala e à concentração e centralização de capitais. A absorção dos indivíduos às leis do modo de produção capitalista poderia (e deveria) agora exprimir-se diretamente como subordinação de uma classe a outra, não mais aparecendo como relação entre indivíduos singulares. A alteração sofrida pelo conceito de Estado acompanhou o fim do capitalismo da livre concorrência. No capitalismo monopolista a ideologia prevaiente passou a ser a que assegurava à própria nação o domínio internacional, “ambição esta tão ilimitada quanto a própria ambição do capital por conquistar o lucro”.¹³⁷

Embutida nessa afirmação surgiu a noção de *realidade natural*, fundamentada na afirmação “científica” da superioridade racial. Seu grande teórico do século XIX foi o pseudointelectual francês Conde de Gobineau (leitura de cabeceira de Mussolini e Hitler). A “nação” imperialista pavimentava o caminho do Estado racista, ou, como disse Trotsky, “para elevar à nação por cima da história, deu-se lhe o apoio da raça. A história passou a ser considerada como uma emanção da raça. E as qualidades da raça são construídas de modo independente das condições sociais”. A ideologia nacional-imperialista tinha dois gumes, dirigidos respectivamente contra os povos coloniais e contra os concorrentes imperialistas. A principal consequência do imperialismo foi acirrar as disputas internacionais entre as potências europeias. Até 1870, a única potência realmente *mundial* fora a Inglaterra, que possuía um império que começara a ser erigido no século XVII, com uma marinha cada

darwinista inveterado, do tipo pessimista e brutal. Para ele, o mundo era um lugar de luta permanente, não só pela mera existência ou sobrevivência, mas também pela dominação, exploração e subjugação criativas”. Leon Trotsky criticou as teorias elitistas nietzscheanas, em especial as bobagens acerca do “super-homem”, cujo sucesso no mundo intelectual Trotsky qualificou de expressão passageira de uma pequena burguesia metropolitana em vias de lumpenização.

¹³⁷ Rudolf Hilferding. *Op. Cit.*, p. 314.

vez mais eficiente, e uma política econômica liberal a partir de meados do século XVIII. No último quartel do século XIX, tornou-se comum na Europa a ideia de que cada país deveria transformar-se em uma potência mundial, vinculada com o prestígio da nação, o equilíbrio político europeu, e a influência que a nação podia e devia exercer no mundo.

A formação de um império colonial por parte de um país foi vista como instrumento de força e prestígio que podia romper o equilíbrio entre as potências. Um exemplo disto foi a disputa pelo Egito entre Grã-Bretanha e França. Os Estados, levados a uma concorrência política crescente com os vizinhos, estabeleceram alianças para evitar o isolamento. A primeira aliança internacional foi a austro-alemã de 1879, que se transformou em *Tríplice Aliança* em 1882, com o ingresso da Itália. A França, isolada, buscou seus próprios aliados: primeiro a Rússia, com a qual firmou uma aliança em 1894, e em seguida, em 1904, a Grã-Bretanha. Finalmente o acordo anglo-russo de 1907 fez surgir a *Entente Cordiale*. Os blocos beligerantes da Primeira Guerra Mundial estavam já formados.

As potências econômicas chegadas tardiamente na corrida colonial enfatizaram a ideia de sua superioridade nacional. Em 1894 criou-se a Liga Pangermânica (*All-Deutscher Verband*). Começou por reivindicar os territórios em que se falava alemão, ou um dialeto germânico, a teoria da *Muttersprache* (língua materna) e, depois, os territórios que no passado tinham sido “alemães” (teoria da “Grande Alemanha”), mas já se manifestava também outra teoria: “Somos o povo mais capaz em todos os domínios do saber e das belas artes. Somos os melhores colonos, os melhores marinheiros, e mesmo os melhores comerciantes; e, todavia, não conseguimos alcançar a nossa parcela na herança do mundo, porque não queremos aprender a ir buscar à história as lições salutares. Que o Império Alemão seja, não o fim, mas o início da nosso desenvolvimento nacional!”, escrevia Fritz Sely, em *Die Weltstellung des Deutschtums* (A Situação Mundial do Poder Alemão), panfleto popular de 1897. O “povo superior” não era ainda a “raça superior”, mas a distância entre ambos os conceitos era pequena.

O primeiro plano da cena mundial tendia a ser ocupado pelas contradições “interimperialistas”, em especial entre as velhas potências e as novas em processo de expansão (Alemanha e EUA): “O coração da Europa estava ocupado por um país que, em poucas décadas, tornou-se o mais

industrializado, cuja velocidade de desenvolvimento industrial e comercial ultrapassa à dos países industriais mais antigos, que apareceu nos mercados mundiais no momento em que os territórios antes livres da dominação europeia já estavam todos ocupados, como colônias ou semicolônias dos Estados industriais mais antigos”.¹³⁸ Para a Alemanha só restavam duas possibilidades: a constituição de um bloco colonial fora da Europa, ou uma expansão em direção da Turquia, ao longo da linha Berlim-Belgrado. Ambas as possibilidades se chocavam diretamente com as posições britânicas. O conjunto das contradições acumuladas provocou crises internacionais a partir dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do século XX (guerra hispano-americana, guerra dos bôers, guerra russo-japonesa) até literalmente explodirem na Primeira Guerra Mundial.

Os conflitos interimperialistas não aconteceram só entre potências capitalistas antigas e novas, isto é, não pouparam as antigas potências coloniais dominantes. A principal rivalidade anglo-francesa ocorreu na Indochina. Os ingleses, procurando garantir seu império indiano, avançaram para o leste (Birmânia), e na Malásia para o norte. Os franceses, tentando chegar à China, ocuparam sucessivamente o Camboja, a Cochinchina, o Anã, o Tonquim e o Laos; à medida que se instalavam, seus interesses fixaram-se na exploração dos recursos naturais: minerais, carvão, seda, arroz, etc. Os rivais defrontaram-se no Sião (Tailândia), sendo a disputa resolvida pelos acordos de 1896 e 1907, que estabeleceram áreas de influência na região. O Império Britânico, no seu auge final, que precedeu em algumas décadas sua queda, dominava 458 milhões de pessoas, mais de um quarto da população do mundo à época, e abrangia mais de 33,7 milhões de km², quase um quarto da área total da Terra, e era invejado pelos imperialismos rivais.

A rivalidade anglo-russa, por sua vez, tinha sido uma constante na questão relativa ao Império Otomano. Essa rivalidade se refletiu na Ásia devido à decisão russa de expandir-se na Ásia Central (Turquestão) na década de 1880, aproximando-se assim das fronteiras da Índia, principal colônia inglesa.

¹³⁸

Fritz Strenberg. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979.



O último Império Britânico (em vermelho)

Em reação, Inglaterra impôs um quase protetorado ao Afeganistão, que se constituiu assim num Estado-tampão entre as duas potências. A tensão levou à iminência de uma guerra anglo-russa, provisoriamente sufocada. A rivalidade russo-japonesa pela supremacia na bacia do Pacífico eclodiu na guerra russo-japonesa de 1905, vencida de modo surpreendente pelo Japão. A guerra concluiu com o Tratado de Portsmouth (em New Hampshire, nos EUA), a 5 de agosto de 1905. A vitória sobre a Rússia permitiu ao Japão ascender à categoria de potência mundial: seu governo investiu na indústria militar; o imperialismo japonês se desenvolveu ainda mais.

Na Europa, contra Alemanha, França agitava a questão da Alsácia-Lorena, cedida à Alemanha pelo acordo que deu fim à guerra franco-prussiana, para preparar sua opinião pública para uma guerra (que era, no fundo, uma disputa franco-germânica pelo Norte da África). A Inglaterra, principal potência colonial, pretendia manter o *statu quo*, aparecendo como defensor da paz (britânica). A Rússia advogava a questão nacional nos Bálcãs, de olho no iminente desmembramento do obsoleto Império Otomano. Itália, potência menor, reivindicava territórios do decadente império austríaco dos Habsburgo, e alguns despojos do próprio Império Otomano (a *Entente* lhe ofereceu o Trentino, Trieste e a Valônia, para garantir sua participação na coalizão).

A perspectiva de uma guerra europeia (que, pela extensão dos interesses coloniais das potências, seria mundial) era já visível em finais do século XIX, sendo denunciada em março de 1897 no parlamento francês pelo deputado

republicano-socialista Jean Jaurès: “Por toda parte os orçamentos da guerra expandem-se e crescem de ano para ano; e a guerra, por todos amaldiçoada, por todos temida, por todos condenada, pode rebentar sobre todos de um momento para o outro”. Embora potente, a voz de Jaurès era quase isolada (e foi silenciada pela bala de um nacionalista francês em 1914).¹³⁹ A *belle époque* foi uma *fuite en avant* diante das perspectivas sombrias que se desenhavam no horizonte histórico.

O apelo à identidade nacional, ao nacionalismo, foi um elemento central para transformar a participação política em “psicose de massa”. Nacionalismo não significava apenas a manipulação da consciência das massas, com o propósito de desviar as contradições sociais internas e a “ameaça” dos trabalhadores para xenófobas imagens de supostos inimigos externos. O nacionalismo do final do século XIX, num sentido amplo, refletia a tentativa de encontrar novas identidades e novos pontos de referência para os mais diversos grupos sociais e classes. As principais correntes do nacionalismo na Europa alteraram o seu caráter: na Itália, o nacionalismo do *risorgimento*, liberal e libertário, cedeu lugar a um nacionalismo integrista, militante, expansionista e chauvinista. Na primeira metade do século XIX, o nacionalismo associava-se à autodeterminação democrática dos povos e dos indivíduos, assim como à luta contra o domínio aristocrático.

A partir da década de 1880, a direita política metropolitana reivindicou o monopólio do patriotismo, expurgado de ideais democráticos. Como fenômeno de massas, o nacionalismo direitista caracterizou especialmente países como a Alemanha, com a oferta compensatória de grandeza nacional. A emergência de um nacionalismo integrista foi um fenômeno geral na Europa, e chegou também aos Estados Unidos. Na França, assumiu a forma do chauvinismo francês, na Grã-Bretanha a do jingoísmo e, nos Estados Unidos, a do chamado “novo imperialismo”. Tais ideologias, que colocavam suas próprias nações acima de tudo o mais, se tornaram forças políticas efetivas na virada para o século XX. O nacionalismo integrista francês, por exemplo, foi politicamente periférico durante muito tempo, não representava qualquer movimento de massa. Ele se popularizou após a segunda crise marroquina,

¹³⁹ O “pacifismo” inglês era a defesa do *statu quo ante*, e era puramente verbal (pois a Inglaterra, tanto quanto as outras potências europeias, armava-se até os dentes).

em 1911, unindo duas correntes - a do revanchismo antialemão e a do imperialismo colonial.

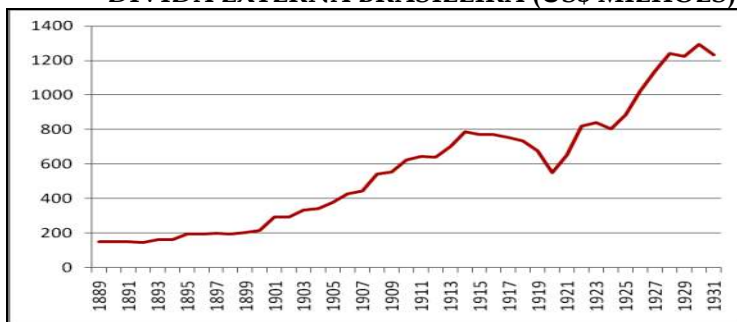
Como resultado do avanço do nacionalismo, o pensamento social-darwinista influenciou a percepção das relações internacionais de modo cada vez mais forte: os Estados estariam em posições opostas entre eles mesmos, permanentemente, numa luta pela sobrevivência, e o crescimento do poder de um Estado ocorreria apenas à custa da perda de poder de outro, numa lógica de soma-zero. Contemporaneamente à emergência dos nacionalismos integristas nos principais Estados europeus, no último quartel do século XIX, continuaram os nacionalismos irredentistas na parte europeia do Império Otomano e no Estado multiétnico da Áustria-Hungria. Nos Bálcãs, esses nacionalismos irredentistas produziram grandes tensões entre Estados, com os nacionalismos sérvio e bósnio, e no contexto internacional um conflito iminente e agudo entre Rússia e Áustria-Hungria. O planejamento militar ganhou uma dinâmica própria e demarcou os limites das decisões políticas.

A expansão mundial do capital financeiro mudou também a estrutura econômica, social e cultural das áreas periféricas. O imperialismo provocou, mediante a exportação de capitais, o desenvolvimento do comércio e das forças produtivas de vários países periféricos, incluindo o Brasil (ou mais especificamente São Paulo e Rio de Janeiro) e a Argentina (ou, mais especificamente, Buenos Aires), e sua “europeização” econômica e cultural. No Brasil, os primeiros investimentos ingleses em serviços urbanos datam do começo da década de 1860, com a instalação de companhias de iluminação pública a gás, de transporte urbano e de água e esgoto. A partir da segunda metade do século XIX a capital do Brasil se consolidou como centro financeiro, comercial e portuário, com a maior concentração operária do país - sendo superada por São Paulo somente na década de 1920 -, pois detinha 57% do capital industrial brasileiro, com os maiores investimentos em transporte, ferrovias e no setor manufatureiro. No início do século XX, no entanto, a participação maior no mercado brasileiro já era, em primeiro lugar, de produtos norte-americanos, seguida de produtos ingleses, italianos e franceses. Cidades como Rio de Janeiro e Buenos Aires eram “cosmopolitas”. Consumiam-se as últimas modas de Paris e se convivia com inúmeras empresas de capital estrangeiro, que

controlavam quase todas as empresas fornecedoras de serviços públicos (transporte, energia, água potável encanada).

O Brasil entrou na era das ferrovias nos anos 1850, com forte presença do Estado. Políticos imperiais preferiram, para construí-los, mobilizar capitais privados externos garantindo retornos de 7% ao ano sobre o capital investido. Em 1893, todas as empresas estrangeiras com garantia de lucros, excetuando-se a próspera *São Paulo Railroad*, obtiveram uma média de rentabilidade de apenas 0,3% antes do subsídio. A maioria das empresas não poderia depender da própria rentabilidade, pois ela vinha exclusivamente das garantias de pagamento de taxas fixas. Em 1898, o peso das garantias de rentabilidade comprometeu um terço do orçamento da União, motivando em 1901 o governo Campos Salles, a contragosto, à expropriação de doze companhias. As aquisições de ferrovias estrangeiras em dificuldades cresceram. Em 1898, o governo detinha 34% das ferrovias diretamente, e indiretamente bancava sua rentabilidade: a estatização estava ligada a salvação do patrimônio privado. A captura financeira do Estado brasileiro continuou a todo vapor, assim como em outros países da região.

DÍVIDA EXTERNA BRASILEIRA (US\$ MILHÕES)



O caso argentino ilustra melhor as consequências da expansão mundial do capital na sua periferia. No século XIX (até a grande imigração) Argentina era um dos países menos povoados da América do Sul e, com certeza, o menos denso do ponto de vista populacional: no período da sua independência, sua população mal atingia um milhão de habitantes; o Alto Peru (a atual Bolívia) possuía então quatro milhões. Na década de 1880 concluiu a “Campanha do Deserto”, ou seja, a ocupação do território argentino; houve também a eclosão da grande

imigração; Buenos Aires transformou-se na capital da República. A “geração de 80” é considerada a efetiva forjadora da nacionalidade argentina. Em 1869, a população urbana não chegava a 33% do total, mas ela atingiu 42% em 1895 e 58% em 1914. A título de comparação, a população rural na França girava em torno de 50% ainda em 1946.

A Argentina moderna, resultado da ocupação do seu território atual, foi um produto do século XIX, em especial do processo de imigração europeia, que levou ao país milhões de trabalhadores europeus - 160.000 estrangeiros aportaram entre 1861 e 1870; o número de imigrantes chegou a 841.000 de 1881 a 1890, e a 1.764.000 de 1901 a 1910. No total, de 1857 a 1930, o “deserto argentino” recebeu 6.330.000 imigrantes; levando-se em conta o retorno dos trabalhadores sazonais (ou “andorinhas”), deixou um saldo de 3.385.000 imigrantes. A Argentina contava, no seu primeiro recenseamento em 1869, com 1.737.000 habitantes: a Argentina moderna resultou de uma transfusão de população que foi, em termos relativos, a mais intensa do Novo Mundo (incluindo os Estados Unidos). Desde o início, a urbanização esteve marcada pela sua extrema concentração em Buenos Aires, que absorveu um terço da sua população total. A questão da posição política de Buenos Aires, por isso, dominou o período da formação da nacionalidade, e foi o problema que esteve por trás de mais de meio século de guerras civis ao longo do século XIX. Proclamada a Confederação Argentina em 1852, ainda seria necessária uma década para superar a cisão política Buenos Aires-interior: “Logo depois da derrota de Buenos Aires na batalha de Cepeda em 1859, iniciou-se o processo que levaria à definitiva constituição do Estado nacional. O Pacto de San José de Flores, em novembro desse ano, significou o primeiro passo dado ao longo de um caminho que terminaria em 1880 com a federalização da cidade de Buenos Aires. As rendas da aduana portenha deixaram então de pertencer ao Estado provincial e passaram a engrossar os fundos nacionais. Concluía-se um ciclo”.¹⁴⁰

A década de 1880 foi um período de acelerada expansão econômica na Argentina. O volume de investimento de capitais ultrapassou nesses anos o de todos os anos anteriores, especialmente quanto aos capitais britânicos. Os

¹⁴⁰ Maria D. Bejar. *Buenos Aires y la Aduana 1809-1862*. Buenos Aires, CEAL, 1984, p. 96.

investimentos do Império Britânico em empresas de ações da Argentina, que antes da presidência de Roca chegavam à soma de 25 milhões de libras, aumentaram, em 1885, para 45 milhões, e em 1890 atingiam 150 milhões. Cabe destacar que em 1889 a Argentina absorveu entre 40 e 50% de todos os investimentos externos britânicos: “No final do século XIX e início do XX, estamos em pleno período de formação da Argentina moderna. Nessa conjuntura combina-se desde o triunfo dos grupos liberais com a chamada `geração de 80' até a penetração do capital estrangeiro na formação dos laços de dependência financeira através das pautas que fixam o novo mecanismo de relação imperialista a nível internacional. Ao longo de todo esse processo corre o impacto de uma imigração massiva (especialmente italiana e espanhola), o boom de uma atividade cerealista como característica nova de uma Argentina tradicionalmente saladeirista, e a formação industrial com o aparecimento de oficinas e indústrias novas, o que implica o surgimento de um proletariado urbano enquanto um novo tipo de fenômeno social na sociedade rio-platense”.¹⁴¹

A crise econômica de 1890 foi responsável pela deflagração de mudanças políticas, debilitando o antigo caudilhismo, preparando o nascimento da União Cívica Radical (que governaria o país a partir de 1916) e, pouco depois, do Partido Socialista; ao mesmo tempo, estimulando um revigoramento do sindicalismo operário, tudo num quadro de crise do processo de urbanização centralizado em Buenos Aires: “Suspenderam-se momentaneamente as obras públicas; entre elas, a do porto de Buenos Aires, a de abertura da Avenida de Maio, os edifícios do Congresso e do Correio, e importantes obras ferroviárias. Quanto às obras sanitárias, que durante a gestão de Juárez Celman foram arrendadas para a exploração de uma empresa privada, rescindiu-se o contrato, retornando-as ao domínio do Estado”.¹⁴²

Mudou também a situação do país no contexto internacional. Mal consolidada a nação, a crise de 1890 inaugurou o ciclo crônico de dependência financeira da Argentina, em especial com relação à Grã-Bretanha. Numa denúncia parlamentar da última década do século XIX,

¹⁴¹ Alberto J. Plá. Prólogo a: Biale Massé. *Las Clases Obreras a Comienzos del Siglo*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973, p. 7.

¹⁴² José Panettieri. *La Crisis de 1890*. Buenos Aires, CEAL, 1984, p. 14.

caracterizou-se a posição dos ingleses: “Agora dominarão a crise com 41.000.000 de pesos das estradas de ferro de Buenos Aires, o que significa entregar perpetuamente ao estrangeiro três ou quatro milhões de pesos que anualmente terão que suar os filhos desse país; com os 45.000.000 de um empréstimo nacional; com 20.000.000 de um empréstimo municipal, e quem sabe com quantos milhões de papéis de crédito. Apenas no mês de março saíram para a Inglaterra 6.500.000 de pesos em ações do Banco Nacional, dos Muelles das Catalinas e Cédulas Hipotecárias. Com esses 150 ou 200 milhões de pesos, dominarão a crise”.

Paralelamente ao crescimento das classes médias, a configuração da força de trabalho urbana deu-se sob o impacto da imigração, o que lhe conferiu características especiais, posto que essa imigração foi vista como “disposta a aceitar qualquer tipo de trabalho, a trabalhar em qualquer tipo de condições e com qualquer salário. Como se dizia na época, só os índios era capazes de trabalhar em condições piores do que aquelas aceitas pelos italianos. Mas diferentemente dos índios, o que levava boa parte dos italianos a aceitarem qualquer trabalho era a tendência à ‘autodisciplina’ do trabalho motivada pela expectativas de ascensão social. Efetivamente, graças a essa atitude, aceitando as piores condições de trabalho e uma situação de quase subconsumo, alguns desses imigrantes conseguiram forjar pequenas economias que lhes permitiram adquirir outra posição social”.¹⁴³ A transição para o urbano teve características sui generis na Argentina, devido ao paradoxo de tratar-se de um país rural urbanizado: a economia girando em torno do campo, a população em torno das cidades.

Data desse período a formação do *conventillo* (espécie de cortiço), habitação típica da nova força de trabalho, de origem migratória ou rural, cujas condições espantaram os observadores, e serviram de base para a elaboração de novas manifestações culturais. Paralelamente, desenvolveu-se um amplo sistema dedicado à contravenção e ao crime, que aos poucos foi penetrando nos centros nervosos do Estado e da economia: “Inclusive as maiores organizações delitivas tinham as suas relações com o Estado político e com o sistema social e econômico imperante. O trust da prostituição e o tráfico de brancas exercido pela Zwi Migdal se efetuava com a

¹⁴³ Ricardo Falcón. *El Mundo del Trabajo Urbano*. Buenos Aires, CEAL, 1986, p. 115.

cumplicidade da Direção de Imigração, da Polícia e da Municipalidade, de alguns membros do Poder Judicial e Legislativo e dos grandes jornais, que mantinham o silêncio (...). Milhares de mulheres eram trazidas da França, Polônia e Áustria para exercer a prostituição. A Direção de Imigração apenas exigia uma pequena formalidade: o cafetão que tinha feito a viagem com a mulher seguia rumo a Buenos Aires, enquanto a mulher desembarcava em Montevideú, onde a esperava uma suposta parente, outra mulher do cafetão, e um par de dias depois as duas iam para Buenos Aires num barco de carreira".¹⁴⁴

Numa cidade majoritariamente estrangeira desenvolveu-se a xenofobia - contra as manifestações classistas dos trabalhadores estrangeiros -, e ao mesmo tempo, a cumplicidade com o crime importado: "O processo de intranquilidade, xenofobia e retrocesso que vinha se produzindo na Argentina de 1910: "incomodam aos criollos de pura cepa as novas ideias, a preponderância na vida pública do elemento operário, estrangeiro ou de estirpe estrangeira, mas argentino de alma". A passagem do enfrentamento racial para o classista e o político foi se tornando evidente: sempre foi mal vista toda manifestação operária, o que significa estrangeira".¹⁴⁵

O grande protagonista cultural da vida da cidade-porto/escoadouro-capital, e talvez a maior contribuição de Buenos Aires à cultura popular universal, foi o tango. Seu surgimento é inexplicável sem considerar as mudanças urbanas trazidas pela federalização de Buenos Aires e a construção do Porto Novo: "O porto moderno desloca o bairro rico do sul ao norte da cidade. Pontos antes *orilleros* (dos bairros baixos) e depreciáveis como Retiro e Recoleta, passam a ser ocupados por propriedades aristocráticas e palácios afrancesados. O bairro alto (San Telmo), antigo centro residencial da classe alta, fica bloqueado como quase todo o sul da cidade -empobrece e envelhece de inanição. O novíssimo porto atrai a imigração, que vem de longe e fica enraizada na cidade, por falta de um destino próprio. A essa população recente e instável se somam os militares sem ocupação, que recém fizeram a guerra da Tríplice Aliança e lutaram pela nação contra os últimos

¹⁴⁴ Juan J. Sebrelli. *Buenos Aires: Vida Cotidiana y Alienación*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1990, pp. 117-132.

¹⁴⁵ Gladys Onega. *La Inmigración en la Literatura Argentina (1880-1910)*. Buenos Aires, CEAL, 1982, p. 140.

caudillos (Peñaloza, López Jordán, os Varela). Migrantes e imigrantes se juntam nas orillas (zona baixa) da grande cidade, que passa a ser a Capital Federal. O porto aumenta o seu volume de trabalho com as crescentes exportações de produtos agrícolas. A classe que os produz se enriquece rapidamente e se encerra em seus bairros exclusivos, vivendo em seus castelos a ilusão de uma nobreza inexistente. Ao redor dessa urbe luxuosa se estende o subúrbio: Boca, Corrales Velhos, Miserere, Baixo Belgrano, Palermo. A sua população é em grande parte masculina: soldados sem ocupação, mutilados de guerra e mendigos, imigrantes gringos solitários. Uma grande indústria se vislumbra: o prostíbulo, o local de reunião dos homens solitários que não têm onde se reunir. O prostíbulo portenho, o quilombo, organizado como uma grande empresa por europeus a partir da década de 1870, requer a sua música, que toma emprestada dos antigos pequenos locais de diversão *orillera*.¹⁴⁶

O tango nasceu na década de 1880: o primeiro tango assinado (*El Entrerriano*) data de 1896. As características do tango como música de prostíbulos (significativamente chamados de quilombos em Buenos Aires, onde, na primeira metade do século XIX, o termo tinha o mesmo significado que o brasileiro) são evidentes. Mas o tango é, sobretudo, *tristeza*, tristeza urbana da perspectiva perdida no meio da opulenta Buenos Aires criada pelo porto, o mesmo porto em torno do qual florescia a miséria: “Tivemos em Porto Novo uma dessas cidades e sociedades marginais. Levantaram habitações de folhas de alumínio e madeira, como as que Clemenceau viu vinte anos antes nos bairros de Ranas e Nova Pompeya, altos e amplos o suficiente apenas para uma pessoa sentada. Não eram as covas primitivas de quando a cidade não tinha construído mais do que os porões, eram mais uma espécie de barraco de madeira e zinco. Ali havia doenças de todos os tipos, como houvera na cadeia do Cabildo. Imagine o que mil ou cinco mil homens arrancados de suas famílias, demembrados, podem fazer em tais condições de existência”.

Jorge Luis Borges não esqueceu as origens do tango para elevá-lo à altura de expressão cultural típica de Buenos Aires e, através dela, de arte universal: “Tangos de recriminação, tangos de ódio, tangos de desprezo e de rancor foram escritos, obstinados na transcrição e na lembrança. Todo

¹⁴⁶ Blas Matamoro. *Historia del Tango*. Buenos Aires, CEAL, 1971, pp. 5-6.

o perfil da cidade foi entrando no tango; o subúrbio e a vida marginal não foram os únicos temas. No prólogo das sátiras, Juvenal memoravelmente escreveu que tudo aquilo que move os homens - o desejo, o medo, a ira, o prazer carnal, as intrigas, a felicidade - seria matéria de seu livro; exagerando-se, mas não demasiadamente, poderíamos aplicar o seu *quidquid agut homines* ao conjunto das letras de tango. Também poderíamos dizer que estas foram uma desconexa e vasta *comédie humaine* da vida de Buenos Aires".¹⁴⁷

O grande escritor de Buenos Aires no século XX foi a expressão na arte erudita daquilo que o tango expressava na arte popular: "Nossa realidade vital é grandiosa e nossa realidade pensada é mendiga. Aqui não se engendrou nenhuma ideia que se pareça à minha Buenos Aires... Mais do que uma cidade, Buenos Aires é um país que exige poesia e música", disse o bardo. Se o porto (as exportações dirigidas às metrópoles) varreu os restos da Argentina colonial e os remanescentes de Buenos Aires como "grande aldeia", a industrialização varreu a Buenos Aires cosmopolita e *conventillera* do tango. O tango sobreviveu à perda da sua base social original, quando a *urbs* portuária e imigratória foi substituída pela *urbs* industrial. Impiedosamente, o capital varreu na sua expansão mundial as velhas configurações e culturas, fazendo nascer outras, que também se projetaram mundialmente.

Não havia país onde substanciais garantias não foram oferecidas ao capital externo. Nos Estados Unidos o procedimento era mais sofisticado: o Estado comprava as ações das empresas ferroviárias mesmo sabendo da baixa rentabilidade. Por trás da exportação de capital para os países coloniais, não estava não a aventura de capitalista "empreendedores", mas a certeza do risco zero. O capital fora justificado historicamente pelo risco assumido ao imobilizar capital para conseguir, ou não, a rentabilidade desejada, e assim gerar empregos. Na exportação de capital metropolitano, no entanto, tratava-se de um capital totalmente avesso a risco e dependente da intervenção do Estado. Apesar de se tratar de "capital produtivo", sua remuneração com garantia de rentabilidade não era diferente daquela do capital dinheiro aplicado nos títulos da dívida pública.

¹⁴⁷ Jorge L. Borges. História del tango. In: *Prosa Completa*, vol. 1. Barcelona, Bruguera, s.d.p., p. 93.

Nas economias atrasadas, a penetração do capital industrial monopolista determinou seu caráter combinado, por combinarem a última palavra da ciência e da técnica com formas pré-capitalistas de exploração do trabalho. A coexistência do atraso e do avanço permitia aos monopólios embolsarem superbenefícios, pois os preços do mercado (a diferença dos preços de produção) são fixados pelos setores que produzem mais caro (pois, se assim não fosse, se retirariam do mercado), enquanto os custos de produção dos monopólios são mais baixos. A penetração imperialista consistiu na exploração da diferença no nível de desenvolvimento das forças produtivas entre países centrais (ou “avançados”) e atrasados, que permite aos monopólios garantir uma quota maior da mais-valia monopolizada.

Ao mesmo tempo, o capital monopolista dissolvia as velhas relações produtivas e acelerava o desenvolvimento capitalista nos países atrasados, mas sob a forma do monopólio, ou seja, sem conhecer as vantagens da livre-concorrência: os países atrasados conheceram do capitalismo só as desvantagens da sua maturidade, sem chegar a conhecer as virtudes da sua juventude. O proletariado industrial que surgiu dessa penetração capitalista teve um desenvolvimento forte, que não guardava relação com o raquitismo da burguesia nacional dos países retratados, o que determinou o curso e as formas políticas adotadas por estes no século XX.

Com o frequente uso da tecnologia de produção na composição de novos produtos com novos materiais, as possibilidades do uso de componentes ainda não desenvolvidos evidenciaram a necessidade de reservas territoriais. Em função disso, o capital financeiro não restringiu seus interesses apenas às fontes de matérias primas já conhecidas, passando a interessar-se igualmente por fontes possivelmente existentes em regiões aleatoriamente diversas. A expansão dos domínios do capital financeiro se deu não apenas pela necessidade de manutenção de excedentes crescentes e influência sobre fontes de produção de mercadorias de baixo valor agregado (matérias primas), mas, principalmente, pela garantia estratégica da possibilidade constante de exploração de novos recursos: “Donde a inevitável tendência do capital financeiro para alargar o seu território econômico”.¹⁴⁸

148

Rudolf Hilferding. *Op. Cit.*

A “receptividade” das regiões subdesenvolvidas relacionou-se com a formação política e econômica do território ou país “hospedeiro”; a maneira como se processava a expansão de capital variava de acordo com o nível de desenvolvimento do capitalismo dessas regiões. Os Estados “independentes” da periferia estavam fadados à subordinação ao capital financeiro, assim como os países semicoloniais e coloniais.

A expansão mundial do capital foi justificada ideologicamente pelo novo conceito de nação, onde uma poderia sobrepujar outras por considerar-se “eleita” entre as demais, fundamentada na afirmação da sua superioridade: “Para manter e ampliar sua superioridade, [o capital monopolista] precisa do Estado que lhe assegure o mercado interno mediante a política aduaneira e de tarifa, que deve facilitar a conquista de mercados estrangeiros. Precisa de um Estado politicamente poderoso que, na sua política comercial, não tenha necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. Necessita, em definitivo, de um Estado forte que faça valer seus interesses financeiros no exterior, que entregue seu poder político para extorquir dos Estados menores vantajosos contratos de fornecimento e tratados comerciais. Um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro”.¹⁴⁹

O conceito de Estado modificou-se para acrescentar o papel de “agregador” de sociedades inferiores ou atrasadas, para “ajudá-las em seu desenvolvimento”.¹⁵⁰ O papel do Estado permaneceu basicamente o mesmo, assegurando a hegemonia de uma classe social na manutenção de um conjunto de relações de propriedade e de estruturas de classe, mas agora no mundo inteiro. Este último aspecto refere-se a estrutura social desses países, ou seja, à forma de suas relações internas de

¹⁴⁹ *Idem.*

¹⁵⁰ No século XX afirmou-se que um país, para alcançar a modernidade capitalista, deveria passar pelos mesmos estágios evolutivos pelos quais teriam passado previamente os países capitalistas desenvolvidos, através do livre comércio (Walt W. Rostow. *Les Étapes de la Croissance Économique*. Paris, Seuil, 1962). No seu *Sistema Nacional de Economia Política*, Friedrich List já afirmava que os países que se industrializavam em seguida “tiravam a escada” para que outros não conseguissem chegar ao mesmo lugar, combatendo o princípio da teoria das vantagens comparativas.

propriedade, assim como à influência exercida pelas relações de propriedade das classes sociais dominantes dos países de capitalismo desenvolvido. A “questão nacional” não foi eliminada pelo imperialismo, foi, ao contrário, aguçada e levada a um plano superior, mundial, em que a característica central passou a ser *a divisão do mundo entre nações opressoras e nações oprimidas*.

A teoria marxista do imperialismo foi objeto de inúmeras controvérsias. No conjunto, porém, elas se resumem basicamente em duas. Uma variante da “teoria do intercâmbio desigual” postulou que o proletariado metropolitano estaria objetivamente interessado na exploração das nações atrasadas, porque compartilharia com “sua” burguesia os frutos da exploração dos operários e camponeses da periferia. A “troca desigual” de produtos com preços de produção diferentes configuraria uma nova “acumulação primitiva”, noção baseada na identificação da *troca* com a *expropriação* compulsória e violenta, características da acumulação originária, que se como se um assalto a mão armada constituísse uma “troca” entre o ladrão e sua vítima.¹⁵¹

¹⁵¹ Cf., por exemplo, o que segue: “O imperialismo, no sentido leninista do termo, aparece quando as possibilidades do desenvolvimento capitalista se esgotam, depois de terminada a primeira revolução industrial na Europa e América do Norte. Então se impõe uma nova extensão geográfica. Surge a periferia, em sua forma contemporânea, amparada pela conquista colonial. Esta volta a pôr em contato - ainda que sob formas novas - formações sociais diferentes: as do capitalismo central e as do capitalismo periférico em vias de constituição. O mecanismo de acumulação primitiva em benefício do centro reaparece. *O próprio da acumulação primitiva, por oposição à reprodução ampliada normal, é precisamente o intercâmbio desigual*, quer dizer, o intercâmbio de produtos cujos preços de produção, no sentido marxista, são desiguais. A partir deste momento, a remuneração do trabalho começará também a ser desigual. Esta nova especialização internacional constituirá a base de intercâmbio das mercadorias (produtos de base por produtos manufaturados, fazendo uma descrição superficial) e o movimento de capitais, posto que as possibilidades da primeira revolução industrial se esgotaram precisamente quando se constituíram os monopólios, que tornaram possível esta exportação de capital” (Samir Amin. *El Desarrollo Desigual*. Barcelona, Planeta-De Agostini, 1986). A acumulação primitiva, baseada na expropriação, no entanto, se opõe tanto a reprodução simples como à reprodução ampliada de capital.

A desigualdade da troca (ou “deterioração dos termos de troca”, como postulou a escola cepalina na década de 1950) baseia-se na desigualdade de desenvolvimento capitalista, que provoca o *desenvolvimento combinado* dos países atrasados. O caráter *combinado* da economia dos países atrasados foi a principal consequência econômica (e também social, política e cultural) do desenvolvimento desigual do capitalismo em escala mundial: naqueles “o capitalismo nasce sem que tivesse podido se desenvolver plenamente a acumulação originária (mas) sob a influência da penetração do capital financeiro internacional”: “A frustração da acumulação originária (nos países atrasados) explica essa obrigada combinação do capitalismo com modos de produção pré-capitalistas (...) O fundo do erro [da concepção de uma acumulação primitiva permanente baseada na troca desigual] consiste em não levar em conta a unidade mundial da economia capitalista, que tem suas próprias leis e atua sobre cada uma de suas partes”.¹⁵²

O imperialismo não expressou uma “segunda infância” do capital. Diversos autores demonstraram que, devido à diferença da produtividade do trabalho, a taxa de mais-valia nos países metropolitanos poderia ser maior do que nos países atrasados (ou seja, que a produção de mais-valia relativa é maior naqueles). A exploração econômica (taxa de exploração) do trabalho é diretamente proporcional à taxa de mais-valia. Ernest Mandel propôs, em sua análise da troca desigual, um exemplo no qual dois países - A (desenvolvido) e B (subdesenvolvido) - importam e exportam mercadorias entre si. O valor do pacote de mercadorias exportado por A corresponde a $5.000c + 4.000v + 4.000s = 13.000$, onde c corresponde ao capital constante, v ao capital variável e s o mais-valor, a taxa de lucro ($s/[c+v]$) é igual a 44% e a taxa de mais-valor (s/v) igual a 100%.¹⁵³

O valor do pacote de mercadorias exportado por B corresponde a $200c + 2.000v + 1.800s = 4.000$, a taxa de lucro é igual a 82% e a taxa de mais-valor igual a 90%. Perceba-se que nesse caso, embora a taxa de lucro de B seja quase o dobro de A, a taxa de mais-valor (taxa de exploração) de A é maior do que a taxa de mais-valor de B. Nessa situação, que pressupõe

¹⁵² Juan Pablo Bacherer. Sobre la acumulación originaria de capital. *En Defensa del Marxismo* nº 16, Buenos Aires, março 1997.

¹⁵³ Ernest Mandel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

diferentes taxas de lucro nacionais, a equivalência de valores internacionais em uma situação na qual B exporta 4.000 unidades monetárias é a seguinte: $1.538c^A + 1.231v^A + 1.231s^A = 200c^B + 2.000v^B + 1.800s^B$. Assim, embora valores internacionais sejam trocados por seus equivalentes esses valores iguais representam quantidades desiguais de trabalho decorrentes das diferenças de produtividade entre as diferentes nações: $1.231v^A < 2.000v^B$.

Embora Mandel assumisse como pressuposto que não existisse um nivelamento internacional das taxas de lucro, a troca desigual persistiria mesmo na hipótese de que ocorresse esse nivelamento. Dividindo a massa total de mais-valor pela massa total de capital adiantado (5.800/11.200), obtém-se uma taxa de lucro do conjunto do sistema igual a aproximadamente 52%. Equalizadas nesse índice as taxas de lucro tem-se que para A o preço de produção do pacote de mercadorias seria $5.000c + 4.000v + 4.661pr = 13.661$ e para B esse preço seria de $200c + 2.000v + 1.139pr = 3.339$. Nesse caso a troca se daria nos seguintes termos: $1.222c^A + 978v^A + 1.139pr^A = 200c^B + 2.000v^B + 1.139pr^B$, portanto, $978v^A < 2.000v^B$, uma diferença ainda maior.

A troca de quantidades desiguais de trabalho permaneceria, assim, como fundamento da troca desigual. Marx descreveu esse processo em *O Capital*: “Os capitais investidos no comércio exterior podem levantar uma quota mais elevada de lucro, em primeiro lugar porque competem com mercadorias produzidas por com facilidades de produção menos desenvolvidas, por isso o país mais adiantado vende suas mercadorias acima de seu valor, ainda que mais baratas do que os países competidores. (...) O país mais favorecido obtém uma quantidade maior de trabalho em troca de uma menor, ainda que a diferença, o excedente, seja embolsado por uma determinada classe, como ocorre em geral com o intercâmbio ente capital e trabalho”.

No extremo oposto ao exposto acima, a teoria do “capital transnacional” sustentou que a exploração das nações atrasadas pelas potências capitalistas seria ilusória, em função da emancipação das empresas multinacionais de toda base nacional: “Os dados simplesmente não mantêm as teses de Lênin. O capital não corre avassaladoramente dos países capitalistas maduros para os países em desenvolvimento. Pelo contrário, os investimentos estrangeiros são crescentemente realizados entre os próprios países desenvolvidos. Isto se passa de acordo com a lógica, pois se nos recordarmos das razões que

Lênin apresenta para a exportação de capital, veremos que elas não se mantêm... Por mais que fossem importantes os países atrasados para absorver a expansão descontrolada e desproporcional deste ou daquele ramo ou setor da economia, no ápice da supremacia industrial britânica e do *laissez faire* clássico, o seu papel é secundário [na era contemporânea]”.¹⁵⁴

Trata-se do caso da contraposição de uma análise conjuntural a uma caracterização estrutural: assim como os superbenefícios monopólicos não anulam - podem até acentuar - a exploração dos trabalhadores metropolitanos, o crescimento do fluxo de capitais entre países imperialistas não elimina - até acentua - a exploração das regiões atrasadas. A industrialização artificial das regiões atrasadas não diminuiu a dependência delas em relação às metrópoles, aumentando também sua exploração, devido à crescente dependência tecnológica (industrial) e financeira, o que é facilmente comprovável através do aumento das remessas de lucros e da dívida externa. A internacionalização crescente do capital nos países metropolitanos teve por base uma acumulação sem precedentes de superbenefícios monopólicos originados na exploração das nações atrasadas; isto não parece ter sido levado em conta por Ernest Mandel ao se referir aos “trustes do Estado monopolista (que) deram lugar não só a cartéis internacionais como a negócios multinacionais (transnacionais) que, no que diz respeito aos recursos da produção e, em menor grau, à propriedade, não estão mais ligados aos países de origem e estão fora de controle dos Estados imperialistas mais poderosos”.¹⁵⁵

Um modo de produção obsoleto, isto é, chegado aos limites de sua função e progressividade históricas, tende a desenvolver prevalentemente suas tendências parasitas: a possibilidade de fixação de preços de monopólio, por exemplo, fez desaparecer, até certo ponto, a tendência para o progresso científico e técnico (inclusive quando isto se expressou, não como estagnação científica ou tecnológica, mas como *ratio* cada vez menor de uso do fundo acumulado de conhecimentos científicos e potenciais inovações tecnológicas, ou como uso improdutivo/destrutivo dos mesmos, através dos gastos armamentistas ou da irracionalidade destrutiva do meio

¹⁵⁴ Michael Kidron. *Capitalismo e Teoria*. Lisboa, Iniciativas, 1976.

¹⁵⁵ Ernest Mandel. *Trotsky como Alternativa*. São Paulo, Xamã, 1996, p. 36.

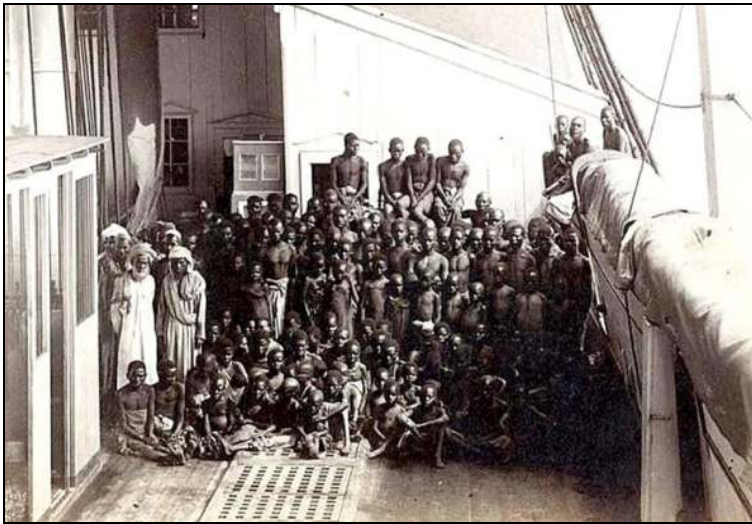
ambiente); outra manifestação da mesma tendência é que nos países atrasados a pobreza e o desemprego tenderam a piorar, incrementando o fosso da desigualdade entre países “ricos” e “pobres”; o desenvolvimento anárquico da produção provocou também um saque crescente dos recursos naturais que criou uma tendência para a destruição crescente do meio natural.

Ao realizar a unificação da economia mundial sob a égide do capital financeiro, o imperialismo fez nascer, como consequência da exacerbação de suas contradições e da tendência para a intervenção estatal, a ideia de uma *ordem mundial* a ser preservada por *meios políticos supranacionais*. A existência de uma “ordem mundial”, que subordinava as situações nacionais, derivava-se diretamente do papel do mercado mundial na dinâmica do capitalismo: se o mercado mundial não se limitava à soma das economias nacionais, a “ordem mundial” não poderia consistir só nos acordos entre os diversos Estados nacionais.¹⁵⁶ As soluções precárias das crises diplomáticas não evitaram a constituição e o aprofundamento das grandes linhas fundamentais de conflito descarregadas a partir de agosto de 1914. Os anos entre 1871 e 1914 foram um período marcante na história das relações internacionais.

O novo imperialismo e a partilha da África tornam-se inteligíveis também no contexto de uma longa continuidade da expansão colonial. Não foi só a partir de 1871, mas já no primeiro quartel do século XIX, que os processos diferenciados de industrialização e desenvolvimento econômico

¹⁵⁶ Norberto Bobbio realçou a ligação entre a “concepção marxista do Estado” e a teoria leninista do imperialismo, reivindicando sua complementaridade e denunciando suas implicações deterministas e reducionistas: “Com efeito há um vínculo muito estreito entre a teoria do Estado, como instrumento do domínio de classe nas relações internas e a teoria econômica do imperialismo nas relações internacionais. As duas teorias estão associadas positivamente, pois ambas se baseiam na tese central do primado do econômico. Mas estão ligadas também, e ainda mais num sentido negativo, no que concerne à crítica da sociedade existente. Para as duas os aspectos negativos do Estado (ditadura internamente; imperialismo externamente) dependeriam de uma só causa determinante - a divisão da sociedade em classes antagonicas, os proprietários dos meios de produção e os que só dispõem de força de trabalho. Não importa se estamos considerando a sociedade nacional ou internacional”. Certamente, o reducionismo é um perigo, mas neste caso ele se refere mais à ideia de Bobbio acerca da teoria de Lênin, do que as ideias do próprio Lênin.

influenciaram a divisão de poder no sistema mundial. O “Concerto Europeu” ainda funcionou na partilha da África em 1885, na intervenção conjunta na China contra as revoltas internas, e, finalmente, em 1912, na conferência londrina dos embaixadores que evitou a escalada das tensões entre Áustria-Hungria e a Rússia no contexto das guerras balcânicas.



Navio negreiro... em 1882 (Marc Ferrez)

As continuidades desse período não podem, no entanto, ocultar as peculiaridades significativas das relações internacionais, que marcaram o período de 1871 a 1914. Os principais debates acerca desse período concentraram-se em: a) O caráter do sistema internacional e das relações internacionais; a existência de um equilíbrio de poder ou de uma hegemonia da Alemanha após 1871; b) O problema da nova expansão imperial europeia, depois de 1870; c) A explicação das causas profundas da Primeira Guerra Mundial. A caracterização do imperialismo se constituiu como a pedra de toque das opções políticas prementes, incluídas as revolucionárias.

43. O NOVO MOVIMENTO OPERÁRIO E A INTERNACIONAL SOCIALISTA

Depois de ter sido inicialmente reacionário, o sistema conservador mascara-se de socialismo reformista. A contradição que se oculta sob esta teoria, que a primeira vista parece ter alguma coisa

de sedutora, de prático, de racional, significaria fazer um apelo à filantropia do capital, como se o capital enquanto tal pudesse ser filantropo (Karl Marx, **Miséria da Filosofia**)

A concentração de capital de finais do século XIX forjou uma classe operária numerosa e com elevado espírito de organização e de luta. Só nas Fábricas Krupp, em Hessen (Alemanha), concentravam-se mais de 45 mil operários. Ao mesmo tempo se produziu o surgimento de uma “aristocracia operária” (conceito mais amplo que o de “burocracia sindical”) nos países imperialistas. Assim como o intercâmbio comercial com as regiões periféricas tinha sido, ao longo do século XIX, um pilar da ordem europeia (ao rebaixar os preços dos artigos de consumo), os superbenefícios monopolistas cumpriram um papel semelhante, ao permitir à burguesia dos países imperialistas a elevação do nível de vida de uma camada da classe operária metropolitana, pondo um obstáculo ao seu desenvolvimento revolucionário: “O proletariado inglês - constatou Engels - está-se tornando cada vez mais burguês; de modo que, ao que parece, esta nação mais burguesa que todas as demais tende a ter, em última instância, tanto uma aristocracia operária, como uma burguesia. Certamente, isto se explica até certo ponto no caso de uma nação que explora o mundo inteiro”.

Segundo Eric Hobsbawm: “No que se refere ao século XIX britânico, o conceito (de aristocracia operária) apoia-se sobre bases econômicas e políticas sólidas”. Mas Engels ainda “afirmava que esta aristocracia operária se tornara possível graças ao monopólio industrial da Inglaterra e que, portanto, desapareceria ou se confundiria com o resto do proletariado com o fim daquele monopólio”.¹⁵⁷ O processo de formação de uma “aristocracia do trabalho”, que se beneficiou da expansão imperialista da economia inglesa, colhendo migalhas dos superbenefícios obtidos pelo capital inglês no ultramar, não foi um processo rápido, menos ainda consciente, e foi baseado tanto na expansão mundial do capital quanto no aumento da produtividade do trabalho. Entre 1850 e 1875 os salários reais subiram apenas para aqueles cuja renda em dinheiro podia ser elevada mais depressa do que os preços. Só os trabalhadores

¹⁵⁷ Eric J. Hobsbawm. *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

com recursos substanciais podiam - individualmente, ou através de corpos coletivos como as emergentes cooperativas iniciadas pelos "Pioneiros de Rochdale" - ter acesso aos artigos de consumo de boa linha e qualidade, que estivessem nos níveis de preço do consumo da classe média. Para o resto, os trapos e artigos adulterados "baratos e sórdidos", tinham que bastar; os alimentos baratos de ultramar não começaram a chegar senão na década de 1870 e, com algumas exceções, a produção de artigos de consumo para o mercado barato de massa (roupas feitas, por exemplo) não começara.

As novas condições das negociações salariais e de condições de trabalho na Inglaterra emergiram da barganha cada vez mais desenvolvida nos inumeráveis mercados de trabalho. Em geral, elas não foram, pelo menos inicialmente, consequência de uma política "consciente". Os patrões eram inicialmente hostis aos sindicatos, exceto quando forçados a negociar com eles. Não foi senão até as décadas de 1860 e 1870 que descobriram que os mecanismos para facilitar as relações trabalhistas eram desejáveis de um ponto de vista comercial, e que a negociação de corpos de trabalhadores com corpos de patrões recebia vários graus de reconhecimento e legitimação perante o Estado e a classe operária, que a tornava conveniente para os negócios. Foi o período da legislação sindical de 1867-1875 na Grã-Bretanha, com a criação de vários corpos estatais ou privados para a conciliação obrigatória dos conflitos, de acordos de reajuste de salários, e finalmente de reconhecimento dos sindicatos pelos comerciantes e industriais, como meio para evitar "perturbações sociais" (greves e paralisações, manifestações, etc.).

Isso foi um reconhecimento de fatos estabelecidos, embora fosse apressado pelo medo da força política dos trabalhadores, que obtiveram o voto parlamentar na Inglaterra em 1867, com o conservador Benjamin Disraeli no governo. A transformação dos trabalhadores militantes em aristocratas do trabalho "respeitáveis", teve lugar, aparentemente, de modo espontâneo e sem qualquer mudança importante da política patronal. Com o reconhecimento oficial do sindicalismo e a chegada da depressão na década de 1870, a colaboração das classes, consciente e deliberada, fez-se abertamente.¹⁵⁸ Nesse

¹⁵⁸ Eric J. Hobsbawm. Tendências do movimento trabalhista inglês desde 1850. In: *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 319-347.

período, nos países metropolitanos, o capital atingiu um grau de concentração inédito, com a formação dos monopólios (que receberam nomes diversos em cada país: *cartels*, *trusts*, *konzern*, etc.). A organização do movimento operário acompanhou, rápida ou tardiamente, essa concentração. A monopolização industrial mudou a composição e a organização da classe operária, assim como sua composição política. A classe operária transformou-se numa força social politicamente incontornável. A política nas metrópoles capitalistas mudou de modo definitivo.

Em 1883, o Estado alemão adotou o que foi chamado de "sistema de seguro-doença mais completo existente no mundo", prevendo um seguro, garantido pelo Estado, vigente a partir do primeiro dia da doença ou da invalidez temporária ou definitiva causada por acidente de trabalho. O seguro foi logo depois estendido aos parentes (viúva ou filhos) dos trabalhadores: a patronal devia pagar um terço do "fundo" (ou "caixa") e administra-lo mas, em caso de conflito, uma comissão de arbitragem, paritária (dois representantes dos trabalhadores e dois dos patrões, com um representante do Estado) intervinha: o seguro foi estendido ao tratamento médico, ao período de maternidade e ao seguro desemprego (quando causado por acidente ou doença), sendo supervisionado por um ente estatal com representação independente dos trabalhadores: nada de semelhante existia então no mundo.

Essas iniciativas foram um aspecto da luta contra a "socialdemocracia subversiva". Bismarck estava decidido a oferecer aos trabalhadores medidas que, pensava, os levariam para a aceitação da ordem, melhorada pelo Estado. Segundo um informe do Banco Mundial: "Em 1889 o chanceler alemão Otto Von Bismarck aproveitou a oportunidade política que se lhe oferecia para apaziguar os trabalhadores industriais e distanciá-los dos socialistas e criou o primeiro plano nacional participativo de seguridade econômica para a velhice, dando assim aos trabalhadores um interesse econômico no governo central". Ou seja, o velho (então novo) princípio de fazer a revolução, antes que o povo a fizesse.

Em finais do século XIX, Gumercindo Azcárate, catedrático espanhol de Direito, já o compreendera: "As leis chamadas operárias ou sociais são expressão da aspiração ou desejo de resolver a antítese existente entre o Direito privado e o público, de empreender o lento caminho das reformas para evitar o violento das revoluções". Por esse motivo se diz que a

previdência social nasceu "como uma conquista dos operários alemães". Nos outros países, os chamados "benefícios sociais" foram arrancados pelo movimento operário ao longo de décadas de luta. Na Inglaterra, sob a influência da Sociedade Fabiana e, finalmente, do Partido Trabalhista, a conquista da seguridade social foi um dos principais elementos da vida inglesa. Em 1897, o *Workmen's Compensation Act* introduziu o seguro para acidentes de trabalho, ao qual se seguiu, na primeira década do século XX, uma série de leis ampliando a seguridade social às doenças, invalidez, desemprego e velhice.

Na segunda metade do século XIX, a industrialização avançou enormemente na Europa Ocidental. Desenvolveram-se as indústrias de bens de capital, produzindo em larga escala equipamentos, máquinas, navios, produtos químicos, empregando uma grande massa de trabalhadores. Segundo Anton Pannekoek : "A história do trabalho mostra-nos, por outro lado, que há, na luta incessante da classe operária, altos e baixos que correspondem na sua maioria às variações da prosperidade industrial. No começo do desenvolvimento industrial, cada crise trazia a miséria e movimentos de revolta; a revolução de 1848 no continente era a seqüela de uma grande depressão econômica combinada com as más colheitas. A depressão industrial dos anos 1867 originou um renovar da agitação política em Inglaterra, a grande crise dos anos 1880, o desemprego enorme que se lhe seguiu, suscitaram ações de massas, a subida da socialdemocracia no continente e o novo sindicalismo em Inglaterra. Mas nos períodos de prosperidade industrial, como por exemplo entre 1850 e 1870, 1895 e 1914, todo esse espírito de revolta desapareceu".¹⁵⁹

O aumento da riqueza e o acentuado crescimento das organizações operárias permitiram que a classe operária europeia alcançasse melhores condições de vida, com elevação dos salários e do consumo, e obtivesse maiores direitos políticos, como a extensão do direito de voto a praticamente todos os homens. Nos anos seguintes às reformas eleitorais europeias, que ampliaram os colégios de votantes, foram fundados partidos socialistas na França, na Áustria, na Espanha, na Itália, nos EUA, na Inglaterra e na Rússia. Deve-se também fazer notar a criação, em 1876, da Associação de Trabalhadores Judeus, em Londres, por iniciativa de Aaron

¹⁵⁹ Apud Serge Bricianer. *Anton Pannekoek y los Consejos Obreros*. Buenos Aires, Schapire, 1975.

Liberman (“não somos judeus; somos socialistas que falamos iídiche”, foi uma de suas conhecidas frases).¹⁶⁰

Na Espanha, o Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) foi fundado em maio de 1879, e a União Geral de Trabalhadores (UGT), em 1888. O operário Pablo Iglesias teve um papel central em ambos os eventos. Durante o chamado “Sexênio Revolucionário” (1869-1875) a Primeira Internacional promovera uma série de debates em Madri, que Pablo Iglesias frequentou, ingressando na seção de tipógrafos da Internacional em 1870. O PSOE foi fundado com a participação de 25 delegados operários; Friedrich Engels chegou a representa-lo na Internacional Socialista. Em 1886 foi publicado o primeiro número da revista *El Socialista*, órgão do PSOE. Pablo Iglesias representou o PSOE no congresso de fundação da Segunda Internacional, em 1889. Em 1890 houve a primeira manifestação do 1º de maio na Espanha, em que se exigia jornada de trabalho de 8 horas e o fim do emprego de menores em atividades laborais. Nesse mesmo ano aconteceu o segundo congresso do PSOE, que decidiu pela participação nas eleições. Em 1905 Pablo Iglesias, Largo Caballero e García Ormaechea foram eleitos representantes junto ao conselho municipal de Madri. Em 1910 o PSOE conseguiu seu primeiro deputado no parlamento espanhol, vaga que foi ocupada por Iglesias; o partido, depois, foi aumentando sua representação parlamentar.

Na Bélgica, o país relativamente mais industrializado da Europa continental, Bakunin e Blanqui ainda acharam eco entre os operários francófonos (valões), mas a socialdemocracia alemã tinha muito mais influência entre os flamencos, de fala germânica. A unificação aconteceu em 1889, dando nascimento ao Partido Socialista Belga, com Emil Vandervelde e Edouard

¹⁶⁰ A iniciativa não vingou, pois os operários judeus na Inglaterra e na Europa ocidental continental eram muito escassos, não assim na Rússia e na Europa oriental. Liberman (1844-1880) foi considerado, junto com Moses Hess, um dos primeiros “socialistas judeus”. O manifesto da Associação de Trabalhadores Judeus foi publicado inicial e inusitadamente, em hebraico (língua “cult”, mas não falada popularmente) e só depois traduzido para o iídiche, língua considerada dialectal pelos judeus ocidentais. Liberman pertencia a uma geração de intelectuais judeus influenciados pela *aufklärung*, cujo berço intelectual fora a escola rabínica de Viena. Liberman morreu jovem, suicidando-se, aparentemente por uma desilusão sentimental, nos EUA.

Ansele na sua direção. O partido começou a conquistar bancas no Parlamento a partir de 1894, graças à ampliação do sufrágio obtida depois de uma longa série de greves gerais. Na Dinamarca se constituiu em 1880 um Partido Socialista sobre a base das organizações sindicais e políticas locais, que em 1889 agrupavam 20.000 filiados.

Em 1889, sob a influência do partido dinamarquês, surgiu um partido operário na Suécia. Em Noruega, em 1883, surgiu a federação sindical e, em 1887, o Partido Socialdemocrata. Na Suíça, os sindicatos se uniram em 1873, formando a Federação Suíça de Trabalhadores; em 1888, se fundou o Partido Socialdemocrata Suíço. Finalmente, em 1892 se formou na Polônia o Partido Socialdemocrata da Polônia Russa e de Lituânia, com Leo Jogiches,¹⁶¹ e Adolf Warski como principais dirigentes. Em 1893, Rosa Luxemburgo representou o

¹⁶¹ Leo Jogiches (1867-1919), chamado de *Tychko*, ou de Leon Tyszka, foi um dos fundadores da socialdemocracia polaca e lituana. Filho de um rico comerciante, nasceu em Vilna, Rússia, onde foi contemporâneo de Felix Dzerzhinsky e Arkadi Kremer, futuros quadros bolcheviques. Em 1890, mudou-se para Suíça, onde encontrou Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Giorgi Plekhánov e Karl Kautsky. Em 1892 fundou o Partido Social-Democrata da Polônia juntamente com Rosa Luxemburgo, publicando o jornal *Sprawa Robotnicza* (A Causa Operária) em Paris, devido à ilegalidade do partido em seu país. Depois da revolução de 1905, Jogiches e Rosa Luxemburgo, já em relação marital, mudaram-se para Varsóvia, onde foram detidos, sendo obrigados a viver na Alemanha. Alinhados com os mencheviques, opunham-se a Lênin, que passou a apoiar a fração da socialdemocracia polonesa dirigida por Karl Radek. Em 1914 criou, dentro do Partido Social Democrata Alemão, junto com Karl Liebknecht, Franz Mehring, Rosa Luxemburgo, Paul Levi, Ernest Meyer, Franz Mehring, Clara Zetkin e outros, o núcleo de esquerda *Spartakusbund* (Liga Spartacus), orientado por um programa conhecido como "Princípios Diretores", redigido por Rosa Luxemburgo. Devido à manifestação pública contra a Primeira Guerra Mundial do *Spartakusbund*, Rosa Luxemburgo, Liebknecht e outros espartacistas foram detidos até o final da guerra, quando o governo de Max von Baden outorgou uma anistia política. O governo do socialdemocrata Friedrich Ebert, em janeiro de 1919, passou a perseguir, deter e eliminar novamente os espartacistas, nessa altura já membros do KPD (Partido Comunista da Alemanha). Leo Jogiches foi assassinado na prisão em 10 de março de 1919, cerca de um mês após o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que ele investigou e denunciou publicamente como obra do conluio entre a socialdemocracia e o Estado Maior do exército alemão.

partido no Congresso de Zurique da Segunda Internacional. E, em 1883, os socialistas marxistas russos Giorgi Plekhánov, Pável Axelrod, Vera Zassulich e Leo Deutsch constituíram, na Suíça, o primeiro grupo russo marxista que rompeu com o populismo, chamado de “Emancipação do Trabalho”. O movimento de organização sindical e política da classe operária se estendeu com velocidade fulminante na Europa oriental, central e do Norte.

Na França, o movimento operário experimentou grandes dificuldades, pois a organização do socialismo em partido sofreu as consequências da violenta repressão da Comuna de Paris. Centenas de dirigentes e quadros socialistas tinham sido mortos, muitos foram presos na “Ilha do Diabo” (em Cayenne, na Guiana francesa), onde não poucos morreram, outros tantos ficaram longos anos no exílio, em países tão longínquos quanto Argentina (onde participaram da organização dos primeiros sindicatos), México, Brasil. A anistia de 1879 permitiu o retorno de muitos socialistas, como Jules Dumas (exilado na Argentina), que virou deputado socialista na Segunda República. Ao redor de Jules Guesde,¹⁶² marxista, se formou a Federação de Trabalhadores Socialistas, com um programa semelhante ao “programa de Erfurt” dos socialdemocratas alemães. Os guesdistas tentavam promover uma política que permitisse ao proletariado se pôr na frente de uma aliança com o campesinato e a pequena burguesia urbana, e sublinhavam o papel determinante da luta de classes.

¹⁶² Jules Bazile, dito Jules Guesde, (1845-1922), foi um político socialista francês, considerado, com Paul Lafargue, como representante das ideias de Marx nos inícios do movimento socialista da França. Por intermédio de seu jornal *L'Égalité* (1877-1883), difundiu na França as ideias marxistas. Dirigiu outras revistas, como *Prolétaire* e a *Revue Socialiste*. Deliberada a criação de um partido de trabalhadores (*Parti Ouvrier*), na França, em 1879, no Congresso Socialista ocorrido em Marselha, seus dirigentes, encabeçados por Guesde, resolveram dirigir-se a Marx e Engels, através de Paul Lafargue, com vistas a que ajudassem a elaborar um projeto de programa. Marx e Engels declararam-se dispostos a colaborar. Em maio de 1880, Guesde dirigiu-se a Londres, onde juntamente com Marx, Engels e Lafargue, elaboraram o Programa do *Parti Ouvrier*. O programa compõe-se de uma introdução teórica e de uma parte prática, denominada “Programa Mínimo”. A introdução teórica foi ditada por Marx a Guesde, que a redigiu em língua francesa. Durante a Primeira Guerra Mundial, Guesde assumiu uma posição “social-patriótica”.

Os guesdistas ficaram sob o fogo cruzado de socialistas moderados e de “sindicalistas”, estes dirigidos por Fernand Pelloutier, pai do “sindicalismo de ação direta” e das Bolsas de Trabalho. Estas correntes rejeitavam as alianças com camadas não proletárias. Em 1881, Paul Brousse se pôs na cabeça dos opositores a Guesde. Brousse propunha lutar por reformas imediatas dentro do capitalismo, levando adiante uma política que *possibilitasse* a conquista dos municípios, através de uma organização não centralizada, com alto grau de autonomia local. Brousse se contrapunha a Guesde, defensor de um esquema político centralizado, semelhante ao do Partido Socialdemocrata Alemão. A divisão entre as duas correntes se concretizou em 1882, no congresso socialista de St. Etienne. Brousse, dirigente dos "possibilistas", conquistou a maioria, e formou o Partido Operário Socialista Revolucionário, mantendo o controle da Federação de Trabalhadores Socialistas. Os guesdistas se retiraram e constituíram o Partido Operário Francês. Em 1884, os guesdistas deram origem à Federação Nacional de Sindicatos, inicialmente muito bem sucedida. Em seu primeiro congresso, em 1886, a Federação colocou um problema que fez polêmica: a questão da greve geral como arma de luta. Os partidos dos outros países oscilaram durante esta etapa entre a férrea unidade socialista, defendida e praticada pelos alemães, e o constante fracionamento dos franceses.

Na Áustria, onde se tinha obtido o direito de associação operária em 1869, a socialdemocracia se constituiu como partido em 1872. A partir desse momento cresceu rapidamente, embora sofrendo divisões. O espinhoso problema das múltiplas nacionalidades do Império Austríaco foi abordado no seu programa, reivindicando a autodeterminação política e cultural dos diversos povos. Desde o início da história da socialdemocracia na Áustria, esta se dividiu em uma ala que buscava pôr o movimento ao lado da burguesia liberal, e outra que pugnava por uma luta independente do proletariado. Em 1888, com Víctor Adler na direção, a socialdemocracia da Áustria se unificou sob o Programa de Hainfeld, que era uma declaração marxista de princípios, e começou uma nova etapa de crescimento. Na Hungria, que fazia parte ainda do Império Austríaco, não surgiu um partido operário até 1890.

O atraso econômico da Itália conspirou contra a existência de um partido operário. Por volta de 1872, os partidários de Bakunin tinham conquistado a direção do

movimento operário organizado. Foi necessário esperar que se desenvolvesse o processo de industrialização do Norte de Itália para que se pudesse constituir um partido socialista baseado na classe operária industrial. Lançado o processo de organização operária e socialista na península, este adquiriu, como em outros países, um caráter vertiginoso. Andrea Costa e Carlo Cafiero (que escreveu um muito divulgado resumo de *O Capital*) fundaram a associação "*Il Fascio Operaio*". Em 1872 foi fundada a Federação Italiana da Associação Internacional dos Trabalhadores. Em 1880, Ermino Pescatore fundou em Milão os "*Figli di Lavoro*", até que, em 1882, em Milão, com Constantino Lazzari e Giuseppe Croce, surgiu o Partido Operário Italiano (*Partito Operaio Italiano*).

Em 1883, se celebrou em Varese o primeiro congresso nacional operário. Em 1886, o governo italiano dissolveu os "*Figli di Lavoro*", e o *Partito Operaio Italiano*, pondo na prisão seus dirigentes. Mas em 1891 se celebrou em Milão o segundo congresso do partido, refundado para a ocasião. Em 1892 se fundou em Gênova o "*Partito dei Lavoratori Italiani*", ao qual se somaram boa parte dos membros do *Partito Operaio Italiano*. Foram decisivos, nesse congresso, Filippo Turati, Anna Kulischoff e Enrico Ferri. Em 1895, no Congresso de Parma, se mudou o nome do partido para o de *Partido Socialista Italiano*, PSI, que seria o definitivo. Em 1898, o Partido Socialista e a maior parte das Câmaras de Trabalho foram objeto de outra medida de dissolução governamental. Foram presos numerosos dirigentes do movimento operário, e outros tiveram que fugir para o estrangeiro. Em 1900, superada essa etapa, no Congresso de Roma, a ala socialista reformista, sob a liderança de Filippo Turati, se integrou ao renascido Partido Socialista.

Em 1903, no congresso de Bolonha, as alas de esquerda do partido italiano obtiveram preponderância. Reprovou-se a política de apoio ao governo liberal seguida até esse momento. Em 1906, em Milão, se fundou a Confederação Geral de Trabalhadores (CGL), e estabeleceu-se uma íntima colaboração entre a CGL e o PSI. Em 1910, Filippo Turati sucedeu, no cargo, o falecido presidente do partido, Andrea Costa. Entre 1911 e 1912, a guerra de Itália contra Líbia e Turquia provocou intensas discrepâncias no interior do partido. A maioria do PSI se pronunciou contra a guerra e contra a anexação de Líbia. No mesmo ano, no congresso de Reggio Emilia, o grupo formado ao redor de Bissolati, Bonomi e Cabrini, que apoiavam a guerra, foi expulso do partido. Bissolati fundou então um partido

socialista reformista. Certo Benito Mussolini, pertencente à ala esquerda do PSI, assumiu então a redação de *Avanti*, jornal do partido, no lugar do afastado dirigente reformista Claudio Treves.

A maioria das organizações socialistas de Europa nasceu sob o influxo da teoria marxista, que foi se transformando numa espécie de programa oficial da socialdemocracia. Nos EUA, também, surgiu o *Socialist Labour Party*, liderado por Daniel de Leon.¹⁶³ O SLP foi o primeiro partido político socialista de caráter nacional no país, e sua atuação inicial tentou inviabilizar o enquadramento do movimento operário no "sindicalismo de negócios", que caracterizou a atuação da *American Federation of Labor* (AFL), fundada em 1886. O SLP atuou dentro da AFL antes que se consolidasse a tendência predominante do sindicalismo norte-americano de luta apenas por conquistas materiais imediatas e de organização de sindicatos por ofício, sem uma articulação com a luta política. O jornal dessa agremiação, *The People*, circulou desde 1891.

Na Inglaterra, os sindicatos formados na expansão econômica do fim da década de 1880 recrutaram trabalhadores de todos os graus e setores, e adotaram numerosas formas de

¹⁶³ Daniel De Leon (1852-1914) foi o primeiro *American socialist leader*. Nascido na ilha de Curaçao de pais hispano-americanos, foi educado na Alemanha e na Holanda antes de ir (1872) para Nova York, onde editou um jornal em espanhol, e estudou direito na Columbia University (1876). Exerceu a advocacia alguns anos, voltando a Columbia (1883-89) para se especializar em diplomacia latino-americana. Interessado nas questões trabalhistas e no socialismo, uniu-se aos *Knights of Labor* (1888), ao movimento de Edward Bellamy (1889) e, finalmente, ao *Socialist Labor Party* (1890). Candidatou-se pelo *Socialist Labor* ao governo de Nova York em 1891, e por muito tempo editou o semanário *The People*. Adotou clara e explicitamente a teoria marxista, o que o distanciou das lideranças *liberals*. Liderou o grupo que formou a *Socialist Trade and Labor Alliance*, mas entrou em choque com dirigentes mais moderados (especialmente Morris Hillquit, que representou o socialismo norte-americano na Segunda Internacional): estes saíram da Aliança em 1899 para formar o *Socialist Party of America* (SPA). A audiência política de De Leon caiu depois disso. Ajudou a fundar o *Industrial Workers of the World* em 1905, mas, partidário da ação política (o IWW era anarco-sindicalista) acabou sendo excluído. Formou então a *Workers' International Industrial Union*, que não progrediu. Escreveu muitos textos socialistas e traduziu pioneiramente Karl Marx para o inglês.

organização. O "novo sindicalismo" foi associado com as grandes "sociedades gerais", os grandes corpos organizados originados pelo movimento operário: estivadores, trabalhadores do gás, Sindicato Trabalhista do Tyneside, e outros. Muitos destes sindicatos se fundiram para formar os sindicatos dos *Trabalhadores Gerais em Transportes* e dos *Trabalhadores Gerais e Municipais*, que incluíram um quarto do total dos membros dos sindicatos ingleses. Sua força era grande, mas, como muitos sindicatos do *new unionism*, eles entraram em colapso durante a depressão da década de 1890; não se recuperaram completamente até depois da expansão renovada de 1911-1914.¹⁶⁴

Foi no auge do imperialismo inglês que surgiu, antes do que na Europa continental, o primeiro movimento político socialista reformista, que renunciava e se opunha à via revolucionária para se opor ao capitalismo. A *Fabian Society*, baseada no nome do cônsul reformador da antiga Roma (Quinto Fabio Máximo, chamado "o contemporizador") foi fundada em Londres em 1884, por um grupo de intelectuais entre os que se destacavam o escritor George Bernard Shaw e o casal Sidney e Beatrice Webb. O gradualismo reformista dos "fabianos" se contrapunha explicitamente ao socialismo revolucionário marxista: ele discordava de Marx em relação à natureza e ao papel do Estado, pois acreditava ser possível, numa democracia parlamentar baseada no sufrágio universal, chegar à igualdade social e até à supressão da propriedade privada.

Os Fabianos se engajaram em numerosas lutas pela melhora material e moral da classe operária. Mas fizeram isto chegando a apoiar, declaradamente, a política imperialista da Inglaterra, que era, para eles, benéfica para a economia inglesa no seu conjunto e, portanto, também para as camadas populares. Junto com as *trade-unions* (sindicatos), a *Fabian Society* foi um ponto de apoio para a criação do *Labour Party* (Partido Trabalhista) em 1906. Os trabalhadores deixaram de apoiar o Partido Liberal (*whig*), que já entrara em decadência; com a criação do Partido Trabalhista configurou-se o sistema bipartidário que dominou ulteriormente a política inglesa, opondo o Partido Conservador (*tory*) ao *Labour Party*. Os

¹⁶⁴ Eric J. Hobsbawm. Os sindicatos trabalhistas gerais na Inglaterra, 1889-1914. In: *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pp. 184-208.

Fabianos não foram, porém, os inspiradores e pioneiros do Partido Trabalhista. Em face dos outros grupos socialistas e trabalhistas, na maioria das vezes se opuseram à fundação de um partido independente da classe trabalhadora, e até onde não se opuseram, o Partido Trabalhista Independente (ILP, antecedente do *Labour Party*) e o Partido Trabalhista teriam, segundo Hobsbawm, existido sem a assistência deles. A sua contribuição para a formação do ILP foi menor do que a do pequeno grupo de Friedrich Engels (o mesmo valendo para o Partido Trabalhista), e menor também do que a da Federação Marxista Social Democrática de Hyndman.

Antes de 1914, quando Sidney Webb, principal dirigente fabiano, assumiu o cargo de administrador do Partido Trabalhista, os Fabianos tomaram parte na nova organização só porque, tendo sido destruídos todos os seus outros projetos políticos, eles não tinham outra escolha. Não há nenhuma evidência de que as críticas específicas dos Fabianos ao marxismo fossem eficazes. A sua alternativa à economia política marxista, incluindo o marginalismo neoclássico recentemente originado, apresentada por Shaw nos *Ensaio Fabianos*, não deixou qualquer marca sobre o resto dos socialistas reformistas ingleses. Eles podem sim ter lançado os fundamentos do depois chamado “Estado do bem-estar”, porque os Fabianos exerceram sua influência mais direta como redatores de material de propaganda para o movimento trabalhista, e de várias propostas concretas de reforma social.¹⁶⁵

Pela sua composição majoritária de membros da chamada “nova classe média” (jornalistas, professores, funcionários, profissionais liberais), os Fabianos parecem ter expressado mais cabalmente as aspirações desta nova classe (que já existia, no entanto, em países como a Alemanha ou a França), do que propriamente os desejos da aristocracia trabalhista da classe operária. Essa especificidade “nacional” (inglesa) dos Fabianos nada lhes tira da sua importância como formuladores do *Welfare State* que, em anos vindouros, materializaria uma política orgânica de colaboração de classes não só na Grã-Bretanha, mas também na maioria dos países europeus; os benefícios extraordinários obtidos pela burguesia da exploração colonial repercutiram no movimento operário

¹⁶⁵ Eric J. Hobsbawm. Os Fabianos reconsiderados. In: *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 198, pp. 254 – 275.

metropolitano, tanto na Inglaterra como nos outros países para onde a Revolução Industrial tinha se expandido.

O surgimento de uma aristocracia operária, que conquistou uma posição dirigente nas organizações operárias, e a mudança da orientação política destas, imprimiu um caráter reformista a um movimento que tinha nascido sob o signo revolucionário. A mudança foi gradual e crescentemente consciente. A crise do liberalismo, junto ao crescimento do poder econômico e social da classe operária, fez com que a nova perspectiva reformista fosse impulsionada a partir das organizações políticas próprias da classe operária, e não mais como apêndice de um liberalismo declinante, que ainda venceu as eleições britânicas de 1906, nas quais o Partido Trabalhista, em sua primeira contenda eleitoral, obteve nada menos que 29 deputados.

Finalmente, de especial importância foi a criação do Partido Operário Socialdemocrata (POSDR) na Rússia, país agitado por fortes convulsões sociais e políticas na segunda metade do século XIX, que tinham atraído a especial atenção de Marx nos seus últimos anos de vida. A atividade terrorista foi especialmente importante na Rússia czarista, caracterizada por uma forte opressão social, e onde o regime autocrático interditava toda ação ou expressão política. As reformas executadas pelo czar Alexandre II (entre 1861 e 1865), a abolição da servidão da gleba, a criação das câmaras municipais (*zemstvos*), a atenuação da censura na imprensa e nas universidades, foram provocadas pela crescente agitação interna e o fracasso da política externa do czarismo. A era das reformas na Rússia, devido sua timidez, gerou um descontentamento ainda mais amplo. Desgostou a nobreza porque tornou os camponeses "insolentes", e a estes, porque tiveram que se endividar para obter sua autonomia produtiva; à *intelligentsia* porque as reformas haviam sido insuficientemente profundas, não mudando a essência autocrática do regime czarista.

Foi das camadas esclarecidas da população, que partiu a primeira tentativa de derrubar o regime por um movimento não palaciano, com os populistas (*narodniks*).¹⁶⁶ O fracasso dessa

¹⁶⁶ Cabe notar que parte da intelectualidade russa judia ocidentalizada e vinculada com a socialdemocracia alemã, nas décadas de 1870 e 1880, engajou-se e teve um papel dirigente no movimento *narodniki* da Rússia. Danielson foi o principal correspondente de Marx

tentativa, e a repressão que se seguiu, levou-os a se embrenharem no caminho do terrorismo político. Acreditavam que, abatendo as figuras exponenciais do regime czarista, provocariam a rebelião popular. As ondas de atentados anarquistas na Europa Ocidental e América do Norte se produziram depois de alguma atrocidade cometida pelo governo, como fuzilamentos de grevistas ou execuções de opositores políticos. A fonte mais importante do terrorismo, que vingou nos mais diversos países em finais do século XIX, era o sentimento de vingança. O anarco-individualismo (diverso e contraposto ao anarco-sindicalismo), onde grassou a prática do terrorismo individual, se transformou no principal adversário do socialismo (marxista revolucionário ou reformista) nos mais diversos países.

Na década de 1880 foi surgindo a necessidade de agrupar todos os partidos operários e socialistas em uma nova organização de caráter internacional, que pudesse unificar e direcionar as diversas lutas nacionais no sentido de derrubar a dominação e a exploração capitalista em escala mundial. É nesse contexto que a luta dos trabalhadores se materializou numa grande manifestação em Chicago (EUA), em 1º de maio de 1886. A polícia norte-americana, instrumento do patronato, reprimiu brutalmente a manifestação; os trabalhadores se defenderam e atacaram os policiais, mas a força repressiva foi muito maior. O número de mortos nunca pôde ser apurado, muitos foram enterrados clandestinamente e inúmeras prisões foram efetuadas.

Líderes operários (e anarquistas), Albert Parsons, Georg Engel, Adolph Fischer, Louis Lingg e August Spies, os

na Rússia. O primeiro grupo de socialistas populistas judeu surgiu em Vilna na antiga escola rabínica que em 1873 transformou-se no instituto de professores. Desse grupo saíram uma fileira de importantes ativistas para o *Narodnaia Volya*, como Aron Zundelewitch, Vladimir Jochelson, Leib Davidovitch contando entre seus líderes o *maskil* Aron Liberman, que acabou emigrando para a Inglaterra. De início, esses revolucionários judeus entregaram-se a uma atividade voltada à população oprimida russa sem qualquer referência à condição específica das massas judias. O mais importante, politicamente, foi Marc Nathanson, um dos fundadores do movimento populista *Zemlia i Volia* (Terra e Liberdade). Na geração posterior, a intelectualidade judia de esquerda da Rússia incorporou-se em grande parte ao POSDR, tendo um papel de destaque e dirigente nas diversas frações do partido (bolcheviques, mencheviques, etc.).

Haymarket Martyrs, foram condenados à morte e executados, outros foram condenados à prisão perpétua ou a penas de longos períodos. A repressão em Chicago foi o ponto alto de um processo de ataques aos trabalhadores nos grandes centros industriais mundiais da época. Se, por um lado, inexistiam leis de proteção ao trabalho, por outro, o capital contava com leis para impedir a organização dos trabalhadores. Em muitos países, sindicatos e partidos eram proibidos ou fortemente controlados, e quem tentasse organizar os trabalhadores era considerado criminoso. Na Alemanha, o partido socialista, sindicatos e a imprensa operária foram proibidos. Nos EUA, os sindicatos sofreram um duro golpe, que só foi superado no começo do século seguinte.

O progresso mais espetacular da socialdemocracia europeia foi o registrado na Alemanha, onde o partido socialista (SPD) se sobrepôs à severa repressão do governo de Bismarck. Em 1871, nas primeiras eleições “alemãs”, já houve 102.000 votos socialdemocratas, obtendo 12 cadeiras no parlamento federal, incluída a de seu dirigente August Bebel, em que pese o fato do partido aparecer como adversário da unidade nacional alemã recentemente conquistada, e também de que a maioria de seus eleitores potenciais ainda se achava sob bandeira de guerra, na França invadida pela Prússia. Os votos socialdemocratas pularam, em 1874, três anos depois da criação do Império Alemão, para 372.000; em 1877, para 493.000. O “reconhecimento” desses progressos pelo governo Bismarck foi a “lei contra os socialistas”, dissolvendo as organizações centrais e locais do SPD, assim como proibindo a circulação dos jornais do partido. Os socialdemocratas alemães foram postos na ilegalidade por decreto imperial quando Bismarck dissolveu o parlamento. O partido foi momentaneamente destroçado. Em 1881, concorrendo às eleições de modo mutilado, seu número de votos desceu até 312.000. Mas o SPD se recuperou e, ainda sob o peso da “Lei de Exceção” contra ele, sem imprensa, sem organização legal, sem direito de associação e de reunião, recomeçou a difundir-se com rapidez, obtendo novas vitórias eleitorais: em 1884, 550.000 votos; em 1887, 763.000; em 1890, 1.427.000. A socialdemocracia se transformou no maior partido político da Alemanha, e em exemplo mundial para o movimento operário. Suportando a dupla ofensiva da repressão e da legislação social promovida pelo governo (entre outras coisas, o primeiro sistema europeu estatal de previdência social) para silenciar a classe operária

militante, o SPD sobreviveu e cresceu através de suas organizações sociais - esportivas, de lazer, culturais de todo tipo -, de um jornal impresso no exterior e de congressos realizados fora da Alemanha. E emergiu da ilegalidade, quando da revogação das leis repressivas, mais forte do que nunca, chegando a 18% do total de votantes.

O desenvolvimento econômico europeu criara condições favoráveis para a formação de uma camada de operários melhor remunerada e com maiores direitos sociais. Esta, ao lado da pequena-burguesia urbana, foi a base social em que se assentou o reformismo socialdemocrata. O desenvolvimento do capitalismo europeu só foi possível graças à superexploração das colônias e dos países periféricos. A guerra colonial era uma maneira de manter os privilégios das grandes burguesias nacionais e a condição para que se mantivesse o nível de vida de parcelas privilegiadas do proletariado europeu. A ascensão social de camadas do operariado, seu desenvolvimento político e sindical, geraram também novos agrupamentos políticos da burguesia.

O mundo hierarquizado que começava a desmoronar a partir do último quartel do século XIX, recuava com acumulação de ressentimentos por parte dos inconformados com a "subversão dos valores" trazida pelas reformas eleitorais, pelas leis trabalhistas, pela extensão da educação primária gratuita e, principalmente, pela perspectiva de revolução social, levantada pelos que haviam alcançado tais conquistas.¹⁶⁷ Enquanto na Itália o Vaticano centralizava a reação conservadora, na França, após a anistia dos *communards* (1879-1880), a legalização das associações operárias (1881) e a instituição do ensino primário estatal (1882), a reação monárquico-clerical organizava-se nas Ligas Patrióticas e na *Action Française*, criada em 1890; enquanto na Grã-Bretanha, com a ampliação do direito de voto em 1883, a burguesia inglesa iniciava uma migração em direção do Partido Conservador, que se acelerou após a fundação do *Independent Labour Party*, em 1893; no restante da Europa, movimentos reacionários de formas variadas foram tomando corpo, sempre com características defensivas de velhas prerrogativas ameaçadas.

¹⁶⁷ Cf. Peter Laslett. *O Mundo que Nós Perdemos*. Lisboa, Cosmos, 1975.

Essa situação modificou o movimento operário, dividindo-o em diversas tendências conflitantes. A derrota da Comuna de Paris, afogada em sangue, agiu como um fator de moderação em alguns setores; em outros, ao contrário, produziu uma tendência para a radicalização política. Ao lado dos grupos marxistas que insistiam na via revolucionária para o socialismo, surgiu outra tendência, que postulava que se poderia caminhar para o socialismo pela via parlamentar, utilizando-se das instituições democráticas para derrotar o capitalismo. Essa corrente moderada, que se posicionou também contra as greves gerais e as revoluções violentas, ganhou apoio entre os trabalhadores melhor posicionados no mercado de trabalho e na “nova classe média”.

Nada disso impediu que o contato entre os movimentos operários dos diversos países europeus amadurecesse a ideia da criação de uma nova Associação Internacional de Trabalhadores. As questões levantadas pelas conquistas políticas e econômicas do proletariado, e as de como se posicionar frente ao imperialismo europeu, marcaram seu debate político. A expansão da organização operária não fora homogênea, acontecendo de forma diferente em cada região, dependendo da tradição sindical e partidária de cada país: na Inglaterra, os sindicatos dos trabalhadores fabris (*Trade Unions*) foram o veículo pelo qual o socialismo se organizou politicamente; na Alemanha, o partido socialdemocrata dirigia as organizações sindicais; na França, o socialismo e sindicalismo se desenvolveram paralelamente. A partir de 1876 ressurgiu e se fortaleceu a ideia de ligações internacionais entre as organizações nacionais. Em 1888, apesar da resistência da socialdemocracia alemã, planejou-se a organização de um Congresso Internacional para o ano seguinte em Paris, comemorando o centenário da queda da Bastilha. Houve finalmente dois congressos distintos, um predominantemente “marxista” e outro sindicalista. O Congresso marxista foi organizado por Engels e pela socialdemocracia alemã, juntamente como o partido operário francês.

Engels foi o principal incentivador do conclave. Durante todo o primeiro semestre daquele ano ele se concentrou na tarefa de garantir uma maioria “marxista” no congresso internacional: “Este maldito congresso e tudo que a ele se relaciona já vem a três meses tomando todo o meu tempo: escrevinhadoras, correrias, um rebuliço dos diabos”. Em 14 de julho de 1889 (centésimo aniversário da Revolução Francesa)

reuniu-se o Congresso Operário e Socialista Internacional. Este contou com a participação de 300 delegados, representando cerca de 20 países, era o congresso internacional mais representativo já realizado pelo movimento socialista até então. Estavam presentes, entre outros, August Bebel,¹⁶⁸ Eduard Bernstein, Jules Guesde, Clara Zetkin, Charles Longuet (genro de Marx), Paul Lafargue, Giorgui Plekhánov, Pablo Iglesias,¹⁶⁹

¹⁶⁸ August Ferdinand Bebel (1840 -1913) foi um dos principais dirigentes socialistas alemães, um dos fundadores do Partido Socialdemocrata da Alemanha (SPD). Foi o fundador do *Sächsische Volkspartei* (Partido Popular da Saxônia) em 1867 junto com Wilhelm Liebknecht, e do SDAP (*Sozialdemokratische Arbeiterpartei*, Partido dos Trabalhadores Social Democratas da Alemanha) em 1869, que se fundiu com o ADAV (*Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*, Associação Geral dos Trabalhadores Alemães) em 1875 para formar o SAPD (*Sozialistische Arbeiterpartei Deutschlands*, Partido dos Trabalhadores Socialistas da Alemanha), que renomeou-se Partido Social Democrata da Alemanha em 1890. Em 1871 foi eleito deputado no *Reichstag*, mandato que renovou por diversas vezes. Depois de viver em Berlim-Schöneberg (onde há uma placa em sua homenagem localizada na Hauptstraße 97) por muitos anos, morreu no dia 18 de março de 1913 durante uma internação em um sanatório na Suíça; foi enterrado em Zurique.

¹⁶⁹ Pablo Iglesias Posse (1850-1925) liderou o movimento socialista espanhol. Foi co-fundador do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em 1879, e da União Geral de Trabalhadores (UGT) em 1888. Iglesias nasceu em uma família humilde, frequentou a escola entre os seis e os nove anos, quando seu pai, funcionário público, morreu. Pablo, seu irmão mais novo Manuel (que morreria logo de tuberculose) e sua mãe emigraram para Madri. A mãe vivia como pedinte, e ambos os garotos foram recolhidos ao Hospício de São Fernando. Pablo completou os estudos primários ali, e aprendeu o ofício da tipografia. Aos doze anos, o futuro líder sindical deixou o hospício e foi trabalhar como impressor para ajudar sua mãe; à noite tomava aulas de francês. Iglesias começou a sofrer perseguições e demissões por parte de diversas oficinas de impressão até 1874, quando chegou à presidência da *Asociación General del Arte de Imprimir*. Daí em diante começou a preparar clandestinamente um novo partido político de orientação operário-sindicalista, que culminou em 1879 com a fundação do PSOE. Em 1885, após abandonar a presidência da *Asociación*, conseguiu chegar ao posto máximo na *Federación Tipográfica Española*. Em 1886 publicou o primeiro número da revista *El Socialista*, fundada por ele mesmo. Dois anos depois fundou a União Geral dos Trabalhadores, chegando a sua presidência em 1889. Em 1890 encabeçou a primeira manifestação do 1º de maio na Espanha. Foi eleito representante do PSOE junto ao conselho municipal de Madri,

entre outros. Engels, o principal expoente do movimento, não pode comparecer. Após ter garantido a participação de uma folgada maioria de delegados afinados com as teses marxistas no Congresso, dedicou-se a outra tarefa: preparar para publicação dos volumes restantes de *O Capital*.

O primeiro ano da nova Internacional testemunhou a abolição da lei antissocialista na Alemanha e o surpreendente êxito eleitoral da socialdemocracia alemã, que depois de doze anos de perseguição conseguiu quase um milhão e meio de votos nas eleições do Reich. Engels ainda pôde ver as eleições de 1893, nas quais a socialdemocracia conquistou centenas de milhares de votos suplementares. A socialdemocracia parecia crescer devido à progressão automática de uma lei natural. O governo imperial já não se atrevia, exceto por pequenas extorsões, a proibir o partido dos trabalhadores. Engels afirmou que um governo que permitia, dentro do âmbito da lei, a atividade de um movimento inimigo que trabalha para derrubá-la, estava condenado a desaparecer. A socialdemocracia internacional, já apelidada de *Segunda Internacional*, se consolidava, mas só em 1900 se dotou de órgãos dirigentes. Em alguns países, na Alemanha em primeiro lugar, já era considerada, com seus parlamentares, sindicatos, e toda uma rede de associações culturais, teatros, clubes esportivos, associações juvenis e infantis, uma “sociedade dentro da sociedade”, uma sociedade paralela que prefigurava a sociedade socialista do futuro. O principal teórico da socialdemocracia alemã era o marxista tcheco Karl Kautsky, considerado executor testamentário da obra de Marx e Engels.¹⁷⁰

depois foi seu primeiro deputado no parlamento espanhol. No entanto, em 1919 ele foi forçado a cessar parcialmente suas atividades políticas por causa de uma pneumonia, e uma saúde cada vez mais abalada. Em 1921 o Partido Comunista da Espanha surgiu como uma dissidência do PSOE. Pablo Iglesias faleceu em 9 de dezembro de 1925, em Madri. Havia sido eleito deputado pela última vez em 1923. Seu cadáver foi exposto na capela da Casa do Povo de Madri; mais de 150 mil pessoas compareceram ao seu funeral.

¹⁷⁰ Nascido em Praga, Karl Kautsky (1854-1938) foi uma das mais importantes figuras da história do marxismo, tendo editado o “quarto volume” do *Das Kapital*, de Karl Marx, as *Teorias de Mais-Valia*, que continha a avaliação crítica de Marx às teorias econômicas dos seus predecessores. Kautsky estudou história e filosofia na Universidade de Viena em 1874, e se tornou membro do Partido Social

No mesmo ano de 1889 em que foi fundada a nova Internacional, pela primeira vez o proletariado europeu comemorou o 1º de Maio, data do massacre dos trabalhadores de Chicago, como Dia Internacional dos Trabalhadores. Entre as resoluções práticas do Congresso fundador da Internacional Socialista, estavam os apoios à iniciativa da *American Federation of Labour* (Federação Americana do Trabalho), a AFL, que pretendia realizar uma grande manifestação no 1º de maio de 1890, para lembrar a morte dos operários de Chicago. A Internacional Socialista aprovou a ideia e instituiu a data como *Dia Internacional dos Trabalhadores*, adotando como programa fundamental a luta pelas oito horas. Essa deveria ser uma grande manifestação internacional, com data fixa, de maneira que, em todos os países, e em todas as cidades, ao mesmo tempo, os trabalhadores se mobilizariam. No final, foi decidido que os trabalhadores das diversas nações teriam que “realizar esta manifestação nas condições que lhes são impostas pela situação especial de cada país”. Nascia uma tradição secular.

Engels, impressionado com a gigantesca manifestação realizada pelos operários ingleses nesse 1º de maio, escreveu :

Democrático da Áustria (SPÖ) em 1875. Em 1882, Kautsky fundou a revista *Die Neue Zeit* ("Tempo Novo"), da qual foi editor até 1917. De 1885 a 1890, ele viveu em Londres, onde ele se tornou amigo de Friedrich Engels. Em 1891 ele co-autorou o Programa de Erfurt do Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) com August Bebel e Eduard Bernstein. Após a morte de Friedrich Engels em 1895, Kautsky se tornou um dos mais importantes e influentes teóricos do socialismo. Mais tarde, no entanto, adotou uma posição de centro no interior da socialdemocracia alemã, quando Rosa Luxemburgo e a esquerda do partido se separaram em 1916 devido ao apoio do partido à participação da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. No entanto, diferentemente da direita do seu partido, não sustentou esta posição patriótica até o fim da guerra. Em 1917 Kautsky mudou de opinião, deixando o SPD brevemente até 1922, quando se filiou ao Partido Social Democrata Independente da Alemanha (USPD). Pelo seu apoio à entrada na Alemanha na Primeira Guerra Mundial, e pelas suas posições crescentemente reformistas e anti-revolucionárias, Kautsky acabou qualificado de "renegado" por Lênin. Após a guerra, Kautsky escreveu várias críticas ao bolchevismo, *Comunismo e Terrorismo* (que foi respondida por Trotsky) e uma monografia em 1934, *Bolchevismo: Democracia e Ditadura*. No entanto, tendeu a perder cada vez mais importância política concreta, e no primeiro pós-guerra concluiu como uma relíquia de um tempo morto mais do que como um líder político ativo.

“Até onde meus olhos viam um mar de cabeças, 250 mil ou 300 mil pessoas, das quais três quartos eram operários. Foi a assembleia mais gigantesca de todas as que alguma vez se realizaram aqui. O que eu não daria para que Marx tivesse vivido este despertar”.

Na Federação Social Democrática, que agrupava a ala marxista do trabalhismo inglês, militavam Edward Aveling (outro genro de Marx), H. M. Hyndman, Ernest Belfort Bax, Eleanor Marx (filha de Karl Marx), John Burns, Tom Mann (fundador do *new unionism*), Henry Hyde Champion, Margaret McMillan, Charlotte Despard, William Morris, John Bruce Glasier, Henry Quelch. A irrupção do *Labour Party* mudou definitivamente a política do país que detinha ainda um império em que habitava um quarto da humanidade (400 milhões de pessoas). O gabinete liberal, com Herbert Asquit e Lloyd George, iniciou, sob pressão trabalhista, uma política de reforma social (especialmente de aposentadorias e sistema público de saúde), reduziu o poder da Câmara Alta (antirreformista) e inaugurou a primazia da Câmara dos Comuns, pelo *Parliament Act* de 1911. Isto não impediu a decadência do liberalismo, mas mudou a estrutura de poder interna do principal Estado imperialista.

Na década de 1890 a Internacional decidiu ainda a exclusão dos anarquistas, dadas as divergências ideológicas em relação à ação política, pois para eles a Internacional não deveria participar de eleições, nem participar em qualquer cargo dos aparelhos estatais. No Congresso de Zurique, em 1893, foi aprovada uma resolução que praticamente excluiu da Internacional as organizações que não fossem partidárias da ação política visando à conquista do poder político pelo proletariado. No congresso de Londres de 1896, por proposta de Liebknecht, os anarquistas foram definitivamente expulsos das fileiras da Internacional (na qual muitos deles nunca tinham ingressado). O contencioso entre marxismo e anarquismo foi um dos elementos que reacenderam o debate sobre a autonomia da classe operária. Engels morrera em 1895, com 75 anos de idade. No final da sua vida, em polêmica com os anarquistas italianos, em seu texto *Da Autoridade*, Engels dissociou a questão da propriedade coletiva dos meios de produção (axioma básico de um modo de produção socialista ou comunista) da direção do processo de trabalho. Os operários deveriam ser os legítimos donos das fábricas, mas não necessariamente comandá-las diretamente em cada local, em

assembleias democráticas e morosas. Argumentou que as condições da moderna indústria exigiam autoridade e disciplina. Mas de onde esta emanaria? Foi entre 1880 e 1914 que as primeiras respostas foram testadas.

Excluídos da Internacional Socialista, os anarquistas continuaram ativos e fortemente organizados, em especial na Itália e na Europa do Sul e, através da grande imigração proveniente dessas regiões, na América do Sul. A Federação Espanhola dos Trabalhadores fundada em 1881 foi o primeiro grande movimento anarco-sindicalista; as federações sindicais eram de especial importância na Espanha (a CNT-FAI, posterior, foi a expressão maior da influência anarquista no movimento operário peninsular). Nas Américas, a forte imigração europeia estendeu mundialmente a influência anarquista no operariado. Na Argentina, onde chegaram a ser publicados dois jornais anarquistas diários (*La Batalla* e *La Protesta*) a FORA (Federação Operária da Região Argentina) foi a principal organização sindical na virada entre os dois séculos, organizando numerosas greves em Buenos Aires e outras cidades, reprimidas com violência: o governo promulgou (1904) uma “Lei de Residência” que lhe permitia expulsar do país qualquer “estrangeiro indesejável”, lei que foi utilizada basicamente para deportar ativistas operários anarquistas. Na mesma época, dirigentes anarquistas europeus (como os italianos Pietro Gori e Errico Malatesta, ou o catalão Pellicier Paraire) visitaram ou se refugiaram na Argentina, fugindo da repressão em seus próprios países de origem.¹⁷¹

Em 1907, o Congresso Internacional Anarquista de Amsterdã reuniu delegados de quatorze países diferentes, entre os quais importantes figuras do movimento anarquista, como Errico Malatesta, Pierre Monatte, Luigi Fabbri, Benoît Broutchoux, Emma Goldman, Rudolf Rocker, e Christian Cornelissen. Vários temas foram tratados durante o Congresso, em particular as publicações de educação popular, a greve geral ou o antimilitarismo. Um debate central foi sobre a relação entre o anarquismo e o sindicalismo. Malatesta e Monatte discordaram sobre o assunto, já que o segundo pensava que o sindicalismo era revolucionário e criaria condições para uma revolução social, enquanto Malatesta considerava o movimento sindical reformista e até mesmo conservador, criticando como

¹⁷¹ Cf. Iacov Oved. *El Anarquismo y el Movimiento Obrero Argentino*. México, Siglo XXI, 1980.

burgueses e antioperários os dirigentes sindicais. Malatesta alertou que o objetivo dos sindicalistas eram perpetuar o sindicalismo, enquanto os anarquistas deviam sempre ter a anarquia como o seu fim e, conseqüentemente, abster-se de se comprometer com qualquer método particular de alcançá-la.

Alguns anarquistas defenderam atos violentos de retaliação contra os responsáveis pela repressão antioperária, ou contra expoentes dos regimes políticos monárquicos ou burgueses. Johann Most declarou que "nós proclamamos não apenas ação em e para si mesma, mas também ação como propaganda". Por volta dos anos 1880, a frase "propaganda pelo ato" tinha começado a ser utilizada tanto dentro quanto fora do movimento anarquista para se referir a bombardeios individuais, regicídios e tiranicídios. Entretanto, em 1887, figuras importantes no movimento anarquista distanciaram-se de tais atos individuais. Piotr Kropotkin escreveu em *Le Révolté* que "uma estrutura baseada em séculos de história não pode ser destruída com alguns quilos de dinamite". A repressão do Estado (incluindo as *lois scélérates* francesas de 1894) contra o operariado também contribuiu, forçosamente, para o abandono da prática. Uma corrente importante de anarquistas advogou o abandono desse tipo de táticas em favor de uma ação coletiva revolucionária, através do movimento sindical.

O anarco-sindicalista francês Fernand Pelloutier defendeu em 1895 o envolvimento dos anarquistas no movimento operário através do "sindicalismo de ação direta".¹⁷² Pelloutier criticou a estratégia terrorista de Ravachol e seus partidários, e se dedicou ao desenvolvimento de "Bolsas de Trabalho" a partir dos sindicatos. Sob sua inspiração, as Bolsas passaram de 33 em 1894 para 81 em 1901; elas começaram a ser mais bem sucedidas que os "sindicatos de ofício" então existentes, pois atendiam também aos operários pouco ou não qualificados, dotando-se de escritórios de colocação em empregos, caixas de solidariedade, fundos para desempregados, para doentes, e até para financiamento de enterros.

Pelloutier chamou "sua" criação de "sindicalismo integral", organizando também bibliotecas e cursos de formação; retomou, reformulando-as, as ideias de Proudhon e Bakunin, pelo que foi considerado como um atualizador do

¹⁷² Jacques Julliard. *Fernand Pelloutier et les Origines du Syndicalisme d'Action Directe*. Paris, Seuil, 1971.

anarquismo e um inspirador do anarco-sindicalismo, mas morreu prematuramente na miséria em 1901, não sem deixar montado uma estrutura que teve enorme importância na organização da classe operária francesa nas décadas sucessivas.



Fernand Pelloutier

No extremo oposto do arco político, a partir de 1896 ganhou corpo na Alemanha a corrente socialista liderada por Eduard Bernstein,¹⁷³ que propunha uma *revisão* dos pontos

¹⁷³ Eduard Bernstein (1850-1932), político e teórico socialista, foi o primeiro grande revisionista da teoria marxista e um dos principais teóricos da socialdemocracia alemã. Bernstein colocou em causa algumas teses marxistas: a doutrina do materialismo histórico, ao considerar que haveria outros fatores para além dos económicos que determinariam os fenómenos sociais; atacou a dialéctica por não conseguir explicar todas as mudanças em organismos complexos, como as sociedades humanas; a teoria do valor, ao considerar que aquele vem da utilidade das mercadorias, teoria defendida paralelamente pelos economistas académicos neoclássicos. Colocou também em causa as “leis” da inevitabilidade da concentração

básicos do marxismo. Ele afirmou que o avanço do capitalismo não estava levando a um aprofundamento das diferenças entre as classes; que o sistema capitalista não iria entrar nas crises sucessivas que o destruiriam e abririam caminho ao socialismo; e que a democracia política permitiria que os partidos operários conseguissem todas as reformas necessárias para assegurar o bem-estar dos trabalhadores, sem necessidade de uma ditadura do proletariado. A conquista de uma legislação social avançada para a época, e de um nível considerável de liberdades políticas, fizeram progredir no SPD os chamados “revisionistas”, que argumentavam que os operários haviam-se tornado cidadãos plenos. Através do voto eles conquistariam a maioria do parlamento, e através de uma nova legislação reformariam e superariam, lenta, gradual e pacificamente, o capitalismo. As opiniões de Bernstein, apresentadas com detalhamento e sofisticação teórica em *Socialismo Teórico e Socialismo Prático*,¹⁷⁴ não iam, porém, muito além da constatação da melhora da situação econômica da classe operária metropolitana e do caráter mais complexo da dominação política burguesa através de métodos democráticos. Essas ideias eram fortes no interior do partido, sobretudo entre as lideranças sindicais.

capitalista e do empobrecimento crescente do proletariado. Portanto, atacou a ideia da inevitabilidade histórica do socialismo por motivos econômicos: o socialismo chegaria mais tarde ou mais cedo, sim, mas por motivos morais, por ser o sistema político mais justo e solidário. E atacou a ideia da existência de apenas duas classes sociais, uma opressora e uma oprimida, reivindicando a existência de várias classes intermediárias interligadas e de um interesse nacional superior a todas elas. Em alternativa às teses marxistas que criticava, Bernstein defendia a melhora gradual e constante das condições de vida dos trabalhadores (dar-lhes os meios para ascender até a classe média), tinha dúvidas quanto à necessidade de nacionalizações de empresas e recusava a violência revolucionária.

¹⁷⁴ Eduard Bernstein. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.



Eduard Bernstein

Vejamos algumas opiniões de Bernstein sobre temas-chave da época. Sobre liberalismo e socialismo: "Em relação ao liberalismo, como grande movimento histórico, o socialismo é seu legítimo herdeiro, não só por lhe suceder no tempo, mas também pelas qualidades de seu espírito, como o demonstra toda questão de princípios acerca da qual tenha que adotar uma atitude a socialdemocracia". Sobre o evolucionismo histórico: "O feudalismo, com suas organizações e corporações inflexíveis, teve que ser destruído quase em toda parte mediante a violência. As organizações liberais da sociedade moderna se diferenciam daquelas do feudalismo precisamente por serem flexíveis e, portanto, capazes de mudança e desenvolvimento. Não precisam ser destruídas, mas somente serem desenvolvidas".

Acerca do nacionalismo alemão: "Da mesma maneira que não é desejável que nenhuma outra das grandes nações civilizadas perca sua independência, também não pode ser indiferente para a socialdemocracia alemã que Alemanha, que tomou e toma parte honrosa na obra de civilização do mundo, não seja aceita como igual no concílio das nações". E, finalmente, sobre o colonialismo: "Tem justificativa, quando foram adquiridas colônias, que se examine cuidadosamente seu valor e seu porvir, e que se controle a situação e o trato dado aos indígenas, como também outras questões de sua administração; mas isso não é razão para pensar, *a priori*, que essa aquisição seja censurável". Da constatação da melhora da situação da classe operária metropolitana passava-se para a apologia de sua base de sustentação, a expansão imperialista.

Bernstein não colocava apenas problemas novos, mas traduzia também o espírito de relativa satisfação com o desenvolvimento do capitalismo e do colonialismo europeu, sem nenhuma análise de suas contradições, e de maneira simplista, embora pusesse o dedo na ferida dos novos métodos de organização e dominação do capitalismo, sobretudo nas metrópoles. A resposta “ortodoxa” de Kautsky a Bernstein explorou suas fraquezas. Rosa Luxemburgo, em *Reforma ou Revolução Social?*, explorou também certa pobreza intelectual, o espírito pequeno burguês e burocrático, e deu expressão a uma verdadeira indignação moral diante da autossuficiência intelectual bernsteiniana. Lembremos, por outro lado, que Bernstein, em artigo dedicado ao julgamento do escritor irlandês Oscar Wilde na Inglaterra vitoriana, foi o primeiro socialista a levantar a questão da repressão ao homossexualismo como reacionária (e a não se referir aos “uranianos”, como na época eram chamados, como simples doentes).¹⁷⁵

Em 1899, o SPD foi palco da acirrada controvérsia política e teórica suscitada pelo revisionismo. Bernstein apregoava que o desenvolvimento do capitalismo levava a democratização da sociedade capitalista, através do aumento do número de proprietários, graças à introdução das sociedades por ações. Os revisionistas apresentaram uma nova tática, que privilegiava a luta parlamentar e sindical. A luta por melhores condições de trabalho e salários seria o instrumento privilegiado para conduzir a sociedade capitalista, através das reformas econômicas, para o socialismo. Na verdade estas reformas já seriam a realização molecular da nova sociedade socialista: “O movimento é tudo e o fim nada significa”.

As teses revisionistas foram criticadas e condenadas nos congressos da socialdemocracia alemã de Hannover (1899), de Lübeck (1901) e de Dresden (1903). O principal crítico foi August Bebel, o principal expoente do socialismo alemão: “O congresso - afirmou a resolução proposta por Bebel - condena de maneira mais decidida o intento revisionista de alterar a nossa tática, posta a prova várias vezes e vitoriosa, baseada na luta de classes. Se adotarmos a política revisionista nos constituiríamos em um partido que se conformaria apenas com a reforma da sociedade burguesa. Condenamos qualquer

¹⁷⁵ Cf. Eduard Bernstein. O julgamento de Oscar Wilde. *Entre Passado & Futuro* n° 3, São Paulo, CNPq-Xamã, janeiro 2003.

tentativa de converter o nosso partido em um satélite dos partidos burgueses”.

Paralelamente, na Europa continental, onde a influência marxista era decisiva na Internacional, procurou-se fazer de Marx e, sobretudo, de Engels, um antecedente de conclusões “fabianas”. Foi por conta da enorme influência exercida, pessoalmente e através dos seus textos, por Engels, na camada dirigente dos partidos operários que conformavam a Segunda Internacional, que diversos autores responsabilizaram-no posteriormente por ter sentado as bases de sua ulterior degeneração reformista. O extremo foi atingido pelos dirigentes socialdemocratas alemães, que exibiram textos de Engels em apoio à Alemanha no início da guerra franco-prussiana de 1870, para justificar seu apoio aos créditos de guerra solicitados pelo Kaiser nas vésperas da guerra de 1914-1918. Não somente omitiram o apoio dado por Engels à França a partir do surgimento da Comuna de Paris, como chegaram a destruir, nos papéis pessoais deixados por Engels, um plano militar por ele mesmo elaborado, de defesa de Paris contra o iminente ataque do exército prussiano.

Toda a operação pretensamente destinada a fazer de Engels um “pai do reformismo” baseou-se numa omissão, mutilação ou destruição de textos. A imagem de um Engels partidário da transição pacífica ao socialismo, através do sufrágio universal, foi introduzida pela socialdemocracia alemã. A introdução de Engels (de 1895) da *Guerra Civil na França* de Marx foi publicada com mutilações pela socialdemocracia alemã, para apresentar Engels apoiando uma via na revolucionária, parlamentar, de transição ao socialismo. Engels protestou vivamente contra a mutilação do texto, e exigiu a sua publicação por inteiro.

Nesse prefácio Engels elogiava a utilização do sufrágio universal pelo partido operário alemão, que “aumenta, pela ascensão regularmente verificada e rápida do número de votos, a certeza dos operários na vitória... fornece-nos um critério superior a qualquer outro para calcular o alcance de nossa atuação”, permite ao partido operário levar sua propaganda a todas das camadas dos explorados, oferece-lhe uma tribuna de alcance nacional e internacional, etc., mas nada de que o sufrágio universal tivesse mudado a natureza social do Estado e do regime político (os “fundamentos sociais” - burgueses - do regime, ou seja, a raiz de classe do Estado). O sufrágio universal mostrava que “as instituições estatais, nas quais se organiza o

domínio político da burguesia, ainda oferecem possibilidades novas de utilização que permitem à classe operária combatê-las”.

Engels não só considerava que as instituições estatais continuavam organizando o domínio político da burguesia, mas que o proletariado devia combatê-las, utilizando-as quando fosse possível; chamou a república democrático-burguesa de “forma lógica do domínio burguês”: “A república democrática, a mais elevada das formas de Estado, que nas condições sociais modernas vai aparecendo como uma necessidade cada vez mais incontornável, não mais reconhece oficialmente as diferenças de fortuna. Nela, a riqueza exerce seu poder de modo indireto, embora mais seguro. De um lado, sob a forma direta de corrupção dos funcionários de Estado e, na América vamos encontrar o exemplo clássico disso; de outro lado, sob a forma da aliança entre o governo e a Bolsa”. A lógica econômica do capital coincidia com o seu *optimum* político, mas “a república democrática não é imprescindível para essa fraternal união entre Bolsa e governo”. Na república “é diretamente através do sufrágio universal que a classe possuidora domina. Enquanto a classe oprimida - o proletariado - não está madura para promover ela mesma a sua emancipação, a maioria dos seus membros considera a ordem social existente como a única possível e, politicamente, forma a cauda da classe capitalista, sua ala de extrema esquerda”.

Não é no legado teórico de Engels, portanto, que se encontravam as bases do reformismo socialdemocrata. No ano seguinte à morte de Engels (1896) realizou-se em Londres um congresso da Internacional Socialista, que consolidou, como vimos, a expulsão dos anarquistas: a resolução acentuava o que se vinha esboçando desde o Congresso de Zurique, realizado três anos antes, que havia determinado uma tática que exigisse aos seus aderentes uma posição clara diante da luta política, inclusive parlamentar, que ia radicalmente contra os princípios anarquistas. Também foi reconhecido programaticamente o direito das nações à autodeterminação, criticando os socialdemocratas das grandes potências colonizadoras que não defendiam esse direito das colônias oprimidas pelos seus países.¹⁷⁶ Na Inglaterra, porém, os socialistas agiam de outro

¹⁷⁶ Azedo Gneco representou o Partido Socialista Português nesse congresso, realizado em Londres. Gneco era um operário e foi secretário geral do Partido Socialista em substituição de José Fontana.

modo. Em 1902 explodiu, na África do Sul, a “guerra dos bôers”, opondo o colonialismo britânico aos colonos holandeses: quando estalou a guerra, apareceu um manifesto “fabiano” em que se declarava que o conflito era uma questão “que o socialismo não poderia resolver, e que não lhe dizia respeito”. George Bernard Shaw publicou uma brochura, *Fabianism and the Empire*, na qual justificava o imperialismo, apoiando-se no argumento de que as nações “adiantadas” tinham o direito a conquistar os povos atrasados, em nome do progresso destes.

O socialismo virava, na concepção fabiana, uma técnica de reformas legislativas no marco do capitalismo. A tarefa dos socialistas, para eles como para Bernstein, não consistiria em derrubar a sociedade burguesa, mas em acelerar, com reformas graduais, sua marcha para o “coletivismo”. A análise marxista das tendências da evolução do capitalismo não lhes impressionava. Os fabianos opinavam que Marx havia errado em quase todos seus prognósticos. Rejeitavam a tese de que o capitalismo desaguaria de forma necessária em uma série de guerras e de crises econômicas catastróficas. Embora a Sociedade Fabiana nunca fosse numerosa (em 1906 rejeitou a proposta feita por H. G. Wells para que a sociedade abrangesse âmbito nacional, com um grande número de membros) conseguiu impor seus critérios e ideias a um setor cada vez mais importante do Partido Trabalhista. Em 1906, o secretário do partido, Ramsay MacDonald,¹⁷⁷ expôs os princípios do

Não aderiu inteiramente às teses deste congresso, recusando aceitar que o problema da classe operária passasse pela substituição da monarquia pela república, nem aderindo às teses marxistas. Apenas no que respeita à autodeterminação das colônias era mais flexível, preconizando algumas “melhorias” na situação dos povos coloniais. Em 1897 houve uma cisão dentro do Partido Socialista de Portugal, quando Ernesto Silva e Teodoro Ribeiro fizeram aprovar uma aliança com o Partido Republicano, tendo surgido uma aliança republicano-socialista.

¹⁷⁷ James Ramsay MacDonald (1866-1937), foi um dos fundadores e dirigentes do Partido Trabalhista Independente e do Partido Trabalhista (*Labour Party*); foi o primeiro trabalhista a se tornar primeiro-ministro do Reino Unido, no reinado de George V. Era filho ilegítimo de John MacDonald, um trabalhador rural, e de Anne Ramsay, uma servidora doméstica. Recebeu sua instrução elementar na igreja livre da escola de Lossiemouth, e depois, em 1875, na escola local da paróquia de Drainie. Em 1881, tornou-se professor em Drainie. Ficou nesse trabalho até 1885, tomando assistente de clérigo em Bristol.

Labour Party em termos que refletiam a influência dos fabianos: o partido deveria opor-se a qualquer tentativa de apresentá-lo como um movimento só dos trabalhadores, dizia MacDonald, dado que os princípios nos quais se baseava não eram resultado “de um processo de raciocínios econômicos ou de experiências da classe trabalhadora”.

Lênin resumiu, no seu texto *Duas Épocas na Vida da II Internacional*, que “os trabalhos que conduziram à constituição da II Internacional tiveram lugar entre 1885 e 1890. O renascimento da organização internacional de trabalhadores depois da ruína da I Internacional se produziu na linha de

Em 1866, seguiu para Londres, ainda desempregado. Mas, em pouco tempo, conseguiu um emprego como caixeiro. Nessa época associou-se à União Socialista, de C.L. Fitzgerald, que lutava para fazer avançar as reformas “socialistas” através do sistema parlamentar inglês. Em 13 de novembro de 1887, MacDonald presenciou o Domingo Sangrento (*Bloody Sunday*), no Trafalgar Square, e escreveu o panfleto *Remember Trafalgar Square: Tory Terrorism in 1887*. Em consequência de uma dieta deficitária, sua saúde foi afetada e acabou forçado a abandonar a carreira acadêmica. Em 1888, curado, MacDonald fez concurso de emprego para assessor de Thomas Lough, comerciante de chá e político, eleito deputado por West Islington, em 1892, pelo Partido Liberal. Passou a ter acesso ao clube liberal nacional bem como aos escritórios editoriais de jornais liberais e radicais. MacDonald ganhou a experiência do funcionamento das eleições. Em 1892, transformou-se em jornalista. Em 1893, junto a outros socialistas, criou o Partido dos Trabalhadores Independente. Candidatou-se nas eleições de 1894, por Southampton, sem êxito. Durante a campanha conheceu Margaret Gladstone; já casados, ela passou a financiar as campanhas de MacDonald, seu pai era muito rico. A família Gladstone era ligada aos liberais, membros importantes da família de William Gladstone, ex-primeiro-ministro liberal, e de Herbert Gladstone, líder do Partido Liberal. Os dois viajaram por vários países, dando a MacDonald a oportunidade de encontrar-se com líderes socialistas de outros países, desenvolvendo uma visão internacional. Candidatou-se em 1900, por Leicester, também sendo derrotado. Recandidatou-se em 1906, sendo eleito para o parlamento pelo Partido Trabalhista, que já havia incorporado o Partido Trabalhista Independente. Em 1911 transformou-se em líder do grupo trabalhista no Parlamento. MacDonald perdeu seu assento parlamentar em 1918, mas retornou mais tarde, em 1922. Transformou-se em líder do partido e líder da oposição, com fortes críticas ao governo conservador. Em 1924, foi convidado pelo rei George V para formar governo, quando a maioria conservadora de Stanley Baldwin faliu: se iniciava assim o primeiro mandato trabalhista do Reino Unido.

demarcação de duas épocas. Porque os anos de 1880-1890 foram um período de crise e de transformação em numerosos aspectos; foi nesses anos quando se abriu a era do imperialismo moderno, que atingiu seu apogeu no decorrer dos dez primeiros anos do século XX. A história da II Internacional pode também ser dividida em dois períodos. O primeiro vai do Congresso de Paris (1889) ao de Amsterdã (1904). O segundo período se estende entre (os Congressos de) Stuttgart e Basileia. É o sentido da ação da II Internacional no primeiro período de seu desenvolvimento. *Contra o imperialismo* foi a principal consigna da Internacional em seu segundo período”.

Lênin procurava de esse modo resgatar os elementos revolucionários do desenvolvimento inicial da II Internacional, para alicerçar a continuidade revolucionária do movimento operário, e projetá-la para o futuro. O desenvolvimento do capital monopolista – que fez Bernstein afirmar que o capitalismo poderia resolver suas contradições através de um “capitalismo organizado” – e da exportação de capital já tinham sido antevistos, por Marx e Engels, como fatores que conduziam a um aprofundamento das contradições capitalistas. Lênin avançou uma hipótese para explicar porque, longe de desaparecer, a aristocracia operária estendia-se, com o desenvolvimento do capital monopolista, para outros países europeus, embora rejeitasse, até 1914, a hipótese de uma degeneração da Internacional Socialista.

Além do revisionismo bernsteiniano, de influência sobretudo ideológica, o movimento cooperativista (nas suas duas vertentes, de produção ou de consumo) era o alicerce material da emergência do reformismo socialista. A nova etapa monopolista e imperialista do capitalismo repercutia e dividia o movimento operário. A Internacional Socialista era, por causa disso, politicamente heterogênea. A presença nela da Sociedade Fabiana inglesa era um exemplo: eles defendiam não a mudança do regime pela força ou evolutivamente, mas a implantação de uma "democracia industrial", alcançada através de um "socialismo administrativo". No caso dos *possibilistas* franceses, isto é, da tendência de Paul Brousse, o que pretendiam era a "nacionalização dos diversos serviços públicos pela Comuna". Os sindicalistas ingleses ou franceses, estes com Allemagne, tinham posições próximas às dos possibilistas que, além de defenderem a primazia da ação sindical, privilegiavam a luta econômica sobre a luta política. No extremo oposto, Edouard Vaillant, veterano da Comuna parisiense de 1871, era

partidário da ação direta blanquista. Outros eram a favor do "socialismo integral", "síntese de todas as atividades progressivas da humanidade, aspirante a se tornar um humanismo ético e social", como pensava o francês Benoît Malon, outro veterano da Comuna de 1871.

A diversidade de posições não pode ser menosprezada para a análise da Internacional. Cada agremiação refletia os anos de existência de cada partido, o desenvolvimento industrial do país, o nível de concentração operária, a especificidade do regime político do país, a delimitação política e a vontade revolucionária. De 1889 até 1895, período de crescimento da burguesia europeia, com a consequente ampliação numérica e organizativa do operariado, dominou a ideia da mudança gradativa, "natural" do movimento operário, que levaria à extinção do regime da burguesia. Depois da crise de 1893, superada em 1895, a prosperidade econômica e a alta dos preços fizeram pensar que a classe burguesa teria condições de sobreviver durante muito tempo; foi o momento em que Bernstein formulou a teoria revisionista. As guerras internacionais do início do século XX e a revolução russa de 1905 anunciaram uma nova fase revolucionária, aparecendo lideranças mais radicais na Alemanha (Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo),¹⁷⁸ na Holanda (Anton Pannekoek), na Rússia

¹⁷⁸ Rosa Luxemburgo, em polaco Róża Luksemburg (1871-1919), protótipo da militante marxista revolucionária, nasceu num vilarejo de Zamość, perto de Lublin, que hoje faz parte da Polónia. Desde muito jovem já possuía um espírito livre e libertário. Aos treze anos entrou na escola secundária para mulheres em Varsóvia, onde concluiu seus estudos e iniciou sua militância política. Em 1889 fugiu para a Suíça, evitando uma detenção iminente. Lá, permaneceu por nove anos e frequentou a Universidade de Zurique juntamente com outros militantes socialistas como Anatoli Lunacharsky e Leo Jogiches (seu marido por mais de 15 anos). Participou da fundação do Partido Socialista Polaco (PSP) em 1892. Dois anos depois, rompeu com o PSP e em conjunto com Leo Jogiches e Julian Marchlewski fundou a Socialdemocracia do Reino da Polónia como reação ao nacionalismo do Partido Socialista Polaco dirigido por Pilsudski. Rosa defendia que a independência da Polónia só seria possível através de uma revolução nos impérios da Alemanha, Áustria e Rússia, e que o combate ao capitalismo era prioritário em relação à independência nacional. Rosa casou-se, em abril de 1897, com Gustav Lueck, filho de um amigo alemão, a fim de conquistar a cidadania alemã. O falso casamento durou cinco anos, tempo mínimo estabelecido pela legislação do país. Após fixar-se em Berlim, Rosa tornou-se uma figura-chave entre os

(Vladimir Lênin e Leon Trotsky) e os anarco-sindicalistas na França e Itália.

A diversidade não era só política, era também social e de gênero. A militante sufragista francesa Hubertine Auclert usou, em 1880, o termo “feminismo” no jornal *La Citoyenne*, e definiu-se como feminista em 1890. O termo se estendeu para Inglaterra e outros países europeus e, no século XX, para os EUA, conclamando às mulheres, em primeiro lugar, a se organizar e lutar para obter o direito ao sufrágio. A Internacional Socialista abriu-se para o movimento das mulheres, que deixou de ter o conteúdo de revoltas individuais para transformar-se em um movimento *coletivo e de classe*: foi da II Internacional que surgiu a iniciativa de declarar o dia 8 de março como “dia internacional da mulher trabalhadora”. O movimento e a própria data chegariam a ter, como veremos, uma importância decisiva na eclosão da revolução russa.

Em 1893, a Nova Zelândia se tornou o primeiro país a garantir o sufrágio feminino, graças ao movimento liderado por Kate Sheppard. As "suffragettes" iniciaram um movimento no Reino Unido a favor da concessão do direito ao voto em 1897, com a fundação da União Nacional pelo Sufrágio Feminino por Millicent Fawcett (1847-1929), uma educadora. As leis do Reino Unido, argumentavam, eram aplicáveis às mulheres, mas elas não eram consultadas ou convidadas a participar de seu processo de elaboração. Obtiveram um limitado sucesso em sua empreitada - a conversão de alguns membros do Partido Trabalhista Britânico para a causa dos direitos das mulheres.

socialistas europeus, militando no Partido Social Democrata Alemão. Escreveu obras polêmicas e defendeu uma posição voltada para a defesa da espontaneidade revolucionária do proletariado, que se manifestava, segundo ela, através das greves de massas, bem como dos conselhos operários, e tentando fixar o papel do partido revolucionário, em polêmica com a burocracia socialdemocrata e, por momentos, também com o bolchevismo. Com a guerra mundial, Rosa criou, junto com Karl Liebknecht, a Liga Spártacus (*Spartakusbund*) que, depois do assassinato de Rosa, formaria, junto com uma fração do Partido Socialdemocrata Independente (USPD), o KPD (Partido Comunista da Alemanha). Seu assassinato pelos Corpos Francos (*Freikorps*) do exército, a mando do ministro socialdemocrata Noske, aconteceu em janeiro de 1919.



Passeata reivindicando o voto feminino em Nova York, 1912

Filósofos britânicos como John Locke e David Hume tinham escrito que as mulheres eram incapazes de compreender o funcionamento do Parlamento Britânico, portanto de gozar de direitos políticos. O movimento feminino ganhou as ruas com a *Women's Social and Political Union* - WSPU, fundada por Emmeline Pankhurst (1858-1928).¹⁷⁹ Após ser detida repetidas vezes inspirou membros do grupo a fazer greves de fome. Ao ficarem doentes, as ativistas chamaram a atenção da opinião pública pela brutalidade do sistema legal, com situações de confronto entre sufragistas e policiais e com a morte de uma manifestante, Emily Wilding Davison (1872-1913), que se atirou à frente do cavalo do rei da Inglaterra. As ações de protesto empreendidas pelas sufragistas, contudo, apenas obtiveram um parcial sucesso com a aprovação do *Representation of the People Act* de 1918, que estabeleceu o voto feminino no Reino Unido.

Que tipos de socialismo existiam na Segunda Internacional? Na análise proposta por Edgar Carone,¹⁸⁰ existiam quatro modalidades:

1) O Partido Socialdemocrata Alemão servia de modelo para os Países Baixos, Finlândia, os países escandinavos,

¹⁷⁹ Sylvia Pankhurst. *The Suffragette*. The history of the women's militant suffrage movement, 1905-1910. Nova York, Sturgis & Walton Co., 1911.

¹⁸⁰ Edgar Carone. *A II Internacional*. São Paulo, Edusp-Anita Garibaldi, 1993.

Áustria, e tinha um modelo organizador bastante dinâmico; também se impunha pela disciplina e pelo progresso eleitoral; era capaz de aceitar no seu quadro a corrente reformista de Bernstein e a revolucionária de Rosa Luxemburgo, impondo a mesma disciplina ao seu quadro de militantes;

2) O socialismo francês era composto de linhas diversificadas. Suas origens vinham das correntes revolucionárias do século XIX, das correntes “utópicas”, de uma superficial herança marxista, todas elas conflitantes entre si. Os revisionistas estavam ligados à ideia de contínua progressão eleitoral e da ascensão “ministerialista”, como se deu com o caso Millerand (socialista que participou de um gabinete “radical” francês), em 1899. O anarco-sindicalismo representava também uma importante força política no país;

3) O socialismo inglês estava ligado a movimentos amplos e a uma tradição de luta operária; o marxismo era defendido por algumas de suas correntes, mas encontrava a oposição dos fabianos, e era minoritário politicamente: ao lado da corrente sindicalista tradicional - *tradeunionista* -, surgira no país um movimento operário de caráter político - o Partido Trabalhista - que unia a ação reivindicatória tradicional, por salários e melhores condições de trabalho, com medidas nacionalizantes;

4) Na Rússia, país onde era diminuta a classe operária, e no qual a classe camponesa era maioria, o operariado estava inicialmente ligado ao populismo, que defendia a ideia de que na Rússia o movimento revolucionário seria de origem camponesa e percorreria vias diversas e até opostas às vias ocidentais. Contra esse pensamento levantou-se o marxismo russo nascente: Plekhánov, com o destaque que deu à nascente classe operária; e Lênin, que colocou a necessidade de um partido centralizado, forte e estruturado.

Na Segunda Internacional surgiram, portanto, várias correntes político-estratégicas: mesmo que todos os partidos se dissessem marxistas e que pretendessem derrubar a sociedade capitalista e implantar o socialismo, e ainda que o vocabulário marxista fosse empregado corriqueiramente, algumas das características do comportamento das lideranças permitem distinguir conservadores de revolucionários, e também de centristas. Faziam parte destes Kautsky e sua revista, *Die Neue Zeit*, os “austromarxistas” vienenses que mantinham o vocabulário e a ortodoxia marxistas, especulavam, porém, sobre o caráter inevitável da evolução histórica para prever a

revolução, e se limitavam à prática de um quietismo de espera.¹⁸¹

Intelectualmente, porém, os austromarxistas foram a corrente mais sofisticada da Segunda Internacional, abrindo o campo da pesquisa e da reflexão marxista para terrenos ainda não explorados, realizaram um confronto produtivo com a cultura da Viena das primeiras décadas do século XX. No campo do direito, com as teorias jurídicas de Hans Kelsen, que teve discussões com os socialistas Otto Bauer e Victor Adler; no

¹⁸¹ Trotsky relatou o choque produzido pela sua descoberta dos principais dirigentes da social democracia austríaca, os *austromarxistas*: Otto Bauer, Karl Renner, Max Adler e Victor Adler. “Eram pessoas extraordinariamente cultas, que sabiam bastante mais do que eu de muitas coisas”, escreveu Trotsky. Na primeira reunião em que participou com eles no Café Central de Viena, sua sensação foi de deslumbramento. Acompanhou a conversa com «devoção». Mas, depois, o interesse foi superado pelo assombro. Percebeu que aqueles talentosos intelectuais não eram revolucionários: «encarnavam o tipo de homem que é precisamente o oposto do revolucionário». Os austromarxistas eram “narcisos que se contemplavam com orgulho”; vibravam com o esforço teórico produzido. Conhecedores profundos das obras de Marx e Engels, exegetas de *O Capital*, os marxistas vienenses eram «completamente incapazes de aplicar o método de Marx aos grandes problemas políticos e, sobretudo, ao seu aspecto revolucionário». Escreviam magníficos artigos, reveladores da sua erudição, mas não iam além da assimilação passiva do sistema: «Estes austromarxistas não passavam em geral de uns bons senhores burgueses que se dedicavam a estudar esta ou aquela parcela da teoria marxista como podiam estudar a carreira do Direito, vivendo agradavelmente dos juros de *O Capital*». Nos anos que precederam a guerra começaram a sentir-se mal quando a possibilidade de ruptura da velha ordem que combatiam com palavras deixou de ser encarada como utopia. Que diferença, comentou Trotsky, entre aqueles senhores, aristocratas do pensamento, que gostavam de ser tratados pelos operários por «camarada *Herr Doktor*» e a simplicidade revolucionária de Marx e Engels, que «sentiam um sereno desprezo por tudo o que fosse brilho aparente, pelos títulos, pelas hierarquias». Em Berlim, Trotsky registou que a socialdemocracia alemã diferia da austríaca. Naquela, fazia-se ainda sentir o peso de personalidades como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e mesmo o velho August Bebel. Mas Kautsky, o «papa da II Internacional », envelhecera, acomodara-se. Tratava de vulgarizar o marxismo como um mestre-escola, impondo-se já como única missão conciliar o reformismo com a revolução. Não escondia “sua aversão orgânica a tudo o que significasse transplantar métodos revolucionários para o solo alemão”.

campo da economia com a *Wiener Schule* de Carl Menger, Böhm-Bawerk e Wieser. No campo lógico-científico, os austromarxistas estiveram em contato e confronto com Ludwig Wittgenstein, que estabeleceu uma ponte entre a cultura vienense e a ciência do mundo anglo-saxão, e também com a *Wiener Kreis* de Carnap, Hahn, Neurath e Schlick, influenciada pelo pensamento de Ernst Mach; no campo da literatura com Hofmannsthal, Kraus, Musil, Roth, Zweig, Schnitzler, Bahr, Altenberg, etc.; no campo da música com Mahler, Schönberg e Richard Strauss; no campo da arquitetura com Hoffmann, Loos, Wagner, etc.; e, finalmente, no campo da psicanálise com seu fundador, Sigmund Freud, do qual Otto Bauer era amigo.

Talvez, como disse José Aricó, “unicamente na relação com as questões da alta cultura contemporânea o marxismo poderia dar respostas aos interrogantes colocados pela crise provocada por Bernstein. No centro da iniciativa austro marxista dos *Marx-Studien*, assim como no projeto mais vasto de *Der Kampf* estava o propósito de encontrar uma saída ao debate artificial entre ortodoxia e revisionismo, e de estabelecer uma confrontação política não só com Bernstein, mas também com Kautsky”. De fato, a socialdemocracia austríaca não conseguiu elaborar uma alternativa superadora do reformismo da socialdemocracia alemã, em que pese estar situada à sua esquerda. A Internacional comportava três tendências políticas básicas: à direita o grupo revisionista de Bernstein, no centro os marxistas moderados de Kautsky e à esquerda os marxistas revolucionários, com Rosa Luxemburgo, Lênin, Trotsky e outros dirigentes.

A tendência revisionista ou adaptacionista, por sua vez, se desenvolveu principalmente nos grandes partidos; na Alemanha sob uma forma teórica, na França e Itália pelo “ministerialismo” (participação ou apoio crítico aos governos liberais), na Rússia através do “marxismo legal” e do economicismo. A variedade de posições estratégicas e ideológicas se evidenciava em todos os eventos e congressos, assim como nos organismos da Internacional Socialista. A Internacional Socialista era bem organizada, com órgãos dirigentes como o “Bureau Socialista Internacional” (BSI) e a “Comissão Socialista Interparlamentar” (CIS). Na transição do século XIX para o século XX, ela exercia uma autoridade política enorme sobre o movimento operário mundial, tendo só por adversária, em muitos e diversos países, a corrente anarquista ou anarco-sindicalista.

NÚMERO DE DELEGADOS POR PAÍS QUE PARTICIPARAM EM CONGRESSOS DA SEGUNDA INTERNACIONAL									
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX
África do Sul							1		
Alemanha	81	42	2	48	57	68	289	189	75
Alsácia Lorena	1								
Argentina	1				1	2	3	1	
Austrália					1	1		1	1
Áustria	9	11	7	6	10	10	75	65	59
Bélgica	14	147	7	19	37	38	27	26	32
Boêmia	1			1	2		41	44	60
Brasil									
Bulgária	1			4	3	2	5	7	3
Canadá						1			
Dinamarca	3	3		7	19	7	17	146	3
Espanha	2	1		6	6	5	6	5	2
Estados Unidos	5	6		7	6	11	22	24	5
Finlândia	1						2	19	2
França	221	69	1	129	1073	82	78	49	127
Grã-Bretanha	20	23	5	475	95	101	123	84	13
Grécia	1								
Holanda	4	9		13	3	31	9	14	9
Hungria	3	2		3	1	3	25	14	20
Itália	13	4	1	13	15	5	13	9	11
Irlanda					3				
Japão						1	1		
Luxemburgo									1
Noruega	3	1			1	2	8	31	3
Polônia	4	7	1	13	20	20	30	34	20
Portugal	1				1				2
Romênia	5	5						2	2

Rússia	6				24	37	3	39	36
Sérvia						1		3	
Suécia	2	1			3	5	9	86	8
Suíça	6	6	10	2	10	7		13	49
Turquia-Armênia								2	

I: Congresso de Paris. 14-21 de julho de 1889.

II: Congresso de Bruxelas, 16-23 de agosto de 1891.

III: Congresso de Zurique, 6-12 de agosto de 1893.

IV: Congresso de Londres. 26 de julho-2 de agosto de 1896.

V: Congresso de Paris. 23-27 de setembro de 1900.

VI: Congresso de Amsterdam. 14-20 de agosto de 1904.

VII: Congresso de Stuttgart. 16-24 de agosto de 1907.

VIII: Congresso de Copenhague. 28 de agosto-3 de setembro de 1910.

IX: Congresso Extraordinário da Basileia. 24-25 de novembro de 1912.

44. A GESTAÇÃO DE UM NOVO CENÁRIO MUNDIAL

*A burguesia, em todos os cantos, revelou uma capacidade espantosa de não prestar atenção ao que estava claramente à frente de seu nariz (Charles Van Doren. **Uma Breve História do Conhecimento**)*

A Internacional Socialista era essencialmente europeia, com as parciais exceções do Japão, de três países americanos (EUA, Canadá, Argentina), e da excepcional participação de representantes de um enclave europeu na África (África do Sul).¹⁸² Nos três países americanos presentes nos congressos, e também em outros (Brasil, México), pelo menos no início da implantação do socialismo, a representação se compunha basicamente de trabalhadores europeus imigrantes, ou de ativistas fugidos da repressão antissocialista na Europa. Isto refletia a composição da classe operária nesses países nas primeiras fases da industrialização. Na fase seguinte, os partidos socialistas deitaram lentamente raízes no operariado e

¹⁸² Eugène Varga. *Les Partis Social-Démocrates*. Paris, Bureau d'Éditions, sdp.

na intelectualidade local. No Brasil, num ambiente urbano em constante transformação, surgiram ambientes comuns de trabalho entre trabalhadores escravos e livres, protestos coletivos, formas associativas compartilhadas, um processo gradual de formação da classe trabalhadora a partir das lutas e organizações que surgiram em meados do século XIX e perduraram até as primeiras décadas do século XX. Em 1910, a “Revolta da Chibata”, movimento que contestou a aplicação de castigos e punições aos marinheiros como instrumento de controle e coerção, foi um marco desse processo, e evidenciou uma situação nas relações e trabalho que passou a pautar a agenda das entidades de representação dos trabalhadores, sindicatos e partidos.

A tendência de esquerda da Internacional era composta de grupos heterogêneos e dispersos, nos quais se destacavam os partidários de Rosa Luxemburgo na Alemanha, de Lênin na Rússia, dos “tribunistas” na Holanda, dos “estreitos” (*tesnjaki*) na Bulgária. Fora do campo do socialismo marxista e da própria Internacional, os anarquistas e anarco-sindicalistas possuíam força, por vezes maior à da Internacional, em diversos países, em especial os países latinos do Sul da Europa e em países sul-americanos, onde o anarquismo foi o primeiro fator de organização sindical do proletariado.

Outro concorrente importante, na verdade decisivo, da Internacional Socialista, surgiu em finais do século XIX com o chamado “catolicismo social”, referenciado na encíclica *Rerum Novarum* do papa Leon XIII (datada de 1º de maio de 1891, numa tentativa de expropriar o monopólio socialista dessa data simbólica, apenas dois anos depois de proclamada) que, pela primeira vez “deu à Igreja uma doutrina social”, explicitamente oposta (na verdade, concorrente) ao socialismo organizado na Segunda Internacional. Ela foi o produto de lutas, “arbitragens e compromissos”, no interior da Igreja de Roma, e compactuava com a já incontornável organização da classe operária, pois, segundo seu texto, “com a laicização e a destruição das corporações, os trabalhadores isolados e indefesos foram livrados à ação de patrões desumanos e à cupidez de uma concorrência desenfreada”. O socialismo, porém, não era uma solução para a miséria social, pois atacava à propriedade, “um direito natural”, e à família, “substituindo a providência paterna pela providência do Estado”. No esteio desta mudança política da Igreja se constituíram correntes “católicas sociais” em diversos países, e até os primeiros partidos políticos com



essa orientação, como o “partido católico” de Montalembert na França.¹⁸³

Karl Kautsky, apelidado pela direita europeia de “papa da Internacional”, que o papa verdadeiro temia

Com a autoridade conquistada pelos congressos e a ressonância mundial de suas deliberações, a nova Internacional afirmou-se como uma organização universalmente reconhecida e consolidou sua força. O perfil de suas divergências internas ficou definido em 1899, quando o socialista francês Alexandre Millerand ingressou no gabinete do governo liberal encabeçado por Pierre Waldeck-Rousseau, dividindo o partido francês entre reformistas (defensores desse ingresso), encabeçados por Jean Jaurès, chamados de “ministerialistas”, e a “linha dura” encabeçada por Jules Guesde. O debate francês dividiu o socialismo internacional, com alinhamentos nem sempre mecânicos ou óbvios (Rosa Luxemburgo, da esquerda do SPD alemão, por exemplo, alinhou-se com os defensores de Millerand, pois o convite para integrar o governo feito pelo governo radical à SFIO – *Section Française de l’Internationale Ouvrière*, o nome do partido socialista francês – era um desafio político que não podia ser simplesmente ignorado).

No Congresso Internacional de Paris (1900), foi decidida a criação da Organização Socialista Internacional (OSI): composta por dois delegados por país, com sede em Bruxelas, dispoindo de um secretariado permanente, enquanto a delegação belga - Vandervelde,¹⁸⁴ Servy - funcionava como

¹⁸³ Cf. Jean-Marie Mayeur. *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne*. Paris, Armand Colin, 1980.

¹⁸⁴ Emile Vandervelde (1866-1938) foi um dos dirigentes do Partido Operário Belga e presidente do Bureau Socialista Internacional (BSI) da II Internacional. Parlamentar em seu país desde 1894. “Social-chauvinista” durante a Primeira Guerra Mundial, fez parte do governo belga em 1918-1921, como ministro da Justiça, entre 1925 e 1927, como ministro das Relações Externas, e em 1935-1937, como vice *premier* e ministro de Saúde. Renunciou quando o gabinete, encabeçado por Paul van Zeeland, reconheceu o governo de Franco na guerra civil

Comitê Executivo da Internacional. A nomeação de Camille Huysmans para o cargo de secretário, em 1905, garantiu a continuidade das atividades nos intervalos dos congressos; nas suas reuniões anuais participaram os principais dirigentes do socialismo na época: Jaurès, Vaillant, Guesde, pela França; Kautsky, Singer, Haase (Alemanha); Plekhánov,¹⁸⁵ Lênin, pelos socialdemocratas russos, Rubanovitch, pelos socialistas-revolucionários da Rússia; Rosa Luxemburgo (Polônia); Branting (Suécia); Rakovsky (Romênia); Keir-Hardie, Hyndman (Inglaterra); Sen Katayama (Japão); Victor Adler (Áustria); Knudsen, Stauning (Dinamarca); Turati, Morgari (Itália); Hillquit (EUA).

A composição da Internacional era heterogênea até socialmente, chegando a atrair “homens de consciência dolorida pertencentes às classes altas, como o americano Robert Hunter, casado com uma filha do banqueiro e filantropo Anson Phelps Stokes. Como outros da sua classe, Hunter ficara estarrecido com os artigos sobre a corrupção e se dispôs a procurar um remédio para a injustiça social”.¹⁸⁶ Mas estes eram exceções. Na Alemanha, onde o partido havia combinado nas mesmas lideranças seus chefes políticos e seus teóricos, seus principais dirigentes foram recolhidos nas profissões liberais e nas universidades, com a exceção importante de August Bebel (1840-1913), que era operário e de uma geração anterior, e outra exceção surpreendente, o bancário filho de um maquinista ferroviário judeu, Eduard Bernstein. O tcheco-germânico Karl Kautsky estudara história, filosofia e economia. Entre os mais jovens, que nasceram depois de 1870, e para os quais a Comuna

espanhola. Teve sucesso literário internacional com um livro sobre “o matrimônio perfeito”.

¹⁸⁵ Giorgi Valentinovitch Plekhánov (1856-1918) pertenceu à primeira geração de marxistas russos. Aliado dos mencheviques, a partir do II Congresso do POSDR. Foi o principal propagandista do materialismo histórico de sua geração, e seus textos tiveram grande influência junto aos socialistas do século XX. Sua obra *O Papel do Indivíduo na História* foi publicada em 1898: para Lênin, “a melhor exposição da filosofia do marxismo e do materialismo histórico é a feita por Plekhánov”: “Penso que não é demais observar aos jovens membros do partido que não é possível tornar-se um verdadeiro comunista, dotado de consciência de classe, sem estudar - friso estudar - tudo o que Plekhánov escreveu sobre filosofia, pois é o que há de melhor na literatura internacional do marxismo”.

¹⁸⁶ Barbara W. Tuchman. *Op. Cit.*, p. 416.

de Paris já era história, Rosa Luxemburgo (1871-1919) iniciara seus estudos em matemática e ciências naturais antes de obter seu doutorado em economia política na Suíça. Na Áustria, onde a socialdemocracia teve os maiores intelectuais socialistas do período, seus líderes estavam (ou tendiam a estar) bem estabelecidos no partido ou em sólidas carreiras. Rudolf Hilferding (1877-1941) era médico em Viena, antes de se tornar economista. Karl Renner (1870-1950), Max Adler (1873-1937) e Otto Bauer (1881-1938) eram advogados.

Anton Pannekoek (1873-1960), dirigente socialista holandês, era um astrônomo que viveu sempre de sua profissão, num observatório, até tornar-se professor da Universidade de Amsterdã. Outros viviam relativamente à margem da sociedade estabelecida, como o poeta holandês Herman Gorter (1864-1927), e o agitador e escritor judeu-alemão Erich Muhsam (1878-1934). Gustav Landauer (1870-1919) era um romancista judeu que havia enveredado pelos estudos da linguagem e da mística judaica, embora fosse ateu. Alguns, como o médico polonês Jan Wacław Makhaiski (1866-1926) eram críticos acerbos da interferência dos intelectuais no movimento operário, ou ao menos numa estrutura partidária e sindical onde eles costumavam se tornar burocratas. Na Rússia, onde a *intelligentsia* era mais radicalizada, Lênin (1870-1924) e Trotsky (1879-1940) se destacaram a partir da experiência de 1905, e nunca deixaram de ser militantes profissionais. Vários dirigentes socialistas russos exilados do regime czarista na Europa Ocidental sobreviviam de pequenos expedientes: Pável Axelrod, um dos veteranos da fundação do POSDR, fabricava leite para consumo e seus derivados.

A concorrência mais importante dos socialistas no movimento operário era a dos anarquistas, que criticavam todas as maneiras pacíficas e eleitorais de fazer política. Mas o anarquismo ficou circunscrito a algumas regiões da Itália, França e Portugal, talvez ainda à Ucrânia e, em menor escala, a outras áreas da Rússia czarista. O caso sueco também foi expressivo, na mesma proporção em que foi efêmero: os anarquistas dirigiram grande parte dos 290 mil trabalhadores na greve geral de 1909, mas depois que romperam com a única central sindical existente, formando uma central anarquista, sua influência declinou (em 1924, eles tinham só 37 mil membros). Certamente, o caso foi diferente na Espanha, onde o socialismo “libertário” teve vida longa.

A Internacional Socialista entrava, no alvorecer do novo século, no segundo período da sua história: reunia grandes partidos nacionais, politicamente influentes, numericamente poderosos, progresso que foi a origem de um otimismo exagerado: na prática, determinou mudanças profundas na implantação, estrutura institucional e orientação da Internacional. Além disso, o socialismo saía do Velho Continente; acentuou-se sua penetração nas Américas, na Austrália e mesmo na Ásia; contudo, continuava sendo um fenômeno predominantemente europeu. Mas o SPA (*Socialist Party of America*) obteve 6% dos votos nas eleições presidenciais dos EUA, em 1912. Os IWW (*Industrial Workers of the World*), com forte composição anarco-sindicalista e maior influência que o SPA na classe operária, organizavam principalmente as lutas do operariado de imigração recente.

Na Argentina, era ativo o Partido Socialista, fundado em 1896 por Juan B. Justo (primeiro tradutor para o espanhol de *O Capital*), com José Ingenieros e outros importantes nomes políticos e intelectuais locais, associados a operários estrangeiros (foi especialmente influente a imigração socialista alemã, agrupada em torno do periódico *Vörrwärts*).¹⁸⁷ As lutas sindicais operárias, características da recente urbanização

¹⁸⁷ Levando-se em conta sua situação “periférica”, foi precocemente que surgiu o socialismo argentino. Em 1882 nasceu o clube *Vorwärts*, onde se encontravam exilados socialdemocratas alemães que escaparam à repressão bismarckiana. Seus militantes tomaram a iniciativa de convocar o ato do Primeiro de Maio de 1890, respondendo ao chamado do Congresso Operário Internacional realizado em Paris, em 1889. A partir dessa proposta surgiu o Comitê Operário Internacional, que reunia vários grupos socialistas. Logo depois do ato o Comitê se propôs a tarefa de reagrupar às sociedades de diversos ofícios em uma central operária. Em princípios de janeiro de 1891 foi criada a Federação de Trabalhadores da República Argentina. A maioria dos historiadores atribui o fracasso deste intento federativo à imobilidade que se apoderou do movimento como produto da crise econômica de 1890 e à oposição do anarquismo. Dissolveu-se alguns anos depois. Os socialistas, principais protagonistas da maioria dos intentos para criar organismos federativos do movimento operário durante a década de 1890, pretendiam dotar o movimento de definições políticas programáticas, organizações sindicais e direitos políticos, inclusive para os operários estrangeiros (promoveram a entrega de abaixo-assinados com essa proposta). Os anarquistas rechaçaram estas posturas e boicotaram sistematicamente as iniciativas político-eleitorais dos socialistas.

capitalista, teriam sido vítimas, numa opinião já clássica na Argentina, de uma miragem, posto que “os proletários e intelectuais europeus que formaram o primeiro contingente do socialismo argentino (com predomínio de alemães e franceses sobre italianos e espanhóis, que eram bem mais anarquistas) acreditaram que Buenos Aires, com os seus atributos de cidade europeia, era o país inteiro, e que a estratégia de luta revolucionária repetiria o aprendido na realidade europeia”.¹⁸⁸ A questão era, porém, bem mais complexa.

Em visita a Buenos Aires, em setembro de 1911, o deputado socialista francês Jean Jaurès confrontou-se com a realidade portenha, suspeitando que ela não expressava cabalmente a realidade do país: “Buenos Aires é como eu a imaginava, ainda que um pouco maior. Na verdade, não tive tempo de formar uma opinião sobre o país e provavelmente não terei esse tempo, pois devo partir logo à Europa. Confesso que quase celebro tal obrigação, pois me parece que deve ser falsa ou mal fundada a ideia que um viajante pode fazer da Argentina a partir de Buenos Aires, sem chegar ao interior”. As lutas sindicais na Argentina cresceram espetacularmente durante a primeira década do século XX, até chegarem às grandes demonstrações operárias de 1910 (por ocasião das festas oficiais do centenário da independência argentina), década que também testemunhou o desenvolvimento das primeiras lutas urbanas propriamente ditas, como a greve dos aluguéis, de 1907: “Após quarenta anos de sérios problemas habitacionais para os setores populares - superlotação, falta de higiene e aluguéis elevados -, os inquilinos decidiram realizar em 1907 uma greve que se traduziu em: 1) não pagar os aluguéis até que os mesmos fossem reduzidos em 30%; 2) conseguir melhorias sanitárias; 3) eliminar os três meses de depósito”.¹⁸⁹

Em 1904, o PS argentino conseguira fazer eleger, como representante de Buenos Aires, pelo bairro da Boca (berço do popular time de *Boca Juniors*), o “primeiro deputado socialista das Américas”, o advogado trabalhista Alfredo L. Palacios.¹⁹⁰

¹⁸⁸ Jorge E. Spilimbergo. *El Socialismo en Argentina*. Buenos Aires, Octubre, 1974, p. 27.

¹⁸⁹ Juan Suriano. *La Huelga de Inquilinos de 1907*. Buenos Aires, CEAL, 1983, p. 56.

¹⁹⁰ Alfredo Luis Palacios (1880-1965) foi o mais popular líder socialista argentino. Nascido em Buenos Aires, estudou direito na

Este sucesso eleitoral se deveu mais às lutas e realinhamentos que se produziam entre frações da classe dominante argentina do que a um verdadeiro salto na força partidária. Um setor do governo e da oposição *mitrista* (do general Mitre) favoreceu a participação do socialismo nas instituições do Estado, através do parlamento. De qualquer modo, o Partido Socialista se constituiu como uma importante força eleitoral, com uma bancada parlamentar muito atuante (onde se destacou, além de Palacios, impulsionador de importantes leis trabalhistas, o já mencionado médico Juan B. Justo, cujos funerais, em 1928, levaram uma multidão às ruas de Buenos Aires), no entanto restrita às cidades do litoral argentino (Buenos Aires, a capital que reunia um terço da população do país e Mar del Plata, em especial).

As vitórias eleitorais do socialismo argentino, no entanto, eram limitadas e com uma base social em grande parte oriunda das classes médias. O operariado, majoritariamente estrangeiro, era ainda numericamente fraco, e com maioria anarquista nos seus setores militantes. Os dirigentes do socialismo argentino tentaram sair do problema de sua fraca base social promovendo o desenvolvimento do que chamavam de “capitalismo sadio” (incluindo o capital estrangeiro nessa categoria) contra o “capitalismo espúrio”, ou seja, o capitalismo *criollo* realmente existente. Entediam assim promover o bem-estar e progresso da classe operária e seu futuro

Universidade de Buenos Aires, exercendo a advocacia e chegando a tornar-se “decano” (diretor) da Faculdade de Direito da UBA. Em 1902 foi eleito para a Legislatura de Buenos Aires, e em 1904, para a Câmara de Deputados, pelo distrito operário de La Boca, sendo o primeiro deputado socialista da Argentina e das Américas. Sua atuação legislativa foi intensa, incluindo a “Ley Palacios” contra a exploração sexual, e muitas outras, contra a exploração de crianças e mulheres, pela redução da jornada de trabalho e o descanso dominical. Foi expulso temporariamente do Partido Socialista pelo seu hábito de batir-se em duelo contra seus adversários, prática condenada pelo partido. Seu poncho *criollo*, e seus bigodes, se tornaram um símbolo da política socialista na Argentina. Foi eleito senador por Buenos Aires em 1932, cargo que exerceu até 1943, quando houve um golpe militar. Com a ascensão do peronismo, exilou-se em Montevidéu. Apoiou a “Revolução Libertadora” (1955), golpe militar “gorila” contra o governo de Perón, sendo premiado com a embaixada argentina no Uruguai. Em 1960, Palacios foi novamente eleito senador, com base numa campanha em defesa da Revolução Cubana. E foi novamente eleito deputado em 1963, cargo que exerceu até a sua morte.

desenvolvimento social, o que daria chances ao socialismo argentino de contar com uma força social semelhante aos seus pares da Europa. O teórico do socialismo argentino, Juan B. Justo,¹⁹¹ qualificou, sem meias palavras, como “idiotices” as teorias de Lênin acerca do imperialismo capitalista.

Problemas semelhantes enfrentava o socialismo no outro grande país da América do Sul, o Brasil. Um dos seus primeiros dirigentes, o italiano Antonio Piccarollo, chegou a escrever: "Sendo o movimento atual da economia agrícola dirigido para a pequena propriedade, os socialistas favorecerão e propugnarão tudo o que sirva para aumentar o número destes trabalhadores independentes (...) Olhando com simpatia o desenvolvimento industrial que carrega nas suas entranhas o proletariado socialista, esforçar-se-ão para dar aos operários uma consciência clara e exata o que eles serão amanhã... Tudo isso não é rigorosamente socialismo, mas é tudo o que de bom e prático podem fazer aqui os socialistas, se não querem perder seu tempo em discussões teóricas, prematuras e de nenhum valor". O *Partido Operário* dirigiu-se em 1890 à Internacional Socialista, mostrando a intenção de vincular o proletariado brasileiro ao processo que percorria então o movimento

¹⁹¹ Juan Bautista Justo (1865-1928) foi médico, jornalista, político, parlamentar e escritor, fundador do Partido Socialista de Argentina, que presidiu até sua morte, do jornal *La Vanguardia* e da Cooperativa *El Hogar Obrero*. Foi deputado e senador nacional. Juan B. Justo realizou seus estudos de medicina na Universidade de Buenos Aires, trabalhando como jornalista, formando-se em 1888 com diploma de honra. Viajou a Europa, onde tomou contato com as ideias socialistas. Na Argentina, foi cirurgião no *Hospital de Crónicos*. Na década de 1890 começou a escrever no periódico socialista *El Obrero*. Em 1894, junto a Augusto Kühn e Esteban Jiménez fundou o jornal *La Vanguardia* que, com a fundação do Partido Socialista, seria seu órgão oficial. Em setembro de 1905 *La Vanguardia* passou a ser publicado diariamente, transformando-se em importante meio de difusão cultural. Justo também fundou a cooperativa *El Hogar Obrero*, a *Biblioteca Obrera* e a *Sociedad Luz*. Participou dos congressos da Internacional Socialista realizados em Copenhague e Berna. Criticou a “dialética” de Marx, culpada, segundo ele, por tê-lo feito antever, no *Manifesto Comunista*, revoluções proletárias no horizonte de 1848. Em 1921 casou com a feminista argentina Alicia Moreau de Justo. Como deputado e senador, sempre pela Capital Federal (Buenos Aires), presidiu a comissão investigadora dos *trusts*, participou dos debates que levaram à Reforma Universitaria (1918), e defendeu numerosos projetos de lei sociais, contra o jogo e o alcoolismo, e para eliminar o analfabetismo.

operário europeu. Na medida em que os diversos "partidos socialistas" estaduais criados no país na virada do século se propunham uma progressão no plano eleitoral como via para a sua implantação, não podiam superar por si sós a fragmentação geográfica da vida política brasileira. As tentativas de se criar um Partido Socialista aumentaram nos primeiros anos da República.

No Chile, o socialismo deu seus primeiros passos sob o nome de "Partido Democrata", sob impulsão de Luis Emilio Recabarren (depois um dos fundadores do Partido Comunista Chileno).¹⁹² No Uruguai, também obteve sucessos eleitorais o Partido Socialista, transformando seu dirigente, Emilio Frugoni, em destacado parlamentar e dirigente político. A tese do exotismo da ideologia socialista "europeia" na fase inicial de formação da classe operária latino-americana insistiu no caráter "europeu" ou "europeísta" do velho socialismo: "O problema não é tanto a origem europeia dos precursores (alemães,

¹⁹² Luís Emilio Recabarren Serrano (1876-1924) foi dirigente operário e fundador do Partido Comunista do Chile. Nasceu em Valparaíso. Em 1894 integrou o Partido Democrático do Chile, única organização política popular daquele tempo. Nesse partido, Recabarren representava o setor socialista. Tendo estado à frente do jornal O Trabalho, ao fazer artigo criticando a situação da classe operária no país, foi preso por oito meses. Eleito deputado, em 1905, não pode tomar posse porque se negou a jurar seu cargo por Deus. Depois, fundou o Partido Democrático Doutrinário, que se declarou democrata e socialista. Ainda em 1905, os tribunais o condenaram à prisão: Recabarren fugiu para a Argentina, integrando as fileiras do Partido Socialista. Depois de alguns anos, retornou ao Chile, tendo sido levado para a prisão durante 18 meses. Após várias atividades em seu país, em 1918 retornou à Argentina, participando da fundação do Partido Comunista Argentino (nascido como Partido Socialista Internacional), fazendo parte de sua primeira direção. De volta ao Chile, Recabarren participou do Terceiro Congresso do Partido Operário-Socialista, contribuindo para a mudança de nome do POS para Partido Comunista do Chile. Típico líder de massas, acostumado às tribunas, os discursos de Recabarren eram inflamados: "A data gloriosa da emancipação do povo ainda não chegou. As classes populares ainda vivem escravizadas, presas à ordem política, com as correntes do salário, que é sua miséria; à ordem política, com as correntes da coerção, da fraude e da intervenção, que anula toda ação, toda expressão popular; e à ordem social, com as correntes da ignorância e de seus vícios, que as anulam e não permitem que sejam consideradas úteis para a sociedade em que vivemos". Recabarren, aos 50 anos, suicidou-se.

italianos, espanhóis) mas sim o espelhismo, a assimilação mimética da experiência europeia pelos primeiros dirigentes socialistas autóctones, que não perceberam as particularidades próprias das formações sociais do continente, enquanto países dependentes, explorados e dominados pelo imperialismo (...) Foi bem compreensível que - com a exceção da Argentina, o país mais "europeu" da América Latina - esse tipo de corrente socialdemocrata tenha tido pouca penetração ao sul do Rio Grande, onde muito cedo a reivindicação nacional, em sua dimensão anti-imperialista, tem sido um eixo essencial das lutas populares".¹⁹³

Diversa foi a opinião de Evaristo de Moraes Filho: "Não concordamos com os que enxergam nos programas e manifestos socialistas reivindicações estranhas à realidade brasileira, como se fossem meras traduções ou ecos das exigências alienígenas. Inspirados, embora, nas doutrinas e nas teorias que se haviam formado nos países europeus com maior ou menor ênfase, jamais deixaram esses partidos de levar em conta as necessidades do trabalhador nacional. Mergulhados até o pescoço no dia-a-dia da vida miserável que levava o operário brasileiro, faziam-se porta-vozes das suas angústias e anseios. Reformistas em sua maioria, esperando que a conquista do poder se viesse a dar indiretamente, pela conquista do Congresso, pelo voto, pelas leis, pelas mudanças institucionais, pela pressão popular; nem por isso deixavam outros de chegar a apelos revolucionários ou à própria ação direta, pela greve e demais instrumentos de fato correlatos".¹⁹⁴

O "Manifesto" do Partido Socialista Brasileiro, de 1902, de fato reclamava: "O Conselho Geral do Partido faz um apelo às duas diferentes classes, a dos possidentes e a dos

¹⁹³ Michael Löwy. *O Marxismo na América Latina*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000. Victor Alba, tentando estabelecer uma teoria sobre o conjunto da história do movimento operário latino-americano, distinguiu quatro etapas na formação das "ideologias operárias" na América Latina: a) A importação (socialistas utópicos), b) A imigração (exilados das revoluções europeias), c) A naturalização ("*las distintas organizaciones obreras, aunque emplean la retórica importada por los exilados europeos aprendida en las obras de algunos liberales, adaptan esas ideas, en sus programas y en su acción, para utilizarlas en la realidad latino americana*"), d) a formação da doutrina própria ("*surge la necesidad de una interpretación propia de la realidad latinoamericana*").

¹⁹⁴ Evaristo de Moraes Filho. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. Seus fundamentos sociológicos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

despossuídos, em que a população deste país se acha dividida, como em toda parte, para que se compenetrem da urgente e indeclinável necessidade de atender ao que se passa nos outros países civilizados com referência à questão social (...) Aos dirigentes, aos que compõem a classe possidente e opressora, neste país, cumpre não cerrar os olhos à miséria, que transparece por toda parte, nem obturar os ouvidos ao clamor, que a toda parte se levanta". A diferenciação de classe ainda era escassa, e o socialismo brasileiro, não podia elevar-se por cima dessa realidade: suas bases sociais eram ainda muito fracas.

Não é de se estranhar que a insistência no caráter europeu e não adaptado à "realidade nacional" do socialismo da II Internacional fosse maior no caso de Brasil. Nesse país, a base imigratória do operariado estendeu-se mais no tempo do que nos outros países da América Latina, o que se refletiu na imprensa operária em língua estrangeira vigente durante um período maior no tempo. Essa imprensa, e inclusive as organizações operárias baseadas em minorias nacionais, cumpriam no entanto uma função necessária: a de unir e defender uma comunidade que sofria uma dupla exploração: a "normal" do trabalho assalariado, e a exclusão dos direitos políticos e sociais devido a sua condição de estrangeiros - uma legislação especificamente discriminatória contra os estrangeiros foi usada no início do século contra os socialistas e os anarquistas, principalmente na Argentina e no Brasil. Na Argentina, as sociedades operárias organizaram sua propaganda e agitação em castelhano e também no idioma das principais nacionalidades presentes no país. Os anarquistas foram os que mais folhas em idiomas diversos publicaram, e seu principal diário levou durante certos períodos colunas em italiano e em iídiche. Os socialistas argentinos mantiveram, até 1914, grupos e jornais de propaganda idiomática para as comunidades italianas, alemã e judia-russa.

No mundo árabe-islâmico e no Extremo Oriente, o início da industrialização foi mais tardio, exceção feita do Japão. Esses países foram submetidos a uma ofensiva colonizadora na segunda metade do século XIX, que determinou sua história ulterior, dando um peso decisivo à questão da libertação nacional. Isso se refletiu tanto na organização operária quanto na penetração da Internacional. As guerras do ópio na China, a dominação colonial na Birmânia, as expedições coloniais contra o Sudão ou a Cirenaica reavivaram a consciência nacional, e também as esperanças populares de justiça, devido à

brutalidade dos abalos impostos às sociedades orientais tanto quanto à sobrevivência nelas dos regimes autocratas. Os intelectuais “coloniais” queriam romper com uma sociedade fundada na rotina, e procuravam no Ocidente a solução para os problemas de seus países. Modernistas e “ocidentalistas” foram numerosos no Oriente, a partir do final do século XIX. Auxiliares subalternos da administração nos países coloniais, escritores, docentes e estudantes das universidades modernas, médicos, engenheiros, jornalistas, essa nova *intelligentsia* fornecia às ideias socialistas vindas do Ocidente uma zona de influência favorável. Os intelectuais modernos do Oriente viajavam para o Ocidente, liam as línguas ocidentais, mantinham relações com os dirigentes socialistas europeus, escreviam na imprensa ocidental.

Esses intelectuais “modernos” das colônias eram, ao mesmo tempo, patriotas nacionalistas. Não aceitavam o estado de miséria e de dependência de seus países. Não aceitavam a dominação imperialista que se estabeleceu em quase todo o mundo árabe e asiático, excetuando o Japão. Tratava-se de dominação colonial propriamente dita: espanhola e depois norte-americana nas Filipinas, holandesa na Indonésia, francesa no Vietnã, russa na Ásia central e na Transcaucásia, inglesa nas Índias e no Egito. E também de um controle político e financeiro no caso das semicolônias (China, Pérsia-Irã, Turquia). Em todos esses países, o socialismo cresceu paralelo às aspirações dos democratas revolucionários, organizados como a “Jovem China”, o “Jovem Irã”, os “Jovens Turcos”, os “congressistas” da Índia. Mas a penetração imperialista tinha provocado um movimento de industrialização extremamente restrito. A classe operária só começava a aparecer. Mesmo nos lugares em que ela já era importante, nas fábricas de Bombaim ou de Xangai, nas primeiras redes ferroviárias da Índia ou da China, nas docas dos grandes portos coloniais da Ásia, ela só começava a libertar-se do agrarismo; não tinha qualquer experiência de organização e só conduzia lutas económicas. Os socialistas árabes e asiáticos tendiam a considerar o operariado só como uma força auxiliar das forças nacionalistas e republicanas.

Entre 1898 e 1900 houve duas importantes crises na China. A primeira durante o denominado período dos “Cem Dias de Reforma”, liderada por Kiang Yu-wei, conhecido como o “Confúcio moderno,” cujo programa, adotado pelo Imperador Guangxu, procurava abrir caminho à modernização da China.

Promulgou cerca de 70 decretos que compreenderam: reforma do ensino, com a criação de uma Universidade em Pequim e de escolas superiores para a difusão da ciência e da técnica europeia, a criação de um exército nacional, a reforma da agricultura e o amparo ao comércio e a indústria, a criação de um departamento oficial de traduções, para a divulgação de obras estrangeiras. A reação dos conservadores, apoiados pela regente Tseu-Hi, culminou com a prisão do imperador, a fuga de Kiang Yu-wei (1898) e a revogação dos decretos reformistas.

Fracassada a tentativa moderada, os nacionalistas passaram à ação violenta com a “Guerra dos Boxers”, membros de uma sociedade secreta que praticava o boxe sagrado, que iniciaram uma revolta nacional contra os estrangeiros (ou melhor, contra seus privilégios). Os nacionalistas deram início a uma série de atentados, que acabaram gerando uma guerra. Os revoltosos mataram missionários cristãos, comerciantes e autoridades ocidentais e atacaram as sedes das companhias estrangeiras que operavam na China. Um exército internacional composto por europeus, norte-americanos e japoneses sufocou a rebelião. Os chineses foram condenados a pagar uma indenização e a permitir a presença de tropas estrangeiras no país.



Tropas estrangeiras na Cidade Proibida de Pequim durante a Revolta dos Boxers

As reformas que Tseu-Hi, reconciliado com Kiang Yu-wei, promoveu depois de 1901, não satisfizeram os reclamos da burguesia, desejosa em atuar politicamente e de libertar a China da tutela econômica estrangeira. A regência reacionária do príncipe Chun agravou a crise, e em 1911, quando o governo

anunciou o propósito de desnacionalizar as ferrovias criadas com capitais chineses, a burguesia local reagiu, pois viu na medida o prenúncio de novas concessões aos estrangeiros. O médico Sun Yat-sen, que criara em 1905 na cidade de Hong-Kong, o *Kuomintang*, partido nacionalista de orientação republicana, foi um dos mais importantes líderes desse movimento, que teve apoio massivo de antigos participantes da “Reforma dos Cem Dias”, políticos liberais, estudantes e militares. Inspirado pelos “Três Princípios do Povo” – nacionalismo, democracia e sustento do povo – o movimento de Sun Yat-sen buscava uma ampla mobilização popular através de um discurso de teor patriótico: suas exigências eram a queda da dinastia Qing e a expulsão imediata de todos os estrangeiros que se apossavam das riquezas do país.

Com esses antecedentes, a situação do Oriente começou a mudar com a revolução russa de 1905, acentuando-se com a queda da monarquia chinesa em 1911, quando um movimento de massas derrubou a dinastia Manchu, em 1911, proclamando a República da China, no que ficou conhecido como Revolução Nacionalista ou “Revolução de Xinhai”. Se Sun Yat-Sen, o líder democrático chinês, gravitava em torno das ideias do reformador norte-americano Henry George (que preconizava a “igualação dos direitos sobre a terra”), seus discípulos (Hu Han-Min, Liao Zhong-Kai) tenderam para o *Manifesto Comunista* e a Segunda Internacional. No operariado asiático também começou a se fazer presente o anarquismo. E uma extrema esquerda surgiu também entre os socialistas do Japão (o *Kotoku*). Nos países do Extremo Oriente, de modo geral, anarquismo, socialismo e republicanismo formavam uma tendência comum.

No Irã também começaram a atuar sociedades secretas, que distribuíram panfletos em 1900 e 1901, motivando uma onda de repressão. Surgiu uma nova coalizão política com dirigentes religiosos, membros da corte, e progressistas laicos, que lutava para derrubar o Chá, acusado de vender o Irã aos russos. Surgiu também o partido socialista turco, Edalet, fundado na clandestinidade. Ganhou peso político importante Ahmed Sultan Zadeh (Sultanzadé), agitador que havia vivido na Rússia e era membro do partido socialdemocrata desse país. O grupo *Hemmat* (“Ambição”), formado por exilados iranianos em 1904, relacionados com a socialdemocracia russa (POSDR), passou também a atuar no país. Uma cisão formou o grupo *Mujahideen* (Lutador), reivindicando um *majilis* (parlamento),

direito ao voto universal, liberdade de imprensa e reforma agrária. Os velhos exilados, junto com o *Mujahideen* formaram o *Hezb-e-adalat* (“Partido da Justiça”), que deu origem, depois, ao Partido Comunista do Irã. A organização, sindical e política, da classe operária, tendeu a se generalizar nos grandes centros operários da Ásia. O internacionalismo proletário ganhava uma base inédita.

Na primeira década do século XX, na Europa, os dirigentes socialistas afirmavam que, no plano institucional, o socialismo ultrapassara o “estado declarativo”, o mero discurso. Disse Jean Jaurès,¹⁹⁵ em 1902: “Quando o socialismo estava,

¹⁹⁵ Jean Léon Jaurès (1859-1914) foi um dos principais líderes socialistas franceses e europeus. Filho de um negociante frustrado, Jaurès nasceu no departamento do Tarn, e foi educado no liceu Louis-le-Grand e na *École Normale Supérieure* (ENS), em Paris, escolas da elite intelectual francesa. Ingressou nesta última em 1876 (como segundo classificado no concurso de admissão) e obteve sua *agrégation* em filosofia em 1881. Depois de ensinar filosofia por dois anos no liceu de Albi, tornou-se conferencista na Universidade de Toulouse. Foi eleito deputado republicano pelo departamento de Tarn em 1885. Seguiu para Toulouse em 1889, onde ajudou a fundar a faculdade de medicina. Preparou duas teses de doutorado em filosofia: *De primis socialismi germanici lineamentis apud Lutherum, Kant, Fichte et Hegel* (1891), e *De la réalité du monde sensible*. Em 1902 deu apoio enérgico aos mineiros de Carmaux, que entraram em greve como consequência da demissão de um operário socialista, Calvignac; e no ano seguinte foi reeleito para a cadeira de deputado por Albi. Apesar de ter sido derrotado na eleição de 1898 e ter ficado quatro anos sem mandato, seus discursos eloquentes fizeram de Jaurès a figura simbólica do socialismo em toda Europa. Editou o jornal *Petite République*. Em 1898 defendeu energicamente Alfred Dreyfus. Jaurès retornou à Assembleia Nacional como deputado por Albi em 1902, e durante a administração de Combes sua influência parlamentar assegurou a coerência da coalizão radical-socialista conhecida como “o bloco”. Em 1904 fundou o histórico jornal *L'Humanité*. Os socialistas franceses promoveram um congresso em Rouen no mês de março de 1905, que resultou em uma nova correlação de forças; o novo partido, liderado por Jaurès e Guesde, parou de cooperar com os radicais e com os radicais-socialistas, seus membros tornaram-se conhecidos como “socialistas unificados”. Nas eleições de 1906 Jaurès foi novamente eleito deputado por Tarn. Sua popularidade individual já era notória, mas a força do partido socialista ainda necessitava ser avaliada, frente à popularidade de Georges Clemenceau. Jaurès publicou também *Les Preuves* (1900), *Affaire Dreyfus* (1900), *Action Socialiste* (1899), *Etudes Socialistes* (1902), e, com colaboradores, a monumental *Histoire Socialiste de la Révolution*

sobretudo, preocupado em preparar as suas formas gerais, pôde ser útil fazer em qualquer congresso internacional uma revisão dos princípios. Porém, o socialismo já ultrapassou este período. É necessário que ele proceda, para cada problema, à sua análise exata e minuciosa, à crítica precisa das ideias, à procura conscienciosa de soluções". Durante a *Belle Époque*, entre os estertores do século XIX e os anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, o otimismo da classe operária num progresso que a levaria a um novo mundo, traduziu-se no desenvolvimento de formas alternativas de organização e de atividade política, que seriam para seus protagonistas os embriões de uma sociedade socialista. A autoconfiança da classe operária era visível nas suas manifestações de massa, entre as quais o Primeiro de Maio assumiu a primazia no mundo inteiro; nas suas associações e sindicatos muito mais organizados e institucionalizados; nos seus partidos políticos, chamados de socialistas nos países europeus de língua latina, de socialdemocratas na Alemanha, na Rússia e outros países, ou ainda de "trabalhistas" nos países de língua inglesa.

As iniciativas de greve de todo tipo aumentaram. Nos dois últimos decênios do século XIX estabeleceu-se na Dinamarca uma verdadeira rede sindical nacional promovendo uma luta de classes sem par, que só arrefeceu depois do grande *lock out* de 1899 e do pacto social que se seguiu. Nos anos 1889-1890 houve, na Inglaterra, 2.400 greves. Às vésperas da guerra, em 1911-1913, houve 3.165 movimentos paredistas, mas o número de homens-dia perdidos multiplicou-se por seis vezes. O objetivo primordial dos trabalhadores, a redução da jornada de trabalho para oito horas, foi atingido em vários países. Entre 1890 e 1913, as horas trabalhadas por pessoa ao ano na Alemanha, França, Inglaterra e Holanda diminuíram de um número que variava de 2.770 a 2.807 para algo entre 2.584 e 2.624. A Inglaterra era o país que tinha as maiores jornadas de trabalho naqueles países, superiores até mesmo a países não europeus como Japão e Estados Unidos. Nessa fase o

Française (1901). Em inícios da década de 1910, Jaurès viajou pela América do Sul, vindo a fazer célebres conferências em Buenos Aires. Pacifista, Jean Jaurès foi assassinado em um café de Paris, no dia 31 de julho de 1914, por Raoul Villain, um jovem nacionalista francês que desejava a guerra com a Alemanha. No dia seguinte iniciaram-se as mobilizações de guerra. Com Jaurès, morreu a principal voz que, na Europa, se opunha pública e abertamente à Primeira Guerra Mundial.

movimento socialista sentia-se já forte o suficiente para empreender greves gerais políticas, ainda que seus objetivos fossem o de alargar a legalidade, como o tentou fazer a grande greve de 1893 pelo direito universal de voto na Bélgica.

Essas conquistas refletiam duas tendências: o crescimento econômico e industrial, e o incremento da força numérica dos sindicatos operários. Por volta de 1910-1911, a participação do setor industrial na composição da força de trabalho chegava à metade dos trabalhadores belgas ou mais da metade na Grã-Bretanha e na Suíça. Era de 41% na Noruega, 39% na França, 36% na Itália e 30% na Suécia.¹⁹⁶ Entre 1905 e 1913, as inscrições nos sindicatos socialdemocratas, nos países ligados à Internacional Sindical de Amsterdam, passaram de três para quase seis milhões. Apenas na Alemanha, os chamados sindicatos livres haviam crescido de 50 mil a 200 mil inscritos durante as leis antissocialistas (1878-1890) de Bismarck, e depois de sua abolição multiplicaram em mais de três vezes o número de seus filiados no último decênio do século XIX, atingindo 680 mil, um número semelhante àquele obtido pelos sindicatos ingleses.

O crescimento dos sindicatos foi espetacular em quase todos os países. Nos países mais industrializados (Inglaterra, Alemanha, França, EUA) o número de sindicalizados passou de 2,2 milhões em 1893, para 5,6 milhões em 1905, 9,6 milhões em 1913, e 22 milhões em 1920: os efetivos sindicais decuplicaram em menos de três décadas, um ritmo de crescimento bem superior ao da própria classe operária. Na Inglaterra, entre 1893 e 1920, o número de sindicalizados passou de 1,6 milhões para 8,3 milhões. Na França, mais lenta, de 0,2 milhões para 1,8 milhões. Nos EUA, em que a industrialização bateu todos os recordes de velocidade, de 0,2 milhões para 4,1 milhões. Mas o crescimento mais rápido foi na Alemanha, onde os sindicalizados eram 0,2 milhões em 1893, para situar-se na casa dos 7,8 milhões em 1920, um crescimento de 4.000%. Nos manuais acadêmicos de economia, o sindicalismo operário começou a aparecer como uma “força econômica”, ao lado dos conceitos tradicionalmente considerados (técnica e ciência, crescimento demográfico, movimentos migratórios, mão de obra, estruturas políticas, crédito, relações entre indústria e agricultura, distribuição do produto e da renda, etc.). *A luta de*

¹⁹⁶ Simon Kuznets. *Crescimento Econômico Moderno*. São Paulo, Abril Cultural, 1986.

classes, expulsa do pensamento oficial como um conceito “ideológico”, reingressava...

As cooperativas, por sua vez, experimentaram um incremento sensacional na Inglaterra. O número de seus membros subiu de meio milhão, em 1880, para três milhões, em 1914. Isso já provocava debates no último ano do século XIX. Foi em 1900, no V Congresso Internacional Socialista, que Paul Lafargue,¹⁹⁷ propôs que as cooperativas não fossem um meio de expropriação da classe capitalista, mas de recrutamento e educação socialistas. Condenou as cooperativas de produção e defendeu as de consumo, porque aquelas seguiam os princípios da concorrência capitalista. Mas suas propostas foram derrotadas.

¹⁹⁷ Paul Lafargue (1842-1911) nasceu em Santiago de Cuba, filho de uma família francesa de antigos plantadores. Com nove anos chegou à França. Aos 18 anos se declarava republicano, socialista, materialista e ateu. Sua ideologia política inicial era uma mistura de positivismo e proudhonismo. Depois de visitar Londres, onde conheceu Marx, aderiu à Primeira Internacional, integrando seu Conselho Geral a partir de 1866. Enviado à Espanha, lutou contra a influência de Bakunin no movimento operário da península ibérica. Em 1868 casou-se com Laura, filha menor de Marx. Este resistira inicialmente a esse matrimônio, desconfiando do grau de responsabilidade (ou de irresponsabilidade) do potencial genro (de fato, depois de ter ajudado financeiramente Marx durante toda a vida deste, Friedrich Engels, já aposentado, teve que arcar com boa parte dos gastos do casal Lafargue). Em 1872, de novo na Espanha, fundou com Mesa, Mora e Pablo Iglesias o jornal *La Emancipación*, órgão de luta da I Internacional. Lafargue participou da Comuna de Paris, refugiando-se em Londres depois da sua derrota. Passou a acompanhar a atuação de Jules Guesde na França. Anistiado em 1882, regressou à França, onde junto com Guesde liderou o Partido Operário Francês (POF), opondo-se ao anarquismo e ao revisionismo. Eleito parlamentar em 1891, lutou pela unidade do movimento socialista francês, buscando alianças entre blanquistas, guesdistas e outras tendências. Escreveu diversos textos de difusão do socialismo marxista, em especial da crítica da economia política, mas o mais célebre seria um opúsculo editado e reeditado nas mais diversas línguas, *O Direito à Preguiça*, com o qual a memória póstuma de Lafargue seria identificada, para o melhor e para o pior. A 26 de novembro de 1911, Paul Lafargue, e sua esposa Laura, se suicidaram, incinerando-se, e deixando uma nota relativa à “implacável velhice” e à decisão comum do casal de não «transformar-se em carga para si e para os outros». A nota concluía com uma afirmação da próxima vitória do socialismo.

A Segunda Internacional passou a valorizar também a participação de “intelectuais tradicionais”, membros das “profissões liberais”, no interior dos partidos operários. Estes atraíram alguns cientistas, filósofos e advogados, quando ainda as universidades eram, na maior parte dos casos, impermeáveis ao pensamento marxista. A socialdemocracia, por outro lado, tornava-se cada vez mais envolvida nas instituições de Estado e, portanto, gerava uma vasta burocracia. As oportunidades de carreira política atraíram muitos intelectuais, quando não transformavam trabalhadores em administradores ou parlamentares. Na Inglaterra, onde a votação do Partido Trabalhista aumentara de 500 mil votos para quatro milhões, os líderes sindicais abraçavam cada vez mais a carreira parlamentar. Na Itália, onde os socialistas somavam 50 parlamentares no início da guerra (1914) e já eram 150 em 1920, também cresceu a influência sindical: a CGIL, central sindical dominada pelos socialistas, passou de 500 mil para dois milhões de filiados no mesmo período.

Para o setor de esquerda radicalizado da Internacional era preciso superar o crescente burocratismo dos partidos e dos sindicatos. Novos experimentos de intervenção operária na produção pareciam indicar os elementos que superariam o sindicalismo, restrito à negociação do preço da força de trabalho, e o cooperativismo, cujos dirigentes estavam, no curto prazo, limitados a um horizonte de concorrência dentro do mercado capitalista. Em 1904 surgiram, na Itália, as *comissioni interne* que transitaram, com o tempo, da negociação contratual para a pretensão da gestão direta da produção. A atitude dos partidos socialistas em relação ao parlamentarismo, por sua vez, consistia originariamente em utilizar os parlamentos para a agitação política operária. Considerava-se a participação da ação parlamentar do ponto de vista do desenvolvimento da consciência de classe, isto é, da possibilidade e da oportunidade de despertar a hostilidade das classes proletárias contra as classes dirigentes. Essa atitude se modificou, não sob a influência de uma teoria, mas da prática empírica. A adaptação da tática parlamentar dos partidos socialistas à ação legislativa “orgânica” dos parlamentos e a importância sempre crescente da luta pela introdução de reformas nos limites do capitalismo, a predominância do programa mínimo dos partidos socialistas, a transformação do programa máximo numa plataforma destinada às discussões sobre um “objetivo final” distanciado, configuraram a base sobre a qual se desenvolveram o arrivismo

parlamentar, a corrupção, o abandono dos interesses históricos da classe operária.

No congresso da Internacional Socialista realizado em Amsterdã, em 1904, a polêmica revisionista “alemã” teve ainda centralidade. Desta vez o “revisionismo” foi condenado por um “tribunal internacional”. Mas Bernstein e os revisionistas permaneceram nos partidos socialistas e na Internacional, inclusive na sua direção. O congresso aprovou, por unanimidade, a proposta de que em todos os países deveria ser buscada a unidade dos partidos operários e socialistas em uma única organização “visto que existia apenas um proletariado”, mas aconselhava que esta unidade deveria realizar-se “sob as bases dos princípios estabelecidos pelo congresso da Internacional e nos interesses do proletariado mundial”.

No início de século XX, agravaram-se as rivalidades entre os países europeus devido à competição imperialista, abrindo a possibilidade de uma guerra. O mundo colonial também começou a experimentar abalos revolucionários. Na China, em 1905 houve a fusão da Sociedade ou Liga pelo Renascimento da China (Xin Zhong Hui) e da Sociedade ou Liga pela Regeneração da China (Guang Fu Hui), dando vida à Liga Revolucionária de China (Dong Meng Hui), ou Liga Jurada, sob a direção do Dr. Sun Yat-Sen. Seu objetivo: livrar a China do duplo jugo representado pela dinastia Qing (manchú) e pelas potências imperialistas, que haviam retalhado a China em concessões territoriais, alfandegárias, comerciais, de transporte, financeiras, e enclaves de extraterritorialidade.

A onda revolucionária que percorria o país teve um ponto alto com o desabamento da monarquia da dinastia Manchú, em outubro de 1911.¹⁹⁸ O edifício imperial estava em ruínas, mas a dominação estrangeira continuava. Era preciso varrer os detritos: essa era a tarefa que cabia ao partido

¹⁹⁸ Os acontecimentos que levaram à queda da dinastia Qing, a chamada Revolução de Xinhai, se desenvolveram entre 10 de outubro de 1911, data em que se produziu a insurreição conhecida como Revolta de Wuchang. Rapidamente, conseguindo o apoio político de outras províncias, eclodiram diversas revoltas noutros pontos do país. Sun Yat-Sen foi eleito Presidente das Províncias Unidas da China, com sede em Nanquim, em novembro desse ano. Em 12 de fevereiro de 1912, quando o último imperador, Pu Yi, abdicou definitivamente, a dinastia, sem meios de resistir ao movimento, entregou o poder.

nacionalista encabeçado por Sun Yat-sen,¹⁹⁹ nomeado presidente da República Chinesa após a queda da monarquia. A Liga Jurada, encabeçada por Sun, transformou-se então num partido político, o *Kuomintang* (KMT). Em fevereiro de 1912, Sun renunciou à presidência da República em favor de Iuã Chikai, marechal do império, desde que este se pronunciasse em favor do princípio republicano. O KMT acreditava que a aliança com o exército imperial podia garantir a unidade nacional e a

Sun Yat-Sen

¹⁹⁹ Sun Yat-sen (1866-1925), fundou em 1894 em Hong Kong a “Sociedade para a Regeneração da China”, para promover o renascimento político da China e fomentar a revolta contra a dinastia Qing e instalar um governo democrático no país. Participou em um levante em Guangzhou em setembro de 1895, uma tentativa fracassada de golpe de estado, pela qual teve que se exilar no Japão. Passou vários anos no exílio naquele país e também na Europa, Estados Unidos e Canadá. Em Londres foi sequestrado em 11 de outubro de 1896 por membros da embaixada imperial chinesa. Ao conseguir libertar-se, passou a ser reconhecido no Reino Unido como líder revolucionário chinês. Em 1905, durante o período japonês de seu exílio, funda em Tóquio a Sociedade da Aliança Unida, a Liga Jurada. Esta sociedade seria o embrião do Kuomintang, o partido nacionalista chinês. Em 10 de outubro de 1911 encontrava-se em Denver (Estados Unidos) quando ocorreu o levante de Wuchang, na província de Hubei, que provocou a queda da última dinastia imperial. Sun voltou à China, dirigindo-se a Nanquim, onde foi designado presidente provisório da nova República da China, em 29 de dezembro. O governo provisório de Nanquim controlava apenas uma parte reduzida do país. Sun chegou a um acordo com Iuã Shikai para que este, que controlava o exército no Norte da China, derrotasse finalmente o imperador. Sun permitiu a Iuã Shikai converter-se em Presidente da República. Em 1913 Sun tentou afastá-lo do poder, sem êxito, o que levou-o novamente a exilar-se no Japão. Em 1917 voltou à China, estabelecendo-se em Guangzhou, onde foi nomeado presidente do autoproclamado Governo Nacional. Ali, fundou a Academia Militar de Whampoa, dirigida por Chiang Kai-shek, de onde tentou organizar um exército para conquistar o norte da China, ainda em poder de Yuan Shikai. Organizou o Kuomintang como um partido de estilo leninista, mesmo não sendo comunista, o que lhe valeu o apoio do Komintern, que alentou a primeira Frente Unida dos nacionalistas do Kuomintang com o recém criado Partido Comunista Chinês. Em 12 de março de 1925, Sun Yat-sen, aos 60 anos de idade e enfermo de câncer, morreu em viagem a Beijing (Pequim), para onde se dirigia a fim de entabular negociações com os dirigentes do Norte da China em uma tentativa de reunificação nacional. Como principal pioneiro da China republicana, Sun é referido até hoje no país como o “Pai da Nação”.



Sun Yat-Sen

estabilidade política. Iuã aceitou, mas em agosto de 1914 dissolveu o Parlamento recém-eleito e implantou uma ditadura

tentando, em vão, transformar-se em um novo imperador. Em 1915, o Japão lembrou à China sua verdadeira situação, apresentando as “21 exigências”, apoiadas numa chantagem militar, que transformaram o país numa espécie de semicolônia japonesa. Iuã morreu no ano seguinte, e um golpe militar em Cantão chamou novamente Sun Yat-sen para exercer a presidência. Mas a situação do governo central estava muito deteriorada.

O governo de Sun não controlava mais do que uma porção reduzida do território. O controle das outras regiões deslocou-se para as tradicionais elites rurais, que se agrupavam em torno de chefes militares. Várias províncias reivindicavam autonomia, e determinados territórios foram retalhados em “feudos” independentes. Os chefes militares locais (os “senhores da guerra”) lutavam constantemente entre si e impunham todo tipo de arbitrariedades ao povo, como impostos e paralisação de colheitas e trabalhos públicos. O desmembramento da China favorecia a manutenção do poder das potências estrangeiras. O país mergulhou no caos. O fracasso da primeira república chinesa deveu-se à tentativa de unificar e democratizar o país sem afetar os interesses sociais das classes possuidoras (agrárias e comerciais), associadas às potências estrangeiras. As mudanças políticas não resolveram o problema da unidade nacional. A partir de então, a questão da unidade chinesa esteve indissolivelmente ligada aos problemas sociais. A reconstituição da nação não poderia ser feita sem luta frontal contra os “senhores da guerra” e os grandes proprietários, e contra as potências estrangeiras e seus associados nativos.

Os processos revolucionários do século XX, na América Latina, se iniciaram através da substituição da burguesia no

comando da nação e na direção das massas revoltadas contra a dominação externa (imperialista). A revolução da América Latina teve seu primeiro grande episódio na Revolução Mexicana de 1910-1919. Liderados por Emiliano Zapata, os camponeses do estado de Morelos levantaram-se contra os latifundiários da região e toda a exploração que estes representavam. Logo o exército do país foi chamado para conter a revolta, que não demorou a espalhar-se para todo o território mexicano.

Em combates sangrentos, com numerosas mortes em ambos os lados, o exército de camponeses comandado por Emiliano Zapata e por seu aliado Pancho Villa foi conquistando os principais estados e cidades do país, minando o poder da grande propriedade agrícola mexicana e a própria força política do ditador Porfirio Díaz, a “tirania latifundiária”. No final de 1910, Díaz foi derrubado para permitir a ascensão de Francisco Madero ao governo. Este, apesar de ter a confiança de Emiliano Zapata, representava os interesses da nascente burguesia mexicana: pouco lhe importava tocar na estrutura agrária latifundiária do país. Na Revolução Mexicana, a influência do socialismo correu paralela à revolta camponesa, através da *Casa del Obrero Mundial* e da atividade dos irmãos Flores Magón, anarquistas e fundadores do Partido Liberal.²⁰⁰

A reforma agrária que estava na promessa revolucionária não se realizou, e Zapata voltou ao combate. Reuniu os camponeses, tomou para si mesmo o governo do México em 1914 e iniciou um gradual processo de divisão

²⁰⁰ Cipriano Ricardo Flores Magón (1874-1922) foi um dos mais notáveis anarquistas nascidos no México. Possuía vasto conhecimento das reflexões propostas pelos teóricos do século XIX, Mikhail Bakunin, Pierre-Joseph Proudhon, Max Stirner e Elisée Reclus, bem como da obra de Karl Marx, inspirando-se, sobretudo, nas ideias de Piotr Kropotkin na construção de sua própria concepção de luta revolucionária. Dialogou diretamente com Charles Malato, Errico Malatesta, Anselmo Lorenzo, Emma Goldman e Fernando Tarrida del Mármol, dos quais era contemporâneo. Junto com seus irmãos, Jesús e Enrique Flores Magón, foi fundador e redator do periódico libertário *Regeneración*, bem como do movimento revolucionário conhecido como Partido Liberal Mexicano. Suas ideias tiveram profundo impacto no contexto em que viveu. Atribuiu grande valor ao senso de comunidade e de autonomia existente entre os povos indígenas, sempre militando em seu favor (Cf. Salvador Hernández Padilla. *El Magonismo*. Historia de una pasión libertaria, 1900-1922. México, Ediciones Era, 1984).

agrária e reorganização da produção agrícola em pequenas propriedades. Inclusive convocou uma Assembleia Constituinte em 1917, na qual foi aprovada a Lei da Reforma Agrária. No entanto, a burocracia do governo atrapalhava a execução da lei, e a repartição de terras não era executada. A ascensão de governos burgueses, que buscavam a industrialização do Estado; a morte de Zapata numa emboscada em 1919, e a de Pancho Villa quatro anos depois, congelaram o processo revolucionário e a revolta camponesa.²⁰¹ A Revolução Mexicana, porém, impactou toda a América Latina, em especial a América Central, e foi o início de uma série de revoltas anti-imperialistas em diversos países, sacudidos também por crises políticas de seus governos ditatoriais.

A guerra hispano-americana (EUA vs. Espanha) abalou também a América Central e o Caribe, e destruiu os últimos alicerces do império espanhol nas Américas (Cuba e Porto Rico). A perspectiva de uma guerra de alcance mundial abriu-se passo lentamente. A revolução democrática que eclodiu na Rússia czarista em fevereiro de 1905 teve como força dirigente o proletariado, e reacendeu o debate sobre o problema do reformismo e da revolução no movimento socialista internacional. Na Rússia, as consequências da derrota do país na guerra russo-japonesa foram imensas: a revolução de 1905 surgiu diretamente da guerra russo-japonesa. Na ascensão do movimento revolucionário no Império Czarista, a classe média começou a fazer manifestações públicas contra o regime. Ao mesmo tempo, a vitória japonesa fortaleceu as aspirações democráticas (e, sobretudo, anti-imperialistas) na Ásia, incluído o Oriente Médio. Para além das suas consequências políticas imediatas, ela marcou uma virada cultural no maior continente do planeta. A “revolução constitucional” iraniana, por exemplo, começou em dezembro de 1905: os opositores ao regime imperial sabiam que, em outras circunstâncias, Rússia interviria contra qualquer tentativa de derrubar ou ameaçar o governo, mas agora ela estava ocupada com a guerra (e depois com a revolução).

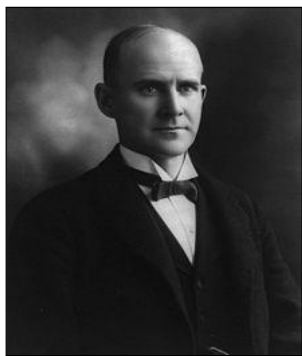
Testemunhar e constatar como o único poder constitucional asiático (o Japão) derrotava à única grande potência europeia não constitucional criou uma nova imagem da Ásia; o Japão vencendo o aparentemente onipotente Ocidente, fazia surgir no Irã, e em outros lugares da Ásia, o

201

Adolfo Gilly. *La Revolución Interrumpida*. México, ERA, 1994.

conceito de constituição como “segredo da força”. A queda da monarquia na China, em 1911, abriu um processo de revolução nacional e democrática no país de maior população do planeta, com consequências históricas continentais.

Nos países avançados, a burguesia via-se obrigada a ensaiar novos agrupamentos políticos em virtude da ascensão dos partidos operários (socialistas), que se estruturavam como verdadeiras “sociedades dentro da sociedade”, com um imenso sistema de clubes esportivos, associações culturais e outras “organizações colaterais”: na Alemanha, o SPD tinha 4 milhões de eleitores, 111 deputados, uma rede de sindicatos, cooperativas, escolas, assim como também as tinham o “trabalhismo” (*Labour Party*) na Inglaterra ou a SFIO (partido socialista, *Section Française de l’Internationale Ouvrière*) na França. O socialismo começava a se desenvolver fora da Europa: na Rússia, nos EUA (6 % dos votos para o candidato socialista



Eugene Debs nas presidenciais de 1912), no Japão. Nos países periféricos, em troca, reforçava-se a concentração agrária e o atraso rural, que se combinava em alguns deles com uma forte concentração industrial, dominada pelo capital estrangeiro, provocando um aguçamento cada vez mais insuportável das contradições de classe.

Eugene V. Debs, *wasp* norte-americano e líder socialista, duas condições em princípio incompatíveis

O primeiro plano da política internacional, porém, tendia a ser ocupado pelas contradições “inter-imperialistas”, em especial entre as velhas potências (França e Inglaterra, Rússia, Holanda e Bélgica em menor medida) e as novas potências em expansão (Alemanha e EUA): “O coração da Europa estava ocupado por um país que, em poucas décadas, tornou-se o mais industrializado, cuja velocidade de desenvolvimento industrial e comercial ultrapassa a dos países industriais mais antigos, que apareceu nos mercados mundiais no momento em que os territórios antes livres da dominação europeia já estavam todos ocupados, como colônias ou semi-

colônias dos Estados industriais mais antigos”.²⁰² Nessa situação, para a Alemanha só restavam duas possibilidades: a constituição de um bloco colonial fora da Europa, ou uma expansão territorial em direção da Turquia, ao longo da linha Berlim-Belgrado. Ambas possibilidades se chocavam diretamente com as posições britânicas. O centro do mundo capitalista abrigava contradições explosivas.

Os abalos na China, Rússia, Oriente Médio e Ásia Central, América Latina, definiam uma nova época: a periferia do mundo capitalista, que era a maior parte do planeta, também entrava em convulsão, pouco após a penetração do capitalismo em todas suas esferas econômicas e sociais. Uma nova era histórica se perfilava no horizonte do mundo: Kautsky podia constatar que “quando Marx e Engels escreviam o *Manifesto Comunista*, o teatro da revolução proletária se limitava para eles à Europa ocidental. Hoje abarca o mundo inteiro”.²⁰³ A revolução russa de 1905, ocupando o centro do palco político europeu, ajudou a demarcar mais claramente os campos em que se dividia o socialismo internacional: os reformistas e os revolucionários. O lugar onde essa cisão se desenvolveu mais profundamente, em todos os sentidos, estava situado exatamente a cavalo entre a Europa e a Ásia, e era nada menos do que o maior país do planeta.

45. CAPITALISMO PERIFÉRICO: A RÚSSIA

*Para eles (os pedantes), a história de uma nação capitalista repete, com divergências um pouco maiores ou menores, a história de outra. O que eles não veem é que o mundo hoje sofre um processo unificado de desenvolvimento capitalista que absorve todos os países que encontra no seu caminho e cria neles um amálgama social combinando as condições locais e gerais do capitalismo cuja natureza não pode ser definida por clichês históricos, mas apenas através de uma análise materialista (Leon Trotsky, **História da Revolução Russa**)*

²⁰² Fritz Sternberg. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979.

²⁰³ Karl Kautsky. *O Caminho do Poder*. São Paulo, Hucitec, 1979, p. 107.

A nova Rússia tomou um caráter particular em consequência do fato de que ela recebeu o batismo capitalista, na segunda metade do século XIX, do capital europeu que se apresentou sob sua forma mais concentrada e mais abstrata, como capital financeiro (Leon Trotsky, 1905)

A exportação de capitais, um dos meios encontrados para sair da plethora (e consequente falência) de capitais provocada pela “grande depressão” nas metrópoles capitalistas, criando um sistema imperialista especificamente capitalista,²⁰⁴ incorporou rápida e violentamente diversos países e regiões à economia capitalista mundial, introduzindo também de modo rápido as relações capitalistas de produção em suas economias e sociedades. Os principais teatros da expansão capitalista foram, como já vimos, a América (os EUA) e também a Rússia: “Ambos os países proviam a Europa de matérias-primas sendo ao mesmo tempo mercado para a venda de seus produtos industriais. De uma maneira ou de outra, eram, portanto, pilares da ordem europeia vigente”.

Isto mudou na segunda metade do século XIX. A exportação de capital alterou decisivamente as relações entre as classes, e as relações internacionais, em primeiro lugar na própria Europa. Marx e Engels, no prefácio à edição russa do *Manifesto Comunista*, de 1882, constatavam: “E a Rússia? Durante a revolução de 1848-49, os príncipes e a burguesia europeia viam na intervenção russa a única maneira de escapar do proletariado que despertava. O Czar foi proclamado chefe da reação europeia. Hoje ele é, em Gatchina, prisioneiro de guerra da revolução, e a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa”. *O Capital*, publicado inicialmente em 1867 na Alemanha, recebeu sua primeira tradução no estrangeiro na Rússia, em 1872.

A diferença fundamental entre a Rússia e a Europa Ocidental era a estrutura econômica primitiva e a lentidão da evolução social da primeira. O Estado russo, governado por uma autocracia que se aproximava do despotismo asiático, esteve, desde a sua origem, sob a pressão das potências ocidentais. O Império Russo, maior império e maior Estado de todos os tempos em área contínua, foi fundado no século XIV,

²⁰⁴ Cf. Victor Testa. *El Capital Imperialista*. Buenos Aires, Fichas, 1975.

com a derrota dos ocupantes tártaros. Sua raiz foi principado de Moscou, que liderou o processo de formação do futuro Estado russo. Expandiu-se até ao Oceano Pacífico entre os séculos XVII e XIX.

Enquanto o comércio entre as nações era ainda pouco considerável, foram as relações militares as que exerceram a influência externa principal sobre a Rússia. Não foram os impulsos procedentes da própria sociedade russa, mas a pressão militar das potências europeias a que deu forma e natureza ao Estado russo. A necessidade de se manter contra inimigos melhor armados (no começo, principalmente a Lituânia, a Polônia e a Suécia) forçou o Estado russo a criar uma indústria militar. Isso não impediu que, na guerra da Crimeia (1853-1858), Rússia fosse derrotada pelos corpos expedicionários franco-britânicos, que a impediram de atingir Constantinopla e ter acesso ao Mediterrâneo. O primeiro grande fracasso do expansionismo russo teve enormes repercussões na sua política interna.

O Estado importou técnicos e especialistas na arte militar estrangeiros, até começar a formá-los tardiamente no século XIX, assim como também quadros para a crescente burocracia estatal. Os recursos materiais para isso eram extraídos do próprio país, o que significava cobrança de impostos enormes às classes burguesas em vias de formação, e principalmente aos camponeses e pequenos comerciantes que se viram em grande medida forçados a escolher entre a fome e a fuga, o que levou a que se registrasse, durante o século XVII, uma diminuição da população russa. No final século XIX ainda, entre 1885 e 1913, verificou-se um aumento bruto na tributação: houve um aumento de 1,78 vezes da incidência de impostos totais per capita. No imposto indireto, o imposto sobre consumo, o aumento foi de mais de três vezes. Durante esses 30 anos, houve uma política de substituição de impostos diretos por impostos indiretos. Se em 1885, os impostos indiretos eram 37,91% do total, em 1913, perfaziam 64,22%, onerando a população trabalhadora, em especial os camponeses.

A percentagem das receitas do Estado destinados ao setor militar foi sempre, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, superior a 50%, chegando até 85%. Quando, sob a czarina Catarina II, *a Grande*, o Estado encontrou a possibilidade de completar seu financiamento através de empréstimos externos, somou-se à pressão militar a pressão financeira da Europa ocidental: "O financiamento da industrialização russa diferiu

do Japão; na Rússia foi maciça a entrada de capital estrangeiro, não somente por meio de empréstimos oficiais e na construção ferroviária, mas também por investimentos diretos na indústria e por empréstimos aos bancos russos”.²⁰⁵ Essa é a diferença entre o capitalismo “tardio” (Japão) e o capitalismo “periférico” (Rússia). Ao lado da inflação desenfreada da dívida pública devido aos empréstimos, o Estado russo continuava absorvendo, comparado ao Ocidente capitalista, uma porção relativamente muito maior da fortuna pública, minando as bases de desenvolvimento das classes possuidoras e retardando o processo já lento de diferenciação social, configurando “um Estado forte, centralizado e burocrático, carente de mediação de qualquer grupo social capaz de constituir uma ponte social, econômica e política entre ele e as massas camponesas”.²⁰⁶

Esse mesmo Estado, que retardava o desenvolvimento de classes burguesas, procurava simultaneamente apressar sua formação, de cujo apoio necessitava: “Para existir e dominar, o Estado tinha necessidade de uma organização hierárquica de estados (grupos da sociedade pré-capitalista que possuem direitos e deveres particulares definidos por lei). Daí porque, apesar de minar as bases econômicas que teriam permitido a hierarquização, o Estado procurava impô-la através de medidas governamentais”.²⁰⁷ A intenção do Estado era aproveitar o desenvolvimento dos grupos econômicos para seus próprios fins específicos, militares e financeiros; a dos grupos econômicos dominantes era utilizar o Estado para consolidar suas vantagens sob a forma de “privilégios de Estado”. A resultante desse jogo de forças foi bem mais favorável ao poder do Estado do que o foi na Europa ocidental, o que explicou a elevação do Estado russo acima da sociedade e a manutenção das forças produtivas em um nível baixo, dificultando a acumulação e, conseqüentemente, o crescimento da divisão do trabalho.

Não havia na Rússia uma separação clara entre a agricultura e o artesanato, que se encontrava tão disperso pelo campo quanto a própria produção agrícola. Sem se separar da

²⁰⁵ Carlos A. Barbosa de Oliveira. *Processo de Industrialização*. Do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo, Editora Unesp, 2003, p. 254.

²⁰⁶ Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

²⁰⁷ Leon Trotsky. *1905*. Paris, Seuil, 1969, p. 20.

agricultura, o artesanato conservou seu caráter de pequena indústria local e jamais chegou a formar, como no Ocidente medieval, cidades comerciais dedicadas ao artesanato. O comerciante nômade russo - intermediário entre produtores e consumidores igualmente dispersos, que exercia um papel importante na economia - não realizava a concentração do capital comercial em grandes centros e nunca ocupou um lugar análogo ao do comerciante europeu ocidental. O comércio russo mal chegara a se desenvolver e já se encontrava sob a ação direta do capital comercial europeu, dando um caráter semicolonial a todo o movimento de negócios, no qual o comércio russo era intermediário entre as cidades do Ocidente e os vilarejos russos. Do início do século XVIII até meados do século XIX, o Império Russo tinha 95% da sua população no campo. Houve uma queda acentuada da população rural no período entre 1859 e 1897 (depois da abolição da servidão) quando, ainda assim, o campo ainda abrigava 87,4% da população.

“A redistribuição periódica da terra fazia com que diminuísse o interesse das famílias camponesas na melhoria da terra e na intensificação da produção. O *mir* (comuna rural) fechou a torneira da migração do campo. O resultado disso foi uma situação pouco propícia para aumentar a produção e a produtividade da agricultura (sendo), portanto, escassas as inovações em direção de uma agricultura intensiva. O crescimento da produtividade estava apenas por cima daquele da população, a renda per capita permaneceu estagnada. A produção de batatas e cereais era, em meados do século XIX, quase a mesma de quarenta anos antes... A libertação dos servos de 1861 foi dominada pelos interesses da nobreza, o que impediu o aumento da produtividade do setor agrário, necessária para abastecer a população, a importação de tecnologia e o fortalecimento da demanda de produtos manufaturados. Isso acrescido do fato da agricultura - não os proprietários nobres, isentos de taxaões - se encontrar oprimida por enormes impostos e prebendas”.²⁰⁸

Ao atraso e opressão sem fundo da enorme população rural-camponesa (os *mukhiks*), a autocracia czarista acrescentava o jugo sobre as populações alógenas conquistadas que faziam parte do Império, as quais constituíam nacionalidades à parte,

²⁰⁸ Toni Pierenkemper. *La Industrialización en el Siglo XIX*. Madri, Siglo XXI, 2001, p. 140.

oprimidas pelos “grandes russos”, tendo algumas delas conhecido no passado um importante desenvolvimento estatal autônomo. Em seu apogeu o Império Russo incluía, além do território “eticamente” russo, os Estados bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia), a Finlândia, o Cáucaso, a Ucrânia, a Bielorrússia, boa parte da Polônia (ou seja, do antigo reino da Polônia), a Moldávia (Bessarábia) e quase toda a Ásia Central. Também contava com zonas de influência no Irã, Mongólia e norte da China.

O Império Russo estava dividido em 81 províncias (*guberniyas*) e 20 regiões (*oblasts*). Vassalos e protetorados do Império incluía os khanatos de Khiva, Bukhara e Tuva. A maior população judia do mundo, além disso, se encontrava na Rússia, onde vivia segregada e marginalizada em zonas de residência (*pale*), e era frequentemente submetida a massacres (*pogroms*) das “Centúrias Negras”, alentados pelo czarismo para desviar em sentido antissemita a revolta camponesa contra as condições de vida. O Império Russo foi o primeiro a praticar o antissemitismo como política de Estado (foi um membro da polícia política czarista quem redigiu os apócrifos *Protocolos dos Sábios de Sião*, peça maior da literatura antissemita mundial). Na segunda metade do século XIX, por sua vez, a independência da Polônia era para os democratas europeus uma causa tão sagrada quanto o fora a independência da Grécia do Império otomano na primeira metade.

As cidades russas modernas surgiram na segunda metade do século XIX, com a transformação completa de seu papel econômico e de sua estrutura interna de classes. No início do século XVIII, a população urbana russa somava em torno de 3% do total do país. No final do século XIX, essa população já somava aproximadamente 13%. O recenseamento de 1897 mostrou que nos 12 anos precedentes o número de habitantes das cidades havia aumentado 33,8%, enquanto que nos vilarejos rurais, apenas 12,7%. Até o século XIX, as cidades russas tinham exercido só o papel de centros administrativos e militares sustentados pelo dinheiro público. Sem gerar recursos, a não ser uma escassa concentração de capital comercial, a cidade russa medieval consumia aquilo que lhe era fornecido.

Assim como as cidades, a indústria e as classes capitalistas se formaram em apenas algumas décadas, passando por alto todas as etapas que caracterizaram o processo de formação do capitalismo no Ocidente, como o surgimento do pequeno empreendimento e o crescimento progressivo do



Alexander Nicolaievitch Romanov,
Alexandre II da Rússia (1855-1881),
o czar "modernizador"

"Terceiro Estado". A diferença entre os processos de industrialização na Europa ocidental e na Rússia aparecia claramente: se na Europa a manufatura havia crescido sobre a base do artesanato, com a participação deste em todo o processo, na Rússia o artesanato rural continuou produzindo para o consumo imediato da população, não para a indústria capitalista, enquanto a indústria era estabelecida utilizando-se da única mão de obra disponível, a dos servos, para trabalhar para o Estado e, em parte, para as altas camadas da sociedade.

Não foi, portanto, nem o artesão nem o pequeno ou grande comerciante que sentiu a necessidade de se criar uma forte e vasta indústria, mas o Estado, que buscou a instalação de manufaturas nacionais a serviço do exército e da frota. A introdução do capital, da técnica e do saber ocidentais conduziu ao fortalecimento da autocracia czarista, freando o desenvolvimento econômico do país e acentuando a servidão como forma de organização do trabalho. A servidão, na medida em que excluía qualquer possibilidade de modernização da produção, foi a causa principal do marasmo que persistia na indústria desde Pedro o Grande. A sua abolição se impôs como necessidade econômica em meados do século XIX. Na medida em que a nobreza agrária era contrária à abolição, a burguesia, ainda muito fraca para defendê-la, e os camponeses mal organizados para impô-la, ficou para o próprio Estado (que tinha sido até o momento o perpetuador do regime de servidão), apoiado pelos burocratas nobres e os proprietários industriais, a tarefa de levar a cabo a reforma social abolicionista, a "emancipação".

Em 1861, por esse motivo, e após os desastres militares e políticos da guerra da Crimeia, o czarismo decidira, por interesses próprios, colocar diante do capital a rota do progresso através da "libertação" dos servos. De 1796 a 1859 a população total dobrara (de 36 a 74 milhões), mas a população de servos permanecera praticamente a mesma (de 20 a 22,7

milhões). A sua participação percentual diminuiu nesse período de 55,5% a 30,7% do total, ou seja, de metade a um terço da população. Isso significa que os a maioria dos 38 milhões de indivíduos incorporados à população russa entre 1796 e 1859 não integraram a população de servos, e que já existia uma tendência para a queda antes da emancipação em 1861.²⁰⁹ A abolição foi um exemplo das *combinações* próprias dos países capitalistas atrasados, isto é, a resolução por uma classe dos problemas que são de interesse objetivo de outra classe social.²¹⁰

A burguesia liberal, inexpressiva social e politicamente, a tudo assistiu docilmente: “O atraso do conjunto do processo está suficientemente caracterizado pelo fato de a lei da servidão, nascida no final do século XVI, e estabelecida no XVII,

²⁰⁹ Paul R. Gregory. Economic growth and structural change in Czarist Russia: a case of modern economic growth? *Soviet Studies* vol. 23, n.º. 3, Londres, 1972.

²¹⁰ A resolução por uma classe dos problemas que são próprios de outra, é um dos fenômenos típicos do desenvolvimento desigual e combinado em um país atrasado. O desenvolvimento desigual pode ser observado tanto dentro de fronteiras nacionais, e nesse caso significa a ocorrência de diferentes taxas de crescimento dos ramos da economia, da sociedade e suas instituições, e a presença de traços culturais completamente contraditórios, constituindo a base para a formação das “particularidades nacionais”, ou então entre nações. Daí a razão para se falar num desenvolvimento desigual espacial: expressão geográfica do desenvolvimento desigual. Neil Smith dedicou seu livro *Desenvolvimento Desigual* ao estudo da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista, onde conclui que a desigualdade espacial apenas faz sentido como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo. A lei do desenvolvimento desigual demonstra, acima de tudo, a capacidade de coexistência dos elementos mais díspares e até mesmo contraditórios, remanescentes de etapas históricas passadas, como expressão própria do desequilíbrio e da dinâmica de uma sociedade. Ela explica a fusão de elementos desigualmente desenvolvidos, como forma de superação da desigualdade pré-existente: “Os países atrasados, escreveu Trotsky, assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isto não significa que sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado... Forçado a seguir os países avançados, o país atrasado não se conforma à ordem de sucessão... O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada leva necessariamente a uma combinação original de diversas fases do processo histórico. Aqui, o ciclo apresenta, enfocado em sua totalidade, um caráter irregular, complexo, combinado” (Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*. Paris, Seuil, 1950).

atingir seu auge no XVIII, e ser juridicamente abolida apenas em 1861”:²¹¹ “A partir desse momento abriu-se um novo período de desenvolvimento econômico do país, caracterizado pela rápida formação de uma reserva de trabalho ‘livre’, pelo rápido alastramento do sistema ferroviário, construção de portos, afluxo incessante de capitais europeus, europeização da técnica industrial, crescimento dos incentivos e do crédito, aparecimento do ouro no mercado, um forte protecionismo e a inflação da dívida pública”²¹² - tudo isso sob o forte controle burocrático e policial do Estado. A economia russa continuou sob a influência e pressão imediata da economia europeia.

No entanto, o caráter dessa influência se alterava de acordo com o modo de produção dominante na Europa. Na época da produção artesanal e manufatureira no Ocidente, a Rússia havia tomado emprestado da Europa técnicos, arquitetos, contramestres, e artesãos experientes em geral. Quando a manufatura foi substituída pela fábrica, a Rússia se concentrou principalmente em importar máquinas. Finalmente, quando, sob a influência direta das necessidades do Estado, a servidão foi abolida, dando lugar ao trabalho livre, a Rússia abriu as fronteiras para a ação direta do capital industrial. A escassa qualificação da população local levou a grandes migrações, que fizeram com que os russos de origem alemã, por exemplo, se transformassem em uma importante minoria étnica do Império, com um papel destacado nas atividades industriais e como profissionais liberais.

Durante o século XIX, Rússia quase quadruplicou a sua população. De 36 milhões em 1796 passou para 129 milhões em 1897, sendo superada em ritmo de crescimento, no mesmo período, apenas pelos EUA. A partir de 1861, o crescimento populacional da Rússia seguiu o mesmo padrão de crescimento da população das economias capitalistas avançadas. Até o ano de 1897, o avanço imperialista da Rússia rumo a possessões no Ocidente e no Extremo Oriente também mudou a composição populacional do Império em relação ao seu território original. Se, no final do século XVII, apenas 19% da população russa pertencia a territórios conquistados, em 1897, a população do território original e a daquele conquistado perfaziam cada uma 50% de sua população total. O crescimento populacional não se traduziu na transferência da população do campo para as

²¹¹ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 42.

²¹² Leon Trotsky. 1905, ed. cit., pp. 26-27.

idades, mostrando apenas no final do século uma leve tendência de diminuição da população rural.

População da Rússia (milhões), 1722-1897									
Incluindo a Polônia, o Báltico e a Finlândia									
Ano	Território Original	%	Territórios Anexos	%	Total	Rural		Servos	
						milhões	%	milhões	%
1722	14	100%	***	***	14	13,5	96,4	***	***
1762	19	100%	***	***	19	14,5 ¹	***	7,6	52,4 ²
1796	29	81%	7	19%	36	34,7	96,4	20	55,5
1815	30,5	68%	14,5	32%	45	43,3	96,2	20,8	46,2
1851	39	58%	28	42%	67	63,6	95	21,7	31,5
1859	45	61%	29	39%	74	69,8	94,3	22,7	30,7
1897	65	50%	64	50%	129	112,7	87,4	0	0

A dependência econômica russa se acentuou assim que as relações capitalistas de produção passaram a predominar na Europa. O resultado da forma particular da evolução industrial na Rússia que, no seu conjunto, “saltou” os períodos do artesanato corporativo e da manufatura,²¹³ assim como vários de seus ramos industriais também saltaram parcialmente certas etapas da técnica que no Ocidente haviam exigido décadas para se desenvolver, foi a concentração das forças produtivas na indústria de grande porte: em 1902, 53,6% dos operários estavam alocados em indústrias com mais de 500 operários cada uma, enquanto que na Bélgica apenas 28% deles estavam nessa condição, percentagem esta que não diferia muito das demais nações avançadas; o percentual de operários trabalhando em grandes fábricas (de mais de mil empregados) era de 38,5% na Rússia, em comparação com apenas 10% na Alemanha. Isto produzia a ausência de uma hierarquia intermediária entre os grandes dirigentes do capital e as massas

²¹³ Nas palavras de Trotsky: ““O capitalismo não se desenvolveu na Rússia a partir do sistema artesanal. Ele realizou a conquista da Rússia tendo atrás de si o desenvolvimento econômica de toda a Europa. Reduzindo à escravidão econômica este país atrasado, o capital europeu liberava os seus principais ramos da produção e os seus principais meios de comunicação de toda uma série de etapas técnicas e econômicas intermediárias, pelas quais eles tinham tido que passar nos seus países de origem”.

populares. A grande indústria não se desenvolveu “normalmente”, organicamente, passando pelas etapas do pequeno artesanato e da manufatura.

O *desenvolvimento desigual e combinado* da sociedade se manifestou, desse modo, com vigor na economia russa; a agricultura russa permanecia praticamente estagnada ao nível do século XVII, a indústria russa, pelo contrário, por sua técnica e estrutura se encontrava ao nível dos países avançados, e em alguns aspectos os ultrapassava: “A característica marcante do processo de modernização da Rússia foi a incrível mistura e a qualidade *caleidoscópica* do cenário econômico em mutação”.²¹⁴ na Rússia coexistiam “todos os estágios da civilização; desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde os habitantes alimentavam-se de peixe cru e faziam suas preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera participante ativo da política mundial e segue atentamente os debates do *Reichstag*. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva”.²¹⁵

O resultado, na política, da insignificância do artesanato e da pequena produção em geral, e do caráter extremamente desenvolvido da grande indústria, foi o afastamento da democracia burguesa para o segundo plano. O artesanato russo, à margem do processo de industrialização, não chegou a constituir, como no Ocidente europeu, o terreno social sobre o qual a democracia burguesa poderia ter se apoiado. A ausência de qualquer espécie de democracia levou por isso à pequena burguesia, sua base social natural na Europa, a adotar métodos clandestinos, conspiratórios e, finalmente, terroristas de oposição política. Em 1825, já, a revolta dos oficiais de baixa patente, os “dezembristas”, duramente reprimida depois de sua derrota, evidenciou o ingresso da Rússia em uma era (um século) de instabilidade política crônica e revoltas sociais e políticas de todo tipo. As revoltas foram mudando paulatinamente de caráter à medida que o capitalismo penetrava na economia e nas relações sociais russas.

²¹⁴ Herbert J. Ellison. Economic modernization in Imperial Russia: purposes and achievements. *Journal of Economic History*, vol. 25, n° 4, Cambridge, 1965.

²¹⁵ Leon Trotsky. 1905. Paris, Seuil, 1969.

A afirmação de que os países atrasados estariam fadados a reproduzir a sucessão das etapas que marcaram a evolução do capitalismo nos países avançados não levava em conta nem a análise das implicações econômicas do capitalismo imperialista, nem a afirmação do próprio Marx a respeito, respondendo à indagação da líder populista russa Vera Zassulitch, quanto à teoria que pretendia que todas as nações do mundo estavam constringidas pela necessidade histórica a percorrer todas as fases da produção social, escrevendo que “a fatalidade histórica deste movimento está expressamente restringida aos países da Europa ocidental”.

As generalizações abstratas sobre um suposto desenvolvimento capitalista mundial uniforme baseavam-se na universalização do “modelo europeu”. A concepção predominante entre os marxistas europeus do final do século XIX e início do XX, que estabelecia que a revolução ocorreria em primeiro lugar nos países capitalistas mais avançados, através da união de condições objetivas e subjetivas que só estariam presentes na Europa industrializada, significava também que as categorias de “revolução burguesa” ou “democrática” e “revolução proletária” eram inconciliáveis e separadas por um muro histórico. A revolução proletária só poderia ocorrer em um país que tivesse passado por uma revolução burguesa, e preparado o terreno para a revolução posterior. Ela não poderia evoluir a partir da revolução burguesa num processo revolucionário contínuo.

Na Rússia, porém, o socialismo de base proletária inexistia, por carecer de base social própria. O *populismo* (*Narodnaia Volia*) surgiu na Rússia por volta de 1870, seus prosélitos eram intelectuais militantes que pretendiam instaurar o poder e o controle coletivos da economia agrária pelas comunidades rurais, derrubando a burocracia e o autoritarismo czarista. O objetivo comum dos populistas era promover a justiça e acabar com as desigualdades sociais existentes. O seu movimento ficou conhecido como o *narodnichestvo*; o termo derivava da expressão russa “*Khojdenie v narod*”, “ir para o povo”.

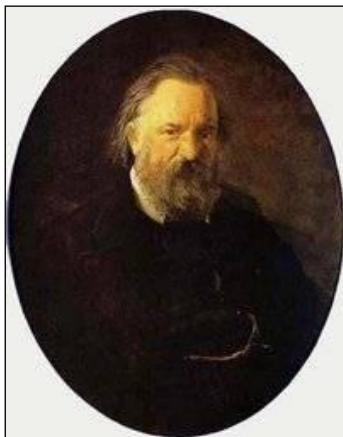
Os populistas provinham em geral da classe média-alta: inspiravam-se nos anarquistas ocidentais, pensando poder levar a Rússia ao socialismo devido à existência de comunidades rurais organizadas em torno do *mir* (unidade de produção comunal agrária) que facilitariam sua implantação. A maior parte deles não tinha qualquer afinidade social com os

lavradores russos e sua cultura, e muitas vezes nem sequer falavam sua língua, mas tinham a certeza de que no campesinato, na comunidade aldeã, estava a base para uma nova sociedade mais justa e harmônica, pois os camponeses ainda não haviam sido atingidos pela corrupção moral e material advinda do capitalismo industrializado.

Os populistas se inspiravam nas teorias de Jean-Jacques Rousseau, que inspiraram a Revolução Francesa: o homem era bom em sua essência, a sociedade é o que o corrompia. Além da busca pela justiça social e da esperança no campesinato, havia muitas divergências entre os populistas. Um setor mais radical do movimento, que via urgência na revolução, pensava que o povo deveria ser forçado, se preciso fosse, a se revoltar. Propunham a destruição violenta do Estado czarista e depois conduzir eles próprios o processo que levaria a sociedade a um mundo melhor, era uma espécie de blanquismo de base pequeno burguesa e de escopo agrário. Outro setor, mais moderado, condenava essa postura. Alexander Herzen fazia parte da segunda ala. Pensador da geração dos anos de 1840/1850, não compartilhava a ideia de um movimento violento, o povo deveria ser educado e conscientizado da necessidade da revolução. Temia que o processo revolucionário, conduzido por uma minoria de homens mais esclarecidos, independentemente de suas boas intenções, levasse à ditadura de uma elite intelectual, “tão inaceitável quanto àquela do czar”.²¹⁶ Tchernichevski, um dos mais influentes pensadores da democracia revolucionária russa do século XIX, também se indagava sobre a questão.²¹⁷

²¹⁶ “Por que a liberdade é valiosa? Porque constitui um fim em si, porque é o que é. Reduzi-la a um sacrifício a algo mais significa simplesmente realizar um ato de sacrifício humano”. “Quem terminará conosco? A senil barbárie do centro ou a selvagem barbárie do comunismo, o sabre sangrento ou a barbárie vermelha?”. “O comunismo varrerá nossas instituições, que serão, como diz delicadamente Proudhon, liquidadas. Lamento (a morte da civilização). Mas as massas não a lamentarão, as massas a quem ela não trouxe nada além de lágrimas, penúria, ignorância e humilhação”.

²¹⁷ “A história ama seus netos, pois lhes oferece o tutano dos ossos, com os quais a geração precedente machucou as mãos, ao tentar quebrá-los”. “Durante nosso século haverá outras batalhas; veremos seus potenciais de êxito. Para o resto, qualquer que seja o resultado, precisamos perceber que mesmo que percamos, nós meramente voltaremos à situação (anterior), o que inevitavelmente dará motivo



Alexander Herzen

Na tentativa de se aproximar dos camponeses, os intelectuais populistas aprenderam a falar como eles; aprenderam também a vestir-se como camponeses e a dançar com eles. Ao chegar às vilas doo campo, vestidos apropriadamente como lavradores, cantando e dançando aquilo que tinham aprendido, chegaram mesmo a ser tomados por bruxos pelos camponeses russos. Muitos destes infelizes intelectuais citadinos foram maltratados pelos camponeses. Alguns foram julgados em improvisados tribunais locais. A *Okhrana* (polícia secreta czarista) respondeu também com repressão à agitação populista: revolucionários e camponeses foram espancados, presos e exilados. Ainda assim, os estudantes populistas continuavam a sentir-se responsabilizados pela situação social iníqua do país e achavam que precisavam agir para libertar os camponeses das desigualdades sociais que lhes eram impostas. Esta forma de pensar, de criticar moralmente a sociedade foi “a principal contribuição dos russos à mudança social no mundo”,²¹⁸

Milhares de estudantes urbanos se deslocaram para o campo, com vistas a organizar a revolta camponesa, que periodicamente sacudia diversas regiões russas, permanecendo no entanto isoladas entre si. Em breve eles foram confrontados com uma realidade rural que era bem diferente da idealizada. Os *narodniks* tentaram ensinar aos lavradores o imperativo moral da revolta. Porém, não encontraram quase nenhum apoio. Os intelectuais idealizadores deste movimento concluíram que os camponeses russos não eram seus aliados

para novas batalhas. E mesmo se tivermos êxito, não só na primeira batalha- e quem sabe o que irá acontecer? - mas também na segunda, na terceira, talvez na décima, nós ainda não vamos ter alcançando a vitória final, porque os interesses que são defendidos por nossa presente organização social são extremamente fortes”.

²¹⁸ Isaiah Berlin. *Pensadores Russos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.



numa revolta vindoura, pois se manifestaram refratários à sua propaganda e às suas doutrinas. Terminado o capítulo de agitação no campo, alguns destes intelectuais enveredaram por uma nova estratégia: o terror político, com a criação do movimento "Terra e Liberdade" (*Zêmliá i Vólíá*) em 1876. A 6 de dezembro de 1876, o movimento populista organizou a primeira manifestação pública da história da Rússia.

Nikolai Tchernitchevsky, autor do primeiro "Que Fazer?"

O auge do movimento foi vivido em 1877. Um líder *narodnik*, Stepniak, no entanto, escrevia em 1876 a seu amigo Lavrov: "Não conseguimos nem sequer mudar o pensamento de um entre 600 camponeses, quanto mais de um em sessenta". "O resultado foi a criação de uma estrutura partidária nesse mesmo ano, que estava mais centralizada do que os círculos frouxos dos anos 1860. Ela recebeu o nome de *Terra e Liberdade*, e deu menos importância à propaganda aberta, para se concentrar nas atividades conspirativas clandestinas".²¹⁹ Depois dos métodos da revolução social, os *narodniks* viravam-se agora para os métodos jacobinos da conspiração, do terror e do golpe de Estado em nome do povo. Os escritos do populista Piotr Tkatchov marcaram esta transição.²²⁰ O açoitamento dos presos políticos levou a *narodniki* Vera Zassulich a buscar expressar a indignação geral com um atentado contra o general Trepov, responsável principal e visível pela repressão política.²²¹

²¹⁹ Orlando Figes. *La Revolución Rusa*. La tragedia de un pueblo (1891-1924). Madri, Edhasa, 2006.

²²⁰ Cf. Franco Venturi. *Il Populismo Russo*. Turim, Einaudi, 1952.

²²¹ Vera Ivánovna Zassulich (1849-1919) foi militante destacada do movimento populista e, mais tarde, pioneira do movimento socialdemocrata na Rússia. Em 1878 atentou contra Trepov, governador de São Petersburgo. Em 1883, exilada na Suíça, fundou o grupo "Emancipação do Trabalho", junto com Plekhánov e Axelrod, primeiro grupo marxista russo. Colaborou com Lênin no jornal *Iskra*,

Seu exemplo repercutiu entre a intelectualidade revolucionária, desprovida de apoio de massas. O que começou como um ato de vingança foi elevado a todo um sistema em 1879-1881. Em 1881 o czar Alexandre II foi fatalmente vitimado por uma jovem militante russa, Sofia Perovskaia. O terrorismo, no entanto, apenas reforçou ainda mais o aparato estatal e justificou a intensificação da opressão e da censura. É neste contexto que o marxismo surgiu como alternativa política. Engels chegou a escrever a Plekhánov (considerado o fundador do marxismo russo), em 1895: “Um *narodnik*, um ex terrorista, poderia terminar facilmente como partidário do czarismo”.

As *Memórias de um Terrorista*, de Boris Savinkov, compendiarão a maior apologia do terrorismo jamais escrita. No prólogo de sua publicação póstuma, o marxista catalão Andreu Nin explicava que, no autor, “a devoção pelo procedimento, a fé cega na força todo-poderosa do terror, atingiram seu grau máximo”. O livro concluía relatando, de modo detalhado, a descoberta de que o chefe da Organização de Combate dos social-revolucionários russos (SRs), o “partido” dos populistas - e a maior organização terrorista de sua época - Azev, era na verdade um agente policial (que entregara boa parte da organização à repressão da *Okhrana*, a polícia política secreta do Czar). A penetração da polícia acabou dizimando as organizações terroristas. Savinkov concluiu sua trajetória como aliado das forças contrarrevolucionárias (“brancas”) na Rússia dos Soviets: preso pelos bocheviques, suicidou-se na prisão. O “terrorista russo” se transformou em um personagem do imaginário e a literatura mundial (por exemplo, *O Agente Secreto*, de Joseph Conrad).²²² O manual definitivo do

mas, no II Congresso do POSDR (1903), aderiu aos mencheviques, dos quais foi um dos máximos representantes até a revolução de 1917.

²²² No seu romance (escrito em 1907) *O Agente Secreto*, Joseph Conrad tinha como protagonista um grupo terrorista que não possuía outro objetivo que o de cometer atentados. O romance lhe fora inspirado por uma fracassada (real) tentativa de explodir, em Londres, o Observatório de Greenwich, e ele o apresentava como um “simples relato do século XIX”. No grupo não faltava a inevitável presença do agente policial infiltrado, mas o atentado fracassava devido a uma atrapalhão dos próprios executantes. O enredo era, para Conrad, uma reflexão (uma parábola) acerca da “criminal inutilidade (do terrorismo), da sua doutrina, ação e mentalidade, e sobre o desprezível aspecto de uma atitude semidemente, que explora as desgraças

terrorismo, em que o revolucionário era caracterizado como um “morto em sursis”, pois havia renunciado a toda e qualquer recompensa ou aspiração neste mundo, foi redigido pelo anarquista russo Serguei Netchaev (1847-1882) em 1869.²²³

Serguei Netchaev



O fracasso de duas décadas de agitação entre os camponeses e, depois, dos atentados terroristas que só conseguiram, mesmo obtendo alguns sucessos ressonantes, endurecer ainda mais o regime czarista sem alentarem ou suscitarem uma rebelião popular contra ele, levou alguns núcleos populistas (Giorgui Plekhánov, Vera Zassulich,²²⁴ Pavel Axelrod, eram seus principais representantes) a questionarem a doutrina e a atividade *narodniki* e o terrorismo individual em geral, o que os levou a aderir à doutrina marxista e a dar os primeiros passos na organização de um partido operário (socialista) “nos moldes europeus”, organizando-se inicialmente no grupo “Emancipação do Trabalho”.

Que trabalhadores industriais eles pretendiam organizar? Os operários das indústrias que constituíam a classe social que surgiu na Rússia na segunda metade do século XIX se encontravam em condições extremas de exploração: péssimos salários, nenhuma legislação trabalhista nem

patéticas e as apaixonadas credulidades de uma humanidade sempre tão tragicamente disposta a se autodestruir”.

²²³ René Cannac. *Netchaïev, du Nihilisme au Terrorisme*. Aux sources de la révolution russe. Paris, Payot, 1961.

²²⁴ Foi em resposta a uma carta de Vera Zassulich que Marx incluiu (em carta de 16 de fevereiro de 1881), no prefácio à primeira edição em russo do *Manifesto Comunista* (1881) o seguinte parágrafo: “[Na Rússia], graças a uma excepcional combinação de circunstâncias, a comuna rural, estabelecida em escala nacional, pode ir-se desprendendo de suas características primitivas e se desenvolvendo como elemento da produção coletiva em escala nacional. É precisamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que pode apropriar-se de todas as suas aquisições positivas sem passar por suas espantosas peripécias”.

sindicatos, falta de segurança no trabalho e uma carga horária diária de 12 a 16 horas. A rapidez do crescimento industrial durante alguns períodos (desde 1905 até a Primeira Guerra Mundial a indústria russa quase dobrou de tamanho), longe de constituir prova contra a teoria do atraso russo, comprovava esse atraso ou, nas palavras de Trotsky, “completava-o dialeticamente”.

Em 1898, houve a primeira tentativa de se fundar um partido socialista, num pequeno congresso, com apenas nove representantes, dos quais seis representavam o *Bund* (“união”), União Judaica Trabalhista de Rússia, Polônia e Lituânia, chamada em ídiche de *Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland*, ou simplesmente *Bund*.²²⁵ Ao mesmo tempo,

²²⁵ Em 1882, Leo Pinsker, socialista judeu vinculado ao populismo, diante da extensão e brutalidade dos *pogroms* no Império Russo, passou a defender um Estado (com território) próprio para os judeus, antecipando a ideia do sionismo, fundado só quinze anos mais tarde em congresso internacional em Basileia. O Bund foi organizado em 1897 no congresso constituinte dos grupos socialdemocratas judeus em Vilna, na Lituânia, chamada de “Jerusalém do Leste”; agrupava principalmente os elementos semiproletários dos artesãos judeus das regiões ocidentais da Rússia. Os seus principais líderes eram Arkadi Kramer e Vladimir Medem. No I Congresso do POSDR, o Bund passou a fazer parte do POSDR como «uma organização autónoma, independente nas questões referentes especificamente ao proletariado judeu». No II Congresso do POSDR, tendo este rejeitado as exigências do Bund de ser reconhecido como único representante do proletariado judeu, o Bund abandonou o partido. Foi Leon Trotsky, ele próprio de origem judaica, quem falou contra a pretensão do Bund de se atribuir a representação do proletariado judeu, separado do restante do proletariado do Império russo. O povo judeu, obrigado a viver em províncias periféricas pelo regime czarista, com escassos direitos trabalhistas e educacionais, confinado em pequenas aldeias (*shtetls*), desempenhava tarefas, sobretudo, como artesãos, vendedores ambulantes, domésticos e ouros, de mera sobrevivência. Sete milhões de judeus de Europa do Leste, que falavam iiddische, viviam sua pobreza em uma situação de isolamento cultural. Dessa situação surgiu o que se chamou de “socialismo judeu”, a partir de uma vasta classe trabalhadora oprimida, e de uma intelligentsia aculturada, mas não necessariamente assimilada, influenciada pelo socialismo russo, e depois também pelo nacionalismo judeu sionista. As primeiras organizações socialistas judias apareceram na década de 1870, buscando sintetizar os princípios gerais do socialismo com as necessidades particulares da sociedade judia. Os internacionalistas, inclusive judeus, propugnavam a assimilação dos judeus, as diferenças



Vladimir Ilitch Ulianov, "Lênin"

importantes greves aconteciam, empreendidas pelos operários têxteis de São Petersburgo, entre 1896 e 1897. O movimento refluíu, e o partido ficou inicialmente no papel, desarticulado pela repressão. Seus principais dirigentes e alguns organizadores buscaram refúgio no estrangeiro, de onde continuaram sua atividade propagandística em direção da Rússia, publicando notadamente o jornal *Iskra* (A Fâsca), introduzido e distribuído clandestinamente na Rússia.

nacionais desapareceriam na luta de classes. Seus antecedentes eram os judeus que em meados do século XIX questionavam os valores tradicionais, interessando-se pelas ideias constitucionalistas de Ocidente e simpatizando com o movimento "dezembrista", no qual havia ideias socialistas com forte cor jacobina. Foram judeus alguns dos introdutores do marxismo na Rússia, como Pavel Axelrod. Martov, líder dos mencheviques, provinha do Bund, influenciou sobre Lênin e combateu o Bund, criticando-o por nacionalista. A esquerda sionista se desenvolveu na virada do século, propugnando a migração para a Palestina, com grupos como Hashomer Hatzair, constituído por jovens de classe média "semi-assimilados", destacando-se os nomes de Meir Yaari e David Horovitz. Em 1906, de acordo com a resolução do IV Congresso (de unificação) do partido, o Bund voltou a fazer parte do POSDR. A ambiguidade do Bund foi seu drama: defendia que os trabalhadores judeus pertenciam à terra onde haviam nascido e vivido, mas exigia "autonomia nacional e cultural" para os judeus, uma "autonomia" em que o iiddische seria o idioma nacional. Baseavam-se nas teorias do austro-marxista Otto Bauer a respeito da "autonomia cultural", mas o próprio Bauer, na sua principal obra (*A Questão Nacional e a Socialdemocracia*) negava todo caráter *nacional* ao judaísmo. O Bund combateu o "territorialismo" (a reivindicação de um "Estado Judeu", com território próprio), o que o enfrentou ao sionismo, considerando-o um movimento utópico liderado por forças reacionárias..

Já aparecia com destaque o trabalho político e a polêmica teórica de Lênin (codinome de V. I. Ulianov), membro da segunda geração marxista, e irmão mais novo de Alexander Ulianov, que tinha sido enforcado por participar de uma conspiração para assassinar o Czar, desmantelada, como várias outras, pela infiltração policial, fato que marcou decisivamente a vida do futuro dirigente revolucionário, um adolescente no momento em que seu irmão foi vítima da sangrenta repressão czarista, vítima fatal por causa de um atentado que sequer chegara a ser realizado. Lênin, já a partir de 1893 livrava uma batalha em dois fronts: contra o “marxismo legal” (Piotr Struve e o já mencionado Tugan-Baranovski, destacadamente) e, sobretudo, contra os teóricos populistas, partidários de uma variante local da teoria do subconsumo, que justificava uma via diversa para a revolução na Rússia, dado que o capitalismo não teria possibilidades de se desenvolver no país por ausência de mercados de consumo: a velha comuna rural seria, para eles, a base da revolução russa, que daria origem a uma espécie de socialismo agrário.

Em 1895, Lênin foi preso pela polícia czarista e passou um ano na prisão, onde deu forma final ao seu texto *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, que, com análises estatísticas e metodológicas extremamente detalhadas, resumiu e compendiou a polêmica do marxismo russo contra o populismo e o “marxismo liberal” (ou “legal”), aliado autodeclarado da fantasmagórica burguesia liberal russa, defendendo a perspectiva de organizar um partido operário e socialista para tornar independente a política do proletariado na futura e inevitável revolução democrática russa. Objetivamente, ele já deslocara Plekhánov da condição de teórico principal da revolução russa, em breve também o deslocaria como seu principal líder político.

Lênin criticou os populistas, que, no tocante ao mercado interno e ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia, afirmavam que a mais-valia não podia realizar-se no país, dado que não existiam os pequenos produtores que constituiriam o mercado interno (nem existia o mercado externo), demonstrando que num país onde se desenvolve o capitalismo se produz uma diferenciação entre os pequenos agricultores, transformados em parte em empresários agrícolas ou, a maioria, em proletários assalariados: o capitalismo criava para si o mercado interno. O regime de posse de terras russo ainda tinha características feudais em primeiro plano – apesar

do avanço lento, mas consistente, do capitalismo no campo russo desde meados do século anterior. Essa base feudal no campo – latifúndios feudais que obtinham rendimentos a partir da exploração de trabalho em moldes medievais – estava intimamente ligada à superestrutura política czarista, igualmente permeada por elementos feudais ou “asiáticos”.²²⁶ Varrer o czarismo era condição para o desenvolvimento das forças produtivas, não só para conquistar liberdade política.

Em *A propósito da chamada questão dos mercados*, Lênin afirmava: “O crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno não se faz tanto por conta dos bens de consumo que por conta dos meios de produção... O capital constante existente nos bens de consumo é trocado pelo capital variável e a mais-valia contidas nos meios de produção. Mas de acordo com a lei geral da acumulação capitalista, o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável... O setor da produção social que fabrica meios de produção deve então crescer mais rapidamente do que aquele que fabrica bens de consumo. Assim, o crescimento do mercado interno do capital é, até certo ponto, independente da expansão do consumo individual, e mais dependente do consumo produtivo. Mas seria errado interpretar isso no sentido de uma completa separação de consumo produtivo e individual: o primeiro pode e deve aumentar mais rápido que o segundo (é só nisso que consiste sua ‘independência’) mas, em última instância, o consumo produtivo vincula-se ao consumo individual”.

A produção agrária em bases feudais, na Rússia, seria inexoravelmente substituída por uma produção em moldes capitalistas. Tal processo dava seus passos decisivos no campo, mas o desenvolvimento poderia se realizar por duas vias: “reformista” ou “revolucionária”. O desenvolvimento burguês podia verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornariam cada vez mais capitalistas e substituiriam os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses; e, também, pode verificar-se tendo à frente as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária, extirpariam do organismo social a excrescência dos latifúndios feudais e, sem eles, se desenvolveriam

²²⁶ Vladimir I. Lênin. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Barcelona, Ariel, 1974.

livremente pelo caminho da agricultura capitalista dos granjeiros.

A primeira via era inspirada pelo desenvolvimento “prussiano” do capitalismo, no qual os latifúndios feudais alemães se metamorfosearam lentamente em capitalistas, enquanto se produzia a expropriação camponesa com apoio estatal. A segunda via era inspirada no desenvolvimento norte-americano do capitalismo, no qual os grandes latifúndios do Sul foram expropriados pelo Estado durante a guerra civil de 1861-1865, prevalecendo assim o camponês lentamente metamorfoseado em granjeiro capitalista. A Rússia naquele momento ainda estava diante das duas possibilidades. Lênin pretendia combater os programas agrários reformistas de diversas forças políticas russas, que, ainda que não defendessem abertamente os grandes interesses latifundiários, propunham soluções como a partilha de terras, o controle das terras por instituições comunais da velha Rússia agrária, ou a municipalização. Qualquer uma dessas propostas seria incompleta, reformista, antirrevolucionária. A primeira somente cristalizaria relações de dependência feudais.²²⁷ A segunda congelaria formas sociais e instituições de velha Rússia. A terceira depositaria a não resolução do problema agrário russo em suas instituições locais e não colocaria em questão a tomada do poder.

Lênin argumentou que a Rússia caminhava de conjunto para o capitalismo: “Com respeito à lentidão ou a rapidez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tudo depende com que comparamos este desenvolvimento. Se compararmos com a época pré-capitalista deveremos reconhecer que o desenvolvimento da economia nacional é extraordinariamente rápido com o capitalismo. Se, em troca, compararmos a rapidez do desenvolvimento com o que entendemos ser o nível moderno da técnica e da cultura em geral, devemos admitir que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia é, com efeito lento. E não poderia ser de outro modo, pois em nenhum país

²²⁷ “O que é nossa “grande” reforma camponesa, o arrebatamento da terra dos camponeses, o estabelecimento dos camponeses em terras medíocres, a implantação do novo regime agrário mediante a força militar, os fuzilamentos e castigos corporais? É a violência exercida pela primeira vez em massa contra os camponeses, em favor do capitalismo nascente na agricultura. É a ‘limpeza das terras’ pelos latifundiários para o capitalismo”, afirmava Lênin, em *Dois Táticas da Socialdemocracia na Revolução Democrática*.

capitalista sobreviveram com tanta abundância instituições do passado, incompatíveis com o capitalismo, e que freiam o seu desenvolvimento e dificultam a situação dos produtores, os quais sofrem do capitalismo e do insuficiente desenvolvimento do capitalismo”.²²⁸

A proposta de basear a futura sociedade socialista em torno da comuna aldeã e no trabalho artesanal dos *kustari* era, por isso, puro passadismo, um ranço de romantismo conservador no seio do movimento revolucionário. Ainda assim, em *O Programa Agrário da Socialdemocracia*, Lênin afirmava: “O erro de certos marxistas consiste em que, ao criticar a teoria dos populistas, perdem de vista seu conteúdo historicamente real e historicamente legítimo na luta contra o feudalismo. Criticam, e com razão, o ‘princípio do trabalho’ e o ‘igualitarismo’ como socialismo atrasado, reacionário, pequeno-burguês e esquecem-se de que essas teorias exprimem o democratismo pequeno-burguês avançado, revolucionário, e de que essas teorias servem de bandeira à mais decidida das lutas contra a velha Rússia, a Rússia feudal. A ideia de igualdade é a ideia mais revolucionária na luta contra a velha ordem de coisas do absolutismo em geral e contra o velho regime feudal e latifundiário de posse da terra em particular. A ideia de igualdade é legítima e progressista no pequeno-burguês camponês, porque expressa a aspiração à repartição”.

O avanço do capitalismo não só era irreversível como apresentava um fenômeno transcendental: formava a classe operária na Rússia. Existiam já no país quase quatro mil fábricas e meio milhão de trabalhadores industriais em finais do século XIX, com a característica de estarem agregados em torno de Moscou, na província de Vladmir e em São Petersburgo. A industrialização ocorreu basicamente em duas cidades, São Petersburgo e Moscou, que se encontravam na parte ocidental do Império. Com a rápida modernização (urbanização e industrialização) implantada na segunda metade do século XIX e com a abolição da servidão aconteceu uma migração para as cidades, camponeses foram trabalhar como operários nas indústrias, outros continuaram sendo explorados no campo. Com a recuperação econômica mundial da última década do século e o incremento dos investimentos externos, a indústria russa e o proletariado cresceram a passos cada vez mais largos. O proletário russo era, ainda assim, um “anfíbio econômico”,

228

Vladimir I. Lênin. *Op. Cit.*

pois não perdera seus laços com a vida rural, à qual voltava nos períodos de desemprego, ou da qual não se afastava quando desempenhava tarefas industriais de caráter sazonal (temporárias).²²⁹

No lugar da quase inexistente pequena burguesia russa surgia uma nova classe média, os chamados “profissionais da inteligência”, composta por advogados, jornalistas, médicos, engenheiros, professores e mestres de escola: “No início do século XIX, o sistema universitário foi criado para suprir o Estado com uma classe dirigente especializada conforme a ciência europeia. Em 1809, a legislação tornou obrigatórios exames de nível universitário para fins de promoção na hierarquia da burocracia civil criada por Pedro, o Grande, em 1720. O decreto de 1834 classificou os oficiais do Estado conforme os três níveis educacionais europeus. Depois de 1864, os *zemstva* competiam com a burocracia do Estado (aumentada em parte para supervisionar os *zemstva*) por médicos, advogados, professores e cientistas graduados das universidades em expansão”.²³⁰ Essa camada social, relativamente pouco numerosa e sem independência econômica, apoiada sobre o Estado e incapaz de qualquer oposição política real à autocracia, encontrava seu aliado social não na burguesia mas nos proprietários fundiários, aos quais estava estreitamente vinculada através do serviço do Estado: “Na Rússia, os filhos dos proprietários nobres procuraram cargos na burocracia civil e militar, para compensar a deterioração de suas fortunas agrárias. Após a abolição da servidão em 1861, houve um influxo de fidalgos decadentes para o serviço do Estado”.²³¹

A nascente sociedade burguesa russa nunca fora capaz de impor suas reivindicações políticas, e quando ela começou a sentir necessidade de instituições análogas às da Europa ocidental, o Estado czarista já havia assumido a forma de um grande empresário capitalista, apoiado sobre um aparelho burocrático fortemente centralizado. O czarismo, ao se tornar o instrumento da capitalização da Rússia, fortalecia antes de tudo

²²⁹ Oskar Anweiler. *Los Soviets en Rusia 1905-1921*. Madri, Zero, 1977.

²³⁰ Patrick L. Alston. The dynamics of educational expansion in Russia. In: *The Transformation of Higher Learning 1860-1930*. Stuttgart, Klett-Cotta, 1982.

²³¹ Arno Mayer. *Op. Cit.*, p. 183.

a si mesmo. A incapacidade política da burguesia estava também diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e os camponeses. Por um lado, ela não podia conquistar o apoio dos operários, que se encontravam em oposição direta a ela na vida cotidiana; por outro, ela foi incapaz de conquistar o apoio da classe camponesa, já que, assim como os proprietários fundiários, rejeitava a transformação (expropriação) da propriedade privada, qualquer que fosse a forma pela qual ela se apresentasse.

A hostilidade das massas em relação à burguesia eliminava quaisquer pretensões burguesas de liderança de uma luta nacional-camponesa contra o czarismo. Se era verdade que a burguesia tinha interesse em obter “um sólido status de ordem civil”, ela tinha ainda mais necessidade do Estado fortemente centralizado que lhe garantia vantagens e privilégios. A revolução democrático-burguesa russa demorou em acontecer exatamente devido à estrutura social da nação. O capital estrangeiro exercia o papel principal na economia russa que, sob o impulso do ministro Witte (1892-1903), se modernizou a um ritmo acelerado, levando adiante uma política sistemática de empréstimos externos e de apelo ao investimento estrangeiro (no início do século XX, mais de um terço das ações das sociedades anônimas russas estavam nas mãos do capital ocidental); o governo desenvolvia os caminhos de ferro e a frota fluvial, fomentava novas regiões industriais, protegia a indústria russa por meio de tarifas protecionistas, criava escolas profissionais, estabilizava a moeda, ligando o rublo ao padrão ouro.

Seu objetivo, incrementar o mercado interno, visava o fortalecimento financeiro *do Estado*. Nas palavras de Witte: “O orçamento do Estado francês é de 1,26 bilhão de rublos para uma população de 38 milhões; o orçamento austríaco é de 1,1 bilhão de rublos para uma população de 43 milhões. Se os nossos contribuintes fossem tão prósperos como os franceses, nosso orçamento seria de 4,2 bilhões de rublos ao invés do atual 1,4 bilhão, e se alcançássemos os austríacos, nosso orçamento seria de 3,3 bilhões de rublos. Por que não podemos alcançá-los? A principal razão é a pobre condição de nosso campesinato”. Com a adoção do padrão ouro pela Rússia, os investimentos estrangeiros nas companhias privadas do país passaram de 750 milhões de rublos, entre 1881 e 1897, para 1,85 bilhão, entre 1898 e 1913 (aumentaram 2,5 vezes). A participação do capital estrangeiro no governo e municípios passou de 1,05 bilhão de

rublos no primeiro período, para 2,38 bilhões (aumentou 2,3 vezes). Do início ao final do ciclo do padrão ouro, que foi abolido em 1914, a participação do capital estrangeiro nas companhias de capital aberto russas passou de 25 para 43%. O ritmo de construção de estradas de ferro contribuiu não apenas na instalação de uma indústria pesada no Império como também para uma maior dinamização de seus mercados interno e externo. Entre 1850 e 1910, a malha ferroviária russa saltou de 488 quilômetros para... 54.752 quilômetros, crescendo em ritmo “norte-americano”.

Somando-se isso ao quadro social interno, a situação trouxe consequências fatais para a política da burguesia russa: “Devido às dívidas contraídas pelo Estado, uma parte considerável do produto nacional era enviado todos os anos ao exterior, enriquecendo e consolidando a burguesia financeira europeia. A aristocracia da bolsa que, nos países europeus, detinha a hegemonia e não tinha o menor escrúpulo em transformar o governo do czar em um vassalo no plano financeiro, não podia e não queria se aliar à oposição burguesa russa, pela ‘boa’ razão de que nenhum outro governo nacional jamais havia lhe concedido tamanhos benefícios usurários como era o caso do czarismo. Assim como o capital financeiro, o capital industrial estrangeiro, explorando as riquezas e mão de obra russas, realizava à força a sua política fora das fronteiras russas, nos parlamentos franceses, ingleses ou belgas”.²³² O capital industrial que na Europa Ocidental havia erguido a bandeira do liberalismo, na Rússia preocupava-se apenas com a sorte seus investimentos, que lhe parecia melhor assegurada pelo governo absolutista. Nos investidores externos, a França se destacava dos outros. A aliança militar franco-russa acabou se impondo. A 27 de agosto de 1891 foi assinado um acordo político e depois, a 17 de agosto de 1892, foi assinada uma convenção militar. Mesmo assim, ainda foram precisos cerca de dezoito meses para que os dois governos ratificassem a última convenção.

O liberalismo (expresso pelo Partido Cadete, KDT, composto pelos intelectuais e membros dos *zemstvos*, representações municipais de poder político limitado) sustentava que a prodigiosa preponderância do Estado russo eliminava qualquer possibilidade de revolução democrática, devido à força militar e financeira do absolutismo: “Quanto

²³²

Leon Trotsky. 1905, ed. cit., p. 48.

maior a centralização do Estado e independência em relação às classes privilegiadas, mais rápida será a sua transformação em organização absoluta, elevada acima da sociedade. Quanto maiores forem as forças militares e financeiras de uma organização desse tipo, maiores serão as chances dela prolongar a sua existência. O Estado (russo) centralizado... com um exército permanente de um milhão de homens pôde continuar existindo por muito tempo depois de ter deixado de satisfazer as exigências mais elementares do desenvolvimento social (...) O poder administrativo, militar e financeiro do absolutismo, que lhe possibilitou existir a despeito da evolução social, longe de impedir toda revolução, como acreditava o liberalismo, fazia da revolução, ao contrário, a única questão admissível, sendo que, quanto maior o abismo entre o poder e as massas populares engajadas no novo movimento econômico, mais radical deveria ser o caráter dessa revolução”.²³³

Assim, “o proletariado deu seus primeiros passos nas condições políticas de um Estado despótico. Greves interdidas pela lei, círculos clandestinos, proclamações ilegais, manifestações de rua, choques com a polícia - foi essa a escola criada pela combinação de um capitalismo em rápido desenvolvimento e um absolutismo que cedia lentamente as suas posições. A concentração dos operários em empresas gigantescas, o caráter igualmente concentrado da opressão exercida pelo Estado, enfim, toda a força impulsiva de um proletariado jovem e *de plein fraîcheur*, fizeram da greve política, tão rara no Ocidente, o método essencial de luta na Rússia”. Os números das greves operárias desde o início do século eram os indícios mais instrutivos da história política da Rússia: um milhão e meio de operários em greve em 1905 num país atrasado onde o proletariado era pouco numeroso - “o movimento de greve assume uma amplitude que jamais teve em nenhum lugar do mundo”.²³⁴

A virada do século testemunhou uma forte crise social de bases econômicas: “O grande surto industrial dos anos 1890 terminou com a depressão de 1900. A crise tem sido amplamente reportada como uma crise de superprodução, como um crash financeiro ou como resultado de condições desfavoráveis fora da Rússia... Qualquer dessas explicações estariam incompletas e de fato bastante superficiais sem se

²³³ *Idem*, pp. 20-23.

²³⁴ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 72.

levar em consideração a exaustão da capacidade de pagamento de tributos dos camponeses. Pela primeira vez desde os dias da emancipação, a agitação camponesa assumiu maiores proporções”.²³⁵ As condições para uma inédita (na história russa) aliança operário-camponesa, se preparavam. Em 1899, Lênin escrevia: “Nos últimos anos, as greves operárias são extraordinariamente frequentes na Rússia. Não existe nenhuma província industrial onde não tenha havido várias greves. Quanto às grandes cidades, as greves não cessam. Compreende-se, pois, que os operários conscientes e os socialistas se coloquem cada vez mais amiúde a questão do significado das greves, das maneiras de realizá-las e das tarefas que os socialistas se propõem ao participarem nelas”.

Depois da dispersão dos grupos que haviam se unificado formalmente no congresso de fundação do POSDR, uma espécie de “unidade” existia através da referência comum aos socialistas russos exilados, liderados por Plekhánov: “Até então o grupo de Plekhánov havia se preocupado principalmente do problema de orientação teórica, pelo motivo de não existir nenhum partido político que se identificasse com a teoria de Marx e que procurasse difundir essa doutrina entre as massas populares”.²³⁶ Em *Nossa Tarefa Imediata*, Lênin definia que “o partido não deixou de existir; apenas se recolheu em si mesmo, para reunir forças e encarar a tarefa de unificar a todos os socialdemocratas russos em um terreno firme. Realizar essa unificação, elaborar as formas convenientes, deixar de lado definitivamente o fracionado trabalho local: tais são as mais imediatas e essenciais tarefas dos socialdemocratas russos”.

Quando se celebrou o Congresso do POSDR (Partido Operário Socialdemocrata da Rússia) de 1903 (chamado de “segundo congresso”), celebrado no exterior (Bruxelas e Londres) para fugir da repressão, três batalhas ideológicas já haviam sido travadas e resolvidas pelos socialistas russos, e formaram a base do programa do partido, unanimemente adotado. Frente aos *narodniki*, o POSDR considerava o proletariado e não os camponeses como a classe dirigente da revolução futura; frente aos “marxistas legais”, predicava a ação revolucionária e negava qualquer compromisso político estratégico com a burguesia; frente aos “economicistas”, ala do

²³⁵ Alexander Gerschenkron. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Washington, Frederick Praeger Publisher, 1962.

²³⁶ Christopher Hill. *Lênin*. Buenos Aires, CEAL, 1987, p. 8.

socialismo russo que pretendia limitar a ação do proletariado à luta econômica (por falta de condições para a agitação política legal), sublinhava o caráter essencialmente *político* do programa do partido: *“Pressuposto indispensável da revolução social é a ditadura do proletariado, a conquista de um poder político pelo proletariado que lhe permita reprimir toda e qualquer resistência, oposta pelos exploradores. A Socialdemocracia Internacional que coloca a si mesma a tarefa de capacitar o proletariado a cumprir sua missão histórica, organiza-o em um partido político independente, oposto a todos os partidos burgueses, dirige todas as expressões de sua luta de classes, revelando-lhe o antagonismo inconciliável existente entre os interesses dos exploradores e os dos explorados e esclarecendo-lhe o significado histórico, bem como os pressupostos necessários da revolução social vindoura”*.

O programa aprovado era extremamente detalhado no que concernia às reivindicações agrárias e camponesas: 1. a abolição dos pagamentos nobiliários e dos juros fundiários, bem como de todos os deveres que oneram, atualmente, o campesinato, enquanto estamento tributável ; 2. a supressão de todas as leis que restrinjam a utilização pelos camponeses de sua terra ; 3. a restituição dos valores pecuniários aos camponeses que lhes foram subtraídos na forma de pagamentos nobiliários e juros fundiários. Confiscação da propriedade e da posse dos mosteiros e da Igreja, como também dos bens dos senhores feudais e das pessoas pertencentes à família do Czar e ao seu gabinete e, ao mesmo tempo, a ocupação dos latifúndios da nobreza que se valeram de empréstimos nobiliários, com base na instituição de impostos sobre a terra. Transferência das somas obtidas dessa forma para um fundo nacional especial destinado à satisfação das necessidades culturais e beneficentes das comunidades dos vilarejos; 4. a constituição de comitês de camponeses : a. visando à devolução à comunidade do vilarejo (mediante expropriação ou – caso a terra tenha sido transmitida de mão em mão – mediante a recompra pelo Estado, às custas do proprietário fundiário nobiliário) das parcelas de terra que, na supressão da servidão, foram destacadas da terra do camponês e servem, nas mãos dos proprietários fundiários como meio de sua submissão; b. visando à transmissão daquele solo à propriedade dos camponeses no Cáucaso que o utilizam enquanto obrigação transitória, *khisanen*, etc. ; c. visando à supressão dos resquícios das relações de servidão que, permaneceram mantidas nos Urais, no Altai, na região ocidental e em outras regiões do Estado; 5. a autorização para

os tribunais reduzirem valores excessivamente elevados de arrendamento e declararem nulos os contratos com caráter de vassalagem.

O Congresso de 1903 dividiu-se politicamente, o que fez surgir o *bolchevismo* (“maioria”). Depois que sete delegados abandonaram o Congresso, ficaram 44 delegados com direito a voto: Lênin passou a constituir uma maioria de 24 contra 20, contra a inicial maioria (27x24) de seus adversários, conseguindo a admissão de sua própria lista candidatos ao Comitê Central. Houvera uma divergência entre Lênin e Martov no Congresso, a respeito do primeiro artigo do estatuto partidário. Martov (líder dos *mencheviques*, ou “minoría”) propunha: “É membro do POSDR quem aceita o seu programa e sustenta o partido, materialmente ou mediante uma cooperação regular desenvolvida sob a direção de um de seus organismos”. Ao que Lênin respondeu propondo: “É membro do partido quem aceita seu programa e sustenta o partido, materialmente ou através da sua *participação pessoal* na atividade de um de seus organismos”.

Dois correntes, duas concepções de partido, vinculadas a duas concepções da revolução, se manifestavam: “O caráter burguês da revolução não deixava, porém, prever que classes deveriam realizar as tarefas da revolução democrática e que forma tomariam então, as relações entre as classes. Era esse, no entanto, o ponto de partida de todos os problemas estratégicos fundamentais. Plekhánov, Axelrod, Zassulitch, Martov e, com eles, todos os mencheviques russos, partiam do ponto de vista de que o papel dirigente numa revolução burguesa só podia pertencer à burguesia liberal, na qualidade de pretendente natural do poder. Segundo esse esquema, cabia ao partido do proletariado o papel de ala esquerda da frente democrática: a socialdemocracia devia sustentar a burguesia liberal na luta contra a reação, mas defender, ao mesmo tempo, os interesses do proletariado contra a burguesia liberal. Em outras palavras, os mencheviques consideravam a revolução burguesa, sobretudo, como uma reforma liberal e constitucional”.

Do outro lado: “Lênin formulava o problema de modo inteiramente diverso. A libertação das forças produtivas da sociedade burguesa do jugo da servidão significava antes de tudo, para ele, a solução radical do problema agrário, no sentido de uma liquidação definitiva da classe dos grandes proprietários fundiários e de uma transformação revolucionária no domínio da propriedade fundiária. Tudo isso estava

indissolúvelmente ligado à abolição da monarquia. Lênin colocara o problema agrário, que tocava nos interesses vitais da enorme maioria da população e que constituía, ao mesmo tempo, a base do problema do mercado capitalista, com uma audácia verdadeiramente revolucionária. Uma vez que a burguesia liberal, que se opunha aos operários, estava ligada à grande propriedade fundiária por laços numerosos, a libertação verdadeiramente democrática da classe camponesa só podia realizar-se pela cooperação revolucionária dos operários e camponeses. Em caso de vitória, essa revolta comum contra o antigo regime devia acarretar, segundo Lênin, a instauração da "ditadura democrática do proletariado e dos camponeses"²³⁷.

Em decorrência, Lênin propunha uma organização política de revolucionários profissionais, conspirativa e centralizada, que fosse ao mesmo tempo uma organização operária, com ampla margem para o debate interno (mas com plena unidade de ação). Se o primeiro aspecto foi enfatizado, foi por entrar em choque com os partidários de um partido "laxo", que os bolcheviques não consideravam adaptado às condições russas. Para Lênin, o revolucionário "não deve ter por ideal o secretário do sindicato, mas o tribuno popular, que sabe reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que se produza, qualquer que seja a classe ou camada social atingida, que sabe generalizar todos os fatos para compor um quadro completo da violência policial e da exploração capitalista, que sabe aproveitar a menor ocasião para expor diante de todos suas convicções socialistas e suas reivindicações democráticas, para explicar a todos e a cada um o alcance histórico da luta emancipadora do proletariado".

No texto citado acima, *Que Fazer?* (1902), cujo título "expropriava" o título de um romance social do democrata revolucionário Tchernichevski, Lênin afirmava que "o desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente para sua subordinação à ideologia burguesa. Porque o movimento operário espontâneo é trade-unionista (sindicalista). Tudo o que inclinar-se perante a espontaneidade do movimento operário, tudo o que seja diminuir o papel do 'elemento consciente', o papel da socialdemocracia, significa - independentemente da vontade de quem o faz - fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários". Mas, ao

²³⁷ Leon Trotsky. *A Revolução Permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

mesmo tempo, definia que “o elemento espontâneo não mais do que a forma embrionária do consciente. E os motins primitivos refletiam já certo despertar consciente”: “A classe operária tende espontaneamente para o socialismo, mas a ideologia burguesa, a mais difundida (e constantemente ressuscitada sob as formas mais diversas) é contudo aquela que mais se impõe espontaneamente aos operários”.

Em 1904, Rosa Luxemburgo criticou o “ultra centralismo” leninista em *Questões de Organização da Socialdemocracia Russa*, afirmando: “Não é partindo da disciplina nele inculcada pelo Estado capitalista, com a mera transferência da batuta da mão da burguesia para a de um comitê central socialdemocrata, mas pela quebra, pela extinção desse espírito de disciplina servil, que o proletariado pode ser educado para a nova disciplina, a autodisciplina voluntária da socialdemocracia”. Acrescentando que “o ultra centralismo preconizado por Lênin parece-nos, em toda a sua essência, ser portador, não de um espírito positivo e criador, mas do espírito estéril do guarda noturno. Sua preocupação consiste, sobretudo, em controlar a atividade partidária e não em fecundá-la, em restringir o movimento e não em desenvolvê-lo, em importuná-lo e não em unificá-lo”.

Lênin²³⁸ respondeu às críticas de Rosa polidamente, afirmando que “o que o artigo de Rosa Luxemburgo, publicado em *Die Neue Zeit*, dá a conhecer ao leitor, não é meu livro, mas outra coisa distinta”, e dizendo que “o que defendo ao longo de todo o livro, desde a primeira página até a última, são os princípios elementares de qualquer organização de partido que se possa imaginar; (não) um sistema de organização contra qualquer outro”.²³⁹

Em 1904, o jovem agitador do POSDR Leon Trotsky, que participara do congresso partidário em nome da organização siberiana (por sua agitação política em Odessa

²³⁸ Em artigo enviado a Kautsky para ser publicado no *Die Neue Zeit*, órgão da socialdemocracia alemã, sendo recusado, e só dado a conhecer em 1930. Depois da revolução de 1917 Lênin ironizou seus críticos: “Afirmar que a Iskra (de 1901 e 1902) exagerou na ideia de uma organização de revolucionários profissionais é como dizer, depois da guerra russo-japonesa, que os japoneses se faziam uma ideia exagerada das forças militares russas, e que se preocuparam demais, antes da guerra, em lutar contra essas forças”.

²³⁹ V. I. Lênin e Rosa Luxemburgo. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo, Ched, 1980.

tinha sido preso e confinado à Sibéria, de onde fugira para o exterior da Rússia) publicou um trabalho (*Nossas Tarefas Políticas*), no qual acusava Lênin de propor “a ditadura do partido sobre a classe operária” (e do Comitê Central sobre o próprio partido). Trotsky havia rompido com Lênin, por esse motivo, no Congresso de 1903. Alguns historiadores viram em *Nossas Tarefas Políticas* uma antecipação profética sobre o destino do bolchevismo e da própria revolução russa,²⁴⁰ o que foi negado por Trotsky, embora nunca abjurasse explicitamente desse texto (e chegasse até a resgatá-lo parcialmente).

Lênin havia sustentado que, historicamente, a intelectualidade revolucionária desempenhava um papel especial no movimento revolucionário, dotando-o da perspectiva marxista que os operários não haviam alcançado, nem poderiam alcançar, por si mesmos. Trotsky via nessa opinião uma negação das capacidades revolucionárias da classe operária e uma aspiração da intelectualidade, cujo porta-voz era Lênin, a manter o movimento operário sob a sua tutela. Na mesma época, o socialista polonês Makhavski sustentava opinião semelhante sobre o “socialismo russo”.²⁴¹ À acusação de Trotsky de praticar um “jacobinismo” Lênin respondeu: “O jacobino ligado indissolavelmente à organização do proletariado que tem consciência dos seus interesses de classe, é justamente o socialdemocrata revolucionário”. Na concepção de Rosa Luxemburgo, ao contrário, “a socialdemocracia não está

²⁴⁰ Para Isaac Deutscher, que criticou os ataques pessoais contidos no trabalho, este era também “assombroso” por conter “grandes ideias” e “sutil perspicácia histórica”. Para E. H. Carr, “o processo (futuro) foi previsto muito detalhadamente por Trotsky (de todos os revolucionários nenhum era mais ditatorial do que ele, por temperamento e ambição), que em um brilhante panfleto publicado em 1904 anunciou uma situação em que ‘o partido é substituído pela organização do partido, a organização pelo comitê central e finalmente o comitê central pelo ditador’”. Pierre Broué criticou o “pedantismo” de *Nossas Tarefas*, suas invectivas contra “Maximilien Lênin”, e afirmou que Trotsky considerou, mais tarde, o trabalho como “um documento terrivelmente molesto acerca do qual observou a maior discricção”.

²⁴¹ Jan W. Makhavski. *Le Socialisme des Intellectuels*. Paris, Seuil, 1978.

ligada à organização da classe operária: ela é o próprio movimento da classe operária”.²⁴²

Depois da ruptura entre ambos de 1903, Lênin afirmou que “Trotsky esqueceu que o partido deve ser apenas um destacamento da vanguarda, o dirigente da imensa massa da classe operária, que no seu conjunto (ou quase) trabalha ‘sob o controle e sob a direção’ das organizações do Partido, mas que não entra inteiramente, e nem deve, no ‘Partido’”. A respeito do controverso *Que Fazer?*, escrevendo posteriormente, Lênin criticou os exegetas desse texto, que “separam completamente esse trabalho de seu contexto em uma situação histórica definida - um período definido e há muito tempo ultrapassado pelo desenvolvimento do partido”, precisando que “nenhuma outra organização senão aquela liderada pela Iskra podia, nas circunstâncias históricas da Rússia de 1900-1905, ter criado um partido operário socialdemocrata tal como aquele que foi criado... *Que Fazer?* é um resumo da tática e da política de organização do grupo da Iskra em 1901 e 1902. Nada mais que um resumo, nada mais e nada menos”.

Depois do II Congresso do POSDR, os postos dirigentes da *Iskra* logo retornaram a homens que eram adversários ideológicos de Lênin, novamente posto em minoria. Lênin preparou então a fundação de seu próprio periódico, *Vperiod* (Avante), lançado no final de 1904. Logo depois, os bolcheviques constituíram a sua própria fração e convocaram o seu próprio Congresso, ao que chamaram de III Congresso do POSDR, realizado em 1905. Lênin percorria, com métodos que suscitavam forte polêmica e muitas críticas (de Trotsky, na Rússia, e de Rosa Luxemburgo, no exterior, por exemplo) o caminho que o levaria a ser, segundo Eric Hobsbawm, “o homem com o maior impacto individual na história do século XX”. Pela estratégia proposta por Lênin, o partido deveria promover uma revolução de operários e camponeses, e esta, ao realizar uma revolução burguesa, ainda que preparando o terreno para a revolução socialista, não poderia escapar, pelo menos por algum tempo, ao destino da revolução exclusivamente burguesa.

Trotsky, pelo contrário, entendia que o proletariado não poderia deixar de buscar o apoio dos camponeses, mas não

²⁴² Rosa Luxemburgo. *Op. Cit.*, p. 18. Sobre o “jacobinismo” leninista, cf. Jean P. Joubert. *Lénine et le jacobinisme. Cahiers Leon Trotsky*, nº 30, Saint Martin d’Hères, junho 1987.

poderia ficar só nisso: ao completar a revolução burguesa, o proletariado seria inevitavelmente induzido a realizar a sua própria revolução, sem solução de continuidade. Lênin mudou, não uma, mas várias vezes a sua concepção acerca da natureza da revolução russa, mas nunca a ideia de que seu protagonista central seria o proletariado industrial, elaborada já na década de 1890 e reafirmada diversas vezes depois: “A classe operária é o inimigo coerente e declarado do absolutismo, e só entre a classe operária e o absolutismo não é possível qualquer compromisso. A hostilidade de todas as outras classes, grupos e estratos da população em relação à autocracia não é absoluta: sua democracia está sempre olhando para trás”. Ou ainda, “o operário russo é o único e natural representante de toda a população trabalhadora e explorada da Rússia. É seu representante natural porque, por sua própria natureza, a exploração dos trabalhadores na Rússia é em toda parte capitalista se deixarmos de lado os restos, agora quase extintos, da economia servil”.

Rússia estava mudando: houvera uma greve geral, em 1904, em Baku, centro petrolífero do país, no Cáucaso. Ela foi precedida por outras greves que aconteceram entre 1903 e 1904, no sul da Rússia, que tiveram como antecessora a greve de 1902, em Batumi, outro centro petrolífero. O proletariado, segundo Trotsky, estava em posição de assumir a liderança revolucionária do país devido, por um lado, a sua permeabilidade às deduções mais ousadas do pensamento revolucionário como resultado de sua rápida formação. O operariado russo fora transportado diretamente do meio rural para a indústria capitalista de grande porte.

Sem passar pela fase da produção corporativa, o operário defrontava-se com a grande indústria sem a carga de preconceitos de uma pequena burguesia da qual ele poderia bem ter feito parte em algum país capitalista ocidental. O nível cultural e educacional do operariado e dos assalariados em geral era bem superior ao dos camponeses. A taxa de alfabetização era 2,6 vezes maior entre a população urbana, e também era maior a da população masculina em relação à feminina. Entre os assalariados, a taxa de alfabetização era 2,5 vezes maior que a da população em geral: os homens assalariados representavam o maior contingente de alfabetizados na Rússia em finais do século XIX.

Taxas de alfabetização da população russa em 1897 (%)

	Total	Homens	Mulheres
População Total	21,1	29,3	13,1
Urbana	45,3	54,0	35,6
Rural	17,4	25,2	9,8
Assalariados¹	40,2	47,2	25,8
Trabalhadores ²	53,6	57,8	28,4
Trabalhadores fabris	50,3	56,5	21,3

O processo de rápida formação social da classe operária teve também o efeito de afastar as chances de cristalização de uma burocracia sindical a serviço do patronato. Contribuía para isso também a pouca expressividade numérica e econômica da burguesia nacional, o que vinha acompanhado da predominância do capital estrangeiro nos negócios russos. A transformação acelerada do país rumo ao capitalismo fazia com que o problema agrário fosse inevitavelmente um problema “de revolução” (isto é, não “de reforma”). No entanto, os camponeses, disseminados pelo vasto território da Rússia europeia, jamais haviam experimentado a união política. Todas as suas revoltas permaneciam parciais, isoladas nos limites da propriedade, do vilarejo ou do cantão. A heterogeneidade da composição social do campesinato e a sua situação intermediária entre a burguesia e o proletariado impediam-no de assumir um papel político independente na revolução. Para Lênin, a questão agrária constituía a base da revolução burguesa na Rússia, e determinava sua particularidade *nacional*.

Os objetivos que Lênin propunha para a revolução burguesa eram: a república democrática, a assembleia constituinte e o governo revolucionário provisório, num regime da ditadura democrática dos operários e camponeses. O meio para realizar tais objetivos seria a insurreição popular armada. Trotsky, por sua vez, era adversário da fórmula leninista de “ditadura democrática dos operários e camponeses”, que não explicitava a clara hegemonia operária no regime revolucionário. As peculiaridades históricas da sociedade russa estavam refletidas e ao mesmo tempo distorcidas e tornadas absolutas, unilateralmente, nas ilusões messiânicas eslavófilas desenvolvidas pelos *narodniks*. O marxismo de Plekhánov

rejeitou o particularismo *narodniki* tornando absoluta a via histórica seguida pelo capitalismo ocidental, e identificando-o mecanicamente como o caminho a ser seguido pela Rússia. Aderindo a essa concepção os mencheviques viram a revolução russa como mera repetição das revoluções burguesas da Europa Ocidental, concebidas unicamente sob a liderança da burguesia liberal e levando ao estabelecimento de seu próprio poder.

A perspectiva de Lenin da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato” era uma negação do marxismo ossificado de Plekhánov. Lênin enfatizou que a atrasada burguesia russa era incapaz de liderar sua própria revolução até o fim. O papel de sujeito da revolução seria transferido para o proletariado e para o campesinato. A ditadura democrático-burguesa exercida por essas duas forças “tirará o país do medievalismo”, desenvolveria rapidamente o capitalismo russo, fortaleceria as posições do proletariado e abriria enormes possibilidades para a luta pelo socialismo. Seria um poderoso impulso para a revolução socialista no Ocidente, o que evitaria uma restauração contrarrevolucionária e permitiria ao proletariado russo chegar ao poder num curto intervalo histórico.

A perspectiva da *revolução permanente*, desenvolvida por Trotsky em 1905, estava de acordo com a concepção de Lênin no que tange à rejeição da perspectiva menchevique-liberal mas se opunha resolutamente a ela quanto ao caráter social e às tarefas da ditadura originada na revolução.²⁴³

²⁴³ A “teoria da revolução permanente” (que explica a extensão do processo revolucionário em escala mundial, a transição ininterrupta da revolução democrática para a socialista e a realização das tarefas democrático-burguesas pelo proletariado no poder) deriva da lei do desenvolvimento combinado, que constitui o fundamento da teoria da revolução permanente. Mas o desenvolvimento desigual e combinado e a teoria da revolução permanente não são um só conceito. Uma crítica à lei deveria tentar provar a falsidade do “salto histórico”. Uma crítica da teoria da revolução permanente deveria atacar não apenas a conclusão (que a revolução proletária pode ocorrer em primeiro lugar em um país atrasado) mas também a ideia de que a revolução de um país atrasado se viabiliza pela expansão da revolução para os países avançados. Jon Elster chegou a atribuir a Trotsky um conceito que expressa o oposto do seu pensamento: seu conceito central seria “aquilo que Thorstein Veblen chamou de as vantagens do atraso, com a ideia concomitante do castigo por tomar a dianteira” (*Making Sense of Marx*. Cambridge, Harvard University Press, 1985). A noção de “vantagem do atraso” ocupa um lugar central na elaboração de

Segundo Trotsky não havia dois sujeitos revolucionários politicamente independentes -o proletariado e o campesinato - com o segundo impondo limites à atividade revolucionária autônoma do primeiro. A vitória da revolução democrática na Rússia só era concebível na forma de uma ditadura do proletariado, apoiada pelo campesinato. Uma vez no poder, o proletariado não poderia limitar-se às tarefas democráticas; pela lógica de sua posição social, seria obrigado a introduzir medidas socialistas, impulsionando a revolução socialista mundial, cuja vitória era a única garantia da implantação do socialismo. A teoria de Trotsky negava tanto o particularismo dos *narodiks* quanto o universalismo formal do marxismo de Plekhánov.

O potencial revolucionário do campesinato, explicava Trotsky, sempre recebera sua canalização através de outra classe, urbana. Assim sucedera nas grandes revoluções europeias, quando o campesinato emprestou o seu potencial de luta revolucionária à burguesia e assim sucederia na Rússia onde, no entanto, a classe que serviria aos interesses democráticos dos camponeses não era a burguesia. Era na medida em que o campesinato não se apresentava apto a centralizar as suas próprias forças revolucionárias, que o proletariado aparecia-lhe como a classe libertadora: “Pela primeira vez na história universal, o camponês encontraria o seu guia na pessoa do operário. Isso é essencialmente e, podemos dizer, integralmente, o que distingue a Revolução Russa de todas aquelas que a precederam”.²⁴⁴

Na medida em que o campesinato encontrasse sua direção política no operariado, a democracia não poderia ser

Trotsky. Mas jamais deixou transparecer qualquer coisa parecida com um suposto “castigo por tomar a dianteira”. O ponto central do pensamento de Trotsky era a ideia de que a revolução proletária ocorreria provavelmente em primeiro lugar na Rússia atrasada. Mas os países europeus avançados deveriam, em seguida, entrar no caminho revolucionário influenciados pelos acontecimentos na Rússia. A revolução russa dependeria para sua consolidação da revolução nos países avançados. A condição de atraso da Rússia proporcionava uma vantagem momentânea, que pouco significava em termos de realização do socialismo sem a revolução dos países capitalistas desenvolvidos que, longe de serem castigados pelo seu avanço, possuíam uma vantagem histórica sobre os atrasados para o sucesso da revolução socialista.

²⁴⁴ Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 88.

instaurada senão por meio da *ditadura do proletariado*. Este prognóstico determinou a singularidade de Trotsky no cenário do marxismo russo: “Plekhánov, o brilhante fundador do marxismo russo, considerava como louca a ideia da possibilidade de uma ditadura proletária na Rússia contemporânea. Este ponto de vista era compartilhado não somente pelos mencheviques, mas também pela esmagadora maioria dos dirigentes bolcheviques”.²⁴⁵ Seu mais celebre biógrafo, o historiador polonês Isaac Deutscher, chamou Trotsky de “profeta da revolução”, usando um termo com uma (pouco apropriada) ressonância religiosa.²⁴⁶

Em síntese, uma nação atrasada, como a Rússia, estava obrigada a incorporar as conquistas técnicas das nações avançadas para poder se manter como força autônoma, e não ser incorporada sob a forma de colônia de uma potência vizinha, da Europa avançada. Da mesma maneira, mesmo que sobre bases distintas, as colônias também passariam por um processo de incorporação da técnica avançada de seus dominadores. A técnica incorporada, por sua vez, exigiria a criação de relações de produção que lhe correspondessem, o que significava a instauração brusca, acelerada, de formas de organização social condizentes. O processo todo ocorreria por meio de “saltos históricos”,²⁴⁷ eliminando-se as etapas que

²⁴⁵ Leon Trotsky. *A Revolução Permanente*, ed. cit.

²⁴⁶ Isaac Deutscher. *Trotsky*. El profeta armado. México, ERA, 1976.

²⁴⁷ O que coloca a questão de esses “saltos” serem possíveis. Maximilien Rubel (*Marx, Critique du Marxisme*. Paris, Payot, 1974) atribuiu as “modificações realizadas por Trotsky à teoria marxista” ao fato dos escritos de Marx serem marcados por “uma curiosidade intelectual livre de toda finalidade política, (onde) suas hesitações e interrogações permitem a crítica fácil tanto quanto interpretações abusivas”. Michael Löwy (*Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels. Discurso nº 9*, São Paulo, FFLCH-USP, novembro 1978), ao contrário, assinalou no pensamento de Marx e Engels - “livre de quaisquer preconceções” - tanto “elementos, ideias e hipóteses que preparavam o terreno para a teoria da revolução permanente (tal como Trotsky a formulou)”, quanto “uma perspectiva ‘etapista’, onde se pressupõe uma ordem rígida de sucessão de etapas históricas”. Porém, mesmo a fundamentação socio-econômica “rígida”, apresentada por Marx e Engels, recebeu em Trotsky uma interpretação diferente daquela que era o comum em sua época. A fundamentação socio-econômica, escreveu Löwy, “situa-se no plano exclusivo das forças produtivas e faz do esgotamento das possibilidades de

caracterizam a evolução dos países pioneiros no processo histórico capitalista. Mas a nova estrutura sócio-econômica apresentada pela nação atrasada não reproduziria simplesmente uma etapa histórica precedente do país avançado.

A técnica, as relações de produção e as formações sociais capitalistas incorporadas, em sua forma acabada, sobre uma base arcaica semi-feudal, como no caso da Rússia, criavam um quadro completamente novo que não podia ser comparado ao de uma nação capitalista “antiga”. Trotsky ressaltou, portanto, o caráter particular e diferenciado do desenvolvimento das nações, mesmo que governadas pelo processo comum e universalizante do capitalismo, e extraiu desses pressupostos teóricos as tarefas imediatas e estratégicas da revolução na Rússia.

Os teóricos democrático-burgueses (Pável Miliukov, o principal dentre eles), os mencheviques (Martov, Plekhánov,

desenvolvimento do capitalismo uma condição indispensável para colocar na ordem do dia sua abolição”. Ela se expressaria na frase de Marx: “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém”. Trotsky interpretava essa afirmação como relacionada aos grandes sistemas produtivos em escala histórico-mundial (feudalismo, capitalismo...) e de forma alguma uma referência a nações isoladas. Vista desse ângulo, a teoria da revolução permanente poderia ser considerada, segundo Denise Avenas (*Teoria e Política no Pensamento de Trotsky*. Lisboa, Delfos, 1973), como “a expressão de uma nova compreensão da teoria das etapas, entendida como o processo histórico geral da humanidade”. A etapa democrático-burguesa já se realizara a nível mundial, fazendo necessário que se abrisse, a partir da Rússia, uma nova via revolucionária. Por outro lado, o atraso é uma noção que exige parâmetros. E se a Rússia estava atrasada em relação à Europa ocidental, a Europa como um todo, Rússia incluída, estava historicamente mais avançada do que as demais regiões do globo, o que significa que a revolução partiria da porção capitalista mundial mais avançada. O grau do desenvolvimento combinado e a possibilidade de salto histórico estão determinados tanto pela persistência dos elementos do atraso quanto pelo grau de introdução dos elementos do avanço. Löwy encontra de fato “a ideia de que o proletariado poderia tomar o poder e suprimir o capitalismo (ao longo de um processo revolucionário ininterrupto) mesmo nos países periféricos, atrasados e semi-feudais da Europa”, em vários textos de Marx e Engels, incluído o *Manifesto Comunista* (na referência deste a uma possível revolução proletária na Alemanha).

em especial), os bolcheviques (Lênin, Bukhárin) representavam outras variantes, extremamente diferenciadas. Os debates sobre a estratégia revolucionária na socialdemocracia russa não tiveram paralelo nem equivalente, em qualidade, virulência e profundidade, no restante do socialismo internacional, nos primeiros anos do século XX. Afirmar que “para a Rússia, à beira da modernidade burguesa, o socialismo era um substituto mais ou menos adequado dos elementos constitutivos religiosos do modo de produção capitalista na Europa ocidental, desde a Reforma”,²⁴⁸ é fazer tabula rasa da história real, substituindo-a por uma construção ideológica *ex post facto*.

46. GUERRA E REVOLUÇÃO SOCIAL

*A primeira revolução russa irrompeu pouco mais de meio século após a época das revoluções burguesas na Europa e trinta e cinco anos depois da insurreição da Comuna de Paris. A Europa já havia perdido o hábito das revoluções. A Rússia as desconhecia completamente. Todos os problemas da revolução se formulavam em novos termos. É fácil compreender que a revolução que se aproximava representava para nós uma massa de elementos desconhecidos ou duvidosos. As fórmulas de todos os grupos não passavam de hipóteses de trabalho (Leon Trotsky, **A Revolução Permanente**)*

O partido revolucionário da Rússia, que colocaria o seu selo sobre toda uma época, procurou uma

²⁴⁸ Robert Kurz. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 23. Segundo Immanuel Wallerstein: “O movimento socialista mundial, na verdade todas as formas de movimento anti-sistema, assim como todos os Estados revolucionários e/ou socialistas, são eles próprios produtos integrais do capitalismo histórico. Não são estruturas externas ao sistema histórico, mas a excreção de processos internos ao sistema. Por isso, têm refletido todas as contradições e todas as limitações do sistema. Não podiam nem podem agir de outra maneira. Suas falhas, suas limitações, seus efeitos negativos fazem parte do balanço do capitalismo histórico, e não um hipotético sistema histórico, o de uma ordem socialista mundial, que ainda nem existe” (*O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1995). Para estes autores, o “socialismo russo” foi só o invólucro ideológico de uma revolução que, pelas suas tarefas objetivas num país atrasado, só poderia ter um caráter capitalista tardio, fortemente estatal.

fórmula para os problemas da revolução não na Bíblia, como os ingleses do século XVII que empreenderam uma revolução burguesa sob a roupagem de uma reforma religiosa, nem no cristianismo secularizado de uma democracia 'pura' (como a Revolução Francesa), mas nas relações materiais existentes entre as classes (Leon Trotsky, **História da Revolução Russa**)

A crise econômica e política interna do regime czarista buscou uma via de saída através de uma iniciativa bélica externa (procedimento em absoluto original, vide Napoleão III). Impedida de continuar sua expansão territorial pelos Bálcãs (principalmente pela pressão da Alemanha, que possuía interesses expansionistas próprios na região), Rússia tinha concluído a conquista da Sibéria (iniciada no século XVI) e ocupado a região da Manchúria, dirigindo também sua atenção para a Coreia. Para o ministro da guerra, Aleksei Kuropatkin, o “grande vizinho oriental” causava pesadelos, os muitos milhões de chineses poderiam ser uma “torrente irresistível amarela” (sic) que poderia rapidamente engolir os poucos milhões de russos brancos que viviam na Sibéria russa. O Japão, que tinha a pretensão de consolidar sua hegemonia no Extremo Oriente, entrou em conflito com Rússia pela região da Manchúria.

Transcorrida entre 1904 e 1905, a guerra russo-japonesa foi um dos conflitos regionais mais sangrentos do século XX, com 300 mil mortos (só a batalha terrestre de Mukden fez mais de 100 mil mortos, havendo estimativas ainda maiores), e teve consequências decisivas no fortalecimento do imperialismo nipônico, assim como na eclosão da revolução russa, ao iniciar a conta regressiva do plurissecular regime czarista. A guerra russo-japonesa foi também o primeiro conflito relatado nos jornais diários de todo o mundo, que recebiam informações via Austrália e Rússia pelo telégrafo, transmitidas pelos cabos submarinos já existentes. A rebelião dos *boxers* (na China), a dos *boers* em África do Sul, e a guerra russo-japonesa constituíram o palco que tornou famosos os correspondentes de guerra.

Depois da guerra com a China, o imperialismo japonês continuou a crescer aceleradamente. Lênin o qualificou de “imperialismo militar-feudal”, pois nele o capitalismo monopolista se inseria numa rede de relações feudais pré-capitalistas. O mercado consumidor nacional era exíguo, obrigando o país a lançar-se na luta por novos mercados no

exterior. Os interesses japoneses na Ásia esbarravam na presença russa na Manchúria e na Coreia. O Japão começou a se preparar para a guerra contra o império czarista. Em 1900, participou do esmagamento da revolta dos *boxers* na China. Em 1902, fez uma aliança com a Inglaterra, com uma cláusula expressa de que numa eventual guerra contra a Rússia, o Japão seria auxiliado pelos ingleses, caso outra potência europeia se imiscuisse. A Rússia já estava presente na China (Manchúria) e na Coreia desde o fim da guerra sino - japonesa.

O Japão fora obrigado pela pressão ocidental a abdicar de suas conquistas na China da guerra de 1895. As regiões da China com presença russa pareciam o ponto ideal para continuar a expansão imperial. A Manchúria, com seus vastos recursos minerais inexplorados, se tornou o foco da rivalidade russo-japonesa. Em 1903, o Japão já tinha uma importante força naval, tendo acrescentado à sua marinha de guerra quatro novos couraçados, 16 cruzadores, 23 contra-torpedeiros, além de numerosas unidades pequenas. Queria obter o domínio da Coreia e conquistar a península de Kwuantung com a cidade fortaleza de Port Arthur que lhe tinha sido retirada pelo Tratado de Shimonoseki, no fim da guerra sino-japonesa. Loshun, chamada de Port Arthur pelos russos, ao contrário de Vladivostok, mais a Norte e a oriente da península coreana, era um porto aberto todo o ano; o único de águas quentes, com saída oceânica, para o imenso império continental da Rússia.²⁴⁹

Os russos tinham em Port Arthur e Vladivostok sete couraçados, quatro cruzadores couraçados, catorze cruzadores pesados e ligeiros, duas canhoneiras couraçadas e 27 contra-torpedeiros e torpedeiros de alto mar. A guarnição de Port Arthur era de 38 mil homens e mais de 90 mil militares russos se encontravam na fronteira com a Manchúria. Mas lhes faltava quase tudo: espingardas, munições e comida. A estrada de ferro transiberiana tinha ainda uma só via e um intervalo de 100 milhas no lago Baikal, que tinha de ser atravessado de barco. Um batalhão completo levava mais de um mês para chegar ao Extremo Oriente russo. Uma empresa russa iniciara a exploração e corte de árvores a sul do rio Yalu, dentro da zona

²⁴⁹ A Rússia de 1904 tinha mais de 145 milhões de habitantes, e estendia-se desde a Polónia ao Estreito de Behring, incluindo a Finlândia, os países bálticos, a Ucrânia, Bielo-Rússia, Moldávia e vários outros países orientais. Os japoneses, por sua vez, não eram mais de trinta milhões, seu território era uma ínfima parte do russo.

que os japoneses consideravam de sua influência. O próprio Czar Nicolau II era um importante acionista da companhia. Pouco antes do início da guerra, o governo japonês tentou negociar com a Rússia uma delimitação de zonas de influência no Extremo Oriente. A Manchúria, com a Península de Kwuantung e Port Arthur, ficariam sob a influência russa, enquanto a Coreia, ao sul do rio Yalu, passaria para a esfera japonesa. A proposta não foi aceita.

Em 1904, antes que os russos terminassem o ramal da estrada de ferro transiberiana, que chegaria a Port Arthur, os japoneses atacaram a posição russa. A 6 de janeiro, um pequeno vapor japonês atracou em um dos canais de Port Arthur, para embarcar o pessoal consular e informar-se das posições dos navios russos. A 13 de janeiro, o Japão exigiu da Rússia o reconhecimento da integridade da Manchúria, recebendo como resposta o silêncio de São Petersburgo. O embaixador japonês na Rússia entregou um ultimato e declarou cortadas as relações diplomáticas entre os dois países, enquanto a esquadra japonesa já estava no mar. O almirante russo Stark tinha pedido ao governador para enviar alguns cruzadores em exploração para verificar se havia movimentos de navios de guerra japoneses. O general-almirante Alexeiev limitou-se a autorizar a saída de dois torpedeiros para vigiarem ao largo, mas sem fazerem uma verdadeira exploração.

Para restaurar a moral do regime czarista, e tentar acalmar as crescentes revoltas sociais, o czar Nicolau II resolveu disputar militarmente a região. A posse japonesa da península de Liaotung (incluído Port Arthur) era um golpe para as aspirações da Rússia na Manchúria. Mas não era só a Rússia que estava preocupada com o domínio crescente dos japoneses na China. A chancelaria de São Petersburgo foi capaz de convencer a França e a Alemanha acerca do “perigo japonês” na região (invocando, claro, os próprios interesses imperialistas das duas nações ocidentais). O Japão, ao contrário, não tinha aliados externos e, com a ameaça de uma intervenção militar estrangeira, foi convencido a fazer concessões: em troca de um aumento da indenização chinesa obtida em 1895, devolveu a península de Liaotung. Com o controle da península e a penetração na Manchúria, Rússia substituiu à China como ameaça principal ao Japão, porque estava doravante em condições de dominar a Coreia e daí ameaçar o próprio Japão.

A pesada indenização cobrada pelo Japão aos chineses acabou por ser usada em sua contra. Pela incapacidade de

pagá-la, a China aceitou a “colaboração” russa. Em troca, a Rússia poderia construir a estrada de ferro transiberiana pela Manchúria, bem como proceder à instalação de um exército de proteção na região. Estavam criadas as condições para o domínio russo da China do Norte. O Japão ficou muito ressentido com a intervenção externa das potências em “sua área”. Grã-Bretanha não participou da pressão feita ao Japão para devolver suas conquistas territoriais, pois começava a ver que o Japão podia ser seu aliado contra a Rússia no Extremo Oriente.

Grã-Bretanha observava o avanço da Rússia em direção do Sul, através da Ásia Central, e via com receio sua aproximação ao subcontinente indiano. Ao longo das fronteiras afgã e persa, Grã-Bretanha via ameaçados seus interesses. A aliança anglo-japonesa materializou o fim do isolamento externo da Grã-Bretanha e do Japão. O tratado defensivo entre ambos os países fora assinado a 30 de janeiro de 1902 em Londres, e publicado 10 dias mais tarde. Surgia assim uma política para o Extremo Oriente em que os concorrentes imperialistas da Europa – os Estados Unidos e o Japão, apoiando-se na Grã-Bretanha, manifestavam a sua vontade de partilhar os mercados comerciais mundiais e as vantagens econômicas com as potências do velho continente.

As atividades da Rússia na Manchúria ameaçavam também a posição predominante que Inglaterra detinha no comércio da China. A abstenção inglesa no conflito russo-japonês foi determinante na opção do Japão em escolher a via militar para travar o expansionismo russo na Manchúria, deflagrando a guerra, que não só influiria no equilíbrio de poderes entre as potências internacionais dominantes, como serviria de ensaio para um tipo de conflito militar que, dotado de novas tecnologias, eclodiria mais tarde na Europa com combates que produziram milhões de mortes. A aliança anglo-japonesa significou também uma estreita parceria técnica e tática. No domínio técnico, nas transmissões sem fios, a tecnologia fornecida pelos britânicos constituiu o equipamento standard introduzido no exército japonês antes da guerra, com permanente atenção de observadores navais britânicos a bordo dos navios de guerra japoneses.

Depois de cortar, a 6 de fevereiro de 1904, suas relações diplomáticas com a Rússia, na noite de 8 para 9 de fevereiro, sem qualquer declaração de guerra, o Japão atacou a esquadra russa em Port Arthur. No dia seguinte afundou dois navios

russos em Inchon, na Coreia. Apesar das elevadas perdas russas, a frota russa continuava a constituir uma ameaça para o Japão, que a bloqueou inicialmente para que os japoneses pudessem transportar seus exércitos para a península coreana. Este desembarque foi o início de uma operação ofensiva terrestre em direção a Norte que foi obrigando os russos a sucessivas retiradas. As doutrinas propostas pelo Almirante Fisher para derrotar a frota russa do Mar Negro com torpedeiros foram usadas pelos japoneses no ataque surpresa a Port Arthur.

No início do conflito com o Japão, Rússia tinha o maior exército em armas do mundo - 1.350.000 homens - mas a maior parte do efetivo militar estava na Europa. No Extremo Oriente só tinha 98.000 homens mais 24.000 tropas locais, e 198 peças de artilharia. O Japão, muito mais próximo do teatro de operações, tinha um exército de 375.000 homens com 1.140 peças de artilharia e 147 metralhadoras. A marinha de guerra da Rússia era muito maior do que a do Japão, mas estava dividida entre o Mar Báltico, o Mar Negro e o Oceano Pacífico, enquanto a do Japão estava concentrada nas suas águas. O tempo que cada uma dedicava ao treino viria a ser determinante nos resultados. Os navios russos passavam pouco tempo no mar e dedicavam poucas munições ao treino das peças de bordo. A marinha japonesa, sob instrução britânica, passava muito mais tempo no mar e treinava com mais intensidade. Os marinheiros japoneses tinham nascido na costa ou perto dela, muitos eram pescadores de baleias, e até mesmo piratas.

O ataque nipônico foi feito por vários torpedeiros na noite escura. O couraçado russo Tsarevitch, um navio de construção francesa que deslocava 12915 toneladas, armado com quatro peças de 305 mm, 12 de 152 mm e 40 outros canhões de artilharia secundária, além de quatro tubos lança-torpedos, foi atingido por um torpedo na zona do leme, fazendo entrar muita água que fez o navio inclinar-se para bombordo. Só depois do cruzador Retvisan ser torpedeado é que os 13 navios da esquadra russa começaram a abrir fogo em resposta ao ataque surpresa. No dia seguinte surgiu no horizonte o grosso da moderna esquadra japonesa do almirante Heihachiro Togo. As peças de 305 mm dos novos couraçados Mikasa, Shikishima e Hatsuse, no entanto, tinham um alcance inferior ao da artilharia de costa da fortaleza de Port Arthur.

Após os primeiros ataques, a esquadra japonesa passou a bloquear Port Arthur, sem se aproximar muito por causa das

minas russas. O novo comandante russo, almirante Makarov, encontrou uma esquadra com bons navios, mas com tripulação desqualificada, sem domínio das evoluções táticas. A 10 de março travou-se o combate mais violento, os torpedeiros russos atacaram a primeira divisão de contra-torpedeiros japoneses. A chegada da segunda divisão japonesa proporcionou uma forte superioridade ao Japão. O seu navio Steregutchi, de 220 toneladas, estava armado com dois tubos lança-torpedos e artilharia ligeira. A esquadra do almirante japonês Deva tinha entretanto chegado à distância de tiro, os russos retiraram-se então para a zona de abrigo das suas poderosas baterias de costa, para neutralizar navios como o poderoso couraçado Fuji, um dos orgulhos da nova marinha de guerra do Império do Sol Nascente.

Construído nos estaleiros britânicos, o Fuji deslocava 12320 toneladas, armado com 4 peças de 254 mm, além de 34 outros canhões. Houve mais encontros bélicos, mas sem grandes resultados de parte a parte, pelo que os japoneses começaram também a minar as águas ao largo de Port Arthur. Em maio, o navio-almirante russo Petropavlosk, armado com quatro peças de 305 mm, chocou-se com uma mina e afundou rapidamente, levando para o fundo do mar o almirante Makarov com 32 oficiais e 600 homens da guarnição. O couraçado Probieda também bateu numa mina: os russos ficaram reduzidos a três couraçados em estado de combater e dois em reparação. O czar Nicolau II tomou nesse momento a decisão de enviar ao Oriente a esquadra do Mar Báltico, para derrotar de vez o almirante Togo. Era uma viagem de mais de vinte mil milhas sem portos de apoio, obrigando à frota a se abastecer no alto-mar. A ordem do Czar foi tornada pública com uma antecedência de meses à chegada da esquadra do Báltico ao Mar Amarelo, ficando os japoneses avisados dos planos russos.

Pois, se de um lado, para os japoneses eram claros os propósitos da guerra, para os russos não era o mesmo, sendo o território em disputa bem longínquo de seu território nacional. Se para os comandantes japoneses o dia a dia era o continuar de um espírito empreendedor dirigido por forte iniciativa individual, começado décadas antes e consolidado em combate na guerra sino-japonesa, para os russos era o arrastar de um espírito burocrático e de muito pouco arrojo. No início de setembro de 1904 os russos já tinham seu exército da Manchúria com um efetivo de 214.000 homens contra 170.000 japoneses, e

758 peças de artilharia contra 648. Mas a contraofensiva lançada em Shah-ho não foi decisiva e deu lugar a uma batalha de posições que se estendeu por uma frente de 60 quilômetros. Os japoneses decidiram então tomar Port Arthur, que estava bloqueado desde o início do conflito. Os russos ainda tentaram por duas vezes furar, por mar, o bloqueio, sem sucesso. A 2 de janeiro de 1905, finalmente, a guarnição russa de Port Arthur rendia-se, sem deixar de reivindicar para sua glória a responsabilidade de 60.000 baixas do lado japonês. Uma semana depois, a 9 de janeiro, como veremos, explodia a primeira revolução russa.

E ainda havia o risco de uma intervenção direta da Inglaterra junto ao Japão. Um incidente, ou melhor, uma trapalhada, levava ao afundamento de navios de pesca britânicos pela frota russa do Báltico, na noite de 21 para 22 de outubro de 1904. Tomados por torpedeiros japoneses, a frota russa alvejou-os, afundando-os no Mar do Norte. O sentimento antirruso na Grã-Bretanha foi de tal dimensão que quase a arrastou para a participação no conflito militar oriental. A diplomacia britânica exigiu que os russos assumissem a culpa e compensassem os proprietários dos navios e as famílias das vítimas. Relutantes em aceitar estas imposições, só a vigilância por perto da frota russa pela *Royal Navy*, e uma pressão diplomática constante, levaram os russos a aceitar um tribunal internacional para resolver o problema.

No fim do mês de janeiro de 1905, em San-de-pu, os russos ainda tentaram, numa operação ofensiva, flanquear os japoneses, mais uma vez mais sem sucesso. Um mês mais tarde, em Mukden, o Marechal Oyama tentou infligir uma derrota decisiva aos russos, que se retiraram após enormes perdas humanas. Ambos os comandantes tentaram, à moda napoleónica - mas em vão - destruir o exército adversário. O número de baixas foi colossal. Aproximadamente 59.800 para os russos e 53.500 para os japoneses, embora outras estimativas apontem para 156.000 para os russos e cerca de 70.000 para os japoneses. A batalha de Mukden representou para o exército japonês o pico no esforço, em pessoal e em material, deixando-o numa posição enfraquecida face aos russos. Restava também uma esperança aos russos: voltar a conseguir a supremacia naval para cortar as linhas de abastecimento japonesas. A frota do Báltico comandada pelo almirante Rojdestvensky, recebera, em outubro, ordem para navegar para o Extremo Oriente. A frota russa do Mar Cáspio estava impedida de atravessar o

estreito de Dardanelos por imposição do tratado de paz após a derrota russa na Guerra da Crimeia (1856), o último recurso naval russo era a frota do Báltico.

Depois de uma longa viagem de sete meses, a frota russa do Báltico chegou, em maio de 1905, às águas japonesas. Com falta de carvão, Rojdestvensky decidiu ir a Vladivostock, passando pelo estreito da Coreia. Lá o esperava a frota do almirante Togo. A 27 de maio, deu-se a batalha, perto das ilhas Tsu-Shima. A frota russa era composta de 8 couraçados, 8 cruzadores, 9 destróieres e 13 navios auxiliares, comandada pelo Almirante Rojestvensky. O Japão contava com 4 couraçados, 8 cruzadores, 16 cruzadores leves e 21 destróieres. Com navios menores, mas com grande mobilidade e poder de fogo, muito superiores aos pesados e antigos navios russos, a marinha japonesa impôs uma derrota humilhante à Rússia. A frota russa, esgotada devido à longa viagem e equipada com um armamento menos moderno, foi completamente esmagada; de 37 navios, 19 foram afundados e cinco capturados. Também afundaram, com isso, as últimas esperanças políticas do czar.²⁵⁰

Das 38 belonaves russas que entraram no Estreito de Tsushima, na manhã de 27 de maio de 1905, um total de vinte e sete haviam sido afundadas ou capturadas pelos japoneses, no entardecer do dia 28, com muitas perdas humanas: os russos tiveram 4380 mortos, 1862 feridos e 5917 prisioneiros. As perdas do Japão foram insignificantes: alguns navios pequenos afundados ou avariados, 117 mortos e 583 feridos. Pela primeira vez na história moderna uma força militar asiática derrotava o exército e a marinha de uma potência imperial ocidental. Para os japoneses as vitórias de 1904, especialmente a Batalha naval de Tsu-Shima, fizeram daquele um ano de milagres. O vencedor de Tsushima, Almirante Togo, deliberadamente retornou a Tóquio no aniversário da vitória inglesa em Trafalgar.

Mas, se a batalha de Tsu-Shima foi decisiva no mar, o mesmo não se pode dizer de nenhuma das batalhas travadas em terra. O Japão foi o vitorioso em todas elas, mas o preço de cada uma, em recursos humanos, financeiros e materiais, o aproximava a passos largos para o esgotamento dos recursos bélicos disponíveis. Mas os recursos do adversário se esgotaram mais rápido, sobretudo os recursos políticos. No mar, a questão

²⁵⁰ Cf. Denis e Peggy Warner. *The Tide at Sunrise*. A history of the Russo-Japanese war 1904-05. Nova York, Charterhouse, 1974.

das minas era o grande problema para ambas as esquadras. Num dia de nevoeiro, 14 de maio, a terceira divisão japonesa perdeu os cruzadores Kasuga e Yoshimo por abalroamento, enquanto o pequeno cruzador Mikayo foi pelos ares ao chocar numa mina. O *Hastsuse* explodiu como se fosse todo ele um paiol de dinamite, enquanto o *Yashima* ficou tão avariado que afundou em águas pouco profundas.

No entanto, a enorme distância do centro do império czarista do foco do conflito inviabilizou o envio de tropas terrestres e suprimentos para o Extremo Oriente. Ao contrário, o Japão entrou em cena totalmente pronto para uma guerra longa. A infantaria japonesa penetrou pela Coreia e obteve uma ressonante vitória em Liao-Yang. A sua marinha venceu a frota russa de Vladivostok em agosto de 1904. Mal preparado e mal comandado, o exército russo estava em grande parte composto por recrutas provenientes das regiões orientais do Império Czarista. Os russos subestimaram os japoneses (os ocidentais em geral subestimavam os orientais), e ficaram surpresos ao vê-los chegarem rapidamente à península de Liautum, e fazerem o cerco a Port Arthur, por mar e terra. O forte de Port Arthur resistiu por onze meses, e antes que chegasse o reforço da frota russa do Báltico, o general alemão Stoessel (um mercenário que comandava as tropas russas) entregou a base russa aos japoneses em janeiro de 1905.

A Batalha de Yalu pôs 40 mil japoneses frente a sete mil russos, que protegiam o sul da Manchúria. Por terra, como vimos acima, o exército russo fora derrotado em Mukden pela infantaria japonesa em março de 1905. Na guerra em terra, 80 mil soldados russos mal equipados enfrentaram cerca de 270 mil japoneses, bem treinados e motivados. O Japão possuía a vantagem de um exército profissional moderno de 300 mil soldados, treinado por instrutores alemães, com uma reserva de 400 mil recrutas. O exército czarista no Oriente, composto por soldados mal treinados e desmotivados, somava 80 mil homens no início de 1904, sendo reforçado lentamente até um máximo de 250 mil em dezembro de 1904.

No meio tempo, o visconde-embaixador plenipotenciário do Japão, Kaneko Kentaro, tinha ido aos Estados Unidos com o objetivo de persuadir o presidente Roosevelt para servir de mediador. Depois da queda de Port Arthur em janeiro de 1905 e da batalha de Mukden em março, o momento da mediação chegou. A 20 de março Kaneko voltou a encontrar-se com o presidente Roosevelt e este transmitiu-lhe o

seu desejo de atuar como mediador no processo de paz, que consolidaria *relativamente* a vitória militar do Japão.



Naves da frota russa destruídas na guerra russo-japonesa

O tratado de paz foi finalmente assinado a 5 de setembro de 1905, em Portsmouth, New Hampshire, nos EUA. Foi reconhecido o papel principal do Japão na Coreia, a evacuação de ambos os países da Manchúria e a devolução de Port Arthur e da península de Liaotung para o Japão. Não menos importante foi a renovação da aliança anglo-japonesa por um período de dez anos. A Grã-Bretanha deu, explicitamente, “rédea larga” para o Japão na Coreia, salvaguardando somente, para todas as nações imperialistas, a possibilidade de comércio no país. A aliança anterior era meramente defensiva; a nova aliança foi além, e requeria a cooperação militar de ambos os países.

A solução foi de compromisso no tocante às ilhas Sakhalin, que perfazem um arco marítimo entre Sibéria e Japão, e que este pretendia controlar integralmente. O tratado de paz também estabeleceu o não pagamento de indenização da Rússia ao Japão. Derrotados nos campos de batalha, os russos tiveram assim razões para estarem satisfeitos com seu desempenho na paz. Os japoneses receberam, incrédulos e com o sentimento de terem sido traídos, os resultados dos acordos de paz: o Japão tinha atacado vitoriosamente a frota russa do Pacífico; os russos sofreram uma série ininterrupta de derrotas que levaram à desocupação da Manchúria; não havia razões para que não se estabelecesse sua condição de derrotados.

Nos dez anos sucessivos, porém, os japoneses transformaram a Manchúria meridional num país de 25 milhões de habitantes, aos quais se juntaram 50 mil colonos japoneses. Além das vantagens conseguidas com o tratado de Portsmouth,

ratificadas alguns meses mais tarde pelo governo chinês, o Japão conseguiu, entre 1907 e 1913, novas concessões que lhe permitiram alargar a sua ação a zonas situadas fora do território da “zona da via férrea” de Port Arthur.

A consequência mais importante da guerra, e da vitória japonesa, foi que, depois de séculos, pela primeira vez um país asiático derrotara uma potência “ocidental” em uma guerra aberta. Isto foi considerado como o início de uma nova atitude política e do início da rebelião asiática contra o imperialismo ocidental que conheceria seu epicentro na rebelião, e posterior revolução, chinesa. O fracasso da Rússia na guerra, por sua vez, refletiu a completa incompetência militar do governo czarista, o estado deplorável de seu exército, reflexos todos do total anacronismo do seu regime social e político em todas as ordens.

A revolta de 1905 da frota do Mar Negro, em Odessa, simbolizou, através da decrepitude e das condições horrorosas da marinha russa, a decrepitude de um regime: os marinheiros se revoltaram contra as condições espantosas de vida a bordo dos navios e contra o autoritarismo feudal dos oficiais de origem nobre. A revolta foi momentaneamente vitoriosa e recebeu o apoio dos habitantes do porto de Odessa, até ser esmagada pelo exército de terra: o episódio, símbolo do início da revolução contra a autocracia russa, foi celebrado pelo filme de Serguei Eisenstein, *O Encouraçado Potemkin*, marco inaugural do cinema contemporâneo.

Na Rússia, as consequências da derrota militar foram imensas. Apesar de terem matado 84 mil japoneses e ferido 143 mil, a derrota foi um humilhante desastre, ressaltando a fraqueza interna e internacional do regime czarista. Segundo Leon Trotsky, “a revolução de 1905 surgiu diretamente da guerra russo-japonesa, assim como a revolução de 1917 foi a consequência direta do grande massacre imperialista [da Primeira Guerra Mundial]”. Na ascensão do movimento revolucionário no seio do império, até a classe média começou a fazer manifestações públicas contra o regime. Por isso a Rússia apressou-se em assinar a paz com os japoneses. O Barão do Rio Branco, embaixador brasileiro, observou, em despacho à representação brasileira na capital americana: “A verdade é que só havia grandes potências na Europa, e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar”. Os EUA inauguraram, com a mediação de Theodore Roosevelt na ocasião, sua ascensão como potência com aspirações mundiais.

A guerra mudou definitivamente a história dos dois países envolvidos: a vitória sobre a Rússia permitiu ao Japão ascender à categoria de potência mundial. O governo investiu na indústria militar; o imperialismo japonês se desenvolveu ainda mais. O prestígio e as finanças das forças armadas aumentaram, mas desta vez não havia indenizações para custear as despesas. O aumento das despesas militares tomou impopular o Tratado de Portsmouth no próprio Japão, e surgiram várias revoltas quando o seu resultado se tomou conhecido. A crise financeira de pós-guerra fez explodir violentas greves nas indústrias de armamentos e nas minas. A tentativa do Japão em conquistar o estatuto de nação poderosa, pelo contrário, foi bem sucedida. O imperador (que morreria em 1912) encontrava-se agora muito próximo do estatuto de divindade e a sua fotografia, de uniforme, aparecia pendurada até nos lares mais humildes. Com as armadas chinesa e russa ao largo no Pacífico, a marinha não teria inimigos à vista enquanto durasse a aliança com a Inglaterra.

Ao mesmo tempo, contraditoriamente, a vitória japonesa fortaleceu as aspirações democráticas (e, sobretudo, antiimperialistas) na Ásia, incluído o Oriente Médio. Para além das suas consequências imediatas, ela marcou uma verdadeira virada político-cultural no maior continente do planeta. A “revolução constitucional” iraniana, por exemplo, começou em dezembro de 1905: os opositores ao regime imperial persa sabiam que Rússia, em condições “normais”, interviria contra qualquer tentativa de derrubar ou ameaçar o governo autocrático, mas a Rússia estava ocupada com a guerra (e depois com a revolução).

Ver como o único poder constitucional asiático derrotava à única grande potência europeia não constitucional criou uma nova imagem da Ásia, o Japão vencendo o aparentemente onipotente Ocidente, fazendo surgir no Irã, como em outros lugares da Ásia, o conceito de constituição como “segredo da força”. A política colonialista do Japão, no entanto, desiludiu os que esperavam uma vasta luta continental contra o imperialismo europeu, encabeçada pelo próprio Japão. O marquês Ito Hirobumi se mudou para a Coreia como general residente, onde dirigiu operações de “modernização” (de colonização econômica e humilhação política e social pelo Japão), até o seu assassinato por um nacionalista coreano, em 1909; o Japão anexou, finalmente, a Coreia, em 1910.

Na Rússia, a situação social e a situação política do regime se agravaram durante, e sobretudo depois, da derrota na guerra russo-japonesa, cujo resultado negativo foi um dos fatores que precipitaram a iminente revolução contra a autocracia czarista. A curva das greves foi ascendente de 1904 a 1905, período em que passaram a predominar as greves políticas. No domingo 22 de Janeiro de 1905 (9 de janeiro, segundo o calendário juliano vigente no país), foi realizada uma manifestação pacífica e em marcha lenta de um milhão e meio de pessoas, liderada pelo padre ortodoxo (e membro da *Okhrana*) Gregori Gapone, com destino ao Palácio de Inverno do czar Nicolau II, em São Petersburgo. A manifestação tinha o objetivo de entregar uma petição, assinada por 135 mil trabalhadores, reivindicando direitos ao povo, reforma agrária, tolerância religiosa, fim da censura, a presença de representantes do povo no governo e melhores condições de vida e, sobretudo, de trabalho nas fábricas.



A revolução de 1905, em São Petersburgo

Durante a caminhada eram cantadas músicas religiosas, e também o hino nacional “Deus Salve o Czar”. A petição começava assim: *“Senhor – Nós, operários residentes da cidade de São Petersburgo, de várias classes e condições sociais, nossas esposas, nossos filhos e nossos desamparados velhos pais, viemos a Vós,*

Senhor, para buscar justiça e proteção. Nós nos tornamos indigentes; estamos oprimidos e sobrecarregados de trabalho, além de nossas forças; não somos reconhecidos como seres humanos, mas tratados como escravos que devem suportar em silêncio seu amargo destino. Nós o temos suportado e estamos sendo empurrados mais e mais para as profundezas da miséria, injustiça e ignorância. Estamos sendo tão sufocados pela justiça e lei arbitrária que não mais podemos respirar. Senhor, não temos mais forças! Nossas resistências estão no fim. Chegamos ao terrível momento em que é preferível a morte a prosseguir neste intolerável sofrimento”.

Sergei Alexandrovitch, o grão-duque, ordenou à guarda do czar que não permitisse que os trabalhadores e suas famílias se aproximassem do palácio real e que se dispersasse a manifestação. Entretanto, a massa trabalhadora não recuou. A guarda, então, disparou contra a multidão. A manifestação rapidamente se dispersou, a repressão violenta terminou num massacre que custou centenas de mortes, incluídas mulheres, velhos e crianças: “Uma época da história russa havia concluído abruptamente e uma revolução começara... As camadas menos preparadas e mais atrasadas da classe operária, que acreditavam ingenuamente no czar e desejavam com sinceridade entregar pacificamente “ao próprio czar” as reivindicações do martirizado povo, todas elas receberam uma lição da força militar dirigida pelo czar ou pelo seu tio, o grão-duque”.²⁵¹ A população indignou-se com a atitude do czar que, até então, era visto como alheio e desinformado em relação ao sofrimento da população. O episódio ficou conhecido como o "Domingo Sangrento" e foi o estopim para o início da revolução.

As várias classes e grupos sociais descontentes se mobilizaram para protestar. Cada setor tinha seus próprios objetivos, e mesmo dentro de uma mesma classe social, não havia direção geral. Os principais grupos descontentes eram os camponeses; os trabalhadores urbanos; os intelectuais liberais, que reivindicavam direitos civis; e até membros do exército e das nacionalidades minoritárias, que reivindicavam liberdade cultural e política. A revolução se estendeu por todo o ano, atingindo picos de agitação no início do verão e no outono, culminando em outubro com a greve geral. Arrendatários queriam aluguéis mais baixos; trabalhadores contratados

²⁵¹ V. I. Lênin. 1905. Jornadas revolucionárias. São Paulo, Editora História, 1980.

exigiam melhores salários; camponeses queriam terras; pequenos proprietários agrários queriam mais terras. As ações revolucionárias no campo variaram desde ocupações de terra, algumas vezes seguidas de violência e incêndio, pilhagem das grandes propriedades, e caça e desmatamento em áreas proibidas. Na região de Samara os camponeses criaram sua própria república, que foi sufocada por tropas do governo. O nível de animosidade de cada região era diretamente proporcional às condições dos camponeses.

Os camponeses de Livland e Kurland atacaram e queimaram as propriedades dos senhores, enquanto outros, que viviam nos distúrbios de Grodno, Kovno e Minsk, com melhores condições de vida, foram menos violentos. No total, 3.228 rebeliões agrárias necessitaram de intervenção militar para restaurar a “ordem”, e os proprietários sofreram prejuízos alegados de aproximadamente 29 milhões de rublos. Mas o epicentro da revolução localizou-se nas cidades. Os trabalhadores urbanos usaram sistematicamente a greve como instrumento de luta. Houve imensas greves em São Petersburgo, imediatamente após o Domingo Sangrento. Mais de 400.000 trabalhadores estavam parados na cidade no final de janeiro de 1905.

A ação rapidamente se alastrou para outros centros industriais na Polônia, Finlândia e na costa báltica. A ação dos trabalhadores ferroviários e de seu sindicato, o único de alcance nacional, foi decisiva para espalhar a revolução por todo o vasto território do império. Em Riga 80 militantes foram mortos em 13 de janeiro e alguns dias depois, em Varsóvia, 100 grevistas foram alvejados nas ruas. Em fevereiro havia greves no Cáucaso e, em abril, nos Urais e mesmo além. Em março todas as instituições acadêmicas foram obrigadas a fechar as portas pelo restante do ano, fazendo com que muitos estudantes radicais se juntassem aos trabalhadores grevistas. Uma greve dos ferroviários, no dia 8 de outubro, rapidamente se transformou em greve geral, em São Petersburgo e em Moscou. A 13 de outubro, mais de 2 milhões de trabalhadores estavam em greve e praticamente não havia mais estradas de ferro em funcionamento.

Lev Davidovitch Bronstein, “Trotsky”



Diante da situação revolucionária, no Congresso de Londres do POSDR de 1905, Lênin, ainda exilado, empreendeu a batalha pelo recrutamento para o partido de operários que não eram - nem podiam ser - "revolucionários profissionais", mas apenas militantes operários revolucionários, e para que eles, nas novas condições revolucionárias, ocupassem postos dirigentes no partido. Os *komitetchiki*, dirigentes clandestinos do partido na

Rússia, se opunham explicitamente a isso. Krupskaja, esposa de Lênin, relatou em suas memórias a batalha entre Lênin e Rykov, porta-voz dos "clandestinos": "O *komitetchiki* era um homem cheio de segurança... não admitia nenhuma democracia no interior do partido... não gostava de inovações". Lênin mal conseguiu se conter ouvindo dizer que não havia operários capazes de formar parte dos comitês: propôs incluir obrigatoriamente nos comitês uma maioria de operários (a proposição de Lênin foi derrotada no Congresso). Manifestava-se o "espírito de seita" que deixou os bolcheviques longe dos primeiros *sovietes*, na revolução de 1905, nos quais muitos deles recebavam uma organização adversária.

Como surgiram os *sovietes* (termo russo para "conselho operário")? Dada a amplitude da luta e a substituição das greves econômicas pelas políticas, surgiu a necessidade de se criar uma organização operária própria e independente, capaz de centralizar e dar voz a todas as reivindicações populares: a ideia de se criar conselhos operários como forma, inicialmente, de coordenar as várias greves, nasceu durante as reuniões de trabalhadores, inicialmente no centro têxtil de Ekaterinoslav. Pouco tempo depois nasceu o *soviète* de São Petersburgo, cujo primeiro presidente foi Khrustalyov-Nossar (1877-1918), advogado liberal.²⁵² Durante a greve geral, o conselho passou a ser conhecido como o "Soviète de Representantes Operários".

252

Oskar Anweiler. *Op. Cit.*

A sua reunião constituinte aconteceu no prédio do Instituto Tecnológico de São Petersburgo e contou com quarenta representantes. O soviete da cidade chegou a ter de 400 a 500 membros, eleitos por aproximadamente 200 mil trabalhadores, representando cinco sindicatos e 96 fábricas da região. Surgido no âmbito de uma nação atrasada, como uma organização revolucionária especial, com a capacidade de englobar as massas populares e de lhes tornar capazes de uma ação revolucionária sob a direção dos operários, o soviete era o primeiro exemplo “prático” do *desenvolvimento político combinado*, capaz de saltar etapas históricas, da Rússia.

Entretentes, Leon Trotsky,²⁵³ formulador dessa ideia, voltara do exílio europeu, acompanhado de Helphand-Parvus,

²⁵³ Leon Trotsky (1879-1940) foi, desde os inícios da sua carreira política, uma figura polêmica. Nascido Lev Davidovich Bronstein em novembro de 1879 em Ianovka (sul da Ucrânia) em família judaica (não praticante) dedicada à agricultura, vinculou-se ao movimento revolucionário clandestino da Rússia czarista ainda muito jovem. Em 1898, Trotsky foi encarcerado e, no final do ano seguinte, condenado a quatro anos de exílio. No cárcere de Odessa aderiu ao marxismo, mas leu pela primeira vez Marx só no posterior exílio siberiano. Fugido da Sibéria, exilou-se em Londres, onde, a partir de finais de 1902, colaborou diretamente com o órgão da socialdemocracia, o Iskra (“faisca”). Apesar da sua proximidade com Lenin, afastou-se dele no II Congresso do POSDR (Partido Operário Socialdemocrata da Rússia), em 1903, quando ficou configurada a fração (futuro partido) bolchevique, encabeçada pelo próprio Lenin. Sua proximidade com a outra fração, a menchevique, encabeçada por Julius Martov, foi efêmera. Em 1905, voltou à Rússia, onde tomou parte ativa na revolução; foi o último presidente do soviet dos trabalhadores de São Petersburgo. Em 1906, foi deportado pela segunda vez para a Sibéria; escapou novamente e, entre 1907 e 1914, viveu com sua segunda esposa, Natalia Sedova, em Viena onde, de 1908 a 1912, editou o Pravda. Depois de desenvolver a teoria da revolução permanente, aproximou-se ideologicamente dos bolcheviques, aos quais se uniria em 1917, para ser, com Lênin, um dos principais dirigentes da Revolução de Outubro. Lendário responsável pela sua defesa militar, como organizador e chefe do Exército Vermelho, em 1923 passou a organizar a Oposição de Esquerda contra a nascente burocracia stalinista. Depois de dura batalha, foi expulso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), desterrado para o interior da URSS e finalmente expulso do país (1927-1929), que o privaria mais tarde da própria cidadania. No exterior continuou organizando os “bolchevique-leninistas” em fração da Internacional Comunista; em 1933 (depois da vitória sem batalha do nazismo na Alemanha) chamou

militante russo estabelecido na Alemanha, que comprou (suas habilidades financeiras eram lendárias, e o levaram a ser moralmente desqualificado anos mais tarde, no socialismo internacional, quando se dedicou ao comércio internacional de armas) um jornal falido, *Aurora*, que se transformou num veículo de massas das ideias e propostas revolucionárias, chegando a atingir a fantástica tiragem, para a época, de 500 mil exemplares diários. Através do jornal, seu principal redator, Leon Trotsky, ganhou, com seus muito lidos artigos e seus inspirados discursos no soviete de São Petersburgo, dimensões de dirigente revolucionário de massas.²⁵⁴

Quando Khrustalyov-Nossar foi preso pela polícia, Trotsky assumiu seu lugar na presidência do soviete de São Petersburgo, e rapidamente alterou a agenda política da organização, transformando-a num centro de organização e agitação política, do qual participavam também os partidos políticos revolucionários com representações designadas pelos próprios partidos, além dos representantes dos trabalhadores e de outros grupos e camadas sociais: ainda assim, “mesmo quando do segundo congresso (dos sovietes), a 28 de outubro, nenhum membro dessa assembleia sabia muito bem a sua função, se eles constituíam um comitê central de greve ou um novo tipo de organização, semelhante a um organismo de autoadministração revolucionária”.²⁵⁵

a fundar a IV Internacional, declarando à Internacional Comunista “morta para a revolução” (a IV Internacional seria fundada em 1938, em congresso celebrado em Paris). Escreveu no exílio, e sob perseguição, suas principais obras (História da Revolução Russa, A Revolução Traída, A Revolução Permanente, A III Internacional depois de Lênin). Exilado em diversos países, encontrou finalmente (1936) temporário refúgio no México, onde foi assassinado por um agente stalinista infiltrado em seu entorno imediato, Ramón Mercader Del Rio, a 21 de agosto de 1940.

²⁵⁴ Pierre Broué. *Trotsky*. Paris, Fayard, 1994.

²⁵⁵ Avraham Yassour. *Leçons de 1905: Parti ou Soviet? Le Mouvement Social* nº 62, Paris, janeiro-março 1968. Logo depois da revolução, no entanto, Trotsky já dizia que “o conselho de deputados operários nasceu para a realização de um objetivo: no curso dos acontecimentos criar uma organização que represente a autoridade, livre da tradição, uma organização que possa abarcar de uma vez por todas as massas disgregadas sem a imposição de demasiados obstáculos organizativos, uma organização que possa unir as correntes revolucionárias no interior do proletariado e controlar por si própria uma iniciativa de maneira capaz e automática e, o que é mais

Foi só depois da revolução que Trotsky afirmou que “o conselho de deputados operários nasceu para a realização de um objetivo: no curso dos acontecimentos criar uma organização que representasse a autoridade, livre da tradição, uma organização que pudesse abarcar de uma vez por todas as massas disgregadas sem a imposição de demasiados obstáculos organizativos, uma organização que pudesse unir as correntes revolucionárias no interior do proletariado e controlar por si própria uma iniciativa de maneira capaz e automática e, o que é mais fundamental, uma organização à qual se pudesse dar vida em 24 horas”. Os sovietes eram organismos eleitos pelos trabalhadores nos próprios locais de trabalho. Os delegados aos sovietes eram em todo momento revogáveis pelos seus eleitores.

Sindicalizados ou não, politicamente organizados ou desorganizados, os proletários de Petersburgo, Moscou, Kiev, Kharkov, Tula, Odessa e de outras aglomerações industriais do império criaram uma nova forma de organização de massa. Os sovietes apareceram como o contrário das assembleias parlamentárias através das quais a burguesia exercia a sua dominação de classe. Em 1905, depois de algum vacilo e receio inicial em relação ao soviete, o bolchevismo ultrapassou seu caráter de organização basicamente composta por intelectuais, para passar a ser de fato um partido da vanguarda operária (que era a proposta e a intenção de Lênin), como o demonstrava a sua composição: quase 62% de operários (e 5% de camponeses).

O problema da atitude a ser adotada perante os sovietes afetou não só os bolcheviques, mas todas as frações do POSDR na revolução: “Sem atender à cooperação de muitos operários bolcheviques nos conselhos, a posição de princípio dos órgãos dirigentes bolcheviques variava entre uma rejeição radical e uma aceitação meio desgostosa desses ‘corpos alheios’ à revolução. A posição dos bolcheviques com respeito aos sovietes da primeira revolução era diferente segundo os locais e estava sofrendo transformações; o próprio Lênin não chegou a um juízo definitivo sobre seu papel e importância, apesar de ter sido o único que, entre os bolcheviques, se esforçou para examinar a fundo esse novo fenômeno revolucionário e agregá-lo a sua teoria e tática revolucionárias. Durante a greve de

fundamental, uma organização à qual se poderia dar vida em 24 horas”.

outubro os operários bolcheviques participaram na formação do Conselho de Deputados Operários de Petersburgo, assim como os outros operários. O comitê do partido que, no início, diferenciando-se dos mencheviques, não havia chamado à eleição de deputados, enviou seus representantes ao comitê executivo do soviete”.

E, paradoxalmente, o partido da futura revolução soviética se opôs inicialmente a essa nova criatura política: “Nos primeiros dias de existência do soviete, quando este atuava como comitê de greve e ninguém sabia realmente que papel ele desempenharia no futuro, os bolcheviques a ele se opunham de forma benévola. Isso mudou quando, ao terminar a greve de outubro, o soviete permaneceu em pé e começou a evoluir no sentido de um órgão de direção política da classe operária da capital. A partir daí a maior parte dos bolcheviques petersburguenses fixou abertamente a sua oposição ao soviete. Os bolcheviques conseguiram elaborar, nos comitês federativos formados por representantes de ambas as frações do POSDR uma resolução na qual se recomendava a aceitação oficial do programa da socialdemocracia, já que organizações independentes não poderiam guiar uma orientação política clara e, portanto, seriam perniciosas”.²⁵⁶

Não se tratava (ainda) de uma teoria do “partido único da revolução”; a questão da relação entre o partido e os órgãos das massas em luta não estava clara para os socialdemocratas russos (para os numerosos anarquistas russos, por sua vez, a questão do partido, da direção política unificada da classe operária e das massas exploradas, sequer se colocava), e a experiência da socialdemocracia ocidental, centrada já exclusivamente na ação parlamentar e sindical, alheia à revolução, não os ajudava para esclarecer a questão. A própria teoria sobre a natureza da revolução russa, iniciada como revolução *política* e rapidamente desdobrada em revolução *social*, sofreu abalos devido à ação revolucionária do proletariado e ao nascimento dos soviets. Durante a revolução, Lênin afirmou que “da revolução democrática começaremos logo a passar, na medida mesmo das nossas forças, das forças do proletariado consciente e organizado, à revolução socialista. Somos pela *revolução ininterrupta*. Não nos deteremos a meio caminho”. Embora a ideia de “revolução permanente” não fosse

256

Oskar Anweiler. *Op. Cit.* p. 83.

explicitamente mencionada, ela abriu, implicitamente, seu caminho *organizativo* no POSDR através do bolchevismo.

As concepções políticas de Lênin iam mudando ao calor dos acontecimentos: “Desde a sua obra escrita no exílio siberiano, Lênin tinha a tendência de ver capitalismo atrás de cada carreta russa. Mas a revolução de 1905 o levou a matizar suas ideias: o capitalismo estava ainda fracamente desenvolvido, as forças liberais eram embrionárias e tímidas”.²⁵⁷ A revolução burguesa carecia de bases econômicas e sociais próprias. Ainda assim, para Lênin a revolução seria “burguesa no sentido de seu conteúdo econômico-social. O que significa: as tarefas da revolução que está ocorrendo na Rússia não ultrapassam o âmbito da sociedade burguesa. Nem mesmo a mais plena vitória da atual revolução, isto é, a conquista da república mais democrática e a confiscação de toda a terra dos proprietários pelos camponeses, abalará os fundamentos da ordem social burguesa”.

Mas disso “não derivava absolutamente a conclusão segundo a qual o motor principal ou guia da revolução será a burguesia” como queriam os mencheviques. Isto porque a revolução ocorria no momento em que “o proletariado já começou a tomar consciência de si como uma classe particular e a se unir numa organização de classe autônoma”. As divergências e as ásperas polêmicas com Trotsky, no entanto, se mantinham. As divergências com os mencheviques também se aprofundaram, as duas frações atuavam de fato como partidos independentes. Por outro lado, uma convergência de alcance internacional se desenhou desde o V Congresso de 1905 (de Londres) do POSDR: “O fato mais notável do congresso foi o isolamento dos mencheviques diante da convergência de posições de Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky. Naturalmente, tratava-se de uma convergência objetiva, sem qualquer acordo, e não isenta de consideráveis discrepâncias, entre Lênin e os bolcheviques, por um lado, e Rosa e Trotsky, por outro”.²⁵⁸

O trabalho do soviete na revolução consistiu basicamente na impulsão das greves e na organização da vida social e política nos bairros operários, incluído o fornecimento

²⁵⁷ Moshe Lewin. *Illusion communiste ou réalité soviétique? Le Monde Diplomatique*. Paris, dezembro 1996.

²⁵⁸ Vittorio Strada. A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a revolução de 1905. In: E. J. Hobsbawm (org.). *História do Marxismo*. Vol. 3, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 164.

de suprimentos para os trabalhadores, chegando a praticamente substituir os órgãos administrativos da autocracia czarista em bairros e cidades inteiras; fez um apelo aos trabalhadores para que se recusassem a pagar impostos e que sacassem seu dinheiro dos bancos. A greve geral de outubro de 1905, no entanto, ocorreu espontaneamente, sem a decretação do soviete, que tentou sim organizá-la; sua tentativa de convocar uma nova greve geral em novembro falhou.

As atividades do soviete voltaram a cessar em 3 de dezembro, quando seus líderes, incluído Trotsky, foram presos acusados de preparar uma rebelião armada. Postos em julgamento público, a defesa realizada por Trotsky das atividades do soviete contra as acusações dos procuradores foi transcritas pelos jornais russos (e do exterior), transformando Trotsky numa celebridade revolucionária, cuja fama transcendeu, pela primeira vez, as fronteiras da Rússia. A revolução estava momentaneamente suspensa, mas já projetara uma liderança revolucionária de estatura nacional e potencialmente internacional.

Para conter os ânimos ainda aquecidos, inclusive dentro da burguesia, em inícios de 1906 o governo czarista resolveu atender (isto é, deturpar) uma das reivindicações que a revolução havia posto na ordem do dia: a criação de um parlamento, a *Duma*, que teve sua função muito limitada pela autocracia; esta manteve um regime totalmente centralizado e autoritário nas mãos do czar. O POSDR, ainda assim, participou diversas vezes as eleições parlamentares da *Duma* (outras vezes as boicotou) para usá-las como tribuna de agitação política, enquanto os principais líderes do partido e de suas diversas frações (Lenin, Martov, Plekhánov e Trotsky, fugido novamente da prisão) voltaram para o exílio.

Em pleno período de reação pós-1905, Trotsky precisou o alcance das divergências no interior do POSDR: “Se os mencheviques, partindo da seguinte concepção abstrata: ‘nossa revolução é burguesa’, chegam à ideia de adaptar toda a tática do proletariado à conduta da burguesia liberal até a conquista do poder pela mesma, os bolcheviques, partindo de uma concepção não menos abstrata, ‘a ditadura democrática mas não socialista’, chegam à ideia de uma autolimitação do proletariado, que detém o poder num regime de democracia burguesa. É verdade que entre mencheviques e bolcheviques há uma diferença essencial: enquanto os aspectos antirrevolucionários do menchevismo se manifestam desde o

presente, aquilo que há de antirrevolucionário no bolchevismo não nos ameaça - mas a ameaça não é menos séria - senão no caso de uma vitória revolucionária". Trotsky se aproximava, assim, do bolchevismo, mas mantinha também suas distâncias. Suas polêmicas com Lênin se tornaram ainda mais ásperas: elas atingiram seu cume em 1912, quando Trotsky propiciou a formação do "Bloco de Agosto" procurando reunir novamente todas as frações do POSDR, ou a maioria delas, provocando a violenta reação de Lênin e os bolcheviques, para os quais a cisão entre revolucionários e oportunistas já tinha sido consumada.

Durante a reação posterior à revolução de 1905, bolcheviques e mencheviques dividiram-se em três sub-frações de cada fração: os "liquidadores" (Potressov, Zassulich), o "centro" (Martov, Dan) e os "mencheviques de partido" (Plekhánov) entre os segundos; os "vperiodistas" (Bogdanov), os "leninistas", e os "conciliadores" ou "bolcheviques de partido" (Rykov, Nogin), entre os primeiros. Em 1906 Lênin declarou que até a revolução social, a socialdemocracia apresentaria inevitavelmente uma ala oportunista e uma ala revolucionária.

Lênin se reconciliou depois com Plekhánov, e formou um bloco no POSDR com os "mencheviques do partido" contra os liquidadores, com o objetivo da manutenção de um partido dotado de aparato clandestino. É sobre essa base que se constituiu definitivamente a fração bolchevique.²⁵⁹ Lênin aceitou, no Congresso de reunificação (bolcheviques + mencheviques) de 1906, a redação menchevique do artigo 1º dos estatutos do partido. É, portanto, hagiográfica e deturpada a visão retrospectiva do bolchevique Zinoviev: "Em 1903 já tínhamos dois grupos claramente separados, duas organizações e dois partidos. Bolchevismo e menchevismo, como tendências ideológicas, já estavam formadas com o seu perfil característico, depois evidenciado na tormenta revolucionária".²⁶⁰

O desenvolvimento capitalista do campo russo se acelerou após 1906, quando se promulgou uma lei possibilitando que um pequeno número de camponeses, contra

²⁵⁹ Pierre Broué. Observaciones sobre la historia del partido bolchevique, in: M. Rubel et al. *Partido y Revolución*. Buenos Aires, Rodolfo Alonso, 1971, p. 84.

²⁶⁰ Grigorii Zinoviev. *History of the Bolshevik Party*. From the beginnings to February 1917. Londres, New Park, 1973, p. 96.

a vontade da maioria, estabelecesse, através da compra, lotes independentes nas terras comunais. A medida significou, por um lado, a ascensão da categoria superior dos camponeses ao status de fazendeiros capitalistas e, por outro, a proletarização de grandes massas camponesas. O efeito dessa medida, que, ao criar uma nova camada pequeno-burguesa, visava fortalecer a camada mais antiga de proprietários, fugiu em grande medida do esperado. Os novos proprietários, longe de servirem de apoio aos antigos, ganhando a adesão das massas camponesas que lhe estavam, ou deveriam estar, mais próximas, encontraram-se desde o início em estado de hostilidade declarada em relação àqueles. As massas camponesas proletarizadas, por sua vez, aumentaram consideravelmente a reserva revolucionária.

A burguesia fortaleceu-se economicamente, mas seu crescimento repousava sobre uma maior concentração da indústria e sobre a intensificação do papel do capital estrangeiro. Influenciada pelos acontecimentos de 1905, a burguesia tornou-se ainda mais conservadora e cautelosa. O peso social da pequena e média burguesia, que já era insignificante, diminuiu mais ainda. Os intelectuais democratas, por sua vez, não possuíam uma base social estável. Eles podiam exercer provisoriamente certa influência política, mas não chegavam a exercer um papel político independente. A questão agrária permanecia sem solução; a modernização do campo, impulsionada em dois momentos, 1861 e 1906, pesava tremendamente sobre as massas camponesas devido ao caráter desigual do processo, isto é, ao fato de a modernização prosseguir, lentamente, com a predominância do papel do dinheiro na economia rural, que impunha ao primitivo trabalho rural exigências que só poderiam ser respondidas por tratores.

A questão agrária se esboçava como o fator determinante do rumo que deveria tomar a futura etapa da revolução russa. Que a situação de atraso econômico do campo tivesse persistido após o nascimento da indústria significava, não que a revolução deveria consolidar a burguesia no poder para liquidar com os restos feudais na Rússia, mas que a revolução seria provavelmente proletária, porque apenas o proletariado estava em condições de realizar a tarefa burguesa de varrer os restos feudais pertencentes a um período anterior ao da existência da própria burguesia.

Trotsky atribuiu à questão agrária a chave da revolução russa, enquanto produto de um desenvolvimento combinado,

uma combinação original de elementos atrasados com os fatores modernos: “A aproximação e a penetração mútua de dois fatores de natureza histórica completamente diferentes: uma guerra camponesa, isto é, um movimento que caracteriza o auge do desenvolvimento burguês, e uma insurreição proletária, isto é, um movimento que assinala o declínio da sociedade burguesa”.²⁶¹ A revolução na Rússia deveria ser *proletária*, por seus métodos, ao mesmo tempo em que *burguesa*, por suas tarefas diretas e imediatas – fenômeno este que Trotsky descreveu como a *expressão mais extrema da lei do desenvolvimento combinado*: “Começando pela derrubada do edifício medieval podre, a revolução leva ao poder, em apenas alguns meses, ao proletariado”.

Para aqueles que só conseguiam entender o papel do proletariado russo através de analogias formais, a fusão de tarefas históricas diversas e opostas em uma única revolução era inaceitável. Para eles, apenas a burguesia poderia realizar o caráter burguês da revolução. A combinação é um dos fatores que explicavam a não repetição das revoluções na sociedade burguesa, revoluções que traziam novas etapas da sociedade burguesa e novos aspectos da consciência de suas classes, sentidos inclusive nas regiões mais remotamente tocadas pelo capital. O caminho percorrido pelo capital na Europa ocidental não guardava semelhança com o desenvolvimento das forças produtivas russas.

Não havia, portanto, analogia possível entre um país capitalista de primeira linha e as colônias, bem como com as nações que, sem serem colônias, receberam do capital externo sua influência determinante: “Quando o capital inglês ou francês, quintessência da obra histórica de séculos, é transportado para as estepes do Donetz, ele é absolutamente incapaz de manifestar as forças sociais, as paixões, os valores por ele absorvidos progressivamente. Sobre um território novo, ele não pode repetir o desenvolvimento que já cumpriu. Ele retoma a sua obra do ponto onde a deixou em seu país. Em torno das máquinas que trouxe consigo pelos mares e aduanas, ele reúne rapidamente, sem etapas intermediárias, as massas proletárias, e injeta nessa classe a energia revolucionária que trazia congelada dentro de si, das velhas gerações burguesas”: “A condição de atraso que leva o proletariado russo ao poder coloca diante desse poder problemas que, por sua essência, não

²⁶¹

Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 88-89.

podem ser resolvidos dentro das fronteiras de um Estado isolado. O destino deste está assim inteiramente ligado à marcha ulterior da história mundial”.²⁶²

A concepção de que o destino da revolução proletária, num país atrasado, estava diretamente influenciado pelo caminho da revolução mundial, revelou-se o eixo de toda uma estratégia revolucionária para o século XX. Trotsky se libertou das amarras do fatalismo econômico, da afirmação da total dependência do político em relação ao econômico no âmbito da teoria, em que a dominação econômica da burguesia deveria ser seguida pela sua dominação política antes que ambas pudessem ser superadas, graças à percepção das implicações internacionais da expansão mundial do capital financeiro. O caminho percorrido pelo capitalismo desde a morte de Marx exigia uma reinterpretação das possibilidades revolucionárias do proletariado, e da relação entre política nacional e economia internacional. A transformação econômica da Rússia tinha sido impressionante nos anos precedentes, com um crescimento econômico centrado principalmente na indústria, nos meios de transporte modernos (estradas de ferro) e no emprego industrial como percentual do emprego total.

A produção industrial, o comércio em dinheiro, o emprego industrial e os meios mecânicos de transporte e comunicação cresceram, durante o quarto de século precedente à “Grande Guerra”, em ritmos que quadruplicavam o crescimento demográfico e duplicavam o crescimento da população urbana. Restava uma última linha de defesa para as concepções “etapistas”: a consciência de classe proletária se ressentia, para os “marxistas legais” e os mencheviques, do fato que a Rússia agrária e semi-industrial não conheceu o desenvolvimento capitalista nem as modificações sociais, políticas e culturais decorrentes (a *modernização*) para que se pudesse falar de proletariado consciente e de socialismo.

A transformação cultural e ideológica da sociedade russa, não apenas de sua economia, seria, desse modo, condição prévia absolutamente necessária para a possibilidade de uma ditadura do proletariado. O raciocínio esquecia que toda a modernização e progresso do capitalismo - necessários para o surgimento de um proletariado consciente e revolucionário - não resultaram no próprio Ocidente europeu, no início do século XX, em qualquer movimento que se assemelhasse em

²⁶²

Leon Trotsky. *Histoire de la Révolution Russe*, ed. cit., p. 510.

combatividade e envergadura ao 1905 russo. Não se tratava, por outro lado, no caso da Rússia, de um proletariado tão ignorante quanto às suas reivindicações, nem tão inexperiente.

Quanto à consciência socialista propriamente dita: “É verdade, naturalmente, que o progresso da consciência depende do crescimento do número de proletários conscientes, e que a ditadura do proletariado pressupõe que estes tenham se tornado numerosos o suficiente para se impor diante da resistência da contrarrevolução burguesa. Mas isso de forma alguma significa que ‘a grande maioria’ da população deve se tornar proletária; nem ‘a grande maioria’ do proletariado, socialista consciente”. O exército conscientemente revolucionário do proletariado devia ser mais forte do que o exército contrarrevolucionário do capital; enquanto que as camadas intermediárias da população, receosas ou indiferentes, deviam se encontrar em uma situação tal que a ditadura do proletariado as atraísse para o lado da revolução ao invés de repeli-las para o lado de seus inimigos; o que a política proletária deveria levar em consideração. Tudo isso pressupunha a hegemonia da indústria sobre a agricultura, e o domínio da cidade sobre o campo, um processo que já se verificava objetivamente no desenvolvimento capitalista russo.²⁶³

A agricultura russa, mesmo que ainda majoritária em termos numéricos *sociais* absolutos, não possuía a importância econômica ou o peso da indústria russa. A essa altura, a antiga hegemonia do campo já havia cedido lugar ao domínio econômico da indústria e da cidade, responsável pelo espantoso crescimento produtivo russo no século XIX (quase 500%, uma taxa quase equivalente à inglesa, e muito superior à francesa, austríaca ou italiana). As taxas de crescimento da agricultura e da indústria russas, entre 1860 e 1913, estavam na média ou acima da média do padrão europeu no mesmo período, mesmo entre os países mais avançados da Europa Ocidental.

No crescimento econômico global do país, no entanto, fazia-se sentir o peso do setor agrícola, que ainda respondia por mais de 74% da produção total em 1880. A baixa produtividade deste setor indicava que o crescimento econômico da agricultura no período não se deu por mais eficiência no trabalho, mas preponderantemente pela incorporação de novos

²⁶³ Leon Trotsky. *Balance y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975.

trabalhadores. O atraso também se fazia sentir na indústria russa, embora cada vez menos. Em 1887, 82,4% da produção industrial russa era composta por produtos básicos e de baixo valor agregado; em 1900, esse valor tinha caído para 73,4 %, e em 1908 para 71,6 %. Na virada do século XIX, a Rússia era ainda conhecida como “o celeiro da Europa”; *socialmente*, continuava existindo um predomínio do trabalho rural sobre o urbano.

Trotsky reconhecia que a consciência socialista do proletariado russo estava longe de ser “plenamente desenvolvida”; que o proletariado não estava composto integralmente por “socialistas conscientes”. Mas também rejeitava a ideia de que fosse preciso que a maioria dos operários fosse socialistas conscientes. Bastava que houvesse um núcleo consciente - bem entendido, de operários, e não simplesmente de revolucionários profissionais. Trotsky alertava para o fato de que a ausência de um proletariado composto majoritariamente por socialistas conscientes era uma característica não apenas da Rússia, mas também das sociedades capitalistas: “De fato, não podia ser de outro modo, já que a própria existência do capitalismo infecta e distorce a consciência das massas. Uma ‘regeneração moral’ completa, objetivo do socialismo, era impossível no interior de uma sociedade não socialista; aqueles que pregavam que a natureza humana tem que ser transformada antes que o socialismo possa ser alcançado, faziam apenas ‘prorrogar o socialismo por vários séculos’”.²⁶⁴

No plano do socialismo internacional, a revolução russa de 1905 foi o sinal de que a era do desenvolvimento pacífico do capitalismo estava chegando ao fim e se fazia necessário preparar o proletariado para os novos tempos – que exigiam uma nova tática. A maioria dos socialistas não conseguiu compreender isto. Começou a se constituir lentamente uma ala esquerda da Internacional que foi encabeçada pelos bolcheviques e pela esquerda da social democracia alemã, dirigida por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na luta política interna na II Internacional, Lênin conseguiu ser reconhecido como representante do POSDR (junto com Plekhánov), desde 1905, no Bureau Socialista Internacional (BSI) cargo que manteve até a explosão da I Guerra Mundial.

²⁶⁴ Baruch Knei-Paz. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Claredon Press, 1979, p. 126.

Em 1907, no Congresso Socialista Internacional de Stuttgart, a moção sobre a atitude e o dever dos socialistas em caso de guerra (“utilizar a crise provocada pela guerra para precipitar a queda da burguesia”), foi apresentada conjuntamente por Lênin, Rosa Luxemburgo e o menchevique Martov. Durante o período que Massimo Salvadori chamou de “radicalização de Kautsky”, o da revolução russa de 1905 e sua influência europeia,²⁶⁵ o ideólogo da Internacional Socialista esteve entre os primeiros socialdemocratas europeus a alertar acerca da significação revolucionária internacional dos acontecimentos russos, a partir da guerra russo-japonesa de 1904, assim como acerca do papel de vanguarda que caberia ao proletariado na revolução russa.

Para Kautsky: “Uma revolução não poderia estabelecer imediatamente na Rússia um regime socialista, pois as condições estão ali demasiado atrasadas. Não poderia estabelecer, portanto, mais do que um regime democrático; este, porém, estaria submetido ao impulso de um proletariado enérgico e impetuoso que arrancaria por sua própria conta concessões importantes. Uma constituição semelhante não deixaria de influir poderosamente nos países vizinhos: desde logo estimularia e aticaria nelas o movimento operário, que receberia assim um impulso vigoroso que lhe permitiria entregar-se ao assalto às instituições políticas que se opõem ao advento de uma verdadeira democracia - antes de mais nada, na Prússia, o sufrágio das três classes. Logo desencadearia as múltiplas questões nacionais da Europa Oriental”.²⁶⁶ Kautsky limitava o horizonte revolucionário russo a uma “verdadeira democracia”.

Trotsky, no entanto, levou em conta a posição à esquerda que o veterano dirigente socialista ocupava nesse momento na Internacional, e reivindicou as análises de Kautsky como confirmatórias do seu próprio balanço da revolução de 1905: “Segundo Kautsky, a Rússia está caracterizada no terreno econômico por um nível relativamente baixo de desenvolvimento capitalista, e na esfera política pela falta de importância da burguesia capitalista e pelo poder do proletariado revolucionário. Esta análise conduz a que a ‘luta

²⁶⁵ Massimo L. Salvadori. *Kautsky e la Rivoluzione Socialista*. Milão, Feltrinelli, 1978.

²⁶⁶ Karl Kautsky. *O Caminho do Poder*. São Paulo, Hucitec, 1979, pp. 12-13.

pelos interesses de toda Rússia corresponda à *única classe forte atualmente existente*, o proletariado industrial'. Tudo isto, não nos dá o direito de concluir que o 'servo' russo pode chegar ao poder antes de seus 'amos'?" Karl Kautsky agiu como uma espécie de catalisador do impacto da revolução russa no socialismo ocidental: "Intervindo repetidamente sobre a 'natureza' da revolução russa, ele traçou uma análise das tarefas da socialdemocracia russa que lhe valeu a admiração e o aplauso de Lênin. Revendo as conclusões a que chegara em *Die Soziale Revolution*, sob a influência das 'lições' da insurreição armada de Moscou (dezembro de 1905) - chegou a afirmar que não era de excluir que, também no Ocidente, a luta armada readquirisse um papel na fase do choque frontal entre o proletariado e o Estado capitalista".²⁶⁷

Outros militantes de projeção internacional intervinham nesse debate. Já antes de 1905, "intervindo no debate sobre a greve geral, Parvus teorizou - em antes do desencadeamento da revolução na Rússia e, portanto, das 'lições' fornecidas pelos grandes movimentos de massa russos - que a greve geral representava a forma específica na qual estava destinada a ter início o processo revolucionário proletário... A revolução russa era vista por Parvus no interior desse processo internacional, dessa dialética entre imperialismo e revolução em escala mundial. Ela se apresentava como aspecto particular de um fenômeno geral".²⁶⁸ Mas, embora Parvus afirmasse que "a revolução russa abala o mundo capitalista em seus fundamentos políticos, e o proletariado russo pode adquirir o papel de vanguarda da revolução social", ele limitava a projeção dessa revolução: "Não se trata ainda da ditadura do proletariado, cuja tarefa é mudar pela raiz as relações de produção no país; todavia, já dá um passo além da democracia burguesa. Não podemos considerar ainda como nossa tarefa a transformação da revolução burguesa em socialista. Mas consideramos ainda menos necessário nos submetermos à revolução burguesa. Nossa tarefa consiste em ampliar os limites da revolução burguesa, no interior dessa impulsionarmos os

²⁶⁷ Massimo L. Salvadori. Kautsky entre ortodoxia e revisionismo. In: E.J. Hobsbawm. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, vol. 2, p. 324.

²⁶⁸ Massimo L. Salvadori. A socialdemocracia alemã e a revolução russa de 1905. In: E.J. Hobsbawm. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, vol. 3, p. 278-279.



interesses do proletariado, e no âmbito da constituição burguesa criar a base mais ampla possível para a transformação revolucionária da sociedade”.²⁶⁹

Zar Nicolás II

Já para Trotsky, o comportamento das classes sociais e de seus partidos durante a revolução de 1905 confirmava a perspectiva da revolução permanente, isto é, da revolução democrática que se transformava em proletária em um processo ininterrupto: “Sob a dominação política do proletariado, a introdução do dia de trabalho de oito horas teria que conduzir a consequências muito diferentes. O fechamento de fábricas e empresas pelos capitalistas naturalmente não pode ser motivo para prolongar a jornada de trabalho por parte de um governo que se quer apoiar no proletariado e não no capital - como o liberalismo - e que não quer desempenhar o papel de intermediário “imparcial” da democracia burguesa. Para um governo operário só há uma saída: a expropriação das fábricas e empresas fechadas e a organização de sua produção sobre a base da gestão coletiva”. Não só histórica, mas também politicamente, esta perspectiva da revolução implicava expectativas completamente diversas às imaginadas até então, não só pelos socialistas, mas pelo conjunto das frações políticas

²⁶⁹ *Die Neue Zeit*, XXIV, 1905-1906, vol. I. Parvus foi o autor do prefácio do folheto *Antes de 9 de janeiro* de Trotsky, publicado em 1905 em Genebra, onde este expôs pela primeira vez a tese da “revolução permanente”. Embora nesse prefácio Parvus já adiantasse alguns dos temas da análise do desenvolvimento histórico da Rússia que Trotsky expôs depois em 1905 e, sobretudo, na *História da Revolução Russa* (especialmente o caráter “asiático” e não “europeu” do desenvolvimento urbano russo, tema que Parvus retomou da obra do historiador e político liberal Pável Miliukov) ele chegou só a formular que “o conceito de um governo revolucionário provisório e uma república democrática, até agora utópicos, adquirem (na Rússia) um caráter de realidade política” (Cf. Piotr Zveretemich. *Il Grande Parvus*. Milão, Garzanti, 1988, p. 88-89).

da “sociedade civil” russa: “Agora, e por muito tempo, a revolução russa encerrou o caminho da edificação de qualquer ordem burguesa constitucional que pudesse solucionar mesmo que só as tarefas mais simples da democracia. No que se refere aos burocratas reformistas do estilo de Witte e Stolypin, todos seus esforços ‘ilustrados’ vão água abaixo, o que se comprova com o simples fato de que eles mesmos se vêm obrigados a lutar por sua própria existência... Nossa opinião é que a revolução russa criará as condições sob as quais o poder pode passar para as mãos do proletariado (e, em caso de uma vitória da revolução, assim tem que ser) antes que os políticos do liberalismo burguês tenham a oportunidade de fazer um desdobramento completo de seu gênio político”.²⁷⁰

Os anos de 1908 a 1911 corresponderam, na Rússia, a um período de contrarrevolução vitoriosa. O crescimento industrial começou a se reaquecer a partir de 1910, dando novo ímpeto ao movimento operário. Quando em janeiro de 1912 a conferência do POSDR de Praga consumou de vez a cisão dos bolcheviques com as outras correntes da socialdemocracia russa, Lênin não a apresentou como a ruptura entre reformistas e revolucionários, mas dos defensores do “verdadeiro partido operário” contra os “liquidadores”. Anos depois, Trotsky recapitulou o processo partidário de conjunto: “Em 1903 teve lugar a cisão entre mencheviques e bolcheviques. Em 1912 a fração bolchevique tornou-se definitivamente um partido independente. Ensinou-nos durante doze anos (1905-1917) reconhecer a mecânica de classe da sociedade nas lutas e nos grandiosos acontecimentos. Educou quadros capazes, quer de iniciativa quer de disciplina. A disciplina da ação revolucionária apoiava-se na unidade da doutrina, nas tradições de lutas comuns e na confiança numa direção experimentada”.

Em 1914 (pouco antes da guerra), devido ao isolamento internacional dos bolcheviques (inclusive em relação à ala esquerda da Internacional Socialista, cuja dirigente Rosa Luxemburgo se aliara aos mencheviques e ao “Bloco de Agosto” liderado por Trotsky), os bolcheviques admitiram uma nova e infrutuosa “conferência de unificação” da socialdemocracia russa. Entre 1912 e 1914, sobre bases históricas mais desenvolvidas e um proletariado mais concentrado e

²⁷⁰ Leon Trotsky. *Resultados y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975 (1a edição, 1906).

numeroso, o movimento de greve na Rússia cresceu novamente. Uma nova ofensiva proletária foi lançada, brutalmente interrompida pela Primeira Guerra Mundial. A guerra teve o efeito imediato de desorientar politicamente as massas e fornecer aos diretores de fábricas a oportunidade de “falar uma linguagem patriótica em nome de suas empresas”.

A guerra mudou também a composição da classe operária russa: em Petrogrado, principal centro econômico do país, os efetivos da mão de obra industrial foram renovados com a guerra e com o recrutamento de operários para o *front* em quase 40%. Mas, rapidamente, já em 1915, o aumento do custo de vida e o agravamento das condições de trabalho, com o ressurgimento dos traços da exploração mais gritante, fez com que surgissem novas greves econômicas que, não obstante, possuíam um limitado alcance político. A liderança operária estava desorientada, e muitos de seus líderes presos, com o agravante de que nesse período ocorreu um fluxo de uma mão de obra pouco qualificada e politicamente inexperiente para dentro das fábricas, que substituiu os operários enviados para o front bélico. Os efeitos catastróficos da guerra para os trabalhadores industriais e para os camponeses russos, e até para a “classe média”, porém, mudaram em termos relativamente rápidos a situação de retrocesso político.

47. O NOVO IMPERIALISMO: OS EUA

O primeiro país a se industrializar e desenvolver o capitalismo fora da Europa foram os EUA, depois da conquista do Oeste, da valorização crescente de um território continental com costas nos dois oceanos e dos enormes recursos materiais e econômicos daí advindos. Diversos autores preferiram situar o marco da industrialização dos EUA na chamada “segunda revolução americana”, a guerra de secessão entre 1860 e 1865, quando a classe capitalista do Norte aumentou sua fortuna financiando o governo federal, fornecendo provisões aos exércitos e desenvolvendo a indústria ligada às necessidades do conflito. O resultado da guerra foi a consolidação do capitalismo industrial, representado politicamente pelos republicanos. Enquanto a abolição da escravatura destruía a economia sulista, o protecionismo alfandegário, a legislação bancária e a construção de estradas de ferro garantiam a supremacia do Norte e de sua economia industrial. Depois da guerra, o país tinha território unificado, rede de transportes em

expansão, população crescente, e relativamente poucas diferenças sociais. Isso permitiu uma produção para o consumo de massa, facilitando a modernização da economia.

A economia do país dependia de seu próprio mercado; exportava apenas 10% do que produzia (Inglaterra, ao contrário, exportava 52% de sua produção). O dinamismo econômico atraiu capitais europeus voltados para setores estratégicos, como as ferrovias. A descoberta do ouro californiano acelerou ainda mais a economia capitalista. Ainda assim, em 1890, algodão, trigo, carne e petróleo (produção primária) contribuíam com 75 % das exportações. O beneficiamento de produtos agrícolas foi a primeira grande indústria norte-americana; as fábricas siderúrgicas e as indústrias mecânicas superaram o setor agrícola apenas no início do século XX. A característica foi a formação de enormes empresas, que produziam ferro, carvão, produtos siderúrgicos e ferroviários. Na segunda metade do século XIX o capitalismo norte-americano teve o ritmo de desenvolvimento mais rápido do mundo. O número de manufaturas nos EUA passou de 123 mil para 354 mil em pouco mais de vinte anos, entre 1848 e 1870.

A produção de carvão (combustível principal dos transportes e, ainda, da indústria) era, em 1860, de 85 milhões de toneladas anuais na Grã-Bretanha, contra pouco mais de 16 milhões nos EUA; em 1900, os EUA atingiram uma produção de 281 milhões de toneladas anuais, contra menos de 227 milhões na sua antiga potência colonizadora. As estatísticas da produção de aço mostraram índices ainda mais estonteantes: entre 1870 e 1900, a produção do Reino Unido multiplicou-se por pouco menos de dez (de 0,5 para 4,9 milhões de toneladas anuais); já a dos EUA o fez por 134! (de uma produção de 0,1 para 13,4 milhões de toneladas anuais):²⁷¹ “Entre a guerra civil e 1900, o vapor e a eletricidade substituíram a força de trabalho humana, o ferro substituiu à madeira, e o aço, o ferro. As ferramentas passaram a ser de aço, o petróleo iluminou fábricas e lares. Pessoas e bens puderam ser transportados em estradas de ferro através do continente por máquina movidas a vapor e sobre vias férreas; a câmara frigorífica garantiu o transporte de

²⁷¹ William Ashworth. *Breve Storia dell'Economia Mondiale*. Bari, Laterza, 1976.

alimentos até quase qualquer local da nação. O telefone, a máquina de calcular e a de escrever aceleraram o trabalho”.²⁷²

A monopolização da produção e da economia contou com o apoio direto do Estado: “Grande parte dos melhores terrenos minerais dos EUA foi transferida para mãos privadas fora dos procedimentos previstos pela lei federal. Seis milhões de acres de carvão foram privatizados entre 1873 e 1906, na sua maioria disfarçados de terras agrícolas. Os terrenos de ferro do norte de Minnesota e Wisconsin foram obtidos de modo fraudulento, de acordo com as disposições do *Homestead Act*”.²⁷³

Em 1913, finalmente, os EUA assumiram a liderança mundial na produção de ferro, carvão, aço, cobre, chumbo, zinco e alumínio. A indústria mecânica avançou, sobretudo a automobilística, com métodos “racionais”, com destaque para a linha de montagem desenvolvida pela Ford em Detroit, constituindo o chamado “fordismo”. A indústria têxtil, mais intensiva em mão de obra, deslocou-se para o Sul, aproveitando as diferenças salariais regionais. A indústria elétrica, estimulada pelas investigações científicas, que resultaram na fundação da *Edison Electric Company*, criou filiais em vários países, como Itália e Alemanha.

Outro fator decisivo foi o espetacular crescimento do mercado de trabalho. Entre 1861 e 1920, o movimento migratório mundial (o maior de todas as épocas históricas) abrangeu mais de 45,5 milhões de pessoas, das quais 28,6 milhões se dirigiram para os EUA (seguidos, de bem longe, pelo Canadá e a Argentina, como países receptores). As sucessivas levas de imigrantes para os EUA (quase cinco milhões entre 1850 e 1870), eram compostas principalmente por pessoas vindas da Grã-Bretanha, a França, os Países Baixos, a Escandinávia, os territórios germânicos e eslavos. Na grande migração mundial acontecida entre 1820 e 1930 (ano em que ela sofreu uma queda brutal, devida à depressão econômica) os EUA receberam 61,4% dos migrantes de todo o mundo, seguidos pelo Canadá (com 11,5%) e a Argentina (com 10,1%).

O *Homestead Act* de 1862, que deu 65 hectares de terra arável no Oeste para quem nela vivesse e plantasse por cinco

²⁷² Claudio G. Chiaramonte. El desarrollo norteamericano desde la guerra civil. In: Pablo Pozzi et al. *Trabajadores y Conciencia de Clase en los Estados Unidos*. Buenos Aires, Cántaro, 1990.

²⁷³ Gavin Wright; Jesse Czelusta. The myth of the resource curse. *Challenge* nº 47, Nova York, marzo-abril de 2004.

anos, fez com que, até o final do século XIX, 600 mil fazendeiros recebessem mais de 800 milhões de acres na região. Sobre a base da colossal mão de obra nova, incorporada ao trabalho assalariado ou ao exército industrial de reserva, e ao oceano de pequenos e médios proprietários rurais, ergueu-se um mercado nacional (interno) de dimensões inéditas na história do capitalismo. A formação do proletariado norte-americano esteve vinculada ao processo de industrialização, imigração e expansão territorial nas regiões Norte e Noroeste do país.

Bem antes de sua intervenção na arena política mundial (iniciada na virada do século XIX para o século XX, no Oriente, na China revoltada contra a exploração estrangeira, e na guerra-russo japonesa), o novo colosso capitalista já abalava as relações econômicas internacionais, o que repercutia nas economias dos países que haviam sido o berço histórico do capital. Sua repercussão política (e militar) mundial era só questão de tempo, e adotou formas peculiares, derivadas de sua (recente) história progressa: “Os EUA provêm da mais duradoura das revoluções da história da era moderna, impulsionada pelas esperanças laicas da Ilustração do século XVIII. Para poder assumir uma missão imperial, esta devia basear-se na mensagem messiânica e na convicção básica de que sua sociedade livre era superior a todas as outras e estava destinada a se transformar em modelo para todas elas. Sua política, como previu Alexis de Tocqueville, seria inevitavelmente populista e antielitista”.²⁷⁴

No cerne da mais extensa e duradoura das revoluções capitalistas jazia o embrião do mais puro dos imperialismos capitalistas. Suas raízes deitavam nas peculiaridades do desenvolvimento prévio dos EUA. Sua forma foi determinada pelas tradições políticas e ideológicas postas por essas peculiaridades: “A evolução dos EUA como nação foi diferente da evolução das nações europeias e menos orgânica; falta-lhe até um nome nacional. Seu povo foi, inicialmente, formado por colonos; depois, por rebeldes; depois, por uma mistura de todos os povos da Europa.”²⁷⁵ Um país assim não podia ser considerado garantido, necessitava de ideias, convicções e especulações para crescer completo, bem como de um poder para guiá-lo... O resto da humanidade era considerado apenas

²⁷⁴ Eric J. Hobsbawm. *Guerra y Paz en el Siglo XXI*. Buenos Aires, Pensamiento Crítico, 2012, p. 79.

²⁷⁵ E da África, não é, Hobsbawm?

uma matéria prima passiva, barro a ser moldado pelas mãos do oleiro. Essa pressuposição de superioridade pode ser considerada um legado da condição insular da Grã-Bretanha, ampliado pela riqueza e pelo tamanho dos EUA. Isso pode ter contribuído para o hábito de ver o resto do mundo de forma tolerante ou com indiferença desdenhosa”.²⁷⁶

A depressão econômica do último quartel do século XIX redefiniu as relações econômicas internacionais. O colapso dos investimentos britânicos na Austrália, na África do Sul e na Argentina levou à falência da casa financeira Baring Brothers em novembro de 1890. No ano seguinte, o comércio estagnou em toda Europa, com quedas gerais de preços e na produção industrial. Grã-Bretanha e Alemanha, as maiores potências econômicas europeias, entraram em depressão, da qual não saíram até 1895. A crise europeia teve repercussões nos Estados Unidos, onde o centro financeiro de Nova York entrou em pane, com os investidores britânicos se livrando de seus ativos norte-americanos para obter fundos destinados às suas necessidades caseiras. Os investimentos externos, dos quais os Estados Unidos eram fortemente dependentes, deixaram de fluir. Esses recursos eram indispensáveis para compensar o contínuo déficit do balanço de pagamentos, o que forçou à exportação contínua de ouro entre 1892 e 1896. O democrata Grover Cleveland venceu as eleições de 1892, interrompendo uma longa hegemonia republicana, defendendo a redução das tarifas e o fim da cunhagem de prata. O protecionismo e a liberação parcial do padrão prata tinham estabelecido as piores condições para enfrentar uma crise internacional dessas dimensões. O *Silver Purchase Act* obrigava ao Estado a comprar limitadamente prata, medida adotada em 1890 em troca do apoio dos representantes do Oeste.

O precário remédio monetário não deteve a queda do preço da prata nem dos produtos agrícolas. Seu principal efeito foi o de colocar em circulação um grande volume de moeda; com a depreciação da prata o ouro começou a escassear. As reservas de ouro do Tesouro tinham caído em 1892 abaixo do mínimo legal. Rapidamente estendeu-se o temor de que o Estado não pudesse reembolsar os títulos públicos, salvo em prata. A cunhagem de prata foi então suspensa, mas os efeitos

²⁷⁶ Eric J. Hobsbawm. Prefácio, in: V. G. Kiernan. *Estados Unidos, o Novo Imperialismo*. Da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro, Record, 2009, p. 16.

das turbulências foram profundos e, junto aos tremores provocados pela depressão europeia, abriram uma crise econômica. Em maio de 1893, um grande truste financeiro dedicado à comercialização de títulos e ações, a *National Cordage Company*, faliu, provocando uma reação em cadeia. Empurrada pela crise financeira internacional, a situação agravou-se. 600 bancos, mais de 11 mil empresas e numerosas empresas ferroviárias foram à falência.²⁷⁷ Era a maior crise econômica que os EUA tinham conhecido, e ninguém era capaz de prever as consequências políticas que poderia acarretar. Consequências que mudaram a face do mundo até o presente.

As repercussões da crise se sentiram na indústria do carvão, do ferro e dos transportes ferroviários. Em todas as partes os salários foram reduzidos, e muito operários foram demitidos. Uma massa de desempregados de um milhão de pessoas enfrentou o inverno de 1894. O desemprego passou de 3% em 1892 para mais de 18% em 1894. Explodiram conflitos sociais no campo, seguidos por uma grande greve no polo industrial de Chicago. A revolta dos *farmers* ganhou fôlego, dando início ao movimento populista, que depois de mobilizar os agricultores contra as empresas ferroviárias e os bancos, chegou a tentar uma aliança com os operários.

A greve da metalúrgica *Homestead* em 1892, levada à derrota pelo poderoso lobby do aço que buscava destruir os sindicatos, tinha criado consciência entre os trabalhadores acerca do poder dos trustes e da necessidade de construir organizações sindicais fortes. Eugene Debs criou a *American Railway Union*, que debutou nas lutas da linha *Great Northern* e, sobretudo, na histórica greve da fábrica de vagões Pullman, em 1894. O conflito, causado por uma tentativa de redução salarial, assumiu características de greve política, com a solidariedade dos trabalhadores de todo o país, que se negaram a trabalhar com os produtos da empresa, levando a um massivo apoio popular aos grevistas, e ao pânico dos capitalistas.²⁷⁸

²⁷⁷ Marianne Debouzy. *El Capitalismo Salvaje en Estados Unidos*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1974, p. 110.

²⁷⁸ Eugene Debs (1855-1926), que foi preso durante o conflito, fundou depois o Partido Socialista dos Estados Unidos (SPA). Foi também fundador dos IWW (*Industrial Workers of the World*) e cinco vezes candidato à presidência dos EUA: 1900, 1904, 1908, 1912 e 1920, as quatro últimas pelo SPA. Em junho de 1918 foi detido por pronunciar discursos que “obstaculizavam o recrutamento” para a guerra, segundo a lei federal de 1917, chamada de *Espionage Act*. Foi

A precoce “estrangeirização” da classe operária norte-americana afundou suas raízes nas peculiaridades do capitalismo no país: “A mão de obra norte-americana formou uma das classes trabalhadoras mais heterogêneas que existem: nos aspectos étnico, linguístico, religioso e cultural. Com uma classe trabalhadora de semelhante composição, fazer do socialismo e do comunismo o ‘ismo’ oficial do movimento significaria - ainda que as demais condições o permitissem - expulsar deliberadamente do movimento operário os católicos, que talvez fossem a maioria na Federação Americana do Trabalho (AFL, *American Federation of Labor*), já que sua composição irreconciliável com o socialismo é uma questão religiosa de princípio. Consequentemente, a única ‘consciência’ aceitável para os trabalhadores norte-americanos em seu conjunto era uma ‘consciência do emprego’ com um objetivo limitado de ‘controle de salários e empregos’”.²⁷⁹ O sociólogo alemão Werner Sombart se exprimiu em termos semelhantes.²⁸⁰ Como se o massacre de Haymarket (Chicago), em 1886, que deu origem ao 1º de maio como “dia internacional do trabalhador”, não tivesse acontecido.

Foram muitos os meios empregados contra o sindicalismo. A cumplicidade dos tribunais de justiça brindava a possibilidade da interpretação distorcida das leis. Aplicavam-se leis contra os operários como a “Lei Sherman”, originalmente sancionada para evitar as práticas monopolistas. O método não era novo, mas a frequência com que foi usado fez com que praticamente não houvesse greves que fossem legais, e nas quais os dirigentes que as liderassem não corressem perigo de ser presos. A falta de legislação trabalhista também permitia a política de open shop (oficina aberta), pela qual cada fábrica tinha o direito de contratar operários não pertencentes a sindicatos, e a prática dos contratos de não filiação (*yellow dogs*

condenado por isso a dez anos de prisão, o que não lhe impediu se candidatar novamente à presidência do país, ainda que prisioneiro no cárcere de Atlanta, obtendo 913.664 votos (3,4% do total). Em que pesem suas precárias condições de saúde, o presidente Woodrow Wilson recusou seu indulto (graça), que só veio a ser acordado pelo presidente Warren G. Harding em 1921.

²⁷⁹ Selig Perlman. *A Theory of the Labor Movement*. Nova York, s/p, 1928.

²⁸⁰ Werner Sombart. *Why is There no Socialism in the United States?* Londres, Macmillan, 1976.

contracts), que impediam legalmente a seus assinantes a filiação aos sindicatos.

As uniões de ofícios atuavam de modo discriminatório, e a AFL aprovava tal atitude. Desde 1890 havia-se negado a condenar as práticas racistas de seus grêmios e, além disso, tratava de organizar os negros separadamente, em fracos sindicatos por cidade, dependentes da mesma federação e sem conexão com os grêmios locais. Assim, os negros não podiam sentir solidariedade ante semelhantes sindicatos, e sua oposição era tanto maior quanto maior fosse sua consciência de classe. A tendência corporativa (e xenófoba) no movimento operário coexistiu e combateu a dos IWW (*Industrial Workers of the World*) que organizavam todos os trabalhadores que a AFL rejeitava: negros e imigrantes judeus, italianos, poloneses, húngaros, escandinavos (um trabalhador braçal sueco, loiro até a raiz dos cabelos, era considerado, pela AFL, como “não branco”...). A IWW defendia abertamente: “Deixem-nos entrar na América, nós vamos organizá-los”. Os trabalhadores estrangeiros (e a IWW) foram a vanguarda das primeiras greves de massa do século XX: Lawrence (1912) e Patterson (1913). Bryan, Debs e Haywood, líderes do IWW, eram norte-americanos, de família norte-americana. Esse processo de organização operária independente foi cortado abruptamente pela Primeira Guerra Mundial.

Entre 1870 e 1929, o produto industrial dos EUA quadruplicou: massas enormes de capitais e tecnologia avançada explicam parte desse sucesso; também o explica a excepcional disposição de força de trabalho, primeiro de origem rural (devido às crescentes dificuldades da pequena produção agrícola que provocou a migração para as cidades); depois graças à imigração externa. A chegada de estrangeiros foi de 700 mil (1820-1840); 4,2 milhões (1840-1860); 2,81 milhões (1870-1880, na década depois da “guerra de secessão”); 5,43 milhões (1880-1890) e 3,69 milhões (1890-1900). O movimento atingiu seu ápice com a chegada do século XX: 8,8 milhões (1900-1910); 5,74 milhões (1910-1920). Na véspera da Primeira Guerra Mundial, 60% da mão de obra era estrangeira. Na siderúrgica Carnegie, por exemplo, em 1907, de 14.360 peões, 11.700 eram leste-europeus. Em 1910, em Lawrence (Massachusetts), só 14% dos 86.000 habitantes eram norte-americanos....

As repercussões da depressão mundial levaram a um reordenamento extremamente rápido dos negócios do país, levando à ruína inúmeras pequenas e médias empresas e

possibilitando o surgimento de outras, algumas das quais se transformaram, com velocidade alucinante, em autênticos monopólios. John D. Rockefeller, com 18 anos e simples empregado de comércio, se associou a Maurice Clark para abrir uma loja de venda no atacado. Pouco depois (1862) ambos decidiram participar de uma pequena empresa de refino de petróleo na sua cidade, Cleveland. Em 1865, Rockefeller trocou com Clark sua participação no empreendimento comercial em comum pela participação petroleira, na qual se associou com Samuel Andrews, mecânico inteligente e com iniciativa, mas sem um tostão no bolso.

Depois de muito esforço, a inicialmente microempresa conseguiu refinar 3% do petróleo do país. Pouco mais de dez anos depois, em 1879, a *Standard Oil Company* de Ohio já refinava 95% da produção total de petróleo dos EUA: o estratégico “capitalismo petroleiro” do país nasceu, assim, praticamente monopolizado. Foi um exemplo entre outros (não muitos):²⁸¹ Rockefeller possuía muita iniciativa e nenhum escrúpulo – seu exemplo excepcional (e o de outros poucos) fez nascer o mito dos EUA como a “terra de todas as oportunidades”. Deixando de lado a mitologia, o resultado econômico foi que o monopólio entrou “de sola” em um capitalismo que, diversamente do europeu, não possuía séculos, mas apenas décadas, atrás de si.

As turbulências econômicas e sociais afetaram o sistema político, ameaçando o bipartidarismo tradicional com o surgimento do “Partido do Povo”. O Partido Republicano era o partido da burguesia industrial vencedora da guerra civil, apoiado pelos negros sulistas que haviam sido libertos. O Partido Democrata representava o “homem comum” do Norte, os brancos do Sul, e recebia também votos dos trabalhadores urbanos, em reação contra seus patronos republicanos. O novo Partido do Povo também representava e mobilizava interesses burgueses, mas fazendo concessões às necessidades e ideologia do estrato plebeu da população branca, sobretudo os pequenos produtores rurais.

A batalha dos agricultores e pequenos empresários, depois da crise de 1893, no entanto, acabou numa derrota. O movimento de concentração econômica se acentuou, modificando especialmente as estruturas financeiras. Os EUA, pela primeira vez, configuraram um grande mercado nacional

281

Marianne Debouzy. *Op. Cit.*

de capitais, deixando atrás a necessidade de sempre buscar na Europa seus empréstimos de longo prazo. Os capitais das grandes companhias de seguros e dos grandes bancos comerciais, sob a direção dos bancos de inversão, passaram a estar disponíveis para a reorganização das antigas companhias e a promoção das novas: com a liquidação dos grupos menos competitivos se multiplicaram os trustes em todos os setores industriais.²⁸²

A tradição jeffersoniana de exaltação da pequena propriedade sofreu um abalo profundo com o surgimento e proliferação dos trustes. Em 1889, quatro estados aprovaram uma legislação antimonopólio; em 1890, outros dois seguiram o exemplo; no final desse ano, o Congresso federal, pressionado, aprovou a “Lei Sherman Anti-Truste”,²⁸³ para controlar as novas e impetuosas formas de combinação industrial, que já faziam sentir seus efeitos econômicos sobre os pequenos proprietários rurais e urbanos.

Mas era tarde demais, a velocidade dos monopólios já tinha se antecipado à lei em pelo menos uma década: “Em 1879, quando Rockefeller já controlava umas trinta companhias, surgiu o problema de sua administração coordenada. Um astucioso advogado de uma delas resolveu o problema mediante um acordo de fideicomisso; nove fideicomissários teriam em suas mãos e administrariam a propriedade dos indivíduos associados à *Standard Oil*, emitindo certificados de fideicomisso em proporção ao valor do investimento de cada pessoa. Os dividendos para cada pessoa seriam distribuídos segundo critérios exclusivos e discretionais dos fideicomissários. Este procedimento de controle foi imitado rapidamente nas outras indústrias. O movimento dos trustes se difundiu para todo o país”.²⁸⁴ Nenhuma lei era violada, e a Lei Sherman não conseguiu atingir esse “movimento”. Com

²⁸² Cf. Charles R. Morris. *Os Magnatas*. Como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supereconomia americana. Porto Alegre, L&PM, 2010.

²⁸³ Que declarava, entre outras coisas: “É ilegal todo contrato, combinação em forma de truste ou outra, ou *conspiração* (sic), que limite a livre atividade ou o livre comércio entre os diversos estados ou com nações estrangeiras”. Para desgraça do deputado Sherman, os “conspiradores” já estavam mais organizados do que qualquer “combinação” que ele pudesse imaginar.

²⁸⁴ E. A. G. Robinson. *Monopolio*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 200.

“laranjas” e fideicomissários ao seu serviço, a monopolização da economia norte-americana continuou *de plus belle*. O lucro (e, sobretudo, a taxa de lucro) dos monopólios capitalistas ignoravam ou contornavam qualquer lei.

Nesse quadro, no início de 1895, na segunda metade da administração democrata, jornais e congressistas lançaram uma ofensiva contra a política externa do governo. Em cada ponto em debate - a questão da construção do Canal de Panamá, o Hawaii, as crises políticas em Nicarágua, no Brasil e no Chile - o foco estava colocado no papel de Grã-Bretanha. A responsabilidade atribuída à fuga dos capitais britânicos pela crise de 1893, e os movimentos de Grã-Bretanha para reafirmar suas posições na América Latina, foram o pano de fundo que incentivou as tendências para medir forças com o imperialismo europeu.

A administração Cleveland conseguiu estabelecer a base naval de Pearl Harbor no Pacífico, com a finalidade de equilibrar o controle alemão sobre Samoa. O Congresso norte-americano, por sua vez, declarou sua oposição às demandas territoriais britânicas na Venezuela: por um tratado celebrado com os Países Baixos em 1814, Grã-Bretanha havia adquirido o território da Guiana, e durante meio século manteve uma disputa com Venezuela sobre sua fronteira ocidental, aspirando a uma porção cada vez maior de território. Venezuela tinha apelado várias vezes aos Estados Unidos, que em 1887 ofereceram seus serviços à Grã-Bretanha, propondo submeter a diferença a uma arbitragem. Os britânicos rejeitaram a proposta.

Entre as aspirações territoriais de Grã-Bretanha, a que mais preocupava os EUA era seu pretendido controle da desembocadura do rio Orinoco. Os venezuelanos alimentaram os temores sublinhando em nota oficial que não só a “Doutrina Monroe” (“América para os americanos”) estava em jogo, mas que “o controle inglês sobre a desembocadura de nossa grande artéria fluvial, e sobre alguns dos seus tributários, será a causa de permanente perigo para a indústria e o comércio de uma grande porção do Novo Mundo”. Um panfleto oficioso nos EUA afirmava que as demandas britânicas eram ilegais, e que se prosperassem poderiam alterar radicalmente as relações comerciais e políticas de pelo menos três países sul-americanos. O senador expansionista Henry Cabot Lodge disse que o controle sobre o Orinoco poderia converter o Caribe num “lago britânico”. Richard Olney, advogado das empresas ferroviárias,

em rápida ascensão política pelo seu papel na crise da Pullman (e consciente, portanto, da crise social que atravessava o país), chegou nesse momento ao comando da política externa.

Para Olney, a expansão para o exterior era a principal saída para os problemas do capitalismo norte-americano. Durante a greve da Pullman em 1894, ele usou todos os meios repressivos, e estava disposto a fazê-lo também no âmbito da política externa norte-americana.²⁸⁵ Seu primeiro pronunciamento público foi uma reinterpretação do discurso de despedida de George Washington, que pregava o isolamento dos Estados Unidos, arguindo que na verdade o *founding father* tinha dito só que o país deveria se manter longe dos assuntos mundiais até alcançar poder suficiente para comandar seu destino. O momento era chegado para firmar uma posição de liderança entre as potências mundiais. Venezuela pretendia submeter *todas* as questões limítrofes em conflito a um tribunal de arbitragem; Grã-Bretanha queria deixar fora de arbitragem as áreas ocupadas por colonos britânicos.

O Departamento de Estado dos EUA emitiu uma nota reclamando o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, afirmando que os únicos termos em que os EUA poderiam intervir seria exercendo pressão sobre os europeus para submeter o problema à arbitragem, com negociações diretas entre Venezuela e Grã-Bretanha. A entrada de Olney em cena marcou não só uma mudança de gabinete, mas uma reviravolta de política externa norte-americana. Em 20 de julho de 1895, Olney explicou a seu par inglês (Lord Salisbury) que a Doutrina Monroe era parte do direito público norte-americano; ela obrigava os EUA a considerar uma ofensa qualquer interferência de um Estado europeu nos assuntos políticos de um país americano. Na medida em que as negociações diretas entre as partes não resolvessem o problema, e devido à disparidade de poder entre os países em disputa, que impedia uma definição por meios militares, o único caminho aceitável para as três partes era submeter a disputa a uma arbitragem,

²⁸⁵ Walter Lafeber. *The New Empire. An interpretation of American expansion 1860-1898*. Ithaca, Cornell University Press, 1963, p. 256.

um posicionamento “que dificilmente poderia ser descrito como outra coisa do que como um ultimato”.²⁸⁶

Olney exigiu uma definição da Grã-Bretanha nos seus próprios termos: Estados Unidos resgatava a Doutrina Monroe, formulação de caráter unilateral datada de 1823, para reivindicar uma intervenção supostamente “imparcial”: “Os Estados Unidos são praticamente soberanos nesse continente e sua decisão é lei no tocante aos assuntos aos que circunscreve sua interposição. Não meramente pelo seu elevado caráter de Estado civilizado, nem porque a sabedoria, a justiça e a equidade são características invariáveis da conduta dos Estados Unidos. É porque, além das outras razões, seus infinitos recursos, unidos à sua posição isolada, o fazem arbitro da situação e praticamente invulnerável por uma ou todas as outras potências juntas”. Depois de citar novamente a Doutrina Monroe, declarou: “O governo dos Estados Unidos tem significado claramente à Grã-Bretanha e ao mundo que a controvérsia é das que afetam a um tempo sua honra e seus interesses, e cuja prolongação não podem olhar com indiferença... Nenhuma potência europeia nem aliança de potências poderá privar pela força a um Estado americano do direito e da faculdade de se governar livremente e de lavar sua própria fortuna e destino político”.²⁸⁷

A resposta de Salisbury, o chanceler britânico, quatro meses depois, rejeitou a arbitragem incondicional, e expôs as implicações da posição norte-americana. O governo britânico, sublinhava, não poderia aceitar a “nova” interpretação da Doutrina Monroe, que significava implicitamente a afirmação de um protetorado ianque sobre os países americanos. Ao insistir em que todas as disputas entre Europa e os países da América do Sul deveriam ser submetidas a arbitragem, concluía, deveria impor também aos Estados Unidos o dever de responder pela conduta desses países (Estados), e consequentemente a responsabilidade de controlá-los, duas obrigações que Olney, obviamente, rejeitava. Salisbury rejeitava a Doutrina Monroe como sendo parte do Direito Internacional,

²⁸⁶ George B. Young. *Intervention under the Monroe Doctrine: the Olney Corollary*. *Political Science Quarterly*, Vol. 57, nº 2, Washington, junho 1942.

²⁸⁷ Enrique Gil. *Evolución del Panamericanismo*. Buenos Aires, Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1933, p. 166.

e rejeitava também a pretensão de uma jurisdição norte-americana na disputa com a Venezuela.²⁸⁸

Em 17 de dezembro, o presidente Cleveland enviou uma mensagem ao Congresso dando apoio à posição de Olney, levando o episódio a um ponto crítico. O presidente reafirmou a extensão da Doutrina Monroe e solicitou fundos para a criação de uma comissão encarregada de investigar e decidir a disputa de limites em tela. Unilateralmente, Washington assumia a posição de que o direito estava do seu lado, e que no haveria lugar para compromissos. A Doutrina Monroe passava a ser interpretada em termos do interesse nacional norte-americano, sua ratificação foi definida como “importante para nossa paz e segurança como nação, e essencial para a integridade de nossas instituições livres e a tranquila manutenção de nossa distintiva forma de governo”. Os EUA tinham o dever de resistir a “uma agressão intencional contra seus direitos e interesses”. Cleveland concluiu sua mensagem afirmando ser consciente de “todas as consequências que poderiam se seguir”. Na Venezuela, a mensagem presidencial dos EUA foi recebida com entusiasmo.

A tensão política internacional chegou ao ponto da Bolsa de Wall Street sofrer forte queda em 20 de dezembro, com perdas por valor de 170 milhões de dólares. A recuperação foi, no entanto, quase que imediata: os investidores britânicos podiam abandonar suas posições, os americanos poderiam manter a situação sob controle. Foi uma prova de que o capital financeiro norte-americano poderia doravante jogar um papel autônomo nas finanças internacionais. O posicionamento do presidente evitou toda consulta a Venezuela, que se limitou a testemunhar o desenrolar de acontecimentos que a implicavam diretamente: o governo venezuelano só soube do conteúdo da nota de julho do Secretário de Estado dos EUA em dezembro de 1895, quando ela foi publicada pelos jornais. A última fase da crise internacional começou em janeiro de 1896, quando o governo britânico, apreensivo com os violentos sentimentos no governo e no público norte-americanos, reabriu a possibilidade da arbitragem. Olney e o embaixador britânico em Washington iniciaram negociações bilaterais. Por sugestão do Secretário de Estado, foi criado um grupo de trabalho, que culminou no

²⁸⁸ Joseph Smith. *Illusions of Conflict*. Anglo-American diplomacy toward Latin America, 1865-1896. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1979, p. 207.

estabelecimento de um tribunal de arbitragem formado por dois norte-americanos, dois britânicos e um experto russo em direito internacional.

Olney pediu para não citar nos trabalhos do grupo o pacto de 1850, no qual Venezuela e Grã-Bretanha se comprometiam a não ocupar o território em disputa, pacto que os ingleses não respeitaram: se esse pacto fosse citado, disse, isso “nos envolveria num prolongado debate que posporia indefinidamente a obtenção do objetivo que agora temos em mente”. A reaproximação implícita com os ingleses cimentava a “especial relação” que desenvolveriam Inglaterra e os EUA durante o século seguinte. Um tratado foi finalmente assinado em novembro, concedendo aos britânicos grande parte do território reclamado, com exceção das terras situadas na foz do Orinoco. Em troca, Grã-Bretanha reconheceu pela primeira vez a Doutrina Monroe e a hegemonia dos EUA no Hemisfério Sul. Venezuela, não convidada nem como convidada de pedra, conheceu o conteúdo do acordo apenas em dezembro, quando foi publicado. O governo de Caracas ratificou o acordo só depois de impedir com força policial manifestações de rua na cidade.²⁸⁹ O chanceler venezuelano afirmou que “só as perigosas consequências do desamparo em que a negativa colocaria a Venezuela” forçaram o país a reconhecer o tratado.

Argentina e Chile manifestaram sua negativa a aceitar a interpretação intervencionista dada por Cleveland à Doutrina Monroe. México, vítima recente do expansionismo norte-americano, convocou uma reunião da qual participaram representantes do Caribe e da América Central, que redigiram um informe afirmando que os princípios de 1823 estavam se tornando perigosamente amplos e vagos: “A novidade jurídica, de tão extraordinária importância política, de tão imensa significação para o futuro, contida nas afirmações não incluídas no texto primitivo da Doutrina Monroe, nem no seu espírito”, era tal que devia ser convocada “imperativamente” uma grande conferência americana para definir e fixar num tratado os verdadeiros alcances da Doutrina.²⁹⁰ No Brasil da Primeira República, ainda com a memória fresca do episódio do levante naval de 1894, o parlamento aprovou resoluções de apoio à atitude norte-americana. A animosidade despertada entre os

²⁸⁹ Walter Lafeber. *Op. Cit.*, p. 278.

²⁹⁰ Dexter Perkins. *Historia de la Doctrina Monroe*. Buenos Aires, Eudeba, 1964, p. 160.

venezuelanos, como consequência do tratamento humilhante que receberam, levou a Caracas a se posicionar contra os EUA na guerra hispano-americana, dois anos depois.²⁹¹

O episódio mostrou o potencial da visão que começava a firmar-se entre as lideranças políticas e econômicas da burguesia norte-americana: que a expansão comercial no exterior poderia resolver os problemas da estagnação econômica interna, e debelar as revoltas sociais. O “corolário Olney” interpretou a Doutrina Monroe no sentido de que o Hemisfério Ocidental estava naturalmente sob controle econômico e político norte-americano: a crise venezuelana foi administrada para favorecer os interesses norte-americanos sem atender senão secundariamente as demandas venezuelanas. A disputa de limites tinha se alastrado por cinquenta anos, sem que os EUA tomassem qualquer atitude. Foi no contexto da sua crise interna e da intensificação das lutas das grandes potências por zonas de influência no mundo que os EUA decidiram intervir agressivamente. O expansionismo norte-americano tinha sido proposto por alguns setores desde 1890, ganhando formulações antecipatórias. O tema que concentrou os debates sobre qual deveria ser a saída para as crescentes tensões sociais internas era o do fim do ciclo de expansão da fronteira agrária, apontado por diversos escritores e políticos. Em 1893, a exposição sistemática desse fato como chave da compreensão da história pregressa dos Estados Unidos, realizada pelo historiador Frederick Jackson Turner, teve impacto profundo, ao ponto de se incorporar à consciência intelectual norte-americana como chave para os novos tempos. Para apresentar a expansão da fronteira como o catalisador fundamental da história do país, Turner chamou a atenção sobre um dado do censo de abril de 1891.

Até 1880, o mapa político dos Estados Unidos chegava até a linha de fronteira da colonização, além da qual os padrões da civilização não contavam. O Bureau de Censos noticiava que esse mundo além fronteira tinha se dissolvido em “corpos

²⁹¹ Dexter Perkins afirmou que “nunca foram os Estados Unidos menos movidos pelo benefício econômico o a ambição territorial, nem sequer por uma sensação de perigo para sua segurança, que na controvérsia da Venezuela”. Para Perkins, a razão pela qual houve latino-americanos que não “agradeceram” o “braço protetor” dos EUA foi seu “delicado orgulho”: “Nesse cínico mundo nosso é sempre fácil acreditar o pior dos outros”.

isolados de colonização, ao ponto que dificilmente possa se dizer que exista uma linha de fronteira". A fronteira tinha sumido de fato como de direito. A proposta de Frederick Turner se baseava na tese de que o poderio econômico norte-americano havia sido gerado pela disponibilidade inicialmente inesgotável de terra disponível. Os "valores norte-americanos", individualismo, nacionalismo, instituições políticas, democracia, dependiam disso. Enquanto existisse terra disponível para ser ocupada, as oportunidades e a competência existiriam, e o poder econômico garantiria o poder político. Sem a energia criada pela expansão da fronteira, as instituições econômicas e políticas norte-americanas entravam num impasse.

A conclusão era que para não sucumbir, os Estados Unidos deviam se expandir ainda mais. Na análise das possibilidades de expansão que se apresentavam ao país no cenário mundial, Turner destacava que não estava longe que o caminho natural para a expansão comercial conduzia. Uma das opções mais importantes estava em "nossas presentes e futuras relações com América do Sul, acompanhadas da Doutrina Monroe. É uma máxima estabelecida do Direito Internacional que o governo de um Estado cujos indivíduos emprestam dinheiro a outro Estado pode interferir para proteger o dinheiro dos investidores, se eles são ameaçados pelo Estado devedor".²⁹² Outro curso possível para a energia expansiva rumo ao Leste da história norte-americana estava além mar, através do Oceano Pacífico; as demandas para fortalecer a presença do país nos mares e para a abertura do canal istmico do Panamá eram a consequência inevitável desse desenvolvimento.

O livro de Turner estava orientado para a definição dos fundamentos do abandono do isolacionismo dos Estados Unidos, o que era ressaltado pelo autor no seu prefácio: "Devemos estudar a transformação do ermo norte-americano, longe da Europa, e como seus recursos e sua liberdade de oportunidades produziram as condições sob as quais um novo povo, com tipos e ideais sociais e políticos novos, pôde surgir para ter seu próprio papel no mundo, e influenciar a Europa": "(Turner) proclamou em seu trabalho o fim da fronteira interna,

²⁹² Walter Lafeber. *Op. Cit.*, p. 70. Frederick Jackson Turner. *The Frontier In American History*. Charlottesville, University of Virginia, 1997.

à qual atribuiu as características nacionais e atributos melhores da vida norte-americana. Mas também disse que um povo não esquece uma experiência secular, a conquista de uma fronteira móvel, 'e que, portanto, cabe esperar que lançar-se-á em direção de novos rumos com idêntica dureza, espírito prático e decisão'. Nas últimas palavras de seu trabalho, comparou a fronteira interna com o Mediterrâneo como veículo de movimento para os gregos".²⁹³

Turner não foi o único a se valer de analogias históricas. Coube a outro historiador e estrategista norte-americano traçar um programa com objetivos e métodos específicos para a ação expansionista dos EUA. Alfred T. Mahan, um marinho mais afeiçoado aos livros que à vida no mar, tinha sido convidado em 1886 na Escola de Guerra para explicar os princípios da moderna guerra naval. Durante a guerra civil, barcos de aço movidos a vapor tinham lutado nos dois lados, mas não existia um cânone de referência sobre a tática e os métodos do tipo de luta naval que dominaria nos próximos anos. Mahan expôs que o controle do mar era um fator histórico que não tinha sido apreciado e exposto prévia e sistematicamente.

Apontando às condições econômicas dos Estados Unidos, um complexo industrial capaz de produzir grandes excedentes, Mahan se voltou para o exemplo da Inglaterra do século XVII, nos começos do seu império naval. Seis características principais definiam o passado inglês, vitais para o desenvolvimento de um potencia naval e mundial moderna, e forneciam um modelo a ser seguido. Em primeiro lugar, a geografia estratégica. A diferença de outros Estados marítimos, a França ou os Países Baixos, os Estados Unidos no precisavam se preocupar em proteger a fronteira terrestre, que drenava recursos humanos e materiais que seriam mais bem utilizados na expansão de ultramar. Em segundo lugar, a geografia física: uma nação em caminho de se tornar um poder marítimo precisa grandes costas, portos profundos e protegidos, e um interior fértil. Os Estados Unidos tinham isso em abundância. Outro requisito era uma população "navegante" com um "inato amor pelo mar". Até a crise marítima posterior à guerra civil, os EUA tinham sido uma grande nação navegante, e era o momento de revitalizar esse espírito. O quarto elemento era o estabelecimento de uma grande marinha mercante. O transporte de mercadorias norte-americano já tinha rivalizado

²⁹³

Hebe Clementi. *F. J. Turner*. Buenos Aires, CEAL, 1992, p. 20.

com a Grã-Bretanha em tonelagem e em prestígio, mas isso tinha acabado também com a guerra civil.²⁹⁴

A importância do caráter nacional era colocada em quinto lugar. O povo de um Estado marítimo devia ser materialmente expansivo, com gosto pelos lucros do comércio exterior e pelo dinheiro. Os Estados Unidos contavam também com esses atributos, em grande proporção. Para Mahan, o florescimento completo de estas qualidades nacionais fora posto em xeque pelos “obstáculos legislativos” dos políticos pouco dispostos a ampliar as possessões de ultramar. Finalmente, e com a máxima importância, estava a questão do caráter do governo. Os governos de alguns grandes poderes marítimos, como Cartago e Espanha, tinham sido despóticos, e era muito mais desejável ter uma estrutura política participativa, em que os líderes estivessem imbuídos do espírito do povo. No século XVII, Inglaterra possuía o germe desse ideal, que os EUA o levaram ainda mais longe.

O que diferenciava as necessidades norte-americanas em relação aos poderes marítimos da era mercantilista era que o real valor das colônias, em finais do século XIX, era sua função como bases navais estratégicas. Mahan definiria uma série de objetivos que deviam ser atingidos para garantir a presença norte-americana nos mares. Os EUA precisavam construir um canal interoceânico para permitir à costa Leste competir em igualdade de condições com Europa nos mercados asiáticos e na costa ocidental da América Latina. Hawaii cumpriria o papel de evitar o domínio britânico no Pacífico, seu controle seria um passo fundamental na marcha norte-americana para aquela região. Nas Filipinas, os Estados Unidos deveriam ocupar as ilhas Ladrões e Luzon, sem necessidade de expulsar os espanhóis que ainda as colonizavam (o que de fato aconteceu). Mahan também sublinhou a importância estratégica do Caribe, não menor que a do Mediterrâneo, outrora centro do poder naval. Sem o domínio do Caribe e o controle absoluto do canal e do istmo de Panamá, e sem a posse de estações navais no

²⁹⁴ Alfred. T. Mahan. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Mahan entendeu depois que uma nação não precisava carregar seus produtos sob sua própria bandeira para ser comercialmente próspera, mas precisava sim de uma marinha de guerra poderosa capaz de proteger os bens e os navios que os transportavam. Cf. William E. Livezey. *Mahan on Sea Power*. Norman, University of Oklahoma Press, 1981.

Pacífico, inclusive nos mares da China, para amparar o comércio e os interesses norte-americanos na Ásia, os Estados Unidos não poderiam garantir a segurança da sua posição internacional, nem continuar o desenvolvimento da nação.²⁹⁵

Na mesma época, um intelectual cubano correspondente nos EUA do jornal argentino *La Nación*, nomeado cônsul plenipotenciário nos Estados Unidos pelos governos de Argentina e Uruguai, José Martí, caracterizava, desde o lado oposto, a vocação imperialista norte-americana em relação ao restante da América: “De um lado, há na América um povo que proclama seu direito, por auto-proclamação, de reger, pela moralidade geográfica, o continente, e que anuncia, pela boca de seus estadistas, na imprensa e no púlpito, no banquete e no congresso, enquanto põe a mão sobre uma ilha e tenta comprar outra, que todo o norte da América deve ser seu e que se lhe deve reconhecer o direito imperial do istmo para baixo; e, do outro, estão os povos de origens e fins diversos, cada dia mais ocupados e menos receosos, que não possuem outro inimigo real que sua própria ambição e a do vizinho que os convida a que poupem o trabalho de lhes tirar amanhã, pela força, o que lhe podem dar, com agrado, agora”. No ano seguinte, Martí representou vários países de América do Sul na Conferência Monetária hemisférica, na qual utilizou seus conhecimentos das divergências internas no Partido Republicano para levar a reunião ao fracasso, incluindo uma batalha política cara a cara com Blaine, idealizador do movimento pan-americanista, que pagou o preço de perder adeptos no seu partido e com isso seu sonho de se candidatar para a presidência dos EUA. Segundo Ricaurte Soler, os textos de Martí da década de 1890 são os que iniciam em toda América Latina o desenvolvimento de uma consciência oposta ao imperialismo econômico dos EUA desde uma posição democrático-revolucionária.²⁹⁶

O Departamento de Marinha dos EUA não levou muito a sério suas propostas, mas o livro de Mahan foi traduzido para doze línguas, despertando grande interesse na Grã-Bretanha, Alemanha e Japão, e em alguns círculos influentes na política do seu país. Depois de um tempo, congressistas dos dois

²⁹⁵ Ramiro Guerra y Sánchez. *La Expansión Territorial de los Estados Unidos*. La Habana, Editora Cultural, 1935, p.370.

²⁹⁶ Ricaurte Soler. *Idea y Cuestión Nacional Latinoamericanas*. México, Siglo XXI, 1980.

grandes partidos se apropriaram de passagens do livro. Ao finalizar a guerra civil, a Armada norte-americana estava entre as primeiras do mundo. Com a paz, o país dirigira seus esforços à expansão da fronteira e à reconstrução econômica interna. Durante anos não houve quase investimentos para a Armada, que caiu para a 12^o posição mundial, ficando atrás da China e até do Chile.

O Congresso norte-americano finalmente autorizou a construção de 25 navios, mas o poderio da Armada continuou inferior ao das potências europeias. Quando a tensão com a Grã-Bretanha fez acreditar que o conflito poderia acabar num confronto militar, o presidente democrata lamentou que a política externa tivesse que correr em desvantagem pela falta de condições para “reforçar os termos ditados pelo seu senso do dever e justiça”.²⁹⁷ Como tinha acontecido na procura de criar novas rotas comerciais com a América do Sul, a reivindicação de uma poderosa frota naval ia ao encontro dos interesses do poderoso lobby do aço, liderado por Andrew Carnegie, que havia centralizado o setor num gigantesco monopólio que, desde 1890, estava em condições de produzir muito mais do que demandava o mercado interno

As sugestões de Turner e Mahan encontraram sua expressão política em Theodore Roosevelt, encarnação das mudanças políticas que se desenvolviam no Partido Republicano depois do fim da reconstrução pós-guerra civil. Na sua juventude, Roosevelt tinha escrito um estudo da batalha marítima contra Inglaterra de 1812, tópico também tratado por Mahan, em que demonstrava que o elemento decisivo do seu desfecho tinha sido a preparação das frotas beligerantes. Escrevera também um volumoso livro sobre a conquista do Oeste, exaltando os valores da prevalência dos mais fortes na colonização, assim como laudatórias resenhas de *A Significação da Fronteira na História Americana* (de Turner) e de *A Influência do Poder Marítimo na História* (de Mahan), que contribuíram para a repercussão de ambos os livros na elite política norte-americana.

Roosevelt mantinha estreita relação com personagens como o senador expansionista de Boston, Henry Cabot Lodge, e

²⁹⁷ Robert Seager. Ten years before Mahan: the unofficial case for the New Navy, 1880-1890. *The Mississippi Valley Historical Review*, Vol 40 n^o 3, dezembro 1953. Cf. também: Jacques Crokaert. *La Méditerranée Américaine*. Paris, Payot, 1927.

outros políticos “nacionalistas”. O futuro idealizador da política do *Big Stick* tinha sua origem em um meio social que desprezava a nova burguesia capitalista e sua conduta orientada exclusivamente pela sede de lucros. Essa elite de intelectuais aristocráticos, afastados do prosaico mundo dos negócios, percebia que a tradicional liderança espiritual da sua linhagem, que provinha dos *founding fathers*, estava ameaçada, o que era a causa principal das incertezas políticas. A crise histórica que atravessava o país avivou o inconformismo da velha elite, e a induziu a pensar que estava na hora de retomar as rédeas do país.²⁹⁸

Brooke Adams, bisneto de John Adams, segundo presidente dos EUA (1797-1801), neto do John Quincy Adams, sexto presidente do país (1825-1829), e inspirador intelectual da Doutrina Monroe, fazia parte dessa elite. A crise econômica de 1893 levou sua dinastia familiar à falência, e Brooke sentiu desmoronarem-se suas convicções precedentes: se tornou um defensor do bimetalismo, próximo das posições populistas, mas a irresistível ascensão dos trustes e da luta de classes o fizeram admitir que a mudança nas relações internas e externas do país precisava de um rumo. Assumindo o papel de estrategista político que lhe facilitava e impunha seu passado familiar, Adams delineou um programa. A centralização econômica devia ser encorajada para dar aos EUA o poder necessário para competir com seus rivais; era necessário também disputar o cenário asiático com as outras potências; e, finalmente, encontrar o homem providencial cujas qualidades marciais o fizessem capaz de liderar a nação nessa cruzada.

Esse homem foi seu colega de estudos (e de loja estudantil, na *Harvard University*) Theodore Roosevelt: juntos fizeram uma ardente campanha para intervir em Cuba, vista como a grande oportunidade que se oferecia para sufocar o drama da divisão nacional, e afogar na embriaguez guerreira as forças fora de controle na sociedade (a luta de classes). Um dos temas preferidos de Roosevelt era a superioridade dos valores militares sobre os econômicos. O estado de ânimo mais perigoso para a nação não era o belicismo, mas o pacifismo, ao qual tendiam todas as nações ricas, se distanciando “das mais valiosas de todas as qualidades, as virtudes militares”: “Esse

²⁹⁸ Edgardo Loguercio. *Panamericanismo versus Latinoamericanismo*. Um debate na virada do século XIX para o século XX. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Prolam-USP, 2007.

Heraldo do militarismo e do imperialismo dos Estados Unidos imprimiu à sua atuação política muitas das características típicas de recentes autoritarismos: nacionalismo romântico; desprezo pelos motivos materialistas; culto da força e do líder; apelo aos setores médios da sociedade; postura ideal de manter sua visão por cima das classes e dos interesses de classe; sentimento de ser um eleito do destino, e até um matiz de racismo”,²⁹⁹ escreveu o decano dos “historiadores progressistas” dos EUA.

As turbulências dos anos 1890 criavam um caldo de cultura para que as fantasias expansionistas penetrassem nos mais diversos setores sociais. A depressão econômica pusera à pequena burguesia e também à aristocracia tradicional numa situação desconfortável, de um lado pela proliferação dos trustes e do outro pelo crescimento do movimento operário e do populismo. Para essas classes e setores sociais a guerra poderia representar uma reafirmação da personalidade e unidade nacionais, e lhes oferecer a sensação de que o país não tinha perdido sua capacidade de crescimento e mudança. Os brancos nativos foram exaltados, com a criação do mito do *lonely cowboy* de origem anglo-saxã, armado e desafiador da morte, em oposição aos novos ricos pusilânimes, e também ao perigoso proletariado das cidades, com sua praga de imigrantes e “socialistas lunáticos”, explorando a popularidade da posse individual de armas entre a população espalhada pelo interior do país.³⁰⁰

Mas, esse mito pretensamente fundador da identidade nacional norte-americana era demasiado frágil e recente (embora a nascente indústria cinematográfica tentasse viabilizá-lo através do *western*, fazendo dele seu alicerce popular), e de força incomparavelmente menor ao romanticismo europeu, com seus mitos da França e da Alemanha etnicamente “eternas” (do “caubói” ou do pioneiro de fronteira poderia se dizer qualquer coisa, menos que fosse eterno ou racial-etnicamente homogêneo). Os EUA permaneciam sendo essencialmente uma construção político-ideológica contemporânea, não podendo pretenderem ser uma força originada no alvorecer dos tempos: “O nacionalismo oficial dos Estados Unidos não é tribal mas

²⁹⁹ Richard Hofdstader. *La Tradición Política Norteamericana*. Barcelona, Seix Barral, 1972, p. 259.

³⁰⁰ Eric J. Hobsbawm. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

essencialmente político, precisando, portanto, de constantes injeções intravenosas para sobreviver à anemia”.³⁰¹

A substância contida nessas injeções devia ter, necessariamente, um princípio ativo supostamente histórico-científico. A propagação do darwinismo social elaborado na Europa, ecoada pela imprensa reacionária e traduzida em obscuras doutrinas religiosas divulgadas por predicadores fanáticos, foi desse modo o marco para a ofensiva ideológica dos expansionistas. Em *A Conquista do Oeste*, Roosevelt afirmou que “a expansão dos povos de língua inglesa sobre a superfície do globo” era a gesta “mais assombrosa e importante da história universal”. A denominação que recebeu essa nova ideologia de cunho implicitamente racista retomou o termo utilizado para definir a propaganda antirrusa espalhada pelo imperialismo inglês, a partir de 1870: *jingoísmo*.

Alarmado pelo retrocesso na vida civil provocado pelo patriotismo imperialista, John Hobson escreveu: “O jingoísmo é meramente o anseio do espectador, despojado de todo esforço, risco, ou sacrifício pessoal, regozijando-se nos perigos, nas dores, e na matança de homens que não conhece, mas cuja destruição ele deseja numa cega e artificial paixão de ódio e vingança. No *Jingo* tudo é concentrado no perigo e na fúria cega da batalha”.³⁰² Roosevelt assumiu sem vacilações o epíteto: “Se fala muito de ‘jingoísmo’. Se ‘jingoísmo’ significa uma política em virtude da qual os norte-americanos insistem com resolução e sentido comum em seus direitos com relação aos poderes estrangeiros, então nós somos ‘jingos’”, declarou ao *New York Times* em outubro de 1895.

Por pressão de um grupo de congressistas sobre o novo presidente eleito em 1897, o republicano William McKinley, Roosevelt foi nomeado Secretário de Estado da Marinha. Confesso e convicto partidário da guerra contra a Espanha em Cuba, encabeçou a tendência belicista dentro do governo, vencendo as resistências do próprio presidente, e virou o principal porta voz da histeria expansionista. A tendência dos Estados Unidos para se impor mediante a força militar tinha se manifestado já uma década antes da vitória eleitoral do republicano, quando, por primeira vez depois da expansão nos territórios mexicanos, Washington decidiu intervir nos assuntos

³⁰¹ Yuri Slezkine. *Op. Cit.*, p. 499.

³⁰² John A Hobson. *L'Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1996.

internos de um país latino-americano em 1885: um milhar de *marines* (fuzileiros navais) desembarcou na Colômbia para “ajudar” o governo a suprimir uma rebelião na região de Panamá. Isso ocorreu no contexto da previamente fracassada tentativa norte-americana de estabelecer direitos exclusivos para a construção de um canal a traves do istmo panamenho, e de obter concessões para construir bases navais nas costas da Colômbia.

Nesse período começou a ser promovida a política de portas abertas na Ásia (*Open Door Policy*), com o envio do embaixador Charles Denby à China, procurando obter concessões especiais para o comércio e as inversões norte-americanas. Durante a administração Harrison (1889-1893) houve intervenções militares norte-americanas no Haiti e no Chile. Washington começou a negociar em 1891 com uma das facções beligerantes na guerra civil no Haiti a instalação de uma base naval, o monopólio comercial em certos produtos, e o estabelecimento do que teria sido virtualmente um protetorado no Caribe. Ainda que a facção haitiana de Hyppolite vencesse o conflito com o apoio norte-americano, o novo regime negou-se a ceder às pretensões dos seus aliados.

O episódio chileno teve consequências mais duradouras, porque feriu o orgulho nacional norte-americano e deu argumentos aos que reclamavam acelerar a ampliação dos recursos para construir uma poderosa Armada. Quando explodiu a revolução contra o presidente chileno Balmaceda em 1891, navios de guerra norte-americanos saquearam o navio rebelde *Itata*, e a *US Navy* informou ao governo chileno a localização da frota rebelde. Balmaceda era explicitamente favorável aos interesses norte-americanos, enquanto os rebeldes, que finalmente conseguiram ficar com o poder, tinham o apoio da Grã-Bretanha. Em outubro, dois marinheiros norte-americanos foram assassinados quando se encontravam em terra na cidade de Valparaíso, e outros trinta e seis foram detidos pela polícia chilena.

A notícia foi recebida como um insulto nacional nos Estados Unidos, onde a imprensa reclamou uma declaração de guerra, que esteve a ponto de ser apoiada pelo presidente Harrison. O conflito foi evitado depois de uma desculpa dos chilenos, que indenizaram às famílias dos mortos. E, em 1894, a revolução monarquista no Brasil, apoiada principalmente na Marinha (com o aval britânico) esteve perto de triunfar contra o presidente Floriano Peixoto, simpatizante dos Estados Unidos.

Rompendo o bloqueio do Rio de Janeiro imposto pelas forças monarquistas, a frota norte-americana acompanhou navios comerciais, entrou na Bahia de Guanabara e abriu fogo contra os barcos rebeldes, o que evitou a queda da Primeira República. Esses episódios eram relativamente marginais com relação ao eixo principal da política externa norte-americana.

As vozes favoráveis à expansão haviam se tornado dominantes no Partido Republicano durante a campanha eleitoral precedente. A plataforma eleitoral republicana em 1896 propunha um “monroísmo” agressivo, explorando o orgulho nacionalista já agitado na crise venezuelana, propondo o controle norte-americano das ilhas do Hawaii e do projetado canal interoceânico em Panamá, e se pronunciava em defesa dos independentistas cubanos: *“Ratificamos a Doutrina Monroe em toda sua extensão, e reafirmamos o direito dos Estados Unidos a lhe dar efeito em resposta à solicitude de qualquer Estado americano de uma intervenção amistosa no caso de intervenção europeia. Observamos com profundo e permanente interesse as heroicas lutas dos patriotas cubanos contra a crueldade e a opressão. Esperamos com ilusão a futura retirada das potências europeias de este hemisfério”*. Theodore Roosevelt evocava Rudyard Kipling, o poeta do imperialismo britânico, e surgiam até comparações dos EUA com o Império Romano. O jornalista Henry Watterson afirmava, em 1896: “Somos uma grande República Imperial, destinada a exercer uma influência controladora sobre as ações da humanidade”...

Segundo Walter Lafeber, a elite que assumiu o poder em março de 1897 com McKinley era um grupo ilustrado “cosmopolita”, que concentrou a tomada de decisões no topo de uma aliança organizada em função da construção de um império. A aliança integrava grupos de interesse que incluíam o lobby naval, o capital comercial, aventureiros financeiros e produtores de bens de consumo. Com a autoridade de seu passado militar na guerra civil, como experimentado membro do Congresso e especialista em política tarifária e acordos de reciprocidade, o presidente procedeu à modernização da estrutura diplomática, criando o primeiro sistema de comunicações eficiente, subordinando o Congresso às determinações do Poder Executivo nessa área. O compromisso com a Doutrina Monroe estava condicionado pela tradição monroísta republicana, pela defesa de sua plataforma eleitoral e pelas suas declarações de 1895 em apoio à política da administração Cleveland-Olney.

McKinley atuou, porém, como um expansionista pragmático. Nos posicionamentos em favor da intervenção dos EUA em Cuba, ou nos debates no Congresso, a Doutrina Monroe não foi citada. A referência era evitada em virtude da nova aproximação com a Grã-Bretanha, devido as colônias inglesas sobreviventes na América, especialmente o Canadá. Em troca disso, os britânicos se declararam neutrais na ações externas decididas pela Casa Branca, dando aos norte-americanos uma grande liberdade de ação tanto no Caribe quanto no Pacífico: “A rejeição por McKinley do recurso à Doutrina Monroe em 1898 se explica, fundamentalmente, porque havia três motivos que desaconselhavam sua utilização: seu reconhecimento como norma de conduta era muito discutida na opinião pública doméstica e internacional; carecia de utilidade tática na previsível luta com o Congresso pela direção da política exterior; e poderia comprometer a nova cordialidade anglo-americana e o importantíssimo apoio britânico”.³⁰³

Condições internacionais cambiantes facilitaram a intervenção norte-americana em Cuba, em 1898. Os planos norte-americanos para ocupar Cuba e Porto Rico durante o decorrer do século XIX haviam sido arquivados depois dos levantamentos independentistas nas duas ilhas, em 1868. Espanha conseguira manter as ilhas do Caribe como colônias até o final do século XIX porque as ambições britânicas e norte-americanas tinham se neutralizado mutuamente. A aproximação entre as duas potências, a partir e depois da disputa de limites na Venezuela, deixou exposta a fragilidade da posição espanhola. Majoritariamente, o sentimento da “comunidade de negócios” norte-americana, em particular na costa Leste, era contra a intervenção em Cuba. Os presságios de guerra provocaram quedas de cotação em Wall Street, enquanto as informações que previam a manutenção da paz impulsionavam tendências à valorização no mercado de ações.

A imprensa financeira norte-americana desenvolvia intensa campanha contra o “jingoísmo” e publicava, com frequência, editoriais pacifistas. A razão principal era o temor de que um conflito bélico abortasse a recuperação econômica, que tinha sido ameaçada em 1895 pela crise venezuelana, e em

³⁰³ Sylva Hilton e Steve Ickringill. La doctrina Monroe y el presidente McKinley en 1898. *Cuadernos de Historia Contemporánea*, nº 20, Buenos Aires, 1998.

1896 pela ameaça de liberalização da prata em caso de vitória eleitoral democrata. Em 1897 a economia dava sinais de uma recuperação firme, sustentada pelo aumento das exportações. O volume de vendas ao exterior ascendia a níveis nunca vistos, com um saldo comercial favorável de 286 milhões de dólares, e notáveis desempenhos nas manufaturas de ferro, aço e cobre; os Estados Unidos iniciavam uma fase sem precedentes de expansão no mercado mundial. Muitos temiam que a entrada na guerra provocasse uma desvalorização do dólar e um retorno dos defensores da prata livre. Só alguns setores do empresariado, vinculados à indústria do açúcar em Cuba, se manifestavam claramente em favor da intervenção. Inclusive quando, em março de 1898, a participação no conflito cubano parecia inevitável, muitos dos jornais mais influentes continuaram a se opor a ela.

Em que pese a convicção geral de que o futuro da economia norte-americana dependia de garantir seus mercados externos, os capitalistas ianques não eram favoráveis à aquisição de colônias. O que começava a ganhar adesões era uma nova política de livre comércio, almejando a abertura de novos destinos para o a produção do país. No entanto, em 1897, dois eventos sugeriram que o mundo podia não ser muito hospitaleiro para com os produtos *made in USA*. O primeiro foi o pronunciamento do ministro de relações externas da Áustria-Hungria, o conde Goluchowsky, que advogou em favor de um acordo entre os países europeus para fechar fileiras contra a “concorrência destrutiva de países transoceânicos”, augurando que o século XX seria “um período marcado pela luta pela existência na esfera político-comercial”.³⁰⁴

O *Journal of Commerce* de Nova York alertou que o discurso apontava ao fechamento não só dos mercados europeus, mas também do comércio norte-americano na Ásia. A suspeita pareceu confirmar-se em novembro do mesmo ano, quando se conheceu a notícia de que Alemanha tinha ocupado o porto de Tsingtau, na China, reclamando a seguir a instalação de uma base naval na Bahia de Kiaochow e concessões para instalar ferrovias. Os alemães conseguiram também do governo imperial chinês a cessão do Port Arthur, e outros territórios na península de Liaotung (que, oito anos depois, estiveram no centro da guerra russo-japonesa). Em compensação, França e

³⁰⁴ Julius Pratt. American business and the Spanish-American War. *The Hispanic American Historical Review*, Vol 14 nº 2, maio 1934.

Grã-Bretanha reclamaram e receberam vantagens comerciais. O temor nos Estados Unidos era que, com esses movimentos, os europeus estavam iniciando a partilha da China, um imenso mercado potencial de 400 milhões de habitantes.

O *Journal of Commerce*, tradicionalmente pacifista, anti-imperialista e promotor do livre comércio, declarou que Washington não só devia exigir aos chineses igualdade de direitos, como defendeu a construção do canal no istmo centro-americano, a aquisição de Hawaii e o aumento da frota de guerra, três medidas às quais tinha antes se oposto. Do seu lado, os empresários vinculados ao comércio através do Oceano Pacífico criaram, em junho de 1898, a Associação Asiático-Americana, para salvaguardar os negócios e cidadãos norte-americanos na China e Japão, e para centralizar a informação sobre os problemas naquela região, estabelecendo laços com o Departamento de Estado. A rápida vitória do almirante George Dewey na Bahia de Manila, nas Filipinas, despertou o entusiasmo dos capitalistas. A ação tinha sido ordenada pelo Roosevelt, sem o consentimento prévio do presidente e violando todos os procedimentos legais (McKinley deu depois seu aval a Roosevelt). A 1º de maio de 1898, a frota norte-americana destruiu a frota espanhola no Pacífico, o que fortaleceu as demandas pela anexação de Hawaii.

No Caribe, isso se traduziu no objetivo de dominar Porto Rico, pela sua posição estratégica, alimentando o debate nacional sobre os benefícios da intervenção na guerra cubana e inclusive, para os mais extremistas, de uma anexação de Cuba. A imprensa sensacionalista de William Randolph Hearst completou o trabalho político com sua propaganda imperial-chauvinista, exaltando a “missão libertadora” da nação, numa grosseira mistura de altruísmo e sede de sangue. Grande parte daqueles que defendiam a liberdade e a democracia ficaram consolados com o verniz de “internacionalismo filantrópico” com que se cobria a empreitada em Cuba. O golpe final contra a autonomia econômica de Cuba foi dado por McKinley, com o aumento das tarifas para a entrada de açúcar de melhor qualidade nos Estados Unidos; ante as “vantagens” fiscais (que não passavam de pressão dos *trusts* sobre o governo norte-americano), só restava aos produtores cubanos exportarem açúcar bruto.

As relações econômicas entre Cuba e Espanha e Cuba e Estados Unidos baseavam-se nas peculiaridades da transição do antigo colonialismo para o novo imperialismo. Em finais do

século XIX, já apontava a expansão dos EUA para o Sul. O termo *pan-americanismo* foi utilizado pela primeira vez nas colunas do jornal *The New York Evening Post* em 1882, durante a ação do Secretario de Estado James Blaine para organizar um congresso das nações americanas em Washington, com o objetivo de conformar uma espécie de *zollverein* comercial de todo o hemisfério. O conceito reproduzia as ideologias espalhadas desde meados do século para definir os projetos de unificação de nações no contexto do crescente poder colonial das potências capitalistas europeias: o pan-helenismo, o pangermanismo, o pan-islamismo, o pancelticismo, e outras denominações similares, designavam movimentos que se voltavam para o passado no intuito de justificar estratégias de construção de grandes espaços econômicos e políticos. No caso norte-americano, o conceito de pan-americanismo não se tornou corrente de imediato, ressurgindo na Conferência de Washington de 1889, e ganhando força nas primeiras décadas do século XX.

Os interesses norte-americanos em Cuba, ainda colônia espanhola, haviam crescido nas décadas precedentes. A partir de 1880 começaram os investimentos na indústria açucareira cubana, no mesmo período em que ocorria a concentração da indústria de refino no Leste dos Estados Unidos, orientando-se a obter de Cuba o açúcar cru, sua matéria prima. Aproveitando o desgaste econômico provocado em Cuba pela “Guerra dos Dez Anos”, acompanhada pela crise internacional do açúcar, a burguesia norte-americana assumiu o controle dos engenhos cubanos. A crise de 1883 deu fim à agonizante aristocracia cubana do açúcar, suplantada pelo capital estrangeiro. As plantações da *Atkins and Co.* tornaram-se “uma sociedade dentro da sociedade”, e pressionaram o congresso norte-americano para conseguir benefícios tarifários, o que levou Espanha a abandonar o protecionismo para converter Cuba em apêndice econômico dos Estados Unidos. Junto aos investimentos açucareiros havia os mineiros.

Os interesses da indústria norte-americana se vinculavam aos interesses dos investidores norte-americanos em Cuba, se aliando com os interesses dos fabricantes de artigos exportados para Cuba. Entre 1880 e 1886, enquanto Espanha exportava 30% da sua produção para Cuba e importava dela apenas 3% de sua produção, os Estados Unidos exportavam 20% e compravam 62% dos bens exportáveis da ilha: os interesses norte-americanos, aliados aos interesses das

elites locais, se expandiam sobre Cuba pela via da dependência econômica, forma de dominação mais efetiva que a dominação militar, único recurso de que dispunha a Coroa espanhola. No começo da “segunda guerra de independência” cubana, os norte-americanos tinham inversões em Cuba por cerca de 50 milhões de dólares.³⁰⁵ A insurreição rebelde de 1895 em Cuba provocou uma grande expectativa em Washington, que evitou reconhecer imediatamente os insurgentes, mas via com bons olhos a desestabilização do poder espanhol.

Edward Atkins, magnata do açúcar cubano, solicitou ao governo de Cleveland o apoio para a autonomia de Cuba, mantendo esta porém seu vínculo com Espanha, contra o programa dos rebeldes. Havemeyer, homem de negócios e cabeça do grande truste açucareiro norte-americano, chegou a afirmar que os acionistas da empresa seriam suficientes para pôr Cuba sob a dominação norte-americana. A campanha político-militar do povo cubano em rebelião virava uma campanha em favor dos grupos norte-americanos decididos a subjugar a ilha. A cobiça pelo controle desse negócio mobilizou uma fração do novo capital monopolista norte-americano, fator que favoreceu o apoio à intervenção militar. O grupo de John Rockefeller, proprietário do truste petrolífero da Standard Oil, também ativo no setor financeiro, tinha uma forte presença no governo republicano: no fim do conflito, seu *National City Bank* ficou com o controle total da indústria do açúcar em Cuba.³⁰⁶

O afundamento do navio de guerra norte-americano *Maine* em 16 de fevereiro de 1898, depois de uma misteriosa explosão, com a morte de 260 marinheiros ianques, foi utilizado como justificativa para exaltar os ânimos belicistas. Em 21 de abril o governo norte-americano declarou guerra a Espanha pela independência de Cuba, Porto Rico e as Ilhas Filipinas. O chefe das tropas rebeldes cubanas, depois das mortes em combate de Martí e Maceo, Máximo Gómez, considerava que o conflito punha a Bolívar e Washington de um mesmo lado contra o poder colonial europeu. Com a chegada das tropas norte-americanas, a guerra se definiu rapidamente. Na Espanha, o regime republicano tinha sido abolido em 1874, e o

³⁰⁵ Julio Le Riverend. *Historia Económica de Cuba*. Barcelona, Ariel, 1972, p. 189.

³⁰⁶ Rockefeller contribuiu com 250 mil dólares para a candidatura de McKinley em 1900, financiando a décima parte dos gastos de sua campanha eleitoral.

regime monárquico restaurado por meio de uma aliança com os liberais. A preocupação principal do governo espanhol em relação à questão cubana era que pudesse incitar um golpe de estado na península. Como a Coroa era identificada com a unidade de país, incluídas as colônias, aceitar a derrota diante dos independentistas significaria uma perda de legitimidade diante das próprias classes dominantes, do exército espanhol e da Igreja. A entrada dos EUA no conflito permitia uma saída honrosa e rápida, compreensível pelo poderio do novo inimigo.

Quando o governo norte-americano entrou no conflito, McKinley tirou os líderes cubanos da tomada de decisões militares e, depois, das negociações políticas de paz. Roosevelt, lançado à primeira linha da política norte-americana, popularizou a guerra e criou um corpo de voluntários, os *Rough Riders*, que ganhou destaque na única batalha terrestre que houve na ilha. O desenlace da guerra se resumiu a um ataque por terra aos quartéis de Santiago, e a uma batalha naval na baía dessa cidade, que acabou com toda esperança de recuperação das forças espanholas. Estados Unidos procurou de imediato impedir a transferência da soberania política para os cubanos, especialmente aos rebeldes independentistas, dos quais temiam uma revolução que questionasse a propriedade e os interesses dos capitalistas norte-americanos na ilha. A motivação dos EUA para evitar uma revolução social em Cuba estava diretamente ligada ao temor do *establishment* a um levante popular interno. A decisão de entrar na guerra chegou precisamente quando, no momento crítico do conflito, as partes beligerantes (cubanos vs. espanhóis) rejeitaram as propostas diplomáticas para chegar a um compromisso.

As forças militares norte-americanas, com a ajuda militar dos cubanos, que desde a morte de José Martí se encontravam divididos, foram conseguindo a rendição dos chefes do exército espanhol. Os Estados Unidos, porém, não reconheceram o Partido Revolucionário Cubano (PRC) e sua delegação estabelecida em Nova York, nem o Conselho de Governo presidido pelo general Bartolomé Masó, nem o Comandante Maior do exército cubano. O chefe das forças estadunidenses não permitiu nem que as forças cubanas entrassem na capital do Oriente após a vitória. Essa conduta provocou protestos, renúncia de chefes militares e divisão do Exército Revolucionário. Os governos de Estados Unidos e de Espanha se reuniram em Paris e assinaram a 10 de dezembro de 1898 o tratado de paz que reconheceu a independência de



Cuba, sem permitir a presença de representantes dos rebeldes cubanos.

Capa de revista popular norte-americana (abril de 1901) retratando Columbia - personificação do país - com um chapéu no formato de um navio de guerra carregando as palavras "potência mundial" e "expansão"

Pelo tratado, Espanha cedeu aos Estados Unidos a ilha de Porto Rico, Guam e as Filipinas, por 20 milhões de dólares. Com uma força de ocupação estadunidense foi instalado na ilha um governo militar em janeiro de 1899. Suas primeiras providências foram desarmar política e militarmente os rebeldes: desfizeram o Exército Libertador e a Assembleia Revolucionária, formada por representantes eleitos. Ainda assim, em 1899 e 1900 o espírito patriótico cubano se intensificou, com resistência às tentativas de anexação ianques. Washington mudou sua política: tomou o caminho de submeter Cuba ao seu domínio, porém sem anexá-la, aparentando satisfazer os desejos de independência do povo cubano. Nos Estados Unidos, Estrada Palma dissolveu o PRC, desagregando e deixando acéfalas às forças que lutaram pela independência. O secretário de Estado John Hay disse que havia sido uma "esplêndida pequena guerra", pois ao preço de 289 feridos e/ou mortos em combate se apoderaram de quatro nações.

Nascia um novo, poderoso e estruturalmente inédito imperialismo capitalista, oficial e ideologicamente *anticolonial*. O uso do termo *imperialismo* em relação aos EUA ganhou aceitação graças ao trabalho da *American Anti-Imperialist League*, fundada em 1898 por um grupo de intelectuais opostos à guerra hispano-americana e à ocupação militar das Filipinas. O *Banker and Trademan* relatava, na véspera do ano novo de 1899, que tinha acontecido "uma mudança completa no temperamento e nas aspirações do povo norte-americano", as ideias sobre "o trabalho que temos à nossa frente tem aumentado enormemente, e começamos a ser conscientes do campo de desenvolvimento no qual essa nação está evidentemente destinada a ingressar".

Em Cuba foi convocada uma Assembleia Constituinte em 1901. Enquanto isso, no senado dos Estados Unidos foi aprovada a “Emenda Platt” (do nome do senador que a propôs), que estabelecia os vínculos jurídicos do país com Cuba, proporcionando direitos de intervenção aos EUA nos assuntos internos de Cuba. A emenda foi imposta aos delegados constituintes cubanos para aprovação sem modificações, como apêndice da Constituição do país “independente”. A maioria dos representantes se negou a aprová-la, mas o governo norte-americano, por meio do general Wood, ameaçou com manter a ocupação militar da ilha. Esta pressão obrigou a que se aceitasse o apêndice. A Constituição de 1901 da República de Cuba estabeleceu assim que os EUA poderiam de fato pôr ou tirar governos no país, obter toda classe de privilégios para suas inversões em Cuba, e explorar os seus recursos naturais.

A transformação das relações internacionais que supunha o ingresso dos Estados Unidos no seletivo clube das nações lançadas na disputa pela hegemonia no cenário mundial foi percebida pelos observadores; os desenvolvimentos da política externa norte-americana representavam uma mudança qualitativa na situação mundial: “A recente incursão da poderosa e progressiva nação dos Estados Unidos de América no imperialismo pela anexação da Hawaii e a ocupação das relíquias do antigo império espanhol não só acrescenta um novo e formidável competidor por comércio e território, como muda e complica a situação mundial. O foco das atenções e ações volta-se para as ilhas do Pacífico e a costa asiática; as mesmas forças que estão conduzindo aos Estados europeus no caminho da expansão territorial parecem atuar sobre os Estados Unidos, levando-os ao virtual abandono do princípio de isolamento que até agora dominara sua política”.³⁰⁷

Os EUA inauguraram, com a mediação do presidente Theodore Roosevelt (eleito em 1901), na guerra russo-japonesa (concluída com o tratado de paz celebrado em Portsmouth, nos EUA), sua ascensão como potência com aspirações políticas mundiais. Com sua intervenção na guerra hispano-americana (1898), com a ocupação das Filipinas, com seu papel na repressão à revolta *boxer* na China (1902), e com sua arbitragem no conflito russo-japonês, desenharam-se as bases do formidável imperialismo norte-americano, que iria alterar todas

³⁰⁷ J. A. Hobson, *Op. Cit.*, p. 273.

as relações políticas mundiais, sepultando para sempre aquelas nascidas dos tratados do século XVI entre as potências europeias, assim como as resultantes da Paz de Westfalia ou do Tratado de Utrecht. As relações geopolíticas internacionais mudaram para sempre com a emergência de uma nova potência com costas, simultaneamente, para os oceanos Atlântico e Pacífico, e com interesses econômicos crescentemente mundiais. Até a Primeira Guerra Mundial, os EUA multiplicaram as intervenções externas.

1891 - **Chile** - Fuzileiros navais dos EUA esmagam forças militares rebeldes.

1891 - **Haiti** - Tropas norte-americanas debelam a revolta de operários negros na ilha de Navassa, reclamada pelos EUA.

1893 - **Hawaí** - Marinha dos EUA enviada para suprimir o reinado independente e anexar a ilha aos EUA.

1894 - **Nicarágua** - Tropas dos EUA ocupam Bluefields, cidade do mar do Caribe, durante um mês.

1894 - 1895 - **China** - Marinha, exército e fuzileiros dos EUA desembarcam no país durante a guerra sino-japonesa.

1894 - 1896 - **Coreia** - Tropas norte-americanas permanecem em Seul durante a guerra sino-japonesa.

1895 - **Panamá** - Tropas dos EUA desembarcam no porto de Corinto, província colombiana.

1898 - 1900 - **China** - Tropas norte-americanas ocupam a capital durante a “rebelião boxer”.

1898 - 1910 - **Filipinas** - Intervenção dos EUA na luta pela independência do país da Espanha: massacres de Balangica, Samar, e Bud Bagsak, Sulu.

1898 - 1902 - **Cuba** - Tropas norte-americanas bloqueiam o país durante a guerra hispano-americana.

1898 - **Porto Rico** - Tropas dos EUA sitiam a ilha na guerra hispano-americana.

1898 - **Guam** - Marinha norte-americana desembarca na ilha e instala base naval permanente.

1898 - **Nicarágua** - Fuzileiros navais dos EUA invadem o porto de San Juan del Sur.

1899 - **Samoa** - Tropas ianques desembarcam para intervir no conflito interno pela sucessão do trono.

1899 - **Nicarágua** - Tropas dos EUA desembarcam no porto de Bluefields, pela segunda vez.

1901 - 1914 - **Panamá** - Marinha dos EUA apoia a secessão do território da Colômbia; tropas americanas ocupam a zona do canal desde 1901, quando teve início sua construção.

1903 - **Honduras** - Fuzileiros navais dos EUA desembarcam e intervêm na guerra civil.

1903 - 1904 - **República Dominicana** - Tropas dos EUA invadem o país para “proteger interesses americanos”.

1904 - 1905 - **Coreia** - Fuzileiros navais desembarcam durante a guerra russo-japonesa.

1906 - 1909 - **Cuba** - Tropas dos EUA desembarcam durante período de eleições.

1907 - **Nicarágua** - Tropas norte-americanas invadem o país e impõem um protetorado de fato.

1907 - **Honduras** - Fuzileiros navais desembarcam durante a guerra de Honduras contra a Nicarágua.

1908 - **Panamá** - Fuzileiros navais são enviados durante o período de eleições.

1910 - **Nicarágua** - Fuzileiros navais norte-americanos desembarcam novamente em Bluefields e Corinto.

1911 - **Honduras** - Tropas enviadas para “proteger interesses americanos” durante a guerra civil.

1911 - **China** - Marinha e tropas de terra enviadas durante período de combates internos.

1912 - **Cuba** - Tropas dos EUA enviadas para “proteger interesses americanos” em Havana.

1912 - **Panamá** - Fuzileiros navais ocupam o país durante as eleições.

1912 - **Honduras** - Tropas enviadas ao país para “proteger interesses americanos”.



Crianças *poor whites* nos EUA (foto de Lewis Hine)

1912 - 1933 - **Nicarágua** - Tropas dos EUA ocupam o país para combater os insurgentes de Sandino durante os vinte anos de guerra civil.

Na América Central, os EUA aproveitaram a *Guerra de los Mil Días*, uma guerra civil que devastou a República da Colômbia (incluído o Panamá, que era então um departamento da Colômbia), entre 1899 e 1902. O conflito opôs os membros do Partido Liberal contra o governo exercido por uma facção do Partido Conservador. A mudança causada pela revogação da Constituição de Rionegro de 1863 (que estabeleceu um sistema federal) pela centralista Constituição da Colômbia de 1886 (criada no governo de Rafael Núñez) provocou a reação violenta dos liberais. Em 1899, os conservadores foram acusados de manter o poder através de eleições fraudulentas. A situação foi agravada por uma crise econômica causada pela queda dos preços do café no mercado internacional. A guerra civil, com muitas frentes de guerrilha, terminou em 1902 depois de causar a morte de cerca de cem mil pessoas ou 3,5% da população colombiana da época. A questão panamenha esteve no centro da crise colombiana: entre 1850 e 1900, o Panamá teve 40 administrações, 50 revoltas, 5 tentativas de secessão e 13 intervenções americanas.

Em 1903, os EUA impuseram, através de subornos a parlamentares e intervenção militar direta o Tratado Hay-Bunau Varilla pelo qual tiraram do país a província de Panamá, que proclamou sua independência. Os EUA conquistaram, assim, a zona sobre a qual se iniciara já a construção do Canal do Panamá. Através da secessão do Panamá foi definido um novo marco de expansão imperial. O canal interoceânico desenhava a perspectiva de hegemonia naval norte-americana no Atlântico e no Pacífico. Os EUA se aproveitaram da falência da antiga companhia francesa (Lesseps) do canal, cuja construção já tinha consumido US\$ 250 milhões, e compraram suas ações por US\$ 40 milhões. A independência do país foi proclamada em 1903 com o apoio dos EUA. Em 1904, durante o governo de "Teddy" Roosevelt foi retomada a reconstrução do canal, inaugurado em 1914, após um gasto de US\$ 360 milhões, através de uma empresa estatal montada para esta finalidade. Pelo direito à propriedade do Canal do Panamá, os EUA pagaram 10 milhões de dólares e concordaram em pagar 25.000 dólares por ano, valor que foi aumentado para 430.000 em 1933

e 1.930.000 em 1955.³⁰⁸ As condições “logísticas” para uma hegemonia geopolítica mundial estavam lançadas.

No mesmo ano de 1904, na sua mensagem anual ao Congresso, o presidente Theodor Roosevelt completou a doutrina Monroe, formulando o seguinte corolário: "Se uma nação demonstra que sabe atuar com uma eficácia razoável e com o sentido das conveniências em matéria social e política, mantém-se a ordem e se respeitam suas obrigações, sem motivo para temer uma intervenção dos Estados Unidos. A injustiça crônica ou a importância que resulta de um relaxamento geral das regras de uma sociedade civilizada podem exigir no final das contas, na América ou fora dela, a intervenção de uma nação civilizada e, no hemisfério ocidental, a adesão dos Estados Unidos à doutrina de Monroe pode obrigar os Estados Unidos, ainda que contra seus desejos, em casos flagrantes de injustiça ou de impotência, a exercer um poder de polícia internacional".

Em plena euforia imperialista ianque, só algumas vozes isoladas se fizeram ouvir nos EUA. Mark Twain, autor de *Tom Sawyer* e *As Aventuras de Huckleberry Finn*, respondeu com um artigo quando os norte-americanos abriam garrafas de champanhe pela anexação das ilhas do Haváí, de Samoa e das Filipinas, de Cuba, Porto Rico e da ilha chamada de “Ladrões”. Mark Twain pediu que se mudasse a bandeira nacional: que sejam negras, disse, as listas brancas, e que umas

³⁰⁸ Durante a construção do Canal de Panamá, entre 1904 e 1914, a companhia norte-americana responsável pela obra contratou 100 mil trabalhadores estrangeiros. E também chegou à região um número semelhante de imigrantes. 60% dos trabalhadores contratados eram nativos das ilhas caribenhas ainda sob mandato francês, britânico ou holandês. Também foram contratados 20 mil trabalhadores da Europa (espanhóis, italianos e gregos). A população de Panamá se multiplicou várias vezes nas primeiras duas décadas do século XX. Os EUA segregaram uma área para construir e operar a via marítima, a “Zona do Canal de Panamá” (com mais de mil km²), onde moravam 60 mil pessoas controladas estreitamente pelas autoridades militares norte-americanas, além de uma população militar flutuante. Os EUA criaram um sistema de remuneração para os trabalhadores baseado em critérios étnicos. Aos trabalhadores norte-americanos (brancos originários do Sul dos EUA) se lhes pagava salários em ouro e se lhes dava condições de trabalho que incluíam casas e clubes. Aos trabalhadores de origem africana das Antilhas se lhes pagava em prata, e não tinham benefícios trabalhistas.



caveiras com tábias cruzadas substituam as estrelas, e o país assumia a verdadeira identidade de pirata.

Daniel de Leon, líder do *Socialist Labor Party of America*, fundado em 1876

Paralelamente a essas mudanças, as contradições e crises econômicas que já tinham afetado os EUA durante a expansão ferroviária continental (afetando, nessa ocasião, principalmente os investidores externos) se fizeram sentir com nova força na nova potência mundial. Desde o fim da guerra civil, tinham ocorrido nos EUA vários “pânicos financeiros” com gravidade variável. Os piores pânicos foram os que conduziram a suspensões de atividades bancárias generalizadas, os de 1873 e 1893. Suspensões generalizadas foram evitadas por meio de ações coordenadas dos bancos durante os pânicos de 1884 e de 1890. A crise bancária de 1896 foi também classificada como “pânico”.

A nova crise avançou subrepticiamente, a partir de sinais anunciadores internos e externos. Em 1893, a queda de rentabilidade das empresas de construção de ferrovias implicou em falências bancárias e industriais, reforçando, em consequência, a concentração econômica em torno dos grandes trustes, Rockefeller, Carnegie e Morgan, principalmente. No início do século XX, as sociedades fiduciárias norte-americanas, centradas em Nova York, estavam em franco crescimento; seus ativos haviam crescido 244% em uma década. Durante o mesmo período os ativos dos bancos cresceram 97%, os bancos estaduais de Nova York cresceram 82%. Os líderes das sociedades fiduciárias eram sobretudo membros proeminentes dos círculos financeiros de Nova York. A *Knickerbocker Trust Company* era a terceira maior sociedade fiduciária. A partir do valor máximo de 103 pontos em janeiro de 1906 da *Dow Jones Industrial Average*, o “mercado” iniciou uma correção modesta que continuou ao longo desse ano.

O terremoto de abril de 1906 que arrasou San Francisco contribuiu para a instabilidade financeira, desencadeando um fluxo de dinheiro de Nova York para ajudar à reconstrução da cidade. Uma pressão acrescida sobre a oferta monetária ocorreu no final de 1906, quando o Banco da Inglaterra subiu suas taxas de juros, em resposta ao fato das companhias seguradoras britânicas terem de pagar avultadas somas aos seus segurados nos Estados Unidos, pelo que permaneceram em Londres mais fundos do que o esperado. Desde o seu máximo em janeiro, os preços das ações haviam decrescido 18% até julho de 1906. Em finais de setembro, porém, as ações haviam recuperado cerca de metade das suas perdas. A Lei Hepburn, que deu à *Interstate Commerce Commission* dos EUA o poder de fixar as tarifas máximas nos serviços ferroviários, entrou em vigor em julho de 1906.

Isto depreciou os valores mobiliários das companhias ferroviárias. Entre setembro de 1906 e inícios de março de 1907, o mercado de ações perdeu 7,7% de sua capitalização. Entre nove e 26 de março de 1907, as ações caíram 9,8%, um colapso por vezes referido como o "pânico de homem rico". A economia permaneceu volátil ao longo do verão boreal. Vários choques abalaram o sistema: as ações da *Union Pacific*, que estavam entre as mais usadas como garantia, caíram 50 pontos; no mês de junho uma oferta de venda de obrigações da cidade de Nova York falhou; em julho o mercado do cobre entrou em colapso; em agosto a *Standard Oil Company* foi multada em 29 milhões de dólares por violações das leis antimonopólio. Nos primeiros meses de 1907 as ações haviam perdido 24,4% do seu valor.

Em 27 de julho, o jornal *The Commercial & Financial Chronicle* notava que "o mercado permanece instável; tão logo surgem sinais de vida nova, uma sugestão de uma nova saída de ouro para Paris, por exemplo, faz tremer tudo, e o ganho em valores e esperança perde-se". Várias corridas internacionais aos bancos ocorreram em 1907: no Egito em abril e maio; no Japão em maio e junho; em Hamburgo e no Chile no início de outubro... No mesmo mês teve início o "pânico dos banqueiros de 1907", quando a Bolsa de Valores de Nova York caiu quase 50% relativamente ao seu pico no ano anterior.

Depois da euforia que acompanhara à passagem de século, eram tempos de recessão econômica, com numerosas corridas aos bancos e às sociedades fiduciárias. O pânico de 1907 se espalhou por todo o país, provocando a falência de muitos bancos e empresas estaduais e locais. Entre suas causas

imediatas (e aparentes) se encontraram a retração da liquidez do mercado por alguns bancos de Nova York, e a “perda de confiança” entre os depositantes, exacerbada pelas apostas paralelas na Bolsa e nas *bucket shops* não regulamentadas.

O pânico começou com um esquema de manipulação de ações para “encurrular” o mercado na *United Copper Company* de F. Augustus Heinze. Heinze havia feito fortuna como magnata do cobre em Butte (Montana). Em 1906 mudou-se para Nova York, onde travou relação com o banqueiro Charles Morse, que havia conseguido encurrular o mercado do gelo de Nova York, e junto com Heinze ganhou o controle de muitos bancos. A dinâmica dupla estava ligada a pelo menos seis bancos nacionais, dez bancos estaduais, cinco sociedades fiduciárias e quatro companhias seguradoras. O irmão de Augustus, Otto, criou o esquema para encurrular a *United Copper*, acreditando que os Heinze detinham uma posição majoritária na empresa. Acreditava também que um número significativo das ações dos Heinze haviam sido emprestadas, e vendidas a descoberto, por especuladores que apostavam que o valor da empresa cairia, e que eles poderiam recomprar mais baratas as ações emprestadas, embolsando a diferença.

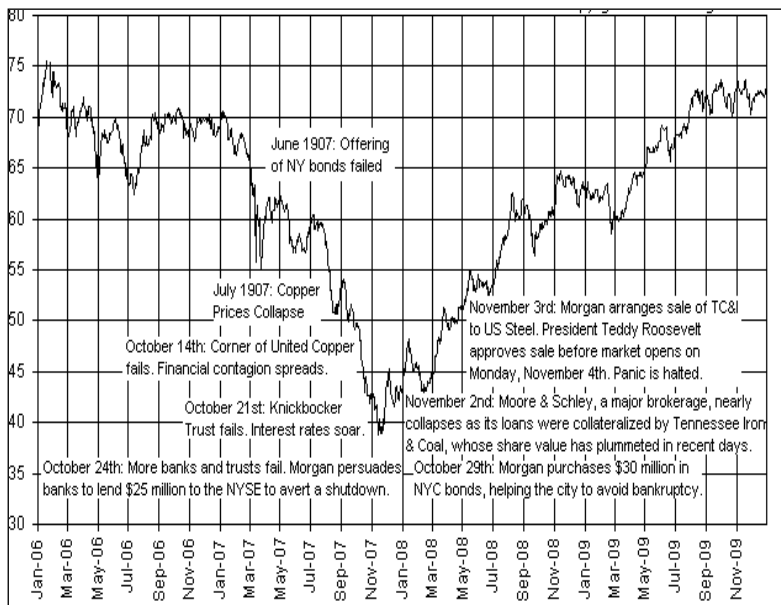
Otto propôs um *short squeeze*, em que os Heinze comprariam agressivamente tantas das ações remanescentes quanto fosse possível, e então forçariam os vendedores a descoberto a pagar pelas suas ações emprestadas. A compra agressiva faria subir o preço de cada ação, e, incapazes de encontrar ações, os vendedores a descoberto não teriam outra opção senão voltar-se para os Heinze, que poderiam então “fazer o seu preço”. Para financiar o esquema, Otto, Augustus e Charles Morse recorreram a Charles Barney, presidente da *Knickerbocker Trust Company*. Barney havia providenciado financiamento para os esquemas anteriores de Morse. Morse avisou Otto que precisaria muito mais dinheiro do que tinha para o *squeeze*; Barney recusou, no entanto, providenciando mais financiamento. Otto decidiu ainda assim tentar o encurrulamento; chamou os vendedores a descoberto para que devolvessem as ações emprestadas. O preço por ação subiu para 60 dólares na segunda-feira, mas os vendedores a descoberto conseguiram encontrar bastantes ações da *United Copper* em outras fontes.

Otto Heinze havia “lido” mal o mercado, os Heinze não possuíam o suposto controle, o preço das ações da *United Copper* desceu a pique. As ações fecharam a 30 dólares na terça-

feira e caíram para dez dólares na quarta-feira. Otto Heinze estava arruinado. As ações da *United Copper* eram comercializadas fora da sala da Bolsa de Nova York, num mercado ao ar livre (que se tornou depois a *American Stock Exchange*). O *Wall Street Journal* relatou: "Nunca se viram cenas tão selvagens no Passeio". A queda deixou Otto incapaz de cumprir suas obrigações e levou sua firma de corretagem, *Gross & Kleeberg*, à falência. O *State Savings Bank* de Montana, de propriedade dos Heinze, anunciou também sua insolvência. À medida que as notícias do colapso se espalhavam, os depositantes acorreram em massa para levantar dinheiro dos bancos. A *New York Clearing House* (consórcio dos bancos da cidade) forçou Morse e Heinze a demitirem-se de todos os seus bancos.

Os fundos eram levantados dos bancos associados a Heinze, apenas para serem depositados em outros bancos da cidade. Quando a tentativa de encurralamento falhou, os bancos que haviam emprestado dinheiro para o esquema foram também alvo de corridas aos depósitos, que se estenderam aos bancos e sociedades fiduciárias associadas, levando em só uma semana à ruína à *Knickerbocker Trust Company*. O colapso da *Knickerbocker* espalhou o medo à medida que os bancos regionais levantavam suas reservas nos bancos de Nova York. E o pânico estendeu-se pelo país todo à medida que grande número de pessoas levantava seus depósitos nos bancos regionais. O elo mais fraco (ou aventureiro) da especulação tinha feito estourar a bolha da especulação toda, provocando uma crise financeira geral.

O pânico poderia ter-se aprofundado ainda mais caso não tivesse ocorrido a intervenção do financeiro John Pierpont Morgan, que ofereceu como garantia grandes quantias do seu próprio dinheiro, e convenceu outros banqueiros de Nova York a fazerem o mesmo, para reforçar o sistema bancário. Morgan não era só o banqueiro mais rico e mais bem relacionado da cidade; ele tinha experiência em crises, pois ajudara a resgatar o Tesouro dos Estados Unidos durante o pânico de 1893. Morgan convocou os presidentes dos bancos ao seu escritório: informou-os que até 50 casas corretoras faliriam se não se conseguisse angariar 25 milhões de dólares em... dez minutos.



Cotação diária do índice *Dow Industrial* antes e depois do pânico de 1907

Nesse prazo, catorze presidentes de bancos prometeram 23,6 milhões de dólares para manter a Bolsa à tona (lembre-se que Porto Rico, Guam e as Filipinas tinham sido “adquiridas” pelos EUA, menos de dez anos antes, por 20 milhões de dólares). O dinheiro chegou ao mercado a tempo de terminar os negócios do dia. O desastre fora evitado.

Na sexta-feira sucessiva, porém, houve mais pânico na Bolsa de Valores de Nova York. Morgan abordou novamente os presidentes dos bancos, mas desta vez só conseguiu convencê-los a comprometerem-se com 9,7 milhões de dólares. Morgan, Stillman, Baker e os outros banqueiros da cidade já não conseguiam angariar mais fundos indefinidamente. Até o Tesouro dos Estados Unidos tinha pouca liquidez. *End of the line*. Em situação de emergência, os banqueiros formaram dois comitês - um para persuadir o clero (protestante) a acalmar suas congregações no domingo, e o segundo para explicar à imprensa os vários aspectos do pacote de resgate financeiro.

Os EUA, porém, não tinham um Banco Central para injetar liquidez no mercado. Chegando o mês de novembro o

contágio financeiro havia sido detido pelos “pacotes”; contudo, uma nova crise emergiu quando uma grande empresa de corretagem contraiu grandes somas por empréstimo usando ações da *Tennessee Coal, Iron and Railroad Company* (TC&I) como garantia. O colapso do preço dessas ações foi evitado por meio da oferta pública de aquisição de emergência feita pela *US Steel Corporation* de Morgan, com a aprovação do presidente supostamente “antimonopolista” Theodore Roosevelt. A 4 de novembro, o presidente aprovou a oferta pública de aquisição da *US Steel* sobre a TC&I; a 6 de novembro a *US Steel* completou a aquisição da TC&I. Os mercados iniciaram a recuperação; as corridas às companhias fiduciárias cessaram.

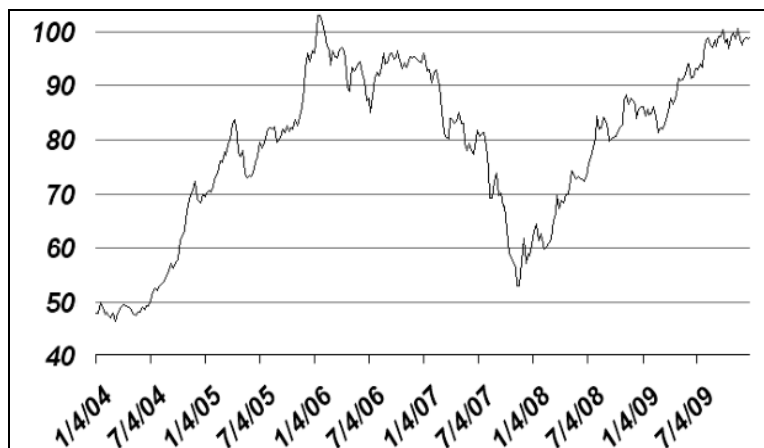
A especulação desenfreada, e seu inevitável estouro, porém, eram a expressão de uma crise econômica mais profunda, vinculada à queda da taxa geral de lucro da economia norte-americana toda. No entanto, a pesquisa ulterior sobre a crise de 1907 se focou sobre as condições institucionais e até psicológicas que provocaram o “estouro da boiada” em direção aos bancos: “Em um sistema econômico, a turbulência se espalha a menos que existam fatores absorventes do choque. Em 1907, eles existiam na forma das companhias de seguro, ocupadas com os pagamentos derivados do terremoto e incêndio de San Francisco; do Banco da Inglaterra, do Tesouro dos EUA, que buscaram fornecer um suprimento suficiente de liquidez; e os bancos regionais (*local clearing houses*). Hoje, poderíamos incluir no staff de segurança a Fed (reserva Federal), o FMI, o Banco Mundial e os bancos centrais do mundo todo”.

O terremoto real teria facilitado as condições para o terremoto financeiro? “Não existe ‘bala de prata’, uma explicação única para as crises financeiras. As pessoas esclarecidas devem admitir um conjunto de fatores coadjuvantes para explicar as crises”.³⁰⁹ As pessoas mais esclarecidas ainda deveriam ir além, hierarquizando mutuamente tais “fatores coadjuvantes” (sete, segundo os autores citados) e determinando, se possível, o fator estrutural deflagrador. A investigação revelou que o pânico de 1907 ocorreu durante um período de contração econômica, situado entre maio de 1907 e junho de 1908. A relação entre contração

³⁰⁹ Robert F. Bruner; Sean D. Carr. *The Panic of 1907. Lessons learned from the market’s perfect storm*. Nova Jersey, John Wiley & Sons, 2007, pp. 162 e 188.

econômica (queda da produção, ou seja, crise de sobreprodução), pânico bancário e mercado de ações em queda criou uma situação explosiva. Mas só a primeira era um fator de alcance estrutural.

Em consequência, em 1907 a produção industrial diminuiu mais do que em qualquer corrida aos bancos precedente; 1907 foi também o segundo ano com maior volume de falências empresariais nos EUA. A produção diminuiu 11%, as importações 26%, e o desemprego aumentou de menos de 3% para 8%. A imigração baixou para 750.000 pessoas ingressadas no país em 1909, contra 1,2 milhões registradas apenas dois anos antes. O “sonho americano” foi abalado em seus alicerces. E, provavelmente, também o foi o sonho imperial-bonapartista rooseveltiano de um poder executivo capaz de subordinar crescente e irreversivelmente o poder legislativo para as questões internas e, sobretudo, para as cruzadas militares externas (o que teria grande importância, uma década mais tarde, na questão da participação, ou não, dos EUA na Primeira Guerra Mundial).



Valores de fechamento do Dow Jones Industrial Average entre janeiro de 1904 e dezembro de 1909. O valor mais baixo registrou-se a 15 de novembro de 1907

Os responsáveis políticos e parlamentares se concentraram nos déficits institucionais revelados pela crise, pois essa é sua função precípua. A frequência das crises precedentes e a gravidade do pânico de 1907 levaram em direção de um debate nacional sobre uma reforma financeira. Em maio de 1908, o Congresso passou a Lei Aldrich-Vreeland,

que criou a *National Monetary Commission* para investigar o pânico e propor uma legislação para regulamentar a atividade dos bancos. O senador Nelson Aldrich, seu presidente, ficou na Europa durante quase dois anos para estudar os sistemas bancários.

Uma diferença significativa com o sistema financeiro europeu, constatada por Aldrich, era a inexistência de um Banco Central nos Estados Unidos. Os Estados europeus eram capazes de aumentar a oferta de dinheiro durante períodos de baixas reservas monetárias. A crença de que a economia dos Estados Unidos era vulnerável sem um banco central não era nova. De retorno à terrinha, Aldrich convocou uma conferência secreta com vários líderes financeiros do país para discutir a política monetária e o sistema bancário, que elaborou a concepção de um *National Reserve Bank*.

B. C. Forbes (criador da célebre revista que leva até hoje seu sobrenome) escreveu: “Imagine-se um grupo dos maiores banqueiros da nação fugindo às escondidas numa carruagem de trem privada, a coberto da escuridão, viajando furtivamente por centenas de milhas em direção ao Sul, embarcando numa lancha misteriosa, desembarcando sorrateiramente numa ilha abandonada por todos exceto alguns criados, vivendo ali durante uma semana completa sob um segredo tão rigoroso que não foi mencionado o nome de um só deles, não fosse os criados saberem quem ali se encontrava e dar a conhecer ao mundo a mais estranha e secreta expedição da finança americana. Não romanceio; dou a conhecer ao mundo, pela primeira vez, a verdadeira história sobre como foi redigido o famoso relatório monetário Aldrich, a fundação do nosso novo sistema monetário”.³¹⁰

O relatório final da *National Monetary Commission* foi publicado em janeiro de 1911. Durante quase dois anos os legisladores debateram a proposta; em 23 de dezembro de 1913 o Congresso aprovou finalmente a lei criadora da *Fed*. O novo presidente Woodrow Wilson assinou a lei imediatamente e a legislação foi posta em prática nesse mesmo dia, sendo criada a Reserva Federal (*Federal Reserve*) dos Estados Unidos da América. Charles Hamlin tornou-se seu primeiro presidente; o lugar-tenente de J. P. Morgan, Benjamin Strong, tornou-se presidente do *Federal Reserve Bank of New York*, o mais

³¹⁰ Daniel Gross. *Forbes*. As maiores histórias do mundo dos negócios. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

importante banco regional, com assento permanente na Comissão Federal do Mercado Aberto.

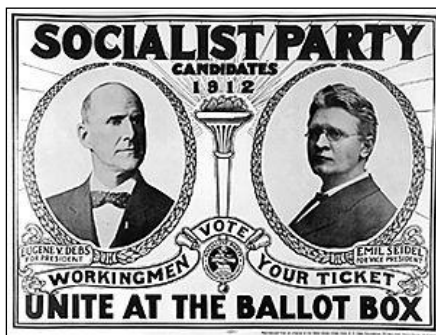
O Poder Executivo dos aristocratas conquistadores-expansionistas tinha assistido a tudo sem mais função do que “dar palpites” (solenemente ignorados) e aprovar as iniciativas adotadas em autonomia pela nova (e desprezada) oligarquia financeira e, depois, pelo poder legislativo. Embora Morgan fosse brevemente visto como um herói da pátria, receios generalizados de plutocracia financeira e concentração de riqueza rapidamente desgastaram essa percepção. O banco de Morgan havia sobrevivido, mas as sociedades fiduciárias que eram cada vez mais rivais dos bancos tradicionais sofreram grandes danos econômicos e de imagem pública.

O presidente do *House Committee on Banking and Currency*, o democrata Arsène Pujo, conseguiu reunir uma comissão especial para investigar o “truste do dinheiro”, ou seja, o monopólio financeiro de fato de Morgan e de outros banqueiros poderosos. A comissão publicou um relatório rigoroso sobre os negócios bancários, e descobriu que funcionários da J.P. Morgan & Co. tinham também assento em conselhos diretivos de 112 empresas com capitalização no mercado, no valor de 22,5 bilhões de dólares (a capitalização total da Bolsa estava estimada em 26,5 bilhões de dólares, Morgan & Co. controlava financeiramente quase 80% das grandes empresas e *mais de mil vezes* o valor da primeira expansão imperialista dos EUA).³¹¹

³¹¹ J.P. Morgan testemunhou perante a “Comissão Pujo”, e enfrentou vários dias de questionamentos realizados pelo deputado Samuel Untermyer. Entre outros: “Untermyer: *Não está o crédito comercial baseado em primeiro lugar no dinheiro ou nos bens?* Morgan: *Não, senhor. A primeira coisa é o caráter.* Untermyer: *Antes do dinheiro ou dos bens?* Morgan: *Antes do dinheiro ou de qualquer outra coisa. O dinheiro não o pode comprar ... Um homem em quem não confio não conseguiria de mim qualquer dinheiro sobre todas as obrigações da cristandade*”. O diálogo passou a ser usado em manuais universitários de economia para demonstrar a sua suposta “base psicológica” como determinante decisiva do comportamento do mercado financeiro.

Chapa socialista nas eleições presidenciais de 1912

Em quarenta anos (os anos transcorridos depois da guerra de secessão) uma reduzida plutocracia financeira tinha literalmente tomado conta da economia dos EUA. Os monopólios industriais e financeiros europeus, estudados por Hobson e Hilferding, tinham sido postos no chinelo pelos monopólios norte-americanos, em que pese existir uma legislação especificamente anti-monopólica nos EUA. E John Pierpont Morgan morreu a 3 de março de 1913, com a saúde abalada pelos acontecimentos recentes, nove meses antes do "truste do dinheiro", que ele encabeçava, ser substituído pela Reserva Federal (Fed) como "emprestador em última instância" nos EUA. O capital norte-americano se expandia mundialmente em nome da "liberdade" e começava a abandonar o liberalismo econômico em suas próprias fronteiras internas.



48. GRANDE GUERRA, "SOCIAL-PATRIOTISMO" E INTERNACIONALISMO

*Transmutar os invasores bárbaros que infestavam o arruinado império dos romanos em cristãos foi, talvez, o mais notável feito político de toda a história mundial, mas requereu muita lábia, que teria consequências assustadoras, chocantes, no longo prazo. Os restos das imundícies do velho paganismo europeu acumularam-se nos enroscados intestinos da Europa, até que os terríveis eventos de 1914-1915 puseram tudo para fora (David P. Goldman, **How Civilizations Die**)*

A guerra mundial iniciada em 1914 assinalou o fim da *Pax Britannica*, que dominou o mundo durante um século (1815-1914), e foi o berço do imperialismo contemporâneo. A busca das raízes das catástrofes humanas em tempos imemoriais conduz a apresentá-los como produto de comportamentos

atávicos, portanto inevitáveis. O palco histórico do novo conflito bélico europeu era novo, e desaguou numa guerra perante a qual todas as atrocidades precedentes de pagãos, bárbaros e cristãos teriam parecido humanitárias. Na Primeira Guerra Mundial (ou “Grande Guerra”), “os confrontos que tiveram lugar no front durante as primeiras jornadas tiveram como protagonistas heróis anacrônicos” que, colhendo resultados desastrosos e mortais, “não haviam tido tempo de compreender que nos campos da Grande Guerra estava morrendo não só um certo estilo guerreiro, mas também uma visão do mundo, uma época inteira”.³¹² Os quase vinte milhões de mortos (civis e militares) na Europa em guerra não só foram um preço inédito para um conflito internacional, mas também um preço, um horror, inesperado por todos seus protagonistas.

Desde os primeiros conflitos armados coloniais entre as potências europeias, na virada do século XIX para o século XX, um confronto armado mundial era pressentido e temido na Europa: “Se os civis podiam imaginar que a guerra fosse uma espécie de edificante aventura de cavalheiros, os militares percebiam que o incremento espetacular da potência de fogo era a garantia de um aumento correspondente do número de vítimas. Esperavam um conflito terrível mas, como o restante da população, acreditavam que seria de curta duração e o concebiam como uma prova de caráter”.³¹³ Coube às organizações operárias e socialistas a insistência sobre o perigo de catástrofe mortal provocado pela instabilidade político-militar no continente e pela corrida colonial. No início do século XX multiplicaram-se os conflitos regionais no mundo colonial, que traduziam os interesses em choque das grandes nações capitalistas: a questão de Tânger, a guerra dos Bálcãs, as questões coloniais controversas na África e na Ásia. Os congressos internacionais socialistas tiveram papel de relevo na denúncia da expansão imperialista e de suas decorrências militaristas e bélicas.

Em 1900, uma nova lei naval dobrava o poderio marítimo alemão. Não só se aguçava a rivalidade econômica anglo-alemã, mas também surgiam preparativos militares, que caracterizaram o ano 1913, em que se definiram os que seriam

³¹² Pietro Melograni. *Storia Politica della Grande Guerra*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1998, p. 36.

³¹³ Stuart Robson. *La Prima Guerra Mondiale*. Bolonha, Il Mulino, 2002, p. 10.

os principais adversários do conflito mundial: Alemanha e Áustria, contra Inglaterra, França e Rússia. O assassinato do sucessor do trono austríaco, em junho de 1914, desencadeou a Primeira Guerra Mundial. A aquiescência do SPD foi decisiva para evitar uma crise política interna (e internacional) pela deflagração da guerra. Ela acompanhou a capitulação da Internacional Socialista. A orientação dos dirigentes da Internacional Socialista, nos Congressos realizados a partir de 1907, era que os trabalhadores tentassem ao máximo, em seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, como vimos, deveriam aproveitar o momento “para precipitar a queda do capitalismo”.

Até 1914 o SPD crescera com o capitalismo alemão. Nas eleições de 1912, alcançou cerca de 4,3 milhões de votos, 34,8% do total - 49,3% nas grandes cidades -, e elegeu a bancada mais numerosa no parlamento (110 deputados). Às vésperas da guerra, o SPD tinha pouco mais de um milhão de filiados, 30 mil quadros profissionalizados, 10 mil funcionários, 203 jornais com 1,5 milhão de assinantes, dezenas de associações esportivas e culturais, movimentos de juventude e a principal central sindical. A confederação geral dos trabalhadores alemães, sob sua direção, tinha 3 milhões de filiados. Mas esta força impressionante não foi posta na balança para evitar a guerra, contrariando as decisões prévias da Internacional Socialista.

Para a campeã socialista da luta contra o belicismo, Rosa Luxemburgo, “as guerras entre Estados capitalistas são em geral consequências de sua concorrência sobre o mercado mundial, pois cada Estado não tende unicamente a assegurar mercados, mas a adquirir novos, principalmente pela servidão dos povos estrangeiros e a conquista de suas terras. As guerras são favorecidas pelos preconceitos nacionalistas, que se cultivam sistematicamente no interesse das classes dominantes, a fim de afastar a massa proletária de seus deveres de solidariedade internacional. Elas são, pois, da essência do capitalismo, e não cessarão senão pela supressão do sistema capitalista”.

A situação ambígua da Internacional Socialista, seu precário equilíbrio interno entre reformistas, centristas e revolucionários, ficou “difícil de sustentar, e passou a sofrer cada vez mais ataques da ‘direita’ reformista dentro do partido [socialdemocrata], que promovia agitação para que se abandonasse completamente a revolução, e também de uma esquerda radical, que acreditava que a socialdemocracia estava

sofrendo um debilitante processo de aburguesamento. A partir da década de 1890, embora o marxismo parecesse estar no auge de seu poder na Europa Ocidental, mostrava-se cada vez mais dividido, tanto entre a elite do partido como entre a massa de seus membros... O equilíbrio entre a esquerda e a direita ficou muito difícil de ser mantido”.³¹⁴

Em agosto de 1907, reuniu-se o congresso de Stuttgart da Internacional, no qual a frágil maioria interna antirreformista e antirrevisionista começou a se desfazer. O problema da guerra começou a tomar o centro da agenda internacional do movimento operário e socialista. No mesmo ano, a Conferência de Paz de Haia, organizada por diversos governos europeus, havia fracassado por completo. O governo imperial alemão havia recusado as propostas de limitação da produção de armamentos feitas pela “democrática” Inglaterra.

O imperialismo inglês, dominante no mundo, defendia através dessas proposta o *statu quo ante*: o “pacifismo” burguês era a arma dos exploradores do mundo para manter sua dominação. O fracasso de Haia desatou furiosas campanhas na Inglaterra em favor da construção de navios de guerra, que não tardou em ser levada adiante. Rússia, depois de sua derrota para o Japão, estava fora de combate, mas França e Inglaterra apoiaram Rússia, com meios financeiros, para facilitar o programa de reformas econômicas do ministro Stolypin; se configurava uma antecipação do futuro enfrentamento entre a Tríplice Aliança e a Entente.

No mesmo Congresso de Stuttgart da II Internacional, o debate sobre a questão colonial foi mais do que revelador. Um setor da socialdemocracia alemã (Vollmar e David) não vacilava em autodesignar-se como “social-imperialista”. O pensamento dessa corrente se refletiu na intervenção do dirigente holandês Van Kol, quem afirmou que o anticolonialismo dos congressos socialistas precedentes não havia servido para nada, que os socialdemocratas deveriam reconhecer a existência indiscutível dos impérios coloniais e apresentar propostas concretas para melhorar o tratamento aos indígenas, o desenvolvimento dos seus recursos naturais, e o aproveitamento desses recursos em benefício de toda a raça humana. Perguntou aos opositores ao colonialismo se seus países estavam realmente preparados para prescindir dos recursos das colônias. Recordou que Bebel havia dito que nada era “mau” no desenvolvimento colonial como tal,

314

David Priestland. *Op. Cit.*, p. 84.

e se referiu aos sucessos dos socialistas holandeses ao conseguirem melhoras nas condições dos indígenas das colônias de sua metrópole.



Rosa Luxemburgo

A comissão do Congresso encarregada da questão colonial apresentou a seguinte posição: "O Congresso não rechaça por princípio em toda ocasião uma política colonial, que sob um regime socialista possa oferecer uma influência civilizadora". Lênin qualificou de "monstruosa" a posição e, com Rosa Luxemburgo, apresentou uma moção anticolonialista. O resultado da votação foi uma amostra da divisão existente: a posição colonialista foi rejeitada por 128 votos contra 108: "Neste caso marcou-se a presença de traço negativo do movimento operário europeu, traço que pode ocasionar não poucos danos à causa do proletariado. A vasta política colonial levou, em parte, ao proletariado europeu a uma situação pela qual não é seu trabalho o que mantém toda a sociedade, mas o trabalho dos indígenas quase totalmente subjugados das colônias. A burguesia inglesa, por exemplo, obtém mais ingressos da exploração de centenas de milhões de habitantes da Índia e de outras colônias, do que dos operários ingleses. Tais condições criam em certos países uma base material, uma base econômica, para contaminar o chauvinismo colonial ao proletariado desses países".³¹⁵

As divergências manifestadas faziam parte dos motivos que levariam quase todos os partidos da II Internacional a adotar uma posição social-patriótica (pro imperialista) em 1914.

³¹⁵ V. I. Lênin. *Los Socialistas y la Guerra*. México, Editorial América, 1939.

Na verdade, as divergências sobre a questão colonial eram um aspecto do desacordo mais geral sobre a atitude que deveria adotar-se perante uma guerra entre as potências: “A guerra, quando estalasse, devia ser utilizada como uma oportunidade para a destruição total do capitalismo por meio da revolução mundial. Esta insistência correspondia ao que se havia estabelecido no conhecido parágrafo final da resolução de Stuttgart adotada em 1907 pela Segunda Internacional, ante a insistência de Lênin e Rosa Luxemburgo, e contra a oposição inicial dos socialdemocratas alemães, que somente a haviam aceito sob pressão. Mas a política aceita nominalmente nunca havia sido, na realidade, a política dos partidos constituintes da Internacional, e o deslanche da Internacional em 1914 lhe poria fim, efetivamente, no que se refere às maiorias dos principais partidos dos países beligerantes”.³¹⁶

Com a perspectiva da guerra mundial no horizonte, a hora da verdade também se apresentou para o único partido socialista latino-americano presente no Congresso de Stuttgart, o Partido Socialista Argentino. O delegado do PSA, Manuel Ugarte, votou a favor da moção anticolonialista e anti-imperialista de Lênin, mas poucos anos depois foi expulso do Partido, sob a acusação de nacionalismo. O comentário que a resolução anticolonialista de Stuttgart mereceu da parte do principal dirigente do PSA, Juan B. Justo foi: “As declarações socialistas internacionais sobre as colônias, salvo algumas frases sobre a sorte dos nativos, se limitaram a negações insinceras e estéreis. Não mencionaram sequer a liberdade de comércio, que teria sido a melhor garantia para os nativos, e reduzido a questão colonial ao que devia ser”... O PSA, cuja reivindicação central era o livre-câmbio, contra toda barreira protecionista (sob o pretexto de que tal medida tornaria mais baratas as mercadorias, beneficiando os operários) concluiu como aliado direto do imperialismo neste e em outros episódios, na Argentina.

O Congresso de 1907 deu prioridade às questões práticas da ação socialista para evitar a guerra, mais do que a querela teórica suscitada pela polêmica entre Bernstein e Kautsky uma década antes. O congresso celebrou-se em território alemão, suscitando receios entre os delegados socialistas, pelo caráter repressivo do governo imperial. Mas,

³¹⁶ G. D. H. Cole. *Historia del Pensamiento Socialista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976, vol. VII.

segundo Cole, o governo alemão não ficou desgostoso das conclusões do congresso, ficando-lhe a impressão de que, em caso de guerra, as classes operárias de França e Rússia perturbariam mais seus governos do que o proletariado alemão o faria com relação ao governo imperial.

Manifestaram-se no congresso quatro posições, defendidas respectivamente por Vaillant e Jaurès, pela maioria do Partido Socialista Francês; Jules Guesde pela minoria do mesmo partido; Bebel pelo partido socialdemocrata alemão, e Gustave Hervé pela extrema esquerda do socialismo francês. Vaillant e Jaurès defenderam o recurso à greve geral, e incluso a resistência armada, em caso de guerra, mas também manifestaram a legitimidade da defesa de um país em caso de agressão por outro. Guesde se opunha a qualquer tipo de campanha antimilitarista que afastasse à classe operária de seu objetivo fundamental: apoderar-se do poder político para expropriar os capitalistas e socializar a propriedade dos meios de produção. Este abstencionismo tinha precedentes: Guesde já tinha se proclamado neutral no recente *affaire* Dreyfus.

August Bebel, principal dirigente do SPD alemão, depois de uma declaração teórica sobre as raízes da guerra, considerou que era dever dos trabalhadores e de seus representantes parlamentares lutar contra os armamentos navais e de terra, e negar apoio financeiro às políticas de armamento. Declarou-se também em favor de uma organização democrática do sistema de defesa nacional. Disse finalmente que diante da ameaça de guerra se devia fazer o possível para evitá-la, usando os meios mais eficazes e, em caso de conflito em andamento, lutar para lhe dar o fim mais rápido. Mas não disse como. Significativamente, Bebel disse que o governo alemão não desejava a guerra, e que todo apelo à deserção deflagraria, da parte do governo, uma repressão que provocaria o aniquilamento do partido socialdemocrata alemão. A ambiguidade pairava sobre os posicionamentos dos socialistas.

A resolução final sobre a guerra teve como base a moção apresentada por August Bebel; afirmava que “as guerras eram próprias da essência do capitalismo e só cessariam com o seu fim” e que “os trabalhadores era as principais vítimas do conflito, portanto seus inimigos naturais”. A resolução contra a guerra proposta por Lênin, Rosa Luxemburgo e o menchevique de esquerda Martov, afirmava: “Se a guerra eclidir, os socialistas têm o dever de intervir para sustá-la prontamente, e de utilizar a crise econômica com todas suas forças, assim como

a política gerada pela guerra, para agitar os estratos populares mais profundos e precipitar a queda do capitalismo".

Karl Liebknecht



No Congresso de 1907, esse texto passou como um compromisso entre as posições irreduzíveis dos delegados franceses Jaurès e Vaillant, que propunham a greve geral como meio de luta contra a guerra, e os delegados alemães, que se opunham a essa proposta. Mas, como alertava Lênin, presente no congresso, as resoluções “não continham qualquer indicação concreta sobre quais deveriam ser as tarefas da luta do proletariado”. Já se podia sentir que eram poucos aqueles que estavam realmente dispostos a levar até as últimas consequências a resolução aprovada.

O cenário europeu e mundial era explosivo. Se na Europa Central e nos Bálcãs o problema derivava do expansionismo à custa de países e povos vizinhos, na Europa Ocidental a raiz do antagonismo se alimentava da competição por colônias e mercados. No centro do conflito europeu estava a questão das nacionalidades oprimidas no Império Austro-Húngaro: sérvios, croatas, eslovenos, tchecos, eslovacos, búlgaros. As causas geopolíticas europeias da guerra eram claras: – Com a população estagnada, França não esperava reconquistar as províncias da Alsácia e Lorena, que perdera para a Alemanha em 1870 – nem vencer qualquer guerra futura. Da paridade populacional existente em meados do século XIX, se evoluiu para uma situação em que, em 1914, a população alemã já era 1,5 vezes maior que a da França; – A Alemanha não poderia concentrar seu exército num ataque esmagador contra a França, se esperasse até Rússia ter construído sua rede ferroviária interna, o que já estava acontecendo; – O Império Austro-Húngaro não conseguiria manter as etnias fracionadas em seu interior, sem castigar a Sérvia. Não poderia garantir direitos iguais aos sérvios, sem provocar os húngaros, que tinham posição privilegiada; só lhe restava, portanto, suprimir os primeiros; – A Rússia não poderia manter o controle sobre a parte Oeste industrializada do seu império – Polônia, Ucrânia, os estados do Báltico e a Finlândia – se a Áustria humilhasse

seu aliado sérvio, e a Rússia dependia dessas províncias para o grosso dos impostos que arrecadava; - A Inglaterra não poderia manter o equilíbrio de poder na Europa, se a Alemanha esmagasse a França.

Nenhuma dessas potências conseguia prosseguir no statu quo sem encarar risco para sua própria existência: no caso da França, uma posição enfraquecida, sem esperanças, diante da Alemanha; no caso da Alemanha, uma eventual ameaça por uma Rússia industrializada; no caso da Áustria, o esfacelamento do Império Austro-Húngaro, por efeito da agitação eslavófila; no caso da Rússia, a perda das províncias do Oeste, que cairiam na órbita teutônica; e no caso da Inglaterra, a irrelevância no continente, com desafio inevitável contra seu poderio nos mares.³¹⁷ Na Europa Central o "pequeno imperialismo" se amparava no fato de ser o Império Austro-Húngaro uma entidade multinacional com alguns dos seus grupos étnicos tendo um país fora do império, como os romenos e sérvios, outros com seu país situado dentro das fronteiras do império, como os croatas e os tchecos. Os inimigos locais do império, contudo, não formavam um bloco sólido. Croatas e sérvios competiam entre si para reunir os "eslavos do Sul" sob seu próprio domínio. O marco histórico geral era a corrida pelas colônias no mundo todo, ou pela manutenção e expansão dos impérios na Europa, ou ambas as coisas simultaneamente.

Nessa situação, os países da Europa investiam crescentemente em tecnologia de guerra, engrossando as verbas e os equipamentos dos exércitos. Além disso, foram assinados acordos militares que dividiram os países europeus em dois blocos, de um lado a Alemanha, a Itália e o Império Austro-Húngaro, que formavam a Tríplice Aliança, e do outro a Rússia, França e Inglaterra, compondo a Tríplice Entente. Não podemos esquecer o revanchismo que existia entre a França e a Alemanha em relação à guerra franco-prussiana e à questão da posse da região da Alsácia-Lorena, ocupada pela Alemanha nessa guerra. A corrida armamentista entre o Reino Unido e a Alemanha, ampliada ao resto da Europa, com todas as grandes potências dedicando boa parte da sua base industrial para produzir o equipamento e as armas necessárias para um

³¹⁷ Christopher Clark. *Les Somnabules*. Eté 1914: comment l'Europe a marché vers la guerre. Paris, Flammarion, 2014.

conflito europeu, determinou que, entre 1908 e 1913, os gastos militares das potências europeias aumentassem em 50%.

Os problemas políticos suscitados na Internacional pelo pacifismo não se limitavam à questão bélica: “Os partidos socialistas só falavam, nesse período, de paz e fraternidade entre os povos e se alinhavam contra qualquer política de potência nacional, o que os isolou nitidamente dos estratos populares restantes. A infeliz contraposição entre a minoria socialista e a chamada maioria "burguesa" da nação adquiriu um significado particular pelo fato de que os socialistas eram "antinacionalistas", enquanto os burgueses eram "nacionalistas". E na medida em que o sentimento nacional é, no momento correto, uma arma incredivelmente poderosa na luta política, os socialistas se viram relegados ao terreno no qual teriam que sofrer as derrotas mais sérias. De fato, o movimento nacional arrasta consigo, no momento crítico, não só as classes médias, mas também a maioria dos trabalhadores. O pacifismo abstrato não tem qualquer força de resistência quando está verdadeiramente em jogo a vida da nação. A democracia revolucionária do período de 1848 pôde utilizar o sentimento nacional. A Segunda Internacional, ao contrário, deixou-se dominar, em quase todos os países, por um isolamento no qual a ideologia profissional dos operários e o pacifismo constituíam posições destinadas a serem derrotadas. O congresso da Internacional, realizado em Copenhague em 1910, manifestou-se com indignação contra os socialistas tchecos, alinhados em favor da política de defesa de sua nacionalidade. Porém, a história deu razão aos separatistas tchecos”.³¹⁸

A Internacional Socialista, porém, parecia concordar com a democracia liberal em relação a alguns grandes problemas internacionais. Ambas eram favoráveis à paz europeia, ao livre comércio, ao sufrágio universal, às instituições parlamentares, à política social, e contrárias ao capital monopolista e aos trusts. Haveria algo mais fácil do que uma aliança entre os democratas liberais e os socialistas contra o imperialismo belicista? No interior da Internacional havia uma corrente que defendia tal iniciativa: a dos revisionistas (bersteinianos ou não), que pediam à Internacional Socialista que abandonasse os *slogans* revolucionários vazios e que se colocasse no terreno das

³¹⁸ Arthur Rosenberg. *Democracia e Socialismo*. História política dos últimos 150 anos. São Paulo, Global, 1986.

realidades factuais, que buscasse resultados práticos no terreno da democracia burguesa e da política social, e que aceitasse de bom grado a colaboração de qualquer aliado que estivesse disposto a percorrer o mesmo caminho. No congresso socialista de Copenhague reforçaram-se as posições reformistas, e o problema da manutenção da paz ficou quase que reduzido às pressões parlamentares, em detrimento da mobilização das massas e da preparação da luta revolucionária.

As nuvens de uma guerra geral ameaçavam à Europa. A Áustria-Hungria precipitara a crise da Bósnia de 1908-1909 para anexar oficialmente o antigo território otomano de Bósnia e Herzegovina, que ocupava desde 1878. Isto irritou o Reino da Sérvia e seu patrono, o pan-eslavista e ortodoxo Império Russo. As manobras políticas e bélicas russas na região desestabilizaram os precários acordos prévios de paz, que já estavam enfraquecidos. Em 1912 e 1913, a “primeira guerra balcânica” foi travada entre a Liga Balcânica e o fragmentado Império Otomano. O Tratado de Londres resultante dela encolheu o Império Otomano, com a criação de um Estado independente albanês, enquanto ampliou territorialmente a Bulgária, a Sérvia, o Montenegro e a Grécia. Quando a Bulgária atacou Sérvia e Grécia, em junho de 1913, aquela acabou perdendo a maior parte da Macedônia para os países atacados, e Dobruja do Sul para a Romênia, durante a chamada “segunda guerra balcânica”, desestabilizando ainda mais a região. Em geral, a década de 1910 viu agravar-se a situação internacional, alimentada pelas contradições interimperialistas através da crise marroquina (1911), que quase levou a uma guerra entre França e Alemanha, da guerra ítalo-turca pela Líbia (1911) e das guerras balcânicas. Os conflitos localizados eram já vistos como prenúncios da guerra mundial que se aproximava.

No congresso socialista de Copenhague, a questão da greve geral foi recolocada em pauta, com uma moção do francês Vaillant, associado ao líder trabalhista inglês Keir-Hardie: “Entre os meios para evitar e impedir a guerra, este Congresso considera particularmente eficaz a greve geral operária”. Decidiu-se adiar a decisão e continuar a discussão no próximo congresso em Viena, previsto para 1913. Jean Jaurès apresentou uma emenda preconizando “a greve geral organizada simultaneamente e internacionalmente”. E, em 1912, dois anos depois de Copenhague e em meio ao clima denso de guerra iminente, reuniu-se um congresso extraordinário da Internacional na Basileia, que tomou o caráter

de uma manifestação pública antibélica. Os discursos contra os preparativos da guerra foram tão eloquentes quanto vazios de propostas. Falava-se da utilização de “todos os meios apropriados” para a conjuração do conflito, e do suposto “medo das classes governantes da revolução proletária, pois qualquer guerra pode tornar-se perigosa para elas. Que lembrem que a guerra franco-prussiana provocou a explosão revolucionária da Comuna”.

O principal dirigente público europeu da Internacional Socialista nesse momento era Jean Jaurès, desde a morte de August Bebel em 1913. Preservar a paz, que ele sabia ameaçada pelas rivalidades internacionais intercapitalistas, já era há muito sua maior preocupação. Em 1895, na Câmara dos Deputados, ele tinha pronunciado um célebre discurso, com uma frase que correu o mundo: “O capitalismo traz em si a guerra, como as nuvens silenciosas trazem a tempestade”. Jaurès tinha a convicção de que a união do proletariado internacional seria capaz de afastar “esse horrível pesadelo”. Dois dias antes de seu assassinato, em 29 de julho de 1914, no ato internacional contra a guerra realizado no *Cirque Royal* de Bruxelas, declarou: “Sabem o que é o proletariado? São massas de homens que têm, coletivamente, amor à paz e horror à guerra”.

No dia 28 de junho de 1914 foi assassinado o arquiduque Francisco Fernando, príncipe herdeiro do trono austro-húngaro, em Sarajevo, na Bósnia-Herzegovina. Seus executores eram dois nacionalistas sérvios, entre os quais Gavrilo Princip, um jovem que pertencia ao grupo nacionalista sérvio “Mão Negra”, contrário à intervenção da Áustria-Hungria na região dos Bálcãs. Declarando-se insatisfeita com sua reação ao magnicídio, Áustria-Hungria declarou guerra a Sérvia em 28 de julho de 1914. Nesse mesmo dia, Rússia entrou no conflito em defesa da Sérvia “ameaçada”. O Império Russo, não disposto a permitir que a Áustria-Hungria eliminasse a sua influência nos Bálcãs, e em apoio aos “seus” sérvios protegidos de longa data, ordenou uma mobilização parcial. O Império Alemão, por sua vez, mobilizou-se em 30 de julho, pronto para aplicar o “Plano Schlieffen”, elaborado em 1905, prevendo que Alemanha deveria derrotar a França antes que a mobilização russa se completasse. Assim, após a provocação de incidentes fronteiriços, a declaração germânica de guerra chegou a Paris. Simultaneamente, a Alemanha declarou considerar também a Bélgica território de operações militares.

O desrespeito da neutralidade belga significava que a guerra não se limitaria ao continente. A integridade da Bélgica, pelos britânicos, era vinculada à segurança da própria Grã-Bretanha. O Reich previa uma invasão rápida e massiva à França para eliminar o exército francês e, em seguida, virar sua atenção para o Leste contra a Rússia; tendo garantido apoio ao Império Austro-Húngaro no caso de uma guerra, mandou um ultimato ao governo do Império Russo para parar sua mobilização de tropas dentro de doze horas, no dia 31. No primeiro dia de agosto o ultimato tinha expirado sem qualquer reação russa. A Alemanha então lhe declarou guerra. A 2 de agosto a Alemanha ocupou Luxemburgo, como passo inicial para a invasão à Bélgica. O gabinete francês resistiu à pressão militar para iniciar a mobilização imediata e ordenou que suas tropas recuassem a 10 quilômetros da fronteira, para evitar qualquer incidente. A França só se mobilizou na noite de 2 de agosto, quando a Alemanha invadiu a Bélgica e atacou tropas francesas. O Império Alemão declarou guerra à Rússia no mesmo dia. O Reino Unido declarou guerra à Alemanha e à Áustria-Hungria em 4 de agosto de 1914, após uma "resposta insatisfatória" para o ultimato britânico de que a Bélgica deveria ser mantida neutra. Todos os integrantes dos blocos europeus declararam guerra, era o início do maior conflito bélico que a humanidade havia visto até então.

No início das operações, a coalizão liderada pela Alemanha contava com um contingente armado de quatro milhões de soldados contra seis milhões de soldados da Entente Cordiale (Grã-Bretanha, França, e aliados). A Alemanha combateu a guerra sob o estandarte da *Kultur*. Em 1915, 93 dos principais intelectuais e artistas alemães (incluído Thomas Mann, seu mais célebre escritor) assinaram um manifesto em que justificavam o clamor da Alemanha por guerra, em nome da superioridade cultural. Os exércitos de ambos os lados tinham à disposição todas as conquistas tecnológicas modernas no armamento, no transporte e na comunicação. O esforço bélico se apoderava de toda a capacidade produtiva do país e todos os seus recursos.

Quando a guerra explodiu, não era, portanto, sobre terreno virgem que Lênin caminhava para afirmar: "A guerra europeia, preparada durante dezenas de anos pelos governos e partidos burgueses de todos os países, rebentou. O crescimento dos armamentos; a exacerbação da luta pelos mercados, no atual estágio imperialista de desenvolvimento dos países

capitalistas avançados, os interesses dinásticos das monarquias mais atrasadas - as da Europa Oriental - tinham de, inevitavelmente, conduzir à guerra, e conduziram. Apoderar-se de territórios, e subjugar nações estrangeiras, arruinar a nação concorrente, pilhar as suas riquezas, desviar a atenção das massas laboriosas das crises políticas internas da Rússia, da Alemanha, da Inglaterra e de outros países, dividir e iludir os operários com a mentira nacionalista, dizimar a sua vanguarda para enfraquecer o movimento revolucionário do proletariado; tal é o único conteúdo real, o verdadeiro significado da guerra atual. A burguesia alemã encontra-se à cabeça de um dos grupos de nações beligerantes. Engana à classe operária e às massas trabalhadoras, garantindo que faz a guerra para defender a pátria, a liberdade e a cultura, para libertar os povos oprimidos pelo czarismo, para destruir o czarismo reacionário".³¹⁹

No meio da explosão bélica, em 29 de julho, reuniu-se extraordinariamente o Comitê Executivo da Internacional Socialista. Na reunião, o representante alemão ratificou suas posições anteriores, de oposição à intervenção alemã, e declarou que o partido socialdemocrata não votaria a favor dos créditos para a guerra imperialista solicitados pelo Káiser. Dois dias depois, no dia 1º de agosto e no congresso do Partido Socialista Francês, o representante alemão ratificou suas posições antibélicas. A realidade, porém, era bem outra. As massas operárias e o partido socialista alemão vinham sendo, pouco a pouco, dominados pelo espírito chauvinista. No dia seguinte ao atentado de Sarajevo, o SPD alemão reunira-se para analisar as consequências que ele poderia ter para o congresso da Internacional que devia se realizar a 23 de agosto de 1914. Decidiu solicitar que se reunisse o Bureau Socialista Internacional (BSI). Os socialdemocratas austríacos responderam que não era necessário, que a situação não era alarmante, e que as preocupações dos socialistas alemães eram infundadas.

O congresso da Internacional Socialista foi finalmente adiado para 28-29 de agosto de 1914, e na prática nunca se realizou: em 31 de julho, Jean Jaurès foi assassinado; em 3 de agosto estourou a guerra. No dia 4 de agosto, para surpresa de muitos socialistas, inclusive de Lênin, os deputados socialistas alemães do *Reichstag* votaram a favor da liberação dos créditos

319

V. I. Lênin. *Op. Cit.*

de guerra. Karl Liebknecht,³²⁰ foi o único a votar contra, na nova votação do dia 3 de dezembro de 1914. Otto Rühle também votou contra, juntando-se a Liebknecht, na votação do dia 20 de março de 1915. A maioria dos socialistas alemães punha uma pedra sobre seu passado revolucionário e internacionalista. Em 1914, a socialdemocracia alemã era poderosa. Com um orçamento de dois milhões de marcos, contava com mais de um milhão de filiados, depois de se recuperar da forte repressão do regime imperial alemão. Era a vitória do pragmatismo socialista de direita e do oportunismo, quer tinha se manifestando nos anos precedentes:³²¹ “Desde 4 de agosto - afirmou Rosa Luxemburgo - a socialdemocracia alemã é um cadáver putrefato”. E completou afirmando que a verdadeira bandeira da Internacional falida devia ser: “Proletários do mundo, uni-vos em tempos de paz, e assassinai-vos em tempos de guerra”.

Os socialistas franceses, por sua vez, uniram-se à burguesia francesa em defesa da “pátria ameaçada”. A mesma coisa fizeram os socialistas austro-húngaros, os belgas, os ingleses. Até Plekhánov, pai do marxismo russo, aderiu às teses doravante chamadas de *social-patrióticas*. Em diversos países os

³²⁰ Karl Liebknecht (1871-1919), filho de Wilhelm Liebknecht, companheiro de lutas e amigo pessoal de Marx e Engels, estudou direito nas Universidades de Leipzig e Berlim, concluindo seu doutorado na Universidade de Würzburg, em 1897. Abriu um escritório de advocacia e passou a defender causas trabalhistas. Em 1900 aderiu ao Partido Socialdemocrata da Alemanha. Passou a ter intensa militância política e fundou em 1915, juntamente com Rosa Luxemburgo e outros militantes internacionalistas, a Liga Spártacus, sendo expulso do SPD em 1916. A Liga, junto com uma fração socialista de esquerda, acabou fundando o Partido Comunista da Alemanha em 1918. Em 15 de janeiro de 1919, após o governo socialdemocrata alemão ter colocado as cabeças dos “extremistas da esquerda” a prêmio, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo foram assassinados em Berlim. A 13 de janeiro de 2008, uma passeata com 70 mil pessoas dirigiu-se ao cemitério de Friedrichsfelde, em Berlim, para homenagear Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

³²¹ Numa resolução posterior da Internacional Comunista, lembrou-se que “no começo da guerra imperialista de 1914, os partidos socialistas de todos os países, sustentando suas respectivas burguesias, não esqueceram de justificar sua conduta invocando a vontade da classe operária. Fazendo isso, eles esqueceram que a tarefa do partido proletário deveria ser reagir contra a mentalidade operária geral e defender os interesses históricos do proletariado”.

socialistas formaram alianças políticas e blocos governamentais com suas respectivas burguesias (imperialistas), na política chamada de “união sagrada”. A guerra revelou finalmente para amplos setores do proletariado os limites das suas antigas direções. Abriu-se um novo período na história da sua luta: “A II Internacional está morta, vencida pelos oportunistas”, afirmou Lênin, dirigente da fração revolucionária do socialismo russo e da Internacional.

Não apenas não foi desencadeada a prometida greve geral, mas a classe operária, petrificada e desguarnecida, viu seus dirigentes se alinharem à política de guerra da burguesia e propugnarem a “união sagrada”. Na França, o principal fundador do socialismo marxista, Jules Guesde, tornou-se membro do governo de união nacional, e Leon Jouhaux, dirigente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), anunciou sua adesão à guerra renegando suas posições anteriores, pronunciadas dois dias antes apenas, no seu discurso no enterro de Jaurès, à beira do túmulo ainda aberto do grande inimigo da guerra... Juntava-se assim aos deputados socialdemocratas alemães que votaram no parlamento os créditos de guerra, alinhando-se à política belicista de Guilherme II. A verve de Lênin se descarregou com toda força contra seus antigos companheiros da Internacional falida.

Em texto de finais de setembro de 1914, *A Guerra e a Socialdemocracia Russa*, o dirigente russo afirmou: “Os oportunistas prepararam de longa data esta falência, repudiando a revolução socialista e substituindo-a pelo reformismo burguês; repudiando a luta de classes e a necessidade de transformá-la, se necessário, em guerra civil, fazendo-se os apóstolos da conciliação de classes; preconizando o chauvinismo burguês sob o nome de patriotismo e de defesa da pátria, desconhecendo ou negando a verdade fundamental dos socialismo, já exposta no Manifesto Comunista, a saber, que os operários não têm pátria; se limitando, na luta contra o militarismo, a um ponto de vista sentimental pequeno-burguês; fazendo um fetiche da legalidade e do parlamentarismo burguês, esquecendo que nas épocas de crise as formas ilegais de organização e de agitação se tornam indispensáveis”.³²²

O conflito desenvolveu-se com a invasão austro-húngara da Sérvia, seguida pela invasão alemã da Bélgica,

³²² V. I. Lênin. *Los Socialistas y la Guerra*. México, Editorial América, 1939.

Luxemburgo e França, e um ataque russo contra a Alemanha. Após invadir o território belga, o exército alemão encontrou resistência na fortificada cidade de Liège. Apesar de ter continuado sua rápida marcha rumo à França, a invasão germânica tinha provocado a decisão britânica de intervir em ajuda a Tríplice Entente. Como signatário do Tratado de Londres, o Império Britânico estava comprometido a preservar a soberania belga. Segundo Max Hastings: “A Alemanha tinha a capacidade de evitar que o conflito se espalhasse. Em julho de 1914, se os alemães tivessem dito aos austríacos ‘parem, este conflito está ficando grave demais, vocês precisam parar a invasão da Sérvia e se retirar do país’, não teria havido guerra. Não digo que não houvesse um conflito europeu, mas a crise de julho eles poderiam ter evitado. Por que não evitaram? Porque os estadistas germânicos, principalmente os generais e o Kaiser, acreditavam que a guerra aconteceria cedo ou tarde – e preferiam que fosse cedo, enquanto tinham um poder econômico inigualável”.

Para a Grã-Bretanha os portos de Antuérpia e Oostende eram importantes demais para cair nas mãos de uma potência continental hostil ao país: enviou um exército para a Bélgica, atrasando o avanço alemão. A Rússia atacou a Prússia Oriental, o que obrigou ao deslocamento das tropas alemãs que estavam previstas para lutar na frente ocidental. A Alemanha, porém, derrotou a Rússia em uma série de confrontos (a “segunda batalha de Tannenberg”). O deslocamento imprevisto dos alemães para combater os russos acabou permitindo uma contraofensiva em conjunto das forças francesas e inglesas, que conseguiram parar os alemães em seu caminho para Paris, na batalha do Marne (setembro de 1914), forçando o exército alemão a lutar em duas frentes, postando-se numa posição defensiva dentro da França, e provocando 230 mil baixas a franceses e britânicos. Depois da marcha alemã em direção de Paris ter chegado a um impasse, a frente ocidental estabeleceu-se em uma batalha de atrito estático, com uma linha de trincheiras que pouco mudou até 1917.

Na frente oriental, o exército russo lutou com sucesso contra as forças austro-húngaras, mas foi forçado a recuar da Prússia Oriental e da Polônia pelo exército alemão. Frentes de batalha adicionais abriram-se depois que o Império Otomano entrou na guerra junto aos impérios centrais, em 1914; Itália e Bulgária em 1915, e Romênia em 1916, entraram na guerra: em virtude disso, a Tríplice Aliança ganhou dois aliados, a Bulgária

e a Turquia; e a Tríplice Entente a adesão da Romênia, de Portugal e do Japão.

A primeira fase da guerra ficou conhecida como “guerra de movimento”. A capital e o governo francês foram transferidos para Bordeaux; os franceses e ingleses conseguiram conter os ataques dos alemães, que brearam seu avanço em território francês em setembro de 1914: “Durante quatro anos, os dois exércitos, que eram de milhões de homens, cavaram trincheiras e buracos no chão a 800 metros uns dos outros e mataram-se uns aos outros com espingardas, metralhadoras e artilharia que, à medida que o tempo passava, se tornava cada vez mais assustadora... A guerra tornou-se uma máquina terrível para desfazer seres humanos em pedaços de carne depredada. As batalhas mais famosas duraram meses, não horas ou dias, e as baixas não foram aos milhares, mas aos milhões”.³²³ A situação se manteve até o fim da guerra, em novembro de 1918. Era uma nova guerra, muito mais mortífera do que as precedentes, em uma nova fase histórica. Guillaume Apollinaire, poeta e oficial de artilharia da França, qualificou a nova espantosa “realidade” de *sur-realité*, impossível de ser assimilada pelos padrões intelectuais até então existentes (o termo deu lugar ao surgimento do *surrealismo* no pós-guerra).

Outros episódios bélicos aconteceram no continente africano e no Oceano Pacífico, onde havia numerosas colônias e territórios ocupados pelos países europeus envolvidos no conflito. A África do Sul foi atacada pelas forças alemãs em 10 de agosto, pois pertencia ao Império Britânico. A Nova Zelândia invadiu Samoa, que pertencia à Alemanha, e a força naval expedicionária australiana desembarcou na ilha de New Pommern, que na época fazia parte da chamada Nova Guiné Alemã, e que viria a se tornar a “Nova Bretanha”. Coube ao Japão invadir as colônias micronésias e o porto alemão de Qingdao, que abastecia carvão à Tríplice Aliança, na península chinesa de Shandog. Todos esses ataques fizeram com que em pouco tempo a Tríplice Entente tivesse dominado todos os territórios alemães no Pacífico.

A segunda fase da guerra se iniciou em novembro de 1914, e ficou conhecida como “guerra de posições”; foi a fase em que ocorreram os maiores estragos humanos (os avanços dos exércitos custavam milhares de vidas cotidianamente). Nesse momento, teve início a guerra de trincheiras, com os

323

Charles Van Doren. *Op. Cit.*, pp. 331-332.

exércitos cavando e se protegendo em valas com a finalidade de dar proteção às posições defendidas. A ofensiva alemã contra a França foi, inicialmente, como vimos, bem-sucedida. As tropas alemãs chegaram até 50 quilômetros de distância de Paris, mas foram detidas, frustrando os planos de uma rápida vitória na França. Em solo francês, a frente se detivera em trincheiras. Os austro-húngaros foram obrigados a aliviar a frente sérvia para enfrentar as tropas russas na Galícia. Deter o avanço dos russos à custa de grandes perdas territoriais foi a única coisa que as potências centrais de fato conseguiram no primeiro ano do conflito. Na Sérvia, na Prússia Oriental e na Galícia, até o final do ano, as forças combatentes registraram um total de três milhões de baixas (mortos, feridos ou prisioneiros).

Em 1915 as potências centrais conseguiram algum sucesso. Entretanto, a Itália passou para o lado da Entente ao receber promessas de ganhos territoriais, obrigando os austro-húngaros a lutar em mais uma frente, desta vez em território italiano. A Sérvia colapsou diante dos alemães, austro-húngaros e búlgaros. A Romênia, traindo seus aliados, passou para o lado da Entente, em troca de promessas de ganhos territoriais com a submissão de outras etnias.

Depois de três anos de combates sangrentos na Europa e de impasse militar, em 1917, finalmente, os Estados Unidos entraram na guerra, depois de quebrar a resistência da maioria parlamentar e forçar a aprovação dessa atitude através do minigolpe conhecido como “telegrama Zimmermann”, a revelação pública de uma comunicação do governo alemão ao seu embaixador no México, informando-lhe o início de uma guerra marítima por todos os meios, inclusive submarinos, contra a Entente, e propondo ao México uma aliança contra os EUA (caso estes não permanecessem neutros), oferecendo em troca a devolução ao México dos territórios conquistados pelos EUA em 1848, mediante o Tratado Guadalupe-Hidalgo.³²⁴ Na

³²⁴ Era um telegrama codificado despachado pelo ministro do exterior do Império Alemão, Arthur Zimmermann, em 16 de janeiro de 1917, para o embaixador alemão no México, Heinrich von Eckardt, que instruíu o embaixador para se aproximar com o governo mexicano com a proposta de formar uma aliança militar contra os Estados Unidos. O telegrama foi interceptado e decodificado por britânicos: "No começo de fevereiro nós planejamos começar um irrestrita guerra submarina. A despeito disso, é nossa intenção nos empenharmos em manter os Estados Unidos da América neutros. No caso disso não ser bem sucedido, nós propomos uma aliança com as seguintes bases ao

campanha eleitoral de 1916, o presidente eleito Woodrow Wilson tinha jurado e perjurado que os EUA nunca entrariam na “guerra europeia”.

Os EUA se posicionaram belicamente, assim, ao lado da Tríplice Entente; tinham acordos comerciais milionários com países que faziam parte dela, como Inglaterra e França, mas também tinham uma importante minoria étnica alemã na sua população (na verdade, a sua “segunda minoria”, depois da inglesa), oposta à guerra contra o Império do Kaiser e possuidora de fortes meios e apoios políticos: o “golpe Zimmermann” foi, por isso, necessário para derrotá-la. O governo não possuía os meios políticos para a aprovação parlamentar da quebra da histórica posição isolacionista dos EUA. Durante os primeiros anos da guerra, não diretamente implicados no conflito, divididos em função da origem nacional da sua população, impedidos de comerciar com os impérios centrais devido ao bloqueio britânico, os EUA triplicaram seu comércio exterior entre 1914 e 1917, como abastecedores não só de alimentos, mas também de manufaturas, armas e munição aos futuros aliados bélicos. A banca americana tinha sido autorizada a realizar empréstimos à Entente desde outubro de 1914: em 1917 a dívida da Entente com os EUA já atingia 2,7 bilhões de dólares. A entrada dos EUA na guerra, e o próprio fim da guerra, não alteraram essa situação: os EUA saíram da guerra como o grande credor de todo o mundo capitalista.

Na guerra, Alemanha viu-se obrigada a lutar em duas frentes: a rápida derrota da França, como previa o plano de guerra dos alemães, não teve lugar; depois da derrota alemã na batalha do Marne, a luta estagnou. Uma guerra de trincheiras

México: Que nós façamos guerra juntos e façamos paz juntos. Nós forneceremos um generoso suporte financeiro, e no nosso entendimento o México virá a reconquistar os territórios perdidos do Novo México, Texas e Arizona. Os detalhes do assentamento são deixados para você. Você está instruído a informar o Presidente [do Mexico] sobre acima na maior confiança assim que for certo que irá haver uma deflagração de guerra nos Estados Unidos e sugerir ao Presidente, em sua própria iniciativa, o convite ao Japão para imediatamente aderir a esse plano; ao mesmo tempo, oferecer-se para mediar as conversas entre Japão e nós mesmos. Por favor chame a atenção do Presidente que o emprego implacável de nossos submarinos agora oferecem a perspectiva de forçar a Inglaterra a declarar paz em alguns meses" (Barbara W. Tuchman. *O Telegrama Zimmermann*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982).

culminou em batalhas sem sentido, no oeste, com enormes perdas de material e de vidas. Desde o começo da guerra, o imperador e os primeiros-ministros passaram ao segundo plano, com os militares (o marechal Paul von Hindenburg e o general Erich Luddendorf, sobretudo) dando as cartas.

Foi durante a guerra mundial que teve início a descontrolada emissão monetária na Alemanha, que concluiu na hiperinflação de inícios da década de 1920. Segundo Adam Ferguson, "os primeiros passos da inflação tiveram lugar sob os auspícios de Karl Helfferich, secretário de Estado para as Finanças de 1915 a 1917". Até 1914, a política de crédito do *Reichsbank* fora regida pela lei bancária de 1875, que obrigava a que não menos de um terço das notas emitidas estivesse respaldado por ouro, e o restante por promissórias emitidas para três meses, adequadamente garantidas. Em agosto de 1914 foram tomadas medidas para financiar a guerra e evitar a perda das reservas de ouro: suprimiu-se a conversibilidade em ouro das notas emitidas pelo Banco Central (e conclamou-se à população a entregar todo o ouro que possuísse – jóias, enfeites, etc. – ao Banco Central).

Para financiar a guerra, Alemanha recorreu a empréstimos bancários, cujos fundos eram fornecidos pelo sistema de fazer funcionar a máquina de imprimir notas. Os bancos podiam emprestar às empresas, aos estados federados, às prefeituras e às novas corporações de guerra, e podiam até antecipar dinheiro, alavancado em futuras emissões de bônus de guerra. No período da crise bélica, o *Reichsbank*, banco central alemão, como todos os outros bancos centrais, suspendeu o lastro do marco alemão em ouro com o intuito de impedir a pulverização de suas reservas. O governo alemão preferiu pedir emprestadas as quantias necessárias para seu funcionamento ao *Reichsbank*, que simplesmente passou a comprar a maior parte dos títulos do Tesouro, ao invés de ter de aumentar substancialmente os impostos. Só depois de 1916 os impostos começaram a ser usados para o esforço bélico.

A guerra decidiu-se com a entrada dos Estados Unidos, em 1917. Luddendorf, comandante militar alemão, contudo, ignorou que o país estava completamente exaurido, insistindo, até setembro de 1918, numa "paz vitoriosa". O sentido profundo da guerra aparecia em fatos e processos situados fora da dimensão puramente militar ou geopolítica: nas ilusões nacionalistas de combatentes e populações, transformadas, depois de quatro anos de sofrimento inéditos, em desejo de

vingança. O fim da guerra foi precipitado pelo “grande medo” provocado, nos dois lados do conflito, pela explosão da revolução russa e, sobretudo, pelo início da revolução na Alemanha, com sua capital e suas principais cidades governadas por conselhos operários, e com motins nas próprias tropas do front. A entrada dos EUA na guerra mundial foi, junto com a revolução russa, que retirou o império czarista da guerra e da Entente, o fator fundamental de mudança e desfecho do conflito bélico, e das relações econômicas e políticas mundiais que dele emergiram. A intervenção norte-americana foi decisiva para o resultado final da guerra, seu primeiro resultado foi a realização (atuando sobre as nações neutras) do bloqueio da Alemanha, que a partir desse momento viu-se condenada à asfixia econômica. Os motivos alegados para a entrada dos EUA no conflito foram a promessa de apoio aos países europeus que compravam mercadorias das indústrias norte-americanas, e os ataques dos submarinos alemães à marinha mercante dos EUA.

A guerra submarina alemã, que ameaçava os parceiros comerciais dos EUA, decidiu a intervenção norte-americana. A 6 de abril de 1917, os EUA declararam guerra à Alemanha: a situação bélica começou a alterar-se, quer com a entrada em cena de novos meios, como o carro de combate e a aviação militar, quer com a chegada ao teatro de operações europeu das forças norte-americanas, ou com a substituição de alguns comandantes por outros com uma nova visão da guerra e das táticas e estratégias mais adequadas; lançaram-se, de um lado e de outro, grandes ofensivas terrestres e navais. Os gregos declararam guerra às potências centrais. Na frente oriental os soldados húngaros e russos, de origem operária e camponesa, reconhecendo seu destino comum, começaram a se confraternizar nas trincheiras. Ocorreram grandes greves na Hungria. Chegaram os primeiros soldados americanos à França.

As ofensivas de 1918 se constituíram como a terceira fase da guerra. Novas armas foram utilizadas no conflito, incluídos os letais gases binários, além do uso de tanques e aviões para bombardeios, e também a chegada à Europa do contingente militar norte-americano (aproximadamente 1,2 milhão de soldados). A entrada dos EUA reforçou a capacidade bélica da Entente, que conseguiu vitórias fundamentais sobre a Tríplice Aliança em territórios franceses. Com a presença norte-americana na Europa, a vitória da Entente passou a ser um fato

previsível. Também o era a transformação dos EUA em principal potência econômica do planeta no pós-guerra: entre 1914 e 1918, o PIB dos EUA aumentou 15%, a produção mineira 30%, a produção industrial em geral 35%. Para atingir esses resultados, os EUA perderam “só” 50 mil soldados (28 vezes menos do que a França): a intervenção americana na guerra foi “uma empresa colonial em grande escala levada adiante em território estrangeiro”.³²⁵

A guerra imperialista encobriu a continuidade da guerra de classes em cada país. A guerra forneceu o alibi que as classes dominantes ianques esperavam para “limpar” o movimento operário norte-americano, com dois alvos fundamentais: o cada vez mais influente SPA (*Socialist Party of America*), e os IWW (*Industrial Workers of the World*) que organizavam as lutas do operariado de imigração recente. O chauvinismo nacionalista foi o grande pretexto para a ofensiva antioperária: um senador democrata chamou os IWW de “Imperial Wilhelm’s Warriors” (“Guerreiros do Imperador Guilherme [da Alemanha]”). Leis “contra a espionagem” foram aprovadas e usadas em larga escala contra os ativistas operários estrangeiros. Os IWW, porém, não organizaram movimentos contra a guerra: a *green corn rebellion* de Oklahoma (agosto 1917), por exemplo, não foi obra deles. Em setembro, no entanto, 165 dirigentes dos IWW (o lendário *wobblie* Bill Haywood, entre outros) foram inculpadados por “conspiração para a insubordinação militar”: em 1918, 15 deles foram condenados a 20 anos de prisão e a 30 mil dólares de multa, 33 a dez anos de cárcere, 35 a cinco anos.

Paralelamente, aconteceram linchamentos e assassinatos de ativistas operários, como os de Frank Little e Joe Hill, realizados por agentes provocadores, como os operadores da agência privada de detetives Continental, que costumava fornecer fura-greves às patronais. O declínio ulterior dos *wobblies* deveu-se à intensa repressão de que foram objeto. O SPA fez campanha contra a guerra, e obteve bons sucessos eleitorais graças a isso (21% dos votos em Nova York, 34% em Chicago): os *raids* da direita militante destroçaram 1500 das suas cinco mil sedes partidárias, o boicote oficial e o fim das franquias postais asfixiou seus jornais, seu dirigente Eugene Debs (candidato presidencial em 1912, com 6% dos votos) foi condenado em setembro de 1918 a dez anos de prisão.

³²⁵

Fritz Sternberg. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979.

Paralelamente, o presidente Woodrow Wilson, reeleito em novembro de 1916, formulou seus “14 pontos” para a paz: fim da diplomacia secreta, liberdade internacional de navegação, fim das barreiras comerciais, desarmamento geral, autonomia para as nacionalidades do Império Austro-Húngaro, entre outras pautas. A guerra, na sua ótica, era uma luta “pela democracia” e “contra a guerra”, por uma “paz sem vitória”. Ao redor dos 14 pontos de Wilson se reagrupou, na Europa, a antiga socialdemocracia que se aliara à burguesia belicista, os “social-patriotas”: o “wilsonismo” marcou o início de uma aliança estratégica de longo prazo entre os dirigentes políticos do *establishment* norte-americano, apoiados pelo sindicalismo conservador (em especial a AFL de Samuel Gompers) e a socialdemocracia europeia.

Depois de uma ofensiva alemã em 1918 ao longo da frente ocidental, a Entente forçou o recuo dos exércitos alemães em uma série de ofensivas de sucesso, e as forças dos Estados Unidos começaram a entrar nas trincheiras germânicas. A Alemanha concordou com um cessar-fogo em 11 de novembro de 1918, episódio mais tarde conhecido como “Dia do Armistício”. No final de 1918, a Alemanha não tinha mais possibilidade de vencer a guerra, o que forçou o imperador Guilherme II a abdicar do trono para facilitar a rendição imperial. O sentido profundo do desfecho da guerra apareceu em fatos e processos situados fora da dimensão puramente militar ou geopolítica: nas ilusões nacionalistas frustradas de combatentes e populações, transformadas, depois de quatro anos de sofrimento inédito, em simples desejo de vingança. No primeiro Natal da guerra, houveram cenas de confraternização entre soldados dos exércitos inimigos, há relatos de soldados de ambos os lados cessarem as hostilidades, saírem das trincheiras e cumprimentarem-se na “trégua de Natal”. Isto ocorreu, claro, sem o consentimento do comando militar dos exércitos; no final da guerra, os massacres cruéis e sem piedade se transformaram na norma geral.

E houve o “grande medo” provocado, nos dois lados do conflito, pela explosão da revolução russa contra o czarismo e, sobretudo, pelo início da revolução na Alemanha, com a chamada “revolução dos marinheiros” seguida pela criação na capital do país e em suas principais cidades de conselhos operários (*räte*) semelhantes aos soviets russos, além de motins nas tropas alemãs do *front*. Foi esse o fator que precipitou e forçou uma “paz” não inteiramente lógica em termos militares

ou diplomáticos, uma paz que consagrava a derrota alemã (e dos Impérios Centrais), uma derrota que ainda não era clara no campo de batalha. E uma vitória mesquinha dos “aliados” (a Tríplice Entente mais os EUA), que alguns dos seus generais, notadamente o comandante das tropas norte-americanas na Europa, o general Pershing, pretendiam transformar em vitória total. Ao contrário, foi evitada a rendição incondicional do Reich e a ocupação militar da Alemanha, em especial de sua capital, Berlim, como pretendia Pershing, para evitar uma humilhação alemã que poderia produzir futuras guerras.

A rebelião popular transformada em revolução na Rússia; a queda do Káiser e a proclamação improvisada da República da Alemanha, se impuseram sobre a razão diplomática tradicional, suscitando reações contraditórias nos políticos, nos chefes militares e nos simples combatentes. O chefe da delegação alemã que assinou o armistício com a Entente, Mathias Erzberger, foi assassinado pouco tempo depois por militares nacionalistas. Assim concluía o conflito em que 70 milhões de militares, incluindo 60 milhões de europeus, haviam sido mobilizados, mais de nove milhões de combatentes foram mortos, em grande parte por causa de avanços tecnológicos que determinaram um crescimento enorme na letalidade de armas, mas sem melhorias correspondentes em proteção ou mobilidade dos exércitos ou da população civil. A guerra, além disso, incapacitou e aleijou para sempre aproximadamente 20 milhões de soldados ou civis.

Os avanços na tecnologia militar significaram a criação de um poder de fogo defensivo mais poderoso do que as capacidades ofensivas, tornando a guerra extremamente mortífera, pela dificuldade em conquistar novas posições contra o inimigo. O arame farpado era um constante obstáculo para os avanços da infantaria; a artilharia era muito mais letal do que no século XIX, armada com poderosas metralhadoras. Os alemães começaram a usar gás tóxico em 1915, e logo depois, ambos os lados os usavam. Nenhum dos lados ganhou a guerra pelo uso de tal artifício, mas eles tornaram a vida nas trincheiras ainda mais terrível num dos mais lembrados horrores de guerra.

No total, as mortes provocadas pela guerra atingiram quase vinte milhões de seres humanos: “socialismo ou barbárie”, foi o grito de guerra antibelicista e anticapitalista lançado desde a prisão por Rosa Luxemburgo. O deslocamento forçado de populações em virtude de questões “nacionais”

também teve sua origem na “grande guerra”: “A partir da Primeira Guerra Mundial, o nexo nascimento-nação deixou de exercer sua função legitimante no interior do Estado Nacional. Junto ao afluxo de refugiados e apátridas na cena europeia... o fenômeno mais significativo foi a introdução contemporânea na ordem jurídica de muitos Estados europeus de normas que permitiram a desnaturalização e desnacionalização em massa de seus próprios cidadãos”.³²⁶ França aproveitou o novo instituto jurídico-legal desde 1915 para tirar a nacionalidade francesa de milhares de cidadãos de “origem inimiga”.

Vinte anos depois, o recurso seria usado na Alemanha numa escala bem maior, por um regime chefiado por um ex cabo mensageiro alemão (austríaco, na verdade), ainda anônimo, ferido em 1918 no leito de um hospital militar, mas muito mais “ferido” interiormente pela notícia da capitulação do Estado Maior alemão, e que tomava nesse momento a decisão de se dedicar à política para mudar o desenlace da guerra. Os “políticos judeus” já apareciam na cabeça do cabo Adolf Hitler (e na de outros soldados e oficiais alemães) como o bode expiatório ideal para uma derrota que, aparentemente, carecia de lógica política e, sobretudo, militar: a Tríplice Entente sofrera mais baixas civis ou militares do que a Tríplice Aliança. Ao final da guerra, quase vinte milhões de pessoas, em grande parte jovens, tomaram mortos, a monarquia austro-húngara desaparecera, e três - os Habsburgo, os Hohenzollern e os Romanov - das quatro dinastias reinantes na Europa foram destronadas.

Mortes durante a Primeira Guerra Mundial (em milhões, M, arredondados)

	Tríplice Entente	Impérios Centrais
MORTES CIVIS	6M	4M
MORTES MILITARES	5M	4M
TOTAL	11M	8M

³²⁶ Giorgio Agamben. *Homo Sacer*. Il potere sovrano e la nuda vita. Turim, Einaudi, 2005, p. 146.

Hobsbawm explicou o aumento da dimensão dos massacres no século XX a partir da disseminação de uma “cultura da violência” e do desprezo pela vida dos outros, que teria sido gerada pela Primeira Guerra Mundial, que teria acostumado à população europeia a ser indiferente às carnificinas sistemáticas e, também, a ser tão profundamente pacifista que não se dispunha a enfrentar atentados violentos à própria “legalidade civil”, criando também uma massa de veteranos de guerra dispostos a guiar os seus povos para renovadas hecatombes. A principal causa da reprodução desse imaginário da indiferença e da brutalidade teria sido a invenção de meios assépticos e impessoais de matar, como o bombardeiro e o rifle de longo alcance, os quais facilitaram a aceitação da violência através da impessoalidade da guerra.³²⁷ A observação pode explicar os massacres mútuos a que se livraram os povos ditos “civilizados” (e deveria questionar o caráter dessa “civilização”), pois a opinião pública europeia já estava bem acostumada aos morticínios em massa dos povos coloniais.

O que acontecia, entretentes, no movimento operário europeu e na Internacional Socialista? Rosa Luxemburgo sublinhou o caráter “popular” dessa guerra, desde que os líderes políticos mobilizaram as massas através da demagogia nacionalista e da demonização de seus inimigos. Lênin, por sua vez, depois da capitulação dos principais partidos da Internacional Socialista, e diante da explosão da guerra em agosto de 1914, proclamou desde finais desse ano a luta por uma nova Internacional Operária.³²⁸

Diante da carnificina generalizada, só uma pequena minoria socialista internacional não se curvou ao nacionalismo e manteve erguida, apesar da repressão, a bandeira do internacionalismo proletário: na França, um punhado de militantes sindicalistas em torno de Alfred Rosmer, amigo de Leon Trotsky; uns poucos na Alemanha, com o deputado Karl Liebknecht defendendo a célebre palavra de ordem: “o inimigo está dentro do nosso país”. A submissão de cada partido ao

³²⁷ Eric J. Hobsbawm. *Era dos Extremos*. O curto século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

³²⁸ Cf. Georges Haupt. *Lénine, les bolchéviques et la II^e Internationale*. *L’Historien et le Mouvement Social*. Paris, François Maspéro, 1980, pp. 108-150.

governo de sua própria burguesia acarretara o desaparecimento prático da Internacional Socialista.

Lênin procurou entender as razões dessa falência, e precisar ao mesmo tempo as posições dos marxistas sobre a guerra, em resumo:³²⁹ - O capitalismo entrara, nos primeiros anos do século XX, num novo período histórico; sua evolução para o imperialismo abria “a época das guerras e revoluções”; - Retomando a ideia do *Manifesto do Partido Comunista*: “Os proletários não têm pátria”, Lênin constatou que a guerra não dizia respeito à classe operária; ela não tinha nenhum interesse em comum com a burguesia no conflito; - Fez um alerta para combater a confiança, que poderia se desenvolver, na possibilidade de evitar os conflitos graças a arbitragens

³²⁹ Lênin, Vladímír Ilitch Ulianov (1870-1924) foi o principal revolucionário russo, líder da Revolução de Outubro de 1917, líder do Partido Comunista, e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da Rússia Soviética. Seu codinome de Lênin provinha de seu exílio para uma terra das margens do Rio Lena. Seu pai Ilya Ulianov foi um funcionário liberal, apolítico. Era inspetor das escolas da província de Simbirsk, e um homem extremamente religioso, que apoiava as reformas do czar Alexandre II e aconselhava os jovens a não caírem no radicalismo. Maria Alexandrovna, mãe de Lenin, era filha de Alexánder Blank, um judeu converso, médico e dono de terras em Kazan. O irmão mais velho de Lênin, Alexandre Ulianov, estudante em São Petersburgo, com 21 anos envolveu-se no grupo terrorista *Pervomartovtsi* e foi um dos participantes de uma das tentativas de assassinar Alexandre II. Preso, foi condenado à morte em 1887, e executado. Isto teve grandes consequências para o irmão, muito afetado por essa morte. Em 1887, Lênin, com 17 anos de idade, foi estudar direito em Kazan, onde tomou contacto com um grupo de revolucionários socialdemocratas. Ainda nesse ano, foi preso numa manifestação de estudantes movida por reivindicações de cunho acadêmico. Como consequência, foi-lhe proibida a continuação dos estudos. Em 1890 foi readmitido na Universidade, porém apenas como estudante "externo" autorizado a prestar exames anuais, mas não a frequentar a universidade. Foi nesses anos que Lênin se tornou marxista. A associação da modernidade ao desenvolvimento do capitalismo industrial já se encontrava nas obras do fundador do marxismo russo, Plekhánov, ao qual Lênin se associou no seu primeiro exílio, no início do século XX, como redator do jornal da emigração socialdemocrata russa no exílio, o *Iskra*. Líder da socialdemocracia russa (POSDR) e da sua fração bolchevique, o restante da sua vida, como líder da Revolução de Outubro, até sua morte em janeiro de 1924, já pertence ao domínio público e à história.

internacionais; - Só a eliminação da causa profunda da guerra poderia conduzir à paz, e essa causa era conhecida: a própria existência do capitalismo. Ou seja, só a revolução social podia ser colocada como oposição alternativa à guerra.

Em 1915, na prisão real da Prússia onde estava presa por suas atividades antimilitaristas, Rosa Luxemburgo também estigmatizou a capitulação do socialismo alemão ao votar os créditos de guerra, e defendeu uma posição semelhante à de Lênin, em seu panfleto *A Crise da Social Democracia*: "Os interesses nacionais não passam de uma mistificação que tem por objetivo colocar as massas populares e trabalhadoras a serviço de seu inimigo mortal: o imperialismo. A paz mundial não pode ser preservada por planos utópicos ou francamente reacionários, tais como tribunais internacionais de diplomatas capitalistas, por convenções diplomáticas sobre "desarmamento", "liberdade marítima", supressão do direito de captura marítima, por "alianças políticas europeias", por "uniões aduaneiras na Europa Central", por Estados-tampões nacionais, etc. O proletariado socialista não pode renunciar à luta de classe e à solidariedade internacional, nem em tempos de paz, nem em tempos de guerra: isso equivaleria a um suicídio. (...) O objetivo final do socialismo só será atingido pelo proletariado internacional se este enfrentar em toda a linha o imperialismo, e fizer da palavra de ordem "guerra à guerra" a regra de conduta de sua prática política, empenhando aí toda a sua energia e toda a sua coragem".

No entanto, o movimento operário poderia e estava de fato atrasado em relação aos prazos históricos, ficando na situação de não conseguir impedir a eclosão da guerra. Nesse, que era justamente o caso, Lênin, retomando o grito de Karl Liebknecht - "o inimigo está dentro do nosso país" - pronunciou-se pela derrota do próprio governo na guerra imperialista, explicando que a fraqueza da burguesia nacional vencida oferecia, para o proletariado, melhores possibilidades revolucionárias. Nessas condições, a palavra de ordem de "paz" podia se tornar revolucionária, superando o pacifismo burguês; era essa a tática que recebeu o nome de "derrotismo revolucionário". A proposta de Rosa Luxemburgo, "guerra à guerra", tomou forma mais precisa e aguda em Lênin, e tornou-se: "a transformação da guerra imperialista em guerra civil contra sua própria burguesia".

A orientação dos dirigentes da Internacional Socialista, em todos os congressos mundiais realizados a partir de 1907,

era a de que os trabalhadores tentassem ao máximo, em seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, como vimos, deveriam aproveitar o momento bélico para precipitar a queda do capitalismo. Entretanto, quando em 1914 teve início a Primeira Guerra Mundial, os principais partidos filiados à II Internacional apoiaram seus respectivos governos e, em nome do nacionalismo, apoiaram a ofensiva bélica de cada país, provocando o colapso da Internacional. Somente os partidos russo, sérvio e húngaro, além do Partido Socialista Italiano - juntamente com pequenos grupos dentro de outros partidos socialistas - permaneceram fiéis aos princípios internacionalistas proletários repetidamente enaltecidos pela Internacional no passado. Lênin, já em finais de 1914, conclamou os marxistas revolucionários a se reunirem numa nova Internacional, a Internacional Comunista.

Os povos se chacinavam mutuamente nos campos de batalha europeus e coloniais. A linha divisória até ali estabelecida, baseada na luta de classes, foi deslocada e posta à mercê dos interesses dos imperialismos em luta. Ao receber tal choque, a Segunda Internacional desmoronou, ela nem sequer tentou lutar. O nacionalismo e o revisionismo que a infestavam ligaram-na intimamente ao regime existente, atrelaram-na ao carro do capitalismo com o qual ela foi arrastada para a guerra. A capitulação da Internacional Socialista teve lugar em condições nas quais o suposto "realismo" de seus dirigentes escondia uma cegueira quase voluntária frente à realidade da crise capitalista: "A reunião do Bureau Socialista Internacional de 29 a 30 de julho de 1914 (na véspera imediata da guerra) revelou que os dirigentes estavam convictos de que a guerra era impossível, e que a crise teria uma saída pacífica".³³⁰

Nas semanas seguintes, já declarada a guerra, os dirigentes da Internacional elaboraram um comunicado dizendo ter feito o possível para evitá-la, sem sucesso, e fechando o guichê internacional "socialista" por tempo indefinido. Era o naufrágio de quatro décadas de ação política, e de um quarto de século de existência da Internacional. Era a porta aberta para a carnificina imperialista com benção "socialista". Era a frustração histórica, não de uma, mas de várias gerações de operários, intelectuais, lutadores. Nos anos vindouros, toda uma geração de socialistas consumiu-se no

³³⁰ Georges Haupt. *Socialism and the Great War*. The collapse of the Second International. Londres, Oxford University Press, 1973.

esforço de destrinchar suas causas sociais, políticas, filosóficas e até culturais, esforço no qual se configurou o pensamento socialista e o marxismo contemporâneo. Contra o prognóstico do dirigente reformista mais combativo, Jean Jaurès (assassinado, como vimos, na véspera imediata da guerra) - "a guerra será o ponto de partida da revolução internacional" -, se confirmou a caracterização de Otto Bauer:³³¹ "A revolução proletária não é nunca menos possível do que no início de uma guerra, quando a força concentrada do poder estatal e toda a potência das paixões nacionais desencadeadas se opõem a ela". Ou, como disse Trotsky no começo da guerra: "Logo depois de anunciada a mobilização militar, a socialdemocracia encontrou-se diante da força de um poder concentrado, baseado em um poderoso aparato militar pronto para derrubar, com ajuda de todos os partidos e instituições burguesas, todos os obstáculos que aparecessem em seu caminho".

Em 1916, Lênin, por sua vez, tentou chegar a uma conclusão acerca das razões da conduta da Internacional Socialista, analisando as bases sociais do fenômeno do "social-patriotismo" oportunista: "O imperialismo tem a tendência de formar categorias privilegiadas também entre os operários, e de divorciá-las da grande massa do proletariado. A ideologia imperialista penetra inclusive na classe operária, que não está separada das outras classes sociais por uma muralha chinesa. Os chefes do partido socialdemocrata da Alemanha foram com justiça qualificados de social-imperialistas, isto é, socialistas de palavra e imperialistas de fato".³³² No entanto, a reação antibélica dentro da Internacional não se fez esperar.

³³¹ Otto Bauer (1882-1938) foi um dos dirigentes da social-democracia austríaca e da II Internacional, um dos ideólogos do "austro-marxismo", autor da teoria da «autonomia cultural nacional»; em 1918-1919, foi ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Áustria. Seu livro *A Questão das Nacionalidades e a Socialdemocracia*, de 1907, foi um dos textos mais influentes no debate sobre a questão nacional desenvolvido na Segunda Internacional. Definia a nação como o produto nunca consumado de um processo histórico constantemente em curso, rejeitando a fetichização do "fato nacional", e os mitos reacionários da "nação eterna". O seu programa de "autonomia nacional cultural" levava, para Lênin e os bolcheviques, a um beco sem saída na luta pelo direito democrático de cada nação a se separar e constituir um Estado independente.

³³² V. I. Lênin. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, ed. cit.

A guerra e a evidência da capitulação socialdemocrata dividiram e maior ou menor grau os partidos operários, provocando cisões políticas em diversos países. Internacionalmente, a reação contra a guerra se expressou inicialmente no CRRI (Comité pela Retomada das Relações Internacionais) formado por um conjunto heterogêneo de grupos e militantes da Segunda Internacional. Os socialistas revolucionários estavam obrigados a intervir neste movimento majoritariamente "social-pacifista", cujos princípios políticos não compartilhavam, na medida em que suscitava um interesse político na vanguarda operária revolucionária (e, potencialmente, nas amplas massas trabalhadoras). A base do movimento não era circunstancial nem improvisada, pois se apoiava na antiga esquerda da Internacional Socialista. *Vorbote* (Precursor) era o órgão alemão da "esquerda de Zimmerwald", assim batizada pelo nome da cidade suíça em que se reuniu pela primeira vez, sob os auspícios do dirigente socialista Fritz Platten.

Parte da Bélgica havia sido ocupada pelos exércitos alemães no mês de agosto de 1914 e, por isso, o Bureau Socialista Internacional não podia continuar a funcionar em Bruxelas. Seu secretário, Huysmans, partiu para Haia e lá reorganizou o Bureau com os membros dirigentes do Partido Socialista Holandês. A Internacional Socialista entrava em letargia vegetativa. Parecia um reflexo político da constatação de um artigo da *Rivista Internazionale di Scienze Sociali* de 1916, que afirmava que a guerra "estava revelando uma humanidade capaz de sobreviver à destruição de seus melhores elementos e de se reconstruir com reservas humanas e materiais inesgotáveis: as raízes da vida social não somente não tinham sido erodidas em meio a tanta destruição, mas também haviam feito germinar novos organismos dotados de maior resistência... nas camadas mais humildes da sociedade se havia formado uma mentalidade relativista, que fazia parecer totalmente naturais as consequências mais desagradáveis da guerra"³³³.

De fato, as primeiras reação antibélicas na Europa não foram sociais, mas políticas. Os primeiros sintomas da cisão no campo socialista internacional foram as conferências de Zimmerwald e de Kienthal, ambas as cidades situadas na Suíça neutral. Em setembro de 1915, os socialistas revolucionários russos (Lênin, Trotsky, Zinoviev, Radek), alemães (Ledebour,

333

Pietro Melograni. *Op. Cit.*, p. 152.

Hoffmann), franceses (Blanc, Brizon, Lorient), italianos (Modigliani), romenos como Christian Rakovsky, assim como os representantes do movimento socialista de alguns países neutros, reuniram-se na Suíça neutra, denunciaram energicamente o caráter imperialista da guerra mundial, a traição dos "socialistas de guerra", e exigiram a aplicação prática das decisões dos congressos internacionais da II Internacional. Eram 38 delegados de 12 países, incluídos os das nações beligerantes. Uma conferência análoga reuniu-se em Kienthal (também na Suíça), no mês de abril de 1916. Esta conferência lançou um apelo aos trabalhadores dos países beligerantes, convidando-os a lutar para pôr termo à guerra. Os delegados ingleses não compareceram a nenhuma dessas conferências: o governo inglês lhes recusou os passaportes necessários.

Segundo uma de suas animadoras (a socialista pacifista holandesa Agnès Blandorf), o "movimento de Zimmerwald" tinha por objetivo "reviver a IIª Internacional sob os velhos princípios do marxismo socialista de antes da guerra", ou seja, que seu objetivo era "mais a restauração do que a transformação", o que não impediu que "concebido para criar um fundamento para a unidade socialista, a conferência de Zimmerwald, ao contrário, abriu a porta para uma cisão cujas consequências dominariam a paisagem política do século XX".³³⁴ Nessas condições, Lênin teve sucesso em reunir uma pequena fração para dar um passo adiante como líder de uma alternativa socialista revolucionária internacional. Marcel Martinet, poeta revolucionário francês que participou do movimento, escreveu: "Depois de Zimmerwald, sabemos que sob as cinzas o fogo continua vivo". Grigori Zinoviev relatou, alguns anos mais tarde: "Foi para nós uma grande satisfação moral receber, na primeira conferência de Zimmerwald, uma carta de Karl Liebknecht que terminava assim: 'a guerra civil e não a paz civil, esta é a nossa palavra-de-ordem'".³³⁵ O *Manifesto de Zimmerwald* dirigiu-se aos "Trabalhadores da Europa" nos termos que transcrevemos a seguir.

³³⁴ R. Craig Nation. *War on War*. Lenin, the Zimmerwald left and the origins of communist internationalism. Durham, Duke University Press, 1989.

³³⁵ Grigori Zinoviev. *History of the Bolshevik Party*. From the beginnings to February 1917. Londres, New Park, 1973.

A guerra já dura mais de um ano. Há milhares de corpos sobre os campos de batalha; milhares de homens mutilados para toda a vida. A Europa tornou-se um gigantesco matadouro humano. Toda a ciência, o trabalho de várias gerações, está voltada para a destruição. A barbárie mais selvagem está celebrando o seu triunfo sobre tudo que era anteriormente o orgulho da humanidade.

Seja qual for a verdade sobre a responsabilidade imediata pelo início da guerra, uma coisa é certa: a guerra que ocasionou este caos é resultado do imperialismo, dos feitos das classes capitalistas de toda nação para satisfazer sua sede de lucro através da exploração do trabalho humano e dos tesouros da natureza. As nações economicamente atrasadas ou politicamente fracas são ameaçadas e subjugadas pelas grandes potências, que com ferro e fogo tentam mudar o mapa do mundo de acordo com os seus interesses de exploração. Países e povos inteiros, como Bélgica, Polônia, os Estados balcânicos, Armênia, estão sob a ameaça de serem anexados como espólio de guerra na barganha por compensações.

À medida que a guerra avança, suas verdadeiras forças motrizes se revelam em toda a sua baixeza. Está caindo, peça por peça, o véu que escondia o sentido desta catástrofe mundial da compreensão dos povos. Os capitalistas de todos os países, que extraem os lucros da guerra do sangue do povo, estão declarando que a guerra é pela defesa nacional, democracia, e libertação das nacionalidades oprimidas. ELES MENTEM. Na realidade, eles estão enterrando nos campos da devastação as liberdades dos seus próprios povos, junto com a independência de outras nações. Novos sofrimentos, novas correntes, novas cargas estão sendo criadas, e os trabalhadores de todos os países, dos vencedores assim como dos vencidos, terão de portá-las. O objetivo anunciado ao início da guerra era elevar a civilização a um nível mais alto: miséria e privação, desemprego e carência, fome e doenças são os verdadeiros resultados. Os custos da guerra irão, por décadas e décadas, consumir as energias dos povos, ameaçar o trabalho pela reforma social e esmagar cada passo no caminho do progresso.

O desolamento moral e intelectual, o desastre econômico, a reação política - tais são as bênçãos desta batalha horrenda entre as nações. Assim, a guerra revela a cruzeza do capitalismo moderno, que se tornou irreconciliável não apenas com os interesses das massas trabalhadoras, não apenas com as circunstâncias do desenvolvimento histórico, mas inclusive com as condições básicas da existência humana comunitária. As forças reinantes da sociedade capitalista, em cujas mãos se encontra o destino das nações, os governos monárquicos e republicanos, a diplomacia secreta, as grandes organizações patronais, os partidos da classe média, a imprensa capitalista, a Igreja - todas estas forças devem arcar com todo o peso da responsabilidade

por esta guerra, produzida pela ordem social que os alimenta e os protege e que está sendo conduzida de acordo com os seus interesses.

Trabalhadores! Explorados, privados de seus direitos, desprezados - vocês eram irmãos e companheiros no início da guerra, antes de serem recrutados para marchar para a morte. Agora, depois que o militarismo os mutilou, dilacerou, degradou, e destruiu, os governantes lhes exigem o abandono de seus interesses, objetivos, e ideais - em uma palavra, a submissão completa ao "jugo nacional". Vocês não podem expressar os seus pontos de vista, seus sentimentos, sua dor; vocês não podem avançar suas demandas e lutar por elas. A imprensa está calada, são pisoteados os direitos políticos e liberdades - esta é a ditadura militar que hoje reina com mão de ferro.

Não podemos, não nos atrevemos, a permanecer inativos diante de um estado de coisas que ameaça o futuro de toda a Europa e a humanidade. A classe operária socialista conduziu a luta contra o militarismo por várias décadas. Com ansiedade crescente, os seus representantes nas conferências nacionais e internacionais se devotaram à ameaça de guerra, o resultado de um imperialismo que se tornava cada vez mais ameaçador. Em Stuttgart, Copenhague e Basle, o Congresso Socialista Internacional indicou o caminho que os trabalhadores deveriam seguir. Mas desde o início da guerra os partidos socialistas e organizações da classe operária que tomamos parte na determinação deste passo, nos esquecemos das obrigações que dele derivavam. Os seus representantes chamaram pela suspensão da luta de classe, o único meio possível e eficaz para a emancipação da classe operária, e votaram os créditos de guerra para a classe governante. Colocaram-se à disposição de seus governantes para os mais diversos serviços. Através da sua imprensa e representantes, tentaram conquistar o apoio dos setores neutros para a política governamental de seus respectivos países. Entregaram os ministros socialistas aos seus respectivos governos, como reféns no cumprimento do jugo nacional, assumindo assim a responsabilidade por esta guerra, seus objetivos, seus métodos. Os partidos socialistas falharam separadamente, assim como falhou o maior representante e responsável dos socialistas de todos os países, o Bureau Socialista Internacional.

Estes fatos constituem um dos motivos pelos quais o movimento operário internacional, falhou, inclusive ali onde suas seções não sucumbiram ao pânico nacional do primeiro período da guerra ou onde se ergueram acima dele, e mesmo agora durante o segundo ano do massacre das nações, a se erguer simultaneamente em todos os países numa luta ativa pela paz.

Reunimos-nos agora nesta situação intolerável, nós representantes de partidos socialistas e sindicatos, ou minorias deles, nós alemães, franceses, italianos, russos, poloneses, letões, romenos,

búlgaros, suecos, noruegueses, holandeses e suíços, nós que pisamos o terreno não da solidariedade nacional com a classe exploradora, mas da solidariedade internacional da luta dos trabalhadores e da classe operária. Reunimos-nos para reatar os laços rompidos das relações internacionais e convocar a classe operária para se reorganizar e começar a luta pela paz. Esta luta também é pela liberdade, pela irmandade das nações, pelo socialismo. A tarefa é empreender esta luta pela paz, por uma paz sem anexações ou compensações de guerra. Esta paz só é possível se for condenada toda violação dos direitos e liberdades das nações. Não deve haver anexação forçada de territórios ocupados parcial ou totalmente. Sem anexações abertas ou acobertadas, sem uniões econômicas forçadas, tornadas ainda mais intoleráveis pela supressão de direitos políticos. O direito das nações de selecionar os seus próprios governos deve ser o princípio fundamental inalterável das relações internacionais.

Trabalhadores Organizem-se! Desde o início da guerra vocês entregaram suas energias, coragem e determinação ao serviço da classe governante. Agora a tarefa é ingressar nas listas por sua própria causa, pelos objetivos sagrados do socialismo, pela salvação das nações oprimidas e classes escravizadas, através da inconciliável luta de classes. É tarefa e dever dos socialistas dos países beligerantes começar esta luta com todo o seu poder. É tarefa e dever dos socialistas dos países neutros apoiar seus irmãos através de todos os meios concretos possíveis nesta luta contra a barbárie sangrenta. Nunca na história do mundo houve tarefa mais urgente, mais nobre e mais sublime, por cujo cumprimento devemos trabalhar em conjunto. Nenhum sacrifício é grande demais, nenhuma carga é pesada demais para atingir este fim: o estabelecimento da paz entre as nações.

Homens e mulheres trabalhadoras! Mães e pais! Viúvas e órfãos! Feridos e mutilados! Para todos que sofrem por consequência direta ou indireta da guerra, gritamos sobre as fronteiras, sobre os campos de batalha arrasados, sobre as cidades e vilarejos devastados: Uni-vos trabalhadores do mundo!

Assinavam, em nome da Conferência Socialista Internacional: George Ledebour e Adolph Hoffman (Alemanha); A. Merrheim e Bourderon (França); G. E. Modigliani e Constantino Lazzari (Itália); N. Lênin, Pável Axelrod e M. Bobrov (Rússia); St. Lapinski, A. Warski e Jacob Hanecki (Polônia); Christian Rakovsky (Romênia); Vasil Kolarov (Bulgária); Z. Hogiund e Ture Nerman (Suécia e Noruega); Henriette Roland-Host (Holanda); Robert Grimm (Suécia).

Na reunião realizada em setembro de 1915, foram feitas duas declarações sobre o *Manifesto de Zimmerwald*. Na primeira

lia-se: "O manifesto adotado pela conferência não nos satisfaz plenamente. Ele não faz menção nem ao oportunismo aberto, nem ao oportunismo que se esconde por trás do palavreado radical, oportunismo este que não apenas é a principal causa do colapso da Internacional, mas que procura perpetuar o seu colapso. O manifesto não contém nenhum pronunciamento claro sobre os métodos para lutar contra esta guerra. Continuaremos, como fizemos até o momento, a defender, na imprensa socialista e nas reuniões da Internacional, a posição marxista em relação às tarefas postas ao proletariado pela época do imperialismo. Votamos a favor do manifesto na medida em que o vemos como um chamado para a luta, e nesta luta estamos ansiosos para marchar lado a lado com as outras seções da Internacional. Requeremos que a presente declaração seja incluída nas atas oficiais".

Assinavam: Lênin, Zinoviev, Radek, Nerman, Hogiund, Winter, isto é, a fração bolchevique internacional. A outra declaração-emenda, assinada pelo grupo que redigiu a resolução, com Henriette Roland Host e Leon Trotsky, afirmava: "Na medida em que a adoção da nossa emenda (ao Manifesto) exigindo o voto contra as apropriações de guerra pode de alguma forma colocar em perigo o sucesso da conferência retiramos, sob protesto, nossa emenda e aceitamos a declaração de Ledebour na comissão, na medida em que o Manifesto contém tudo o que implica a nossa proposição". Ledebour lançou um ultimato exigindo a rejeição da emenda, caso contrário se recusaria a assinar o manifesto. Foi atendido.

As *Sete Teses sobre a Guerra*, de Lênin, sintetizaram os conceitos seguintes: a guerra tem um caráter burguês, imperialista, reacionário e dinástico; a postura patriótica da Internacional Socialista é uma traição ao socialismo, que marca o colapso político e ideológico da Internacional; a luta contra a autocracia czarista continua sendo o primeiro dever do socialista russo; todos os autênticos socialistas devem romper com o oportunismo pequeno burguês da Internacional Socialista, e desenvolver um trabalho entre as massas para acabar com a guerra através da revolução, e devia se lutar por uma nova Internacional. O bolchevismo teve um papel dirigente na fração chamada de "Esquerda de Zimmerwald", que foi a base, depois da Revolução de Outubro na Rússia, da Internacional Comunista, apesar de suas sérias divergências com outros componentes dessa fração (os mencheviques

internacionalistas de Martov, Karl Radek, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky).

O vértice político das divergências entre os leninistas e os outros militantes internacionalistas se situava na palavra de ordem bolchevique de "transformar a guerra imperialista em guerra civil", e sua consequência lógica, o "derrotismo revolucionário", considerada como uma "provocação" pela ala "moderada" de Zimmerwald (que incluía alguns futuros ministros burgueses). E também na questão da necessidade da IIIª Internacional, defendida só pelos bolcheviques. O socialismo russo foi o *fer de lance* da luta contra a guerra, e pela revolução internacional, nas condições criadas pela própria guerra.

Dentro da emigração russa havia múltiplas posições, situadas entre o defensismo patrótico de Plekhánov e o derrotismo de Lênin. Martov e outros mencheviques se negavam a admitir que a vitória dos Habsburgos ou dos Hohenzollern constituísse um fator favorável para a causa do socialismo. Denunciaram o caráter imperialista da guerra, o séquito de atozes sofrimentos que significava para os trabalhadores de todos os países, e afirmaram que os socialistas deviam acabar com a guerra mediante a luta por uma paz democrática e sem anexações; sobre esta base se podia reconstruir a unidade dos socialistas de todos os países, cuja condição prévia seria a negativa a apoiar os créditos de guerra nos países beligerantes. E paravam por aí.

Leon Trotsky, que estava politicamente próximo de Martov, em 1914 atacou violentamente os socialdemocratas patróticos alemães e franceses em um folheto chamado *A Internacional e a Guerra*: "Nas atuais condições históricas, o proletariado não tem interesse algum em defender uma pátria nacional anacrônica que se converteu no principal obstáculo ao desenvolvimento econômico. Ao contrário, deseja criar uma nova pátria mais poderosa e estável, os Estados Unidos republicanos da Europa, como base dos Estados Unidos do mundo. Na prática, ao beco sem saída imperialista do capitalismo, o proletariado só pode opor, como programa do momento, a reorganização socialista da economia mundial". Os mencheviques internacionalistas de Martov e os amigos de Trotsky se uniram, junto com alguns antigos bolcheviques, em *Nashe Slovo*, jornal russo que se editava em Paris sob a direção de Antónov-Ovseenko.

As posturas das diversas correntes antibélicas se definiram através das polêmicas. Desde novembro de 1914, Trotsky afirmava: “O socialismo reformista não tem nenhum futuro porque se converteu em parte integrante da antiga ordem e no cúmplice de seus crimes. Aqueles que esperam reconstruir a antiga Internacional, supondo que seus dirigentes poderão fazer esquecer sua traição ao internacionalismo com uma mútua anistia, estão obstaculizando de fato o ressurgimento do movimento operário”. Em sua opinião, a tarefa imediata era “reunir as forças da III Internacional”. Rosa Luxemburgo adotou uma postura análoga. Martov, ao contrário, não acreditava que uma nova Internacional pudesse aspirar a um papel que não o de seita impotente.

Em fevereiro de 1915, Trotsky externou, em *Nashe Slovo*, seus desacordos com os mencheviques. *Nashe Slovo* se converteu no principal núcleo porta-voz do internacionalismo socialista, situado na encruzilhada de todas as correntes internacionalistas russas: antigos bolcheviques como Manuilsky, antigos conciliadores como Sokólnikov, ex mencheviques como Chicherin e Alexandra Kollontai, Abraham Ioffe, internacionalistas como o búlgaro-romeno Christian Rakovsky, Sobelsön, chamado Karl Rádek, oriundo da Galitzia, meio polaco, meio alemão, e também a ativista italo-russa Angélica Balabanova. Trotsky sofreu repetidas desilusões quanto ao menchevismo - ao qual pertencera - quando antigos quadros como Vera Zasulich, Potressov e Plekhanov se pronunciaram a favor da defesa da Rússia na “Grande Guerra”.

Trotsky pressionava Martov para que rompesse com os “social-chauvinistas”. Lênin acusava Trotsky de querer preservar os vínculos que o uniam a eles. Trotsky admitiu que os bolcheviques constituíam o núcleo do internacionalismo russo. Martov rompeu então com ele. Na reunião de Zimmerwald, Lênin defendeu a tese derrotista: a transformação da guerra imperialista em guerra civil, e a constituição de uma nova Internacional. A maioria do movimento, que era mais pacifista que revolucionária, não o acompanhou; se adotou, por unanimidade, o *Manifesto* redigido por Trotsky, em que se chamava a todos os trabalhadores para por fim à guerra. Em 1915, quando os deputados bolcheviques russos se encontravam encarcerados, os mencheviques aceitaram finalmente apoiar à Entente, ou seja, participar na “Santa Aliança” em torno do governo do czar; o líder menchevique Chjeidze retratou-se dos acordos realizados em Zimmerwald.

Vera Zassulich e Potréssov, os velhos chefes mencheviques, apoiaram essa política, comandada por Plekhánov. Trotsky seguia titubeando e se perguntava, em maio de 1916, se os revolucionários “que não contam com o apoio das massas” não se viam, por isso, “obrigados a constituir durante certo período (ainda) a ala esquerda da (Segunda) Internacional”.

Lênin e Trotsky continuaram polemizando em torno do “derrotismo”, que Trotsky não aceitava; também discutiam a propósito dos “Estados Unidos da Europa”, palavra de ordem lançada por Trotsky, que Lênin considerava temporizadora, e que corria o risco de frear a luta revolucionária que se levava a cabo em cada país, ao implicar, aparentemente, que a revolução só poderia triunfar se realizada simultaneamente em todos os países da Europa. O jornal diário socialista russo de Nova York, *Novy Mir*, em que, junto com Trotsky, colaboravam a antiga menchevique Alexandra Kollontäi, o bolchevique Nikolai Bukhárin e o revolucionário russo-americano Volodarsky, era, a princípios de 1917, um expoente da fusão de todos os internacionalistas russos - incluídos os bolcheviques -, que Bukharin, em oposição a Lênin dentro do bolchevismo, queria transformar na primeira pedra para a edificação de uma nova Internacional.

No meio da guerra, livrou-se em paralelo uma batalha feroz nos partidos da II Internacional. Lênin descrevia assim a situação: “Veamos dez Estados europeus: Alemanha, Inglaterra, Rússia, Itália, Holanda, Suécia, Bulgária, Suíça, Bélgica e França. Nos oito primeiros países a divisão entre tendência oportunista e tendência revolucionária coincide com a divisão entre social-chauvinistas e internacionalistas. Na Alemanha, os pontos de apoio do social-chauvinismo são os *Sozialistische Monatshefte* e Legien e companhia;³³⁶ na Inglaterra, os Fabianos e o Partido Trabalhista (o ILP, Partido Trabalhista Independiente sempre formou bloco com eles, apoiando sua imprensa, mas sendo sempre, neste bloco, mais fraco que os social-chauvinistas, enquanto no BSP, Partido Socialista

³³⁶ Karl Legien (1861-1920), militante de origem operária, foi líder sindical e socialdemocrata na Alemanha, chefe histórico da “direita” do SPD, chegando a se alinhar com os revisionistas na crise interna do partido na década de 1890. Entre 1893 e 1920, de modo quase ininterrupto, foi deputado no *Reichstag*. Foi o símbolo internacional da ala social-patriota da Segunda Internacional na guerra 1914-1918.

Britânico, os internacionalistas constituem 3/7 partes); na Rússia representam essa corrente [social-patriota] *Nasha Zâria* (agora *Nashe Dielo*), o Comitê de Organização e a minoria da Duma sob a direção de Chjeídze; na Itália, os reformistas com Bissolati na cabeça; na Holanda, o partido de Troelstra; na Suécia, a maioria do partido, dirigida por Branting; na Bulgária, o partido dos "amplos",³³⁷ e na Suíça, Greulich e companhia. Em todos estes países já se deixaram ouvir protestos mais ou menos consequentes contra o social-chauvismo, procedentes do campo oposto, o campo radical. Na França e na Bélgica, o internacionalismo é ainda muito débil". Lênin mapeava detalhadamente o campo político da Internacional, e preparava meticulosamente sua cisão.

O desfecho da crise política e social desencadeada pela guerra mundial assumiu contornos revolucionários na Europa. Não só as mobilizações civis pela paz, os motins militares e as votações massivas na esquerda nas eleições de 1917-1918 indicavam isso. O número de greves era assustador para qualquer "homem de negócios" nas democracias europeias, Inglaterra inclusive. Era necessário se adaptar à nova situação: "[A democracia] pode ter, no momento da revolução, importância como a mais extrema tendência da burguesia, forma sob a qual já se apresentou na Assembleia de Frankfurt [em 1848-1849] e que possa converter-se na última tábua de salvação de toda a economia burguesa e ainda a feudal. Nesse momento, toda a massa reacionária se coloca por trás dela e a fortalece. Tudo o que é reacionário comporta-se então como democrático. Nosso único inimigo, no dia da crise e no dia seguinte, é essa reação total, que se agrupa em torno da democracia pura", tinha escrito Friedrich Engels em 1884. Três décadas e meia depois, esse prognóstico se realizava.

Onde os trabalhadores viviam sob regimes políticos restritivos e violadores das liberdades democráticas, a tendência para a radicalização foi ainda maior. Isto também

³³⁷ Os socialistas "amplos" da Bulgária (*obsfedeletsi*) eram uma corrente na socialdemocracia desse país. Em 1903 passaram a editar a revista *Obshte Delo* (Causa Comum). Com a cisão da socialdemocracia búlgara em 1903, no seu X Congresso, formaram o "PSB dos socialistas amplos". Social-patriotas em 1914, a eles se opunham os *tesnjaki* (literalmente "estreitos", mas seria melhor traduzir para "estritos" ou "rigorosos"), que conquistaram ampla maioria no movimento operário búlgaro, e que seriam, depois da Revolução de Outubro, a base do Partido Comunista da Bulgária.

ocorreu nos países onde uma parcela grande da classe operária estava destituída legalmente de quaisquer direitos por ser estrangeira, como em algumas cidades dos EUA. Na América do Sul, esse foi o caso de São Paulo, onde se concentrava uma classe operária majoritariamente italiana, portuguesa, espanhola, e onde a influência do anarquismo era predominante: a greve geral paulista de 1917 marcou a primeira grande jornada da classe operária no imenso país sul-americano.

Em Buenos Aires, uma nutrida classe operária majoritariamente estrangeira, de imigração recente, realizava greves e lutas sistemáticas, embora dividida em três centrais sindicais (respectivamente anarquista, anarco-sindicalista e socialista) chegando a provocar declarações de estado de sítio pelo governo. Mesmo na pacífica e ordeira Suíça surgiu durante a guerra um efêmero “partido comunista” de tendência antiparlamentar, próximo do anarco-sindicalismo: em Genebra ocorreu uma greve geral em 1918. Esta cidade era marcada pela presença de uma numerosa população estrangeira: eles eram 70 mil para uma população total de 170 mil habitantes no ano de 1913.

Em março de 1917, seu antigo secretário executivo Huysmans convidou à Segunda Internacional para se reunir em uma conferência em Estocolmo. Os governos francês e inglês não forneceram passaportes aos delegados de seus países; a conferência, por esse motivo, não se realizou. As correntes socialistas opositoras, no entanto, reforçavam-se cada vez mais nos países beligerantes. Na Alemanha, os deputados socialistas revolucionários Karl Liebknecht e Otto Rühle tinham sido os primeiros a se pronunciarem em parlamento contra a “União Sagrada” e a se erguerem contra a política guerreira do partido socialdemocrata. Eram apoiados por Rosa Luxemburgo, Leo Jogiches e Franz Mehring, que, em março de 1915 fundaram a revista *A Internacional* e, pouco depois, a Liga Espártaco (*Spartakusbund*).

Um ano decorrido, o Partido Socialdemocrata alemão cindiu-se abertamente. Dezoito deputados da fração parlamentar, dirigidos por Haase, fundaram a Comunidade de Trabalho Socialista, que em abril de 1917 deu origem ao Partido Socialista Independente (USPD). Este, em colaboração com a Liga Espártaco, trabalhou para mobilizar as massas contra a política de guerra do velho partido. Entretanto, o líder da Internacional Socialista Émile Vandervelde (médico de

profissão, e que qualificara Lênin de “energúmeno sem domicílio fixo”) entrava no governo burguês belga. Na conferência da Segunda Internacional, que se reuniu finalmente em finais de 1917, em Copenhague, só compareceram representantes dos países neutros, que dirigiram aos países beligerantes um apelo em favor da paz, e voltaram para casa.

O ano de 1917 foi chamado de “ano terrível”, o terceiro da guerra, depois de um inverno espantoso. Para milhões de homens, foi o fim das ilusões patrióticas de 1914, esmagadas pela realidade: massacres de combatentes em “ofensivas” que custavam centenas de milhares de vidas; dificuldades de abastecimento, com aumentos de preços não compensados pelos reajustes dos salários, o que atingia moralmente o operariado. A política de “paz civil”, defendida durante a guerra mundial por sindicatos e partidos operários dos países beligerantes, resultara em um questionamento de todas as conquistas do movimento operário (ritmos de produção, horários, condições de trabalho, direitos reivindicativos); o desgaste do material, das máquinas, do próprio aparelho econômico, provocaram uma crise econômica generalizada. Nos sindicatos e partidos socialistas europeus, a pequena minoria internacionalista, isolada em 1914, começava a ser ouvida com atenção, e vários dirigentes operários partidários da “união sagrada” se viram pressionados pela base para adotar posições revolucionárias ou, ao menos, pacifistas. O vento da história mudava de direção.

Rússia sofreu as piores consequências da guerra (inclusive em número de baixas militares), o que tornava mais agudas suas contradições históricas:

1) Um imenso império multinacional com 174 milhões de habitantes, com uma sociedade caracterizada pelo declínio da Igreja e da aristocracia rural, base do oficialato militar, e pela debilidade das classes médias, o que provocava um vazio entre os grandes proprietários e a massa operária e camponesa. A indústria, principalmente estrangeira, instalada em algumas cidades e muito concentrada, agrupava três milhões de operários. O problema central era a terra: só 5% dos camponeses eram proprietários da sua terra e, no máximo, 12% eram “abastados”, os *kulaki*; 40% não tinha meios suficientes para sobreviver;

2) Nessas condições, em virtude do desenvolvimento combinado da economia e da sociedade russas, mais acentuado do que em qualquer outro país da Europa ou do mundo, criava-

se a combinação potencial da revolta camponesa com uma insurreição proletária;

3) A guerra agiu como o catalisador da crise social russa, pois o Estado czarista não conseguia armar nem alimentar seus 16 milhões de mobilizados, o que o punha no centro da mira da revolta social. A tática militar russa das “ondas humanas” multiplicava as baixas, que se elevaram até quatro milhões de soldados em três anos, uma perda humana sem comparação com a dos outros países beligerantes. No outono de 1916 começaram as deserções em grande escala. Os pequenos camponeses eram golpeados pela mobilização militar e a requisição do gado, os salários dos trabalhadores industriais pelo arrocho e pela queda do poder aquisitivo. O sistema econômico ficara bloqueado;

4) Diferentemente da Europa ocidental, existia na Rússia um partido revolucionário organizado, o POSDR “bolchevique”, contrário à “revolução por etapas” limitada à democracia parlamentar; era também o único partido russo que enfrentara à “união sagrada” de 1914.

No império dos czares, se o efeito da guerra fora desastroso para a tendência combativa e revolucionária do operariado revelada nos anos que a precederam, a partir do final de 1916 a própria guerra passou a se constituir em fator de radicalização e aceleração do ritmo das greves. Os industriais se recusavam cada vez mais a fazer concessões aos trabalhadores, e o governo continuava a responder a cada greve com uma forte repressão, o que fazia renascer no proletariado a ideia de uma greve geral para dar cabo de uma situação social cada dia mais insuportável.

O processo de radicalização política das massas trabalhadoras se exprimia de maneira convincente pela estatística crescente das greves, e pela sua natureza: nos primeiros dois meses de 1917, as greves políticas compreendiam seis vezes mais operários do que as greves econômicas. Rússia voltava a ser o maior centro europeu e mundial da luta e do ativismo operário, da luta de classes. A maior tormenta revolucionária da era do capitalismo se anunciava no horizonte da Ásia, da Europa, do mundo.

A síntese das características do imperialismo (exploração das ações atrasadas, tendência para as guerras mundiais e para a militarização do Estado, aliança dos monopólios com o Estado, tendência geral à dominação e à subordinação da liberdade) levou Lênin a definir a nova etapa

histórica como a época da “reação em toda a linha, e da exacerbação da opressão nacional”. Em contrapartida, o enorme desenvolvimento das forças produtivas, a concentração da produção, a acumulação sem precedentes de capital, tornavam a produção cada vez mais social nos ramos econômicos decisivos. Isto entrava cada vez mais em contradição com o modo de apropriação, ou seja, a propriedade privada nas mãos de um numero cada vez menor de capitalistas, o que marcava o sintoma da transição para um novo regime social de produção. A Guerra Mundial só poderia ser entendida, portanto, como revolta das forças produtivas sociais contra o quadro, tornado historicamente estreito, das relações capitalistas de produção e dos Estados nacionais, que abria a era histórica da revolução socialista.

Bem depois, ao lado dessa interpretação, e em concorrência com ela, desenvolveu-se uma literatura e uma historiografia que enfatizaram as responsabilidades alemãs (ou francesas) na deflagração da guerra, deslocando a análise objetiva da estrutura histórica para a análise subjetiva dos motivos imediatos (reais ou imaginários) de seus protagonistas. Esse tipo de interpretações, de caráter principalmente jurídico, foi a base para uma abundante história diplomática e militar, que não deixou de dar contribuições importantes sobre aspectos parciais, mas que não foi capaz de apresentar uma interpretação global, que vinculasse, em um todo coerente (estrutural), crise (depressão) econômica, expansão colonial, exportação de capital, disputas geopolíticas, nacionalismo racista e guerra mundial.

49. A QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido na produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizado, tanto menor o seu valor
(Karl Marx, **O Capital**)

Ao progredir o modo capitalista de produção, o desenvolvimento da produtividade social do trabalho se configura na tendência à baixa progressiva da taxa de lucro e, além disso, no aumento absoluto da massa de mais-valia ou lucro extraído (Karl Marx, **O Capital**)

O imperialismo capitalista, como vimos, foi o resultado do processo de concentração e centralização de capital nos países de capitalismo avançado, onde o monopólio tendeu a substituir à livre concorrência, assim como a exportação de capitais à exportação de mercadorias. O capital ultrapassou definitivamente o marco dos Estados Nacionais, criando “todas as premissas objetivas para a realização do socialismo” (Lênin). O nacionalismo dos países imperialistas se armou contra a perspectiva da revolução socialista, antevista no avanço da organização e da consciência do movimento operário. O imperialismo adquiriu um caráter agressivo e eventualmente racista, que conduziu à guerra contra as nacionalidades e países oprimidos e, finalmente, à Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, determinado pela crise capitalista e pela perspectiva internacional da revolução socialista, uma questão central da teoria econômica, até então relegada a um plano secundário, foi reposta na primeira linha da atenção dos socialistas.

Em movimentos paralelos se produziram o surgimento da teoria “revisionista” de Bernstein, por volta de 1896, no campo socialista, e o surgimento de teorias sobre o imperialismo (o livro do liberal Hobson foi publicado em 1902) e sobre a crise, explicada pelo “excesso de investimento” no pré-keynesiano Spiethoff, ou pelo “subconsumo” em Hobson, teorias que tiveram grande influência no pensamento marxista: “A exata consideração do contexto do fim do século XIX, com a prolongada primeira crise de alcance mundial do capitalismo clássico inglês, resultada na concentração monopolista e na chegada da fase superior do imperialismo, permitiu a Hobson, como bom liberal inglês adiantar-se e analisá-lo com maior riqueza que os ‘marxistas’ da social-democracia alemã. Faltava-lhe, tanto quanto aos social-democratas revisionistas, a força teórica derivada da admissão do caráter imanentemente contraditório do modo de produção capitalista: foi disso que derivaram todas as tergiversações que tentaram em vão sanar os ‘erros’ de um sistema, substituindo-o por outro julgado ‘são e bom’: panaceias utópicas e cheias de frases que, de Proudhon a Duhring continuaram até chegar a Webb, Keynes e outros. Não foi devido a um jogo de disputas acadêmicas que, no campo da teoria econômica, nasceu, logo depois de 1870, a reação e a ilusão marginalista, que encantou os ‘marxistas’ da II Internacional e toda classe de socialistas burgueses, mais ou menos liberal-trabalhistas. Todos eles se demonstraram, desde

então até hoje, incapazes de compreender as novas características do capital".³³⁸

Na ausência de uma teoria marxista geral sobre a era aberta pelos monopólios, que não faltava a autores liberais como Hobson, coube a Rudolf Hilferding formulá-la no seu *Capital Financeiro*, de 1910, onde analisou a nova figura dominante do capital, resultante da fusão entre o capital bancário e o capital industrial. Hilferding sustentou que, se a produção capitalista se realizasse nas proporções corretas, ela poderia se ampliar indefinidamente sem conduzir à sobreprodução. As crises não poderiam ser explicadas pelo consumo escasso: Hilferding atribuiu importância tanto aos movimentos cumulativos como aos efeitos dos desequilíbrios parciais nas diferentes trocas de preços, e aos fatores institucionais. Observou, por exemplo, o efeito de aumentos irregulares da oferta, atribuídos aos longos prazos de maturação dos investimentos, que multiplicavam, por sua vez, o perigo de investimentos exagerados quanto mais o desequilíbrio entre oferta e demanda durasse.

Era (é) possível estabelecer o elo entre a tendência recorrente e periódica às crises econômicas e a tendência *histórica* da acumulação capitalista? Marx o fez, embora seus textos relevantes a respeito não se encontrassem sistematizados em *O Capital*, mas dispersos no conjunto de sua obra, sabidamente inconclusa. A relevância da questão cresceu, de um lado, com a própria magnitude das crises e, de outro, com o aumento e diferenciação social crescente da classe operária, e com sua constituição crescente em *classe para si*. Uma evidência está dada pelo fato de que, no século XIX, as polêmicas em torno à teoria marxista se concentraram em torno da validade e pertinência da *lei do valor*; no século XX elas se alinharam mais em torno à validade da *tendência decrescente da taxa de lucro*. A análise teórica de Marx não foi singularizada, como já vimos, pelo uso de categorias como valor ou mais-valia, que já existiam bem antes dela, mas pela determinação do modo de produção capitalista como produção de mais-valia para valorizar o capital, e de suas "leis de movimento" a partir dessa premissa.

Mercadorias são, no capitalismo, o "produto do capital": o capitalista investe na produção de mercadorias não como um fim em si mesmo, mas para produzir mais-valia. A fonte de

³³⁸ Gianfranco Pala. La formazione del capitale monopolistico finanziario. *La Contraddizione* n° 68, Roma, setembro 1998.

mais-valia é o capital variável, os trabalhadores (a força de trabalho) que o capitalista emprega em troca de salários. Mas o capitalista não emprega o dinheiro apenas para pagar esses salários; ele também desembolsa dinheiro para maquinário, prédios, matérias-primas e em tudo o que for necessário para a produção de mercadorias. O que conta para o capitalista não é simplesmente o retorno que ele faz sobre o capital variável, mas sobre seu investimento total (capital variável + capital constante). Marx distinguiu, por isso, entre *taxa de mais-valia* e *taxa de lucro*. A taxa de mais-valia é a razão entre mais-valia e capital variável. A taxa de lucro é a razão entre mais-valia e capital total (variável e constante). A taxa de mais-valia é mais importante, do ponto de vista da produção capitalista, porque a força de trabalho é a *única* fonte de valor.

Mas o que importa ao capitalista é a taxa de lucro, porque precisa de um retorno adequado sobre o seu investimento total, não só sobre o que gasta com salários. A concorrência capitalista, por sua vez, oculta as verdadeiras relações de produção. A taxa de lucro é a que os capitalistas usam em seus cálculos cotidianos. O conceito relaciona a mais-valia ao capital total: o fato de que a força de trabalho é a fonte da mais-valia (lucro) fica oculto. *Parece* como se o capital constante investido nos meios de produção fosse também responsável por criar valor e mais-valia, exemplo do fetichismo do capital, do modo como a economia capitalista leva a acreditar que as relações sociais, são, de algum modo, governadas por objetos físicos - valores de uso e a maquinário. Seu papel social e ideológico é justificar a existência do lucro capitalista.

A taxa de lucro difere de indústria para indústria e de setor para setor, dependendo das condições de produção predominantes, determinadas pela *composição orgânica de capital*, a razão recíproca do capital constante ao capital variável, que reflete (em termos de valor) o montante de maquinário, matérias-primas e tudo que é necessário para produzir uma dada mercadoria em relação à força de trabalho necessária. Isto é, de fato, uma medida da produtividade do trabalho. Pois quanto mais eficiente a força de trabalho, mais o trabalhador produzirá com um determinado maquinário, mais matérias-primas serão utilizadas pelo trabalhador, e assim por diante. Quanto mais alta for a produtividade do trabalho, maior é a composição orgânica do capital.

Os capitais se deslocam constantemente à procura de taxas de lucro mais elevadas: "Esse incessante fluxo e influxo", através do qual o capital é constantemente redistribuído entre as diferentes esferas de produção, dependendo da sua relativa lucratividade, continua até que "ele crie tal razão de oferta e procura, que o lucro médio nas esferas de produção se torne o mesmo, e os valores sejam convertidos em preços de produção". O equilíbrio é alcançado quando os preços de diferentes bens se situam em níveis que possibilitem a cada capital a mesma taxa de lucro, como se toda a mais-valia extraída dos trabalhadores, em todos os empregos, fluísse para um único fundo comum, do qual os capitalistas tirassem lucros em proporção às somas de seus investimentos.

A origem da mais-valia é desse modo mistificada mais ainda, já que os lucros obtidos por cada capitalista não parecem possuir qualquer relação com o montante de trabalho realizado pelos trabalhadores. "Todos esses fenômenos parecem contradizer a determinação do valor pelo tempo de trabalho. Assim, tudo aparece invertido em condições de competição". O problema da transformação dos valores em preços de produção surge somente ao se considerar as diferenças entre capitais. É somente quando se considera a esfera de muitos capitais, e a concorrência entre eles, que é obrigado deixar de lado a suposição de que as mercadorias são trocadas pelos seus valores respectivos. Isso é necessário se quisermos "encontrar e expor as formas concretas que surgem do processo de movimento do capital considerado como um todo".³³⁹ Só é possível fazer isso com sucesso, porém, graças à abstração inicial, a de presumir que as mercadorias são trocadas pelos seus valores, suposição necessária para analisar o "capital em geral".

Desvendando a inversão ideológica provocada pela concorrência, no Livro III de *O Capital* Marx tratou da "lei da queda tendencial da taxa de lucro", que determina o *limite* da acumulação capitalista. A tendência decrescente da taxa de lucro "alimenta a sobreprodução, a especulação, as crises, a existência de capital excedente junto a uma população excedente", e revela "que o regime de produção capitalista tropeça no desenvolvimento das forças produtivas com um obstáculo que não guarda a menor relação com a produção da riqueza enquanto tal. Este peculiar obstáculo evidencia

339

Karl Marx. *O Capital*. Livro III, Vol. 1.

precisamente a limitação e o caráter puramente histórico, transitório, do regime capitalista de produção”: “Embora vários fatores possam, temporariamente, neutralizar essa tendência, eles operam dentro de limites estreitos, de modo que a queda, ao longo do século, da taxa de lucro surge como a *tendência dominante*”.³⁴⁰

O aumento da *composição orgânica do capital* no processo de acumulação capitalista é reflexo do aumento da produtividade. Ele deriva do diferencial do crescimento de *c* em relação a *v* e significa que a mesma quantidade de trabalhadores põe em marcha um maior volume de *meios de produção*. Ou, o que é equivalente, que existe uma redução do número de trabalhadores em relação aos *meios de produção* sobre os quais eles atuam. A chave para o entendimento do fenômeno da *lei da tendência declinante da taxa de lucro* tem, no aumento da *composição orgânica do capital* - que é tendência dominante no desenvolvimento capitalista - seu elemento crucial. Marx classificou a *tendência para a queda da taxa de lucro* como a lei fundamental para o entendimento crítico do capitalismo. A contradição se deve ao fato de que cada capitalista, agindo individualmente, na busca de maximizar seu lucro próprio, aciona uma série de mecanismos que levam à queda tendencial da *taxa média de lucro*. Se o funcionamento normal do sistema capitalista acarreta o declínio da *taxa de lucro*, tem-se que no próprio processo de acumulação capitalista se engendram as limitações do modo de produção. Simultaneamente ao desenvolvimento das forças produtivas se gesta o primordial componente de sua extinção.

A inovação no processo produtivo é buscada pelo capitalista individual uma vez que, no contexto de competição intercapitalista, o aumento da produtividade do trabalho - e o conseqüente barateamento das mercadorias - assegura não só uma renda extraordinária como também maior espaço no mercado ao capitalista que introduziu o novo maquinário. Assim, o aumento da *composição orgânica do capital* individual, que depois se converte em aumento da *composição orgânica do capital* como um todo no processo produtivo social, é o resultado esperado da busca de maximização da *taxa de lucro* individual pelo capitalista. O aumento da *composição orgânica do capital* significa o aumento do *capital constante*

³⁴⁰ Tom Bottomore. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988, p. 88.

proporcionalmente ao aumento da *força de trabalho* no processo produtivo. Daí é fácil inferir que o denominador da *taxa de lucro* (C) aumente mais rapidamente do que o seu numerador, a massa de *mais-valia* (M). Ou seja, considerando-se a *taxa de lucro* (π) como a relação da massa de *mais-valia* com o capital global adiantado pelo capitalista, se observa que esta cai à medida que o *capital constante* é utilizado de maneira mais intensiva do que o *capital variável* no processo produtivo.

Da motivação do capitalista individual para abocanhar uma porção maior do excedente econômico geral resulta o uso mais intensivo de maquinário. Isto se reflete no aumento da *composição orgânica do capital* socialmente considerado e conseqüentemente na queda geral da *taxa de lucro*. Aqui se constata a contradição básica do modo de produção capitalista: da motivação individual de cada capitalista se aciona um mecanismo que atinge o objetivo primordial do modo de produção, se sabota a valorização crescente e contínua do capital. No interior deste modo de produção se inocula aquilo que é a negação deste, sua própria restrição, pois a queda da taxa de lucro é equivalente à queda da rentabilidade do capital que mina as bases da acumulação capitalista: “O progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera, uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja consequência imediata é que a taxa de mais-valia com grau constante e até mesmo crescente da exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua”.³⁴¹

Antes de Marx, ninguém conseguira expor os limites da produção capitalista como algo que lhe fosse imanente, e lhe denunciasse a historicidade e transitoriedade: a auto expansão do capital possui contradições incuráveis e intransponíveis: “O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital, isto significa que o capital e o aumento do seu valor surgem como o ponto de partida e o termo, a causa e a finalidade da produção. A produção não passa de uma produção para o capital e não o contrário; os meios de produção não são apenas meios para alargar constantemente o processo vital da sociedade dos produtores, os limites fora dos quais não se pode realizar a conservação e o aumento do capital - valor - assente na expropriação e no empobrecimento de vastas massas de produtores, e entram constantemente em conflito com os

341

Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

métodos de produção aos quais o capital recorreu para atingir os seus fins, métodos que continuam o alargamento ilimitado da produção que reduzem esta última a ser a sua própria finalidade, e que também tendem para o desenvolvimento absoluto da produtividade social do trabalho. O meio - o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas - entra em conflito permanente com a finalidade - o crescimento do valor do capital existente".³⁴²

A lei da tendência decrescente da taxa de lucro não era estritamente uma "descoberta" marxiana, pois fora antevista pelas escolas do pensamento econômico prévias a Marx (David Ricardo, por exemplo, com sua análise da tendência histórica para o estágio econômico estacionário). Seria possível, com base nisso, afirmar que Marx "elaborou sua teoria da decrescente cota de benefícios baseada no princípio da crescente composição orgânica do capital (no entanto) no tomo III *d'O Capital* esta teoria está indissoluvelmente mesclada com a teoria do baixo consumo (sendo que) ambas as ordens de ideias não são colocadas em uma relação clara"?³⁴³

Somente a partir de uma leitura pouco atenta. Dos esquemas de reprodução do capital, só poderíamos deduzir crises cíclicas que periodicamente perturbariam a acumulação de capital. A crise, considerada como manifestação da tendência para o colapso do sistema, surge na análise teórica quando se observam as potencialidades dos resultados do progresso técnico, e sua influência sobre a queda tendencial da taxa de lucro. A incompreensão dessa lei está geralmente vinculada à sua discussão com base nas categorias vulgares de "preço" e "lucro" que são "uma forma transmutada derivada da mais-valia... uma forma burguesa, na qual se apagaram as marcas de sua origem". Sob essas formas, a lei do valor continua imperando, mas "desaparece" da superfície dos acontecimentos, onde a *mais-valia* e o *valor* foram ocultos pelo *lucro* e pelos *preços*.

Ao capitalista, no entanto, o cálculo de preços é o único que lhe parece válido, e deixa para os que queiram perder seu tempo as especulações teóricas, as noções de "fonte de valor", "origem da mais-valia" etc. Ele e os "economistas" ao seu serviço só estão preocupados com o lucro. Mas o fato de não

³⁴² Karl Marx. *Op. Cit.*

³⁴³ Joan Robinson. *Ensayo sobre la Economía Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1942, p. 60.

saber onde este lucro tem origem lhe reserva as maiores surpresas. Certamente, “seria um achatamento inimaginável da teoria marxista lhe atribuir a derivação das leis de movimento e desenvolvimento da sociedade burguesa só do setor da produção e das suas contradições e lutas, prescindindo do processo de circulação e das formações que resultam da síntese dos dois setores no processo completo”.³⁴⁴ Não só isso: também deve ser levada em conta a *multiplicidade dos capitais*, a forma *concreta* de existência do capital, sob pena de eliminar as contradições *reais* do capital através de uma “robinsonada” (a elaboração de uma teoria econômica partindo da suposta existência de um único capital).

Vejamos o funcionamento da lei através de exemplos matemáticos. Para o capitalista individual existe uma maneira simples de burlar a taxa média de lucro e obter um lucro superior (o que é forçado a fazer antes que outro o faça em seu lugar e o tire do mercado): reduzir *os custos de produção* e continuar vendendo conforme os preços determinados pela taxa média de lucro. Para isso, deverá aumentar a *produtividade do trabalho*, com o que reduzirá o custo de cada mercadoria produzida. Mas, para conseguir isso é necessário investir em novas máquinas, mais aperfeiçoadas, e com isso não fará mais do que aumentar a proporção do *capital constante* em relação ao *capital variável*.

Os outros capitalistas, alarmados pela audácia de seu adversário, farão a mesma coisa; isso se não se retirarem, vencidos, do mercado. O resultado final do movimento *total* será que no conjunto de um ramo de produção, ou no conjunto da economia, terá se alterado a relação entre *capital variável* e *capital constante* a favor deste último. Sabemos que a mais-valia provém do trabalho vivo, é equivalente à parte variável do capital (salários) e isso não deixa de ter consequências para a *taxa média de lucro*. Esta é igual a $1 = m / (c + v)$ ou, o que é o mesmo, m / K , sendo K a totalidade dos capitais investidos ($c + v$). Imaginemos várias situações nas quais aumentou c (capital constante) e uma taxa de mais-valia (de exploração) igual a 100%:

$$\text{Se } c = 50, v = 100, m = 100 \quad 1' = 100 / 150 = 67\%$$

$$\text{Se } c = 100, v = 100, m = 100 \quad 1' = 100 / 200 = 50\%$$

$$\text{Se } c = 200, v = 100, m = 100 \quad 1' = 100 / 300 = 33\%$$

$$\text{Se } c = 300, v = 100, m = 100 \quad 1' = 100 / 400 = 25\%$$

³⁴⁴

Karl Korsch. *Op. cit.*

Com igual capital variável e idêntico grau de exploração, o aumento de capital constante (ou, o que é o mesmo, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social) produziu uma *queda da taxa média de lucro*, $1'$, que evoluiu, no exemplo imaginado, de 67% para 25%. Note-se que o capital variável (ou seja, o número de operários empregados) e a mais-valia poderiam até serem aumentados, sem que isso impedisse a taxa de lucro de baixar. Com os mesmos números do exemplo anterior:

$$\text{Se } c = 50, v = 100, m = 100 \quad 1' = 100 / 150 = 67\%$$

$$\text{Se } c = 100, v = 150, m = 150 \quad 1' = 150 / 250 = 60\%$$

Ou seja, teria aumentado a *massa* de lucro, mas baixado a *taxa* de lucro, isto é, do lucro obtido por unidade de capital investida: “A massa absoluta de lucro pode aumentar então, e fazê-lo de forma progressiva, apesar da baixa também progressiva de lucro. Este não só pode ser o caso. *Deve sê-lo sobre a base da produção capitalista*”.³⁴⁵ O objetivo dos capitalistas em seu conjunto (o rendimento do capital investido) seria cada vez menor, embora pudessem obter, individualmente (através da concorrência) um aumento da massa do lucro.

Como o aumento do capital constante - o aumento da produtividade do trabalho - é o único meio ilimitado que cada capitalista dispõe para aumentar seus lucros e vencer na concorrência com outros capitalistas (antes de ser vencido por estes),³⁴⁶ tudo isso significa que o interesse de cada capitalista encontra-se em contradição com o interesse do capital em seu conjunto, já que o aumento do lucro individual provoca uma queda do lucro do conjunto do capital. Ao incrementar a produtividade do trabalho, o capitalista individual se beneficia com um aumento da *mais-valia relativa*, mas o capital social se ressentido da queda da taxa de lucro. Para chegar a esse resultado, o capitalista individual aumenta o capital constante em relação ao variável, sendo que “a taxa de lucro está em proporção inversa ao aumento da mais-valia relativa ou do sobretrabalho relativo, ao desenvolvimento das forças

³⁴⁵ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, vol. 3.

³⁴⁶ O aumento da mais-valia absoluta (alongamento da jornada, ou aumento da intensidade, do trabalho) esbarra nos intransponíveis limites físicos do trabalhador ou da própria duração da jornada.

produtivas e, ao mesmo tempo, à magnitude do capital empregado na produção como capital constante. Quanto mais cresce a mais-valia relativa - a força criadora do valor, própria do capital - tanto mais cairá a taxa de lucro”.

Assim, o resultado *objetivo* de todas as ações dos capitalistas visando aumentar a quantidade de mais-valia e superar seus concorrentes é reduzir a *taxa geral de lucro*: "Nenhum capitalista jamais introduz voluntariamente um novo método de produção, não importa o quão produtivo ele possa ser e o quanto ele possa aumentar a taxa de mais-valia, supondo que ele reduz a taxa de lucro. Contudo cada novo método de produção barateia as mercadorias. Portanto o capitalista vende-as originalmente por um valor maior que os seus preços de produção, ou, talvez, acima do seu valor. Ele embolsa a diferença entre seus custos de produção e os preços de mercado das mesmas mercadorias produzidas com custos de produção mais elevados. Ele pode fazer isso porque seu método de produção está acima da média social. Mas a concorrência torna-o geral e sujeito à lei geral. Segue-se uma queda na taxa de lucro - talvez primeiro nessa esfera de produção, que finalmente atinge um equilíbrio com o resto - que ocorre, portanto, de modo totalmente independente da vontade do capitalista”.

Em resumo, a maior produtividade do trabalho, que reflete o crescente poder do trabalho social sobre a natureza, toma a forma, no interior das relações de produção capitalistas, de uma crescente composição orgânica de capital, e por isso de uma taxa de lucro decrescente. É este processo que subjaz às crises econômicas: "A crescente incompatibilidade entre o desenvolvimento produtivo da sociedade e as relações de produção existentes se expressa em contradições mais amargas, crises, espasmos". O objetivo (o móvel) do capital tende desse modo para sua autodestruição: o lucro *tende para zero, o capital tende a abolir a si mesmo*: "Na medida em que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregado, assim como dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que por sua vez não guarda nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas depende muito mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção”.

O tempo de trabalho (que, como sobretrabalho apropriado pelo capital, é a fonte única e exclusiva da mais-valia) deixa crescentemente de ser a medida do valor, quanto mais aumenta a produção (de qualquer tipo), o capital social total e a composição orgânica do capital: “A crescente composição técnica do capital se reflete, em termos de valor, no aumento de sua composição orgânica. A dinâmica da acumulação, governada pelo afã de ampliar os lucros, mina esse processo estreitando a base da acumulação, cuja fonte de progresso é o uso de trabalho vivo, a exploração de trabalho assalariado. Ao se multiplicarem o número de bens enviados ao mercado com possibilidades decrescentes de gerar lucros, aumentam as dificuldades para valorizar o capital. Fica assim evidente que a nova composição orgânica do capital, resultante da acumulação, não faz aumentar o benefício suficiente para prosseguir a acumulação sob as condições de produção dadas ou, o que é a mesma coisa, que foi acumulado demasiado capital em relação à taxa de exploração existente”.³⁴⁷

A lei que assim o comprova, segundo Marx, “é, do ponto de vista histórico, a lei mais importante (da economia). Dessa forma, torna-se evidente que a força produtiva material já disponível e elaborada, existente sob a forma de capital, tal como a ciência, a população etc. em suma, as condições para a reprodução da riqueza, ou seja, o rico desenvolvimento do indivíduo social; que o progresso das forças produtivas, motivado pelo capital em seu desenvolvimento histórico, uma vez que chega a determinado ponto, *anula a autovalorização do capital ao invés de impulsioná-la*”. Essa lei, no entanto, não se cumpre de modo *absoluto*, mas *tendencialmente*, como todas as leis econômicas: “Na teoria pressupõe-se que as leis do modo capitalista de produção se desenvolvem de maneira pura. Na realidade, sempre há apenas uma aproximação; mas essa aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido for o modo capitalista de produção e quanto mais tenha eliminado sua contaminação e amálgama com restos de situações econômicas anteriores”.³⁴⁸ Marx enumerou uma série de causas que contrabalançam a lei principal (“As mesmas influências que produzem uma tendência para a queda da taxa de lucro,

³⁴⁷ Pablo Heller. Tasa de ganancia y descomposición capitalista. *En Defensa del Marxismo* n° 30, Buenos Aires, abril 2003.

³⁴⁸ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, vol. 3, assim como as citações precedentes e as imediatamente sucessivas.

também fazem surgir os contra efeitos que dificultam, retardam e paralisam parcialmente essa queda"):

1. *Aumento do grau de exploração do trabalho*: em nosso caso, isso ocorreria se passássemos da primeira situação exemplificada acima ($c = 50, v = 100, m = 150, 1' = 67\%$) para outra, na qual: $c = 100, v = 100, m = 150$ e, portanto, $1' = 75\%$. Aumentou o capital constante, no entanto, a mais-valia aumentou em uma proporção tal que compensou o aumento de capital constante e, ainda, a taxa de lucro cresceu. Sabemos, porém, que o aumento da mais-valia tem um limite (o da própria jornada de trabalho, uma parte da qual será consagrada à reprodução do operário) e, além disso, "posto que as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia (o grau de exploração do trabalho) tendem a reduzir a força de trabalho empregada por um dado capital, assim tendem essas mesmas causas a diminuir a taxa de lucro": "A tendência à queda da taxa de lucro está estritamente ligada a uma tendência ao aumento da taxa de mais-valia. Nada é mais absurdo, por essa razão, do que explicar a queda da taxa de lucro por um aumento da taxa de salários, embora isso possa ser o caso de alguma exceção. A taxa de lucro não cai porque o trabalho se torna menos produtivo, mas porque se torna mais produtivo. Tanto o aumento na taxa de mais-valia como a queda na taxa de lucro não são senão formas específicas através das quais a crescente produtividade do trabalho é expressa no capitalismo".

2. *Redução do salário abaixo do seu valor*: ocorre da mesma forma que a anterior, também com limites precisos: os operários não podem morrer de fome, e também se organizam para que o capital não os condene a tal sorte. Esse fator só pode operar de modo temporalmente limitado, por exemplo através da redução dos salários para o limite da sobrevivência biológica da força de trabalho, pois sua extensão indefinida comprometeria a própria reprodução da força de trabalho, que é parte da reprodução do próprio capital.

3. *Barateamento dos elementos do capital constante*: ainda que este aumente em volume, pode ser que seu valor se mantenha constante e também a sua proporção em relação ao capital variável (por exemplo, quando um ramo produtivo de um país metropolitano começa a importar matéria prima mais barata de um país atrasado e/ou colonial ou semicolonial). Uma produtividade crescente no Setor I, o da produção dos meios de produção, significa que o valor do edifício, maquinário e dos elementos que formam o capital constante,

cairia: "Com o crescimento na proporção do capital constante ao capital variável, cresce também a produtividade do trabalho, as forças produtivas trazidas à existência, com as quais o trabalho social opera. Todavia, como resultado dessa crescente produtividade do trabalho, uma parte do capital constante existente é continuamente depreciada em valor, pois seu valor depende, não do tempo de trabalho que ela custou originalmente, mas do tempo de trabalho com o qual pode ser reproduzida, e este está continuamente diminuindo tanto quanto cresce a produtividade do trabalho".

A obsolescência do capital "fixo" se acelera acompanhando a aceleração da acumulação capitalista, provocando sua destruição antes da amortização. A destruição de capital é, durante as crises, literal - máquinas enferrujam, estoques de bens apodrecem ou são destruídos. Mas os preços em queda também destroem uma grande parte do valor dos meios de produção: "A destruição de capital através das crises significa a depreciação de valores, a qual os impede de renovar seu processo de reprodução como capital na mesma escala". É através das crises econômicas que o valor do capital constante é equiparado, não com o tempo de trabalho originalmente gasto para produzi-lo, mas com o que custaria nas novas condições produtivas para reproduzi-lo. Dessa maneira, a composição orgânica de capital é reduzida, e a taxa de lucro se recupera.

4. *Superpopulação relativa*: ela permite abrir novos ramos produtivos com menor composição orgânica de capital, ou seja, com maior proporção de capital variável do que constante, o que eleva a taxa de lucro média em todos os ramos. A acumulação de capital implica na constante expulsão de trabalhadores da produção, o que Marx chamou de "superpopulação relativa". Não é, como Malthus e seus seguidores postulavam, que existem mais pessoas do que alimentos para mantê-los vivos: existem mais pessoas do que o capital necessita, o excedente de força de trabalho é privado dos salários de que os trabalhadores dependem para a sua existência. A economia capitalista gera, como vimos, um "exército industrial de reserva" de trabalhadores desempregados, que cumpre um papel crucial no processo de acumulação. Os desempregados não proporcionam somente uma reserva de trabalhadores que podem ser lançados a novos ramos ou células de produção. Eles também ajudam a impedir que os salários aumentem demais.

5. *Comércio exterior*: o comércio entre países industriais, e entre estes e as colônias e semicolônias, tende a baratear tanto o capital constante (incluídas as matérias primas) como também o capital variável (a produção e reprodução dos operários) através, por exemplo, da importação de alimentos ou vestimentas mais baratos/as. Nessa medida, baixa o valor do capital constante e/ou do capital variável, e aumenta a taxa de mais-valia.

O conjunto das causas enumeradas tem limites precisos e opera como um alento para a expansão do capital. Na medida em que essas causas de contra tendência atuam, porém, a própria lei da queda tendencial da taxa de lucro tende a atuar mais vigorosamente, e melhor atua como uma tendência que não tem outro limite além da própria abolição do capital: “A tendência [do capitalismo] é sempre, por um lado, a de criar tempo disponível e, por outro, a de convertê-lo em sobretrabalho. Se consegue o primeiro demasiado bem, experimenta uma sobreprodução, e então se interrompe o trabalho necessário, porque o capital não pode valorizar mais sobretrabalho algum. Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais evidente é que o crescimento das forças produtivas já não pode estar confinado à apropriação do sobretrabalho alheio, mas que a própria massa operária deve apoderar-se de seu sobretrabalho”.³⁴⁹

Os problemas encontrados pela discussão dessa lei remontam ao próprio Marx. Um dos problemas que emanam dos esquemas de reprodução do capital (a desproporção entre os dois departamentos básicos da produção) pode ser assim descrito: se os capitalistas do departamento (ou setor) I decidem diminuir o consumo improdutivo de sua mais-valia com o objetivo de incrementar a parcela destinada à acumulação, decrescerá a demanda destes por bens de consumo produzidos no departamento II, o qual terá que diminuir a sua produção fazendo, simultaneamente, reduzir a sua demanda pelos meios de produção gerados no departamento I: uma crise paralisa então a acumulação. Uma das saídas provisórias imaginadas para esse problema foi a conquista de mercados externos, que permitiria realizar a mais-valia acumulada, mas não resolveria o problema dos bens de consumo invendáveis.

Outro elemento contraditório no processo de acumulação é o aumento da composição orgânica do capital. O

³⁴⁹

Karl Marx. *Introdução à Crítica da Economia Política*, ed. cit.

excesso de capitais que podem operar sob certa taxa de lucro se expressa para os operários como um excesso de pobreza que os impede de participar da riqueza. As crises de sobreprodução manifestam a existência de um capital excedente para uma tendência decrescente da taxa de lucro. As crises são o modo convulsivo pelo qual o capital tenta colocar um freio a essa tendência e reconstituir uma situação de equilíbrio (uma taxa de lucro “aceitável”). Depreciado o capital, liquidada uma parte deste sob a forma de mercadorias invendáveis (máquinas ou artigos de consumo) que se estragam ou são jogadas fora, é possível encontrar uma nova relação entre o capital constante e o capital variável, e reconstituir a taxa de lucro para um novo ciclo de acumulação. O processo de acumulação recomeça, mas para dar lugar mais adiante a uma crise ainda mais profunda, pela maior magnitude (em volume e em valor) do capital existente. O que falta não são condições sociais para absorver os produtos, para satisfazer as necessidades da população: estamos bem longe da satisfação real de todas as necessidades das massas. O que falta são condições *capitalistas* para que os produtos-mercadorias sejam vendidos a *preços* que garantam lucro aos capitalistas que os fizeram produzir. A subprodução se apresenta, no capitalismo, como *sobreprodução generalizada* de mercadorias.

O que a crise expressa, considerada historicamente? “A partir de certo momento, o desenvolvimento das forças produtivas torna-se um obstáculo para o capital; portanto, a relação do capital torna-se uma barreira para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Em agudas contrações, crises, convulsões, se expressa a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade e suas relações de produção vigentes. A violenta aniquilação do capital, não por circunstâncias alheias a ele mesmo, mas como condição de sua auto conservação, é a forma mais contundente na qual se lhe dá o conselho de que se vá embora e dê lugar para um estágio superior de produção social”.³⁵⁰ E, em resumo: “O aumento da produtividade do trabalho é sinônimo de: a) Aumento da mais-valia relativa, ou do tempo de mais-valor relativo que o operário cede ao capital, b) Diminuição da parte do capital que em geral se troca por trabalho vivo, em relação à parte que participa no processo de produção como trabalho

³⁵⁰ Karl Marx. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Edições Populares, sdp. p.122.

objetivado e valor pressuposto. A taxa de lucro é, por isso, inversamente proporcional ao aumento da mais-valia relativa, ao desenvolvimento das forças produtivas e à magnitude do capital empregado na produção sob a forma de capital constante... Na mesma relação na qual, no processo de produção, o capital como capital ocupa um espaço maior em relação ao trabalho imediato, quanto mais cresce a mais-valia relativa - isto é, a força criadora do valor do capital - mais *cai a taxa de lucro*".³⁵¹

Ou ainda: "A taxa de lucro cai - embora a taxa de mais-valia permaneça invariável ou cresça - porque, com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho, o capital variável diminui em relação ao capital constante. Aquele cai, não porque o trabalho é menos produtivo, mas porque é mais produtivo. Não porque o operário seja menos explorado, mas porque é mais explorado, seja porque a mais-valia absoluta cresce ou, se o Estado o impede, porque o valor relativo do trabalho diminui, crescendo a mais-valia relativa, o que é idêntico na produção capitalista". O mesmo motivo provoca a sobreprodução: "Todo o processo da acumulação deságua assim em *sobreprodução*, que corresponde por um lado ao natural aumento da população, e pelo outro constitui a base imanente dos fenômenos que se manifestam na *crise*. A medida da superprodução é o próprio *capital*, o nível das condições da produção, e a desmedida impulsão ao enriquecimento e à capitalização dos capitalistas, não o consumo, que *a priori* é limitado, porque a maioria da população "a operária" não pode aumentar seu consumo senão dentro de limites muito estreitos, e por outro lado, na medida em que o capitalismo se desenvolve, a procura de trabalho diminui *relativamente*, embora cresça *absolutamente*".³⁵²

Os três fragmentos citados correspondem a textos diferentes de Karl Marx. Acumulação, sobreprodução, crise e queda tendencial da taxa de lucro são faces diversas da mesma moeda ou "queda da taxa de lucro e aceleração da acumulação são só expressões diversas de um mesmo processo, ambos indicando o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação acelera a queda da taxa de lucro, ao causar a concentração do trabalho em grande escala e, em consequência,

³⁵¹ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987.

³⁵² Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-Valia*. São Paulo, Difel, 1985.

uma composição superior do capital. Por outro lado, a diminuição da taxa de lucro acelera a concentração de capital, sua centralização via expropriação dos pequenos capitalistas, dos produtores diretos sobreviventes que conservem alguma coisa a ser expropriada. A acumulação como massa se acelera, enquanto a taxa de acumulação diminui junto à taxa de lucro”.³⁵³

A vinculação orgânica da queda tendencial da taxa de lucro à sobreprodução de capital e à crise, se encontra exposta de maneira mais clara e desenvolvida em *O Capital*, derivada da lei geral da acumulação do capital: “A diminuição do capital variável em relação ao capital constante, determina uma composição orgânica crescente do capital total, resultando daí que quer o grau de exploração do trabalho permaneça inalterável, quer aumente, a taxa da mais-valia se exprime numa taxa geral de lucro sempre decrescente (manifesta-se de uma forma tendencial e não absoluta). A *tendência permanente para a diminuição da taxa geral do lucro* é apenas a expressão do desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho, *expressão que corresponde ao modo de produção capitalista...*

“Uma mesma taxa de mais-valia, mantendo-se inalterável o grau de exploração do trabalho, exprime-se numa taxa de lucro decrescente, porque o aumento das dimensões materiais do capital constante é acompanhado por um aumento do valor deste último e, por conseguinte, embora não nas mesmas proporções, também do capital social. Se admitirmos que esta modificação gradual na composição do capital se efetua não só em alguns ramos da produção, mas em quase todos, ou pelo menos nas esferas determinantes da produção, que deste modo equivale a uma modificação da composição orgânica média do capital total pertencente a uma determinada sociedade, semelhante crescimento progressivo do capital constante relativamente ao capital variável, tem, como consequência inevitável, uma diminuição gradual da taxa geral do lucro, se a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital se mantiver invariável”.

As crises econômicas capitalistas, para além de suas causas imediatas (ou deflagradoras), “apresentam-nos sempre uma solução temporária e violenta das condições existentes, das explosões violentas que restabelecem por um instante o

353

Idem.

equilíbrio perturbado... A contradição pode exprimir-se sob a sua forma mais geral da seguinte maneira: o modo de produção capitalista tem tendências a desenvolver de uma forma absoluta as forças produtivas, independentemente do valor da mais-valia que este último contém, independentemente das relações sociais dentro das quais a produção capitalista se efetua. Enquanto, por um lado, põe como finalidade a conservação do valor capital existente e o seu máximo crescimento possível (isto é, o aumento cada vez mais rápido desse valor). A característica específica deste modo de produção é o fato de se servir do valor capital existente como de um meio para aumentar esse valor ao máximo. Os métodos graças aos quais chega a este resultado acarretam a diminuição da taxa de lucro, a depreciação do capital existente e o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas”.³⁵⁴

A exposição de Marx sobre o comportamento da taxa média de lucro e sua queda sublinhou seu caráter tendencial, sua realização através de ciclos em que, apesar das tendências compensadoras, a tendência geral se impunha, por meio de crises cada vez maiores. O *locus* histórico da *realização* da crise é o mercado mundial. A constituição do mercado mundial é a missão de desenvolvimento da produção social que o capital realiza historicamente; a crise no mercado mundial indica a maturidade das condições para a substituição daquele: “O mercado mundial constitui simultaneamente a premissa e a sustentação de tudo. As crises representam então o sintoma geral da superação da premissa, e a impulsão para o nascimento de uma nova forma histórica”. A teoria de Marx conectou todos os elos da corrente, do nascimento, desenvolvimento e extinção do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo é *cíclico* exatamente pela sua tendência *permanente* para a crise (embora a própria crise não seja permanente): é a crise a que explica o ciclo, e não o contrário. A crise repõe as condições necessárias para um novo período de acumulação capitalista. Neste sentido, não se pode falar em crise permanente do capitalismo, mas de crise *periódica* em permanência. Isto acontece, de um lado, pela destruição de parte das forças produtivas, que leva a uma maior concentração econômica e industrial, uma vez que as empresas que operavam em desvantagem foram sancionadas

354

Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

pelo mercado, e ocorre também a redução da taxa do salário, comprimido pela depressão. De outro lado, pelo incremento da taxa da mais-valia a um nível tal que seja suficiente para compensar a queda da taxa de lucro.³⁵⁵

Inicia-se, então, um novo ciclo de acumulação: “Na mesma medida em que se amplia, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a magnitude e a duração da vida do capital fixo aplicado, prolonga-se por muitos anos, digamos 10 anos em média, para cada investimento particular, a vida da indústria e do capital industrial. Se o desenvolvimento do capital fixo, por um lado, prolonga esta vida, por outro a encurta por meio da revolução constante dos meios de produção, sempre intensificada com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Daí a mutação dos meios de produção, e a necessidade de sua constante substituição em virtude do desgaste moral, antes de se esgotarem fisicamente (...) Está claro que, em virtude desse ciclo de rotações conexas, que abarca uma série de anos e no qual o capital está preso por uma parte fixa, tornam-se uma base material para as crises periódicas em que os negócios passam por fases sucessivas de depressão, animação média, auge, crise. São bem diversos e díspares os períodos em que se aplica capital. Entretanto, a crise constitui sempre o ponto de partida de grandes investimentos novos que formam, do ponto de vista de toda a sociedade, com maior ou menos amplitude, uma nova base material para o novo ciclo de rotações”.³⁵⁶

³⁵⁵ Em *Zwischen zwei Weltkriege?* (1936), Otto Bauer vinculou a queda da taxa de lucro à taxa de mais-valia: “Quando a taxa de mais-valia já não aumenta, ou não aumenta o suficientemente rápido como para compensar o aumento da composição orgânica do capital, começa a descender a taxa de lucro social. Tão logo os capitalistas descobrem que a taxa de lucro desce, que os dividendos das sociedades por ações começam a baixar, se apresenta o desastre financeiro. A crise é verificada apenas quando começa a descer a taxa de lucro, tão logo ela tem que descer devido a que o aumento da composição orgânica do capital não pode ser já compensado pelo aumento de mais-valia” (*apud* Natalie Moszkowska. *Contribución a la Dinámica del Capitalismo Tardío*. México, Passado y Presente, 1981, p.20).

³⁵⁶ Karl Marx. *O Capital*. Livro III.



Antonio Gramsci

Vejamos outras controvérsias a esse respeito. A possibilidade de sair das crises através do crédito (já criticada por Marx em 1847, em *Miséria da Filosofia*) esquece que o capital-dinheiro nunca pode emancipar-se totalmente do capital-mercadoria, ou que “na fase de crise do ciclo industrial, a queda geral dos preços das mercadorias se expressa como aumento do valor relativo do dinheiro, e na fase de prosperidade, o aumento geral dos preços das mercadorias se expressa como queda do valor relativo do dinheiro”. Os máximos resultados que “o capital consegue, nessa linha, são de um lado o *capital fictício*, e de outro o crédito só como novo elemento de *concentração*, de dissolução dos capitais em capitais isolados e centralizadores”. O crédito, na verdade, “é também a forma na qual o capital procura diferenciar-se dos capitais isolados”, e na qual o caráter social da produção capitalista encontra sua expressão mais decidida. E “o capital puramente fictício, títulos de Estado, ações etc. - sempre e quando não leve à bancarrota do Estado ou às sociedades anônimas, ou não entorpeça em termos gerais a reprodução, minando o crédito dos capitalistas industriais que retém estes valores - não é mais que uma simples transferência de riqueza de umas mãos para outras e, em conjunto, se traduzirá em resultados favoráveis no que se refere à produção, já que os *parvenus* que adquirem por preço baixo estas ações ou títulos são, em geral, mais ativos e empreendedores do que aqueles que anteriormente os possuíam”.³⁵⁷

No início do século XX, o filósofo italiano Benedetto Croce julgou criticamente a teoria econômica marxista, em especial a lei da queda tendencial da taxa de lucro,³⁵⁸ o que foi respondido por Antonio Gramsci: “(Croce) parte do pressuposto que cada progresso técnico determina

³⁵⁷ Karl Marx. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*, ed. cit.

³⁵⁸ Benedetto Croce. *Materialismo Histórico e Economía Marxista*. São Paulo, Centauro, 2011.

imediatamente uma queda da taxa de lucro, o que está errado, pois *O Capital* afirma só que o progresso técnico determina um processo de desenvolvimento contraditório, um de cujos aspectos é a queda tendencial. Afirma levar em conta todas as premissas teóricas da economia crítica e esquece a lei do trabalho socialmente necessário. Esquece por completo a parte dessa questão abordada no I volume, o que o teria poupado toda uma série de erros, esquecimento tanto mais grave na medida em que reconhece que no III volume a seção dedicada à lei da queda tendencial é incompleta, só esboçada, uma razão peremptória para estudar tudo que o mesmo autor escreveu sobre o mesmo assunto em outros lugares”. A “dispersão” dos materiais marxistas a respeito era, inclusive, bem maior do que Gramsci poderia ter imaginado na década de 1930, quando redigiu essas linhas.

Gramsci concluía: “Toda lei em economia política só pode ser tendencial, o que se obtém isolando alguns elementos e ignorando as forças que a contrabalançam, só restando distinguir graus maiores ou menores de tendencialidade, que será óbvia até o ponto em que seja um caráter organicamente relevante, como nesse caso, em que a queda tendencial da taxa de lucro é apresentada como o aspecto contraditório de outra lei, a da produção da mais-valia relativa, em que uma tende a contrapor-se à outra com a previsão de que a primeira prevalecerá. Quando se poderá pensar que a contradição atingirá o nó górdio, insolúvel e requerente da intervenção da espada de Alexandre? Quando toda a economia mundial será capitalista com certo grau de desenvolvimento, quando então a fronteira móvel do mundo econômico capitalista terá chegado a suas colunas de Hércules. As forças compensadoras da lei tendencial, que se resumem na produção sempre maior de mais-valia relativa, têm limites, dados, por exemplo, tecnicamente pela extensão e a resistência elástica da matéria e socialmente da medida suportável de desemprego em determinada sociedade. A contradição econômica vira contradição política, e se resolve politicamente em uma práxis virada pelo avesso”.³⁵⁹

Giulio Pietranera aprofundou a crítica marxista a Benedetto Croce, demonstrando o parentesco da sua crítica “burguesa” de Marx com a crítica “socialista” de Bernstein,

³⁵⁹ Antonio Gramsci. *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*. Turim, Einaudi, 1953.

Graziadei e outros teóricos do “capitalismo organizado”, com uma observação metodológica: “Para que o capital constante diminuísse em valor, depois do progresso técnico, seria necessário que este levasse a um aumento da produtividade e, portanto, diminuição do valor unitário, que repercutisse instantaneamente sobre a massa de capital investido com o novo equipamento técnico. Essa possibilidade de repercussão supõe, porém, a hipótese de uma economia que passasse, sempre instantaneamente, de um equilíbrio para outro (ou seja, que mudasse instantaneamente por equilíbrios sucessivos); a teoria marxista, no entanto, é ‘dinâmica’, e segue a queda tendencial da taxa de lucro através dos diversos estágios do desenvolvimento dinâmico (por equilíbrios sucessivos, mas divididos no tempo)”.³⁶⁰ A tendência decrescente da taxa de lucro constituiu um fator *crônico* (estrutural) de desequilíbrio para a acumulação de capital.

50. O LIMITE HISTÓRICO DO CAPITAL

A reprodução em escala ampliada e o fenômeno das crises estão separados na obra que Marx nos deixou, e separados também, para grande prejuízo do assunto, nos autores marxistas que o defendem ou o atacam (Fritz Sternberg, O Imperialismo)

A tendência decrescente da taxa de lucro alimenta a sobreprodução, a especulação, as crises, a existência de capital excedente junto a uma população excedente. Quais são as implicações *históricas* dessa tendência? Seus efeitos cumulativos perfazem uma tendência para a *extinção* do modo de produção capitalista, mas eles devem ser comprovados empiricamente. O debate sobre o *colapso* do capitalismo, iniciado com a publicação, em 1913, de *A Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburgo, teve por efeito situar novamente a questão no centro da discussão teórica marxista. Foi Heinrich Cunow quem, em 1898 em *Die Neue Zeit* (órgão teórico da socialdemocracia alemã) formulou pela primeira vez uma teoria do colapso inevitável do capitalismo. Karl Kautsky, em 1906, num prefácio ao *Socialismo Utópico e Socialismo Científico* de Engels, anunciou a iminente “crise mortal” do sistema

³⁶⁰ Giulio Pietranera. *Capitalismo ed Economia*. Turim, Einaudi, 1966.

capitalista, para o qual “não existe agora nenhuma perspectiva de um sossego que possa abrir uma nova era de prosperidade com bases capitalistas”. Vejamos sinteticamente as grandes linhas do debate.

A queda tendencial da taxa de lucro tem um significado histórico para o capital. Com o avanço técnico, e o aumento da produtividade da força de trabalho, diminui, mantidas as condições postas, o valor unitário de cada mercadoria, *tendencialmente* até o limite matemático do uso de 100 % de capital constante (e de 0 % de capital variável); a produtividade (P) tende ao infinito ($P \rightarrow \infty$), implicando numa tendência para a produção de valores de uso destituídos de qualquer valor de troca, desaparecendo a escassez de produtos e, com isso, a lei do valor; considerando-se que o capital constante agregado a uma unidade de mercadoria também se reduz progressivamente;³⁶¹ nessas condições cessariam de existir as bases da valorização do capital e do modo de produção correspondente. Tal tendência, real e constatável na depreciação do valor das mercadorias produzidas com uma base tecnológica que tende a dispensar a força de trabalho humana, e a desgastar muito lentamente o capital constante, não se realiza plenamente, ou de forma pura, porque a própria crise capitalista destrói forças produtivas, através de guerras, desastres não naturais e outros meios, ou recria formas antediluvianas de extração da mais-valia absoluta.

O capital, assim, não só possui contradições incuráveis, mas também traz em si seus próprios limites; não desaparece em si e por si mesmo, pois aquelas contradições podem condicionar tanto o recrudescimento bárbaro da dominação capitalista quanto a vitória da revolução proletária. As leis do capitalismo fazem com que seus *meios* (a perseguição do lucro) se tornem contraditórios com seu *fim* (a manutenção e elevação da taxa de lucro). Na lei exposta se expressa de modo desenvolvido a contradição da forma mais simples da riqueza capitalista (a mercadoria, valor de uso e valor) pois, criando a riqueza material (valores de uso) o capital vai minando as condições de criação da riqueza social (os valores, cuja fonte é o trabalho vivo, que tende a ser uma proporção cada vez menor

³⁶¹ “Se, com a maior produtividade, tiver aumentado a massa de mercadorias, o mesmo ocorrerá com o seu número, ao passo que o preço da mercadoria singular terá baixado” (Karl Marx. *Capítulo VI Inédito d’O Capital*. Porto, Escorpião, 1975, p. 144).

do capital empregado na produção). Essa contradição vai se desenvolvendo em uma *tendência para o colapso*, que vai se realizando através de crises periódicas cada vez mais profundas do capitalismo. Essas crises expressam, periódica, recorrente e aprofundadamente, os *limites* do capitalismo. Enquanto para a grande maioria da sociedade se produz uma brusca queda do poder de compra que joga na miséria milhões de pessoas, para os capitalistas o problema consiste em ter produzido mercadorias demais, que não podem ser vendidas deixando um lucro razoável.

No período histórico do qual nos ocupamos aqui, do ponto de vista político, a figura mais significativa do debate sobre as crises e o colapso capitalista foi a de Eduard Bernstein, que vinha publicando artigos sobre o tema no *Die Neue Zeit* desde 1896, dando forma definitiva ao “revisionismo” com a publicação, em inícios de 1899, dos *Pressupostos do Socialismo e as Tarefas da Socialdemocracia*. Partindo da afirmação de Marx no livro III de *O Capital* (“A última causa de todas as crises continua sendo sempre a pobreza e o consumo limitado por parte das massas, em comparação com a tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas de tal modo que somente o poder absoluto de consumo de toda a sociedade seja seu limite”), e isolando-a do restante da teoria marxista, Bernstein fez de Marx um partidário tardio da teoria do subconsumo de Sismondí e Rodbertus, considerando-o inadequado para o “novo” capitalismo, no qual “fenômenos de depressão local e parcial são inevitáveis: não porém uma queda geral, dada a organização e extensão atuais do mercado internacional, e principalmente a expansão da produção de meios de subsistência”.

A sobre acumulação do capital como causa motora das crises, e o aumento tendencialmente indefinido do capital constante como base dinâmica da tendência para a extinção do valor mercantil, não encontravam lugar nenhum na teoria bernsteiniana. Em 1899, no *Die Neue Zeit*, Heinrich Cunow afirmou que “se, como Bernstein reconhece, a situação atual é consequência da ampliação dos mercados nos últimos anos, a pergunta é: essa expansão extensiva e intensiva continuará do mesmo modo nos próximos anos? Este interrogante vincula-se a outro: esse desenvolvimento leva a um colapso? Sem dúvida, o poder aquisitivo de alguns mercados ainda pode aumentar: o Extremo Oriente, a África e a Oceania podem absorver uma quantidade de mercadorias superior à atual. Mas já se pode

prever um limite certo, sobretudo porque já não estamos falando apenas da indústria e do capital financeiro da Inglaterra”.

Noutra vertente, um representante da corrente “marxista legal” russa, Mikhail Tugan-Baranovsky publicou em 1905 seus *Fundamentos Teóricos do Marxismo*, livro em que deu forma acabada à desvinculação do fim do capitalismo de qualquer tendência econômica objetiva: “A humanidade não terá o socialismo como um produto de forças econômicas cegas e elementares (mas) de um esforço consciente da humanidade, de uma conquista”. Tugan-Baranovsky teve como ponto de partida os esquemas de reprodução de Marx: levou ao extremo a separação entre produção e consumo, chegando à conclusão que, sob determinadas condições (mantidas as proporções entre os setores de bens de consumo e bens de produção), a substituição do trabalho humano pelo trabalho mecânico poderia se dar até o limite, reduzindo de forma radical o número de trabalhadores, o que resultaria, em primeiro lugar, na ausência de problemas com o consumo, e em segundo, na possibilidade da ausência de crises e na reprodução infinita do capitalismo.

Em síntese, Tugan-Baranovsky propôs que: 1) O sistema capitalista não enfrentaria problemas de realização da mais-valia e, portanto, poderia reproduzir-se de maneira ampliada de modo indefinido; 2) Posto que não existem problemas de realização, as crises e os desequilíbrios deveriam ser interpretados como simples “desproporções”; 3) Se o sistema se desenvolve indefinidamente, devem ser consideradas também falsas as outras teorias da crise contidas na obra de Marx, a saber, a teoria da baixa tendencial da taxa de lucro e a teoria do subconsumo.

A crítica básica a essa proposição foi que “os esquemas de reprodução ampliada de Marx demonstram a possibilidade de que o sistema exista e funcione, realizando a mais-valia produzida. Esses esquemas não podem ser isolados do conjunto de *O Capital*, em especial do Livro III, onde o tratamento da queda tendencial da taxa de lucro, a análise da concorrência e as considerações sobre a crise mostram em que sentido a reprodução ampliada da totalidade do capital social e, portanto, o próprio desenvolvimento do sistema, é ao mesmo tempo o

desenvolvimento e a reprodução ampliada de todas as suas contradições”.³⁶²

Tugan-Baranovsky teve uma influência decisiva em toda uma geração de economistas marxistas, ao deduzir o equilíbrio tendencial do capitalismo da modificação dos esquemas de reprodução ampliada de Marx (considerando os próprios esquemas como arbitrários): “Teria podido Marx desenhar as condições de equilíbrio da reprodução ampliada na hipótese de um modo de produção em constante mudança? Isto era impossível, e as tendências falhas de solução de Tugan-Baranovsky o confirmam. Logo que se introduz nos esquemas o fator do progresso técnico, as condições de equilíbrio se transformam em condições de desequilíbrio, e todos os esquemas que se possam construir para acompanhar o fenômeno não passariam de simples exercícios matemáticos, privados de todo conteúdo econômico”.³⁶³

Conrad Schmidt criticou Tugan-Baranovsky, lhe contrapondo o subconsumo como explicação das crises, afirmando no *Sozialistische Monatshefte* (1901) que “se fosse justa sua opinião segundo a qual toda superprodução deriva só do investimento não proporcional do novo capital, não se entenderia por que o capitalismo, como pensam Marx e os marxistas, cava-se a fossa com seu desenvolvimento. A miséria provocada pelas crises, se só fosse derivada da ausência de proporcionalidade das inversões, não deveria tornar-se mais aguda necessariamente com o desenvolvimento capitalista. As coisas se apresentam diversamente se a expansão da produção, além de riscos parciais de crise e até prescindindo deles, encontra um obstáculo, embora elástico, na procura de bens de consumo”.

A posição de Tugan-Baranovsky encontrou, no entanto, variados partidários. Para Otto Bauer, a anarquia da produção (a ausência de plano, no regime do capital) era a causa responsável pelas crises, que seriam sempre crises de desproporcionalidade. Em *Kapitalismus und Sozialismus nach dem Weltkrieg* (de 1931) afirmou: “Nenhum aperfeiçoamento das investigações sobre a conjuntura, das análises de mercado, da planificação no quadro de cada fábrica, pode estancar

³⁶² Claudio Napoleoni. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1978, p. 299.

³⁶³ Roman Rosdolsky. *Genesi e Struttura del “Capitale” di Marx*. Bari, Laterza, 1975, p. 578.

semelhante fonte, de onde emana uma enorme quantidade de elementos antieconômicos; pelo menos enquanto a própria sociedade não dirigir seus aparelhos produtivos e não regular sua renovação, ampliação e o próprio termo, com base num plano social, uniformemente repartido por cada ano e proporcionalmente redistribuído por cada um dos ramos da produção". Radicalizando essa linha, a economista marxista polonesa Natalie Moszkowska sustentou, em *Das Marxsche System* (de 1929), que a queda tendencial da taxa de lucro simplesmente não existia, pois não era empiricamente evidente.³⁶⁴

Em 1924, Erich Preiser argumentou que, independentemente de citações isoladas, a estrutura interna da argumentação de Marx sobre as crises refere-se à queda da taxa de lucro, que decorre das contradições da reprodução do capital.³⁶⁵ Para demonstrar a possibilidade teórica de um equilíbrio *ad infinitum* do capitalismo (impossível na prática devido à inviabilidade política do "plano" no regime capitalista) Bauer construiu um esquema "que tende a demonstrar como pode haver um progresso inalterado da acumulação ainda no caso de um crescimento constante da composição orgânica do capital. Para consegui-lo, teve que ignorar uma das hipóteses fundamentais do esquema marxista, supondo que a única relação entre os departamentos I e II consistia no intercâmbio recíproco de produtos, e que o departamento II, constrangido pelas mudanças técnicas causadas pelo aumento da composição orgânica a se encontrar cada vez com um excedente de mercadorias, invista cada ano no departamento I uma soma correspondente ao valor desse excedente, de modo que o departamento I expanda sua produção, absorvendo no ano seguinte as mercadorias não vendidas do departamento II: assim, ambos os setores da produção social podem dilatar-se e acumular, sem que nunca se

³⁶⁴ Natalie Moszkowska. *Contribución a la Dinámica del Capitalismo Tardío*. México, Pasado y Presente, 1981. Uma tentativa de quantificar historicamente a queda tendencial da taxa de lucro foi realizada pelo norte-americano Joseph Gillman (*La Baisse du Taux de Profit*. Paris. EDI, 1980) com resultados, segundo algumas opiniões, pouco convincentes.

³⁶⁵ *Nationalökonomie Heute*. Eine Einführung in die Volkswirtschaftslehre. Munique, C.H. Beck, 1992; cf. Detlef J. Blesgen. *Erich Preiser. Wirken und wirtschaftspolitische Wirkungen eines deutschen Nationalökonomien (1900-1967)*. Berlim, Springer, 2000.

verifique uma discrepância nos valores dos produtos intercambiados, sem que o *perpetuum mobile* da acumulação capitalista sofra qualquer ameaça de parar”, o que foi chamado de “aplicação neo-harmonicista dos esquemas de Marx”.³⁶⁶

O máximo que seria possível afirmar, nessa linha de pensamento, é que a economia capitalista está em equilíbrio quando a produção de bens de produção suscita uma demanda de bens de consumo igual à demanda de bens de produção suscitada pela produção de bens de consumo, o que tem um valor puramente lógico. Em vários artigos na *Die Neue Zeit* de 1901-1902, Karl Kautsky atacou as teorias de Tugan-Baranovsky, lhes opondo um princípio metodológico: “Em várias passagens de *O Capital* Marx examinou algumas das causas das crises. É um erro, no entanto, pensar que essas passagens diversas tentam explicar o mesmo fenômeno. Quem vai fundo descobre que o que ele explica de modo diverso são fenômenos diversos. As crises periódicas são uma criatura do último século: nascem só depois que a produção de mercadorias desenvolveu em alto nível sua forma mais elevada, a capitalista”.³⁶⁷

Kautsky não atacou, porém, a “teoria da desproporcionalidade”, assinalando só que toda produção tem por objetivo final a produção de bens de consumo. O equilíbrio, em si, careceria de significado prático, pois “os capitalistas, e os trabalhadores que eles exploram, proporcionam, com o crescimento da riqueza dos primeiros e do número dos segundos, o que constitui certamente um mercado para os meios de consumo produzidos pela indústria capitalista; o mercado cresce, porém, menos rapidamente do que a acumulação de capital e o aumento da produtividade do trabalho. A indústria capitalista deve, portanto, procurar um mercado adicional fora de seu domínio nas nações não capitalistas e nas camadas da população em situação idêntica. Encontra tal mercado e se expande cada vez mais, porém não com a necessária velocidade... Dessa forma, cada período de prosperidade, que segue uma significativa ampliação do mercado, está destinado a uma vida breve, e a crise se torna seu fim necessário”.

Chegaria, então, uma época em que “a superprodução será crônica para todas as nações industriais. Mesmo então, os

³⁶⁶ Roman Rosdolsky. *Op. Cit.*

³⁶⁷ Karl Kautsky. *Teorie delle Crise*. Florença, Guarealdi, 1976.

altos e baixos da vida econômica são possíveis e prováveis; uma série de revoluções técnicas, que desvalorizam a massa dos meios de produção existentes exigem a criação em larga escala de novos meios de produção, a descoberta de novos campos auríferos ricos, etc., podem mesmo então, durante certo tempo, estimular o ritmo dos negócios. Mas a produção capitalista exige uma expansão ininterrupta, rápida, para que o desemprego e a pobreza dos operários, de um lado, e a insegurança do pequeno capitalista, de outro, não atinjam a uma tensão extrema. A existência continuada da produção capitalista perdura mesmo nesse estado de depressão crônica, mas se torna completamente intolerável para a massa da população; esta é forçada a procurar uma saída da miséria geral, e só pode encontrá-la no socialismo". Esboçada essa teoria de uma "depressão crônica" como futuro provável do capitalismo, "Kautsky foi pouco além da repetição dos conceitos de Marx sobre a dependência geral em que a produção está do mercado para os bens de consumo".³⁶⁸

Um *outsider* dentro da socialdemocracia alemã, o russo Helphand (de codinome *Parvus*), apontou, no final do século XIX, a contradição entre o desenvolvimento do mercado mundial e dos monopólios e a sobrevivência dos Estados Nacionais e da concorrência internacional entre eles: "O mercado mundial tem seu próprio moto de expansão e queda, que não pode ser perturbado, alterado, dificultado ou acelerado pela política de um só Estado. Este movimento age sobre o desenvolvimento industrial de cada país de modo frutífero, embora paralisante, regulador, perturbador... Embora brechado, o mercado mundial progrediu com potência. O resultado é que a concorrência entre os países europeus deslocou-se a uma parte inteira do mundo. Para encarar esta enorme luta mundial, o livre comércio é uma condição *sine qua non* para a Europa Ocidental. O capital europeu não é só mesquinho com a sua classe operária, mas também na sua política comercial, perseguindo só objetivos fragmentados e momentâneos. Daí a rixa política interna. Europa sofre mais do que nunca da *Kleinstaaterei*. Embora os Estados sejam maiores, seu valor histórico total supera as suas dimensões. É a maldição da tradição política. O livre comércio varrerá finalmente isso tudo,

³⁶⁸ Paul M. Sweezy. *The Theory of Capitalist Development*. Nova York, Monthly Review Press, 1956.

criando grandes complexos nacionais e conduzindo para os Estados Unidos da Europa”.

A contradição entre o desenvolvimento mundial das forças produtivas capitalistas e o estreito marco dos Estados nacionais era, para Parvus-Helphand, a forma em que a crise capitalista assumia dimensões mundiais. Ela não dizia respeito, porém, apenas aos “pequenos Estados” (*Kleinstaaterei*), mas sobretudo aos grandes: a guerra “europeia” seria, por isso, a primeira guerra mundial. A tendência básica da crise do capital (a superprodução de mercadorias e capitais) tende a ser contrabalançada pela exportação de capitais: com o entrelaçamento crescente entre monopólios e Estado, a concorrência capitalista, no plano mundial, se transformava numa concorrência entre Estados e na sua decorrência lógica, a guerra.

Parvus captou a dinâmica da crise capitalista no mercado mundial, como *locus* específico da sua manifestação plena: “Existem momentos nos quais o desenvolvimento da economia capitalista amadureceu tanto em todos os terrenos – na técnica, no mercado monetário, no comércio, nas colônias – que deve verificar-se uma iminente expansão do mercado mundial, a totalidade da produção mundial é levada a uma nova base, muito mais ampla. Então se inicia um período de embate e luta (*Sturm und Drang*) para o capital. A mudança periódica de auge e crise não é suprimida por isso, porém o auge se desenvolve em uma progressão maior, a crise é mais aguda, porém de menor duração. Assim se segue até que as tendências do desenvolvimento acumuladas alcançam seu completo desenvolvimento. Então se produz a explosão mais aguda da crise comercial, que finalmente se transforma em depressão econômica. Esta está caracterizada por um retardo no desenvolvimento da produção, que encurta a magnitude do auge e seu espaço, porém estende, pelo contrário, a crise comercial, que ganha vigor. Quase se tem a impressão de que a produção já não se poderia levantar”.³⁶⁹

Rosa Luxemburgo, por sua vez, retomou o tema do *subconsumo* para elaborar uma teoria abrangente da crise (Paul Sweezy chamou-a de “rainha dos subconsumistas”). O esquema da acumulação capitalista do livro II de *O Capital* coloca, segundo ela, um problema: não se pode explicar o

³⁶⁹ Apud Pietro Zveteremich. *Il Grande Parvus*. Milão, Garzanti, 1988.

mecanismo da acumulação ampliada sem que haja uma demanda adicional, isto é, adicional em relação às necessidades da reprodução simples do capital; esta demanda adicional não pode ser originada do seio das relações de produção capitalistas. Ela deve, portanto, situar-se na esfera extracapitalista.³⁷⁰

Rosa tentou demonstrar que a acumulação de capital seria impossível num sistema fechado, e no âmago do problema estaria a questão da mais-valia: "O valor de todas as mercadorias, e portanto do capital social total, consiste no capital constante mais o capital variável mais a mais-valia. O capital constante é realizado através das compras de reposição dos próprios capitalistas; o capital variável é realizado através dos gastos que os operários fazem de seus salários; até aí tudo claro. Mas o que ocorre com a mais-valia? Uma parte é adquirida pelo capitalista para seu consumo, outra parte ele deseja acumular, e nisso está a dificuldade: 'onde está a procura pela mais-valia acumulada?' Os capitalistas certamente não podem realizar a mais-valia que desejam acumular vendendo-a aos trabalhadores, pois estes já esgotam seus salários na realização do capital variável. Não podem vendê-la a si mesmos, para consumo, porque estaríamos de volta à reprodução simples. 'Quem então pode ser o receptor ou consumidor da porção social das mercadorias, cuja venda é um pré-requisito necessário da acumulação de capital?'".

³⁷⁰ "Para que a acumulação possa ter lugar, os capitalistas devem encontrar em outros lugares os compradores para a porção de mercadorias que porta o lucro destinado à acumulação; esses compradores devem ter os meios de pagamento provenientes de uma fonte autônoma e não impregnada pelas relações capitalistas... Deve tratar-se de compradores que procuram meios de pagamento graças a um sistema de troca de mercadorias, por conseguinte, sobre uma base de produção de mercadorias, e esta produção deve necessariamente se encontrar no exterior do sistema capitalista de produção", disse Rosa Luxemburgo, em *A Acumulação do Capital*. Marx retirou de sua análise as trocas com os setores não-capitalistas, considerando um sistema exclusivamente composto de operários e capitalistas, demonstrando que essas trocas não são necessárias para compreender a acumulação ampliada; nem são verdadeiramente indispensáveis, senão na fase da acumulação primitiva, a gênese do capital; e que a crise, a "tendência à superprodução", não advém da insuficiência dos mercados extracapitalistas, mas, antes de tudo, "da relação imediata do capital" no seio do "capitalismo puro".

A conclusão de Rosa Luxemburgo foi que a realização da mais-valia só seria possível na medida em que se abrissem ao modo de produção capitalista mercados não capitalistas. Com boa parte do globo ainda fora do sistema capitalista, a “crise final” só poderia acontecer no futuro, quando o mundo inteiro fosse submetido ao capitalismo. Isto não significa que Rosa propusesse uma espera passiva do colapso, pois, segundo ela, “quanto mais violentamente o capital - através de métodos militares no mundo externo, e também internamente - afasta os elementos não capitalistas e deprime as condições de vida de toda a classe trabalhadora, tanto mais a história diária da acumulação de capital no cenário mundial se transforma numa cadeia contínua de catástrofes sociais e políticas e de convulsões que, juntamente com catástrofes econômicas periódicas na forma de crises, tornarão impossível a continuação da acumulação e farão necessária a rebelião da classe operária internacional contra o domínio do capital, antes mesmo que este se choque contra as barreiras econômicas por ele mesmo criadas”.

Rosa Luxemburgo reivindicava que se considerasse a existência em diversos países capitalistas de microempresas artesanais e camponesas baseadas na produção mercantil simples; e que se considerassem ainda os países em que essa produção era dominante, com todas as formas pré-capitalistas possíveis. Se dentro de uma economia capitalista “pura” a realização total da mais-valia era impossível, a procura necessária devia estar fora dela, na venda aos estratos não capitalistas dos países industriais, ou aos outros países. O capital precisaria ampliar o mercado mundial, incluindo nele as economias não capitalistas. O intercâmbio com estes se chocaria com as barreiras criadas pela economia natural, pelas relações sociais arcaicas, e pela procura estreita das economias camponesas, artesanais e patriarcais. Para vencê-las, o capital recorreria então aos métodos da “acumulação primitiva”, abrindo esses países para a produção e troca de mercadorias, transformando seus habitantes em consumidores de mercadorias e, parcialmente, também em proletários, e apropriando-se das matérias primas e das riquezas acumuladas por esses povos. O confronto com a economia capitalista

desagregaria as formas pré-capitalistas e induziria a expansão do próprio capital.³⁷¹

Bukhárin criticou os argumentos de Rosa Luxemburgo, e insistiu em que a economia mundial possuía uma estrutura que repousava sobre a divisão internacional do trabalho e as trocas internacionais: um sistema caracterizado pelo desenvolvimento desigual e pelo antagonismo entre cidade e campo, contradição ampliada pelos monopólios da economia nacional para a mundial: “Os países industriais são agora a cidade, e as regiões agrárias, o campo... a totalidade do trabalho mundial está dividida entre vários países, o trabalho de cada país se transforma em parte do conjunto do trabalho social através do intercâmbio internacional”. Bukhárin ilustrou com dados a tendência para a ampliação do mercado mundial, e a crescente interdependência das economias nacionais. Contra a teoria de Rosa Luxemburgo, apresentou o argumento do mercado capitalista que se auto amplia, e da natureza cíclica da superprodução: “Os limites do consumo são ampliados pela tensão do mesmo processo de reprodução; por um lado, multiplica o consumo da renda por parte dos trabalhadores e dos capitalistas e, por outro, é idêntica à tensão do consumo produtivo”.³⁷²

³⁷¹ Rosa Luxemburgo. *La Acumulación del Capital*. Havana, Ciencias Sociales, 1968, assim como as citações precedentes. Ernest Mandel criticou Rosa Luxemburgo por tratar a classe capitalista mundial como um todo, sem levar em consideração a concorrência, e por ter mantido para a reprodução ampliada as premissas da reprodução simples, através do dogma de que o consumo dos trabalhadores não poderia realizar a mais-valia, o que implica em que a quantidade total de capital variável e, portanto, também o consumo dos trabalhadores deveriam permanecer fixos e constantes (*El Capital*. Cien años de controversias en torno a la obra de Marx. México, Siglo XXI, 1985). Segundo Paul Sweezy, “na discussão da reprodução ampliada, Rosa mantém implicitamente a hipótese da reprodução simples. O dogma não posto em dúvida de que o consumo operário não pode realizar nenhuma porção da mais-valia, implica que o montante total do capital variável, e portanto o consumo operário, deva permanecer fixo e constante, como na reprodução simples. Mas é típico da acumulação o aumento do capital variável, que quando gasto realiza uma parte da mais-valia sob a forma de bens de consumo” (*The Theory of Capitalist Development*. Nova York, Monthly Review Press, 1956).

³⁷² *Imperialismo e Acumulação de Capital*. Lisboa, Edições 70, 1976. A crítica a Rosa Luxemburgo feita por Bukhárin foi excepcional, pois

Claudio Napoleoni, depois, também criticou os pressupostos teóricos de Rosa, em especial que “a tese da crise pelo subconsumo está demonstrada através de um argumento que, se fosse válido, demonstraria outra coisa... Se os salários são reduzidos ao nível da subsistência, e os capitalistas reduzem ao máximo o seu próprio consumo, o consumo não consegue sustentar a expansão da economia capitalista. Isto não tem solução através da acumulação porque esta, ao incrementar a produção, reproduz em escala maior a dificuldade inicial. Como se pode ver, o raciocínio da Luxemburgo, consciente ou inconscientemente, é semelhante ao de Malthus”. À crítica dos esquemas de reprodução ampliada, propostos por Marx para uma economia capitalista “pura”, feita por Rosa Luxemburgo, ele objetou que : “1) O fato de que o desequilíbrio se verifique como excesso de oferta de bens de consumo, e excesso de procura de bens de produção, depende só da particularidade do exemplo numérico escolhido por Rosa; na realidade, poderia acontecer o contrário; 2) No seu modelo se verifica um desequilíbrio, mas devido ao fato de que, sem motivo algum, Luxemburgo continua mantendo a hipótese de que toda mais-valia é capitalizada no interior do setor no qual se forma. Sua ideia de que esta hipótese é necessária, por causa dos obstáculos técnicos que se oporiam à transferência da mais-valia de um setor a outro, não tem realmente nenhuma validade”.³⁷³

O erro de Rosa Luxemburgo, para esse autor, teria consistido em considerar os esquemas da reprodução do Livro II de *O Capital* como expressão da realidade concreta e acabada do capitalismo. A queda tendencial da taxa de lucro explicaria as crises periódicas como interrupções na marcha para a derrubada do processo de acumulação, não como a expressão dessa mesma marcha. Um teórico marxista alemão, vinculado à “Escola de Frankfurt”, tomou para si o desafio de Rosa Luxemburgo. Henryk Grossman sustentou que a cota de mais-valia ($m : v$) se tornava cada vez mais insuficiente para a cota de

“a reação dos porta-vozes oficiais da socialdemocracia ao livro não trouxe qualquer contribuição teórica de significação e é interessante principalmente pelo estado de espírito que revela. No movimento alemão, o receio da revolução se havia tornado, na época, uma característica tanto dos «ortodoxos» como dos revisionistas” (Paul Sweezy. *Op. Cit.*).

³⁷³ Claudio Napoleoni, in: Lucio Colletti (org.). *El Marxismo y el Derrumbe del Capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978.

acumulação necessária, a qual é dada, de maneira exógena, por uma cota de aumento da estrutura orgânica do capital ($c : v$); assim, o capitalismo passaria à estagnação, que seria possível antecipar matematicamente.

Se era verdade que “sob determinadas circunstâncias, o colapso do capitalismo resulta objetivamente necessário, podendo-se calcular o momento exato em que deverá ocorrer, o que não significa que se derrubará em determinado momento ‘por si mesmo’, automaticamente, e que, portanto, o que resta é esperar passivamente. Sua irrupção, na realidade, e dentro de certos limites, está sujeita à influência de enfrentamentos conscientes das classes consideradas. Posto que os pressupostos variam e sob os quais sua erupção é de se esperar, então resulta também modificado, como é natural, o curso da acumulação e seu final”.³⁷⁴

Rosa Luxemburgo sustentara a impossibilidade da reprodução ampliada num capitalismo “puro”, não vinculado com, ou “contaminado” por, setores econômicos não capitalistas. Grossman pretendeu demonstrar que a tendência para o colapso subsistiria inclusive em caso de proporcionalidade entre os departamentos I e II no esquema de reprodução, e inclusive no caso em que se realizasse a totalidade da mais-valia produzida. Grossman, por sua vez, aceitou os esquemas de reprodução elaborados por Otto Bauer contra Rosa Luxemburgo, mas calculando seus efeitos para um período mais longo daquele considerado por Bauer. O resultado final foi que com o aumento da composição orgânica do capital diminuía tanto a taxa de lucro quanto, a partir de dado momento, a própria massa de mais-valia e do lucro, tornando impossível a valorização do capital: isto estendendo o período calculado por Bauer (4 anos) para 35 anos. No ano 21, o montante da mais-valia começava a diminuir, e no ano 34 não existia mais, o que tornava inviável a acumulação de capital.

Grossman isolou o aumento da composição (estrutura) orgânica do capital da taxa de mais-valia, o que levou a contradições insuperáveis: “Sua variante fundamental, em relação a Marx é que, neste, a queda da taxa de lucro é acompanhada por um aumento da massa de mais-valia... Em Grossman, os dois caem, ao ponto que, como demonstrou Moszkowska em *Zur Dynamik der Spätkapitalismus*, estamos

³⁷⁴ Henryk Grossman. *Las Leyes de la Acumulación y el Derrumbe del Sistema Capitalista*. México, Siglo XXI, 1978, p. 388.

[com Grossman] diante de uma teoria da pauperização dos capitalistas”.³⁷⁵

A reflexão sobre a questão chegou a um impasse, constatando-se também que “a maioria dos intérpretes de Marx descuidaram, em suas análises, do papel central da tendência para a queda da taxa de lucros. Tenderam mais a um resumo livre dos elementos de uma teoria das crises encontradas em Marx, e com isto chegaram em escassa medida a profundas conclusões teóricas”.³⁷⁶ Alguns, como Maurice Dobb, acharam que a escassez da mão de obra seria o fator fundamental que reduz periodicamente a taxa de lucro. De acordo com isto, a escassez da mão de obra durante a expansão produz investimentos que economizam trabalho, os quais reduzem, por sua vez, a taxa de lucro, por meio do aumento da relação entre capital constante e capital variável.

A lógica da teorização subconsumista das crises realizada por Rosa Luxemburgo foi adotada - entre outras - pela corrente neo-marxista encabeçada por Paul A. Baran e Paul M. Sweezy. Segundo eles, a impossibilidade crescente de realizar a mais-valia contida nos excedentes não-escoáveis se expressa sob a forma de uma dinâmica estagnacionista permanente do capitalismo em sua fase monopolista. Dizem: “Os capitalistas empregam uma parte da mais-valia extraída do trabalho excedente de seus assalariados em seu fundo pessoal de consumo, outra parte na capitalização ou re-investimento, e outra nos gastos de circulação, impostos e outras atividades necessárias porém improdutivas. Na medida em que o emprego destes excedentes não basta para realizar a mais-valia contida na oferta global de produtos, porque sua produção excede à demanda efetiva, esse excedente tende a deixar de ser produzido. Em condições como esta, a base material do sistema se posiciona na paralisação permanente”.

E acrescentam: “Por mais voltas que lhe dêem não há como evitar a conclusão de que o capitalismo monopolista é um sistema contraditório em si mesmo. Tende a criar ainda mais

³⁷⁵ Claudio Napoleoni. *Op. Cit.*, p. 443. Com base nisto, Napoleoni descartou a teoria do colapso do capitalismo, baseado-se num ponto fraco de um de seus defensores. Sobre a contribuição de Grossman, ver: Robert Kuhn. *Henryk Grossman and the Recovery of Marxism*. Chicago, University of Illinois Press, 2007.

³⁷⁶ G. Haberler e V. Holesovsky. Coyuntura y crisis. In: C. D. Kiernig. *Marxismo y Democracia*. Economía 3, Madri, Rioduero, 1975, p. 38.

excedentes, e no entanto é incapaz de proporcionar ao consumo e ao investimento as saídas necessárias para a absorção dos crescentes excedentes e portanto para o funcionamento uniforme do sistema. Como o excedente que não se pode absorver não será produzido, a consequência é que o estado normal da economia capitalista monopolista é a paralisação. Com uma existência dada de capital e uma estrutura de custos e preços determinada, a taxa de operação do sistema não pode ascender por cima do ponto no qual a quantidade de excedente produzido possa encontrar as saídas (realização ou vendas) necessárias. E isto significa um sub-aproveitamento crônico de recursos humanos e materiais disponíveis (...) Se deixada a si mesma, isto é, na ausência de forças contrárias, que não são parte do que se pode chamar 'lógica elementar do sistema', o capitalismo monopolista se afundaria cada vez mais em um pântano de depressão crônica".³⁷⁷

Ecoa nessa análise o conceito schumpeteriano da iniciativa empresarial, dos grandes conglomerados econômicos, com capacidade de estender a taxa de mais-valia além do limite fixado pelo valor histórico do salário. Se isto fosse assim, a iniciativa empresarial monopólica poderia fazer crescer a mais-valia por cima do aumento do capital constante e, em consequência, a lei tendencial da queda da taxa de lucro estaria impugnada. Tal seria o segredo da chamada «campanha de vendas» e da «criação dos preços» por parte do capital monopólico. As instancias da publicidade massiva, os grandes capitais modificariam a estrutura da demanda efetiva: açambarcando uma quota maior do mercado, venderiam mais, aumentariam a produção, a produtividade e os lucros. O aumento da publicidade aumentaria o consumo até o gasto (publicitário) se transformar em ingresso: "O impacto direto da campanha de vendas sobre a estrutura do ingresso da economia é por isso semelhante ao dos gastos do governo financiados pelos ingressos tributários". Mas nenhuma publicidade está em condições de aumentar a demanda efetiva, objetivamente determinada pelo trabalho social agregado da sociedade, isto é, pela massa de valor constituída pelos salários e a mais-valia.

Sweezy e Baran liberaram o excedente econômico dos limites objetivos da jornada de trabalho média, sem levar em conta que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho na

³⁷⁷ Paul A. Baran e Paul M. Sweezy. *El Capital Monopolista*. México, Siglo XXI, 1976, cap. IV.

sociedade capitalista supõe um aumento da composição orgânica do capital, ou seja, uma diminuição no emprego de capital variável respeito ao capital adiantado, do que não pode senão resultar um aumento absoluto da mais-valia historicamente decrescente, ou, o que dá na mesma, um aumento menor ao incremento da massa de capital acumulada, o que deriva numa queda do lucro como percentagem da relação entre a mais-valia e o capital social global. Para efeito da acumulação capitalista e da disponibilidade de capital adicional para os fins da reprodução ampliada e, portanto, do aumento da demanda efetiva por parte de assalariados e capitalistas, a taxa de lucro é, mais uma vez, decisiva também neste caso. O capital monopólico segue tão sujeito às leis da acumulação capitalista como na sua infância, do mesmo modo que nenhum ser vivo muda de natureza específica em virtude de seu crescimento.

O capital se baseia na produção de mais-valia, que tem seu fundamento, na circulação, não na segunda metamorfose formal: $M' - D'$, mas na primeira: $M - D$. Sem o prévio ato da compra-venda de trabalho não pode haver mais-valia nem acumulação de capital. O aumento da mais-valia (neste caso, absoluta), portanto, tem por condição que se multipliquem os atos de compra-venda da força de trabalho, ou seja, que se estenda constantemente a esfera da circulação de mercadorias em sua segunda metamorfose. Quantos mais contratos de trabalho, mais valores produzidos, mais salários, mais mercadorias em circulação e mais valores realizados no mercado: "Uma condição da produção baseada sobre o capital é, portanto, a produção de um círculo da produção continuamente ampliado (...) Se a circulação se apresentava ao princípio (na sociedade pré-capitalista) como uma magnitude dada, aqui se apresenta como uma magnitude variável, e como uma magnitude que se expande mediante a própria produção (...) Consequentemente a circulação se apresenta como um momento da produção. Da mesma forma que o capital tem por um lado a tendência a criar continuamente mais trabalho excedente, também tem por outro a tendência complementar de criar mais pontos de troca".

A etapa do capitalismo monopolista está mais compreendida no processo de produção da "mais-valia relativa", no momento da acumulação baseado na exploração intensiva do trabalho social, no aumento incessante e acelerado da composição técnica e orgânica do capital. Como a circulação

está determinada pela produção, seu incremento pressiona para um aumento do consumo global e deságua diretamente não só em um alargamento da esfera do intercâmbio, mas também provoca uma mudança qualitativa do consumo, com a criação de novas necessidades. O fundamento do que Marx chamou de "salário histórico" se encontra nisso: "A produção de mais-valia relativa, isto é, a produção de mais-valia baseada no aumento e desenvolvimento das forças produtivas, requer a produção de novo consumo; exige, portanto, que se amplie o círculo de consumo dentro da circulação, da mesma forma que antes exigia a ampliação do círculo produtivo. Primeiro a ampliação quantitativa do consumo existente; segundo a criação de novas necessidades, mediante a propagação das necessidades já existentes em um círculo mais amplo; terceiro: a produção de novas necessidades e criação de novos valores de uso".³⁷⁸

Do balanço desse debate temos que, independentemente dos meios de que dispõe o capital para ampliar a esfera do consumo, em extensão ou em profundidade (e poderíamos ser levados a conceber infinitas maneiras de fazê-lo), a sobreprodução de valor se manifesta de modo cada vez mais agudo, e perfaz a tendência, não só para a crise, mas também *para a extinção da produção de valores baseados na extração de mais-valia*: "Ao desenvolver-se a produção capitalista, a escala de produção se determina em grau cada vez menor pela demanda direta do produto, e em grau cada vez maior pelo volume de capital de que dispõe o capitalista individual, pela tendência de valorização de seu capital e a necessidade de que seu processo de produção seja contínuo e se estenda. Com isso cresce necessariamente, em cada ramo particular da produção, a massa de produtos que se encontram como mercadorias no mercado ou que buscam saída. Cresce a massa de capital fixada durante mais ou menos tempo sob a forma de capital mercantil. Aumenta, pois, a acumulação de mercadorias".³⁷⁹

A crise econômica é uma queda da expansão da produção, uma interrupção da acumulação de capital ou, em outras palavras, uma queda dos investimentos devido à sua baixa rentabilidade. Devido a isso: "A crise desnuda a discrepância entre a produção material e a produção de valor: sua proximidade se anuncia com uma debilidade na taxa de acumulação, uma superprodução de mercadorias e um

³⁷⁸ Karl Marx. *O Capital*. Livro III, Vol. 1.

³⁷⁹ *Idem*.

aumento de desemprego”. O caminho para sair da depressão consiste em fechar a brecha entre expansão e rentabilidade, por meio de novos investimentos e da “normalização” dos mercados de bens e mercadorias: “A crise não começa simplesmente. Começa em indústrias específicas, por mais que tenha sido causada pela situação global. Como a crise, também a ascensão começa em indústrias específicas e afeta cumulativamente o total da economia. Como a acumulação de capital é a reprodução ampliada dos meios de produção, a ascensão e a queda, mesmo que gerais, são observáveis primeiro e antes de tudo na manufatura de bens de produção”.³⁸⁰

O aumento da concorrência, como resultado da tendência à queda da taxa de lucro, toma uma forma impiedosa e, em alguns negócios, os preços baixam forçosamente até um ponto ruinoso. Os valores do capital se depreciam rapidamente, se perdem fortunas e as utilidades desaparecem. A demanda social decresce progressivamente a medida que aumenta o número de desempregados: o excesso de mercadorias é controlado unicamente pela queda ainda mais rápida da produção. A crise se estende a todas as esferas e ramos da produção. Sua forma geral revela a interdependência social do modo de produção capitalista, apesar das relações de propriedade privada que o dominam.

Na base do processo se encontra a tendência fundamental da produção capitalista, assim resumida em *O Capital*: “A criação de mais-valia é o objeto do processo de produção direta. Tão logo uma quantidade de mais-valia se materializa nas mercadorias, a mais-valia foi produzida. Vem então o segundo ato do processo. Toda a massa de mercadorias deve ser vendida. Se isso não for feito, ou só parcialmente, ou só a preços abaixo dos preços de produção, o trabalhador não terá sido menos explorado, e sim sua exploração não se consubstancia como tal para o capitalista. Poderá não lhe proporcionar qualquer mais-valia, ou realizar apenas parte da mais-valia produzida, ou significar mesmo uma perda parcial ou total de seu capital. As condições da exploração direta e as da realização da mais-valia não são idênticas. São preparadas logicamente, bem como pelo tempo e espaço. As primeiras são limitadas apenas pela capacidade produtiva da sociedade, as

³⁸⁰ Paul Mattick. *Marx y Keynes*. Los limites de la economía mixta. México, ERA, 1975, pp. 86-87.

últimas pelas reações proporcionais das várias linhas de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa última capacidade não é determinada pela capacidade produtiva absoluta ou pela capacidade consumidora absoluta, e sim pela capacidade de consumo baseada em condições antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da população a um mínimo variável dentro de limites mais ou menos estreitos”.

O subconsumo é resultante da acumulação de capital e da miséria social relativa, sendo, portanto, consequência e não causa das suas crises: “A capacidade de consumo é ainda mais restrita pela tendência a acumular, pela ambição da expansão do capital e da produção da mais-valia em escala ampliada. Essa lei da produção capitalista é imposta pelas revoluções incessantes nos métodos de produção, pela resultante depreciação do capital existente, a luta geral da competição e a necessidade de melhorar o produto e expandir a escala de produção para a autopreservação e sob pena de falência. O mercado deve, portanto, ampliar-se continuamente, de forma que suas inter-relações e as condições que as regulam assumem mais e mais a forma de lei natural independente dos produtores e se tornam cada vez mais incontroláveis. Essa contradição interna procura seu equilíbrio numa expansão dos campos externos de produção. Mas, à medida que a capacidade produtiva se desenvolve, encontra-se em desacordo com a estreita base na qual a condição de consumo repousa. Nessa base contraditória, não será uma contradição a existência de um excesso de capital simultaneamente com um excesso de população. Pois, embora uma combinação desses dois aumente realmente a massa da mais-valia produzida, ao mesmo tempo intensifica a contradição entre as condições sob as quais essa mais-valia é produzida e as condições em que é realizada”.³⁸¹

Afirmar que as crises capitalistas se produzem pela sobreprodução de mercadorias respeito da demanda solvente dos trabalhadores levaria logicamente a concluir que o estado normal do capitalismo seria de crise permanente. As crises se produzem, na verdade, não porque haja meios de consumo demais sem realizar no mercado capitalista, mas porque a mais-valia se produz sob condições de rentabilidade que não justificam que se continue produzindo: “O que na realidade produzem os trabalhadores é mais-valia. Enquanto a produzem

381

Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

(em condições em que a taxa de lucro permitir) terão algo para comer. Assim que deixam de produzir termina seu consumo ao terminar sua produção (...) Cabe perguntar-se, se o capital enquanto tal é também o limite em que tropeça o consumo. Ele o é certamente em um sentido negativo, já que não se pode consumir mais do que se produz. Mas o problema está em saber se o é também em sentido positivo, se tomando como base a produção capitalista se pode e se deve consumir tanto quanto se produz. Se o analisamos certamente, não se produz com vistas aos limites do consumo existente; a produção só se encontra limitada pelo próprio capital".³⁸² Ajustes da marcha cíclica da reprodução capitalista são ajustes da oferta, cuja expansão, não sendo acompanhada pela demanda (expansão dos mercados) não conhece outros limites senão os que a própria crise impõe, ao se acumularem os estoques invendáveis

O aumento do capital constante em relação ao capital variável, que origina a queda da taxa média de lucro, deriva da concorrência capitalista. Marx, lembremos, definiu a concorrência como *a contradição do capital consigo mesmo*. Quando a economia política discorre sobre concorrência e competitividade pressupõe o concurso não conflitivo entre as múltiplas unidades de decisão contempladas. Postula-se, portanto, que essa multiplicidade funcione logicamente sempre e só como unidade. A luta entre os diversos capitais para açambarcar o máximo lucro individual é suprimida. Em seu lugar, se supõe que a "concorrência" harmônica consiga conduzir a taxa de lucro ao equilíbrio ideal. Da mesma maneira desaparece a disputa incessante entre lucro bancário (interesse monetário) e lucro industrial, supostos em perene condição de igualdade. Com a unicidade do capital no lugar da sua multiplicidade, se esconde a contradição dos capitais individuais, seu real enfrentamento. A exceção se transforma na norma, o conflito se transforma em colusão. O antagonismo é substituído pela harmonia, a crise cede passagem à tendência ao equilíbrio, o múltiplo vira único. Cada contradição é suprimida, as crises passam a serem vistas como acontecimentos aleatórios.

É a partir da definição mais geral da produção capitalista como produção de *valor*, que Marx determinou o caráter *orgânico* das crises capitalistas, como expressão da

³⁸² Karl Marx. *Teorias sobre a Mais-valia*. Livro II, Cap. XVII, Ap. 12.

tendência histórica para a autodissolução do capital. Na medida em que se desenvolve a produção capitalista, e com ela a produtividade do trabalho, o *valor* da riqueza social tende a diminuir, pois se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias. Chegado certo ponto dessa tendência histórica descendente, o valor se transforma em uma base demasiadamente estreita para a riqueza social concreta, sua “miserável base burguesa”, independente das necessidades elementares não satisfeitas da imensa maioria da sociedade.

A tendência para a *extinção da lei do valor* é a manifestação do caráter transitório do capitalismo: “Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixou de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem que deixar, de ser a sua medida, e o valor de troca deixa também de ser a medida do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não trabalho de poucos deixou de ser a condição do desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Por essa razão se desmorona a produção baseada no valor de troca, e o processo de produção material imediato perde também a forma da miséria e do antagonismo. Ocorre então o livre desenvolvimento da individualidade (...) O capital é uma contradição em processo, pelo fato de que tende a reduzir o tempo de trabalho ao mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza (...) As forças produtivas e as relações – simples faces diferentes do desenvolvimento do individuo social – aparecem ao capital unicamente como meios para produzir a partir de sua base limitada. Mas, de fato, são estas condições materiais que fazem explodir esta base”.³⁸³

O capital, no entanto, transforma seu limite histórico em uma barreira a ser transposta. Tenta contrabalançar a tendência para a extinção do valor como medida universal da riqueza social através da ampliação continuada de sua fronteira histórica, pela extensão das necessidades sociais, ou pela ampliação de seu campo espacial, criando uma massa de valor maior, criação que, por sua vez, sofre uma cada vez mais violenta interrupção nas crises. Através do crédito e da especulação, o capital busca a possibilidade ilusória de separar

³⁸³ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*, ed. cit .

a criação da riqueza social do trabalho social, superando a barreira de lei do valor, só para finalmente descobrir a inutilidade desse propósito através de crises financeiras, que derrubam os valores criados de forma fictícia, sacudindo toda a economia capitalista. O desenvolvimento do armamentismo e de todas as formas improdutivas e parasitas da produção capitalista ilustra o caráter do incentivo às necessidades realizadas crescentemente pelo capital, sendo um índice de sua decomposição, do mesmo modo que a criação de produtos “novos” que perdem vigência (mercado) em um período curto de tempo. O esforço do capital para ir além de seu limite histórico resulta em uma ampliação gigantesca de suas contradições.

O desenvolvimento financeiro facilita a passagem do capital de um ramo de produção superexpandido ou não rentável a outro desenvolvimento, o que oferece maiores benefícios; mobiliza com maior rapidez esses capitais; ajuda a superar dentro de seus próprios limites a contradição entre a criação e a destruição de capitais; extingue os limites do consumo para além dos salários que paga à população trabalhadora; desenvolve uma acumulação própria de capital (fictícia) que atua como crédito *sui generis* tanto para a produção como para o consumo. O desenvolvimento do sistema de crédito e lucro a partir dos juros “reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação das sociedades, lançamento e comércio de ações”; “Se o sistema de crédito é o propulsor principal da superprodução e da especulação excessiva... acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial... Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises, levando a um sistema puro e gigantesco de especulação e jogo”.³⁸⁴

Esse desenvolvimento (parasitário, porque não cria valor) atua como fator contra a crise capitalista, até se transformar no principal fator de sua irrupção. Isto ocorre quando a superacumulação de capital que não assume uma forma produtiva direta, e que se superacumulou para contrabalançar os limites impostos pela superacumulação do capital produtivo, alcança proporções incompatíveis com a

384

Karl Marx. *O Capital*. Livro III.

mais-valia total que este último pode arrancar da força de trabalho. Percebe-se que o capital financeiro, em suas diversas formas, se transforma em uma gigantesca hipoteca que impede a reprodução do capital em geral. Sua derrubada constitui, por isso mesmo, a etapa final da crise, assim como a condição destrutiva para iniciar uma nova etapa.

O desenvolvimento da produtividade de trabalho cria, simultaneamente, a premissa material da economia socialista e a base para a extinção da lei do valor, que rege o movimento da economia capitalista. O aprofundamento da contradição da mercadoria evidencia o distanciamento crescente entre a potencialidade de desenvolvimento da riqueza, que permitiria o melhoramento das condições de vida e de trabalho da humanidade como um todo, e a sua base capitalista, baseada na propriedade privada dos meios de produção: “O furto do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se apoia a riqueza hodierna, apresenta-se como uma base miserável” (em relação a essa riqueza).³⁸⁵

A substituição crescente de trabalho vivo (base da extração da mais-valia) por trabalho morto (“capital constante”) configura a base material para a extinção da lei do valor, pois a medição do valor da mercadoria pelo *quantum* de trabalho contido nela se torna um anacronismo sem base material.³⁸⁶ Sobre a base de uma economia de abundância, baseada na propriedade social dos meios de produção, se encerraria também a necessidade da divisão entre concepção e execução do processo de produção (ou entre dirigentes e dirigidos na produção) e, finalmente, entre trabalho manual e trabalho intelectual.

A redução relativa do valor criado obriga o capital a reforçar sua base de existência: a exploração do trabalho assalariado, a geração de mais-valia. Não é correto identificar a tendência para a extinção da lei do valor com a seguinte tese: “Tendencialmente, o capitalismo tornou-se ‘incapaz de explorar’, isto é, pela primeira vez na história capitalista está diminuindo também em termos absolutos -independentemente do movimento conjuntural- a massa global do trabalho abstrato

³⁸⁵ Karl Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*, ed. cit.

³⁸⁶ Cf. Roman Rosdolsky. *Op. Cit.*

produtivamente explorado, e isso em virtude da intensificação permanente da força produtiva”.³⁸⁷

A intensificação da força produtiva através do incremento relativo do capital constante em relação ao variável torna absurda a medida do valor pelo tempo de trabalho vivo, não porque este desaparece, mas porque seu peso relativo comparado com o trabalho “morto” tende para uma magnitude insignificante. A tese citada acima assemelha-se com a utopia de Tugan-Baranovski (uma sociedade sem operários, portanto sem consumo, a não ser o consumo de luxo dos capitalistas), resultante de uma radicalização unilateral das teorias “subconsumistas”.

O autor citado foi fundo nessa tese, chegando a uma conclusão central: “Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do ‘trabalho’, da ‘classe trabalhadora’, ou da ‘luta das classes trabalhadoras’. Nessa crise, e em virtude dela, revela-se todo o marxismo da história como parte integrante do mundo burguês da mercadoria moderna, sendo por isso atingido ele próprio pela crise”.³⁸⁸ De fato, numa sociedade sem trabalhadores, uma “revolução proletária” é impensável. A coisa muda de cor quando se observa que o crescimento do “exército industrial de reserva” não serve só para deixar desempregados ociosos, mas também e sobretudo para achatar salários, introduzir a “flexibilização laboral” sob todas as formas, quebrar todas as conquistas sociais e reintroduzir as formas mais arcaicas e bárbaras de exploração do “trabalho livre”, incluídos o trabalho “informal”, a escravidão e o trabalho infantil.

Devido a isso, a tendência para a extinção do valor não diminui, ao contrário potencia, a tendência para a exploração da força de trabalho. A redução relativa do valor da riqueza capitalista não amplia o valor relativo da força de trabalho, a capacidade de aquisição de mercadorias pelos assalariados, pois a força de trabalho é, ela própria, uma mercadoria que se deprecia com o próprio capital. Para defender sua taxa de benefício em um universo de diminuição do valor relativo das

³⁸⁷ Robert Kurz. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

³⁸⁸ *Idem*.

mercadorias, o capital necessita explorar mais ainda a força de trabalho, mediante a superexploração, a destruição das conquistas sociais e trabalhistas. Isto implica um aguçamento da luta de classes, na qual os trabalhadores podem obter importantes conquistas, inclusive a ampliação de seu salário relativo e de seu poder de compra, e a ampliação as necessidades sociais universalmente reconhecidas.

As crises estão associadas ao desenvolvimento capitalista pelas discrepâncias características em tempo, espaço e alcances, dos momentos constitutivos da reprodução do capital, levando às suas interrupções periódicas: acumulação (investimento), produção e venda (das mercadorias) ou realização da mais-valia. Nas crises, processam-se os ajustamentos (neutralização) dessas discrepâncias (que inicialmente sempre aparecem sob a forma de sobreprodução) na marcha da reprodução. De outro lado, crise, recessão e depressão, tanto quanto recuperação, prosperidade e auge são estados, momentos ou fases da conjuntura capitalista. Apresentam-se ciclicamente na reprodução capitalista, representando, por sua vez, estágios, evoluções e transformações da massa e da taxa de lucro.

Crises são as formas pelas quais se manifestam as quedas periódicas da taxa de lucros, impondo-se, por esta via, a sua queda tendencial, enquanto recuperação, expansão e auge são as formas pelas quais se manifestam a neutralização, recuperação e novo crescimento da mesma. Se o estado da taxa de lucros (crise, recuperação, prosperidade e auge) encontram-se em correspondência aos estados ou conjunturas do ciclo de negócios (expressando, por sua vez, os estados de investimentos, produção e vendas), estes estados de negócios, por sua vez, têm nos estados da renovação (ampliação e transformação) dos elementos do capital constante, em particular, seu componente fixo, em suas características, dimensões e alcances, seu indicador mais importante. Se o momento mais febril da conjuntura (auge de investimentos, produção e vendas) é aquele em que, sob taxas de lucros crescentes, se processa a renovação do capital constante, inversamente, o momento de crise mais profunda é aquele em que, sob taxas de lucros decrescentes, processam-se os níveis mais baixos de investimentos, produção e vendas.

“O capitalismo não se caracteriza *somente* pela periódica recorrência dos ciclos, caso contrário a história seria uma repetição complexa e não um desenvolvimento dinâmico. Os

ciclos comerciais e industriais são de diferente caráter em diferentes períodos. A principal diferença entre eles está determinada pelas inter-relações quantitativas entre o período de crise e o de auge de cada ciclo considerado. Se o auge restaura com um excedente a destruição ou a austeridade do período precedente, então o desenvolvimento capitalista está em ascensão. Se a crise, que significa destruição, ou em todo caso tensão das forças produtivas, ultrapassa em intensidade o auge correspondente, então obtemos como resultado uma contração da economia. Finalmente, se a crise e o auge se aproximam entre si em magnitude, obtemos um equilíbrio temporário - uma estagnação - da economia. Este é o esquema quanto ao fundamental. Observamos na história que os ciclos homogêneos estão agrupados em séries. Épocas inteiras de desenvolvimento capitalista existem quando os ciclos estão caracterizados por auges agudamente delineados e crises débeis e de vida curta. Como resultado, obtemos um agudo movimento ascendente da curva básica do desenvolvimento capitalista. Obtemos épocas de estagnação quando esta curva, mesmo que passando por oscilações cíclicas parciais, permanece aproximadamente no mesmo nível durante décadas. E finalmente, durante certos períodos históricos, a curva básica, mesmo passando como sempre por de oscilações cíclicas, em seu conjunto inclina-se para baixo, assinalando a declinação das forças produtivas".³⁸⁹

Queda tendencial da taxa de lucro e tendência para a extinção da lei do valor são fenômenos *tendenciais*, que se realizam, não de modo linear e uniforme, mas através de avanços e retrocesso, de saltos, em soma, de *ciclos*. Na reprodução capitalista, encontram-se associadas à sua marcha duas fórmulas básicas de periodicidade. Uma é a associada às mudanças *quantitativas* do capital constante, com ampliação da capacidade produtiva, ampliação de equipamentos, bases e matrizes tecnológicas qualitativamente semelhantes. Nesta fórmula se encontram os ciclos "normais" da conjuntura. Outra é a associada às mudanças *qualitativas* do capital constante, verificando-se nas revoluções tecnológicas nas bases ou matrizes produtivas que, combinadas com a ampliação do

³⁸⁹ Leon Trotsky. La curva del desarrollo capitalista. In: *Una Escuela de Estrategia Revolucionaria*. Buenos Aires, Ediciones del Siglo, 1973.

mercado, levam à geração de “longas ondas” de desenvolvimento econômico.

As “fases longas” de acumulação apresentam-se quando os fatores que provocam a queda da taxa de lucros (aumento da composição orgânica do capital, taxa de mais-valia, rotação do capital, etc.), revertem-se numa tal dimensão que, elevando extraordinariamente a taxa de lucros, abrem longos períodos de afluxo massivo de capitais na reprodução capitalista, transformando as bases produtivas, revolucionando o capital constante e seus elementos, e abrindo um longo período de expansão das bases produtivas do capital.³⁹⁰ A teoria das “ondas longas” foi formulada pelo economista soviético Nikolai Kondratiev. Para ele, Marx tinha estudado os ciclos da produção capitalista, concluindo que as crises produzidas a cada período de sete a onze anos deviam-se às contradições próprias desse modo de produção, que geravam superacumulação de mercadorias e capitais. A estes ciclos médios, Kondratiev sobrepôs as ondas longas, vinculadas a inovações tecnológicas em grande escala dependentes, por sua vez, do período de vida dos bens de capital duradouros (calculado por ele em aproximadamente 50 anos).

O capitalismo conhece, assim, ciclos longos de expansão e contração a longo prazo, ao lado dos ciclos «curtos», interrompidos por crises rápidas; as ondas longas durariam vários decênios, marcadas por fases de ascensão (Fase A), seguidas por lentas e persistentes depressões (Fase B). Essas ideias começaram, de algum modo, a aparecer em *Parous* (Helphand) e Van Gelderen, no início do século XX, mas só encontraram tradução teórica e estatística superior no trabalho de Kondratiev. Segundo ele, a economia mundial tinha seguido ondas longas de acordo com o seguinte esquema:

CICLO	FASE	PERÍODO
1	A	1789 a 1814
1	B	1814 a 1849
2	A	1849 a 1873
2	B	1873 a 1896
3	A	1896 a 1920
3	B	1920 a ?

³⁹⁰ Lincoln Secco. Ciclos longos e renovação tecnológica no capitalismo. *Práxis* n° 5, Belo Horizonte, 1996; Osvaldo Coggiola. Ciclos longos e crises econômicas. *Estudos* n° 34, São Paulo, USP-FFLCH, novembro 1992.

As ondas longas não tinham, segundo Kondratiev, duração idêntica, pois oscilavam entre 47 e 60 anos, sendo a primeira a mais longa. Os anos em que se iniciam ou terminam as primeiras ondas podem variar um pouco de acordo com o autor e em geral coincidem com fatos políticos importantes, como a Revolução Francesa de 1789 e as revoluções europeias de 1848. Embora seu trabalho tenha sido criticado por pequenos erros ou insuficiências estatísticas, sua hipótese de trabalho se tornou útil depois que historiadores econômicos concordaram com a existência de ondas longas na economia mundial.

Kondratiev estudou as condições econômicas para a realização das mudanças do padrão tecnológico: “Os grandes investimentos requerem importantes somas de capital para empréstimos. Daí que as seguintes condições devam cumprir-se necessariamente antes que se possa iniciar a ascensão de uma onda longa: 1) uma propensão à poupança; 2) oferta relativamente grande de capital de empréstimo a baixos juros”. Kondratiev chegou a teorizar que as invenções (condições para a renovação tecnológica) também se produziam por ondas: o par: inovação tecnológica/condições econômicas para tanto, condicionaria a totalidade do desenvolvimento social. Para comprovar tais teses, Kondratiev elaborou longas séries estatísticas (salários, poupanças, preços, produção de matérias-primas, ouro, comércio exterior etc.) nacionais e internacionais, as quais julgou suficientes para dar base científica à sua teoria, identificando “ondas de crescimento” nos períodos 1789-1823, 1848-1873 e 1894-1914: os intervalos corresponderiam a “ondas decadentes”.³⁹¹

A maioria dos economistas soviéticos da década de 1920 rejeitou tanto a teoria como a sua base empírica. Oparin criticou os critérios matemáticos utilizados por Kondratiev, assim como a sua escolha arbitrária das séries estatísticas (que ignorava deliberadamente outras séries disponíveis). Eventov insistiu na unidade do processo econômico e na influência recíproca entre flutuações de diversas durações: questionou que se pudesse separar os ciclos médios de Marx e as «tendências evolutivas» de Kondratiev (às quais se atribuíam caráter qualitativamente diferente), considerando inadmissível determinar pontos de equilíbrio com base em dados quantitativos. Goberman concluiu que, a partir das séries de

³⁹¹ Nikolai Kondratiev et al. *Las Ondas Largas de la Economía*. Madri, Revista de Occidente, 1946.

Kondratiev, “só resta para ser explicado, como fenômeno independente, o movimento dos preços nos séculos XIX e XX». Gerzstein foi mais longe, demonstrando que a fase depressiva de Kondratiev entre 1815-1840 (queda tendencial de preços) foi um período de desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas, o verdadeiro período da Revolução Industrial.

Oparin também achou incompatível as melhorias técnicas propiciadas pelas invenções, com a alta dos preços típica da onda ascendente. Se nenhum dos críticos questionou a existência de ondas longas para determinados processos econômicos, todos negaram a existência das mesmas com caráter geral e periódico para o conjunto do capitalismo. Segundo Sujanov, o capitalismo mudava constantemente desde o feudalismo em crise até a etapa monopolista (período coberto pelas “ondas de Kondratiev”). As oscilações por ele descobertas, como desvios de uma normalidade teórica do capitalismo, não eram senão o reflexo das diversas fases capitalistas. As teorias de Kondratiev foram expostas em uma série de artigos no início dos anos vinte, e apresentadas ao III Congresso da Internacional Comunista em 1922. Em 1924 Kondratiev publicou um artigo, *A estatística e a concepção dinâmica das flutuações econômicas*.³⁹²

O valor principal do trabalho de Kondratiev se encontrava em demonstrar que, além do ciclo normal boom-recessão (ciclo econômico ou conjuntural), característico do capitalismo, existiam períodos históricos mais longos na história do capitalismo. Mas Kondratiev foi mais longe, pois sustentou que esses períodos tinham um caráter cíclico recorrente, e que isso podia ser explicado em termos rigorosamente econômicos, vinculados ao ciclo dos investimentos. Sucessivamente, Kondratiev modificou as datas de seus ciclos como segue: 1) de 1790 a 1810-17, expansão (primeiro ciclo longo); 2) de 1810-17 a 1844-51, fase descendente; 3) de 1844-51 a 1870-75, expansão; 4) de 1870-75 a 1890-96, fase descendente; 5) de 1890-96 a 1914-20, expansão.

A investigação dos ciclos longos chegou a resultados importantes do ponto de vista da história econômica: “Os

³⁹² George Garvy. Los ciclos largos de Kondratiev. In: *Las Ondas Largas de la Economía*. Madri, Revista de Occidente, 1946. O autor sustenta que “a análise do trabalho estatístico de Kondratiev nos leva à conclusão de que não consegue demonstrar a existência de ciclos longos na vida econômica”.

resultados atingidos não são idênticos, mas as teses que sustentam a existência de uma concordância entre os movimentos dos preços e os da produção parecem ser mais sólidos do que aquelas que a negam ou as que afirmam que ambos os movimentos são divergentes”.³⁹³ Não conseguiu, no entanto, formular uma teoria que lhe permitisse estabelecer leis para o desenvolvimento capitalista com base nos ciclos longos,³⁹⁴ embora uma maioria de pesquisadores se inclinasse para a existência de regularidades de longo prazo.

A teoria de Kondratiev, porém, supunha também um eterno ajuste do capitalismo em torno de si mesmo, o que, para muitos, significaria admitir a sua eternidade: “A fisiologia de um organismo em evolução é diversa em cada uma das etapas sucessivas. A evolução capitalista é um processo orgânico com etapas bem definidas: juventude, maturidade, decadência... e morte”, disse o economista soviético Sujanov. Para Bogdanov, as ondas longas tinham causas exógenas ao sistema capitalista: “A evolução histórica do capitalismo está determinada por certos fatores externos. Estes devem ser considerados acidentais e até certo ponto independentes do ritmo interno da economia capitalista”.

Este último ponto constitui o eixo da crítica feita por Trotsky a Kondratiev: “No que diz respeito às fases longas (50 anos) da tendência da evolução capitalista, para as quais Kondratiev sugere, sem fundamento, o nome de ciclos (ou ondas), cabe destacar que o seu caráter e duração estão determinados, não pela dinâmica interna da economia sob o capitalismo, mas pelas condições externas que constituem a estrutura da evolução capitalista”. Trotsky propôs elaborar a curva do desenvolvimento capitalista (com início, meio e fim),

³⁹³ Maurice Niveau. *Historia de los Hechos Económicos Contemporáneos*. Barcelona, Ariel, 1974, p. 129.

³⁹⁴ Alguns estudiosos da questão concluíram, ao contrário, que as “séries longas devem ser construídas de alguma maneira para serem explicadas, e mais ainda devem ser explicadas para poderem ser construídas”, enfatizando que o fator decisivo unanimemente invocado, “o progresso técnico, não é um fenômeno unívoco, derivado de uma lógica imanente, independentemente do contexto histórico em que se produz, e universal” (Bernard Rosier. *Les Théories des Crises Économiques*. Paris, La Découverte, 1988, pp. 101-105), ou que “o modelo teórico elaborado [a partir dos ciclos longos] está ainda bem longe de ser completo” (Andrew Tylecote. *The Long Wave in the World Economy*. Londres, Routledge, 1992, p. 27)..

“incorporando seus elementos não periódicos (tendências básicas) e periódicos (recorrentes). Temos de fazer isso para que os países que nos interessam e para o conjunto da economia mundial”.

Para Trotsky, “ao se tentar estabelecer um ciclo longo para cada país separadamente, toda a coisa viraria pó. O ciclo de Marx, pelo contrário, pode ser confirmado como um todo para cada país separadamente”. Marx teve sucesso em discernir a regularidade no padrão de ciclos curtos, toda vez que eles eram consequência das contradições internas do capitalismo. Antes de se falar em ciclos longos regulares dever-se-ia lembrar da existência de um regulador interno: sem isto, os ciclos longos obscureceriam a diferença entre ciclos periódicos e períodos históricos separados, negando a entrada do capitalismo num período de decadência histórica e colocando a sua infinitude através de uma suposta tendência para a auto-regulação a longo prazo. A tarefa teórica (a curva) permitiria entender mais profundamente “os saltos mais críticos da história: as guerras e as revoluções. Mas nenhuma tentativa nesse sentido pode equivaler a uma antecipação ingênua de resultados que devem surgir de uma completa e dolorosa investigação, ainda não realizada”. Em qualquer hipótese, “essa aproximação à história moderna promete enriquecer a teoria do materialismo histórico, com conquistas bem mais preciosas do que extremamente duvidosos malabarismos especulativos que, na pena de alguns de nossos marxistas, usam os conceitos e termos do método materialista, transplantando o método formalista ao domínio do materialismo dialético”.³⁹⁵

Kondratiev tinha apresentado sua teoria de maneira prudente: “Acreditamos que os dados disponíveis são suficientes para tornar muito provável esse caráter cíclico”. Diante das críticas, não se defendeu nem aprofundou sua tese inicial: escreveu dois artigos contra eventuais interpretações errôneas. O frustrado debate³⁹⁶ sobre as teorias de Kondratiev

³⁹⁵ Leon Trotsky. *Op. Cit.*

³⁹⁶ O debate fechou-se abruptamente, com o exílio e morte de seus participantes (Kondratiev e seus críticos, principalmente Trotsky) pela ditadura stalinista. O programa de pesquisas proposto pelo dirigente da Revolução de Outubro foi substituído, na URSS, por uma vulgata esquemático-idealista da pior espécie. Num balanço das investigações tendentes a comprovar os ciclos longos, economistas favoráveis a essa teoria reconheceram que “não acreditamos que a existência de ondas longas tenha sido demonstrada, a partir do fato de

voltou a colocar a questão dos ciclos e limites históricos do capital.

A periodização do capitalismo surge da história da reprodução do capital em escala mundial, de suas fases e dos fatores que a configuram. As alterações da massa e da taxa de lucros, baseadas nas mudanças da composição orgânica do capital (seus componentes constantes fixo e circulante), da taxa de mais-valia e do tempo de rotação do capital, acabaram convergindo para a conformação de movimentos de longa duração de elevação ou queda da taxa de lucros. Um período revolucionário é aquele em que as bases do equilíbrio capitalista são abaladas nas suas bases. Esse equilíbrio é um fenômeno complexo, pois o regime capitalista o constrói, o quebra, o reconstitui e o quebra novamente, ampliando de passagem os limites da sua expansão. No terreno econômico, as crises e as retomadas da atividade constituem as rupturas e o restabelecimento do equilíbrio. No terreno social, a ruptura do equilíbrio se manifesta em greves, boicotes patronais, revoluções. No domínio das relações interestatais, a ruptura do equilíbrio é a guerra aberta ou, mais dissimuladamente, a guerra comercial e econômica.

O capitalismo tem um equilíbrio instável que, de tempos em tempos, se quebra e recompõe, mas o equilíbrio possui uma grande força de resistência: “Qual é a correspondência entre o movimento fundamental e as flutuações cíclicas? Durante os períodos de desenvolvimento rápido do capitalismo, as crises são breves e de caráter superficial, enquanto os períodos de crescimento são prolongados. No período de decadência, as crises duram longo tempo, enquanto os sucessos são momentâneos, superficiais e baseados na especulação. No período de estagnação, as

que a interpretação dos dados supõe a intervenção de juízos de valor, e não a aplicação de um teste de comprovação universalmente aceito” (David Gordon. *Trabajo Segmentado, Trabajadores Divididos*. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986, p. 46). O “ciclo dos negócios” de Schumpeter não escapa a essa caracterização, apesar da trilogia proposta por este autor para caracterizar os ciclos econômicos ter-se tornado para muitos um artigo de fé: os ciclos Kitchner (40 meses), Juglar (dez anos) e Kondratiev (50 anos) (Joseph A. Schumpeter. *The analysis of economic change. Readings in Business Cycle Theory* n° 2, Philadelphia, 1948).

oscilações se produzem ao redor do mesmo nível. Eis como determinar o estado geral do capitalismo”.³⁹⁷

A tendência do capitalismo para a extração cada vez maior de mais-valia como mecanismo compensatório contra a tendência à queda da taxa média de lucro, e em direção da extinção do valor como medida da riqueza social (isto é, para a extinção das relações sociais capitalistas) determina que a criação de valor e a extração de mais-valia se desloquem historicamente em sentido antagônico, e em contradição cada vez mais aguda. Na medida em que o capital tende ao colapso através de crises econômicas internacionais de magnitude crescente e de caráter inédito, a luta entre capital e trabalho se acentua, como consequência da intensificação da tendência do capital para defender e aprofundar sua vigência mediante a extração crescente do mais-valor criado pelo trabalho assalariado.

O debate acerca da teoria das crises, dos limites e do colapso do capitalismo é, também, histórico: para todos seus contemporâneos, a Primeira Guerra Mundial não foi só um episódio bélico a mais, embora de maiores dimensões que os precedentes, mas a abertura de uma nova época histórica. Para Lênin, uma “era de guerras e revoluções” e de “agonia do capitalismo”. As filosofias da história, por sua vez, reintroduziram o conceito de “decadência das civilizações”, que nos dois séculos precedentes tinha sido eclipsado pela filosofia do progresso. Jacques Le Goff analisou essa tendência, referindo-se a três autores marcantes desse período: Oswald Spengler, Arnold Toynbee e Györg Lukács (que se transformou num dos principais filósofos marxistas): “Parece que os três, a diversos títulos e a partir de situações muito diferentes, ficaram marcados pelo trauma da Primeira Guerra Mundial (desde sua aproximação, em 1911, com a crise marroquina, em Spengler) e da ideia de vulnerabilidade das civilizações”.³⁹⁸ Fim da civilização *ocidental* ou declínio histórico do capitalismo *mundial*? O debate marcou a história intelectual do século XX.

Na medida em que toda teoria deve submeter-se constantemente à confrontação com seu objeto, e este é sempre mutante, o debate acerca das tendências do capitalismo leva em conta o período histórico em que ele se encontra, pois este pode tornar reais elementos que nos períodos precedentes só se

³⁹⁷ Leon Trotsky. *Op. Cit.*

³⁹⁸ Jacques Le Goff. *Decadência. História & Memória*. Ed. cit., p. 360.

encontravam presentes de modo virtual. Na história contemporânea, a natureza e a política do movimento operário e do movimento geral dos explorados foram sendo condicionadas pelas tendências cada vez mais contraditórias e destrutivas do capitalismo, assim como também o foi a reação política do capital em face delas, o que foi verificado pela história do século XX (e pela ainda curta história do século XXI).

Ω

BIBLIOGRAFIA

- ABBOTT, John. *Life of Napoleon Bonaparte*. Nova York, Kessinger Publishing, 2005.
- ABENDROTH, Wolfgang. *Historia Social del Movimiento Obrero Europeo*. Barcelona, Laia, 1978.
- ABRAMSKY, Chimen; COLLINS, Henry. *Marx and the British Labour Movement*. Londres, Macmillan, 1965.
- ABU-LUGHOD, Janet L. *Before European Hegemony*. The world system 1250-1350. Nova York, Oxford University Press, 1989.
- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. *Why Nations Fail*. The origins of power, prosperity and poverty. Nova York, Crown Books, 2012.
- ACOSTA SANCHEZ, José. *El Imperialismo Capitalista*. Barcelona, Blume, 1977.
- ACOT, Pascal. *Historia del Clima*. Buenos Aires, El Ateneo, 2005.
- ADAMS, Willi P. *Los Estados Unidos de América*. México, Siglo XXI, 1986.
- ADDA, Jacques. *La Mondialisation de l'Économie*. Paris, La Découverte, 1996.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*. Il potere sovrano e la nuda vita. Turim, Einaudi, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. *Il Regno e la Gloria*. Per una genealogia teologica dell'economía e del governo. Turim, Bollati Boringhieri, 2009.
- AGARWALA, A. N.; SINGH, S.P. *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2010.
- AGNEW, John; KNOX, Paul. *Geografía Económica Mundial*. Buenos Aires, Docencia, 1999.
- AGUIRRE, Carlos A. (ed.). *Primeras Jornadas Braudelianas*. Buenos Aires, Instituto Mora, sdg.
- AGUIRRE, José F. et al. *Asia y África Negra*. Siglos V al XV. Lima, Salvat, 2005.
- AGUIRRE, José F. et al. *El Impacto de la Revolución Francesa*. Barcelona, Salvat, 2005.
- ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da Organização Política da Argentina*. Campinas, Editora da Unicamp, 1994.
- ALBORNOZ, Susana. *O que é Trabalho*. São Paulo, Cortez, 1998.
- ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimientos Portugueses*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1991.
- ALEN LASCANO, Luis C. *Imperialismo y Comercio Libre*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1963.

- ALENCASTRE, Amílcar. *A Rebelião dos Povos Coloniais*. Rio de Janeiro, Livraria Prado, sdp.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- ALEXANDRE, Isabel. A colonização científica: algumas considerações. *Estudos* n° 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 1986.
- ALFANI, Guido. Crisi demografiche, politiche di popolazione e mortalità differenziale (1400-1630). *Popolazione e Storia* 1/2009, Udine, 2009.
- ALIGHIERI, Dante. *Tutte le Opere*. Roma, Newton & Compton, 2012.
- ALIMONDA, Héctor. Acumulação originária: uma revisão. *Estudos* n° 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 1986.
- ALSTON, Patrick L. *The Transformation of Higher Learning 1860-1930*. Stuttgart, Klett-Cotta, 1982.
- ALTER, Peter. *Unity and Diversity in European Culture*. Nova York, Oxford University Press, 2006.
- ALTVATER, Elmar. *O Preço da Riqueza*. São Paulo, Unesp, 1995.
- ALVAREZ, Alejandro. *The Monroe Doctrine*. Nova York, Oxford University Press, 1924.
- ALVES, João L. *Rousseau, Hegel e Marx*. Lisboa, Horizonte, 1983.
- AMADO, Nilton B. *O Papel dos Recursos Naturais na Reprodução do Processo Econômico*. São Paulo, Tese de Doutorado, Instituto de Energia e Electrotecnia IEE-USP, 2010.
- AMARAL FERLINI, Vera L. *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- AMBROSI, Christian. *L'Apogée de l'Europe 1871-1918*. Paris, Masson, 1987.
- AMEAL, João. *História de Portugal*. Porto, Livraria Tavares Martins, 1942.
- AMIN, Samir. *El Desarrollo Desigual*. Barcelona, Planeta-De Agostini, 1986.
- AMIN, Samir. *L'Accumulation à l'Échelle Mondiale*. Paris, Anthropos, 1988.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ANDERSON, C. W. *The Political Economy of Modern Spain*. Londres, University of Wisconsin Press, 1970.
- ANDERSON, James Maxwell. *The History of Portugal*. Westport, Greenwood Publishing Group, 2000.

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ANDERSON, Perry. Internationalism: a breviary. *New Left Review* n° 14, Londres, março-abril 2002.
- ANDERSON, Perry. *La Pensée Tiède*. Un regard critique sur la culture française. Paris, Seuil, 2005.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto, Afrontamento, 1984.
- ANDERSON, Perry. *O Fim da História*. De Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ANDRADE ARRUDA, José J. *A Grande Revolução Inglesa, 1640-1780*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- ANDRADE ARRUDA, José J. A. *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)*. São Paulo, Ática, 1980.
- ANDRADE ARRUDA, José J. *Revolução Industrial e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ANDRÉANI, Tony. *De la Société à l'Histoire*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1989.
- ANDREANO, Ralph L. *La Nuova Storia Economica*. Problemi e metodi. Turim, Einaudi, 1975.
- ANDREAS, Bert. *La Liga de los Comunistas*. México, Cultura Popular, 1977.
- ANDREUCCI, Franco. *Socialdemocrazia e Imperialismo*. I marxisti tedeschi e la politica mondiale 1884-1914. Roma, Riuniti, 1988.
- ANDRIEU, Jules. *Notes pour Servir à l'Histoire de la Commune de Paris de 1871*. Paris, Payot, 1971.
- ANGELL, Norman. *The Story of Money*. Nova York, Frederick A. Stokes Co., 1929.
- ANGHIE, Anthony. *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*. Cambridge, Cambridge University Press, 2005.
- ANGOULEVENT, Anne-Laure. *Hobbes e a Moral Política*. Campinas, Papirus, 1996.
- ANTONIELLI, M. et al. *Sindacato e Classe Operaia nell'Età della Seconda Internazionale*. Florença, Sansoni, 1983.
- ANWEILER, Oskar. *Los Soviets en Rusia 1905-1921*. Madri, Zero, 1977.
- APTHEIKER, Herbert. *Uma Nova História dos EUA*. A revolução americana. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- ARANTES, Paulo. *Hegel*. São Paulo, Nova Cultural, 2005.

- ARCHER, Christon. *World History of Warfare*. Nova York, University of Nebraska Press, 2002.
- ARCINIEGAS, Germán. *Biografía del Caribe*. Buenos Aires, Sudamericana, 1973.
- ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004.
- ARENDDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- ARENDDT, Hannah. *Essai sur la Révolution*. Paris, Gallimard, 1985.
- ARICÓ, José. *Marx e América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- ARMSTRONG, Karen. *A History of God*. Londres, Vintage Books, 1999
- ARMSTRONG, Karen. *Campos de Sangue*. Religião e história da violência. São Paulo, Companhia das Letras, 2016.
- ARNAULT, Jacques. *Historia del Colonialismo*. Buenos Aires, Futuro, 1960.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Universidade de Brasília, 1986.
- ARON, Raymond. *Plaidoyer pour l'Europe Décadente*. Paris, Robert Laffont, 1977.
- ARRANZ MÁRQUEZ, Luis. *Alonso del Espinar y las Leyes de 1512-1513*. Madri, Alianza, 1987.
- ARRIGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*. São Paulo, Vozes, 1997.
- ARRIGHI, Giovanni. *La Geometría del Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1978.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto/UNESP, 1996.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial*. Rio de Janeiro, Contraponto-UFRJ, 2001.
- ARRU, Angiolina. *Clase y Partido en la I Internacional*. El debate sobre la organización entre Marx, Bakunin y Blanqui 1871-1872. Madri, Comunicación, 1974.
- ARTOUS, Antoine. *Marx, l'État et la Politique*. Paris, Syllepse, 1999.
- ARUFFO, Alessandro. *Il Colonialismo Italiano da Crispi a Mussolini*. Roma, Datanews, 2010.
- ASHTON, T. S. *La Revolución Industrial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1959.

- ASHWORTH, William. *Breve Storia dell'Economia Mondiale*. Bari, Laterza, 1976.
- ASPREY, Robert. *The Rise of Napoleon Bonaparte*. Nova York, Basic Books, 2000.
- ASSADOURIAN, Carlos S. et al. *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.
- ASTARITA, Carlos. O conflito social no feudalismo. *História & Luta de Classes* nº 14, Cândido Rondon, setembro 2012.
- ASTARITA, Tommaso. *Between Salt Water and Holy Water*. A history of Southern Italy. Nova York, W. W. Norton, 2005.
- ASTESANO, Eduardo. *Historia Ecológica y Social de la Humanidad*. Buenos Aires, Castañeda, 1979.
- ASTESANO, Eduardo. *Historia Socialista de América*. Buenos Aires, Relevo, 1973.
- ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.). *Il Dibattito Brenner*. Agricoltura e sviluppo economico nell'Europa preindustriale. Turim, Einaudi, 1989.
- ASTRADA, Carlos. *Dialéctica e Historia*. Buenos Aires, Juárez Editor, 1969.
- ATKINSON, Dorothy. *The End of the Russian Land Commune 1905-1930*. Stanford, Stanford University Press, 1983.
- AUBRY, Octave. *Le Second Empire*. Paris, Fayard, 1939.
- AUGULHON, Maurice. 1848. O aprendizado da República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- AVENAS, Denise. *Teoria e Política no Pensamento de Trotsky*. Lisboa, Delfos, 1973.
- AVERROÈ (Averroes). *L'Incoerenza dell'Incoerenza dei Filosofi*. Turim, UTET, 2006.
- AVERROES. *Exposición de la "República" de Platón*. Madri, Tecnos, 1994.
- AVINERI, Shlomo. *Hegel's Theory of the Modern State*. Londres, Cambridge University Press, 1974.
- AVONTO, Luigi. La sierra de la Plata: contributo italiano alla formazione di un mito della conquista americana. *Quaderni* nº 5, São Paulo, Instituto Italiano di Cultura, outubro 1993).
- AYAD, Christophe. *Géopolitique de l'Égypte*. Bruxelas, Complexe, 2002.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina*. São Paulo, Editora da Unesp, 2002.
- AZÉMA, Jean Pierre; WINOCK, Michel. *Les Communards*. Paris, Seuil, 1964.
- AZEVEDO, J. Lúcio d'. *O Marquês de Pombal e a sua Época*. Lisboa, Seara Nova, 1922.

- BABELON, Jean. *Carlos V. Barcelona, Vitae*, 2003.
- BABINI, José. *El Saber en la Historia*. Buenos Aires, CEAL, 1971.
- BACHERER, Juan Pablo. Sobre la acumulación originaria de capital. *En Defensa del Marxismo* n° 16, Buenos Aires, março 1997.
- BACKHAUS, Jürgen. Sombart's modern capitalism. *Kylos* Vol. 42, n° 4, Nova York, 1989.
- BADIA, Gilbert. *Histoire de l'Allemagne Contemporaine*. Paris, Éditions Sociales, 1962.
- BADIA, Gilbert. *Los Espartaquistas*. Barcelona, Mateu, 1971.
- BAGLIONI, Guido. *L'ideologia della Borghesia Industriale nell'Italia Liberale*. Turim, Einaudi, 1973.
- BAGÚ, Sergio. La estructuración económica en la etapa formativa de la Argentina moderna. *Desarrollo Económico* Vol. 2 n° 1, Buenos Aires, julho-setembro 1961.
- BAGÚ, Sergio. *La Sociedad Colonial*. Buenos Aires, Emecé, 1950.
- BAIROCH, Paul. Europe's Gross National Product: 1800-1975. *Journal of European Economic History* n° 5, 1976.
- BAIROCH, Paul. *Mythes et Paradoxes de l'Histoire Économique*. Paris, La Découverte, 1999.
- BAIROCH, Paul. *Victoires et Déboires*. Histoire économique et sociale du monde. Pais, Gallimard, 1997.
- BAK, Janos (ed.). *The German Peasant War of 1525*. Nova York, Routledge, 2013.
- BAKUNIN, Michael. *Selected Writings*. Nova York, Grove Press, 1974.
- BAKUNIN, Mikhail Alexandrovich. *Textos Anarquistas*. Porto Alegre, L&PM, 1999.
- BAKUNIN, Mikhail et al. *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo, Xamã, 2003.
- BALLESTEROS-GAIBROIS, Maurice et al. *La Découverte de l'Amérique*. Esquisse d'une synthèse. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1968.
- BANDINI, Franco. *Gli Italiani in Africa*. Storia delle guerre coloniali (1882-1943). Milão, Mondadori, 1980.
- BANTI, Alberto Mario. *Il Risorgimento Italiano*. Bari, Laterza, 2011.
- BANTI, Alberto Mario. *Storia della Borghesia Italiana*. Roma, Donzelli, 1996.
- BARAN, Paul A.; SWEZZY, Paul M. *El Capital Monopolista*. México, Siglo XXI, 1976.
- BARAN, Paul. *Economía Política del Crecimiento*. México, Fondo de Cultura Económica, 1975.

- BARBERO, Maria Inés et al. *Historia Económica Mundial*. Buenos Aires, Emecé, 2010.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos A. *Processo de Industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo, Editora Unesp, 2003.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Alameda, 2008.
- BARCLAY, Harold. *People without Government. An anthropology of anarchism*. Londres, Kahn & Averill, 1982.
- BARNAVE, Antoine. *Introduction à la Révolution Française*. Paris, Association Marc Bloch, 1977.
- BARNES, Barry. *T.S. Kuhn and Social Sciences*. Londres, Macmillan Press, 1982.
- BARNES, H.; KEPNER, C; SOOTHILL, J. *El Imperio del Banano*. Buenos Aires, Instituto de Estudios Latinoamericanos, 1957.
- BARNETT, Vincent. *Marx*. Buenos Aires, Javier Vergara, 2010.
- BARNEY, William L. *Battleground for the Union: the Era of the Civil War and Reconstruction*. Nova York, Prentice Hall, 1990.
- BARREIRA, Aníbal. *Rumos da História*. Porto, Edições ASA, 2003.
- BARRENECHEA, Mariano Antonio. *Historia Estética de la Música*. Buenos Aires, Claridad, 1944
- BARROS ALMEIDA, Néri de. *Que vêm os Historiadores que Estudam a Violência Guerreira Medieval?* Texto apresentado no Simpósio “Guerra e História”, realizado no Departamento de História da USP, setembro de 2010.
- BARUCCI, Piero. *Adam Smith e la Nascita della Scienza Economica*. Florença, Sansoni, 1977.
- BASCHET, Jérôme. *La Civilisation Féodale. De l’an mil à la colonisation de l’Amérique*. Paris, Champs Histoire, 2006.
- BASTIDE, Roger. *As Américas Negras. As civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo, Difel/Edusp, 1974
- BATES, Robert H.; MUDIME, V. Y.; O’BARR, Jean. *Africa and the Disciplines. The contributions of research in Africa*. Chicago, University of Chicago Press, 1993.
- BATTILOSSI, Stefano. *Le Rivoluzioni Industriali*. Roma, Carocci, 2007.
- BATTINI, Michele. *L’Ordine della Gerarchia*. Turim, Bollati Boringhieri, 1995.
- BAUER, Alfredo. *Martin Lutero. El hombre, la nación y la humanidad*. Buenos Aires, Ateneo von Humboldt, 1983.
- BAUER, Otto. *La Cuestión de las Nacionalidades y la Socialdemocracia*. México, Siglo XXI, 1979.

- BAUSANI, Alessandro. *Mahoma*. Buenos Aires, CEAL-Página 12, 1984.
- BAYLE, Constatntino. *Los Cabildos Seculares en la América Espanhola*. La Paz, Los Amigos del Libro, 1978.
- BAYLIN, Bernard. *The Ideological Origins of American Revolution*. Cambridge, Harvard University Press, 1992.
- BEALES, Derek; BIAGINI, Eugenio. *Il Risorgimento e l'Unificazione dell'Italia*. Bolonha, Il Mulino, 2005.
- BEARD, Charles A. *Una Interpretación Económica de la Constitución de los Estados Unidos*. Buenos Aires, Emecé, 1953.
- BEAUD, Michel. *Histoire du Capitalisme*. Paris, Seuil, 1981.
- BEAUDREAU, Bernard C. *How the Second Industrial Revolution Passed Great Britain By*. Nova York, Universe, 2006.
- BEAUJARD, Philippe et al. *Histoire Globale, Mondialistaions et Capitalisme*. Paris, La Découverte, 2009.
- BECKOUCHE, Pierre. *Industrie: un Seul Monde*. Paris, Hatier, 1993.
- BEDAYEV, A. Y. *Bolsheviks in the Tsarist Duma*. London, Bookmarks, 1987.
- BEER, Max. *História do Socialismo e das Lutas Sociais*. Rio de Janeiro, Laemert, 1968.
- BEJAR, Maria D. *Buenos Aires y la Aduana 1809-1862*. Buenos Aires: CEAL, 1984.
- BELAVAL, Yves. *Las Filosofías Nacionales. Siglos XIX e XX*. México, Siglo XXI, 1986.
- BELENGUER, Ernest. *El Imperio de Carlos V. Las coronas y sus territorios*. Barcelona, Península, 2012.
- BELL, David. *Total War*. Nova York, Houghton Mifflin Harcourt, 2007.
- BÉLY, Lucien. *Les Relations Internationales em Europe. XVIIè-XVIIIè siècles*. Paris, Presses Universitaires de France, 1992.
- BENDIX, Reinhard. *Nation-Building and Citizenship*. Londres, John Wiley & Sons, 1964.
- BENEYTO, Juan. *Historia de las Doctrinas Políticas*. Madri, Aguilar, 1950.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BENNASSAR, Bartolomé e Lucile. *1492. Un monde nouveau?* Paris, Perrin, 1991.
- BÉNOIT, Francis-Paul. *Aux Origines du Libéralisme et du Capitalisme en France et en Angleterre*. Paris, Dalloz, 2006.
- BENOT, Yves. *As Ideologias Políticas Africanas*. Lisboa, Sá da Costa, 1980.

BENSIMON, Fabrice; ENDERS, Armelle. *Le Siècle Britannique. Variations sur une suprématie globale au XIX^e siècle*. Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2012.

BENTHAM, Jeremy. Article on utilitarianism. In: GOLDWORTH, Amnon. *Deontology*. Oxford, Clarendon Press, 1983.

BENTHAM, Jeremy. *Manuel de Sophismes Politiques*. Paris, LGDJ, 1996.

BERENGER, Jean et al. *L'Europe à la Fin du XVIII^e Siècle*. Paris, Sedes, 1985.

BERGER, H. *Organising Interests in Western Europe*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

BERGERON, Louis et al. *La Época de las Revoluciones Europeas 1780-1848*. México, Siglo XXI, 1989.

BERGERON, Louis. *Les Révolutions Européennes et le Partage du Monde*. Paris, Bordas-Laffont, 1968.

BERLIN, Isaiah. *Pensadores Russos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

BERNAL, J. D. *Science and Industry in the Nineteenth Century*. Bloomington, Indiana University Press, 1970.

BERNARD, Claude; GRUZINSKI, Serge. *Histoire du Nouveau Monde*. Paris, Fayard, 1991.

BERNSTEIN, Eduard. *Ferdinand Lassalle. Le réformateur social*. Paris, Marcel Rivière, 1913.

BERNSTEIN, Eduard. O julgamento de Oscar Wilde. *Entre Passado & Futuro* n^o 3, São Paulo, CNPq-Xamã, janeiro 2003.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo Teórico y Socialismo Práctico*. Buenos Aires, Claridad, 1966.

BERNSTEIN, Michael. *The Great Depression*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

BERNSTEIN, Peter. *The Power of Gold. The history of an obsession*. Nova York, John Willey & Sons, 2000.

BERNSTEIN, Samuel. *Blanqui*. Paris, François Maspéro, 1970.

BERNSTEIN, William J. *Uma Mudança Extraordinária. Como o comércio revolucionou o mundo*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

BERR, Henri. *L'Histoire Traditionnelle et la Synthèse Historique*. Paris, Librairie Félix Alcan, 1921.

BERTAUX, Daniel. *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

BEST, Nicholas. *O Maior Dia da História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

- BETHELL, Leslie (ed.). *Historia de América Latina*. Barcelona, Crítica, 1990.
- BEY, Alí Bey (Domingo Badía). *Viajes por Marruecos. Trípoli, Grecia, Egipto, Arabia, Palestina, Siria y Turquía*. Barcelona, José J. de Olañeta, 2007.
- BIANQUIS, Genevieve. *Vida Quotidiana na Alemanha na Epoca Romântica*. Lisboa, Livros do Brasil, 1973.
- BIBL, Victor. *Metternich*. Paris, Payot, 1935.
- BIENZEBAS CASTAÑO, Enrique. *Rusia en el Siglo XX*. Madrid, Akal, 1994.
- BIHL, Luc; WILLETTE, Luc. *Une Histoire du Mouvement Consommateur. Mille ans de lutttes*. Paris, Aubier, 1994.
- BILSKY, Edgardo; COGGIOLA, Osvaldo. *História do Movimento Operário Argentino*. São Paulo, Xamã, 1998.
- BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870*. Luanda, ENDIPU, 1992.
- BLACKBOURN, David; ELEY, Geoff. *The Peculiarities of German History*. Londres, Oxford University Press, 1984.
- BLACKBURN, Robin. *A Queda do Escravismo Colonial, 1776-1848*. Rio de Janeiro, Record, 2002
- BLAKE, Robert. *Disraeli*. Nova York, St. Martin's Press, 1966.
- BLANQUI, Adolphe-Jerôme. *Histoire de l'Économie Politique en Europe*. Depuis les anciens jusqu'à nos jours. Paris, Librairie Guillaumin, 1882.
- BLANQUI, Louis-Auguste. *Écrits sur la Révolution*. Textes politiques et lettres de prison. Paris, Galilée, 1977.
- BLANQUI, Louis-Auguste. *Textes Choisis*. Paris, Éditions Sociales, 1955.
- BLAUG, Mark. *François Quesnay*. Cheltenham, Elgar Edward, 1991.
- BLEANEY, Michael. *Underconsumption Theories*. Nova York, McGraw-Hill, 1976.
- BLEGEN, Detlef J. *Erich Preiser. Wirken und wirtschaftspolitische Wirkungen eines deutschen Nationalökonom (1900-1967)*. Berlim, Springer, 2000.
- BLOCH, Ernst. *Thomas Münzer, Teólogo da Revolução*. São Paulo, Tempo Brasileiro, 1973.
- BLOCH, Marc. *La Société Féodale*. Paris, Payot, 1939.
- BLOCH, Marc. *Les Rois Thaumatourges*. Paris, Gallimard, 1983.
- BLOOM, Harold. *Shakespeare*. La invención de lo humano. Bogotá, Norma, 2001.
- BLOOM, Solomon F. *El Problema Nacional en Marx*. El mundo de las naciones. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975.

- BLUCHE, Frédéric. *Le Bonapartisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1981.
- BLUCHE, Frédéric. *Revolução Francesa*. Porto Alegre, L&PM, 2011.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio Escolhidos*. Sao Paulo, Cardim Editora, sdp.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Brasiliense, 2006.
- BOBBIO, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UnB, 1986.
- BOBBITT, Philip. *A Guerra e a Paz na História Moderna*. Rio de Janeiro, Campus, 2003.
- BODIN, Jean. *I Sei Libri dello Stato*. Turim, UTET, 1988.
- BOGGS, James. *A Revolução Americana*. São Paulo, Brasiliense, 1969
- BOISSONAT, Jean (ed.). *Deux Siècles de Révolution Industrielle*. Paris, Pluriel - L'Expansion, 1983.
- BOLÍVAR, Simon. *L'Unité Impossible*. Textes choisis et présentés par Charles Minguet et Annie Morvan. Paris, François Maspéro, 1983.
- BOLÍVAR, Simón. *Obras Completas*. La Habana, Editorial Lex, 1950.
- BOND, Rosana; YAZBEK, Mustafá. *Oriente Médio*. São Paulo, Ática, 1997.
- BONEFELD, Werner. La permanencia de la acumulación primitiva: fetichismo de la mercancía y constitución social. *Theomai* n° 26, Buenos Aires, julho-dezembro de 2012.
- BONELLI, Franco. *La Crisi del 1907*. Turim, Einaudi, 1971.
- BONILLA, Heraclio. *El Sistema Colonial en la América Española*. Barcelona, Crítica, 1991.
- BONILLA, Heraclio. *Los Conquistados*. 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá, FLACSO, 1992.
- BONNELL, Victoria. *Roots of Rebellion*. Worker's politics and organizations in St. Petersburg and Moscow 1900-1914. Berkeley, University of California Press, 1983.
- BORGES, Jorge L. *Prosa Completa*. Barcelona, Bruguera, s.d.p.
- BORIS, Eileen; LICHTENSTEIN, Nelson (orgs.). *Major Problems in the History of American Workers*. Lexington, D. C. Heath and Company, 1991.

- BORISOVICH, Vladimir L. *História Moderna dos Países Árabes*. Moscou, Instituto dos Povos da Ásia, 1969.
- BORRIE, W. D. *Historia y Estructura de la Población Mundial*. Madri, Istmo, 1972.
- BOSCO-NAITZA, Giovanni. *Il Colonialismo nella Storia d'Italia (1882-1949)*. Florença, La Nuova Italia, 1975.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- BOTTOMORE, Tom; RUBEL, Maximilien. *Sociologia e Filosofia Social de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- BOUDIN, Louis. *Socialism and War*. Nova York, New Review Publishing Association, 1916.
- BOULOISEAU, Marc. *La République Jacobine*. 10 Août 1792 - 9 Thermidor An II. Paris, Seuil, 1969.
- BOULOUX, Nathalie. *Culture et Savoirs Géographiques dans l'Italie du XIVe Siècle*. Turnhout, Brepols, 2001.
- BOURDÉ, Guy. *L'Industrialisation des Pays de la Plata*. Paris, Université de Paris III, 1980.
- BOURGIN, Georges ; RIMBERT, Pierre. *Le Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1986.
- BOURGIN, Georges. *La Commune 1870-1871*. Paris, Les Éditions Nationales, 1939.
- BOXER, Charles R. *Four Centuries of Portuguese Expansion, 1415-1825*. Berkeley, University of California Press, 1969.
- BOXER, Charles R. *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*. Londres, Penguin Books, 1990.
- BOXER, Charles R. *The Golden Age of Brazil 1695-1750*. Los Angeles, University of California Press, 1973.
- BOYER, Robert. Cinquante ans de relations entre économistes et historiens. *Le Mouvement Social* n° 155. Paris, abril-junho de 1991.
- BOYER, Robert; MISTRAL, Jacques. *Accumulazione, Inflazione, Crisi*. Bologna, Il Mulino, 1985.
- BRADY, Dorothy S. *Output, Employment, and Productivity in the United States after 1800*. Washington, NBER, 1966.
- BRANDÃO, Claudio et al. *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva*. São Paulo, Atlas, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. *Civiltà Materiale, Economia e Capitalismo*. Milão, Einaudi, 1982.
- BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el Mundo Mediterráneo en la Época de Felipe II*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. *Espansione Europea e Capitalismo 1450-1650*. Bolonha, Il Mulino, 1999.

- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. *Revista de História*, São Paulo, Universidade de São Paulo, XXXI, (62), 1965.
- BRAUDEL, Fernand. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris, Arthaud, 1985.
- BRAUNTHAL, Julius. *Geschichte der Internationale*. Hannover, Dietz Verlag, 1961.
- BRAVERMAN, Harry. *Labor and Monopoly Capital*. Nova York, Monthly Review Press, 1974.
- BRAVO, Gian Mario. *História do Socialismo*. Lisboa, Europa-América, 1977.
- BRAVO, Gian Mario. *Marx e la Prima Internazionale*. Bari, Laterza, 1979.
- BRÉCY, Robert. *La Grève Générale en France*. Paris, EDI, 1969.
- BRESCIANI-TURRONI, Constantino. *Economia da Inflação*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1989.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Lucro, Acumulação e Crise*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- BRETONE, Mario. *Derecho y Tiempo en la Tradición Europea*. México, Fondo de Cultura Económica, 2000.
- BRICIANER, Serge. *Anton Pannekoek y los Consejos Obreros*. Buenos Aires, Schapire, 1975.
- BRIGGS, Asa. *Chartist Studies*. Londres, s.n., 1959.
- BRIGNOLI, Maurizio. Capitalismo e protestantesimo. *La Contraddizione* n° 135, Roma, abril-junho 2011.
- BRIGNOLI, Maurizio. Dio, proprietà, povertà e lavoro: etica protestante e assetti capitalistici. *La Contraddizione* n° 137. Roma, outubro-dezembro 2011.
- BRIGNOLI, Maurizio. *Storia dell'Imperialismo*. Napoles, La Città del Sole, 2012.
- BRINTON, Crane. *Los Jacobinos*. Buenos Aires, Huemul, 1962.
- BROADBERRY, Stephen et al. *British Economic Growth 1270-1870*. Londres, University of Warwick, 2012.
- BROERS, Michael. *Europe after Napoleon*. Revolution, reaction and romanticism, 1814-1848. Manchester, Manchester University Press, 1996.
- BROM, Juan. *Esbozo de Historia de México*. México, Grijalbo, 2003.
- BROOK, Timothy. *O Chapéu de Vermeer*. O século XVII e o começo do mundo globalizado. Rio de Janeiro, Record, 2012.

- BROTTON, Jerry. *A History of the World in Twelve Maps*. Londres, Penguin Books, 2011.
- BROUÉ, Pierre. *Histoire de l'Internationale Communiste*. Paris, Fayard, 1997.
- BROUÉ, Pierre. *Le Mouvement Syndical aux États-Unis*. Paris, UNEF-IEP, 1974.
- BROUÉ, Pierre. *Le Parti Bolchévique*. Paris, Minuit, 1963.
- BROUÉ, Pierre. *Trotsky*. Paris, Fayard, 1994.
- BROUÉ, Pierre; DESVAGES, Hubert. *La Rivoluzione*. Dalle rivoluzioni contadine alle rivoluzioni proletarie. Milão, Arnoldo Mondadori, 1979.
- BRUCHEY, Stuart. *As Origens do Crescimento Econômico Americano*. Rio de Janeiro, Record, 1966.
- BRUCKNER, Pascal. *Le Sanglot de l'Homme Blanc*. Tiers-Monde, culpabilité, haine de soi. Paris, Seuil, 1983.
- BRUHAT, Jean et al. *La Commune de 1871*. Paris, Éditions Sociales, 1960.
- BRUIT, Héctor H. América Latina: 500 anos entre a resistência e a revolução. *Revista Brasileira de História* n° 20, São Paulo, março 1990.
- BRUIT, Héctor H. Visão ou simulação dos vencidos? A historiografia sobre os índios na conquista da América. *Anais V Congresso ADHILAC*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1990.
- BRUNER, Robert F.; CARR, Sean D. *The Panic of 1907*. Lessons learned from the market's perfect storm. Nova Jersey, John Wiley & Sons, 2007.
- BRUNHOFF, Suzanne de. *A Moeda em Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- BRUNSCHWIG, Henri. *Le Partage de l'Afrique Noire*. Paris, Flammarion, 1971.
- BRUSCHINI-VINCENZINI, Loretta. *Storia della Borsa*. Roma, Newton & Compton, 1998.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio (ed.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995
- BUCHAN, James. *Desejo Congelado*. Uma investigação sobre o significado do dinheiro. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- BUHLE, Paul. *Marxism in the United States*. Londres, Verso, 1991.

- BUKHÁRIN, Nikolai. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- BUKHÁRIN, Nikolai. *Economia Política del Rentista*. Barcelona, Laia, 1974.
- BUKHÁRIN, Nikolai. *Teoria do Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1970.
- BULNES, Gonzalo. *Guerra del Pacifico*. Valparaiso, Sociedad Imprenta Litografia Universo, 1911.
- BURCKHARDT, Jacob. *La Civiltà del Rinascimento in Italia*. Roma, Newton & Compton, 1994.
- BURGELIN, Henri. *La Société Allemande*. Pars, Arthaud, 1969.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. Brasília, Universidade de Brasília, 1980.
- burleigh, Nina. *Miragem. Os cientistas de Napoleão e suas descobertas no Egito*. São Paulo, Landscape, 2008.
- BURNETT, C.; CONTADINI, A. *Islam and the Italian Renaissance*. Londres, Warburg Institute, 1999.
- BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*. São Paulo, Globo, 1995.
- BURY, John. *La Idea del Progreso*. Madri, Alianza, 1973.
- CABRAL DE MELLO, Evaldo. *A Fronda dos Mozambos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- CABRAL DE MELLO, Evaldo. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense Universitária/Edusp, 1975.
- CABRAL, Alexandre. *Notas Oitocentistas*. Lousã, Platano Editora, 1973
- CACÉRÈS, Benigno. *Le Mouvement Ouvrier*. Paris, Seuil, 1967.
- CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G. *British Imperialism 1688-2000*. Edimburgo, Logman-Pearson Education, 2001.
- CAIN, P.J.; HOPKINS, A.G. Gentlemanly capitalism and British expansion overseas: new imperialism 1850-1945. *Economic History Review*, Londres, Vol. 40, nº 1, 1987.
- CAIRE, Guy. *Les Syndicats Ouvriers*. Paris, Presses Universitaires de France, 1971.
- CALAMITA, Umberto. Il tempo delle ciliegie. *La Contraddizione* nº 135, Roma, abril-junho 2011.
- CALLAEY, Eduardo. *Il Mito della Rivoluzione Massonica*. Milão, Marco Tropea, 2010.
- CALMETTE, Jean. *História Breve do Feudalismo*. Lisboa, Verbo, 1968.
- CAMERON, Rondo. *La France et le Développement Économique de l'Europe 1800-1914*. Paris, Seuil, 1971.

- CAMERON, Rondo. *Storia Economica del Mondo*. Bolonha, Il Mulino, 1993.
- CAMPANELLA, Francesco (ed.). *I Difficili Rapporti tra Economia e Storia*. Como, Íbis, 1989.
- CAMPANINI, Massimo. *Storia del Medio Oriente*. Bolonha, Il Mulino, 2006.
- CAMUS, Albert. *L'Homme Révolté*. Paris, Gallimard, 1951.
- CANCLINI, Arnaldo. *Leyendas de la Patagonia*. Buenos Aires, Planeta, 1998.
- CANDELORO, Giorgio. *Le Origini del Risorgimento*. Milão, Feltrinelli, 1961.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. Brasília, Universidade de Brasília-Melhoramentos, 1981.
- CANFORA, Luciano. 1914. Palermo, Sellerio, 2006.
- CANFORA, Luciano. *La Democrazia*. Storia di un'ideologia. Bari, Laterza, 2010.
- CANNAC, René. *Netchaïev, du Nihilisme au Terrorisme*. Aux sources de la Révolution Russe. Paris, Payot, 1961.
- CAPELA, José. *O Imposto da Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colônias*. Porto, Afrontamento, 1977.
- CARDOSO, Ciro F. S. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas*. Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- CARDOSO, Ciro F. S. Porque os seres humanos agem como agem? As respostas baseadas na natureza humana e seus críticos. *Revista de História* nº 167, São Paulo, FFLCH-USPP, julho/dezembro 2012.
- CARDOSO, Ciro F.S.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Centro América y la Economía Occidental (1520-1930)*. San José, Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1983.
- CAREW, Jan. Columbus and the origins of racism in America. *Race and Class* nº 4, Londres, 1988.
- CARLYLE, Thomas. *Los Héroes*. Madri, SARPE, 1985.
- CARMAGNANI, M.; VERCELLI, A. (eds.). *Economia e Storia*. Firenze, La Nuova Italia, 1978.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. São Paulo, Papyrus, 2011.
- CAROCCI, Giampiero. *L'Età dell'Imperialismo (1870-1918)*. Bolonha, Il Mulino, 1979.
- CAROCCI, Giampiero. *Storia d'Italia dall'Unità ad Oggi*. Milão, Feltrinelli, 1989.
- CAROLI, R.; GATTI, F. *Storia del Giappone*. Bari, Laterza, 2006.

- CARON, Jean-Claude. *1848, le Printemps des Peuples*. Paris, Le Monde, 2012.
- CARONE, Edgar. *A II Internacional*. São Paulo, Edusp-Anita Garibaldi, 1993.
- CARONE, Edgar. *A Internacional Comunista. Entre Passado & Futuro* nº 2, São Paulo, Universidade de São Paulo, setembro 2002.
- CARR, E. H. *The Bolshevik Revolution*. Londres, Pelikan Books, 1977.
- CARR, Raymond. *Spain 1808-1939*. Londres, Oxford University Press, 1966.
- CARRASCO, Raphaël. *L'Espagne Classique 1474-1814*. Paris, Hachette, 1992.
- CARRÉ, Olivier. *Le Nationalisme Arabe*. Paris, Fayard, 1993.
- CARRÈRE D'ENCAUSSE, Hélène; SCHRAM, Stuart. *Le Marxisme et l'Asie*. Paris, Armand Colin, 1965.
- CARSTEN, Francis L. *Le Origini della Prussia*. Bolonha, Il Mulino, 1982.
- CASABLANCA, Adolfo. *La Crisis del 90*. Buenos Aires, Editora Abril, 1989.
- CASSOLA, Carlo. *La Lezione della Storia*. Milão, Rizzoli, 1978.
- CASTEL, Robert. *Les Métamorphoses de la Question Sociale*. Paris, Fayard, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *La Teoria Marxista de las Crisis y las Transformaciones del Capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978.
- CASTELLS, Manuel. *Problemas de Investigación de Sociología Urbana*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- CASTELOT, André. *La Diplomazia del Cinismo*. La vita e l'opera di Talleyrand l'inventore della politica degli equilibri dalla Rivoluzione Francese alla Restaurazione. Milão, Rizzoli, 1982.
- CASTIGLIONE, Marta. *Alemania en 1848. Revolución y contrarrevolución*. Buenos Aires, CEAL, 1973.
- CASTRONOVO, Valerio (ed.). *Storia della Economia Mondiale*. Roma-Bari, Laterza, 2009.
- CASTRONOVO, Valerio. *L'Industria italiana dall'Ottocento a Oggi*. Milão, Oscar Mondadori, 1980.
- CATHERWOOD, Christopher. *A Loucura de Churchill*. Os interesses britânicos e a criação do Iraque moderno. Rio de Janeiro, Record, 2006.
- CATTON, Bruce. *Reflections on the Civil War*. Nova York, Doubleday Books, 1981.
- CATTON, Bruce. *Short History of the Civil War*. Nova York, Dell, 1972.

- CAZADERO, Manuel. *Desarrollo, Crisis e Ideologia en la Formación del Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.
- CEM/RS. *Os Trabalhos e os Dias*. Ensaio de interpretação marxista. Passo Fundo, UPS, 2000.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.
- CERRONI, Umberto. *Introducción a la Ciencia de la Sociedad*. Barcelona, Crítica, 1978.
- CÉSPEDES, Augusto. *El Dictador Suicida*. 40 años de historia de Bolívia. La Paz, Juventud, 1968.
- CHABOD, Federico. *Storia dell'Idea d'Europa*. Roma-Bari, Laterza, 2010.
- CHADWICK, Owen. *The Secularization of the European Mind in the 19th Century*. Nova York/Melbourne, Cambridge University Press, 1993.
- CHAMBERLAIN, H. S. *La Génèse du XIX^e Siècle*. Paris, Payot, 1913.
- CHANCELLOR, Edward. *Devil Take the Hindmost*. A history of financial speculation. Nova York, Plume, 2000.
- CHANDA, Nayan. *Sem Fronteira*. Os comerciantes, missionários, aventureiros e soldados que moldaram a globalização. Rio de Janeiro, Record, 2011.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada*. São Paulo, Unesp, 2003.
- CHARLE, Christophe. *História das Universidades*. São Paulo, Unesp, 1996.
- CHARLE, Christophe. *Los Intelectuales en el Siglo XIX*. Madrid, Siglo XXI, 2000.
- CHARTIER, Roger. *Origens Culturais da Revolução Francesa*. São Paulo, Editora Unesp, 2001.
- CHATELET, François (ed.). *História da Filosofia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. *Crítica y Emancipación* nº 1, Buenos Aires, CLACSO, junho 2008.
- CHAUNU, Pierre. *Expansão Europeia do Século XIII ao XV*. São Paulo, Pioneira, 1975.
- CHAUNU, Pierre. *História da América Latina*. São Paulo, Difel, 1981.
- CHAUSSINAND-NOUGARET, Guy. *A Queda da Bastilha*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.
- CHESNEAUX, Jean. *I Movimenti Contadini in Cina nel XIX e nel XX Secolo*. Bari, Laterza, 1973.

- CHESNEAUX, Jean. *La Cina*. Turim, Einaudi, 1974.
- CHESTERTON, G. K. *Breve Historia de Inglaterra*. Buenos Aires, Austral, 1944.
- CHEVALIER, Louis. *Classes Laborieuses et Classes Dangereuses à Paris pendant la Première Moitié du XIXe Siècle*. Paris, Édition Perrin, 2002.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *El Mito de los Orígenes en la Historiografía Latinoamericana*. Buenos Aires, Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, sdp.
- CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano. A verdadeira história da guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- CHIBBER, Vivek. O que vive e o que está morto na teoria marxista da história. *Crítica Marxista* nº 35, São Paulo, outubro 2012.
- CHICKERING, Roger. *Imperial Germany and the Great War 1914-1918*. Nova York, Cambridge University Press, 2001.
- CHIVILÓ, Matias (org). *Programas del Movimiento Obrero y Socialista*. Desde el Manifiesto Comunista hasta nuestros días. Buenos Aires, Rumbos, 2013.
- CHOMSKY, Noam. *Hegemonía o Supervivencia*. La estrategia imperialista de EE. UU. Barcelona, Ediciones B, 2005.
- CHUDACOFF, Howard P. *A Evolução da Sociedade Urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- CHUST, Manuel. Las Cortes de Cádiz y el autonomismo americano, 1808-1817. *Historia y Sociedad* nº 12, Medellín, Universidad Nacional de Colombia, novembro 2006.
- CIPOLLA, Carlo et al. *La Decadencia Económica de los Imperios*. Madri, Alianza, 1989.
- CIPOLLA, Carlo M. *Conquistadores, Piratas, Mercaderes*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.
- CIPOLLA, Carlo M. *História Econômica da Europa Pré-Industrial*. Lisboa, Edições 70, 1974.
- CIPOLLA, Carlo M. *História Econômica da População Mundial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- CIUFOLETTI, Zeffiro, *L'Emigrazione nella Storia d'Italia dal 1868 al 1914*. Florença, Vallecchi, 1978.
- CLARK, Christopher. *Les Somnabules*. Été 1914: comment l'Europe a marché vers la guerre. Paris, Flammarion, 2014.
- CLARK, Victor Selden. *Studies in the Latin of the Middle Ages and the Renaissance*. Lancaster, The New Era Printing Company, 1900.
- CLASTRES, Pierre. *La Sociedad contra el Estado*. Buenos Aires, Tierra del Sur, 2011.

CLAUDIN, Fernando. *Marx, Engels y la Revolución de 1848*. México, Siglo XXI, 1976.

CLAUSEWITZ, Carl von. *A Campanha de 1812 na Rússia*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.

CLAUSEWITZ, Karl von. *De la Guerra*. Barcelona, Labor, 1984.

CLEMENTI, Hebe. F. J. Turner. Buenos Aires, CEAL, 1992.

CLEMENTI, Hebe. *La Abolición de La Esclavitud em Norteamérica*. Buenos Aires, La Pléyade, 1974.

CLIFF, Nigel. *Guerra Santa*. Como as viagens de Vasco da Gama transformaram o mundo. São Paulo, Globo, 2012.

CLOUGH, Shepard B.; RAPP, Richard T. *Storia Economica d'Europa*. Roma, Riuniti, 1984.

CLYDESDALE, Greg. *Cargas*. A história do transporte de mercadorias de 618 até hoje. Rio de Janeiro, Record, 2012.

COBBAN, Alfred. *A Interpretação Social da Revolução Francesa*. Lisboa, Gradiva, 1988.

COGGIOLA, Osvaldo (org). *Economia e História: Questões*. São Paulo, Humanitas, 2002.

COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx & Engels na História*. São Paulo, Humanitas, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. 1492-1992: el capitalismo festeja su senilidad. *En Defensa del Marxismo* n° 3, Buenos Aires, abril 1992.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Moderna, 1984.

COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Francesa e seu Impacto na América Latina*. São Paulo, Edusp-CNPq, 1990.

COGGIOLA, Osvaldo. Ciclos longos e crises econômicas. *Estudos* n° 34, São Paulo, USP-FFLCH, novembro 1992.

COGGIOLA, Osvaldo. *Da Revolução industrial ao Movimento Operário*. As origens do mundo contemporâneo, Porto Alegre, Pradense, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. História e contemporaneidade. *Entre Passado & Futuro* n° 1, São Paulo, CNPq-Xamã, julho 2002.

COGGIOLA, Osvaldo. *Introdução à Teoria Econômica Marxista*. São Paulo, Boitempo, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo. *Islã Histórico e Islamismo Político*. Porto Alegre, Editora Pradense, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. La crisis de 1873 y la Gran Depresión. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.

COGGIOLA, Osvaldo. *O Capital Contra a História*. São Paulo, Pulsar, 2003.

- COHEN, Gerald A. *Karl Marx's Theory of History: a Defense*. Princeton, Princeton University Press, 1978.
- COHEN, Gustave. *La Gran Claridad de la Edad Media*. Buenos Aires, Argos, 1948.
- COLAJANNI, Napoleone. *Storia della Banca in Italia da Cavour a Ciampi*. Roma, Newton & Compton, 1995.
- COLARIZZI, Simona. *Storia del Novecento Italiano*. Milão, BUR, 2007.
- COLE, G. D. H. *Historia del Pensamiento Socialista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.
- COLE, G. D. H. *Introducción a la Historia Económica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.
- COLE, J. R. I. *Colonialism and Revolution in the Middle East*. Nova York, Princeton University Press, 1992.
- COLEMAN, Stephen. *Daniel De Leon*. Manchester, Manchester University Press, 1990.
- COLL, Steve. *Los Bin Laden. Una familia árabe en un mundo sin fronteras*. Barcelona, RBA, 2008.
- COLLETTI, Lucio (org.). *El Marxismo y el Derrumbe del Capitalismo*. México, Siglo XXI, 1978.
- COLLIN, Denis. *Le choc des civilisations? Philosophie et Politique*, Paris, dezembro 2015.
- COLLIN, Denis. *Le malaise dans la civilisation. La Sociale*, Paris, 2 de agosto de 2016.
- COLLOTTI PISCHEL, Enrica. *Storia dell'Asia Orientale 1850-1949*. Roma, Carocci, 2004.
- COLLOTTI PISCHEL, Enrica. *Storia della Rivoluzione Cinese*. Roma, Carocci, 2002.
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da Descoberta da América*. Porto Alegre, L&PM, 1998.
- COMELLAS, José Luis. *Historia de España Moderna y Contemporánea*. Madrid, Rialp, 1979.
- CONTE, Giuliano. *Da Crise do Feudalismo ao Nascimento do Capitalismo*. Lisboa, Presença, 1979.
- CONTI, Paola. *Storia delle Migrazioni Internazionali*. Bari, Laterza, 2007.
- COPELAND, Dale C. *Economic interdependence and war. International Security*, Vol. 20, nº 4, MIT-Harvard, primavera 1996.
- COQUERY-VIDROVITCH, Catherine; MONIOT, Henri. *África Negra de 1800 a Nuestros Dias*. Barcelona, Labor, 1985.
- COQUIN, François-Xavier. *1905 : la Révolution Russe Manquée*. Bruxelles, Complexe, 1985.

- CORBISIER, Roland. *Enciclopédia Filosófica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.
- CORDINGLY, David. *Storia della Pirateria*. Milão, Oscar Mondadori, 2003.
- CORTEZ, Hernan. *O Fim de Montezuma*. Relatos da conquista do México. Porto Alegre, L&PM, 1996.
- CORVISIER, André. *História Moderna*. São Paulo, Círculo do Livro, sdp.
- COSIO VILLEGAS, Daniel et al. *Historia Mínima de México*. México, El Colegio de México, 2001.
- COSSÍO DEL POMAR, Felipe. *El Mundo de los Incas*. México, Fondo de Cultura Económica, 1969.
- COSTANTINI, Pablo. *Inglaterra: Laborismo y Sindicatos*. Buenos Aires, CEAL, 1974.
- COTTA, Alain. *Le Capitalisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1977.
- COTTRET, Bernard. *Calvin: A Biography*. Grand Rapids, B. Eerdmans, 2000.
- COURT, W. H. B. *A Concise Economic History of Britain*. Londres, Cambridge University Press, 1954.
- CRAFTS, N. F. R. Industrial Revolution in England and France: some thoughts on the question "Why was England First?" *The Economic History Review* Vol. 30, nº. 3. Londres, agosto de 1977.
- CRAIG NATION, R. *War on War*. Lenin, the Zimmerwald left and the origins of communist internationalism. Durham, Duke University Press, 1989.
- CRAIG, Gordon. *Storia della Germania 1866-1945*. Roma, Riuniti, 1983.
- CRANKSHAW, Edward. *The Shadow of the Winter Palace*. The drift to revolution 1825-1917. Londres, Papermac, 1986.
- CROCE, Benedetto. *Materialismo Histórico e Economia Marxista*. São Paulo, Centauro, 2011.
- CROCE, Benedetto. *Storia d'Europa nel Secolo Decimonono*. Roma, Adelphi, 1993.
- CROKAERT, Jacques. *La Méditerranée Américaine*. Paris, Payot, 1927.
- CROSBY, Alfred. W. *A Mensuração da Realidade*. A quantificação e a sociedade ocidental 1250-1600. São Paulo, Unesp-Cambridge University Press, 1999.
- CROSSMAN, Raymond. *Biografia del Estado Moderno*. México, Fondo de Cultura Económica, 1973.
- CROUCHELY, A. E. *The Economic Development of Modern Egypt*. Londres, Penguin, 1938.

- CROUZET, Maurice (ed.). *História Geral das Civilizações*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1958.
- CROWLEY, Roger. *Impérios do Mar*. A batalha final entre cristãos e muçulmanos pelo controle do Mediterrâneo 1521-1580. São Paulo, Três Estrelas, 2014.
- CROWLEY, Roger. *Impérios do Mar*. A batalha final entre cristãos e muçulmanos pelo controle do Mediterrâneo 1521-1580. São Paulo, Três Estrelas, 2014.
- CRUZ HERNÁNDEZ, Miguel. *Historia del Pensamiento en el Mundo Islámico*. Madri, Alianza, 1996.
- CUEVAS, Joaquín. *Negación y Reafirmación de la Ley de Tendencia Decreciente de la Tasa de Ganancia*. Slp, 2012.
- CUSIN, Fabio. *Antistoria d'Italia*. Milão, Oscar Mondadori, 1972.
- D'ALBERGO, Salvatore. *Imperialismo e istituzioni. La Contraddizione* n° 36, Roma, 1993.
- DALLA ZUANA, Giampiero; ROSINA, Alessandro. *Differenze demografiche all'alba dell'era moderna. Popolazione e Storia* 1/2009, Udine, 2009.
- DALLEMAGNE, Jean-Luc et al. *L'Inflation*. Paris, François Maspéro, 1976.
- DALOTEL, Alain. *Aux Origines de la Commune*. Le mouvement des réunions publiques a Paris 1868-1870. Paris, François Maspero, 1980.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *La Nouvelle Raison du Monde*. Essai sur la société néolibérale. Paris, La Découverte, 2010.
- DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução*. O submundo das letras no Antigo Regime. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- DAUPHIN-MEUNIER, Albert. *Histoire de la Banque*. Paris, PUF, 1968.
- DAUZAT, Albert. *L'Europe Linguistique*. Paris, Payot, 1940.
- DAVID, Marcel. *Los Trabajadores y el Sentido de su Historia*. Madri, Zero, 1976.
- DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in the Age of Revolution 1770-1823*. Londres, Cornell University Press, 1975.
- DAVIS, Mike. *Holocaustos Coloniais*. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- DAVIS, Ralph. *La Europa Atlántica*. Desde los descubrimientos hasta la industrialización. Mexico, Siglo XXI, 1989.
- DE CASTRO, Xavier. *La Découverte du Japon par les Européens (1543-1551)*. Paris, Chandeigne, 2013.

- DE CECCO, Marcello. *Economia e Finanza Internazionale del 1890 al 1914*. Bari, Laterza, 1971.
- DE CECCO, Marcello. *The International Gold Standard: Money and Empire*. Londres, Francis Pinter, 1984.
- DE MICHELI, Mario. *Las Vanguardias Artísticas del Siglo XX*. Madri, Alianza, 1980.
- DE RAMÓN, Armando et al. *La Gestación del Mundo Hispanoamericano*. Santiago de Chile, Andrés Bello, 1992.
- DE ROOVER, Raymond. *Money, Banking, and Credit in Medieval Bruges. Italian merchant-bankers, lombards, and money-changers, a study in the origins of banking*. Cambridge, The Medieval Academy of America, 2007.
- DE RUGGIERO, Guido *El Concepto del Trabajo en su Génesis Histórica*. Buenos Aires, La Pléyade, 1973.
- DE SAES, Laurent. Coletivismo agrário e tendências individualistas na França pré-revolucionária. *Revista de História* nº 161, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2º semestre 2009.
- DE VRIES, Jan. *La Urbanización de Europa 1500-1800*. Barcelona, Crítica, 1987.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo, Edusp, 1971.
- DEANE, Phyllis. *A Evolução das Ideias Econômicas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- DEANE, Phyllis. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- DEBORD, Guy. 14 thèses sur la Commune de Paris. *Internationale Situationniste* nº 7, Paris, abril 1962.
- DEBOUZY, Marianne. *El Capitalismo Salvaje en Estados Unidos*. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1974.
- DEBOUZY, Marianne. *Travail et Travailleurs aux États-Unis*. Paris, La Découverte, 1990.
- DEFOE, Daniel. *Uma História da Pirataria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- DEL BOCA, Angelo. *La Storia Negata*. Vicenza, Neri Pozza, 2009.
- DEL ROSAL, Amaro. *Los Congresos Obreros Internacionales en el Siglo XIX*. Barcelona, Grijalbo, 1975.
- DEL TESTA, David W. (Ed.). *Global History. Cultural encounters from Antiquity to the Present*. Nova York, Sharpe, 2004.
- DEL VALLE DE SILES, Maria Eugenia. *Historia de la Rebelión de Tupac Catari*. La Paz, Don Bosco, 1990.
- DELANNOI, Gil; TAGUIEFF, Pierre-André. *Nationalismes en Perspective*. Paris, Berg International, 2001.

- DELAS, Jean-Pierre. *Le Mouvement Ouvrier. Naissance et reconnaissance (XIX-XX siècles)*. Paris, Nathan, 1991.
- DELAUNAY, Jacques. *La Diplomacia Secreta Durante las Dos Guerras Mundiales*. Buenos Aires, Norma, 2009.
- DELGADO, Gloria. *Historia de México*. México, Logman de México, 1996.
- DELMAS, Philippe. *Le Maître des Horloges*. Paris, Odile Jacob, 1991.
- DENIS, Henri. *Storia del Pensiero Economico*. Milão, Mondadori, 1980.
- DESANTI, Dominique. *Flora Tristan, la Femme Revoltée*. Paris, Hachette 1980.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky. El profeta armado*. México, ERA, 1976.
- DEVOTO, Fernando. *Braudel y la Renovación Histórica*. Buenos Aires, CEAL, 1991.
- DIAMOND, Jared. *Armi, Acciaio e Malattie. Breve storia del mondo negli ultimi tredicimila anni*. Turim, Einaudi, 2000.
- DIAS, Jill; ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano (1825-1890)*. Lisboa, Estampa, 1998.
- DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia Verdadera de la Conquista de la Nueva España*. México, Porrúa, 1955.
- DÍAZ, Hernán. La independencia de Cuba y el imperialismo norteamericano. *En Defensa del Marxismo* n° 20, Buenos Aires, maio 1998.
- DICKINSON, H. T. *Libertad y Propiedad. Ideología política britânica del siglo XVIII*. Buenos Aires, Eudeba, 1981.
- DIFFIE, Bailey W. *Foundations of the Portuguese Empire, 1415-1580*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1977.
- DILLON SOARES, Gláucio Ary. *A Questão Agrária na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- DISNEY, A. R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 2009.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- DOBB, Maurice. *Economía Política y Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1961.
- DOBYNS, H. F. *The Number Become Thinned*. Knoxville, University of Tennessee Press, 2004.
- DOLLÉANS, Edouard. *Histoire du Mouvement Ouvrier*. Paris, Armand Colin, 1946.
- DOLLÉANS, Edouard. *Le Chartisme (1831-1848)*. Paris, Marcel Rivière, 1949.

- DOMMANGET, Maurice. *Babeuf et la Conjuration des Égaux*. Paris, Spartacus, 1989.
- DOMMANGET, Maurice. *Blanqui*. Paris, EDI, 1970.
- DONATO, Maurizio. La relazione nascosta. Sulla natura materiale del salario e dello sfruttamento. *Dialettica e Filosofia*, Teramo, 2013.
- DONGHI, Tulio Halperin. *Guerra y Revolución*. La formación de una elite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1972.
- DONGHI, Túlio Halperin. *Historia Contemporánea de América Latina*. Madri, Alianza, 1976.
- DONINI, Ambrogio. *Breve Storia delle Religioni*. Roma, Newton Compton, 1994.
- DORATIOTO, Francisco F. *Maldita Guerra*. Nova história da guerra do Paraguai. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- DORFMAN, Adolfo. *Historia de la Industria Argentina*. Buenos Aires, Hyspamérica, 1986.
- DOSTALLER, Gilles. *Marx, la Valeur et l'Économie Politique*. Paris, Anthropos, 1978.
- DOTTI, Ugo. *Storia degli Intellettuali in Italia*. Roma, Riuniti, 1999.
- DOWD, Douglas. *Storia del Capitalismo Americano dal 1776*. Milão, Mazzotta, 1976.
- DOWIDAR, M. H. *L'Économie Politique*. Une science sociale. Paris, François Maspéro, 1981.
- DOYON, Pierre. *Le Mercantilisme*. Paris, Flammarion, 1963.
- DOZER, Donald Marquand. *América Latina: uma Perspectiva Histórica*. Porto Alegre, Globo, 1974.
- DRAPER, Hal. Marx y Simón Bolívar. *Desarrollo Económico* n° 30-31, Buenos Aires, dezembro 1968.
- DROZ, Jacques. *Histoire Générale du Socialisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.
- DUBOIS, Raoul. *A l'Assaut du Ciel*. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1991.
- DUBY, Georges. *L'Europe Pré-industrielle XIe-XIIIe Siècles*. Paris, Mouton, 1968.
- DUFOUR, Jean-Louis. *Les Crises Internationales*. Bruxelles, Complexe, 2000.
- DUMAS, Veronique. Crise: les leçons de l'histoire. *Historia* n° 229, Paris, janeiro 2013.
- DUMONT, Fernand. *La Dialéctica del Objeto Económico*. Barcelona, Península, 1972.
- DUNN, John. *Setting the People Free*. The story of democracy. Londres, Atlantic Books, 2005.

- DUNN, John. *The Political Thought of John Locke*. Londres-Nova York, Cambridge University Press, 1969.
- DUNN, Ross E. *The Adventures of Ibn Battuta*. Los Angeles, University of California Press, 2005.
- DUPUY, Aimé: 1870/1871. *La Guerra, la Comune e la Stampa*. Roma, Samonà e Savelli, 1970.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos Nossos Dias*. São Paulo, Pioneira, 1985.
- DUROSELLE, Jean Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introducción a la Historia de las Relaciones Internacionales*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Teoria das relações internacionais. Brasília, UnB, 2000.
- DUSSEL, Enrique. *A Produção Teórica de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- DUSSEL, Enrique. *El Encubrimiento del Outro*. Hacia el origen del mito de la modernidad. México, Cambio XXI, 1994.
- DUSSEL, Enrique. *El Último Marx (1863-1882) y la Liberación Latinoamericana*. México, Siglo XXI, 1990.
- DUSSEL, Enrique. *Política de la Liberación*. Historia mundial y crítica. Madri, Trotta, 2007.
- DUVEAU, Georges. 1848. Paris, Gallimard, 1965.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo, Unesp/Boitempo, 1997.
- EATWELL, John; ROBINSON, Joan. *Introducción a la Economía Moderna*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- EDWARDS, Stewart (ed.). *Selected Writings of Pierre-Joseph Proudhon*. Londres, Anchor Books, 1969.
- EDWARDS, Stewart. *The Paris Commune: 1871*. Devon, Victorian & Modern History Book Club, 1971.
- EHRENBOURG, Ilya. *La Conspiración de los Iguales*. Benos Aires, Cauce, 1956.
- EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital*. Uma história do sistema monetário internacional. São Paulo, Editora 34, 2000.
- EIDELMAN, Ariel. El joven Marx y el debate del Estado moderno. *Hic Rhodus* n° 4, Buenos Aires, Universidade de Burnos Aires, junho 2013.
- ELLEINSTEIN, Jean. *Reflexions sur la Commune de 1871*. Paris, Julliard, 1971.
- ELLIOTT, John H. et al. *Revoluciones y Rebeliones en la Europa Moderna*. Madri, Alianza, 1984.
- ELLIOTT, John H. *La Spagna Imperiale 1469-1716*. Bolonha, Il Mulino, 2012.

- ELLISON, Herbert J. Economic modernization in Imperial Russia: purposes and achievements. *Journal of Economic History*, Vol. 25, nº 4, Cambridge, 1965.
- ELLSWORTH, P. T. *Economia Internacional*. São Paulo-Brasília, Atlas-INL, 1973.
- ELSTER, Jon. *Making Sense of Marx*. Cambridge, Harvard University Press, 1985
- EMMANUEL, Arghiri et al. *Imperialismo y Comercio Internacional*. El intercambio desigual. Córdoba, Pasado y Presente, 1971.
- EMMANUEL, Arghiri. *O Intercâmbio Desigual*. São Paulo, Globo, 1977.
- ENDRESS, Gerhard. *Introduzione alla Storia del Mondo Muçulmano*. Venezia, Marsilio Editori, 1996.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Boitempo, 2008.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Buenos Aires, Claridad, 1967.
- ENGELS, Friedrich. *Dialectics of Nature*. Moscou, Progress Publishers, 1966.
- ENGELS, Friedrich. *La Guerra de Campesinos en Alemania*. Buenos Aires, Claridad, 1971.
- ENGELS, Friedrich. *Note sulla Guerra Franco-Prussiana del 1870/71*. Milão, Pantarei, 1996.
- ENGELS, Friedrich. *O Socialismo Jurídico*. São Paulo, Ensaio, 1991.
- ENGELS, Friedrich. *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.
- ENGELS, Friedrich. *Princípios de Comunismo e Outros Textos*. São Paulo, Mandacaru, 1990.
- ENGELS, Friedrich. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. Lisboa, Avante, 1981.
- ENGELS, Friedrich. *Socialisme Utopique et Socialisme Scientifique*. Paris, Editions Sociales, 1973.
- ENGELS, Friedrich. *Violência e Economia na Instauração do Novo Império Alemão*. Porto, Escorpião, 1974.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Conversaciones con Marx y Engels*. Barcelona, Anagrama, 1974.
- ERLANGER, Philippe. *Carlos V*. Barcelona, Salvat, 1986.
- ERUSALIMSKIJ, Arcadij Samsonovic. *Da Bismarck a Hitler*. L'imperialismo tedesco. Roma, Riuniti, 1967.
- ESCALANTE, Pablo et al. *Nueva Historia Mínima de México*. México, El Colegio de México, 2004.

- ESTEY, J. A. *Tratado sobre los Ciclos Económicos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1948.
- EXQUEMELIN, Alexandre Olivier. *Piratas de América*. Barcelona, Barral, 1971.
- FACIO, Rodrigo. *Trayectoria y Crisis de la Federación Centroamericana*. San José, Imprenta Nacional, 1949.
- FAGE, J.D. *História da África*. Lisboa, Edições 70, 1995.
- FAIRBANKS, John K. *China, una Nueva Historia*. Barcelona, Andrés Bello, 1996.
- FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina*. Política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo, Ática, 1982.
- FALCÓN, Ricardo. *El Mundo del Trabajo Urbano (1890-1914)*. Buenos Aires, CEAL, 1986.
- FANN, K. T.; HODGES, D. C. *Readings in US Imperialism*. Boston, Porter Sargent, 1971.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre, Globo, 1976.
- FAROQHI, Suraiya et al. *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 1994.
- FAURE, Alan; RANCIÈRE, Jacques. *La Parole Ouvrière 1830-1851*. Paris, UGE, 1976.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FEBVRE, Lucien. *L'Europa*. Storia di una civiltà. Milão, Feltrinelli, 1999.
- FEJTŐ, François. *Réquiem pour un Empire Défunct*. Histoire de la destruction de l'Autriche-Hongrie. Paris, Lieu Commun, 1988.
- FERACINE, Luiz. *Erasmus de Rotterdam*. São Paulo, Escala, 2011.
- FERGUSON, J. Halcro. *El Equilibrio Racial em América Latina*. Buenos Aires, EUDEBA, 1963.
- FERGUSON, Neil. *Marxist History of the World*. Londres, Pluto Press, 2013.
- FERGUSON, Niall. *A Ascensão do Dinheiro*. A história financeira do mundo. São Paulo, Planeta, 2009.
- FERGUSON, Niall. *A Lógica do Dinheiro*. Riqueza e poder no mundo moderno 1700-2000. Rio de Janeiro, Record, 2007.
- FERGUSON, Niall. *Civilização*. Ocidente x Oriente. São Paulo, Planeta, 2012.
- FERGUSON, Niall. *Colossus*. The rise and fall of American empire. Londres, Allen Lane, 2004.
- FERGUSON, Niall. *Império*. Como os britânicos fizeram o mundo moderno. São Paulo, Planeta, 2010.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo, Hucitec, 1977.

FERNANDES, Fúlvio. Inflação e capitalismo. *Estudos* n° 38, São Paulo, FFLCH-USP, novembro 1993.

FERNÁNDEZ LIRIA, C.; ALEGRE ZAHONERO, L. *El Orden de El Capital*. Madri, Akal, 2010.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Cristóbal Colón*. Barcelona, Folio, 2004.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Esploratori*. Dai popoli cacciatori alla civiltà globale. Turim, Bruno Mondadori, 2011.

FERNS, H. S. *Britain and Argentina in the 19th Century*. Londres, Clarendon, 1960.

FERNS, H. S. British's informal empire in Argentina. *Past and Present* n° 4, Londres, novembro de 1953.

FERNS, H. S. *Gran Bretaña y Argentina en el Siglo XIX*. Buenos Aires, Solar/Hachette, 1968.

FERREIRA, Assuero. *Limites da Acumulação Capitalista*. São Paulo, Hucitec, 1996.

FERREIRA, Pinto. *A Inflação*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1993.

FERRER BENIMELI, José. *Masoneria Española Contemporánea*. Madri, Siglo XXI, 1980.

FERRO, Marc (org.). *O Livro Negro do Colonialismo*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

FERRO, Marc. *A Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Ática, 1996.

FERRO, Marc. *História das Colonizações*. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

FERRO, Marc. *Storia della Francia*. Milão, Bompiani, 2003.

FICHTENAU, Heinrich von. *L'Impero Carolingio*. Bari, Laterza, 1972.

FIELDHOUSE, David K. *Politica ed Economia del Colonialismo (1870-1945)*. Roma-Bari, Laterza, 1979.

FIGES, Orlando. *La Revolución Rusa*. La tragedia de un pueblo (1891-1924). Madri, EDHASA, 2006.

FIGES, Orlando. *The Crimean War*. A history. Nova York, Picador, 2012.

FILLOUX, Jean-Claude; MAISONNEUVE, Jean. *Anthologie des Sciences de l'Homme*. Paris, Dunod, 1991.

FINESCHI, Roberto. Concetti hegeliani e materialismo storico. *La Contraddizione* n° 140, Roma, julho-setembro 2012.

FIORILLO, Mario. *Guerra e Direito*. Texto apresentado no Simpósio "Guerra e História", realizado no Departamento de História da USP, São Paulo, setembro 2010.

- FIORITO, Riccardo. *Divisione del Lavoro e Teoria del Valore*. Bari, Donato, 1971.
- FITTE, Ernesto J. Después de Ayacucho: la segregación de las provincias del Alto Perú. *Todo es Historia* n° 96, Buenos Aires, maio 1975.
- FLAMANT, M.; SINGER-KEREL, J. *Les Crises Économiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1993.
- FLAMANT, Maurice. *Les Fluctuations Économiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1986.
- FLETCHER, Richard. *Moorish Spain*. Los Angeles, University of California Press, 2006.
- FOGEL, Robert et al. *Political Arithmetic: Simon Kuznets and the Empirical Tradition in Economics*. Chicago, University of Chicago Press, 2000.
- FOGEL, Robert W.; ELTON, G. R. *Wich Road to the Past?* New Haven, Yale University Press, 1983.
- FOHLEN, Claude. *O Trabalho no Século XIX*. Lisboa, Estudos Cor, 1974.
- FONER, Philip S. *La Guerra Hispano-Americana y el Surgimiento del Imperialismo Norteamericano (1895-1902)*. Madri, Akal, 1975.
- FONTANA, Josep. *A Europa diante do Espelho*. Bauru, Edusc, 2005.
- FONTANA, Josep. *Historia: Análisis del Pasado y Proyecto Social*. Barcelona, Crítica, 1982.
- FONTANA, Josep. *Introdução ao Estudo da História Geral*. Bauru, Edusc, 2000.
- FONTANA, Josep. *La Revolución Liberal*. Política y hacienda 1833-1845. Madri, Instituto de Estudios Fiscales, 1977.
- FORD, Franklin. *Europa 1780-1830*. Madri, Aguilar, 1973.
- FOREMAN-PECK, James. *Historia de la Economía Mundial*. Las relaciones económicas internacionales desde 1850. Barcelona, Ariel, 1985.
- FOSSAERT, Robert. *La Sociéte*. Paris, Seuil, 1978.
- FOSSIER, Robert. *Storia del Medioevo*. Turim, Einaudi, 1985.
- FOSTER, John Bellamy. *Marx's Ecology*. Materialism and nature. Nova York, Monthly Review Press, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*. Paris, Gallimard, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Nascita della Biopolitica*. Milão, Feltrinelli, 2005.

- FOUCAULT, Michel. *Sorvegliare e Punire*. Nascita della prigione. Turim, Einaudi, 2005.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. *L'Obscurantisme Contemporain*. Lacan, Lévi-Strauss, Althusser. Paris, SPAG-Papyrus, 1983.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. *La Nation*. Essor et déclin des sociétés modernes. Paris, Payot, 1987
- FOUGEYROLLAS, Pierre. *Los Procesos Sociales Contemporáneos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- FOUGEYROLLAS, Pierre. *Sciences Sociales et Marxisme*. Paris, Payot, 1979.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João; GOUVÉA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- FRANKO, L. G.. *The Other Multinationals*. The international firms of continental Europe (1870-1970). Genebra, CEI, 1973.
- FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx*. São Paulo, Cortez, 1995.
- FREDIANI, Andrea. *Guerre, Battaglie e Rivolte nel Mondo Arabo*. Roma, Newton Compton, 2011.
- FRÉMEAUX, Jacques. *Les Empires Coloniaux dans le Processus de Mondialisation*. Paris, Maisonneuve & Larose, 2002.
- FREUND, Julian. *Sociologia di Max Weber*. Introdução al "Marx della borghesia". Milão, Alberto Mondadori, 1968.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo, Círculo do Livro, 1933.
- FRIED, Albert; SANDERS, Ronald. *Socialist Thought*. A documentary history. Nova York, Garden City - Doubleday Anchor, 1964.
- FRIED, Ferdinand. *La Fin du Capitalisme*. Paris, Grasset, 1931.
- FRIEDLÄNDER, H.E. *Historia Económica de Europa Moderna*. México, Fondo de Cultura Económica, 1957.
- FRIEDMAN, Milton. *A Monetary History of the United States 1867-1960*. Princeton, Princeton University Press, 1963.
- FRIEDMAN, Milton. *Episódios de História Monetária*. Rio de Janeiro, Record, 1994.
- FRIEDMAN, Milton. *The Quantity Theory of Money and Other Essays*. Chicago, Aldine, 1969.
- FRIEDMANN, Georges. *La Crise du Progrès*. Paris, Gallimard, 1936.
- FRÖLICH, Paul. *1789 La Grande Svolta*. Roma, Pantarei, 1995.

- FRÖLICH, Paul. *Guerra e Política in Germania 1914-1918*. Milão, Pantarei, 1995.
- FRUGONI, Emilio. *Génesis, Esencia y Fundamentos del Socialismo*. Buenos Aires, Americalee, 1947.
- FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. Nova York, Avon Books, 1992.
- FURET, François. *Marx et la Révolution Française*. Paris, Flammarion, 1986.
- FURET, François. *Penser la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1978.
- FURET, François. *L'Héritage de la Révolution Française*. Paris, Hachette, 1989.
- FURET, François; RICHEL, Denis. *La Révolution Française*. Paris, Fayard, 1973.
- FURTADO, Celso. *A Economia Latino-americana*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- FURTADO, Celso. *Desarrollo y Subdesarrollo*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.
- FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- FURTADO, Celso. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FUSARO, Maria. *Reti Commerciali e Traffici Globali in Età Moderna*. Bari, Laterza, 2008.
- FUSFELD, Daniel R. *La Época del Economista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1978.
- GABRIELLI, Francesco. *Maometto e le Grande Conquista Árabe*. Roma, Newton & Compton, 1996.
- GAIDO, Daniel. The American path of bourgeois development. *The Journal of Peasant Studies*, Vol. 29, nº 2, Londres, janeiro 2002.
- GAIDO, Daniel. The populist interpretation of American History: a materialist revision. *Science and Society*, Vol. 65, Nova York, outono 2001.
- GAILLARD, Jeanne. *Communes de Province, Commune de Paris, 1870-1871*. Paris, Flammarion, 1971.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A Short History of Financial Euphoria*. Londres, Penguin Books, 1990.
- GALBRAITH, John Kenneth. *Moeda. De onde veio, para onde foi*. São Paulo, Pioneira, 1977.
- GALCERON HUGUET, Montserrat. *La Invención del Marxismo*. Madri, Iepala, 1997.

- GALENSONI, Walter. Why the American labor movement is not socialist. *American Review*, Nova York, Vol. 1, n° 2, inverno 1961.
- GALIMBERTI, Fabrizio. *Economia e Pazzia*. Crisi finanziarie di ieri e di oggi. Bari, Laterza, 2003.
- GALLAGHER, John; ROBINSON, Ronald. The imperialism of free trade. *Economic History Review*. Londres, Vol. VI, n° 1, 1953.
- GALLMAN, Robert E. *American Economic Growth and Standards of Living before the Civil War*. Chicago, University of Chicago Press, 1993.
- GARCIA CANTÚ, Gastón. *El Socialismo en México*. Siglo XIX. México, ERA, 1974.
- GARCIA MARTIN, Pedro. *El Mundo Rural en La Europa Moderna*. Madri, Historia 16, 1989.
- GARCIA VILLOSLADA, Ricardo. *Santo Inácio de Loyola*. São Paulo, Loyola, 1991.
- GARCIA, Victor. *La Internacional Obrera*. Madri, Júcar, 1978.
- GARVY, George. Los ciclos largos de Kondratiev. In: *Las Ondas Largas de la Economía*. Madri, Revista de Occidente, 1946
- GAUCHET, Marcel. *La Révolution des Droits de l'Homme*. Paris, Gallimard, 1989.
- GAUCHET, Marcel. *Le Désenchantement du Monde*. Une histoire politique de la religion. Paris, Gallimard, 1985.
- GEBARA, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GEBHARDT, Carl. *Spinoza*. Buenos Aires, Losada, 1977.
- GELLNER, Ernest. *Nations et Nationalisme*. Paris, Payot, 1989.
- GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel e l'Europa Universale*. Veneza, Marsilio Editore, 1990.
- GENOVESE, Eugene D. *A Terra Prometida*. O mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião à Revolução*. As revoltas de escravos negros nas Américas. São Paulo, Global Editora, 1983.
- GENOVESE, Eugene. *L'Économie Politique de l'Esclavage*. Paris, François Maspéro, 1968.
- GENOVESE, Eugene. *O Mundo dos Senhores de Escravos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GENTY, Maurice. *L'Apprentissage de la Citoyenneté*. Paris 1789-1795. Paris, Messidor, 1987.
- GEORGE, Pierre. *Les Grands Marchés du Monde*. Paris, Presses Universitaires de France, 1961.
- GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa*. Mitos e interpretações. São Paulo, Perspectiva, 1981.

- GERHARD, Léo. *Flora Tristan: la Révolte d'une Paria*. Paris, Les Éditions de l'Atelier, 1994.
- GERRATANA, Valentino et al. *Consejos Obreros y Democracia Socialista*. México, Pasado y Presente, 1977.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Atraso Económico e Industrialización*. Barcelona, Ariel, 1970.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Washington, Frederick Praeger Publisher, 1962.
- GERSHONI, I.; JANKOWSKI, J. R. *Egypt, Islam and the Arabs*. The search for Egyptian nationhood 1900-1930. Nova York, Longman, 1986.
- GIANNETTI, Renato. *Crisis Económicas: el Siglo XIX*. Barcelona, Oikos-Tau, 1988.
- GIBSON, Charles. *Spain in America*. Nova York, Harper & Row, 1967.
- GIDE, Charles. *Principes d'Économie Politique*. Paris, Libraririe de la Société du Recueil Sirey, 1916.
- GIL MUNILLA, Octavio. *El Rio de la Plata en la Política Internacional*. Sevilla, slp, 1949.
- GIL, Enrique. *Evolución del Panamericanismo*. Buenos Aires, Librería y Casa Editora de Jesús Menéndez, 1933.
- GILL, Louis. *Fundamentos y Límites del Capitalismo*. Madri, Trotta, 2002.
- GILLMAN, Joseph. *La Baisse du Taux de Profit*. Paris, EDI, 1980.
- GILLY, Adolfo. *La Revolución Interrumpida*. México, ERA, 1994.
- GINDRO, Sandro; MELOTTI, Umberto. *Il Mondo delle Diversità*. Roma, Psicoanalisi Contro, 1991.
- GINGER, Ray. *The Bending Cross*. A biography of Eugene V. Debs. Nova York, Russell & Russell, 1949.
- GIORGETTI, Giorgio. *Capitalismo e Agricoltura in Italia*. Roma, Riuniti, 1977.
- GIRARD, Louis. *Napoléon III*. Paris, Fayard, 1986.
- GIUDICI, Ernesto. *Imperialismo Inglés y Liberación Nacional*. Buenos Aires, CEAL, 1984.
- GIUSTI, Wolf. *Storia della Russia*. Roma, Abete, 1975.
- GOBETTI, Piero. *La Rivoluzione Liberale*. Turim, Einaudi, 2008.
- GOBETTI, Piero. *Risorgimento Senza Eroi*. Roma, Storia e Letteratura, 2011.
- GODECHOT, Jacques. *Les Révolutions (1770-1799)*. PUF-Nouvelle Clio, 1986.
- GODECHOT, Jacques. *Talleyrand*. Buenos Aires, CEAL, 1978.

- GODELIER, Maurice. *Racionalidade e Irracionalidade na Economia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, sdp.
- GODIO, Julio. *Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano*. Buenos Aires, El Cid Editor, 1979.
- GOLDBERG, Ellis Jay (ed). *The Social History of Labor in the Middle East*. Boulder, Westview Press, 1996.
- GOLDMAN, David P. *How Civilizations Die*. Washington, Regnery Publishing, 2011
- GOLDMANN, Lucien. *Las Ciencias Humanas y la Filosofía*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1967.
- GOLDSTEIN, Joshua S. *Long Cycles*. Prosperity and war in the Modern Age. New Haven, Yale University Press, 1988.
- GOLDTHWAITE, Richard A. *L'Economia della Firenze Rinascimentale*. Bolonha, Il Mulino, 2013.
- GOLLWITZER, Heinz. *O Imperialismo Europeu, 1880-1914*. Lisboa, Editorial Verbo, 1969.
- GOMES CORREA, Priscila. *História, Política e Revolução em Eric Hobsbawm e François Furet*. São Paulo, Fapesp-Annablume, 2008.
- GOMES MUNIZ, Ana Lúcia. Marx y Engels y la revolución española de 1854-1856. *En Defensa del Marxismo* nº 11, Buenos Aires, abril 1996.
- GONÇALVES FERREIRA, Muniz. *Engels, Marx e a História Mundial de seu Tempo*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 1996.
- GONSALVES DE MELLO, José Antônio. *Tempo dos Flamengos*. São Paulo, Topbooks-UniverCidade, 2002.
- GOODFELLOW, Robin. *Aux Fondements des Crises*. Le marxisme de la chaire et les crises. In: www..robingoodfellow.info.
- GOODY, Jack. *O Roubo da História*. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente. São Paulo, Contexto, 2008.
- GOODY, Jack. *Rinascimenti*. Uno o molti? Roma, Donzelli, 2010.
- GORDON CHILDE, Vere. *A Evolução Cultural do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- GORDON, David M. *Trabajo Segmentado, Trabajadores Divididos*. Madri, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.
- GORDON, Robert. *The Measurement of Durable Goods Prices*. Chicago, University of Chicago Press, 1990.
- GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. São Paulo, Ática, 1994.
- GORSHKOVA, G. L. et al. *Engels y el Materialismo Histórico*. Buenos Aires, Paidós, 1976.
- GORZ, André. *Les Chemins du Paradis*. Paris, Galilée, 1983.

- GORZ, André. *Metamorfosi del Lavoro*. Turim, Bollati Boringhieri, 1992.
- GOSSE, Philip. *Historia de la Pirateria*. Sevilla, Renacimiento, 2008.
- GOULD, J. D. *Storia e Sviluppo Economico*. Bari, Laterza, 1972.
- GOUREVITCH, Peter. *La Política in Tempi Difficili*. Il governo delle crise economiche 1870-1980. Venezia, Marsilio Editore, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce*. Turim, Einaudi, 1953.
- GRAMSCI, Antonio. *Il Risorgimento*. Roma, Riuniti, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Le Opere*. Roma, Riuniti, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Turim, Einaudi, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. *Scritti di Economia Politica*. Turim, Bollati Boringhieri, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Scritti Politici*. Roma, Riuniti, 1973.
- GRANDIN, Greg. *O Império da Necessidade*. Escravidão, liberdade e ilusão no Novo Mundo. Rio de Janeiro, Rocco, 2014.
- GRAY, Alexander. *The Development of Economic Doctrine*. Londres, Logman, 1948
- GREEN, Toby. *Inquisição*. O reinado do medo. Rio de Janeiro, Objetiva, 2014.
- GREGORY, Paul R. Economic growth and structural change in Czarist Russia: a case of modern economic growth? *Soviet Studies* Vol. 23, nº 3, Londres, 1972.
- GRENDI, Edoardo. *Le Origini del Movimento Operaio Inglese 1815 - 1848*. Bari, Laterza, 1973.
- GRESPLAN, Jorge. *O Negativo do Capital*. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- GRIMBERG, Carl. *Les Grandes Découvertes et les Réformes*. Paris, Marabout Université, 1974.
- GRINBERG, Carl. *La Hegemonia Española*. Madri, Daimon, 1968.
- GRJEBINE, André. *Théories de la Crise et Politiques Économiques*. Paris, Seuil, 1986.
- GROETHUYSEN, Bernard. *Origines del'Esprit Bourgeois en France*. Paris, Gallimard, 1927.
- GROSS, Daniel. *Forbes*. As maiores histórias do mundo dos negócios. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- GROSSMANN, Henryk. *Las Leyes de la Acumulación y el Derrumbe del Sistema Capitalista*. México, Siglo XXI, 1978.
- GROUSSET, René. *Historia de Asia*. Buenos Aires, Eudeba, 1962.
- GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

- GUAITA, Enrico. Imperialismo e ricerca storica. *Studi Storici* n° 2, Roma, abril-junho 1980.
- GUARRACINO, Scipione. *Il Novecento e le sue Storie*. Milão, Mondadori, 1997.
- GUÉRIN, Daniel. *As Lutas de Classe na França durante a I República*. Bourgeois et bras-nus. Lisboa, A Regra do Jogo, 1977.
- GUÉRIN, Daniel. *Estados Unidos 1880-1950*. Movimiento obrero y campesino. Buenos Aires, CEAL, 1972.
- GUÉRIN, Daniel. *La Descolonización del Negro Americano*. Madri, Tecnos, 1968.
- GUÉRIN, Daniel. *Rosa Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária*. São Paulo, Perspectiva, 1982
- GUERRA Y SÁNCHEZ, Ramiro. *La Expansión Territorial de los Estados Unidos*. Havana, Editora Cultural, 1935.
- GUILLAUME, Alan. *Los Jesuitas*. Barcelona, Oikos-Tau, 1970.
- GUILLAUME, James. *A Internacional*. São Paulo, Imaginário, 2009.
- GUILLÉN ROMO, Hector. *Lecciones de Economía Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.
- GUIZOT, François. *Histoire de la Civilisation en Europe*. Paris, Didier, 1864.
- GULLICKSON, Gay. *Unruly Women of Paris*. Ithaca, Cornell University Press, 1996.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As Funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1989.
- GUNDER FRANK, André. *Acumulação Mundial 1492-1789*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- GUNDER FRANK, André. *Lumpenbúrguesia: Lumpendesarrollo*. Dependencia, clase y política en Latinoamérica. Barcelona, Laia, 1979.
- GUNN, Geoffrey C. *First Globalization*. The eurasian exchange 1500-1800. Lanham, Rowman & Littlefield, 2003.
- GUSTAFFSON, Bo. *Marxismo y Revisionismo*. Barcelona, Grijalbo, 1978.
- GUSTAFSON, Lowell S. *The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands*. Nova York, Oxford University Press, 1988.
- GUTIÉRREZ CONTRERAS, Francisco. *Nación, Nacionalidad, Nacionalismo*. Barcelona, Salvat, sdp.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *Dieu ou l'Or des Indes Occidentales*. Las Casas et la conscience chrétienne. Paris, Cerf, 1992.
- GUTIÉRREZ DE BENITO, Eduardo; CONDE, Angel León. *Alemania desde la Unificación hasta 1914*. Madri, Akal, 1994.

- GUYADIER, Pierre. *A História da Física*. Lisboa, Edições 70, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *Per la Ricostruzione del Materialismo Storico*. Milão, Etas Libri, 1979.
- HACKER, Louis M. *El Capitalismo*. Buenos Aires, Ágora, 1958.
- HALE, John. *La Civiltà del Rinascimento in Europa 1450-1620*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1994.
- HALÉVY, Élie. *Histoire du Socialisme Européen*. Paris, Gallimard, 1948.
- HALÉVY, Elie. *The Growth of Philosophic Radicalism*. Londres, Faber & Gwyer, 1928.
- HALL, Catherine; ROSE, Sonya O. *At Home with the Empire*. Metropolitan culture and the imperial world. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.
- HALL, Robert. *Inflation: Causes and Effects*. Chicago, University of Chicago Press, 1982.
- HAMILTON, Earl J. *El Tesoro Americano y la Revolución de los Precios en España 1501-1650*. Barcelona, Crítica, 2000.
- HANISCH, Erdmann. *Historia de Rusia*. Madri, Espasa-Calpe, 1944.
- HARRISON, Royden. *Disraeli*. Buenos Aires, CEAL, 1976.
- HARTWELL, Ronald Max. *La Rivoluzione Industriale Inglese*. Bari, Laterza, 1973.
- HARVEY, David. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- HARVEY, David. *Para Entender "O Capital"*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- HARVEY, David. *Spaces of Capital*. Nova York, Routledge, 2001.
- HASKETT, Richard C. Prosecuting the Revolution. *The American Historical Review*, Nova York, Oxford University Press, abril 1954.
- HASTINGS, Max. *Catástrofe. 1914: a Europa vai à guerra*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.
- HAUPT, Georges. *L'Historien et le Mouvement Social*. Paris, François Maspéro, 1980.
- HAUPT, Georges. *L'Internazionale Socialista dalla Comune a Lenin*. Turim, Einaudi, 1978.
- HAUPT, Georges. *Socialism and the Great War*. The collapse of the Second International. Londres, Oxford University Press, 1973.

- HAUSER, Henri. *Les Débuts du Capitalisme*. Paris, Félix Alcan, 1931.
- HAUSER, Henri. *Les Origines du Capitalisme Moderne en France*. Paris, L. Larose, 1902.
- HAVEMANN, Robert. *Dialética sem Dogma*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- HAWTHORN, Geoffrey. *Iluminismo e Desespero*. Uma história da sociologia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and the Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Nova York, Cambridge University Press, 2010.
- HAYEK, Friedrich A. *Individualism and Economic Order*. Londres, Routledge Press, 1949.
- HAYEK, Friedrich A. *The Road to Serfdom*. Chicago, University of Chicago Press, 1980.
- HAZAREESINGH, Sudhic. *From Subject to Citizen*. The Second Empire and the emergence of modern French democracy. Nova Jersey, Princeton University Press, 1998.
- HEERS, Jacques. *Marco Polo*. Barcelona, Folio, 2004.
- HEERS, Marie-Louise. *El Mundo Contemporáneo (1848-1914)*. Madri, Sarpe, 1981.
- HEFFER, Jean. *La Nouvelle Histoire Économique*. Paris, Gallimard, 1977.
- HEGEL, G.W.F. *La Constitución de Alemania*. Madri, Aguilar, 1972.
- HEGEL, G.W.F. *Lecciones sobre Filosofía de la Historia Universal*. Madri, Revista de Occidente, 1974.
- HEGEL, G.W.F. *Princípios de Filosofia do Direito*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- HEIMAN, Eduard. *História das Doutrinas Econômicas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- HELLER, Pablo. Tasa de ganancia y descomposición capitalista. *En Defensa del Marxismo* n° 30, Buenos Aires, abril 2003
- HEMMING, John. *Red Gold*. The conquest of the Brazilian Indians. Londres, Macmillan, 1978
- HENDERSON, W. O. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Edusp, 1968.
- HENRY, Louis. *Historia General del Trabajo*. Barcelona, Grijalbo, 1964.
- HENSHALL, Kenneth. *Storia del Giappone*. Milão, Oscar Mondadori, 2004.
- HERMAN, Arthur. *A Ideia de Decadência na História Ocidental*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

- HERMET, Guy. *Histoire des Nations et du Nationalisme en Europe*. Pars, Seuil, 1996.
- HERNANDEZ MORENO, Isaac. *Abraham Lincoln*. Barcelona, Folio, 2004.
- HERNÁNDEZ PADILLA, Salvador. *El Magonismo*. Historia de una pasión libertaria, 1900-1922. México, ERA, 1984.
- HERNANDEZ, Jesús. *Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, Madras, 2008.
- HERRING, George C. *From Colony to Superpower*. US foreign relations since 1776. Nova York, Oxford University Press, 2008.
- HERTNER, Peter. *Il Capitale Tedesco in Italia dall'Unità alla Prima Guerra Mondiale*. Bolonha, Il Mulino, 1984.
- HERZEN, Aleksandr. *El Desarrollo de las Ideas Revolucionarias en Rusia*. México, Siglo XXI, 1979.
- HIBBERT, Christopher. *The Story of England*. Londres, Phaidon Press, 1997.
- HILFERDING, Rudolf. *Economía Burguesa y Economía Socialista*. México, Pasado y Presente, 1978.
- HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- HILL, Christopher. *A Bíblia Inglesa e as Revoluções do Século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa, Presença, 1985.
- HILL, Christopher. *Lênin*. Buenos Aires, CEAL, 1987.
- HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta Cabeça*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- HILL, Christopher. *O Século das Revoluções 1603-1714*. São Paulo, Editora Unesp 2012.
- HILL, Christopher. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- HILL, Christopher. *Puritanism and Revolution*. Londres, Panther, 1968.
- HILL, Christopher. *Reformation to Industrial Revolution*. Londres, Penguin Books, 1967.
- HILLQUIT, Morris. *History of Socialism in the United States*. Nova York, Dover Publications, 1971.
- HILTON, Rodney et al. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HILTON, Sylvia; ICKRINGILL, Steve. *La doctrina Monroe y el presidente McKinley en 1898*. Cuadernos de Historia Contemporánea n° 20, Buenos Aires, 1998.

- HINRICHS, Ernst. *Alle Origine dell'Età Moderna*. Roma-Bari, Laterza 2005.
- HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro, Revan, 2010.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- HOBSBAWM, Eric J. (org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982-1985.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções 1789-1848*. São Paulo, Paz e Terra, 2005.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- HOBSBAWM, Eric J. *Como Mudar o Mundo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- HOBSBAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.
- HOBSBAWM, Eric J. *En Torno a los Origenes de la Revolución Industrial*. Madri, Siglo XXI, 1990.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos. O curto século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- HOBSBAWM, Eric J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- HOBSBAWM, Eric J. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.
- HOBSBAWM, Eric J. *Trabalhadores*. Estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWM, Eric J.; RUDÉ, George. *Capitão Swing*. São Paulo, Francisco Alves, 1982.
- HOBSON, J. M. *The Eastern Origins of Western Civilization*. Nova York-Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- HOBSON, John A. *A Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- HOBSON, John A. *L'Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1996.
- HOFDSTADER, Richard. *La Tradición Política Norteamericana*. Barcelona, Seix Barral, 1972.

- HOLMES, George. *Europa: Jerarquia y Revuelta 1320-1450*. Madri, Siglo XXI, 1978.
- HORRUT, Claude. *Ibn Khaldûn, um Islam des "Lumières"?* Bruxelas, Complexe, 2006.
- HOURANI, Albert. *Histoire des Peuples Arabes*. Paris, Seuil, 1993.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. São Paulo, LTC, 1986.
- HUBERMAN, Leo. *Nós, o Povo*. História da riqueza dos EUA. São Paulo, Brasiliense, 1978.
- HUFTON, Olwen. *Europa: Privilégio e Protesta 1730-1789*. Madri, Siglo XXI, 1983.
- HUMBOLDT, Wilhelm Von. *La Diversità delle Lingue*. Bari, Laterza, 1991.
- HUNT, Lynn. *Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- HUNT, Tristram. *Comunista de Casaca*. A vida revolucionária de Friedrich Engels. Rio de Janeiro, Record, 2010.
- HUNTINGTON, Samuel P. *Lo Scontro delle Civiltà e il Nuovo Ordine Mondiale*. Roma, Gli Elefanti Saggi, 1998
- HUTTON, Patrick H. *The Cult of the Revolutionary Tradition*. The blanquists in French politics 1864-1893. Berkeley, University of California Press, 1981.
- HYPOLITE, Jean. *Introducción a la Filosofía de la Historia de Hegel*. Montevideo, Caldén, 1981.
- IANNI, Octavio. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- IANNONE, Roberto A. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Moderna, 1992.
- IGLESIAS, Francisco. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ILBERT, Courtenay; CARR, Cecil. *Parliament*. Londres, Oxford University Press, 1956.
- iliffe, john. *Les Africains*. histoire d'un continent. Paris, Flammarion, 2009.
- INALCIK, Halil. *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 1994.
- INCISA DI CAMERANA, Ludovico. *El Gran Éxodo*. Historia de las migraciones italianas em el mundo. Buenos Aires, Alianza, 2005.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, Cultural Change and Democracy*. Nova York, Cambridge University Press, 2005.

- IZARD, Miquel. Perpetuar el embelezado o recordar lo ocurrido. *Boletín Americanista* n° 46, Barcelona, Universitat de Barcelona Publicacions, 1996
- JACKSON, Helen H. *Un Siècle de Dishonneur*. Paris, UGE, 1972.
- JACKSON, J.H. *Marx, Proudhon e o Socialismo Europeu*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
- JAFFE, Hosea. *Sudafrica Storia Politica*. Milão, Jaca Book, 1997.
- JAGUARIBE, Hélio. *Um Estudo Crítico da História*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- JAKSIC, Iván; CARBÓ, Eduardo P. *Liberalismo y Poder*. Latinoamérica en el siglo XIX. Santiago de Chile, Fondo de Cultura Económica, 2011.
- JALDÚN, Ibn. *Introducción a la Historia Universal*. Al-Muqaddimah. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.
- JAMES, C. L. R. *Os Jacobinos Negros*. Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo, Boitempo, 2000.
- JAMES, Lawrence. *Raj*. The making and unmaking of British India. Londres, Abacus, 2001.
- JAMESON, Frederic. *A Cultura do Dinheiro*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- JAMET, Dominique. *Robespierre y Saint-Just*. El terror sin la virtud. Barcelona, Caralt, 1990.
- JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o Império*. História do ensaio de sedição de 1798. São Paulo, Hucitec/EDUFBA, 1996
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *A Primeira Guerra Mundial*. O confronto de imperialismos. São Paulo, Atual, 1992.
- JARDIN, André. *Histoire du Libéralisme Politique*. Paris, Hachette, 1985.
- JÁUREGUI, Aníbal. La lenta agonía del Tahuantinsuyu. *Todo es Historia* n° 213, Buenos Aires, janeiro 1985.
- JAURÈS, Jean. *Histoire Socialiste de la Révolution Française*. Paris, Les Éditions Sociales, 2014.
- JAY, Peter. *A Riqueza do Homem*. Uma história econômica. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- JEAN, Carlo. *Geopolítica*. Bari, Laterza, 1995.
- JELLINEK, F. *The Paris Commune of 1871*. Nova York, Grosset and Dunlap, 1965.
- JENKINS, Brian. *Nation and Identity in Contemporary Europe*. Oxon, Routledge, 1996.
- JENKINS, Philip. *Guerras Santas*. Rio de Janeiro, LeYa, 2013.
- JESSOP, Bob. O Estado e a construção de Estados. *Outubro* n° 15, São Paulo, 2007.

- JIPE, Gabriel. El desarrollo de los monopolios y la tendencia al estancamiento. *Críticas de la Economía Política* nº 3, México, abril 1977.
- JOHNSON, Paul M. *A History of the American People*. Nova York, Harper Perennial, 1999.
- JOLL, James. *A Europa desde 1870*. Lisboa, Dom Quixote, 1982.
- JOLL, James. *The Second International 1889-1914*. Nova York, Praeger, 1956.
- JONES, Eric. *Agricoltura e Rivoluzione Industriale*. Roma, Riuniti, 1982.
- JONES, Maldwyn A. *Storia degli Stati Uniti da America*. Milão, Bompiani, 2005.
- JOUBERT, Jean P. Lénine et le jacobinisme. *Cahiers Leon Trotsky* nº 30, Saint Martin d'Hères, junho 1987.
- JOURCIN, Albert. *Prólogo ao Nosso Século, 1871-1918*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981.
- JOURDAN, Annie. *La Révolution, une Exception Française?* Paris, Flammarion, 2006.
- JOUVENEL, Bertrand de. *As Origens do Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- JOVELLANOS, Gaspar Melchor de. *Escritos Políticos y Filosóficos*. Buenos Aires, Orbis, 1982.
- JUKES, Geoffrey. *The Russo-Japanese War*. Nova York, Osprey Publishing, 2002.
- JULLIARD, Jacques. *Fernand Pelloutier et les Origines du Syndicalisme d'Action Directe*. Paris, Seuil, 1971.
- JUSTO, Liborio. *Pampas y Lanzas*. Buenos Aires, Palestra, 1962.
- KAGAN, Donald. *On the Origins of War*. Londres, Pimlico, 1997.
- KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua*. Porto Alegre, L&PM, 2010.
- KARADY, Victor. *Los Judíos en la Modernidad Europea*. Madri, Siglo XXI, 2000.
- KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos. Das origens ao século XX*. São Paulo, Contexto, 2007.
- KARNES, Thomas. *The Failure of Union. Central America, 1824-1960*. Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1961.
- KARSH, Efraim. *Islamic Imperialism: a History*. Nova York, Yale University Press, 2005.
- KARSON, Marc. *American Labor Unions and Politics, 1900-1918*. Boston, Beacon Press, 1965.
- KASPI, André. *Les Américains*. Paris, Seuil, 1986.
- KATOUZIAN, Homa. *Ideology and Method in Economics*. Londres, MacMillan Press, 1980.

- KAUSTKY, Karl. *Der amerikanische Arbeiter*. *Die Neue Zeit* n° 24, Berlim, 1906.
- KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- KAUTSKY, Karl. *La Doctrina Socialista*. Buenos Aires, Claridad, 1966.
- KAUTSKY, Karl. *O Caminho do Poder*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- KAUTSKY, Karl. *Teorie delle Crise*. Florença, Guaraldi, 1976.
- KEEGAN, John. *A Batalha e a História*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2006.
- KEEGAN, John. *La Grande Storia della Guerra*. Milão, Oscar Mondadori, 1996.
- KEEGAN, John. *The First World War*. Nova York, Vintage Books, 1998.
- KELLER, Pierre. *La Question Arabe*. Paris, Presses Universitaires de France, 1948.
- KEMP, Tom. *La Revolución Industrial en la Europa del Siglo XIX*. Barcelona, Fonanella, 1974.
- KEMP, Tom. *Teorie dell'Imperialismo*. De Marx a oggi. Turim, Einaudi, 1969.
- KEMPF, Hervé. *L'Économie à l'Épreuve de l'Écologie*. Paris, Hatier, 1991.
- KEMPLE, Thomas. *Reading Marx's Writing*. Stanford, Stanford University Press, 1995.
- KENNAN, George F. *A Rússia e o Ocidente*. Rio de Janeiro, Forense, 1966.
- KENNAN, George F. *O Declínio da Ordem Europeia de Bismarck*. Brasília, Universidade de Brasília, 1983.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro, Elsevier/Campus, 1989.
- KENWOOD, A. G.; LOUGHEED, A. L. *Historia del Desarrollo Económico Internacional*. Madri, Istmo, 1973.
- KENWORTHY, Lane. *Social Democratic America*. Nova York, Oxford University Press, 2014.
- KESSEL, Patrick. *1871: la Commune et la Question Militaire (Cluseret-Rossel)*. Paris, UGE, 1971.
- KEYNES, John Maynard. *A Treatise on Money*. Nova York, Harcourt & Brace, 1930.
- KEYNES, John Maynard. *Essays in Persuasion*. Nova York, Harcourt & Brace, 1932.
- KEYNES, John Maynard. *Indian Currency and Finance*. Londres, Macmillan & Co., 1913.

- KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. Nova York, Harcourt & Brace, 1964.
- KIDRON, Michael. *Capitalismo e Teoria*. Lisboa, Iniciativas, 1976.
- KIERNAN, V. G. *Colonial Empires and Armies 1815-1960*. Gloucestershire, Sutton Publishing, 1998.
- KIERNAN, V. G. *Estados Unidos, o Novo Imperialismo*. Da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro, Record, 2009.
- KIERNAN, V. G. *Marxism and Imperialism*. Londres, Edward Arnold, 1979.
- KIERNIG, C. D. (ed.). *Marxismo y Democracia*. Madri, Rioduero, 1975.
- KINDLEBERGER, Charles P. *Manias, Panics and Crashes*. A history of financial crises. Nova York, Palgrave, 2005.
- KINROSS, Patrick Balfour. *The Ottoman Centuries*. The rise and fall of the Turkish Empire. Londres, William Morrow, 1979.
- KIRCHBERGER, Joe H. *Civil War and Reconstruction*. An eyewitness history. Washington, Facts on File, 1991.
- KIRK, George E. *História do Oriente Médio*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- KIRKLAND, Edward C. *Historia Económica de los Estados Unidos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1941.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. Nova York, Simon&Schuster, 1994.
- KISSINGER, Henry. *O Mundo Restaurado*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- KITSIKIS, Dimitris. *El Imperio Otomano*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa, Europa-América, 1991.
- KLEIN, Claude. *De los Espartaquistas al Nazismo*. Barcelona, Península, 1970.
- KLEIN, Herbert S. *Escravidão Africana*. América Latina e Caribe. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- KNEI-PAZ, Baruch. *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Claredon Press, 1979.
- KNOCK, Thomas J. *To End All Wars*. Woodrow Wilson and the quest for a new world order. Nova York, Oxford University Press, 1992.
- KNUTSEN, Torbjørn L. *The Rise and Fall of World Orders*. Manchester, Manchester University Press, 1999.
- KOCHAN, Lionel. *Rusia en Revolución*. Madri, Alianza, 1968.

- KOCKA, Jürgen. *Lohnarbeit und Klassenbildung. Arbeiter und arbeiterbewegung in Deutschland*. Berlin, Dietz Verlag, 1983.
- KOCKA, Jürgen. Losses, gains and opportunities: social history today. *Journal of Social History*, Vol. 37, n° 1, outono 2003.
- KOENIGSBERGER, H. G.; MOSSE, George L. *Europe in the Sixteenth Century*. Londres, Longman, 1968.
- KOHN, Hans. *A Era do Nacionalismo*. Rio de Janeiro / São Paulo, Fundo de Cultura, 1962.
- KOLAKOWSKI, Leszek. *Las Principales Corrientes del Marxismo*. Madri, Alianza, 1980.
- KONDRATIEV, Nikolai et al. *Las Ondas Largas de la Economía*. Madri, Revista de Occidente, 1946.
- KONETZKE, Richard. *América Latina*. La época colonial. Madri, Siglo XXI, 1979.
- KONIG, Hans-Joachim. *En el Camino Hacia la Nación*. Bogotá, Banco de la República, 1988.
- KONZELMANN, Gerhard. *O Canal de Suez*. São Paulo, Melhoramentos, 1997.
- KORSCH, Karl et al. *Derrumbe del Capitalismo o Sujeto Revolucionario?* México, Pasado y Presente, 1978
- KORSCH, Karl. *Dialettica e Scienza nel Marxismo*. Bari, Laterza, 1974.
- KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Barcelona, Folio, 2004.
- KORSCH, Karl. *Lucha de Clases y Derecho del Trabajo*. Barcelona, Ariel, 1980.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro, EDUERJ-Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.
- KOSSIS, Costas. Japanese capitalism and the world economy. *International Socialism* n° 54, Londres, março 1992.
- KOSSOK, Manfred. El contenido burgués de las revoluciones de independencia en América Latina. *Historia y Sociedad* n° 4, México, 1974.
- KOTZ, David M. Long waves and the social structure of accumulation. *Review of Radical Political Economics*, n° 19 (4), 1987.
- KOURGANOFF, Vladimir. *La Investigación Científica*. Buenos Aires, EUDEBA, 1959.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

- KOYRÉ, Alexandre. *Études d'Histoire de la Pensée Scientifique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1968.
- KRANTZ, Frederick. *A Outra História. Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- KRANZBERG, Melvin; PURSELL, Carroll W. *Technology in Western Civilization*. Nova York, Oxford University Press, 1967.
- KRIEDTE, Peter. *Feudalismo Tardío y Capital Mercantil*. Líneas maestras de la historia económica europea desde el siglo XVI hasta finales del XVIII. Barcelona, Crítica, 1982.
- KRIEGEL, Annie. *As Internacionais Operárias*. Amadora, Bertrand, 1974.
- KRIPPENDORF, Ekkehart. *História das Relações Internacionais*. Lisboa, Antídoto, 1979.
- KROENKER, Diana; ROSENBERG William. *Strikes and Revolution in Russia*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1989.
- KROPOTKIN, Piotr. *The Conquest of Bread*. Nova York, G. P. Putnam's Sons, 1906.
- KUCZYNSKI, Jurgen. *Evolución de la Clase Obrera*. Madri, Guadarrama, 1976.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Perspectiva, 2006.
- KÜHNE, Karl. *Economía y Marxismo*. Barcelona, Grijalbo, 1977.
- KULA, Witold. *Problemas y Métodos de la Historia Económica*. Barcelona, Península, 1974.
- KULA, Witold. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1994.
- KURZ, Robert. Canhões e capitalismo. *Controvérsia* n° 84, São Paulo, 16 de janeiro 2013.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- KUZNETS, Simon. *Crescimento Econômico Moderno*. São Paulo, Abril Cultural, 1986.
- LA BOÉTIE, Étienne de. *Discours de la Servitude Volontaire*. Paris, Flammarion, 2010.
- LABICA, G.; BENSOUSSAN, G. (eds.). *Dictionnaire Critique du Marxisme*. Paris, Presses Universitaires de France, 1982.
- LABROUSSE, Enest. *Come Nascono le Rivoluzioni*. Economia e politica nella Francia del XVIII e XIX secolo. Turim, Bollati Boringhieri, 1989.
- LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du Mouvement des Prix et des Revenus en France au XVIIIè Siècle*. Paris, Dalloz, 1933.

- LABROUSSE, Ernest. *Fluctuaciones Económicas e Historia Social*. Madri, Tecnos, 1962.
- LACOSTE, Yves. *Ibn Jaldún*. El nacimiento del Tercer Mundo. Barcelona, Península, 1971.
- LACOSTE, Yves. *Ler Braudel*. Campinas, Papirus, 1989.
- LACOTOURE, Jean. *Jésuites*. Paris, Seuil, 1991.
- LACY, Dan. *The Meaning of the American Revolution*. Nova York, Mentor, 1966.
- LAFFEBER, Walter. *The New Empire*. An interpretation of American expansion 1860-1898. Ithaca, Cornell University Press, 1963.
- LAFUE, Pierre. *Histoire de l'Allemagne*. Paris, Flammarion, 1958.
- LAGARDELLE, Hubert (ed). *Huelga General y Socialismo*. Córdoba, Pasado y Presente, 1975.
- LAMBERT, Jacques. *América Latina*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- LAMBERT, Jean-Marie. *História da África Negra*. São Paulo, Kelps, 2001
- LANDER, Edgardo. *A Colonialidade do Saber*. Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- LANDES, David S. *A Riqueza e a Pobreza das Nações*. Por que algumas são tão ricas e outras tão pobres. Rio de Janeiro, Campus, 1998.
- LANDES, David S. et al. *Las Dimensiones del Pasado*. Estudios de historia cuantitativa. Madri, Alianza, 1974.
- LANDES, David. S. *L'Orologio nella Storia*. Milão, Mondadori, 2009.
- LANDES, Davis S. *Prometeu Desacorrentado*. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até nossa época. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.
- LANDHEER, Bartholomew. *A Holanda*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1947.
- LANE, Frederic. *Storia di Venezia*. Turim, Einaudi, 1978.
- LANGE, Oskar. *Economía Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.
- LANZMANN, Claude. *El Hombre de Izquierda*. Buenos Aires, La Pléyade, 1971.
- LARRIQUETA, Daniel. *La Argentina Renegada*. Buenos Aires, Debolsillo, 2004.
- LAS CASAS, Bartolomé de. *O Paraíso Destruído*. A sangrenta história da conquista da América. Porto Alegre, L&PM, 2001.

- LASH, Scott; URRY, John. Capitalism. In: *The Penguin Dictionary of Sociology*. Londres, Penguin, 2000.
- LASKI, Harold J. *Introducción a la Política*. Buenos Aires, Siglo Veinte, 1957.
- LASLETT, Peter. *O Mundo que Nós Perdemos*. Lisboa, Cosmos, 1975.
- LE BON, Gustave. *Psicologia della Folla*. Roma, Edizione Clandestine, 2013.
- LE GOFF, J.; NORA, P. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *A Bolsa e a Vida*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o Dinheiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *L'Europa Medievale e il Mondo Moderno*. Bari, Laterza, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *Os Intelectuais na Idade Média*. Lisboa, Estúdios Cor, 1973.
- LE GOFF, Jacques. *Para uma Outra Idade Média*. Tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Rio de Janeiro, Vozes, 2013.
- LE MENÉ, Michel. *A Economia Medieval*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- LE RIVEREND, Julio. *Historia Económica de Cuba*. Ariel, Barcelona, 1972.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *História dos Camponeses Franceses*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *O Estado Monárquico*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- LEAF, Murray. *Uma História da Antropologia*. Rio de Janeiro/São Paulo, Zahar/Edusp, 1981.
- LECHNER, Norbert. *Estado y Política en América Latina*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1981.
- LEE, Maurice W. *Fluctuaciones Económicas*. Buenos Aires, Eudeba, 1967.
- LEFEBVRE, Georges. *1789 - O Surgimento da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- LEFEBVRE, Georges. *El Nacimiento de la Historiografía Moderna*. Barcelona, Martínez Roca, 1974.
- LEFEBVRE, Georges. *La Revolución Francesa y el Imperio*. México, Fondo de Cultura Económica, 1968.

- LEFEBVRE, Henri. *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Lisboa, Ulisseia, s.d.p.
- LEFEBVRE, Jean P.; MACHEREY, Pierre. *Hegel et la Société*. Paris, Presses Universitaires de France, 1987.
- LEFRANC, Georges. *Histoire du Commerce*. Paris, PUF, 1965.
- LEFRANC, Georges. *La Huelga*. Historia y presente. Barcelona, Laia, 1972.
- LEFRANC, Georges. *Le Socialisme Réformiste*. Paris, Presses Universitaires de France, 1971.
- LEFRANC, Georges. *Le Syndicalisme en France*. Paris, Presses Universitaires de France, 1973.
- LEFRANCAIS, Gustave-Adolphe. *Étude sur le Mouvement Communaliste a Paris en 1871*. Paris, Éditions d'Histoire Sociale, 1968.
- LEMONS VIEIRA, Julia. Marx crítico de Hegel. *Dialectus* n° 3, slp, julho-dezembro 2013.
- LENCI, Marco. *Corsari*. Guerra, schiavi, rinnegati nel Mediterraneo. Roma, Carocci, 2006.
- LENIN, V. I. 1905. Jornadas revolucionárias. São Paulo, Editora História, 1980.
- LENIN, V. I. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Barcelona, Ariel, 1974.
- LENIN, V. I. *Estado e Revolução*. Campinas, Navegando Publicações, 2011.
- LENIN, V. I. *Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas, Navegando Publicações, 2011.
- LENIN, V. I. *Los Socialistas y la Guerra*. México, Editorial América, 1939.
- LÊNIN, V. I. *Quienes son los Amigos del Pueblo y como Luchan contra los Socialdemócratas*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras 1978.
- LENIN, V.I. *Obras Escogidas*. Buenos Aires, Cartago, 1973.
- LENK, Wolfgang. *Guerra e Pacto Colonial*. A Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654). São Paulo, Alameda/Fapesp, 2013.
- KUHN, Robert. *Henryk Grossman and the Recovery of Marxism*. Chicago, University of Illinois Press, 2007.
- LENS, Sidney. *The Labor Wars*. Nova York, Anchor Books, 1974
- LÉON, Pierre (ed.). *Storia Economica e Sociale del Mondo*. Bari, Laterza, 1980.
- LEON-PORTILLA, Miguel. *Visión de los Vencidos*. Relaciones indígenas de la conquista. México, UNAM, 1992.
- LEROI-GOURHAN, André. *Le Geste et la Parole*. Paris, Albin Michel, 1964.

- LESCURE, Jean. *Des Crises Générales et Périodiques de Surproduction*. Paris, Sirey, 1923.
- LEUCHTENBURG, William E. (org.). *O Século Inacabado. A América desde 1900*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- LEVENE, Ricardo. *El Pensamiento Vivo de Moreno*. Uenos Aires, Losada, 1942.
- LÉVI, Catherine. *La Crise Jusqu'ou?* Paris, Hatier, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Histoire de Lynx*. Paris, Plon, 1991.
- LEWIN, Boleslao. *La Insurrección de Tupac Amaru*. Buenos Aires, Eudeba, 1963.
- LEWIN, Boleslao. *La Rebelión de Tupac Amaru y los Orígenes de la Emancipación Americana*. Buenos Aires, Hachette, 1957.
- LEWIN, Boleslao. *Tupac Amaru en la Independencia de América*. Buenos Aires, Plus Ultra, 1979.
- LEWIS, Bernard. *Ottoman observers of Ottoman decline. Islam in History*. La Salle, Open Court, 1972.
- LICHTEIM, George. *Breve Historia del Socialismo*. Madri, Alianza, 1979.
- LICHTEIM, George. *El Marxismo*. Un estudio histórico y crítico. Barcelona, Anagrama, 1964.
- LICHTEIM, George. *Los Orígenes del Socialismo*. Barcelona, Anagrama, 1970.
- LIDSKY, Paul. *Los Escritores contra la Comuna*. México, Siglo XXI, 1971.
- LIÉVANO AGUIRRE, Indalecio. *Bolívar*. Caracas, Academia Nacional de la Historia, 1988.
- LINDBERG, Christopher. *As Reformas na Europa*. São Leopoldo, Sinodal, 2001.
- LINDEN, Eugene. *The exploding cities of the developing world*. *Foreign Affairs* vol. 75, nº 1, Washington, janeiro-fevereiro 1996.
- LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A Hidra de Muitas Cabeças*. Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- LINHARES, Maria Yedda. *O Oriente Médio e o Mundo árabe*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- LIPIETZ, Alain. *Capitalism, Nature, Socialism*. Nova York, Bookmark, 2000.
- LIPSET, Seymour M. *La Primera Nación Nueva*. Buenos Aires, Eudeba, 1992.
- LISANTI, Nicola. *Il Movimento Operaio in Italia*. Roma, Riuniti, 1986.

- LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *Histoire de la Commune de 1871*. Paris, François Maspero, 1983.
- LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economía Política*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.
- LIVET, Georges. *Las Guerras de Religión (1559-1598)*. Barcelona, Oikos-Tau, 1971.
- LIVEZEY, William E. *Mahan on Sea Power*. Norman, University of Oklahoma Press, 1981.
- LIVI BACCI, Massimo. *Conquista*. La destruzione degli indios americani. Bolonha, Il Mulino, 2005.
- LOBO, M^a. Eulalia L. *História do Rio de Janeiro*. Do capital comercial ao capital industrial e financeiro. Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.
- LOCHNER, Louis P. *A Alemanha por Dentro*. São Paulo, Editora Nacional, 1944.
- LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo Civil*. Lisboa, Edições 70, 1984.
- LOGUERCIO, Edgardo. *Panamericanismo versus Latinoamericanismo*. Um debate na virada do século XIX para o século XX. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Prolam-USP, 2007.
- LOMAX, Louis. *La Révolte Noire*. Paris, Seuil, 1963.
- LOMBARDI, Franco. *Naissance du Monde Moderne*. Paris, Flammarion, 1958.
- LONDON, Jack. *Escritos Políticos*. São Paulo, Xamã, 2003.
- LONGO, Gino. *Manual de Economía Política*. Madri, Comunicación, 1973.
- LOPES DIAS, Antonio F. A natureza antidemocrática do Estado na filosofia do direito de Hegel. *Dialectus* n° 3, slp, julho-dezembro 2013.
- LÓPEZ PIÑERO, José Maria. *La Medicina en la Historia*. Madri, La Esfera de los Libros, 2002.
- LORA, Guillermo. Notas sobre el movimiento campesino del siglo XVIII. *América Índia* n° 1, Buenos Aires, janeiro 1972.
- LORENZO, Anselmo. *El Proletariado Militante*. Madri, Alianza, 1974.
- LOSURDO, Domenico. *Contra-História do Liberalismo*. São Paulo, Ideias & Letras, 2006.
- LOSURDO, Domenico. *Democrazia e Bonapartismo*. Turim, Boringhieri, 1993.
- LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África*. Uma história de suas transformações. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

- LÖWY, Michael. *A Teoria da Revolução no Jovem Marx*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina*. São Paulo, Perseu Abramo, 2000.
- LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.
- LÖWY, Michael. Revolução permanente e revolução burguesa em Marx e Engels. *Discurso* nº 9, São Paulo, FFLCH-USP, novembro 1978.
- LÖWY, Michael. *The Politics of Uneven and Combined Development*. Londres, Verso Books, 1981.
- LUCCIOLA MOLON, Alessandro. *Graco Babeuf. O pioneiro do socialismo moderno*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002.
- LUKÁCS, Györg. *El Joven Hegel y los Problemas de la Sociedad Capitalista*. México, Grijalbo, 1969.
- LUKÁCS, Györg. *Historia y Conciencia de Clase*. México, Grijalbo, 1968.
- LUNA, Félix. *Buenos Aires Capital*. Buenos Aires, Editora Abril, 1988.
- LUPORINI, Cesare; SERENI, Emilio. *El Concepto de Formación Económico-Social*. México, Pasado y Presente, 1976.
- LUQUET, Pierre; DUNOIS, André. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.
- LURAGHI, Raimondo. *Storia della Guerra Civile Americana*. Milão, Rizzoli, 1998.
- LUTAUD, Olivier. *Les Deux Révolutions d'Angleterre*. Paris, Aubier, 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Introducción a la Economía Política*. Córdoba, Pasado y Presente, 1972.
- LUXEMBURGO, Rosa. *La Acumulación del Capital*. Havana, Ciencias Sociales, 1968.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*. Bogotá, Pluma, 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa; BUKHARIN, Nikolai. *Imperialismo e Acumulação de Capital*. Lisboa, Edições 70, 1976.
- LUXEMBURGO, Rosa; LÊNIN, V. I. *Partido de Massas ou Partido de Vanguarda?* São Paulo, Ched, 1980.
- LYNCH, John. *Las Revoluciones Hispanoamericanas*. Barcelona, Ariel, 1980.
- LYNCH, John. *Simón Bolívar*. Barcelona, Crítica, 2006.
- LYRA SILVA, Francisco José. Natureza e identidade nacional na América nos séculos XVIII e XIX. *Múltipla* nº 9, Brasília, UPIS, dezembro 2000.

MAALOUF, Amin. *Les Croisades Vues par les Arabes*. Paris, J. C. Lattes, 1983.

MACAULAY, Thomas Babington. *The History of England*. Londres, Penguin Classics, 1986.

MACKENZIE, Norman. *Breve Historia del Socialismo*. Barcelona, Labor, 1969.

MACKINDER, H. J. The geographical pivot of History. *The Geographical Journal* Vol. 23, nº 4, Londres, abril 1904.

MACMILLAN, Margaret. *Peacemakers*. Londres, John Murray, 2002.

MADDISON, Angus. A comparison of levels of GDP per capita in developed and developing countries, 1700-1980. *Journal of Economic History* nº 43, Londres, 1983.

MADDISON, Angus. *Monitoring the World Economy 1820-1992*. Paris, OECD Development Center, 1995.

MADDISON, Angus. *Phases of Capitalist Development*. Nova York, Oxford University Press, 1982.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. *Os Artigos Federalistas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

MAGALHÃES Fº, Francisco. *História Econômica*. São Paulo, Sugestões Literárias, sdp.

MAGALHÃES GODINHO, Vitorio. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Arcádia, 1971.

MAGALHÃES MARQUES, Maria Eduarda C. *A Guerra do Paraguai: 130 Anos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

MAGDOFF, Harry. *A Era do Imperialismo*. São Paulo, Hucitec, 1978.

MAGDOFF, Harry. *Ensayos sobre el Imperialismo*. México, Editorial Nuestro Tiempo, 1982.

MAGNOLI, Demétrio (org.) *Uma História das Guerras*. São Paulo, Contexto, 2008.

MAHN-LOT, Marianne. *La Découverte de l'Amérique*. Paris, Flammarion, 1970.

MAIONE, Giuseppe. *L'imperialismo Straccione*. Bolonha, Il Mulino, 1979.

MAKHAIVSKI, Jan W. *Le Socialisme des Intellectuels*. Paris, Seuil, 1978.

MALAMUD, Carlos. *Cádiz y Saint Malô en el Comercio Colonial Peruano (1698-1725)*. Madri, Universidad Complutense, 1986.

MALTHUS, Thomas. *Essai sur le Principe de Population*. Paris, Flammarion, 2010.

MANACORDA, Gastone. *Il Socialismo nella Storia d'Italia*. Bari, Laterza, 1975.

- MANCA, Ciro (ed.). *Formazione e Trasformazione dei Sistemi Economici in Europa dal Feudalesimo al Capitalismo*. Padua, CEDAM, 1995.
- MANCINI, Vittorio. *La Comune di Parigi*. Storia della prima revolução proletaria. Milão, Savelli, 1975.
- MANDEL, Bernard. *Samuel Gompers: a Biography*. Yellow Springs, Antioch Press, 1963.
- MANDEL, Ernest. *A Formação do Pensamento Econômico de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MANDEL, Ernest. *El Capital*. Cien años de controversias en torno a la obra de Marx. México, Siglo XXI, 1985.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MANDEL, Ernest. *Traité d'Économie Marxiste*. Paris, UGE, 1962.
- MANDEL, Ernest. *Trotsky como Alternativa*. São Paulo, Xamã, 1996.
- MANDROU, Robert. *La France au XVII^e et XVIII^e Siècle*. Paris, Presses Universitaires de France/Nouvelle Clío, 1974.
- MANN, Michael. *The Sources of Social Power*. Nova York, Cambridge University Press, 1986.
- MANNING, Roberta. *The Crisis of the Old Order in Russia: Gentry and Government*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1982.
- MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- MAO Jr, José Rodrigues. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1858-1961)*. Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre, L&PM, 1998.
- MARAVALL, F. *Economía y Política Industrial en España*. Madrid, Ediciones Pirámide, 1987.
- MARAZZITA, Giuseppe (ed.). *Il Processo di Integrazione Europea dopo il Trattato di Lisbona*. Roma, Edizioni Scientifiche Italiane, 2012.
- MARCEL, Bruno; TAÏEB, Jacques. *Crises d'Hier, Crise d'Aujourd'Hui*. Paris, Nathan, 1997.
- MARCHETTI, Silmara. *Potosí: Central Produtora de Prata e Geradora de Intercâmbios (1560-1570)*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.
- MARCOLIN, Nelson. *Os reis dos mares. Pesquisa Fapesp n° 212*, São Paulo, outubro 2013.
- MARIANI, Riccardo. *A Cidade Moderna entre a História e a Cultura*. São Paulo, Nobel, 1986.

- MARION, Jean-Luc et al. *Les Maîtres de la Raison*. Paris, Le Point, 2012.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. *Balanço do Debate: a Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004.
- MARKOV, Anton. *Sommario di Storia Coloniale*. Roma, Riuniti, 1972.
- MARKS, Robert B. *Origins of the Modern World*. A global and ecological narrative. Lanham, Rowman & Littlefield, 2004.
- MÁRMORA, Leopoldo (ed.). *La Segunda Internacional y el Problema Nacional y Colonial*. México, Pasado y Presente - Siglo XXI, 1978.
- MARQUES, Alfredo P. *Portugal e o Descobrimento Europeu da América*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. Nova York, Amherst, 1997.
- MARTINEZ ALIER, Joan; SCHUPMANN, Karl. *La Economía y la Ecología*. México, Fondo de Cultura Económica, 1991.
- MARTINEZ DIAZ, Nelson. *La Independencia Hispanoamericana*. Madri, Historia 16, 1999.
- MARTINEZ ESTRADA, Ezequiel. *La Cabeza de Goliat*. Buenos Aires, CEAL, 1968.
- MARTÍNEZ SALINAS, Maria L. *Las Leyes de Burgos de 1512*. Burgos, Imprensa, 1991.
- MARTÍNEZ, José Luis. *Pasajeros de Indias*. Viajes transatlánticos en el siglo XVI. Madri, Alianza, 1983.
- MARX, Eleanor; AVELING, Edward. *The Working-Class Movement in America*. Nova York, Humanity Books, 2000.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *A Questão Judia*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *As Lutas de Classes na França*. São Paulo, Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito d'O Capital*. Porto, Escorpião, 1975.
- MARX, Karl. *Consequências Sociais do Avanço Tecnológico*. São Paulo, Edições Populares, 1980.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo, Edições Populares, sdp.
- MARX, Karl. *Critique de la philosophie de l'État de Hegel. Oeuvres Philosophiques*. Paris, Costes Éditeur, 1948.
- MARX, Karl. *Diferenças entre as Filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo, Global Editora, sdp.

- MARX, Karl. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*. México, Siglo XXI, 1987.
- MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- MARX, Karl. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” (1844)*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.
- MARX, Karl. *História de la Vida de Lord Palmerston*. Palmerston y Rusia. Buenos Aires, Rescate, 1986.
- MARX, Karl. *Introducción a la Crítica de la Economía Política (1857)*. Córdoba, Pasado y Presente, 1973.
- MARX, Karl. *La Russie et l’Europe*. Paris, Gallimard, 1954.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.
- MARX, Karl. *Poverty of Philosophy*. Moscou, Progress Publishers, 1966.
- MARX, Karl. *Simon Bolívar*. Buenos Aires, Rafael Cedeño, 1987.
- MARX, Karl. *Sobre os Sindicatos*. São Paulo, Ched, 1980.
- MARX, Karl. *Teorias sobre a Mais-Valia*. São Paulo, Difel, 1985.
- MARX, Karl. *Trabajo Asalariado y Capital*. Pequim, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Historia Diplomática Secreta del Siglo XVIII*. México, Siglo XXI, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *Textes sur l’Organisation*. Paris, Spartacus, 1970.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedich. *A Sagrada Família*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrch. *Materiales para la Historia de América Latina*. Córdoba, Pasado y Presente, 1974.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Acerca del Colonialismo*. Moscou, Progreso, 1981.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Cartas sobre las Ciencias de la Naturaleza y las Matemáticas*. Barcelona, Anagrama, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *La Crise*. Paris, Union Générale d’Éditions, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *La España Revolucionaria*. Moscou, Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1972.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de Classes na Alemanha*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Ched, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondance*. Londres, 1934.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
- MARX, Ronald. *Le Déclin de l'Économie Britannique (1870-1929)*. Paris, Armand Colin, 1972.
- MASINI, Pier Carlo. *Storia degli Anarchici Italiani*. Da Bakunin a Malatesta. Milão, Rizzoli, 1969.
- MASSARO DE GÓES, Camila. A Índia na obra de Marx e Engels. *História & Luta de Classes* n° 14, Cândido Rondon, setembro 2012.
- MASSÉ, Bialet. *Las Clases Obreras a Comienzos del Siglo*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973.
- MASSOULIÉ, François. *Os Conflitos do Oriente Médio*. São Paulo, Ática, 1997.
- MATAMORO, Blas. *História del Tango*. Buenos Aires, CEAL, 1971.
- MATHIAS, Peter. *The First Industrial Nation*. An economic history of Britain 1700-1914. Methuen, Cambridge University Press, 1969.
- MATHIEZ, Albert. *Robespierre*. Roma, Erre.emme, 1989.
- MATTICK, Paul. *Crisis y Teorías de las Crisis*. Barcelona. Península, 1977.
- MATTICK, Paul. *Crítica de la Teoría Económica Contemporánea*. México, ERA, 1980.
- MATTICK, Paul. *Crítica de los Neomarxistas*. Barcelona, Península, 1977.
- MATTICK, Paul. *Economics, Politics and the Age of Inflation*. Londres, Merlin Press, 1978.
- MATTICK, Paul. *Marx y Keynes*. Los limites de la economía mixta. México, ERA, 1975.
- MATTOSO, José. *História de Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial 1790-1970*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MAURO, Frédéric. *L'Expansion Européene 1600-1870*. Paris, Presses Universitaires de France, 1964.
- MAUROIS, André. *Historia de Inglaterra*. Santiago de Chile, Ercilla, 1960.

- MAUZARIC, Claude. *Babeuf*. Paris, Messidor, 1988.
- MAYER, Arno J. *A Força da Tradição. A persistência do Antigo Regime*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- MAYEUR, Jean-Marie. *Des Partis Catholiques à la Démocratie Chrétienne*. Paris, Armand Colin, 1980.
- MAZZONE, Alessandro. Il feticismo del capitale: una struttura storico formale. *Problemi Teorici del Marxismo*. Roma Editori Riuniti, 1976.
- MAZZONE, Alessandro. La temporalità specifica del modo di produzione capitalistico. *Marx e i Suoi Critici*. Urbino, Quattroventi, 1987.
- McCRAW, Thomas. *O Profeta da Inovação. Joseph Schumpeter e a destruição criativa*. Rio de Janeiro, Record, 2012.
- MCLAUGHLIN, Paul. *Mikhail Bakunin: The Philosophical Basis of his Anarchism*. Nova York, Algora Publishing, 2002.
- McLYNN, Frank. *Wagons West. The epic story of America's overland trials*. Nova York, Jonathan Cape, 2002.
- McNEILL, William. *The Pursuit of Power. Technology, armed force, and society since A.D. 1000*. Chicago, University of Chicago Press, 1982.
- MEEK, Ronald. *Economia e Ideologia. O desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- MEEK, Ronald. *Los Orígenes de la Ciencia Social*. Madrid, Siglo XXI, 1981.
- MEEK, Ronald. *Smith, Marx, and After*. Londres, Chapman & Hall, 1977.
- MEEK, Ronald. *Studi sulla Teoria del Valore-Lavoro*. Milão, Feltrinelli, 1973.
- MEEK, Ronald. *The Economics of Physiocracy*. Londres, Allen & Unwin, 1962.
- MEHRING, Franz. *Absolutism and Revolution in Germany 1525-1848*. Londres, New Park, 1975.
- MEHRING, Franz. *Karl Marx. A história da sua vida*. São Paulo, Sundermann, 2013.
- MELGAR BAO, Ricardo. *El Movimiento Obrero Latinoamericano*. Madri, Alianza, 1988.
- MELLO, João Manuel Cardoso. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- MELOGRANI, Pietro. *Storia Politica della Grande Guerra*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1998.
- MELTZER, Alan. *Why Capitalism?* Nova York, Oxford University Press, 2012.

- MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- MENZIES, Gavin. *1421. O ano em que a China descobriu o mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- MERCIER, Paul. *Historia de la Antropologia*. Barcelona, Península, 1989.
- MEREDITH, Martin. *Diamonds, Gold and War*. Nova York, Public Affairs, 2007.
- MERKER, Nicolao. *Karl Marx. Vita e opere*. Roma-Bari, Laterza, 2010.
- MERRIMAN, John. *A Comuna de Paris - 1871. Origens e massacre*. Rio de Janeiro, Rocco, 2015.
- MESNARD, Pierre. *L'Essor de la Philosophie Politique au XVI^e Siècle*. Paris, Vrin, 1977.
- MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo, Ensaio, 1996.
- METCALF, Barbara e Thomas. *Storia dell'India Moderna*. Mlão, Oscar Mondadori, 2010.
- MÉTHIVIER, Hubert. *La Fin de l'Ancien Régime*. Paris, Presses Universitaires de France, 1996.
- MÉTHIVIER, Hubert. *Le Siècle de Louis XIV*. Paris, Presses Universitaires de France, 1998.
- METRAUX, Daniel A. *The White Peril in the Far East. An interpretation of the significance of the Russo-Japanese war*. Nova York, Writers Club Press, 1989.
- MEYER, Jean. *Les Capitalismes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1981.
- MEYER, Karl; BRYSAK, Shareen. *Tournement of Shadows. The race for empire in Asia*. Londres, Abacus, 2001.
- MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo, Contexto, 1988.
- MICHALET, Charles-Albert. *Le Capitalisme Mondial*. Paris, Presses Universitaires de France, 1976.
- MICHEL, Louise. *La Commune*. Paris, Stock, 1970.
- MICHELS, Robert. *L'Imperialismo Italiano*. Milão, Società Editrice Libreria, 1914.
- MICHIE, R. C. *The London and New York Stock Exchanges 1850-1914*. Londres, Allen & Unwin, 1987.
- MIDDLETON, Richard. *A Guerra da Independência dos Estados Unidos da América*. São Paulo, Madras, 2013.
- MILZA, Pierre. *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*. Lisboa, Edições 70, 1995.

- MINCZELES, Henri. *Histoire du Bund. Um mouvement révolutionnaire juif*. Paris, Denöel, 1999.
- MINGAY, G. E. *The Agricultural Revolution (1750-1880)*. Londres, Penguin Books, 1967.
- MINTON, Bruce; STUART, John. *Men Who Lead Labor*. Nova York, Modern Age Books, 1937.
- MITCHELL, Wesley C. *Os Ciclos Econômicos e suas Causas*. São Paulo, Abril Cultural, 1984.
- MÖLLER, Jean. *Traité des Études Historiques*. Louvain, Librairie de Ch. Peeters, 1887.
- MOLNÁR, Miklós. *El Declive de la Primera Internacional*. Madri, Edicusa, 1974.
- MOLNÁR, Miklós. *Marx, Engels et la Politique Internationale*. Paris, Gallimard, 1975.
- MOMMSEN, Wolfgang. *Imperial Germany 1867-1918*. London, Arnold, 1995.
- MOMMSEN, Wolfgang. *La Época del Imperialismo. Europa 1885-1918*. México, Siglo XXI, 1971.
- MONDIN, Battista. *Curso de Filosofia*. São Paulo, Paulus, 1982.
- MONDOLFO, Rodolfo. *La Comprensione del Soggetto Umano nell'Antichità Clássica*. Florença, Sansoni, 1967.
- MONDOLFO, Rodolfo. *Verum Factum*. Desde antes de Vico hasta Marx. Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.
- MONGE, Emiliano. *Alienación y revolución: la escritura de los Manuscritos de 1844 de Marx*. *Hic Rhodus* n° 4, Buenos Aires, Universidade de Burnos Aires, junho 2013.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.
- MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Paris, InLibroVeritas, 2005.
- MONTEIRO, John M.; AZEVEDO, Francisca L. N. (orgs.). *Raízes da América Latina*. São Paulo, Edusp, 1996.
- MONTELEONE, Renato. *Le Radici dell'Odio*. Nord e Sud a un bivio della storia. Bari, Dedalo, 2002.
- MONTESQUIEU, Charles de. *O Espírito das Leis*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- MOORE Jr, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Lisboa, Cosmos, 1975.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. Seus fundamentos sociológicos. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
- MORAL SANTIN, José A.; RAIMOND, Henry. *La Acumulación del Capital y sus Crisis*. Madri, Akal, 1986.

- MORAZÉ, Charles. *Introdução à História Econômica*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
- MORAZÉ, Charles. *Lógica da História*. São Paulo, Difel, 1970.
- MOREAU, Maurice. *La Economía del Japón*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.
- MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações*. Brasília/São Paulo, IOESP/UnB/IPRI, 2003.
- MORI, Giorgio (ed.). *L'Industrializzazione in Italia (1861-1900)*. Bolonha, Il Mulino, 1977.
- MORI, Giorgio. *Il Capitalismo Industriale in Italia*. Roma, Riuniti, 1977.
- MORI, Giorgio. *La Revolución Industrial*. Barcelona, Crítica, 1982.
- MORICEAU, Jean-Marc. Les paysans sont le moteur de l'histoire. *L'Histoire* n° 380, Paris, outubro 2012.
- MORIN, Edgar. *O Mundo Moderno e a Questão Judaica*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- MORRIS, Charles R. *Os Magnatas*. Como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supereconomia americana. Porto Alegre, L&PM, 2010.
- MORRIS, Jan. *Pax Britannica*. Londres, Faber & Faber, 1979.
- MORRIS, Richard B. *A History of the American Worker*. Nova York, Princeton University Press, 1983.
- MORRISON, Samuel Eliot. *El Almirante de la Mar Océano*. Vida de Cristóbal Colón. Buenos Aires, Hachette, 1945.
- MORTON, A. L.; TATE, G. *Historia del Movimiento Obrero Inglés*. Madri, Fundamentos, 1971.
- MORTON, A.L. *A História do Povo Inglês*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- MOSS, Walter G. *A History of Russia*. Londres, Anthem Press, 2002.
- MOSZKOWSKA, Natalie. *Contribución a la Dinámica del Capitalismo Tardío*. México, Passado y Presente, 1981.
- MOTA MENEZES, Alfredo. *Guerra do Paraguai*. Como construímos o conflito. São Paulo/Cuiabá, Contexto/Editora da UFMT, 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1789-1799 - A Revolução Francesa*. São Paulo, Perspectiva, 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*. Estruturas e argumentos. São Paulo, Perspectiva/ EDUSP, 1972.
- MOURA, Clóvis. *As Injustiças de Clío*. O negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MOURÃO FERREIRA, David; SEIXO, Maria Alzira. *Portugal. A terra e o homem*. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1980.

MULLER-ARMACK, Alfred. *Genealogia de los Estilos Económicos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

MUMFORD, Lewis. *Technics and Civilization*. Chicago, University of Chicago Press, 2010.

MUÑOZ, Jacobo. *Filosofía de la Historia*. Origen y desarrollo de la conciencia histórica. Madri, Biblioteca Nueva, 2010.

MÜNSTER, Arno. *Ernest Bloch*. Filosofia da práxis. São Paulo, Editora da Unesp, 1993.

MURRA, John V. *La Organización Económica del Estado Inca*. México, Siglo XXI, 1980.

MURRAY, Alexander. *Ragione e Società nel Medioevo*. Roma, Riuniti, 2002.

MUSI, Aurelio. *Le Vie della Modernità*. Milão, Sansoni, 2015.

MUSSO, Stefano. *Il Sindacalismo Italiano*. Milão, Fenice 2000, 1995.

MUSTO, Marcello (ed.). *Tras las Huellas de un Fantasma*. La actualidad de Karl Marx. México, Siglo XXI, 2011.

MUSTO, Marcello. A formação da crítica de Marx à economia política. *Crítica Marxista* n° 33, São Paulo, 2011.

NADA, Narciso. *Metternich*. Buenos Aires, CEAL, 1969.

NADAL, Jordi. *Ensayos sobre La Economía Española a Mediados del Siglo XIX*. Madri. Servicio de Estudios del Banco de España, 1970.

NAPOLEONI, Claudio. *O Valor na Ciência Econômica*. Lisboa, Presença, 1980.

NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

NAREDO, J. M. *La Economía en Evolución*. Madri, Siglo XXI, 1987.

NEARY, Ian. *War Revolution & Japan*. Londres, Bookmark, 1992.

NEHER-BERNHEIM, Renée. *Histoire Juive de la Révolution à l'État d'Israel*. Paris, Seuil, 2007.

NEMITZ, Rolf. *Eléments d'une théorie marxiste de l'éducation*. *Actuel Marx*, n° 1, Paris, 1º semestre 1987.

NETTLAU, Max. *La Anarquía a Través de los Tiempos*. Barcelona, sep, 1935.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

NEVINS, Allan; COMMAGER, Henry Steele. *Storia degli Stati Uniti*. Turim, Einaudi 1960.

- NICHOLS, John. *The S Word*. A short history of an American tradition. Londres, Verso, 2011
- NIN, Andreu. *Los Movimientos de Emancipación Nacional*. Barcelona, Fontamara, 1977.
- NISBET, Robert. *History of the Idea of Progress*. New Brunswick, Transaction, 1998.
- NIVEAU, Maurice. *Historia de los Hechos Económicos Contemporáneos*. Barcelona, Ariel, 1974.
- NOËL, Jean-Philippe et al. L'homme et la machine. *Les Cahiers Science & Vie* n° 132, Paris, outubro 2012.
- NOJA, Sergio. *Breve Storia dei Popoli Arabi*. Milão, Arnaldo Mondadori, 1997.
- NOLAN, Peter. Imperial archipelagos. *New Left Review* n° 80, Londres, março-abril 2013.
- NOREL, Philippe. *L'Histoire Économique Globale*. Paris, Seuil, 2009.
- NOREL, Philippe; TESTOT, Laurent (eds). *Une Histoire du Monde Global*. Auxerre, Sciences Humaines, 2012.
- NORMAN, E. Herbert. *Ando Shoeki and the Anatomy of Japanese Feudalism*. Tóquio, Asiatic Society of Japan, 1949.
- NORMAN, E. Herbert. *Japan's Emergence as a Modern State*. Political and economic problems of the Meiji period. Toronto, Institute of Pacific Relations, 1940.
- NORWICH, John Julius. *A History of Venice*. Londres, Penguin Books, 1983.
- NOVACK, George. *El Desarrollo Desigual y Combinado en la Historia Mundial*. La Paz, Trinchera, sdp.
- NOVACK, George. *Introducción a la Lógica Dialéctica*. Bogotá, Pluma, 1976.
- NOVACK, George. *Understanding History*. Nova York, Pathfinder Press, 1972.
- NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Sistema Colonial. Séculos XVI-XVII*. Lisboa, Livros Horizonte, sdp.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Sao Paulo, Hucitec, 1979.
- NOYA PINTO, Virgílio. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979.
- NUNES, Américo. *As Revoluções do México*. São Paulo, Perspectiva, 1980.
- NYE, Joseph S. *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.
- O'GORMAN, Edmundo. *La Invención de América*. México, Fondo de Cultura Económica, 2001.

- OBERMANN, Karl. Aux origines de la "Neue Rheinische Zeitung". *Le Mouvement Social* n° 77, Paris, outubro-dezembro 1971.
- OBRINSKY, Mark. *Profit Theory and Capitalism*. Nova York, University of Pennsylvania Press, 1983.
- OFFENSTADT, Nicolas et al. La guerre de cent ans. *L'Histoire* n° 380, Paris, outubro 2012.
- ONEGA, Gladys. *La Inmigración en la Literatura Argentina (1880-1910)*. Buenos Aires, CEAL, 1982.
- OSORIO SILVA, Ligia M. Lênin: a questão agrária na Rússia. *Crítica Marxista* n° 35, São Paulo, 2012.
- OSTROGORSKY, Georg. *Storia dell'Impero Bizantino*. Turim, Einaudi, 2005.
- OVED, Iacov. *El Anarquismo y el Movimiento Obrero Argentino*. México, Siglo XXI, 1980.
- PAGDEN, Anthony. *Signori del Mondo*. Ideologie dell'Impero in Spagna, Gran Bretagna e Francia 1500-1800. Bolonha, Il Mulino, 2005.
- PAGE, Martin. *The First Global Village*. How Portugal changed the world. Lisboa, Casa das Letras, 2006.
- PALA, Gianfranco. *Economia Nazionale e Mercato Mondiale*. Napoles, Laboratorio Politico, 1995.
- PALA, Gianfranco. Il salario: le fonte delle concezione scientifiche marx-engelsiane. *La Contraddizione* n° 46, Roma, 1995.
- PALA, Gianfranco. *L'Ultima Crisi*. Milão, Franco Angeli, 1982.
- PALA, Gianfranco. La formazione del capitale monopolistico finanziario. *La Contraddizione* n° 68, Roma, setembro 1998.
- PALA, Gianfranco. La pietra vagante. Considerazioni sulla mondiale erraticità di Wallerstein. *Invarianti* n° 25, Roma, 1993.
- PALA, Gianfranco. *Zibaldone del Tempo di Lavoro*. Milão, Franco Angeli, 2000.
- PALMADE, Guy. *La Époque de la Burguesia*. México, Siglo XXI, 2000.
- PALMER, R. R.; COLTON, Joel. *A History of the Modern World*. Nova York, Alfred A. Knopf, 1983.
- PANETTIERI, José. *La Crisis de 1873*. Buenos Aires, CEAL, 1984.
- PANETTIERI, José. *La Crisis de 1890*. Buenos Aires, CEAL, 1984.
- PANIKKAR, K. M. *A Dominação Ocidental da Ásia*. São Paulo, Saga, 1965.
- PANKHURST, Sylvia. *The Suffragette*. The history of the women's militant suffrage movement, 1905-1910. Nova York, Sturgis & Walton Co., 1911.

- PANNEKOEK, Anton et al. *Conselhos Operários*. Coimbra, Centelha, 1975.
- PAPAIOANNOU, Kostas. *De Marx y del Marxismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1991.
- PARAIN, Charles et al. *Capitalismo Transição*. São Paulo, Morais, sdp.
- PARAIN, Charles. *La Méditerranée: les Hommes et Leurs Travaux*. Paris, Gallimard, 1936.
- PARET, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2001.
- PARKER, Geoffrey. *La Guerra de los Treinta Años*. Madri, A. Machado Libros, 2003.
- PARKER, Geoffrey. *La Revolución Militar*. Las innovaciones militares y el apogeo de Occidente 1500-1800. Barcelona, Crítica, 1990.
- PARRY, J. H. *El Imperio Español de Ultramar*. Madri, Aguilar, 1970.
- PARVUS et al. *Debate sobre la Huelga de Masas*. Córdoba, Pasado y Presente, 1975.
- PASSARELLI, Bruno A. *Colonialismo y Acumulación Capitalista en la Europa Moderna*. Buenos Aires, Pleamar, 1973.
- PASSETTI, Gabriel. Interligando a colônia: a ação dos tropeiros no Brasil dos séculos XVIII e XIX. *Klepsidra* n° 4, São Paulo, FFLCH-USP, outubro 2000.
- PASSOS GUIMARÃES, Alberto. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- PASUKANIS, E. B. *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*. Rio de Janeiro, Renovar, 1989.
- PAYNE, Robert J. *El Marx Desconocido*. Barcelona, Bruguera, 1973.
- PAZ, Maurice. *Un Révolutionnaire Professionnel*. Auguste Blanqui. Paris, Fayard, 1984.
- PAZ, Octavio. *O Labirinto da Solidão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- PECEQUILO, Cristina S. *A Política Externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre, UFRGS, 2005.
- PELLETIER, Antoine; GOBLOT, Jean-Jacques. *Materialismo Histórico e História das Civilizações*. Lisboa, Estampa, 1970.
- PELLING, Henry. *Histoire du Syndicalisme Britannique*. Paris, Seuil, 1967.
- PELZ, William A. *Eugene V. Debs Reader*. Socialism and the class struggle. Londres, Merlin Books, 2014.

- PEÑA, Milciades. *Antes de Mayo*. Formas sociales del transplante español para el Nuevo Mundo. Buenos Aires, Fichas, 1973.
- PEÑA, Milciades. *El Paraíso Terrateniente*. Federales y unitarios forjan la civilización del cuero. Buenos Aires, Fichas, 1972.
- PEÑALOZA, Luis. *Historia Económica de Bolivia*. La Paz, Los Amigos del Libro, 1955.
- PÉRET, Benjamin et al. *O Quilombo dos Palmares*. Porto Alegre, UFRGS Editora, 2002.
- PÉREZ, Demetrio R. (ed.). *Historia de América*. Madri, Nájera, 1987.
- PERICÁS, Luiz B. Sobre o movimento operário nos EUA (1870-1914). *Entre Passado & Futuro* n° 3, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.
- PERKINS, Dexter. *Historia de la Doctrina Monroe*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.
- PERLMAN, Selig. *A Theory of the Labor Movement*. Nova York, s/p, 1928.
- PERLO, Victor. *El Imperialismo Norteamericano*. Buenos Aires, Platina, 1961.
- PERNOUD, Regine. *As Origens da Burguesia*. Lisboa, Europa-América, 1973.
- PERRET, Bryan. *The Battle Book*. Londres, Arms and Armour Press, 1992.
- PERRONE, Nico. *Progetto di un Impero*. 1823. Napoles, La Città del Sole, 2013.
- PESSOA, Fernando. *Sociologia do Comercio*. Lisboa, CEP, 1946.
- PETITEAU, Natalie. *Napoléon de la Mythologie à l'Histoire*. Paris, Seuil, 2004.
- PETITFILS, Jean-Christian. *Os Socialismos Utópicos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- PHILLIPS, William; RAHN, Carla. *The Worlds of Christopher Columbus*. Nova York, Cambridge University Press, 1992.
- PIAGET, Jean. *A Situação das Ciências do Homem no Sistema das Ciências*. Amadora, Beltrand, 1971.
- PIERENKEMPER, Toni. *La Industrialización en el Siglo XIX*. Madri, Siglo XXI, 2001.
- PIERI, Piero. *Formazione e Sviluppo delle Grande Monarchie Europee*. Milão, Marzorati, 1964.
- PIETRANERA, Giulio. *Capitalismo ed Economia*. Turim, Einaudi, 1966.
- PIETRANERA, Giulio. *Il Capitalismo Monopolistico Finanziario*. Napoles, La Città del Sole, 1998.

- PIKETTY, Thomas. *Le Capital au XXIè Siècle*. Paris, Seuil, 2012.
- PINARD, Rolande. *La Révolution du Travail*. De l'artisan au manager. Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2000.
- PINHEIRO, Milton (org.). *140 Anos da Comuna de Paris*. São Paulo, Outras Expressões, 2011.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- PINSKY, Jaime (org.). *O Modo de Produção Feudal*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- PINSKY, Jaime (org.). *Questão Nacional e Marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- PINZANI, Carlo. *Bismarck*. Buenos Aires, CEAL, 1969.
- PIORE, Michael; SABEL, C. F. *La Segunda Ruptura Industrial*. Madri, Alianza, 1990.
- PIPES, Richard. *Russia under the Old Regime*. Nova York Collier-Macmillan, 1992.
- PIPITONE, Ugo. *La Salida del Atraso*. Um estúdio histórico comparativo. México, Fondo de Cultura Económica, 1995.
- PIRENNE, Henri. *História Econômica e Social da Idade Média*. São Paulo, Mestre Jou, 1966.
- PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da. *O Capital Escravista-Mercantil e a Escravidão nas Américas*. São Paulo, EDUC, 2010.
- PLÁ, Alberto J. *Introducción a la Historia General del Movimiento Obrero*. México, Editorial Tierra del Fuego, 1984.
- PLEKHÁNOV, George. *Introduction à l'Histoire de la Russie*. Paris, Rossard, 1926.
- PLEKHÁNOV, George. *La Concepción Materialista de la Historia*. Benos Aires, Biblioteca Dialética, 1937.
- PLESSIS, Alain. *De la Fête Impériale au Mur des Fédérés*. Paris, Seuil, 1976.
- PODOLINSKI, Sergej Andreevic. *Lavoro ed Energia*. Turim, PonSinMor, 2011.
- POGGI, Gianfranco. *A Evolução do Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- POKROVSKY, M. N. *Historia de la Cultura Rusa*. Buenos Aires, Suma, 1943.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- POLLARD, Sidney. Capital exports 1870-1914. *The Economic History Review* XXXVII (4), Nova York, 1985.
- POLO, Marco. *O Livro das Maravilhas*. Porto Alegre, L&PM, 1985.

- POMER, Leon. *As Independências da América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- POMER, Leon. *Guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense*. São Paulo, Global Editora, 1981.
- POMER, Leon. *O Surgimento das Nações*. São Paulo, Atual, 1994.
- POMER, Leon. *Paraguai: Nossa Guerra contra Esse Soldado*. São Paulo, Global-História Popular, 1982.
- POMERANZ, Kenneth. *The Great Divergence. China, Europe and the making of the modern world economy*. Nova Jersey, Princeton University Press, 2000.
- POMIAN, Krzysztof. *L'Europa e le sue Nazioni*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1990.
- PONGE, Robert. A Comuna de 1871. *O Olho da História*, nº 4, Salvador, UFBA, 1996.
- PONTEIL, Félix. *Les Classes Bourgeoises et l'Avènement de la Démocratie*. Paris, Gallimard, 1968.
- PONTING, Clive. *World History. A new perspective*. Nova York, Chatto & Windus, 2000.
- POSTAN, Michael M. *Storia e Scienze Sociali*. Turim, Einaudi, 1976.
- POY, Lucas. Crisis económica y huelgas en Buenos Aires (1888-1890). *En Defensa del Marxismo* nº 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.
- POZZI, Pablo et al. *Trabajadores y Conciencia de Clase en los Estados Unidos*. Buenos Aires, Cántaro, 1990.
- PRADO Jr, Caio. *Evolução Política do Brasil. E outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1961.
- PRADO Jr, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1971.
- PRADO, Luiz Carlos. *Desenvolvimento Econômico e Crise*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.
- PRATT, Julius. American business and the Spanish-American War. *The Hispanic American Historical Review* Vol. 14, nº 2, Nova York, maio 1934.
- PREISER, Erich. *Nationalökonomie Heute. Eine Einführung in die Volkswirtschaftslehre*. Munique, C.H. Beck, 1992.
- PRÉLOT, Marcel. *As Doutrinas Políticas*. Lisboa, Presença-Martins Fontes, 1974.
- PREOBRAZHENSKI, Evgeni. *La Nueva Economía*. Barcelona, Ariel, 1970.
- PRESCOTT, William Hickling. *História da Conquista do Peru*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1946.

- PRESCOTT, William Hickling. *Historia de la Conquista de México*. Madri, Ediciones Mercurio, 1900.
- PRIESTLAND, David. *A Bandeira Vermelha. A história do comunismo*. São Paulo, Leya, 2012.
- PRIOLLAUD, N. *1871: la Commune de Paris*. Textes réunis. Paris, Levi & Messinger, 1983.
- PROCHASSON, Christophe. *François Furet. Les chemins de la mélancolie*. Paris, Stock, 2013.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- PUNTONI, Pedro. *Guerras do Brasil (1504-1654)*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- PURDY, Sean et al. *História dos Estados Unidos. Das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2008.
- QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire*. Nova York, Cambridge University Press, 2000.
- RABAUT, Jean. *1914 Jaurès Assassiné*. Bruxelas, Complexe, 2005.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- RAMISCH, Guillermo. La cuestión agrária en los clásicos del marxismo. *En Defensa del Marxismo* n° 40, Buenos Aires, setembro 2012.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *América Latina: un País. Su historia, su economía, su revolución*. Buenos Aires, Ediciones Octubre, 1949.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *Bolivarismo y Marxismo*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1969.
- RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la Nación Latinoamericana*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1968.
- RANCIÈRE, Jacques. *La Nuit des Prolétaires*. Paris, Fayard, 1981.
- RAPPORT, Mike. *1848. L'anno della rivoluzione*. Bari, Laterza, 2011.
- RATH, Christian. El carácter de la Revolución de Mayo. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.
- RATH, Christian. Marx sobre Bolívar. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.
- RATH, Christian; ROLDÁN, Andrés. *La Revolución Clausurada*. Buenos Aires, Biblos, 2013.
- RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- RAYBACK, Joseph G. *A History of American Labor*. Nova York, Free Press, 1966.
- REBÉRIOUX, Madeleine. *Jaurès*. Buenos Aires, CEAL, 1970.
- REBOUL, Marc. *Naissance du Chartisme*. Paris, Bordas, 1979.

- REDHEAD, Brian. *O Pensamento Político de Platão à OTAN*. Rio de Janeiro, Imago, 1989.
- REICHELDT, Helmuth. *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx*. Campinas, Editora da Unicamp, 2013.
- REICHMAN, Henry. *Railway Men and Revolution: Russia 1905*. Berkeley, University of California Press, sdp.
- REIS, João José. A elite baiana face aos movimentos sociais, 1824-1840. *Revista de História* n° 108, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1976.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês, 1835*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- REIS, João José. Recôncavo rebelde: revoltas escravas nos engenhos baianos. In: *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO/UFBA, n° 15, abril 1992.
- REISCHAUER, Edwin O. *Histoire du Japon et des Japonais*. Paris, Seuil, 1973.
- RÉMOND, René. *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa, Gradiva, 2003.
- RÉMOND, René. *O Século XIX*. São Paulo, Cultrix, 1976.
- RENARD, G.; WEULERSE, G. *Historia Económica de la Europa Moderna*. Buenos Aires, Argos, 1949.
- RENARD, Georges. *Historia del Trabajo en Florencia*. Buenos Aires, Heliasta, 1980.
- RENDINA, Claudio. *L'Oro del Vaticano*. Roma, Newton & Compton, 2013.
- RENOUARD, Yves. *Le Città Italiane dal X al XIV Secolo*. Milão, Rizzoli, 1975.
- RENOUVIN, Pierre. *La Crise Européene et la Grande Guerre*. Paris, Félix Alcan, 1931.
- REZENDE F°, Cyro B. *Guerra e Poder na Sociedade Feudal*. São Paulo, Ática, 1999.
- RHODE, Paul W. Gallman's annual output series for the United States, 1834-1909. *NBER Working Paper* n° 8860, Washington, National Bureau of Economic Research, março 2002.
- RIALL, Lucy. *Il Risorgimento. Storia e interpretazioni*. Roma, Donzelli, 1997.
- RIASANOVSKY, Nicholas V; STEINBERG, Mark. *A History of Russia*. Nova York, Oxford University Press, 2004.
- RIAZANOV, David. *Marx y Engels*. Buenos Aires, IPS, 2012.
- RIBARD, André. *Imperialismo e Socialismo*. Turim, Einaudi, 1953.
- RIBEIRO, Darcy. *Las Americas y la Civilización*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1985.

- RICARDO, David. *Principles of Political Economy*. Londres, Evereyman's Edition, 1933.
- RIEZNİK, Pablo. Trabalho, economia e antropologia. *Entre Passado & Futuro* n° 2, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.
- RIMBERT, Pierre. *La Révolution Communaliste de Paris 1871*. Paris, Spartacus, 1971.
- RIOUX, Jean-Pierre. *La Révolution Industrielle*. Paris, Seuil, 1979.
- RIPPY, Fred. *La Rivalidad entre Estados Unidos y Gran Bretaña por América Latina, 1808-1830*. Buenos Aies, Eudeba, 1967.
- RIVAS, Matias; POY, Lucas. El mitrismo y la organización nacional. *En Defensa del Marxismo* n° 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.
- RIVIALE, Philippe. *La Ballade du Temps Passé. Guerre et insurrection de Baboeuf à la Commune*. Paris, Anthropos, 1977.
- ROBERTSON, H. M. *Aspects of the Rise of Economic Individualism*. Nova York, Cambridge University Press, 1933.
- ROBERTSON, Ross M. *História Econômica Americana*. Rio de Janeiro, Record, 1967.
- ROBERTSON, Stuart. *La Vida de los Piratas*. Barcelona, Crítica, 2010.
- ROBINSON, E. A. G. *Monopolio*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.
- ROBINSON, Joan. *Ensayo sobre la Economía Marxista*. México, Fondo de Cultura Económica, 1942.
- ROBINSON, Joan. *Filosofia Econômica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.
- ROBLES, Laureano (ed.). *E la Filosofia Scopri l'America. L'incontro-scontro tra filosofia europea e culture precolombiane*. Milão, Jaca Book, 2003.
- ROBSON, Stuart. *La Prima Guerra Mondiale*. Bolonha, Il Mulino, 2002.
- ROCHA, Ronald. *O Movimento Socialista no Limiar dos Impérios Financeiros. Crônica da Segunda Internacional*. Belo Horizonte, O Lutador, 2006.
- ROCHAT, Giorgio. *Il Colonialismo Italiano*. Turim, Loescher, 1973.
- ROCHE, Jean-Jacques. *Le Relazione Internazionali*. Bolonha, Il Mulino, 2000.
- RODINSON, Maxime. *Islam y Capitalismo*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1973.
- RODRIGUEZ GONZÁLEZ, Agustín R. *Drake y la "Invencible"*. Madri, Sekotia, 2011.

- RODRIGUEZ GONZALEZ, Agustin Ramon. *Lepanto, la Batalla que Salvó a Europa*. Madri, Libreria de Náutica, 2004.
- RODRIGUEZ RAMOS, José Maria. *Contribuição para a Metodologia da Economia*. São Paulo, Edusp, 1993.
- RODRÍGUEZ, Mario. *Chatfield Cónsul Británico en Centroamérica*. Tegucigalpa, Banco Central de Honduras, 1970.
- RODRÍGUEZ, Pablo. Testamentos de indígenas americanos, siglos XVI-XVII. *Revista de História* nº 154, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1º semestre 2006.
- ROEMER, John. *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, Cambridge University Press, 1982.
- ROEMER, John. *Analytical Marxism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
- ROGAN, Eugene. *The Arabs. A history*. Londres, Allen Lane, 2009.
- ROLDÁN, Andrés. Artigas: el gran caudillo de la revolución. *En Defensa del Marxismo* nº 39, Buenos Aires, agosto-setembro 2010.
- ROMANO, Aldo. *L'Unità Italiana e la Prima Internazionale (1861-1871)*. Bari, Laterza, 1966.
- ROMANO, Ruggiero. *Le Rivoluzioni Borghesi*. Milão, Fratelli Fabbri, 1973.
- ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos da Conquista Colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- ROMANO, Ruggiero. *Tra Storici ed Economisti*. Turim, Einaudi, 1982.
- ROMANO, Ruggiero; TENENTI, Alberto. *Los Fundamentos del Mundo Moderno*. México, Siglo XXI, 1992.
- ROMANO, Sergio. *La Francia dal 1870 ai Nostri Giorni*. Milão, Oscar Mondadori, 1989.
- ROMEO, Rosario. *Breve Storia della Grande Industria In Italia 1861-1961*. Milão, Mondadori, 1988.
- ROMEO, Rosario. *Cavour e il suo Tempo*. Roma-Bari, Laterza, 1977.
- ROMEO, Rosario. *Dal Risorgimento alla Repubblica*. Firenze, Le Monnier, 1986.
- ROMEO, Rosario. *Il Giudizio Storico sul Risorgimento*. Acireale, Bonanno, 1987.
- ROMEO, Rosario. *Il Problema Nazionale tra 19º e 20º secolo*. Roma, Bulzoni, 1977.
- ROMEO, Rosario. *Risorgimento e Capitalismo*. Bari, Laterza, 1959.
- ROMERO, José L. *Latinoamérica: las Ciudades y las Ideas*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1976.

- ROMERO, José Luis. *¿Quién es el Burgués?* Buenos Aires, CEAL, 1984.
- ROMERO, José Luis. El fracaso de la unidad hispanoamericana. *Gran Historia de Latinoamérica* n° 36, Buenos Aires, abril de 1973.
- ROMERO, José Luis. *Estudio de la Mentalidad Burguesa*. Madrid, Alianza, 1987.
- ROMERO, José Luis. *La Cultura Occidental*. Buenos Aires, Legasa, 1986.
- ROMERO, José Luis. *La Revolución Burguesa en el Mundo Feudal*. Buenos Aires, Sudamericana, 1967.
- ROMERO, Luis A. *Breve Historia de Argentina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988.
- RONCAGLIA, Alessandro. *La Ricchezza delle Idee*. Storia del pensiero economico. Bari, Laterza, 2011.
- RONCAYOLO, Marcel. *Le Monde Contemporain*. Paris, Robert Laffont, 1990.
- ROONEY, Anne. *A História da Física*. São Paulo, M. Books, 2013.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le Moment Guizot*. Paris, Gallimard, 1985.
- ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos sin Historia*. México, Siglo XXI-Pasado y Presente, 1980.
- ROSDOLSKY, Roman. *Genesi e struttura del "Capitale" di Marx*. Bari, Laterza, 1975.
- ROSE, Michael E. The allowance system under the new poor law. *Economic History Review* Vol. 19, n° 3, Londres, 1998.
- ROSENBERG, Arthur. *Democracia e Socialismo*. História política dos últimos 150 anos. São Paulo, Global, 1986.
- ROSENBERG, Nathan. *Exploring the Black Box: Technology, Economics, and History*. Nova York, Cambridge University Press, 1983.
- ROSENBERG, Nathan. *Tecnologia y Economía*. Barcelona, Gustavo Gilli, 1979.
- ROSENBERG, Nathan; BIRDZELL, L. E. *How the West Grew Rich*. The economic transformation of the industrial world. Nova York, Basic Books, 1986.
- ROSENBERG, Peter Louis. *A Guerra Civil Americana*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ROSIER, Bernard. *Croissance et Crise Capitalistes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1975.
- ROSIER, Bernard. *Les Théories des Crises Économiques*. Paris, La Découverte, 1988.
- ROSMER, Alfred. *Le Mouvement Ouvrier Pendant la Première Guerre Mondiale*. Paris, Mouton & Co., 1959.

- ROSS, Ian Simpson. *Adam Smith. Uma biografia*. Rio de Janeiro, Record, 1999.
- ROSS, Kristin. O internacionalismo no tempo da Comuna. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, maio 2015.
- ROSSI, Paolo. *Os Filósofos e as Máquinas 1400-1700*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ROSSI, Paolo. *Os Sinais do Tempo*. História da terra e história das nações de Hooke a Vico. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- ROSTAND, Jean. *Introducción a la Historia de la Biología*. Barcelona, Planeta-De Agostini, 1985.
- ROSTOW, Walt W. *Les Étapes de la Croissance Économique*. Paris, Seuil, 1962.
- ROTH, Cecil. *História dos Marranos*. Os judeus secretos da península ibérica. Porto, Civilização, 2001.
- ROTHARD, Murray N. Down with primitivism: a thorough critique of Polanyi. *Mises Daily*, Londres, setembro 2004.
- ROUGERIE, Jacques. *Dix-Huit Cent Soixante et Onze*. Jalons pour une histoire de la Commune de Paris. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.
- ROUGERIE, Jacques. *Paris Libre 1871*. Paris, Seuil, 1971.
- ROUGIER, Louis. *Le Génie de l'Occident*. Paris, Robert Laffont, 1969.
- ROUQUIÉ, Alain. *L'État Militaire en Amérique Latine*. Paris, Seuil, 1982.
- ROUQUIÉ, Alain. *L'Argentine*. Paris, PUF, 1984.
- ROUVILLOIS, Frédéric. *L'Invention du Progrès 1680-1730*. Paris, CNRS, 2010.
- ROVAN, Joseph. *Geschichte der Deutschen Sozialdemokratie*. Frankfurt, Fischer Verlag, 1980.
- ROY, M. N. Historical role of Islam: an essay on islamic culture. In: Marxists Internet Archive, www.marxists.org.
- ROYLE, Trevor. *The Great Crimean War 1854-1856*. Londres, Palgrave Macmillan, 2004.
- RUBEL, Maximilien et al. *Partido y Revolución*. Buenos Aires, Rodolfo Alonso, 1971.
- RUBEL, Maximilien. *Karl Marx*. Essai de biographie intellectuelle. Paris, Payot, 1977.
- RUBEL, Maximilien. *Marx, Critique du Marxisme*. Paris, Payot, 1974.
- RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

- RUBIO, Vincent. *Psychologie des foules*, de Gustave Le Bon. Un savoir d'arrière-plan. *Sociétés* n° 100, Paris, fevereiro 2008.
- RUDÉ, George. *A Multidão na História*. Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro, Campus, 1991.
- RUDÉ, George. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- RUDÉ, George. *Robespierre*. Roma, Riuniti, 1979.
- RUGGIU, Luigi. *Genese dello Spazio Economico*. Napoles, Guida Editori, 1982.
- RUSS, Jacqueline. *La Marche des Idées Contemporaines*. Un panorama de la modernité. Paris, Armand Colin, 1994.
- RUSS, Jacqueline. *Les Précurseurs de Marx*. Paris, Bordas, 1973.
- SACCHI, Hugo M. *El Movimiento Obrero en America Latina*. Benos Aires, CEAL, 1972.
- SAHLINS, Marshall. *Evolution and Culture*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1960.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- SAID, Edward. *The Question of Palestine*. Nova York, Vintage Books, 1980.
- SAINT-SIMON, Conde de [Claude Henri de Rouvroy]. *Catecismo Político de los Industriales*. Buenos Aires, Aguilar, 1964.
- SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai*. Escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- SALVADORI, Massimo (ed.). *Enciclopedia Storica*. Bologna, Zanichelli, 2005.
- SALVADORI, Massimo. *Kautsky e la Rivoluzione Socialista*. Milão, Feltrinelli, 1978.
- SALVADORI, Massimo. *La Sinistra nella Storia Italiana*. Roma-Bari,-Laterza, 2001.
- SANCHEZ ALBORNOZ, Nicolás. *The Economic Modernization of Spain 1830-1930*. Nova York, New York University Press, 1987.
- SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Filosofia da Práxis*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.
- SANCHEZ, Gonzalo J. *Organizing Independence*. The artists federation of the Paris Commune and its legacy 1871-1889. Lincoln, University of Nebraska Press, 1997.
- SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio. *Espanoles ante la Historia*. Buenos Aires, Losada, 1977.
- SANCHEZ-ALBORNOZ, Sonsoles C. *Los Movimientos Revolucionarios de 1820, 1830 y 1848*. Barcelona, Ariel, 1998.

- SANDOZ, Gérard. *La Izquierda Alemana. De Karl Marx a Willy Brandt*. Barcelona, Península, 1971.
- SANTANDER, Francisco de Paula. *Cartas y Mensajes de Santander*. Bogotá, Academia Colombiana de Historia, 1955.
- SANTARELLI, Enzo. *Storia Sociale del Mondo Contemporaneo*. Milão, Feltrinelli, 1982.
- SANTI, Paolo et al. *Teoría Marxista del Imperialismo*. México, Pasado y Presente-Siglo XXI, 1977.
- SANTIAGO, Theo (org.). *Do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Contexto, 1992.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SAUVY, Alfred. *La Burocracia*. Buenos Aires, Eudeba, 1976.
- SCARCIA, Biancamaria. *Il Mondo dell'Islam*. Roma, Riuniti, 1981.
- SCHETTINO, Ferdinando. *Medio Oriente. L'epicentro della storia*. Roma, Idea, 2008.
- SCHMIDT, Alfred. *El Concepto de Naturaleza en Marx*. México, Siglo XXI, 1976.
- SCHMIDT-GLINZER, Helwig. *Storia della Cina*. Milão, Oscar Mondadori, 2005.
- SCHOELL, Frank L. *Historia de los Estados Unidos*. Bilbao, Moreton, 1968.
- SCHULTZ, Helga. *Historia Económica de Europa 1500-1800. Artesanos, mercaderes y banqueros*. Madri, Siglo XXI, 2001.
- SCHULZE, Hagen. *Estado y Nación en Europa*. Barcelona, Grijalbo-Crítica, 1997.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Fundamentos do Pensamento Económico*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Imperialismo e Classes Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- SCHUMPETER, Joseph A. The analysis of economic change. *Readings in Business Cycle Theory* nº 2, Philadelphia, 1948.
- SCHWARTZ, S.; LOCKHART, J. *A América Latina na Época Colonial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1985.
- SCHWARZ, Hillel. *Fim de Século*. São Paulo, Cultura, 1992.
- SCOTT, H. M. *The Emergence of Eastern Powers 1756-1775*. Nova York, Cambridge University Press, 2001.

SEAGER, Robert. Ten years before Mahan: the unofficial case for the New Navy, 1880-1890. *The Missisipi Valley Historical Review* Vol. 40, nº 3, dezembro 1953.

SEBRELLI, Juan J. *Buenos Aires: Vida Cotidiana y Alienación*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1990.

SECCO, Lincoln. Ciclos longos e renovação tecnológica no capitalismo. *Práxis* nº 5, Belo Horizonte, 1996.

SECCO, Lincoln. O destino do trabalho. *Universidade e Sociedade* nº 11, S.Paulo, junho de 1996.

SECCO, Lincoln. Terceiro Império em Portugal (1825-1926). *Entre Passado & Futuro* nº 1, São Paulo, Universidade de São Paulo, junho 2002.

SÉE, Henri. *Le XVIè Siècle*. Paris, Presses Universitaires de France, 1934.

SÉE, Henri. *Les Origines du Capitalisme Moderne*. Paris, Armand Colin, 1940.

SÉGUR, Conde de. *La Derrota de Napoleón en Rusia*. Barcelona, Duomo, 2010.

SEIGNOBOS, Charles. *Histoire Politique de l'Europe Contemporaine*. Paris, Armand Colin, 1926.

SELDON, Arthur. *Capitalismo*. Barcelona, Folio, 1994.

SENNHOLZ, Hans F. [*The Age of Inflation*](#). Nova York, Makron Books, 1979.

SETON-WATSON, Hugh. *The Decline of Imperial Russia 1855-1914*. Nova York, Praeger Publishers, 1975.

SHAIKH, Anwar M. Introduction to story of crisis theory. *US Capitalism in Crisis*. Nova York, URPE, 1978.

SHAIKH, Anwar M. *Measuring the Wealth of Nations*. The political economy of national accounts. Nova York-Londres, Cambridge University Press, 1994.

SHEEHAN, Sean. *Anarchism*. Londres, Reaktion Books, 2004.

SHERRILL, Charles H. *Bismarck e Mussolini*. Bolonha, Zanichelli, 1932.

SHUMWAY, Nicolas. *La Invención de la Argentina*. Buenos Aires, Emecé, 2013.

SIGFRIED, André. *Amérique Latine*. Paris, Gallimard, 1932.

SIGMANN, Jean. *1848*. Las revoluciones románticas y democráticas de Europa. Madri, Siglo XXI, 1985.

SILVA DE OLIVEIRA, Arilson. O historiador Max Weber: indologia e historicismo na obra weberiana. *Revista de História* nº 162, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1º semestre 2010.

SIMMEL, Georg. *Zur Philosophie der Kunst*. Potsdam, Kiepenheuer, 1922.

- SIMMS, Brendan. *Europe. The struggle for supremacy, 1453 to the present*. Londres, Penguin Books, 2014.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo, Companhia. Editora Nacional, 1978.
- SINOUE, Gilbert. *El Último Faraón*. Barcelona, Zeta, 2006.
- SISMONDI, Simonde de. *Nouveaux Principes d'Économie Politique*. De la richesse dans ses rapports avec la population. Paris, Libraire Delaunay, 1827.
- SKINNER, Quentin. *El Nacimiento del Estado*. Buenos Aires, Gorla, 2003.
- SKLAR, Martin J. *Studies in US History in the Progressive Era and the 1920s*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions*. A comparative analysis of France, Russia, and China. Nova York, Cambridge University Press, 1988.
- SLEZKINE, Yuri. *Le Siècle Juif*. Paris, La Découverte, 2009.
- SLEZKINE, Yuri. *Le Siècle Juif*. Paris, La Découverte, 2009.
- SLOTERDIJK, Peter. *Colère et Temps*. Paris, Libella-Maren Sell, 2007.
- SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 2010.
- SMITH, Joseph. *Illusions of Conflict*. Anglo-American diplomacy toward Latin America 1865-1896. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1979.
- SMITH, Neil. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.
- SMITH, Roberto. *Propriedade da Terra & Transição*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SMITH, Tony. *Los Modelos del Imperialismo*. Estados Unidos, Gran Bretaña y el mundo tardíamente industrializado desde 1815. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.
- SMITH, Wayne S. The United States and South America: beyond the Monroe Doctrine. *Current History* nº 553 (90), Nova York, fevereiro de 1991.
- SOBOUL, Albert. *A História Social*. Problemas, fontes e métodos. Lisboa, Presença, 1972.
- SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. São Paulo, Difel, 1978.
- SOBOUL, Albert. *Comprendre la Révolution Française*. Paris, François Maspéro, 1981.
- SOBOUL, Albert. *Feudalesimo e Stato Rivoluzionario*. Napoles, Guida, 1973.

- SOBRINHO, Antonio E. A luta dos trabalhadores no tempo de Marx. *História & Luta de Classes* n° 14, Cândido Rondon, setembro 2012.
- SODRÉ, Nelson W. *As Razões da Independência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1963.
- SOLÉ, Jacques. *A Revolução Francesa em Questões*. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.
- SOLER, Ricaurte. *Idea y Cuestión Nacional Latinoamericanas*. México, Siglo XXI, 1980.
- SOLOMON, Jean-Jacques. *Ciencia y Política*. México, Siglo XXI, 1974.
- SOLOW, Robert M. A contribution to the theory of economic growth. *Quarterly Journal of Economics* n° 70 (1), Massachusetts, 1956.
- SOMBART, Werner. *El Apogeo del Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.
- SOMBART, Werner. *El Burgués*. Contribución a la historia espiritual del hombre económico moderno. Madrid, Alianza, 1993.
- SOMBART, Werner. *Krieg und Kapitalismus*. Munique, Duncker & Humblot, 1913.
- SOMBART, Werner. *Le Capitalisme Moderne*. Paris, Payot, 1932.
- SOMBART, Werner. *Le Socialisme Allemand*. Paris, Payot, 1923.
- SOMBART, Werner. *Les Juifs et la Vie Économique*. Paris, Payot, 1926.
- SOMBART, Werner. *Socialism and the Social Movement in the 19th Century*. Nova York, G.P. Putnam's Sons, 1898.
- SOMBART, Werner. *Why is There no Socialism in the United States?* Londres, Macmillan, 1976.
- SOMERVELL, D. C. *Disraeli e Gladstone*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.
- SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: História Completa*. São Paulo, Contexto, 2013.
- SOREL, Albert. *L'Europe et la Révolution Française*. Paris, Nourrit et Cie, 1887-1904.
- SOREL, Georges. *Scritti Politici*. Turim, UTET, 2006.
- SOTELO, Ignacio. *Sociologia da América Latina*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.
- SOULE, Guy. *Introducción a la Economía Contemporánea*. México, Fondo de Cultura Económica, 1970.

- SOUYRI, Pierre. *La Dynamique du Capitalisme au XXè Siècle*. Paris, Payot, 1983.
- SOUZA, Nilson A. *Teoria Marxista das Crises*. Rio de Janeiro, Global-UFMS, 1992.
- SPIEKERMAN, Tim. *Shakespeare's Political Realism*. Nova York, State University of New York Press, 2001.
- SPIILIMBERGO, Jorge E. *El Socialismo en Argentina*. Buenos Aires, Octubre, 1974.
- SPINOZA, Benedict de. *A Theologico-Political Treatise. A Political Treatise*. Nova York, Dover Publications, 1951.
- SPOSITO, Fernanda. As guerras justas na crise do Antigo Regime português. *Revista de História* nº 161, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2º semestre 2009.
- SPYKMAN, Nicholas J. *Los EEUU frente al Mundo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- STAUFFER, Richard. *La Reforma*. Barcelona, Oikos-Tau, 1974.
- STEIN, Leonard. *The Balfour Declaration*. Londres, Vallentine and Mitchell, 1961
- STEIN, Stanley e Bárbara. *A Herança Colonial da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- STERN, Alfred. *Cromwell*. La Spezia, Fratelli Melitta, 1990.
- STERN, Randolph et al. *El Concepto de Crisis*. Buenos Aires, Megápolis, 1979.
- STERNBERG, Fritz. *El Imperialismo*. México, Siglo XXI, 1979.
- STERNHELL, Zeev. *La Droite Révolutionnaire, 1885-1914. Les origines françaises du fascisme*. Paris, Gallimard, 1997
- STERNHELL, Zeev. *Naissance de l'Idéologie Fasciste*. Paris, Fayard, 1989.
- STEVENSON, David. *La Grande Guerra*. Milão, RCS Libri, 2004.
- STEWART, Michael. *Keynes*. Paris, Seuil, 1978.
- STOYE, John. *Europe Unfolding 1648-1688*. Londres, Collins Sons & Co., 1969.
- STRACHEY, John. *La Naturaleza de las Crisis*. México, Fondo de Cultura Económica, 1939.
- STRACHEY, Lytton. *La Regina Vittoria*. Milão, Arnoldo Mondadori, 1975.
- STRADLING, R. A. *Europa y el Declive de la Estructura Imperial Española*. Madri, Cátedra, 1983.
- STRATHERN, Paul. *Napoleón en Egipto*. Barcelona, Planeta, 2009.
- SURIANO, Juan. *La Huelga de Inquilinos de 1907*. Buenos Aires, CEAL, 1983.

- SUTCLIFFE, Bob; OWEN, Roger. *Estudios sobre la Teoría del Imperialismo*. México, ERA, 1978.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- SWAIN, Dan. *Alienation. An introduction to Marx's theory*. Londres, Radical Publishing, 2012.
- SWEDERG, Richard. *Une Histoire de la Sociologie Économique*. Paris, Desclée de Brouwer, 1994.
- SWEEZY, Paul M. et al. *Do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- SWEEZY, Paul M. *The Theory of Capitalist Development*. Nova York, Monthly Review Press, 1956.
- TAINÉ, Hyppolite. *Les Origines de la France Contemporaine*. Paris, Robert Laffont, 1990.
- TAMAMES, Ramon. *Economía y Desarrollo*. Madri, Alianza, 1979.
- TANDETER, Enrique. *Coacción y Mercado. La minería de la plata en el Potosí colonial 1692-1826*. Madri, Siglo XXI, 1992.
- TAPIÉ, Victor-Lucien. *El Barroco*. Buenos Aires, Eudeba, 1981.
- TARLÉ, Eugenio. *La Clase Obrera en la Revolución Francesa*. Buenos Aires, Futuro, 1961.
- TARLÉ, Evgenij Viktorovic. *Storia d'Europa 1871-1919*. Roma, Riuniti, 1968.
- TATAKIS, Basil. *Byzantine Philosophy*. Indianapolis, Hackett Publishing, 1984.
- TAWNEY, R. H. *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- TAYLOR, A. J. P. *From Napoleon to the Second International. Essays on nineteenth-century Europe*. Harmondsworth, Penguin Books, 1995.
- TAYLOR, A. J. P. *The First World War*. Nova York, Capricorn Books, 1972.
- TAYLOR, A. J. P. *The Struggle for Mastery in Europe 1848-1918*. Nova Delhi, Oxford India, 2000.
- TAYLOR, George. *The Transportation Revolution 1815-1860*. Nova York, Simon & Schuster, 1951.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. *Sociedade Feudal. Guerreiros, sacerdotes e trabalhadores*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- TERRAY, Emmanuel. *O Marxismo diante das Sociedades Primitivas*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- TESTA, Victor. *El Capital Imperialista*. Buenos Aires, Fichas, 1975.

- THIESSE, Anne-Marie. A criação das identidades nacionais na Europa. *Entre Passado e Futuro* n° 5, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.
- THIREAU, Jean-Louis. *Introduction Historique au Droit*. Paris, Flammarion, 2009.
- THOMAS, Hugh. *El Imperio Español de Carlos V*. Buenos Aires, Planeta, 2011.
- THOMAS, Olivier. Le monde aux mains des cartographes. *L'Histoire* n° 379, Paris, setembro 2012.
- THOMIS, Dale W. *Through the Prism of Slavery*. Labor, capital and world economy. Lanham, Rowman & Littlefield, 2004.
- THOMPSON, E.P. *Senhores & Caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Edward P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona, Crítica, 1984.
- THOMPSON, George. *Guerra del Paraguay*. Assunção, RP Ediciones, 1992 [1ª Edição 1869].
- THOMSON, David. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- THORNDIKE, Guillermo. *La Guerra del Salitre*. Santiago, Promoinvest, 1979.
- THORNTON, John. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro, Campus Elsevier, 2003
- THUILLIER, Guy. *Bureaucratie et Bureaucrates em France au XIXè Siècle*. Ginebra, Droz, 1980.
- TIBERI, Mario. *I Conti dell'Impero Britannico*. La dimensione quantitativa degli investimenti internazionali dal 1799 al 1914. Roma, Carocci, 2002.
- TIBERI, Mario. *Investimenti Internazionali e Sviluppo del Sistema Capitalistico*. Roma, Kappa, 1992.
- TIGAR, Michael; LEVY, Madeleine. *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- TILLY, Charles. *Coercion, Capital and European States*. Nova York, Basil Blackwell, 1991.
- TILLY, Charles. *The Formation of National States in Western Europe*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1975.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*. São Paulo, EDUSP, 1977.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *Souvenirs de 1848*. Paris, Gallimard, 1964.

- TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América. A questão do Outro*. São Paulo, Martins Fontes, 1993.
- TOMICH, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo, Edusp, 2011.
- TOMICHE, Nada. *L'Égypte Moderne*. Paris, Presses Universitaires de France, 1966.
- TONINELLI, Pier Angelo. *Lo Sviluppo Economico Moderno*. Veneza, Marsilio, 2002.
- TORRES RIVAS, Edelberto (ed.). *Historia General de Centroamérica*. Madri, Comisión Estatal para el Quinto Centenario-FLACSO-Comunidades Europeas, 1993.
- TORTELLA, Guillermo. *Historia Económica de los Siglos XIX y XX*. Madri, Alianza Universidad, 1994.
- TOYNBEE, Arnold. *Lectures on the Industrial Revolution in England*. Londres, Penguin Books, 1937.
- TREUE, Wilhelm. *Historia de Alemania 1648-1740*. México, Uteha, 1964.
- TREVELYAN, George Macaulay. *History of England*. Londres, Longman, 1956.
- TRIAS, Vivian. *Historia del Imperialismo Norteamericano*. Buenos Aires, Peña Lillo, 1977.
- TRIAS, Vivian. *Imperialismo y Geopolítica en América Latina*. Buenos Aires, Carlos Pérez, 1967.
- TROELTSCH, E. *Protestantisme et Modernité*. Paris, Gallimard, 1991.
- TROTSKY, Leon. 1905. Paris, Seuil, 1969.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- TROTSKY, Leon. *Balance y Perspectivas*. Buenos Aires, El Yunque, 1975.
- TROTSKY, Leon. *Europa y America*. Buenos Aires, El Yunque, 1974.
- TROTSKY, Leon. *Histoire de la Révolution Russe*. Paris, Seuil, 1950.
- TROTSKY, Leon. *Mi Vida*. Bogotá, Editorial Pluma, 1980.
- TROTSKY, Leon. *Naturaleza y Dinámica del Capitalismo y la Economía de Transición*. Buenos Aires, Ceip, 1999.
- TROTSKY, Leon. *Una Escuela de Estrategia Revolucionaria*. Buenos Aires, Ediciones del Siglo, 1973.
- TSURU, Shigeto. *Japan's Capitalism*. Nova York-Londres, Cambridge University Press, 1996.
- TUCHMAN, Barbara W. *A Prática da História*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.

TUCHMAN, Barbara W. *La Torre del Orgullo 1890-1914*. Barcelona, Península, 2007.

TUCHMAN, Barbara W. *O Telegrama Zimmermann*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.

TUGAN-BARANOVSKY, Mikhail. *Les Crises Industrielles en Angleterre*. Paris, Giard, 1913.

TUGENDHAT, Christopher. *The Multinationals*. Londres, Penguin Books, 1971.

TULARD, J.; FAYARD, J. *História da Revolução Francesa*. Lisboa, Livros do Brasil, 1989.

TULARD, Jean. *Napoléon*. Paris, Fayard, 1973.

TUÑÓN DE LARA, Manuel. *El Movimiento Obrero en la Historia de España*. Madri, SARPE, 1985.

TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History*. Charlottesville, University of Virginia Press, 1997.

TVARDOVSKAIA, Valentina A. *El Populismo Ruso*. Madri, Siglo XXI, 1978.

TYLECOTE, Andrew. *The Long Wave in the World Economy*. Londres, Routledge, 1992.

URVOY, Dominique. *Les Penseurs Libres dans l'islam Classique*. Paris, Flammarion, 1996.

USHER, Alfred P. *History of Mechanical Invention*. Londres, Allen & Unwin, 1929.

UTECHIN, S. V. *Historia del Pensamiento Político Ruso*. Madri, Revista de Occidente, 1968.

VALLÈS, Jules et al. *Crônicas da Comuna*. São Paulo, Ensaio, 1992.

VALTA MANNUCCI, Loretta. *La Genesi della Potenza Americana*. Roma, Bruno Mondadori, 2007.

VAN ALSTYNE, Richard W. *The Rising American Empire*. Chicago, Quadrangle Books, 1965

VAN BATH, H. Licher. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. Lisboa, Presença, 1984.

VAN DER OYE, David. *Toward the Rising Sun*. Russian ideologies and the path to war with Japan. Chicago, Northern Illinois University Press, 2001.

VAN DOREN, Charles. *Uma Breve História do Conhecimento*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012.

VAN GELDEREN, Martin. *The Dutch Revolt*. Nova York, Cambridge University Press, 1993.

VARGA, Eugène. *Les Partis Social-Démocrates*. Paris, Bureau d'Éditions, sdp.

- VATIN, François. *Le Travail. Économie et physique 1780-1830*. Paris, Presses Universitaires de France, 1993.
- VAZ GUIMARÃES, Acyr. *Guerra do Paraguai: Verdades e Mentiras*. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000.
- VAZQUEZ DE PRADA, Valentin. *Historia Económica Mundial*. Madri, Rialp, 1964.
- VAZQUEZ PRESEDO, Vicente. *El Caso Argentino. Migración de factores, comercio exterior y desarrollo 1875-1914*. Buenos Aires, Eudeba, 1971.
- VEGETTI, Mario. *Marxismo e Società Antica*. Milão, Feltrinelli, 1981.
- VEIGA GARCIA, Emanuel S. Buenos Aires e o primeiros Bourbons. *Estudos* n° 18, São Paulo, FFLCH-USP, dezembro 1990.
- VEIGA GARCIA, Emanuel S. Buenos Aires no século XVII. *Estudos* n° 15, São Paulo, FFLCH-USP, dezembro 1989.
- VENTURI, Franco. *Il Populismo Russo*. Turim, Einaudi, 1952.
- VENTURI, Franco. *Los Orígenes de la Enciclopedia*. Barcelona, Crítica, 1980.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do Pensamento Grego*. São Paulo, Difel, 1986).
- VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. Belo Horizonte/ São Paulo, Editora Itatiaia/ Editora da USP, 1976.
- VICENS VIVES, Jaume. *Historia de España y América. Económica y social*. Barcelona, Vicens Vives, 1974.
- VIDAL VILLA, J. M. *Teorías del Imperialismo*. Barcelona, Anagrama, 1976.
- VIDONI, Ferdinando; MAZZOLA, Luciano. *1845-1850: Lotta Proletaria in Inghilterra*. Milão, Lavoro Liberato, 1978.
- VILAR, Pierre et al. *Estudios sobre el Nacimiento y Desarrollo del Capitalismo*. Madri, Ayuso, 1978.
- VILAR, Pierre. *Crecimiento y Desarrollo*. Barcelona, Ariel, 1993.
- VILAR, Pierre. *Historia de España*. Paris, Librairie Espagnole, 1971.
- VILAR, Pierre. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. Barcelona, Crítica, 1982.
- VILAR, Pierre. *Ouro e Moeda na História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- VILAR, Pierre. *Sviluppo Economico e Analise Storica*. Bari, Laterza, 1978.
- VILLARI, Lucio. *Bella e Perduta. L'Italia del Risorgimento*. Roma-Bari, Laterza, 2012.

- VILLORIA, Manuel. *La Corrupción Política*. Madri, Síntesis, 2006.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.
- VIROLI, Maurizio. *Nicolás Maquiavel*. Barcelona, Tusquets, 2002.
- VOINEA, S. *En Partant du Capital*. Paris, Anthropos, 1968.
- VOLKOV, Mijail. *Pedro el Grande*. Buenos Aires, CEAL, 1969.
- VOLPE, Gioacchino. *Italia Moderna, 1815-1914*. Florença, Sansoni, 1977.
- VON BORTKIEWICKZ, Ladislau. *La Teoria Economica di Marx*. Turim, Einaudi, 1971.
- VON FREYBERG, Jutta. *Geschichte der Deutschen Sozial-Demokratie 1863-1975*. Dusseldorf, Pahl-Rugenstein, 1977.
- VON GRUNWALD, Konstantin. *Histoire de la Russie*. Paris, Éditions Minerva, 1978.
- VON MISES, Ludwig. *Ação Humana. Um tratado de economia*. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.
- VOVELLE, Michel. *Breve História da Revolução Francesa*. Lisboa, Presença, 1986.
- VOVELLE, Michel. *França Revolucionária*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- VOVELLE, Michel. Le tournant des mentalités en France: 1750-1789. *Social History* n° 5, Londres, maio 1977.
- VRANICKI, Predrag. *Storia del Marxismo*. Roma, Editori Riuniti, 1973.
- WAGEMANN, Ernest. *Estructura y Ritmo de la Economía Mundial*. Madri, Labor, 1937.
- WAISMAN, Carlos. *Modernización y Legitimación. La incorporación de la clase obrera al sistema político*. Madri, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1980.
- WALICKI, Andrzej. *Populismo y Marxismo en Rusia*. Madri, Estela, 1971.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema Mundial. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía mundo europea en el siglo XVI*. México, Siglo XXI, 1979.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolítica y Geocultura*. Madri, Kairós, 2007.

- WALLERSTEIN, Immanuel. *Islam, the West, and the World*. Lecture in series "Islam and World System," Oxford Centre for Islamic Studies, outubro de 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World Economy*. Nova York, Cambridge University Press, 1979.
- WALRAS, M. E. L. *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*. São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- WALZER, Michael. *Just and Unjust Wars*. A moral argument with historical illustrations. Nova York, Basic Books, 1992.
- WARNER, Denis e Peggy. *The Tide at Sunrise*. A history of the Russo-Japanese war 1904-05. Nova York, Charterhouse, 1974.
- WARSHOW, Robert I. *Wall Street*. São Paulo, Cultura Brasileira, sdp.
- WATSON, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional*. Uma análise histórica comparativa. Brasília, Universidade de Brasília, 2004.
- WATSON, Adam. *The Limits of Independence*. Relations between states in the modern world. Londres, Routledge, 1997.
- WEBER, Eugen. *La Fin des Terroirs*. Paris, Fayard, 1983.
- WEBER, Eugen. *Une Histoire de l'Europe*. Paris, Fayard, 1987.
- WEBER, Henri. *Marxismo e Consciência de Classe*. São Paulo, Moraes, 1977.
- WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1976.
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.
- WEBER, Max. *Historia Económica General*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997.
- WEHLING, Arno e Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. São Paulo, Nova Fronteira, 1994.
- WEIL, Eric. *Hegel y el Estado*. Córdoba, Nagelkop, 1970.
- WEILLER, J. H. H. *Un'Europa Cristiana*. Milão, Oscar Mondadori, 2003.
- WELLER, Jac. *Wellington in the Peninsula*. Londres, Greenhill Books, 1992.
- WELLS, Herbert George. *Uma Breve História do Mundo*. Porto Alegre, L&PM, 2010.
- WENDE, Peter. *L'Impero Britannico*. Storia di una potenza mondiale. Turim, Einaudi, 2009.
- WERNER, Karl Ferdinand. *Nascita della Nobiltà*. Lo sviluppo delle élite politiche in Europa. Turim, Einaudi, 2000.

- WESSELING, Henri L. *Dividir para Reinar. A partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro, Revan, 1998.
- WESTWOOD, J.N. *Russia against Japan 1904-05*. Nova York, State University of New York, 1986.
- WHEEN, Francis. *Il Capitale. Una biografia*. Roma, Newton & Compton, 2007.
- WHEEN, Francis. *Karl Marx*. Madri, Debate, 2000.
- WHITE, Lynn. *Medieval Technology and Social Change*. Oxford, Clarendon Press, 1962.
- WICKHAM, Sylvain. *L'Économie Mondiale*. Paris, Presses Universitaires de France, 1984.
- WILLIAMS, Basil. *The Whig Supremacy 1714-1760*. Oxford, Clarendon Press, 1939.
- WILSON, Charles. *La Repubblica Olandese*. Roma, Il Saggiatore, 1968.
- WILSON, Peter. *The Thirty Years War. Europe's tragedy*. Londres, Belknap Press, 2011.
- WINOCK, Michel. *Nationalisme, Antisémitisme et Fascisme en France*. Paris, Seuil, 1982.
- WOLF, Eric. *Europa y la Gente sin História*. México, Fondo de Cultura Económica, 1994.
- WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- WOLFF, Larry. *Inventing Eastern Europe. The map of civilization on the mind of Enlightenment*. Stanford, Stanford University Press, 1994.
- WOLPERT, Stanley. *Storia dell'India*. Roma, Bompiani, 2004.
- WOOD, Ellen Meiksins. *A Trumpet of Sedition. Political theory and the rise of capitalism, 1509-1688*. Londres, Pluto Press, 1997.
- WOOD, Ellen Meiksins. *The Origins of Capitalism. A longer view*. Londres, Verso Books, 2002.
- WOODCOCK, George. *História das Ideias e Movimentos Anarquistas*. Porto Alegre, L&PM, 2004.
- WORMS, Frédéric. *Droits de l'Homme et Philosophie*. Paris, CNRS, 2009.
- WORSLEY, Peter. *Al Son de la Trompeta*. Buenos Aires, Siglo Vientiuno, 1980.
- WRIGHT, D. G. *Popular Radicalism. The working-class experience*. Londres, Longman, 1988.
- WRIGHT, Gavin; CZELUSTA, Jesse. The myth of the resource curse. *Challenge* n° 47, Nova York, marzo-abril de 2004.
- YAFEE, Norman. *Mitos do Estado Arcaico*. São Paulo, Edusp, 2013.

- YASSOUR, Avraham. *Leçons de 1905: parti ou soviét? Le Mouvement Social* n° 62, Paris, janeiro-março 1968.
- YOUNG, George B. Intervention under the Monroe Doctrine: the Olney Corollary. *Political Science Quarterly* Vol. 57, n° 2, Washington, junho 1942.
- ZAMOYSKI, Adam. 1812. La trágica marcha de Napoleón sobre Moscú. *Madri, Debate*, 2005.
- ZANIER, Claudio. *Accumulazione e Sviluppo Economico in Giappone dalla Fine del XVI alla Fine del XIX Secolo*. Turim, Einaudi, 1975.
- ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo, Hucitec-Edusp, 1990
- ZEMON DAVIS, Natalie. *Sociedad y Cultura en la Francia Moderna*. Barcelona, Crítica, 1993.
- ZEPPA, Juan C. *La Socialdemocracia Alemana: ¿Reforma o Revolución?* Buenos Aires, CEAL, 1973.
- ZERON, Carlos A. M. R. A outra face da Lua. *Revista de História* n° 170, São Paulo, FFLCH-USP, janeiro-junho 2014.
- ZERON, Carlos A. M. R. *Linha de Fé*. A Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial. São Paulo, Edusp, 2011.
- ZHANG, Wei-Bin. *Economic Growth Theory*. Capital, knowledge, and economic structures. Londres, Ashgate, 2005.
- ZIEGLER, Charles E. *The History of Russia*. Nova York, Greenwood Press, 1999.
- ZIEGLER, Jean. *Ódio ao Ocidente*. São Paulo, Cortez, 2011.
- ZINN, Howard. *A People's History of the United States*. Nova York, Harper Collins Publishers/Harper Perennial, 1995.
- ZINOVIEV, Grigorii. *History of the Bolshevik Party*. From the beginnings to February 1917. Londres, New Park, 1973.
- ZORRILLA, Rubén. *Historia Social de Occidente*. Origen y formación de la sociedad moderna. Buenos Aires, Need, 1997.
- ZVERETEMICH, Piotr. *Il Grande Parvus*. Milão, Garzanti, 1988.

Oswaldo Coggiola estudou História e Economia na Universidade de Córdoba (Argentina) até ser dela expulso pelas autoridades universitárias do golpe militar de 1976 (dez anos depois, reinstaurada a democracia, a mesma Universidade lhe concedeu sua Medalha de Honra). Foi preso político nas ditaduras militares de Onganía e Lanusse, e também do governo de Isabel Perón. Concluiu seus estudos nas disciplinas mencionadas (duas licenciaturas) na Universidade de Paris VIII, onde também fez o Mestrado em História. Doutorou-se em História Comparada das Sociedades Contemporâneas na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em 1983, sob a orientação da Profa. Madeleine Rébérioux. Há 33 anos leciona na Universidade de São Paulo (USP), onde é Professor Titular de História Contemporânea e, atualmente, Chefe do Departamento de História, cargo que ocupa pela segunda vez, sendo especializado em História Econômica e História da América Latina. Organizou vinte congressos e simpósios internacionais de importante repercussão. Foi Professor Visitante na *Stanford University* (EUA), na *Università degli Studi "La Sapienza" di Roma* (Itália), na *Universidad de La Paz* (Bolívia), na *Universidad de la República* de Montevideu (Uruguai), na *Jadavpur University* de Kolkata [Calcutá] na Índia, entre outras. Publicou 69 livros e centenas de artigos em revistas especializadas e em todo tipo de meio de comunicação. Formou 54 Mestres e Doutores na USP. Foi dirigente sindical no Brasil, tendo sido vice-presidente da Adusp (Associação Docente da USP) e também do Andes-Sindicato Nacional (de professores universitários), em várias oportunidades. É pai de quatro filhos: Bianca, Mariana, André Rodrigo e Laura.